



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1002

Quarta-feira - 30 de Maio de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	6
Ascurra.....	21
Atalanta.....	21
Biguaçu	21
Braço do Trombudo	23
Caçador.....	25
Campo Alegre	26
Campos Novos	32
Canoinhas.....	64
Capinzal	92
Catanduvas.....	93
Chapadão do Lageado	94
Concórdia	95
Coronel Martins.....	95
Corupá	96
Curitibanos	96
Ermo	96
Fraiburgo.....	97
Garopaba.....	109
Garuva	111
Gaspar	115
Guaramirim.....	232
Herval d'Oeste	232
Ibiam	232
Imbituba	233
Iomerê	235
Irineópolis	235
Itaiópolis	236
Itapoá	236
Joaçaba	238
Lages	278
Leoberto Leal.....	280
Lindóia do Sul	284
Luzerna	284
Massaranduba.....	285
Monte Carlo.....	289
Navegantes.....	289
Nova Trento.....	327
Novo Horizonte	327
Palhoça	327
Passo de Torres.....	352
Paulo Lopes	365
Peritiba.....	365
Pinheiro Preto	365
Porto Belo.....	366
Porto União.....	379
Rio do Sul.....	380
Salto Veloso	386

São Bento do Sul.....	386
São Lourenço do Oeste.....	426
Schroeder	428
Timbó	439
Tunápolis.....	465
Videira.....	468

Água Doce

PREFEITURA

Extrato do Contrato N°. 52/2012

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 52/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Construtora A.M. Vargas Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 49/2012 - Tomada de Preço n°.5/2012

OBJETO : Construção de escadaria na Rua Getúlio Vargas acesso ao Bairro São José, conforme convênio 4515/2012-2 firmado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 62.892,48 (sessenta e dois mil oitocentos e noventa e dois reais e quarenta e oito).

PAGAMENTO : O pagamento será de acordo com a execução da obra.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será de 4 (quatro) meses.

DATA : 21.05.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Anilton Vargas pela contratada.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Resumo da Execução Orçamentária FMAS 2º Bimestre

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Exercício de 2012

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

2º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 02/2012	Bimestre Mar/Abr/2012	Total até Abr/2012
RECEITAS				
RECEITA PATRIMONIAL	2.500,00	0,00	309,46	309,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	92.700,00	13.921,58	21.982,90	35.904,48
TOTAL DA RECEITA :	95.200,00	13.921,58	22.292,36	36.213,94
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	201.200,00	28.764,41	28.834,68	57.599,09
Total da Entidade:	201.200,00	28.764,41	28.834,68	57.599,09
TOTAL DA DESPESA :	201.200,00	28.764,41	28.834,68	57.599,09

AGUA DOCE , 15/05/2012

NILZE BALESTRIN SARI
Titular da Unidade

NEUSA M.C.S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC020388/O-0

Resumo da Execução Orçamentária FMS 2º Bimestre

Betha Sistemas

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Exercício de 2012

2º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 02/2012	Bimestre Mar/Abr/2012	Total até Abr/2012
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTARIA	30.000,00	20.957,13	4.643,12	25.600,25
RECEITA PATRIMONIAL	3.850,00	0,00	725,51	725,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.171.944,00	167.404,34	206.010,52	373.414,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.700,00	0,00	71,00	71,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	105.500,00	0,00	105.500,00
TOTAL DA RECEITA :	1.328.494,00	293.861,47	211.450,15	505.311,62
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE	3.483.304,00	705.311,28	799.150,47	1.504.461,75
Total da Entidade:	3.483.304,00	705.311,28	799.150,47	1.504.461,75
TOTAL DA DESPESA :	3.483.304,00	705.311,28	799.150,47	1.504.461,75

AGUA DOCE , 15/05/2012

ELIAS VIECELI
Titular da UnidadeNEUSA M.C.S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC020388/O-0

Resumo da Execução Orçamentária FMS 2º Bimestre

Betha Sistemas

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Exercício de 2012

2º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 02/2012	Bimestre Mar/Abr/2012	Total até Abr/2012
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTARIA	30.000,00	20.957,13	4.643,12	25.600,25
RECEITA PATRIMONIAL	3.850,00	0,00	725,51	725,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.171.944,00	167.404,34	206.010,52	373.414,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.700,00	0,00	71,00	71,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	105.500,00	0,00	105.500,00
TOTAL DA RECEITA :	1.328.494,00	293.861,47	211.450,15	505.311,62
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE	3.483.304,00	705.311,28	799.150,47	1.504.461,75
Total da Entidade:	3.483.304,00	705.311,28	799.150,47	1.504.461,75
TOTAL DA DESPESA :	3.483.304,00	705.311,28	799.150,47	1.504.461,75

AGUA DOCE , 15/05/2012

ELIAS VIECELI
Titular da Unidade_____
NEUSA M.C.S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC020388/O-0

Resumo da Execução Orçamentária Sima 2º Bimestre

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Exercício de 2012

FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

2º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 02/2012	Bimestre Mar/Abr/2012	Total até Abr/2012
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	101.160,00	15.704,30	20.027,50	35.731,80
RECEITA PATRIMONIAL	95.000,00	15.920,63	0,00	15.920,63
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.500,00	8.087,59	7.457,44	15.545,03
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	101.160,00	15.702,89	20.027,40	35.730,29
TOTAL DA RECEITA :	323.820,00	55.415,41	47.512,34	102.927,75
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE				
FUNDO MUN.DE ASSITÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA	323.820,00	24.010,52	33.399,76	57.410,28
Total da Entidade:	323.820,00	24.010,52	33.399,76	57.410,28
TOTAL DA DESPESA :	323.820,00	24.010,52	33.399,76	57.410,28

AGUA DOCE , 15/05/2012

EDNA VIEIRA BISSANI
PRESIDENTE DO SIMA

NEUSA M.C.S.BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 042/2012

DECRETO N° 042/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa 2012.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1370/11 de 13 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 110.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.024-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 21.000,00

11.01.10.301.0005.2.021-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 89.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro 110.000,00.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 28 de Maio de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de Maio de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 275/2012.

PORTARIA N° 275/2012.

Dispensa servidor ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, MARIANE STEFANES CARLOTO, do cargo temporário, FARMACEUTICO BIOQUIMICO, a partir de 28 de maio de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de maio de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 28 de

maio de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 276/2012.

PORTARIA N° 276/2012.

Prorroga Contratação Temporária.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº. 1068/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de LETICIA COELHO BALIEIRO DINIZ JOCA, no Cargo de MEDICO - 20H, a contar de 09 de maio de 2012 a 09 de maio de 2013, e/ou até realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de maio de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 29 de maio de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação N° 086/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº. 086/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº. 057/2012; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: aquisição de peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas da Escavadeira Hidráulica New Holland E175B da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Abertura: dia 14/06/2012 as 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no e-mail: administracao@antonio-carlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 29 de Maio de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação N° 006/2012

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITACAO N° 006/2012

Nº. Dispensa: 006/2012; Nº. Processo: 083/2012; Objeto: Locação de 02 (duas) salas comerciais situadas na Rua 6 de Novembro, para Secretaria de Educação do Município de Antonio Carlos; Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93; Judite Koch Schmitt: Ordenador de Despesas. Ratificação em 28/05/2012; Mauro Cezar da Silveira: Presidente da Comissão de Licitação; Valor Mensal: R\$ 1.088,00 (Um mil e oitenta e oito reais); Valor Total: R\$ 7.616,00 (Sete mil seiscentos e dezesseis reais); Prazo: 7 (sete) meses - 01/06/2012 a 31/12/2012; Contratada: João



Graciliano da Silveira.

Antônio Carlos, 28 de Maio de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Chamamento Público Nº. 05/2012

Chamamento Público Nº. 05/2012

Contratação Temporária Agente e Motorista
Agente de Serviços Gerais

Classif.	Nome
1º	Jaqueline Alcidia dos Santos
2º	Vanessa Lins
3º	Maria Juceli de Carlos
4º	Antônia Risolene Sampaio dos Santos
5º	Rozane Constante Neis
6º	Roseli Constante

Motoristas

Classif.	Nome
1º	Gilmar Quadros Moreira
2º	Pedro Paulo Wil
3º	Fabiano Cristovão Chaves

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 103/2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. : 103/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 074/2012 - Pregão Presencial nº. 048/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Modelo Pneus Ltda; Objeto: aquisição parcelada de pneus para frota de veículos da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 9.872,00 (Nove mil oitocentos e setenta e dois reais); Prazo: 18/05/2012 - 17/05/2013.

Antônio Carlos, 18 de Maio de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Balanço Orçamentário

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.351.000,00	22.351.000,00	4.194.955,69	18,77	7.424.268,13	33,22	14.926.731,87
RECEITAS CORRENTES	19.980.500,00	19.980.500,00	3.594.809,48	17,99	6.683.919,89	33,45	13.296.580,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.725.800,00	1.725.800,00	252.198,21	14,61	456.341,49	26,44	1.269.458,51
IMPOSTOS	1.556.800,00	1.556.800,00	203.548,49	13,07	397.379,72	25,53	1.159.420,28
TAXAS	169.000,00	169.000,00	48.649,72	28,79	58.961,77	34,89	110.038,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	606.100,00	606.100,00	102.081,43	16,84	174.616,19	28,81	431.483,81
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	406.100,00	406.100,00	60.741,56	14,96	95.897,49	23,61	310.202,51
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	200.000,00	200.000,00	41.339,87	20,67	78.718,70	39,36	121.281,30
RECEITA PATRIMONIAL	1.153.100,00	1.153.100,00	460.030,59	39,90	723.312,97	62,73	429.787,03
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.153.100,00	1.153.100,00	460.030,59	39,90	723.312,97	62,73	429.787,03
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.000,00	5.000,00	2.038,00	40,76	2.038,00	40,76	2.962,00
Outras Rec. Agropecuárias	5.000,00	5.000,00	2.038,00	40,76	2.038,00	40,76	2.962,00
RECEITA DE SERVIÇOS	26.000,00	26.000,00	18.273,93	70,28	23.369,38	89,88	2.630,62
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.303.100,00	16.303.100,00	2.725.128,06	16,72	5.232.668,40	32,10	11.070.431,60
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.773.100,00	15.773.100,00	2.632.194,79	16,69	5.132.258,01	32,54	10.640.841,99
Transf. de Conv.	530.000,00	530.000,00	92.933,27	17,53	100.410,39	18,95	429.589,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	161.400,00	161.400,00	35.059,26	21,72	71.573,46	44,35	89.826,54
Multas e Juros de Mora	46.400,00	46.400,00	5.631,11	12,14	9.704,59	20,92	36.695,41
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	52.000,00	52.000,00	18.355,17	35,30	40.801,81	78,47	11.198,19
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	63.000,00	63.000,00	11.072,98	17,58	21.067,06	33,44	41.932,94
RECEITAS DE CAPITAL	2.370.500,00	2.370.500,00	600.146,21	25,32	740.348,24	31,23	1.630.151,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	21.000,00	42,00	29.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	21.000,00	42,00	29.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	500,00	500,00	146,21	29,24	355,89	71,18	144,11
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.220.000,00	2.220.000,00	600.000,00	27,03	718.992,35	32,39	1.501.007,65
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.220.000,00	2.220.000,00	600.000,00	27,03	718.992,35	32,39	1.501.007,65
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	812.000,00	812.000,00	120.800,62	14,88	190.537,39	23,47	621.462,61
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	812.000,00	812.000,00	120.800,62	14,88	190.537,39	23,47	621.462,61
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	812.000,00	812.000,00	120.800,62	14,88	190.537,39	23,47	621.462,61
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	812.000,00	812.000,00	120.800,62	14,88	190.537,39	23,47	621.462,61
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	23.163.000,00	23.163.000,00	4.315.756,31	18,63	7.614.805,52	32,87	15.548.194,48

Continua 1/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	23.163.000,00	23.163.000,00	4.315.756,31	18,63	7.614.805,52	32,87	15.548.194,48
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	23.163.000,00	23.163.000,00	4.315.756,31	18,63	7.614.805,52	32,87	15.548.194,48
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.148.285,56	—	—	385.228,94	—	—
Superávit Financeiro	—	1.148.285,56	—	—	385.228,94	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.351.000,00	2.233.318,48	24.584.318,48	3.800.718,27	8.766.952,26	3.402.097,62	5.864.705,30	23,86	18.719.613,18
DESPESAS CORRENTES	15.658.136,00	357.182,78	16.015.318,78	3.146.255,13	6.615.903,27	2.994.135,27	5.288.895,69	33,02	10.726.423,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.980.580,00	46.739,24	8.027.319,24	1.422.455,96	2.702.149,48	1.405.304,96	2.683.678,48	33,43	5.343.640,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	90.000,00	0,00	90.000,00	1.462,62	3.259,65	1.462,62	3.259,65	3,62	86.740,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.587.556,00	310.443,54	7.897.999,54	1.722.336,55	3.910.494,14	1.587.367,69	2.601.957,56	32,94	5.296.041,98
DESPESAS DE CAPITAL	5.270.400,00	1.876.135,70	7.146.535,70	654.463,14	2.151.048,99	407.962,35	575.809,61	8,06	6.570.726,09
INVESTIMENTOS	4.940.400,00	1.876.135,70	6.816.535,70	641.607,25	2.118.470,57	395.106,46	543.231,19	7,97	6.273.304,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	330.000,00	0,00	330.000,00	12.855,89	32.578,42	12.855,89	32.578,42	9,87	297.421,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	214.464,00	0,00	214.464,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.464,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.208.000,00	0,00	1.208.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.208.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	812.000,00	0,00	812.000,00	120.725,78	190.462,55	120.725,78	190.462,55	23,46	621.537,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	812.000,00	0,00	812.000,00	120.725,78	190.462,55	120.725,78	190.462,55	23,46	621.537,45

Continua 2/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	812.000,00	0,00	812.000,00	120.725,78	190.462,55	120.725,78	190.462,55	23,46	621.537,45
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	23.163.000,00	2.233.318,48	25.396.318,48	3.921.444,05	8.957.414,81	3.522.823,40	6.055.167,85	23,84	19.341.150,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	23.163.000,00	2.233.318,48	25.396.318,48	3.921.444,05	8.957.414,81	3.522.823,40	6.055.167,85	23,84	19.341.150,63
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.559.637,67	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	23.163.000,00	2.233.318,48	25.396.318,48	3.921.444,05	8.957.414,81	3.522.823,40	7.614.805,52	23,84	19.341.150,63

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 509.426,81

FONTE:

ANTONIO CARLOS, 29/05/2012

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CARLICE B. SCHMITZ
Contador CRC/SC-14.636

ANA CARLA PRIM
Controle Interno

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Controle da Origem e dos Gastos com Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS	
CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE	
Mês de Abril de 2012	
1 – BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadado até o mês
IPTU	52.355,60
ITBI	31.136,44
ISS	241.244,26
FPM	1.752.654,07
IRRF	77.681,91
ICMS	2.829.881,10
IPI	40.417,14
IPVA	301.660,41
ITR	20.627,97
Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	14.633,42
Receita da Dívida Ativa de Impostos	20.097,73
Multas e Juros de Mora de Impostos	9.393,17
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-5.038,49
TOTAL	5.386.744,73

2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE

Código Destinação Recursos	Especificação	Acumulado até o mês
0.1.002	Recursos Oriundos de Impostos - 20%	1.077.348,95
0.2.002	Rendimentos de Aplicação de Recursos Próprios	2.280,54
0.2.012	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	7.043,92
0.6.012	Superávit de Taxa de Fisc. De Vigilância Sanitária	32.559,07
0.2.064.32	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	45.137,86
0.6.064.32	Superávit - Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	24.084,98
0.2.066.33	Vigilância Sanitária	161,45
0.6.066.33	Superávit - Vigilância Sanitária	11.517,19
0.2.067.34	Farmácia Básica	12.856,96
0.6.067.34	Superávit - Farmácia Básica	8.048,28
0.2.066.35	Vigilância Epidemiológica	5.231,00
0.6.066.35	Superávit - Vigilância Epidemiológica	5.735,57
0.2.064.36	PACS	55.547,13
0.6.064.36	Superávit - PACS	29.540,34
0.2.064.37	PSF	80.664,58
0.6.064.37	Superávit - PSF	12.484,07
0.2.064.38	Saúde Bucal	8.510,12
0.6.064.38	Superávit - Saúde Bucal	5.766,30

0.2.064.39	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	27.762,52		
0.6.064.39	Superávit - Núcleo de Apoio à Saúde da Família	149.087,73		
0.2.067.40	Farmácia Básica Estadual	11.260,82		
0.6.067.40	Superávit - Farmácia Básica Estadual	7.385,24		
0.2.064.76	PMAQ	8.650,68		
0.6.064.76	Superávit - PMAQ	4.300,00		
	TOTAL	1.632.965,30		
3 – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE				
Código das Fontes de Recursos	Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
0.1.002	20% das Receitas oriundas de Impostos	1.077.348,95	1.485.723,68	408.374,73
0.3.002	Superávit de Rec. Oriundas de Impostos	0,00	0,00	0,00
1.6.002	Superávit de Rec. Oriundas de Impostos	0,00	15.000,00	15.000,00
0.2.002	Rend. de Aplicação de Rendimentos Próprios	2.280,54	0,00	-2.280,54
0.2.012	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	7.043,92	4.803,91	-2.240,01
0.6.012	Superávit de Taxa de Fisc. De Vig. Sanitária	32.559,07	0,00	-32.559,07
0.2.064.32	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	45.137,86	39.558,91	-5.578,95
0.6.064.32	Superávit - Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	24.084,98	0,00	-24.084,98
0.2.066.33	Vigilância Sanitária	161,45	2.159,00	1.997,55
0.6.066.33	Superávit - Vigilância Sanitária	11.517,19	0,00	-11.517,19
0.2.067.34	Farmácia Básica	12.856,96	10.800,00	-2.056,96
0.6.067.34	Superávit - Farmácia Básica	8.048,28	102,00	-7.946,28
0.2.066.35	Vigilância Epidemiológica	5.231,00	7.224,78	1.993,78
0.6.066.35	Superávit - Vigilância Epidemiológica	5.735,57	0,00	-5.735,57
0.2.064.36	PACS	55.547,13	42.604,11	-12.943,02
0.6.064.36	Superávit - PACS	29.540,34	0,00	-29.540,34
0.2.064.37	PSF	80.664,58	91.944,81	11.280,23
0.6.064.37	Superávit - PSF	12.484,07	0,00	-12.484,07
0.2.064.38	Saúde Bucal	8.510,12	0,00	-8.510,12
0.6.064.38	Superávit - Saúde Bucal	5.766,30	0,00	-5.766,30
0.2.064.39	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	27.762,52	20.648,27	-7.114,25
0.6.064.39	Superávit - Núcleo Apoio à Saúde da Família	149.087,73	0,00	-149.087,73

0.2.067.40	Farmácia Básica Estadual	11.260,82	18.543,62	7.282,80
0.6.067.40	Superávit - Farmácia Básica Estadual	7.385,24	0,00	-7.385,24
0.2.064.76	PMAQ	8.650,68	0,00	-8.650,68
0.6.064.76	Superávit - PMAQ	4.300,00	0,00	-4.300,00
	TOTAL	1.632.965,30	1.739.113,09	106.147,79
Despesas de Saúde com recursos de Impostos - 27,86%				
Antônio Carlos, em 18 de Maio de 2012.				
GERALDO PAULI		CARLICE B SCHMITZ		
ELOIZA SCHMITT				
Prefeito em Exercício		Contador		
Secretário de Saúde				

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC - PODER EXECUTIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	596.710,35	0,00
Pessoal Ativo	596.710,35	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	596.710,35	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	596.710,35	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	20.011.517,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,98	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	12.006.910,52	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	11.406.564,99	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

ANTONIO CARLOS, 29/05/2012

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CARLICE B. SCHMITZ
Contador CRC/SC-14.636

ANA CARLA PRIM
Controle Interno

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC - PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.425.660,75	0,00
Pessoal Ativo	8.536.668,48	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	877.767,27	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	11.225,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	650.448,33	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	24.603,02	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	625.845,31	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.775.212,42	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	8.775.212,42	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	20.011.517,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	43,85	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	10.806.219,47	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	10.265.908,49	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

ANTONIO CARLOS, 29/05/2012

GERALDO PAULI
 Prefeito Municipal

CARLICE B. SCHMITZ
 Contador CRC/SC-14.636

ANA CARLA PRIM
 Controle Interno

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
 Secretário de Administração e Finanças

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de ANTONIO CARLOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.351.000,00	24.584.318,48	3.800.718,27	8.766.952,26	3.402.097,62	5.864.705,30	96,85	23,86	18.719.613,18
Legislativa	985.000,00	985.000,00	102.448,62	219.487,14	107.724,28	201.042,49	3,32	20,41	783.957,51
Ação Legislativa	985.000,00	985.000,00	102.448,62	219.487,14	107.724,28	201.042,49	3,32	20,41	783.957,51
Administração	1.717.880,00	1.717.880,00	273.259,67	632.781,85	254.494,07	467.617,31	7,72	27,22	1.250.262,69
Planejamento e Orçamento	265.000,00	265.000,00	28.497,68	57.707,52	27.605,49	55.277,33	0,91	20,86	209.722,67
Administração Geral	1.452.880,00	1.452.880,00	244.761,99	575.074,33	226.888,58	412.339,98	6,81	28,38	1.040.540,02
Segurança Pública	144.600,00	168.693,60	9.156,00	58.124,50	13.221,18	42.828,72	0,71	25,39	125.864,88
Policiamento	131.500,00	155.593,60	9.156,00	58.124,50	13.221,18	42.828,72	0,71	27,53	112.764,88
Assistência Comunitária	13.100,00	13.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.100,00
Assistência Social	301.700,00	348.112,58	50.043,92	140.900,17	83.001,31	113.603,81	1,88	32,63	234.508,77
Assistência ao Idoso	105.200,00	118.612,58	18.696,48	25.062,06	11.411,21	17.062,06	0,28	14,38	101.550,52
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.000,00	12.000,00	5.760,00	5.760,00	830,19	830,19	0,01	6,92	11.169,81
Assistência Comunitária	184.500,00	217.500,00	25.587,44	110.078,11	70.759,91	95.711,56	1,58	44,01	121.788,44
Previdência Social	1.130.000,00	1.130.000,00	146.041,64	287.065,07	146.041,64	287.065,07	4,74	25,40	842.934,93
Previdência do Regime Estatutário	1.130.000,00	1.130.000,00	146.041,64	287.065,07	146.041,64	287.065,07	4,74	25,40	842.934,93
Saúde	4.308.060,00	4.469.276,68	881.291,36	2.130.832,10	962.621,84	1.737.624,55	28,70	38,88	2.731.652,13
Atenção Básica	4.042.560,00	4.203.776,68	858.325,95	1.949.373,96	915.309,22	1.668.117,41	27,55	39,68	2.535.659,27
Vigilância Sanitária	80.300,00	80.300,00	6.773,41	20.312,64	9.565,84	18.414,10	0,30	22,93	61.885,90
Vigilância Epidemiológica	40.100,00	40.100,00	4.537,00	17.920,50	6.664,08	10.881,01	0,18	27,13	29.218,99
Alimentação e Nutrição	145.100,00	145.100,00	11.655,00	143.225,00	31.082,70	40.212,03	0,66	27,71	104.887,97
Educação	4.257.096,00	4.925.907,16	806.617,93	2.609.093,29	902.727,56	1.404.706,91	23,20	28,52	3.521.200,25
Ensino Fundamental	2.900.196,00	3.115.844,72	459.611,73	1.573.998,83	661.733,80	917.597,59	15,15	29,45	2.198.247,13
Ensino Médio	160.000,00	160.000,00	104.300,00	104.300,00	12.355,00	12.355,00	0,20	7,72	147.645,00
Ensino Superior	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	24.980,40	24.980,40	0,41	20,82	95.019,60
Educação Infantil	981.300,00	1.434.462,44	116.206,20	804.292,80	197.158,36	443.272,26	7,32	30,90	991.190,18
Educação de Jovens e Adultos	45.600,00	45.600,00	0,00	1,66	0,00	1,66	0,00	0,00	45.598,34
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	0,11	13,00	43.500,00
Cultura	410.000,00	410.000,00	102.371,42	124.497,59	34.691,71	56.493,18	0,93	13,78	353.506,82
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	187.000,00	187.000,00	68.186,50	68.186,50	8.973,50	8.973,50	0,15	4,80	178.026,50
Difusão Cultural	223.000,00	223.000,00	34.184,92	56.311,09	25.718,21	47.519,68	0,78	21,31	175.480,32

Continua 1/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.351.000,00	24.584.318,48	3.800.718,27	8.766.952,26	3.402.097,62	5.864.705,30	96,85	23,86	18.719.613,18
Urbanismo	2.271.000,00	3.603.484,46	712.411,75	1.077.246,30	284.595,33	391.306,79	6,46	10,86	3.212.177,67
Infra-Estrutura Urbana	1.510.000,00	2.435.961,10	157.991,92	379.224,80	62.282,85	64.664,63	1,07	2,65	2.371.296,47
Serviços Urbanos	711.000,00	711.000,00	104.742,70	248.344,37	99.340,23	203.669,91	3,36	28,65	507.330,09
Recuperação de Áreas Degradadas	50.000,00	456.523,36	449.677,13	449.677,13	122.972,25	122.972,25	2,03	26,94	333.551,11
Habitação	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Habitação Rural	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Saneamento	675.000,00	675.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	675.000,00
Saneamento Básico Rural	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00
Saneamento Básico Urbano	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
Agricultura	925.000,00	925.000,00	204.455,46	379.834,08	156.346,86	275.893,93	4,56	29,83	649.106,07
Extensão Rural	925.000,00	925.000,00	204.455,46	379.834,08	156.346,86	275.893,93	4,56	29,83	649.106,07
Comércio e Serviços	112.000,00	112.000,00	19.008,69	27.392,22	19.008,69	27.392,22	0,45	24,46	84.607,78
Turismo	112.000,00	112.000,00	19.008,69	27.392,22	19.008,69	27.392,22	0,45	24,46	84.607,78
Transporte	2.546.200,00	2.546.200,00	299.991,53	715.135,43	301.846,00	617.604,59	10,20	24,26	1.928.595,41
Transporte Rodoviário	2.546.200,00	2.546.200,00	299.991,53	715.135,43	301.846,00	617.604,59	10,20	24,26	1.928.595,41
Desporto e Lazer	385.000,00	385.000,00	135.941,52	209.405,86	67.351,77	98.257,75	1,62	25,52	286.742,25
Desporto Comunitário	385.000,00	385.000,00	135.941,52	209.405,86	67.351,77	98.257,75	1,62	25,52	286.742,25
Encargos Especiais	700.000,00	700.300,00	57.678,76	155.156,66	68.425,38	143.267,98	2,37	20,46	557.032,02
Ensino Fundamental	40.000,00	40.000,00	5.769,64	11.635,93	5.769,64	11.635,93	0,19	29,09	28.364,07
Serviço da Dívida Interna	380.000,00	380.000,00	8.548,87	24.202,14	8.548,87	24.202,14	0,40	6,37	355.797,86
Outras Transferências	280.000,00	280.300,00	43.360,25	119.318,59	54.106,87	107.429,91	1,77	38,33	172.870,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	214.464,00	214.464,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.464,00
RESERVA DO RPPS	1.208.000,00	1.208.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.208.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	812.000,00	812.000,00	120.725,78	190.462,55	120.725,78	190.462,55	3,15	23,46	621.537,45
Legislativa	15.000,00	15.000,00	804,24	1.546,17	804,24	1.546,17	0,03	10,31	13.453,83
Ação Legislativa	15.000,00	15.000,00	804,24	1.546,17	804,24	1.546,17	0,03	10,31	13.453,83
Administração	77.000,00	77.000,00	16.521,13	24.707,62	16.521,13	24.707,62	0,41	32,09	52.292,38
Planejamento e Orçamento	12.000,00	12.000,00	2.133,78	3.334,68	2.133,78	3.334,68	0,06	27,79	8.665,32

Continua 2/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	812.000,00	812.000,00	120.725,78	190.462,55	120.725,78	190.462,55	3,15	23,46	621.537,45
Administração	77.000,00	77.000,00	16.521,13	24.707,62	16.521,13	24.707,62	0,41	32,09	52.292,38
Administração Geral	65.000,00	65.000,00	14.387,35	21.372,94	14.387,35	21.372,94	0,35	32,88	43.627,06
Assistência Social	8.000,00	8.000,00	854,94	1.424,90	854,94	1.424,90	0,02	17,81	6.575,10
Assistência ao Idoso	3.000,00	3.000,00	854,94	1.424,90	854,94	1.424,90	0,02	47,50	1.575,10
Assistência Comunitária	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saúde	231.000,00	231.000,00	27.330,85	41.700,57	27.330,85	41.700,57	0,69	18,05	189.299,43
Atenção Básica	222.000,00	222.000,00	25.951,19	39.631,08	25.951,19	39.631,08	0,65	17,85	182.368,92
Vigilância Sanitária	9.000,00	9.000,00	1.379,66	2.069,49	1.379,66	2.069,49	0,03	22,99	6.930,51
Educação	254.000,00	254.000,00	47.626,78	79.847,13	47.626,78	79.847,13	1,32	31,44	174.152,87
Ensino Fundamental	160.000,00	160.000,00	30.152,70	50.453,12	30.152,70	50.453,12	0,83	31,53	109.546,88
Educação Infantil	94.000,00	94.000,00	17.474,08	29.394,01	17.474,08	29.394,01	0,49	31,27	64.605,99
Cultura	18.000,00	18.000,00	3.792,87	5.503,75	3.792,87	5.503,75	0,09	30,58	12.496,25
Difusão Cultural	18.000,00	18.000,00	3.792,87	5.503,75	3.792,87	5.503,75	0,09	30,58	12.496,25
Urbanismo	13.000,00	13.000,00	1.720,41	2.434,24	1.720,41	2.434,24	0,04	18,72	10.565,76
Serviços Urbanos	13.000,00	13.000,00	1.720,41	2.434,24	1.720,41	2.434,24	0,04	18,72	10.565,76
Agricultura	40.000,00	40.000,00	7.224,31	10.579,40	7.224,31	10.579,40	0,17	26,45	29.420,60
Extensão Rural	40.000,00	40.000,00	7.224,31	10.579,40	7.224,31	10.579,40	0,17	26,45	29.420,60
Transporte	150.000,00	150.000,00	13.551,45	20.696,27	13.551,45	20.696,27	0,34	13,80	129.303,73
Transporte Rodoviário	150.000,00	150.000,00	13.551,45	20.696,27	13.551,45	20.696,27	0,34	13,80	129.303,73
Desporto e Lazer	6.000,00	6.000,00	1.298,80	2.022,50	1.298,80	2.022,50	0,03	33,71	3.977,50
Desporto Comunitário	6.000,00	6.000,00	1.298,80	2.022,50	1.298,80	2.022,50	0,03	33,71	3.977,50
TOTAL (III) = (I + II)	23.163.000,00	25.396.318,48	3.921.444,05	8.957.414,81	3.522.823,40	6.055.167,85	100,00	23,84	19.341.150,63

FONTE:

ANTONIO CARLOS, 29/05/2012

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CARLICE B. SCHMITZ
Contador CRC/SC-14.636

ANA CARLA PRIM
Controle Interno

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo da Origem e da Destinação dos Recursos Vinculados ao Ensino Básico**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS****DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO****REFERÊNCIA ATÉ ABRIL DE 2012.****1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS**

1.1. Receitas Oriundas de Impostos	Realizada até o mês
IPTU	52.355,60
ITBI	31.136,44
ISS	241.244,26
IRRF	77.681,91
Receita da Dívida Ativa de Impostos	20.097,73
Multas e Juros de Mora de Impostos	9.393,17
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-5.038,49
SOMA	426.870,62
1.2. Receitas Resultantes de Impostos, Base de Cálculo do FUNDEB	
Cota-Parte do FPM	1.752.654,07
Cota-Parte do ICMS Exportação	14.633,42
Cota-Parte do ICMS	2.829.881,10
Cota-Parte do IPI	40.417,14
Cota-Parte do ITR	20.627,97
Cota-Parte do IPVA	301.660,41
SOMA	4.959.874,11
1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	5.386.744,73

2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

	CÓDIGO D.R.	Especificação Das Fontes de Recursos	Valor até o Mês
2.1	0.1.001	Receitas oriundas de Impostos - 26%	1.400.553,63
2.2	0.1.018	Transferências do FUNDEB – Parte do 60%	454.325,17
2.3	0.1.018	Rendimento s/ Aplicação FUNDEB 60%	2.137,46
2.4	0.1.019	Transferência do FUNDEB – Parte do 40%	302.883,40
2.5	0.3.019	Superávit Financeiro do FUNDEB	46.739,24
2.6	0.1.058	Cota-Parte do Salário Educação	69.847,99
2.7	0.1.058	Rendimento Aplicação Salário Educação	1.475,81
2.8	0.3.058	Superávit Financeiro do Salário Educação	76.933,39
2.9	0.1.022.5	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Básico	40.036,69
2.10	0.1.022.5	Rendimento s/ Aplicação do Transporte Escolar Estadual	837,17
2.11	0.3.022.5	Superávit Financeiro do Transporte Escolar Estadual	68.569,09
2.12	0.1.024.6	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Médio	32.084,65
2.13	0.1.059	Transferências Diretas do FNDE – PDDE	0,00
2.14	0.1.059	Rendimento s/ Aplicação do PDDE	0,00
2.15	0.1.061	Transferências Diretas do FNDE - PNATE	28.482,78
2.16	0.1.061	Rendimento s/ Aplicação do PNATE	260,54
2.17	0.3.061	Superávit Financeiro do PNATE	12.418,20
2.18	0.1.062	Programa Brasil Alfabetizado	0,00
2.19	0.1.062	Rendimento s/ Aplicação do Programa Brasil alfabetizado	0,01
2.20	0.3.062	Superávit Financeiro - Programa Brasil Alfabetizado	1,65
2.21	0.1.060	Transferências Diretas do FNDE - PNAE	16.074,00
2.22	0.1.060	Rendimento s/ Aplicação do PNAE	31,01

2.23	0.3.060	Superávit Financeiro - PNAE	0,00
2.24	0.1.022.71	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Escolar Infantil	127.161,96
2.25	0.1.022.71	Superávi Financeiro - Convênio MEC - Ampliação Rede Esc. Infantil	253.129,52
TOTAL			2.933.983,36

3. DESTINAÇÃO DO RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

	CÓDIGO DAS F.R.	CÓDIGO SUB- FUNÇÃO	Especificação	Exigência Legal	Realizada até o mês	Diferença
3.1	0.1.001	361	Ensino Fundamental 72,67%	296.914,22	241.011,54	-55.902,68
3.2	0.3.001	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
3.3	0.1.001		Contribuição ao FUNDEB	991.974,82	991.973,93	-0,89
3.4	0.1.001	365	Educação Infantil 24,44%	99.856,66	15.707,39	-84.149,27
3.5	0.3.001	365	Educação Infantil	0,00	2.200,00	2.200,00
3.6	0.1.018	361	Ensino Fundamental 60,23%	274.927,44	260.789,82	-14.137,62
3.7	0.1.018	365	Educação Infantil 39,77%	181.535,19	210.045,89	28.510,70
3.8	0.1.019	361	Ensino Fundamental 81,23%	246.032,19	155.522,03	-90.510,16
3.9	0.1.019	365	Educação Infantil 18,77%	56.851,21	49.600,32	-7.250,89
3.10	0.3.019	361	Ensino Fundamental	46.739,24	46.739,24	0,00
3.11	0.1.058	361	Ensino Fundamental	71.323,80	27.769,00	-43.554,80
3.12	0.3.058	361	Ensino Fundamental	76.933,39	61.887,91	-15.045,48
3.13	0.1.022.5	361	Ensino Fundamental	40.873,86	6.892,35	-33.981,51
3.14	0.3.022.5	361	Ensino Fundamental	68.569,09	67.039,09	-1.530,00
3.15	0.1.024.6	362	Ensino Médio	32.084,65	12.355,00	-19.729,65
3.16	0.1.059	361	Ensino Fundamental %	0,00	0,00	0,00
3.17	0.1.059	365	Educação Infantil - %	0,00	0,00	0,00
3.18	0.1.061	361	Ensino Fundamental	28.743,32	99.617,46	70.874,14
3.19	0.3.061	361	Ensino Fundamental	12.418,20	12.418,20	0,00
3.20	0.1.062	361	Ensino Fundamental	0,01	1,66	1,65
3.21	0.3.062	361	Ensino Fundamental	1,65	0,00	-1,65
3.22	0.1.060	361	Ensino Fundamental	16.105,01	4.566,06	-11.538,95
3.23	0.3.060	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
3.25	0.1.022.71	365	Educação Infantil	127.161,96	195.112,67	67.950,71
3.26	0.3.022.71	365	Educação Infantil	253.129,52	0,00	-253.129,52
3.26	0.1.001	366	Educ. Jovens Adultos - 2,89%	11.807,93	0,00	-11.807,93
TOTAL				2.933.983,36	2.461.249,56	-472.733,80

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	21,33%	-3,67
4.2. Remuneração Profissionais do Magistério	60%	62,00%	2,00

* Saldo do FUNDEB = 101.932,76

Memória de Cálculo: 4.1 = (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5+3.26-saldo FUNDEB) / 1.3

4.2 = (3.6+3.7) / (2.2+2.3+2.4)

Antônio Carlos, em 18 de Maio de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CARLICE B. SCHMITZ
Contador

JUDITE KOCH SCHMITT
Secretária M. de Educação

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.926.351,68	2.069.505,72	1.922.118,01	2.050.232,88	1.692.491,45	1.839.979,87	1.838.370,90	2.301.567,45	1.777.890,82	1.808.433,41	1.826.135,61	2.263.433,98	23.316.511,78	23.151.900,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	162.900,07	442.784,56	236.533,13	149.009,79	78.993,24	92.944,02	79.450,89	191.299,38	111.974,58	92.168,70	98.546,35	153.651,86	1.890.256,57	1.725.800,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	162.900,07	442.784,56	236.533,13	149.009,79	78.993,24	92.944,02	79.450,89	191.299,38	111.974,58	92.168,70	98.546,35	153.651,86	1.890.256,57	1.725.800,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	162.900,07	442.784,56	236.533,13	149.009,79	78.993,24	92.944,02	79.450,89	191.299,38	111.974,58	92.168,70	98.546,35	153.651,86	1.890.256,57	1.725.800,00	
I.P.T.U.	37.554,44	267.598,03	127.543,50	8.934,43	7.238,79	7.094,42	5.378,41	2.363,22	0,00	0,00	0,00	47.511,91	511.217,15	502.800,00	
I.S.S.	74.988,94	62.776,79	71.105,89	63.790,39	49.383,64	44.894,25	51.943,71	68.021,32	92.004,06	38.227,90	56.857,23	53.960,27	727.954,39	690.000,00	
I.T.B.I.	9.990,06	10.920,71	11.605,83	9.406,16	9.920,09	10.519,36	6.197,46	7.719,46	4.039,19	4.305,47	12.774,06	10.017,72	107.415,57	104.000,00	
I.R.R.F	8.061,82	81.443,86	8.122,75	58.609,07	9.016,09	25.889,55	8.762,53	108.136,01	10.890,71	44.363,90	11.944,80	10.482,50	385.723,59	260.000,00	
Outras Receitas Tributárias	32.304,81	20.045,17	18.155,16	8.269,74	3.434,63	4.546,44	7.168,78	5.059,37	5.040,62	5.271,43	16.970,26	31.679,46	157.945,87	169.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	40.487,00	47.398,14	45.328,06	46.718,57	46.681,00	46.313,37	47.414,76	102.704,19	18.361,00	54.173,76	50.577,32	51.504,11	597.661,28	606.100,00	
RECEITA PATRIMONIAL	118.272,05	64.552,66	88.663,54	295.632,95	105.811,89	111.135,11	126.013,50	83.889,91	131.407,77	131.874,61	155.656,60	304.373,99	1.717.284,58	1.153.100,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	907,00	962,29	1.091,00	0,00	550,30	491,00	1.555,00	0,00	0,00	535,00	1.503,00	7.594,59	5.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	907,00	962,29	1.091,00	0,00	550,30	491,00	1.555,00	0,00	0,00	535,00	1.503,00	7.594,59	5.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	907,00	962,29	1.091,00	0,00	550,30	491,00	1.555,00	0,00	0,00	535,00	1.503,00	7.594,59	5.000,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	850,00	1.969,89	3.174,26	1.863,21	1.270,54	2.193,68	2.964,16	2.286,29	1.684,04	3.411,41	3.800,59	14.473,34	39.941,41	26.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.516.289,84	1.458.334,95	1.490.219,72	1.468.561,07	1.422.667,40	1.552.644,17	1.547.723,49	1.861.046,62	1.506.430,48	1.498.323,68	1.489.318,27	1.730.569,90	18.542.129,59	19.474.500,00	
Cota-Parte do F.P.M.	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	407.763,82	685.720,81	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	5.133.580,19	5.600.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	663.222,30	664.990,49	709.005,02	703.853,89	743.556,16	751.651,71	766.469,99	778.826,82	744.420,49	648.997,89	701.734,98	734.727,74	8.611.457,48	9.036.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	91.537,13	84.247,37	96.334,16	90.155,58	82.419,06	69.731,25	44.141,63	22.177,28	43.066,22	70.262,04	84.724,42	103.607,73	882.403,87	986.000,00	
Cota-Parte do ITR.	79,81	197,19	465,18	67,05	4.948,84	8.011,59	642,09	185,07	1.321,01	314,23	666,07	18.326,66	35.224,79	3.000,00	
Transferências da LC 61/1989	11.652,34	12.881,80	12.659,65	12.703,69	11.776,65	16.636,35	15.603,27	17.650,41	5.840,59	12.200,01	10.856,74	11.519,80	151.981,30	184.000,00	
Transferências da LC 87/1996	3.840,48	3.840,48	3.840,48	3.840,48	3.840,48	3.840,48	3.840,48	3.840,48	3.660,20	3.660,20	3.656,51	3.656,51	45.357,26	48.000,00	
Transferências do FUNDEB	147.569,86	144.113,30	140.758,50	143.310,84	147.655,74	154.925,90	154.159,47	159.726,18	191.706,09	178.916,11	188.047,86	198.538,51	1.949.428,36	1.865.000,00	
Outras Transferências Correntes	134.000,01	128.921,51	170.602,08	146.837,03	134.850,10	161.903,65	155.102,74	192.919,57	85.430,13	62.630,46	145.556,71	213.942,35	1.752.696,34	1.752.500,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	87.552,72	53.558,52	57.237,01	87.356,29	37.067,38	34.199,22	34.313,10	58.786,06	8.032,95	28.481,25	27.701,48	7.357,78	521.643,76	161.400,00	
DEDUÇÕES (II)	271.693,94	264.729,93	263.725,60	264.777,85	256.572,67	275.917,77	275.762,30	344.571,66	245.858,59	286.223,58	261.872,82	293.287,54	3.304.994,25	3.577.400,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	24.750,16	27.670,12	27.954,01	29.094,96	28.541,01	28.755,09	27.863,63	85.536,21	0,00	34.868,35	30.730,32	29.669,93	375.433,79	406.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	246.943,78	237.059,81	235.771,59	235.682,89	228.031,66	247.162,68	247.898,67	259.035,45	245.858,59	251.355,23	231.142,50	263.617,61	2.929.560,46	3.171.400,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.654.657,74	1.804.775,79	1.658.392,41	1.785.455,03	1.435.918,78	1.564.062,10	1.562.608,60	1.956.995,79	1.532.032,23	1.522.209,83	1.564.262,79	1.970.146,44	20.011.517,53	19.574.500,00	

FONTE:

ANTONIO CARLOS, 29/05/2012

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CARLICE B. SCHMITZ
Contador CRC/SC-14.636

ANA CARLA PRIM
Controle Interno

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Ascurra

PREFEITURA

Concurso Publico

Estado de Santa Catarina
Poder Legislativo de Ascurra
Concurso Público Nº 001/2012
Edital Nº 001/2012

O Poder Legislativo do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, por seu Presidente Sr. Arcido Lunelli, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público destinado ao provimento dos cargos de Assessor Legislativo e Contador do quadro de servidores do Poder Legislativo Municipal, regido pelas disposições deste Edital e legislação vigente, cujas inscrições estarão abertas de 31/05/2012 a 14/06/2012.

A íntegra do edital está disponível no mural da Câmara Municipal de Ascurra, situada na Rua Benjamin Constant, nº. 221, Centro em Ascurra e nos sites www.ascurra.sc.gov.br e www.actio.srv.br.

A inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, no site www.actio.srv.br.

É imprescindível que o candidato leia atentamente o edital nº 001/2012, através do qual terá conhecimento de todas as informações sobre o certame.

Ascurra/SC, 28 de maio de 2012.

ARCIDO LUNELLI
Presidente

Atalanta

PREFEITURA

Lei Nº 1262/2012

LEI Nº 1262/2012.

"Dispõe sobre denominação de Rua e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a presente LEI:

Art. 1º Fica denominada de "Rua Adolfo Becker" a Rua sem denominação, tendo seu início obliquamente a Estrada Geral São João, numa extensão aproximada de 224,11 metros, finalizando no Rio São João, tudo conforme Mapa de Zoneamento Urbano. Todos são sabedores da grande importância deste cidadão para com o Município de Atalanta, sendo que o mesmo foi o 1º Diretor da "E.E.B.Dr. Frederico Rolla".

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Atalanta - SC 28 de maio de 2012.

BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Pregão (Presencial) 125/2012- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 125/2012- PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO DE DIÁRIO DE CLASSE PARA UO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 15:30 horas, do dia 14 junho, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 14 junho, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 28 de maio de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Termo de Inexigibilidade de Licitação Nº112/2012-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº112/2012-FMS

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE CLINICAS VETERINÁRIAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO PROGRAMA DE ESTERILIZAÇÃO ITINERANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU. CUMPRE DESTACAR QUE ESTA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO SE DÁ EM CONFORMIDADE COM A CHAMADA PÚBLICA Nº 29/2012 E NA FORMA DO ART. 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA:

CLÍNICA VETERINÁRIA BIGUÁ LTDA

VALOR: SEM VALOR (CONFORME NECESSIDADE)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93:

- É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

Ainda conforme o Manual de Orientações para Contratação de Serviços no sistema Único de Saúde:

-Quando o gestor tiver a necessidade de contratar todos os prestadores de serviço de seu território ou de uma determinada área (bairro, distrito, etc), instalando-se assim, a impossibilidade de competição entre os concorrentes.

Biguaçu, 09 de maio de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Por delegação -LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

Aditivo 2 do Contrato Nº 10.240/2011 TP Nº 126/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço tipo empreitada global para reforma e ampliação das novas instalações da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, conforme planilha orçamentária e memorial descritivo, em anexo.

Aditivo 2 do Contrato nº 10.240/2011 TP Nº 126/2011 - FMS

Fornecedor: Sinal Construções Ltda.

Vigência: de 01/04/2012 a 28/09/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde.

Aditivo Nº 1 do Contrato Nº 10.033/2012 Pe Nº 3/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO BACCILUS THURIGIENSIS VAR. ISRAESENSIS PARA O SETOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Aditivo nº 1 do Contrato nº 10.033/2012 PE Nº 3/2012 - FMS

Fornecedor: AGRO LÍDER LTDA.

Valor: R\$ 1.797,75

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10. 109/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO NÚMERO 10. 109/2012/FMS
PROCESSO: 103/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE MUNICÍPIO DE BIGUAÇU (UNIDADE CENTRAL, PRONTO ATENDIMENTO, PRADO, JARDIM JANAÍNA, BOM VIVER, SAVEIRO, MARCOS ANTONIO, SOROCABA DE DENTRO, SOROCABA DE FORA, CACHOEIRAS, ESTIVA, FAZENDA, SANTA CATARINA, TIJUQUINHAS, TRÊS RIACHOS, VENDAVAL, CENTRO, FUNDOS, CIABS, CEO, VIG. SANITARIA E VIG. EPIDEMIOLÓGICA, CAPS E SECRETARIA DE SAÚDE. CONVÉM DESTACAR QUE ESTA DISPENSA SE DÁ EM FORMA DO ART 24, INCISO II, DA LEI Nº 8666/93.

Contratado: IMUNIZADORA RIBEIRO LTDA.

Valor: R\$ 3.750,00 (Três mil setecentos e cinquenta reais).

Prazo de vigência: 31/12/2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 19/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2011

Número do Registro de Preços: 19/2011 **Data do Registro:** 30/05/2011 **Válido até:** 30/05/2012
Objeto da Compra: Aquisição de tubos de concreto para drenagem pluvial da Rua Duque de Caxias, Rua Clara Stuve e Carlos Stuve e tubos para manutenção das ruas municipais e localidades do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TUBO DE CONCRETO Ø 60 (3441)	UND	COMERCIAL NOBILI LTDA ME (8697)	CIMENTUBO	0	38,0000	1
			DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	38,4000	2
			SLX. IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME (8833)	SLX	0	43,3000	3
			STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MÁQUINAS LTDA (8640)	STAHLFABRIK	0	48,0000	4
2	TUBO CONCRETO Ø 30CM (3770)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	13,4000	1
			STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MÁQUINAS LTDA (8640)	STAHLFABRIK	0	13,4500	2
			COMERCIAL NOBILI LTDA ME (8697)	CIMENTUBO	0	14,2000	3
			SLX. IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME (8833)	SLX	0	17,5800	4
3	TUBO CONCRETO Ø 40CM (3771)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	18,5000	1
			COMERCIAL NOBILI LTDA ME (8697)	CIMENTUBO	0	18,6000	2
			STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MÁQUINAS LTDA (8640)	STAHLFABRIK	0	19,9000	3
			SLX. IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME (8833)	SLX	0	20,5000	4
4	TUBO CONCRETO Ø 50CM (3772)	UND	COMERCIAL NOBILI LTDA ME (8697)	CIMENTUBO	0	29,5000	1
			DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	DCONCRETO	0	29,9000	2
			STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MÁQUINAS LTDA (8640)	STAHLFABRIK	0	31,9000	3
5	TUBO CONCRETO Ø 60CM PA1 (6133)	UND	COMERCIAL NOBILI LTDA ME (8697)	CIMENTUBO	0	74,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2011**Número do Registro de Preços: 19/2011****Data do Registro: 30/05/2011****Válido até: 30/05/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de tubos de concreto para drenagem pluvial da Rua Duque de Caxias, Rua Clara Stuve e Carlos Stuve e tubos para manutenção das ruas municipais e localidades do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MÁQUINAS LTDA (8640)	STAHLFABRIK	0	74,4500	2

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2011****PROCESSO Nº 33/2011**

(8640) - STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MÁQUINAS LTDA

(8697) - COMERCIAL NOBILI LTDA ME

(8765) - DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO

(8833) - SLX. IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

BRACO DO TROMBUDO , 30 de Maio de 2011.

Caçador

PREFEITURA

Portaria Nº 21.543

PORTARIA Nº 21.543, de 02 de abril de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 31, § único do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências

RESOLVE:

COLOCAR a disposição da Fundação Municipal de Cultura - FMC a Servidora Pública Municipal ELIANE BEATRIZ DUPONT MACHADO, ocupante do cargo de Professora, com 20h semanais, readaptada na Secretaria de Administração e Fazenda, a partir de 02 de abril de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de abril de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

DEOCLIDES SABEDOTT

Secretário Adjunto para Assuntos da Administração.

Portaria Nº 21.641 - Republicada por Incorreção

PORTARIA Nº 21. 641, de 07 de maio de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, os(as) cidadãos(as) a seguir relacionados(as), especificando: nome, cargo, secretaria de atuação, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec	Ref.	C.H	Motivo da contratação	Período da Contratação
Deyse Aparecida Heine	Enfermeira	006	37	35	De acordo com classificação em Processo Seletivo SAÚDE - homologado pelo Decreto 5.054, de 03/11/11	02/05/12 a 02/05/13
Miguel Morais dos Santos Filho	Aux. Serv. Obras Públicas	FUND	01	44	De acordo com classificação em Processo Seletivo FUNDEMA- homologado pelo Decreto 5.179, de 22/03/12	07/05/12 a 07/05/13
Nair Góes de Lara	Aux. Serv. Obras Públicas	FUND	01	44	De acordo com classificação em Processo Seletivo FUNDEMA- homologado pelo Decreto 5.179, de 22/03/12	03/05/12 a 03/05/13

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de maio de

2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário Da Administração.

Edital de Convocação Nº 001 - Processo Seletivo Fundação de Esportes

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001, de 23 de maio de 2012.

Convoca aprovados em Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, para atuar junto a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME - Edital nº 004/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos a seguir relacionados, classificados no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 004/2012, de 04/04/12, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com homologação do resultado final do Processo, conforme sequência de classificação:

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 40H - NATAÇÃO

Paulo Roberto Bordignon

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 40H - VOLEIBOL

Diego André Bridi

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 40H - FUTSAL

Everton Luiz Corrêa

Agnaldo Pelegrini de Souza

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 20h - TÊNIS DE MESA

Rômulo Ramos

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 20H - TÊNIS DE CAMPO

Odilson Dutra

a) Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, munidos de identidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Ingresso.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de maio de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 9.109 de 23 de Maio de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.109 DE 23 DE MAIO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO PROFISSIONAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Funcional Horizontal por Avaliação de Desempenho Profissional a partir de 01 de maio de 2012, a Servidora Pública Municipal - Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA, Matrícula Funcional nº 000092, Registro no Sistema sob nº 295640, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 90 (noventa) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2 Nível 2 Referência C para o Código P2 Nível 2 Referência D no valor de R\$ 2.283,19 (dois mil, duzentos e oitenta e três reais, dezenove centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de maio de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

0

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.110 de 23 de Maio de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.110 DE 23 DE MAIO DE 2012

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio ao Agente Administrativo II - JOSÉ MAURO SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000035, Registro no Sistema sob nº 47700, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2005 a 01 de novembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará sua Licença Prêmio no período de 14 de maio de 2012 a 12 de junho de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de maio de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.089 de 16 de maio de 2012.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 23 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.111 de 23 de Maio de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.111 DE 23 DE MAIO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO PROFISSIONAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Funcional Horizontal por Avaliação de Desempenho Profissional a partir de 17 de maio de 2012, a Servidora Pública Municipal - Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), SILVIA PASDA UHLIG, Matrícula Funcional nº 000173, Registro no Sistema sob nº 299980, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 90 (noventa) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2 Nível 2 Referência B para o Código P2 Nível 2 Referência C no valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais, sessenta e nove centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 17 de maio de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.112 de 23 de Maio de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.112 DE 23 DE MAIO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO PROFISSIONAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Funcional Horizontal por Avaliação de Desempenho Profissional a partir de 01 de maio de 2012, a Servidora Pública Municipal - Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), VERÔNICA WOYCIECHOSKI, Matrícula Funcional nº 000171, Registro no Sistema sob nº 299800, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 90 (noventa) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2 Nível 2 Referência B para o Código P2 Nível 2 Referência C no valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais, sessenta nove centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de maio de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

0

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.113 de 23 de Maio de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.113 DE 23 DE MAIO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO PROFISSIONAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Funcional Horizontal por Avaliação de Desempenho Profissional a partir de 01 de abril de 2012, a Servidora Pública Municipal - Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), ARLETE JORGENSEN SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 0232, Registro no Sistema sob nº 437501, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 90 (noventa) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Código

P2 Nível 2 Referência C para o Código P2 Nível 2 Referência D no valor de R\$ 2.283,19 (dois mil, duzentos e oitenta e três reais, dezenove centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de abril de 2012.

Parágrafo único: A Progressão Horizontal de que trata o Caput deste artigo, concedida na folha de pagamento do mês de maio de 2012, será pago o valor de R\$ 59,18 (cincoenta e nove reais e dezoito centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2012, já descontado o valor de R\$ 7,32 (sete reais e trinta e dois centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 14,63 (quatorze reais, sessenta e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.114 de 23 de Maio de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.114 DE 23 DE MAIO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO PROFISSIONAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Funcional Horizontal por Avaliação de Desempenho Profissional a partir de 01 de abril de 2012, a Servidora Pública Municipal - Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, Matrícula Funcional nº 000261, Registro no Sistema sob nº 101970, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 90 (noventa) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2 Nível 2 Referência C para o Código P2 Nível 2 Referência D no valor de R\$ 1.141,60 (um mil, cento e quarenta e um reais, sessenta centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de abril de 2012.

Parágrafo único: A Progressão Horizontal de que trata o Caput deste artigo, concedida na folha de pagamento do mês de maio de 2012, será pago o valor de R\$ 29,60 (vinte e nove reais e sessenta centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2012, já descontado o valor de R\$ 3,66 (três reais e sessenta e seis centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 7,32 (sete reais, trinta e dois

centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.114 de 23 de Maio de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.114 DE 23 DE MAIO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO PROFISSIONAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Funcional Horizontal por Avaliação de Desempenho Profissional a partir de 01 de abril de 2012, a Servidora Pública Municipal - Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, Matrícula Funcional nº 000261, Registro no Sistema sob nº 101970, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 90 (noventa) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2 Nível 2 Referência C para o Código P2 Nível 2 Referência D no valor de R\$ 1.141,60 (um mil, cento e quarenta e um reais, sessenta centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de abril de 2012.

Parágrafo único: A Progressão Horizontal de que trata o Caput deste artigo, concedida na folha de pagamento do mês de maio de 2012, será pago o valor de R\$ 29,60 (vinte e nove reais e sessenta centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2012, já descontado o valor de R\$ 3,66 (três reais e sessenta e seis centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 7,32 (sete reais, trinta e dois centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.115 de 23 de Maio de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.115 DE 23 DE MAIO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO PROFISSIONAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Funcional Horizontal por Avaliação de Desempenho Profissional a partir de 01 de abril de 2012, ao Servidor Público Municipal - Professor VIII - Geografia, PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000499, Registro no Sistema sob nº 954736, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 90 (noventa) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Cód. P1, Nível de Vencimento 1, Referência A para o P1, Nível de Vencimento 1, Referência B no valor de R\$ 896,72 (oitocentos e noventa e seis reais, setenta e dois centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de abril de 2012.

Parágrafo único: A Progressão Horizontal de que trata o Caput deste artigo, concedida na folha de pagamento do mês de maio de 2012, será pago o valor de R\$ 23,25 (vinte e três reais e vinte e cinco centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2012, já descontado o valor de R\$ 2,87 (dois reais e oitenta e sete centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 5,75 (cinco reais, setenta e cinco centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.116 de 23 de Maio de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.116 DE 23 DE MAIO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, Auxiliar de Odontologia - NADIR BUENO TELMA, Matrícula Funcional nº 000218, Registro no Sistema Sob nº 227501, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência E para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência F no valor de R\$ 859,01 (oitocentos e cinquenta e nove reais, um centavo) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de maio de 2012, será pago o valor de R\$ 44,55 (quarenta e quatro reais, cinquenta e cinco centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2012, já descontado o valor de R\$ 5,51 (cinco reais, cinquenta e um centavos), referente à contribuição da servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 11,01 (onze reais, um centavo) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 03 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão (Presencial) Nº 16/2012 - Fundo Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 16/2012

A licitação tem como objeto aquisição de equipamentos odontológico e equipamentos ambulatoriais para os postos de saúde do município, conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário
01	03	conj	Equipo odontológico completo: (equipo/sugador/refletor/mocho) Com as seguintes especificações técnicas: Cadeira com 8 movimentos, sendo 4 individuais, 3 programáveis(2 posições de trabalho e volta a zero programadas pelo profissional) e Last Position. Apóia-braços direito e esquerdo rebatíveis. Opção cabeceira Standard com movimentação padrão ou cabeceira biarticulada com múltiplos movimentos, revestimento em couro lavável, na cor azul ou cinza. Mesa do Equipo separado (Kart). Acompanha seringa triplice e 2 mangueiras Borden (para alta e baixa rotação). Com regulagem externa de ar e de água do spray dos instrumentos. Braços com movimentação horizontal e vertical, com ajuste de altura pneumático. Unidade auxiliar rebatível em 90º, possui suporte para até 3 posições. Opção de cuba removível de polímero inquebrável ou porcelana autoclavável. Com sistema de sucção Venturi com mangueira de 6,3 mm, esguicho de água removível e autoclavável. Refletor fechado.Dupla alça para movimentação com pega ergonômica para o dentista e assistente. Gera luz fria (cor branca neutra) que impede desvios de identificação de cores da resina. Acionamento progressivo ou 3 posições pré programadas de intensidade de luz, variando de 22.000 à 6.000 lux. Mocho giratório a gás com encosto reto, com espuma injetada de alta densidade, revestido em couro lavável, base giratória em nylon, rodízios giratórios e ajuste de altura através do sistema de gás, cor idêntico ao da cadeira capacidade 135 kg, voltagem 220 volts, garantia de no mínimo 12 meses. Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Registro na ANVISA (exigidos na entrega do equipamento).	7.500,00
02	03	Unid	Compressor de ar: para equipo odontológico (sem bomba vácuo), pressão mínima 80 libras 5.5 bar pressão Máxima 120 lbf/pol² - 8,3 barg, Volume geométrico do reservatório 29 litros, motor elétrico monof com rele contra sobrecarga 1,5 HP - 1,1 kW - RPM 1680, corrente do motor 220V 5,0A, peso aproximado 40 kg, dimensões aproximada 500 x 460 x 716 (mm), isento de óleo, nível de ruído aproximadamente 75 DB medido a 1 \m de distancia fundo 65 DB,com 4 pistões a seco, garantia no mínimo de 12 meses.	2.500,00

03	03	unid	Fotopolemirizador: sem fio, restaurações Diretas E Indiretas. Acompanha: 01 Ponteira De Fibra Optica De 8Mm E 01 Ponteira Para 3 Dentes. Luz Fria (Azul) Gerada Por Led De Alta Potência; 1.250 Mw/Cm2 Timer (5, 10, 15, 20 Seg), Com Bip Sonoro No Final Da Operação; Intensidade Inicial Da Luz Com Rampa Crescente De 3 Segundos, Diminuindo O Stress Da Polimerização; Corpo Em Abs Alto Impacto; Bivolt Automático 90/240V; Ponteiros Removíveis E Com Giro De 360°. Especificações Técnicas Emissor De Luz Azul 1 Led (Light Emitting Diodes) Comprimento De Onda (Luz) 440Nm A 480Nm Alimentação Bivolt Automático - 90/240V Peso Da Peça De Mão 128G Comprimento (Sem Ponteira) 19Cm. Garantia no mínimo de 12 Meses. Registro na ANVISA(exigidas na entrega do equipamento).	800,00
04	03	unid	Caneta micro motor intra: com refrigeração, sistema intra de encaixe rápido, permitindo giro de 360° das peças acopladas, velocidade (rotação) de 3.000 a 20.000 rpm reversão da rotação, autoclavável a 135°C, spray externo através de mangueira de silicone, confeccionado em alumínio anodizado, conexão tipo borden (universal 2 furos), anel giratório acoplado ao corpo que permite a reversão da rotação, baixo nível de ruído aproximadamente 70 dbs. Garantia no mínimo de 12 meses. Registro na ANVISA(exigido na entrega do equipamento).	400,00
05	03	unid	Caneta micro motor intra: com refrigeração, sistema intra de encaixe rápido, permitindo giro de 360° das peças acopladas, velocidade (rotação) de 3.000 a 20.000 rpm reversão da rotação, autoclavável a 135°C, spray externo através de mangueira de silicone, confeccionado em alumínio anodizado, conexão tipo borden (universal 2 furos), anel giratório acoplado ao corpo que permite a reversão da rotação, baixo nível de ruído aproximadamente 70 dbs. Garantia no mínimo de 12 meses. Registro na ANVISA (exigido na entrega do equipamento).	400,00
06	03	unid	Caneta de alta rotação: confeccionada em alumínio anodizado, pinça em latão e aço alto torque, baixo nível de ruído aproximadamente 70 dbs, sistema de rolamento apoiados am anéis de borracha, spray triplo para refrigeração da broca, conexão tipo borden (universal 2 furos) velocidade aproximadamente de 0 a 420.000 rpm, sistema de troca de brocas convencional (FG) autoclavável ate 135°C pressão de ar aproximadamente 35 lbs Garantia no mínimo de 12 meses. Registro na ANVISA(exigido na entrega do equipamento).	400,00

07	03	unid	Caneta contra ângulo baixa rotação:, rotação: mínimo de 5.000 rpm - máximo de 25.000 rpm, cabeça fixa com spray externo, troca broca por fecho, encaixe Rápido, utiliza brocas tipo AR e FG (com adaptação do madril FG), baixo nível de ruído e vibração, material: Latão, Alumínio e Aço Inox, autoclavável até 135°C. Garantia de no mínimo 12 meses. Registro na ANVISA(exigido na entrega do equipamento).	600,00
08	01	unid	Aparelho de Raio X: Estrutura de aço tubular, com movimentos suaves com giro horizontal livre de 360° nas conexões do braço com a coluna, na junção dos braços e no movimento do cabeçote, eliminando a possibilidade de rompimento da fiação elétrica. Giro Livre de 360° das articulações eliminando a possibilidade de torção do chicote elétrico CABEÇOTE DE RAIOS X Com capacidade de 70 Kvp e 8 mA, integra todos os recursos para proporcionar qualidade e segurança. Revestido internamente com chumbo, com câmara de expansão e bobinas de alta tensão revestida com resina epoxy. O cabeçote fechado a vácuo em óleo, com localizador cilíndrico longo, filtro de alumínio e colimador de chumbo para limitação dos Raios X. Timer eletrônico digital é microprocessado e seu display é em LCD. O tempo do disparo é centesimal e varia de 0,32 a 3,20 segundos de tempo real de exposição. Controle remoto equipado com cabo espiral de 5 metros. Sinal sonoro e led. Voltagens 220 V. Coluna móvel, parede e pantografico Capacidade de 70 Kvp e 8 mA Filtro total: 3,61mm al/ equivalente Ponto focal: 0,8 x 0,8 mm Comando disparador digital microprocessado. Compatível com todos os sistemas de radiografia digital Escala de tempos centesimal de 0,32 s à 3,20 s Voltagem : 127 ou 220 v Pintura de alta resistência: Epoxy (à pó) e poliuretano alifático (líquida) Estrutura de aço tubular – Movimentos suaves e precisos com giro horizontal livre de 360° Rodízios com travas (modelo coluna) Blindagem interna do cabeçote em chumbo Cilindro localizador longo com colimador em chumbo Freqüência da rede 50/60 Hz Corrente nominal 6 A (220 V) Corrente do tubo 8 mA (variável) Voltagem do tubo 70 Kvp Variação de voltagem permitida 5 Kv Filtração total 3,61 mm Al /Equivalente Ponto focal 0,8 x 0,8 mm (IEC 336/1982) Tempo de exposição 0,32a 3,20 segundos Testados e certificados através de laudos técnicos. Registro no INMETRO e certificado de BPF (Boas Praticas de Fabricação) e Registro na ANVISA (exigidos na entrega do equipamento).	3.800,00

09	03	conj	<p>Conjunto Ginecológico: contendo:</p> <p>Mesa ginecológica : Em madeira confeccionada em MDF 15mm, com 2 portas e 4 gavetas, revestida com fórmica, leito com espuma de 5 cm, densidade mínima D-28, revestido em courvim e dividido em 3 secções; Dorso, Assento e Pernas, elevação de altura manual, acompanha perneira ou porta calcanhares reforçada com ferragem especial e na cor do courvim da mesa, cuba rim, dimensões 1,80x 0,55x 0,85 capacidade 120 kilos, courvin nas cores: preto ou Azul, fórmica nas cores: Bege, Cinza Claro, as gavetas e porta(s) poderão ser em cores diferentes da estrutura da mesa.</p> <p>Mesa auxiliar tubular sem rodízios, tampo em fórmica, tamanho aproximado 0,40 X 0,40 mt</p> <p>Mocho giratório: assento estofado giratório gás com rodízios, estrutura em tubo redondo de 1"x 1,20, apoio para pés em arco, acabamento em pintura epóxi, altura máxima: 0,60cm.</p> <p>Foco ginecológico: com opção para espelho, projetado com as mais novas técnicas de iluminação, proporcionando uma luz intensa sem manchas e com um fecho de luz altamente dirigido. Características Técnicas: - Espelho opcional. - Altura ajustável. - Lâmpada halógena. - Haste flexível cromada. - Corpo em metal com pintura eletrostática. - Base com 5 rodízios proporcionando uma maior estabilidade. - Voltagem 220V.</p> <p>Escada com 2 degraus: Estrutura tubular em aço redondo, EPOXI, iso em madeira revestida com borracha antiderrapante, pés protegidos por ponteiros plásticos, dimensões: 0,40m largura x 0,50m comprimento x 0,35m altura.</p> <p>Mesa auxiliar de apoio estrutura tubular com tampo em fórmica, dimensões mínimas de 0,80 x 0,50 com sacada e 1 gaveta</p>	4.000,00
10	02	Unid	<p>Autoclave horizontal com capacidade de 21 litros, digital, câmara de esterilização em aço inoxidável. Para esterilização a vapor sob pressão.</p> <p>Programa Único de Esterilização, capacidade 21 litros, câmara em aço inox ou alumínio anodizado, câmara com 3 bandejas em alumínio anodizado com espaço para 4ª bandeja opcional secagem com porta entreaberta, com 13 sistemas de segurança, sistema com microcontrolador, voltagem 220V. Garantia de no mínimo 24 meses.</p> <p>Registro na ANVISA e Boas Práticas de Fabricação (exigidos na entrega do equipamento).</p>	2.600,00

11	04	Unid	Carro Curativo Hospitalar com balde bacia e lixeira, estrutura tubular em aço redondo cromado, tampo e 1 prateleira em chapa metálica com pintura epóxi, com varandas laterais em toda volta, com rodízios, dimensão 0,40m largura x 0,80 m comprimento x 0,80 m de altura.	900,00
12	04	Unid	Óxímetro de Pulso: portátil de dedo mede e mostra valores da Sp O2 e da frequência cardíaca, botão único de ligação para facilitar a operação, visor grande e de fácil visualização, compacto, portátil e iluminado, alimentação através de pilhas, dispositivo de liga e desliga automaticamente quando fora de atividade. Garantia no mínimo de 12 meses	400,00
13	04	conj	Conjunto de Laringoscópio Fibra Ótica adulto e infantil em aço inox, contendo cabo adulto fibra ótica, cabo infantil fibra ótica, 4 lâminas de laringoscópio curva nº 1,2,3,4 funcionamento com baterias(pilhas)	1.400,00
14	04	Unid	Reanimador de silicone Adulto autoclavável com reservatório (reanimador Ambú)	200,00
15	04	Unid	Reanimador de silicone Infantil autoclavável com reservatório (reanimador Ambú)	200,00
16	04	Unid	Purificador de água com compressor, gás R 134 A, ecológico, água natural e gelada, termostato externo, capacidade de refrigeração 3,6 litros hora com 7 níveis de filtragem, 220volts, com bandeja coletora localizada na parte inferior, removível para facilitar a limpeza, garantia mínima de 12 meses.	600,00
17	04	Unid	Carrinho de limpeza em polipropileno com balde expremedor dobrô 30 litros com divisão para água limpa e água suja, 1 (um) conjunto de mop liquido (1 cabo em alumínio fosco + 1 haste na cor do balde + 1 refil mop liquido 350g na cor cru) medidas mínimas 116 cm comprimento x 57 cm de largura x 100 cm de altura com suporte para sacos de lixo	800,00
18	08	Unid	Longarinas: banco de espera para recepção c/ 3 lugares, sem encosto, assento revestido em courvin na cor preta, estrutura tubular reforçada, capacidade aproximadamente de 135 kg.	300,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 09 horas e 45 minutos, do dia 13/06/2012, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.03 – Manutenção das Atividades de Estratégia Saúde da Família; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 301– Atenção Básica; Programa: 53 – Estratégia Saúde da Família; Projeto: 2.116 – Manutenção e Coordenação da Estratégia da Saúde; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00

– Equipamentos; Recurso: 00.01.0100 – Programa saúde da Família (código reduzido: 43, valor estimado R\$ 51.600 ,00).

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.02 – Manutenção das Atividades Básicas de Saúde; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 301– Atenção Básica; Programa: 54 – SaúdeBucal; Projeto: 2.133 – Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos; Recurso: 00.01.0104 – PAB Fixo (código reduzido: 72, valor estimado R\$ 26.400,00).

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone “Licitação” / “Pregão” / “Pregão 16/2012”.

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 28 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 35/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

Gabinete do Prefeito

RATIFICAÇÃO

(Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 35/2012)

Na qualidade de Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão emanada pela Comissão Permanente de Licitações no Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 35/2012, tendo a escolha recaída sob o Professor José Sluminski, por notório saber.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA LECIONAR, ENSAIAR E REGER A BANDA MUSICAL BAMUCA (nas dependências da Casa da Cultura - Centro) E A BANDA E FANFARRA DO DISTRITO DE FRAGOSOS (em Fragosos), TOTALIZANDO 56 HORAS MENSAIS (40 HORAS MENSAIS PARA TRABALHAR NO CENTRO E 16 HORAS PARA TRABALHAR EM FRAGOSOS).

Valor: R\$ 1.350,00 mensais, em 10 (dez) parcelas, perfazendo um total de R\$ 13.500,00.

Publique-se.

Campo Alegre, 22 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 74/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

Gabinete do Prefeito

RATIFICAÇÃO

(Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 74/2012)

Na qualidade de Prefeito Municipal de Campo Alegre-SC, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão emanada pela Comissão Permanente de Licitações no Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 74/2012, tendo a escolha recaída sob o Professor

José Sluminski (micro empreendedor individual, inscrito no CNPJ nº 15.347.153/0001-87), por notório saber.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA LECIONAR, ENSAIAR E REGER A FANFARRA DE BATEIAS DE BAIXO, TODAS AS SEGUNDAS FEIRAS DE CADA MÊS, TOTALIZANDO 20 HORAS MENSAIS, ALÉM DE ACOMPANHAR A FANFARRA NAS APRESENTAÇÕES, CONFORME CALENDÁRIO DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 07/05/2012 A 30/12/2012.

Valor: R\$ 750,00 mensais, em 8 meses, totalizando R\$ 6.000,00.

Publique-se.

Campo Alegre, 07 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.533 de 28/05/2012

DECRETO Nº 6.533 DE 28/05/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 19 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA
PROJETO/ATIVIDADE: 1.057 - Construção de poços artesianos cisternas e conservação das águas

Elementos de despesa:

15-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º será utilizado o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), proveniente do Superávit 2011 de Recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

28 de maio de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.534 de 28/05/2012

DECRETO Nº 6.534 DE 28/05/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.012 - Manutenção da Gerência de Merenda Escolar

Elementosdespesa: 101-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 464.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º será utilizado o valor de R\$ 464.000,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil reais), proveniente do Superávit Financeiro do Exercício Anterior de Recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

28 de maio de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.535 de 28/05/2012

DECRETO Nº 6.535 DE 28/05/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 13 - DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR - GERÊNCIA TRANSPORTE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.014 - Manutenção do Departamento de Transporte Escolar - Gerência Transporte

Elementos de despesa: 61-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0022.1-Aplicações Diretas R\$ 125.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º será utilizado o valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), proveniente do Provável Excesso de Arrecadação do Transporte Escolar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

28 de maio de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.536 de 28/05/2012

DECRETO Nº 6.536 DE 28/05/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais) no projeto e na atividade baixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.059 - Construção de praças, jardins e parques infantis

Elementos de despesa: 38-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 24.300,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior de Recursos Próprios.

Art. 3º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 341.250,00 (trezentos e quarenta e um mil, duzentos e cinquenta reais) no projeto e na atividade baixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.059 - Construção de praças, jardins e parques infantis

Elementos de despesa: 154-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0024.0 - Aplicações Diretas R\$ 341.250,00

Art. 4º Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do Convênio nº 366.525-75/2011 - Ministério do Turismo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

28 de maio de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso de Prorrogação de Abertura Pr 25/2012

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA

PREGÃO 25/2012

PROCESSO 107/2012

Levamos ao conhecimento dos interessados, devido alterações no

edital, fica prorrogado a data de abertura da Pregão 25/2012, Processo 107/2012.

Sendo assim a data de abertura fica prorrogada para: 12/06/2012 às 14:30 horas.

Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras da Prefeitura, pelo telefone 3541-6216, ou pelo e-mail compras@camposnovos.sc.gov.br.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 10/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 13/06/2012 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Fundação Hospitalar, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço Por Item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAIS CIRURGICOS PARA UTILIZAÇÃO EM CIRURGIAS GERAIS E ORTOPEDICAS E UTENSÍLIOS HOSPITALARES EM INOX PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 30 de maio de 2012.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

MARLIÊSE DA CASS MECABÔ

Administradora

Ata 02/2011 Registro de Preço 01/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2011

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2011

Aos 17 dias do mês de junho de 2011, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilibaldo Erch Schmid, no uso de suas atribuições, inscrita no CNPJ sob o nº82.939.232/0001-74, representado neste ato pelo Sr., abaixo-assinados, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: PONTO CERTO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Campos Novos, inscrita no CNPJ sob o nº 00.510.282/0004-10, neste ato representada pelo Sr. Luiz Carlos Paggi, doravante denominado FORNECEDOR, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

Foi solicitado alteração de preços, pelo requerente, conforme item 13 do edital, considerando as disposições estabelecidas no Art.65, da Lei nº 8.666. Em conformidade com majoração de preço praticado pelo fabricante, fica acrescido 15% (quinze por cento) do valor unitário de R\$ 18,90 ficará R\$ 21,73 cada saca de 50 Kg de cimento.

Campos Novos (SC), 17 de junho de 2011

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

PONTO CERTO

CNPJ 00.510.282/0004-10

Fornecedor

Ata 02/2011 Registro de Preço 02/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2011 DO PROCESSO 135/2011

Aos 04 dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. VILIBALDO ERICH SCHMID, no uso de suas atribuições, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: FENIX ELETRÔNICOS E COMÉRCIO EM GERAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Eurico de Aguiar, nº888, Santa Lucia na cidade de Vitória/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 07.804.978/0001-55, neste ato representada por seu procurador, Sr. José Ricardo Barbosa Vaz, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição dos materiais de informática descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de informática, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Campos Novos) e dos Órgãos Participantes.

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.2- Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo do Órgão Gerenciador é a seguinte:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO
01	20	COMPUTADORES CORE 15, 4GB RAM, 250GB HD, MONITOR 19"/WIN7 PRO	2.670,00

CLÁUSULA TERCEIRA -DOS PREÇOS

3.1 - Os preços não serão reajustados durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - A forma de pagamento dos itens 01,02 e 03 será de 10 (dez) dias após a entrega dos materiais e da nota fiscal.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

nos preços estipulados na sua proposta;
c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1 - Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade, e no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2 - Todas as despesas relacionadas com as entregas do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador

deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1- O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012 (após aprovação). As despesas orçamentárias serão decorrentes de cada área requisitante.

Elemento 44.90.52.35.00.00.00.00.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1- O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data e homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de

Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos, 04 de agosto de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Órgão Gerenciador

FENIX ELETRÔNICOS E COMÉRCIO EM GERAL LTDA

CNPJ sob o nº 07.804.978/0001-55

Ata 01/2011 Registro de Preço 02/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2011 DO PROCESSO 135/2011

Aos 04 dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. VILIBALDO ERICH SCHMID, no uso de suas atribuições, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Barão do Rio Branco, nº 459, Centro na cidade de Farroupilha/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 02.543.216/0001-29, neste ato representada por seu procurador, Sr. Paulo Eduardo Steffen, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição dos materiais de informática descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de informática, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Campos Novos) e dos Órgãos Participantes.

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo do Órgão Gerenciador é a seguinte:

1.2-ESTIMATIVA DE CONSUMO DA PREFEITURA MUNICIPAL

ITEM	QUANTIDADE	OBJETO	VALOR UNITÁRIO
03	10	NOTEBOOK 14" CORE 15, 4GB RAM, 250 GB HD	R\$ 3.260,00

CLÁUSULA TERCEIRA -DOS PREÇOS

3.1 - Os preços não serão reajustados durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será

feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - A forma de pagamento dos itens 01,02 e 03 será de 10 (dez) dias após a entrega dos materiais e da nota fiscal.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1 - Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade e no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2 - Todas as despesas relacionadas com as entregas do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012(após aprovação). As despesas orçamentárias serão decorrentes de cada área requisitante.

Elemento 44.90.52.35.00.00.00.00.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de

fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos, 04 de agosto de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Órgão Gerenciador

PERFIL COMPUTACIONAL LTDA

CNPJ nº 02.543.216/0001-29

Ata 01/2012 Registro de Preço 01/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2012

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, VILIBALDO ERICH SCHMID, no uso de suas atribuições, e a empresa INFOTRIZ SUPRIMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita sob o CNPJ 04.586.694/0001-41 representado neste ato pelo Sr. Samir Elmo Besen, abaixo-assinados, RESOLVEM Registrar os Preços PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE CARTUCHOS E TONNERS ORIGINAIS E FITAS PARA IMPRESSORA, PARA USO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

Item	Descrição	Estimativa de Consumo	Preço Máximo
------	-----------	-----------------------	--------------

01	Cartucho Original HP nº 17, colorido, 15 ml, para impressora HP Deskjet 845. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	20 unidades	91,50
02	Cartucho Original HP nº 27, preto, 10 ml, para impressora HP Deskjet 3535. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	20 unidades	54,80
03	Cartucho Original HP nº 29, Preto, 20 ml, para impressora HP Deskjet 660 C. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	75 unidades	68,90
04	Cartucho Original HP, nº 15, 14 ml, para impressora HP Deskjet 845. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	30 unidades	51,75
05	Cartucho Original HP, nº 49, colorido, 11 ml, para impressora HP Deskjet 660 C. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	45 unidades	79,20
06	Cartucho original nº 22, colorido, 5ml para impressora HP Deskjet D 1360. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	180 unidades	44,65

07	Cartucho Original nº 28, colorido, 8ml, para impressora HP PSC 1315. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	25 unidades	57,90
08	Cartucho original Canon nº 31, colorido, 9 ml	30 unidades	66,28
09	Cartucho Original HP nº 92, preto, 5 ml	16 unidades	34,90
10	Cartucho original HP, nº 93, colorido, 5ml	16 unidades	48,85
11	Cartucho original, Canon, nº 30, preto, 11 ml	35 unidades	55,90
12	Cartucho Original HP nº 75, preto, 3,5 ml. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	25 unidades	48,68
13	Cartucho Original HP nº 74, preto, 4,5ml, Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	25 unidades	39,80
14	Cartucho HP original nº 122, preto, 2ml para impressora HP Deskjet 1000. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	24 unidades	24,80
15	Cartucho Original nº 122 colorido, com 1,5 ml, para impressora HP Deskjet 1000. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	24 unidades	29,80
16	Cartucho original nº 28, colorido, 8ml, para impressora HP Deskjet 3535. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	25 unidades	57,55
17	Cartucho original TK 112 para Multifuncional Kyocera FS 1016	20 unidades	282,00

18	Cartucho Original nº 60, preto, para impressora HP Deskjet 4480, 5 ml. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	90 unidades	34,80
19	Cartucho Original Epson - T038-120, com 10 ml	16 unidades	38,65
20	Cartucho Epson original T039-020, 25 ml	16 unidades	58,45
21	Cartucho original nº 60, tinta colorida, 5 ml, para impressora HP Deskjet 4480. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	85 unidades	44,45
22	Cartucho original nº 57, tinta colorida, 17 ml, para impressora HP 1315. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	10 unidades	102,40
23	Cartucho original nº 21, tinta preta, 5 ml, para impressora HP Deskjet D 1360. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	200 unidades	34,60
24	Cartucho original nº 27, tinta preta, 10 ml para impressora HP PSC 1315. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	30 unidades	26,80
25	Cartucho original nº 56, tinta preta, 19 ml, para impressora HP PSC 1315, caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	10 unidades	62,90
26	FITA PARA IMPRESSORA EPSOM FX 2190	90 unidades	32,90
27	FITA PARA IMPRESSORA EPSON LX300	55 unidades	10,98
29	Tonner original HP CE285A	10 unidades	168,40

30	Tonner original Q2612A para impressora Laser JET HP M1005 MFP	80 unidades	184,00
31	Tonner ML-D 2850 original para impressora Laser Samsung	10 unidades	256,90
32	Tonner original Phaser 3125 - para impressora Xerox Phaser 3125	20 unidades	290,00
33	Tonner Original Samsung ML 2851ND	12 unidades	294,00
34	Tonner CB 435A original para impressora HP Laser Jet P 1005	8 unidades	246,00
35	Tonner para máquina copiadora HP Laser JET 3320 - C7115A	14 unidades	170,00

§ 1º As entregas deverão ocorrer em até 05 (cinco) dias após emissão e envio de autorização de fornecimento

§ 2º O pagamento será efetuado em até 20 dias após emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário ou diretamente ao representante da empresa.

§ 3º Os pagamentos ficarão condicionados a apresentação das seguintes Certidões Negativas de Débitos: Trabalhista, INSS, FGTS, Federal, Estadual e Municipal.

§ 4º Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

§ 5º Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;

b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC) 22 de fevereiro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

INFOTRIZ SUPRIMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA
CNPJ 04.586.694/0001-41

Ata 02/2012 Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2012

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. VILIBALDO ERICH SCHMID, no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Presidente Wilson, 1668, Bairro Ipiranga em São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.270.366/0005-53, doravante denominado FORNECEDOR PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CAMARAS, PROTETOR E SERVIÇOS DE CONSERTOS, MONTAGEM E RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, AUTARQUIAS FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº

0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

Item	Especificações	Quantidade	Valor Unitário
2	PNEU 175/70 R13 82T GOL/SA-VEIRO/CORSA/VOYAGE	86	124,00
3	PNEU 175/65 R14 82 T PRISMA	4	161,00
7	PNEU 185/65 R 14 88T LIVINA	16	165,00
8	PNEU 185/65 R14 86T GOL	12	165,00
14	PNEU 750-16 , liso 12 lonas profundidade mínima 11 ml micro onibus agrale/f 4000	22	352,00
16	PNEU 235/60 R17 ,102 S CAPITIVA	8	489,00
18	PNEU 750x16, borrachudo, 12 lonas, com profundidade mínima de sulco de 14,8mm /F 4000	20	383,00
19	PNEU 900x20 liso, 14 lonas MICRO W	18	540,00
20	PNEU 12x16,5x10 lonas RETRO ESCAVADEIRA	20	691,00
21	PNEU 19.5L, 24,12 lonas COM NO MINIMO 30MM DE PROFUNDIDADE PR12 R4 RETRO ESCAVADEIRA	8	1.951,00
23	PNEU 1400x24 G-2, 16 lonas, capacidade mínima de carga 3.650kg, profundidade mínima de sulco 26mm	50	1.741,00
25	PNEU 12-16,5x10 lonas RETRO ESCAVADEIRA	24	691,00
26	PNEU 10-16,5, mini carregadeira Bob Cat 10 LONAS	6	577,00
28	PNEU 1000x20, liso, 16 lonas, com no mínimo 12,8mm de profundidade de sulco	90	690,00
30	Protetor 1000x20	150	16,00
31	Protetor 16	30	12,00
32	Câmara de ar 1000x20	150	51,00
33	Câmara de ar 750x16, bico longo	30	29,00
36	Câmara 900-16	20	49,00
37	Câmara de ar 14	20	18,00
38	Câmara de ar 13	20	15,00

O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital). A forma de pagamento será de 30 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as cnds em anexo.

Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a

presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 29 de fevereiro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA

CNPJ sob o nº 07.270.366/0005-53

Ata 03/2011 Registro de Preço 02/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011 DO PROCESSO 135/2011

Aos 04 dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. VILIBALDO ERICH SCHMID, no uso de suas atribuições, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: MI COMÉRCIO E SERVIÇO DE INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Machado de Assis, nº 133 na cidade de Caxias do Sul/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 94.073.012/0001-90, neste ato representada por seu procurador, Sr. Éder Luiz de Souza, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição dos materiais de informática descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de informática, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Campos Novos) e dos Órgãos Participantes.

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1- Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo do Órgão Gerenciador é a seguinte:

2.2-ESTIMATIVA DE CONSUMO DA PREFEITURA MUNICIPAL

ITEM	QUANTIDADE	OBJETO	VALOR UNITARIO
02	50	COMPUTADORES CORE 2, 2GB RAM, 320GB HD, MONITOR 18,5" C/WIN7 PRO	2.140,00

CLÁUSULA TERCEIRA -DOS PREÇOS

3.1 - Os preços não serão reajustados durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - A forma de pagamento dos itens 01,02 e 03 será de 10 (dez) dias após a entrega dos materiais e da nota fiscal.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:



- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1 - Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade e no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2 - Todas as despesas relacionadas com as entregas do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012 (após aprovação). As despesas orçamentárias serão decorrentes de cada área requisitante.

Elemento 44.90.52.35.00.00.00.00.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de doze meses a partir da data e homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de

Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos, 04 de agosto de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Órgão Gerenciador

MI COMÉRCIO E SERV. DE INF. LTDA

CNPJ sob o nº 94.073.012/0001-90

Ata 03/2012 Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2012

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. VILIBALDO ERICH SCHMID, no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: GRIS RECAPAGENS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada nas margens da BR 282 KM 342 em Campos Novos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.742.583/0001-75, doravante denominado FORNECEDOR PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CAMARAS, PROTETOR E SERVIÇOS DE CONsertos, MONTAGEM E RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, AUTARQUIAS FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

Item	Especificações	Quantidade	Valor Unitário
44	Recapagem Pneu 12,5/80-18	8	350,00
45	Recauchutagem pneu 17.5x25, borrachudo quente com no mínimo 40 cm de largura de banda, 3 cm de profundidade de sulco e 8 cm de largura de garra	40	1.164,00
46	Recauchutagem pneu 16.9x28, borrachudo quente, com no mínimo de 41cm de largura de banda, 3,5cm de profundidade de sulco e 5,5cm de largura de garra	12	1.362,00
47	Recauchutagem pneu 1400x24, borrachudo quente, com no mínimo 34cm de largura de banda, 2,6cm profundidade de sulco e 9cm de largura de garra	50	848,00
51	Vulcanização e conserto interno "VD10 pneu 17.5x25	50	138,00
52	Vulcanização e conserto interno "VD10 pneu 17.5x25	100	98,00

53	Vulcanização "VD pneu 1400x24	20	133,00
54	Vulcanização "VD pneu 12x16.5	20	98,00
56	Conserto pneu 750x16	500	12,00
58	Conserto pneu 1400x24	80	36,00
59	Conserto pneu 16.9x28	80	36,00
60	Conserto pneu 17.5x25	30	37,00
61	Conserto pneu 175/70 R14	80	10,00
62	Conserto pneu 165/70 R13	80	10,00
63	Conserto pneu 185/70 R14 100/102	50	10,00
64	Conserto pneu 12,5x18	50	14,00
65	Conserto pneu 12,5x16	20	14,00
66	Conserto pneu 10x16,5	50	14,00
67	Montagem pneu 185/ R14	30	8,00
68	Montagem pneu 17.5x25	20	35,00
69	Montagem pneu 750/16	100	10,00
70	Montagem pneu 175/70 R14	20	8,00
71	Montagem pneu 16.9x28	250	35,00
72	Montagem pneu 1000x20	250	14,00
73	Montagem pneu 1400x24	100	35,00

O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital). A forma de pagamento será de 30 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as cnds em anexo.

Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 29 de fevereiro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

GRIS RECAPAGENS LTDA

CNPJ nº 07.742.583/0001-75

Ata 04/2011 Registro de Preço 03/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 167/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2011

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, A PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilivaldo Erich Schmid, no uso de suas atribuições,, RESOLVE Registrar os Preços da empresa:

EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Getúlio Vargas, 281, Centro na cidade de Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.583.954/0001-64, neste ato representada por seu procurador, Sr. Ricardo Antônio Prates, CPF 454.080.179-15, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de material para publicidade, compreendendo material gráfico e de comunicação visual, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.– A presente Ata tem como objeto: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAL PARA PUBLICIDADE, COMPREENDENDO MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS

Item	Objeto	Valor Unitário R\$
16	Bloco para rascunho/ tamanho 14cm altura x 10cm de largura/ capa couchê 180g - cor 4x0 / folhas internas sulfite 75g - cor 1x0/ 50 folhas	0,86
17	Envelope tamanho 23,7cm largura x 11,5cm altura / sulfite 75g/ cor 4x0 / com aba	0,21
18	Envelopes para CD/DVD/ tamanho 12,5cm x 12,5cm/couchê 250g / com aba/ cor 4x0	0,43
19	Folder/couchê 150g/A4/ cores 4x4/01 vinco	109,50
20	Folder/couchê 150g/A4/cores 4x4/02 vincos	109,80
21	Folheto/couchê 150g/A5/ cores4x4/	78,90
23	Informativo/couchê 150g/(capa) Couchê 120g(interno)21x29,7cm fechada/cor4x4/ grampo/12pg/com capa	560,00
24	Informativo/couchê 150g/(capa)Couchê 120g(interno)21x29,7cm fechada/cor4x4/ grampo/24pg/com capa	1.358,00
25	Pasta arquivo/ triplex 250g /plastificada/ cor 4x0 / 23 cm largura x 31cm altura fechada/ sem bolsa/ 01 vinco	598,00
26	Pasta/ triplex 250g /plastificada/ cor 4x0 / 23 cm largura x 31cm altura fechada/ com bolsa/ 01 vinco.	615

CLÁUSULA SEGUNDA – ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Objeto	Estimativa de Consumo
16	Bloco para rascunho/ tamanho 14cm altura x 10cm de largura/ capa couchê 180g - cor 4x0 / folhas internas sulfite 75g - cor 1x0/ 50 folhas	5.000 Unidades
17	Envelope tamanho 23,7cm largura x 11,5cm altura / sulfite 75g/ cor 4x0 / com aba	20.000 Unidades
18	Envelopes para CD/DVD/ tamanho 12,5cm x 12,5cm/couchê 250g / com aba/ cor 4x0	3.000 Unidades
19	Folder/couchê 150g/A4/ cores 4x4/01 vinco	150 Milheiros
20	Folder/couchê 150g/A4/cores 4x4/02 vincos	100 Milheiros
21	Folheto/couchê 150g/A5/ cores4x4/	100 Milheiros
23	Informativo/couchê 150g/(capa) Couchê 120g(interno)21x29,7cm fechada/cor4x4/ grampo/12pg/com capa	25 Milheiros

24	Informativo/couchê 150g/(capa)Couchê 120g(interno)21x29,7cm fechada/cor4x4/ grampo/24pg/com capa	40 Milheiros
25	Pasta arquivo/ triplex 250g /plastificada/ cor 4x0 / 23 cm largura x 31cm altura fechada/ sem bolsa/ 01 vinco	8 Milheiros
26	Pasta/ triplex 250g /plastificada/ cor 4x0 / 23 cm largura x 31cm altura fechada/ com bolsa/ 01 vinco.	6 Milheiros

CLÁUSULA TERCEIRA –DOS PREÇOS

3.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 – O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

4.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ENTREGAS

6.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 05 (cinco) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- A empresa deverá entregar e instalar os produtos no local indicado pela Prefeitura de Campos Novos, dentro do território do Município.

6.3– Todas as despesas relacionadas com as entregas e instalação do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11– As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012.

Elemento 33.90.39.27.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 26 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA

CNPJ nº 84.583.954/0001-64

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Ata 04/2012 Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2012

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. VILIBALDO ERICH SCHMID, no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: MODELO PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Mal Humberto Castelo Branco, 56 em Bento Gonçalves/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 94.510.682/0001-26, doravante denominado FORNECEDOR PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CAMARAS, PROTETOR E SERVIÇOS DE CONCERTOS, MONTAGEM E RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, AUTARQUIAS FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

Item	Especificações	Quantidade	Valor Unitário
22	PNEU 17,5x25 L-2, 16 lonas, com capacidade de carga mínima de 7.300kg	30	2.913,00
27	PNEU 16,9x28 R4, 12 lonas, capacidade de carga 2.450kg	8	3.350,00

O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital). A forma de pagamento será de 30 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as cnds em anexo.

Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 29 de fevereiro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

PNEUS LTDA
CNPJ nº 94.510.682/0001-26

Ata 05/2011 Registro de Preço 03/2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 167/2011
REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2011

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, A PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilibaldo Erich Schmid, no uso de suas atribuições,, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua 19 de Setembro, 570, Floresta, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 12.609.708/0001-23, neste ato representada por seu procurador, Sr. Samuel Luiz Hoffmann, CPF 585.083.769-87, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de material para publicidade, compreendendo material gráfico e de comunicação visual, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.- A presente Ata tem como objeto: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAL PARA PUBLICIDADE, COMPREENDENDO MATERIAL GRÁFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS.

Item	Objeto	Valor Unitário R\$
3	Adesivo/Cast	39,00

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Objeto	Estimativa de Consumo
3	Adesivo/Cast	100m2

CLÁUSULA TERCEIRA -DOS PREÇOS

3.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no

prazo de até 05 (cinco) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- A empresa deverá entregar e instalar os produtos no local indicado pela Prefeitura de Campos Novos, dentro do território do Município.

6.3- Todas as despesas relacionadas com as entregas e instalação do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a

veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11- As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012. Elemento 33.90.39.27.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere

este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 26 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA

CNPJ nº 12.609.708/0001-23

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Ata 05/2012 Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2012

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. VILIBALDO ERICH SCHMID, no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: VICINI PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na BR 208, KM 506, Bairro Sufiatti em Xanxerê/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.854.209/0002-68, doravante denominado FORNECEDOR PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CAMARAS, PROTETOR E SERVIÇOS DE CONSERTOS, MONTAGEM E RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, AUTARQUIAS FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

Item	Especificações	Quantidade	Valor Unitário
1	PNEU 165/70 R13 79 T UNO	20	110,50
4	PNEU 175/70 R13 82T GOL/SAVEIRO/CORSA/VOYAGE	118	198,00
5	PNEU 185 R14 102/100S 8 Lonas KOMBI	66	225,00
6	PNEU 185/60 R14 82H GOL/PRISMA	12	175,00
9	PNEU 215/70 R14 106/104Q BESTA	10	297,00
10	PNEU 195/70 R15 104R	12	286,00
11	PNEU 205/60 R15 91V	20	315,00
12	PNEU 225/70 R15 112R SPRINTER	8	335,00
13	PNEU 205/70 R16 113/111Q MASTER	8	397,00
15	PNEU 205/55 R16 91V BORA	8	275,00
17	PNEU 215/75 R17.5 126/124L misto uso terra e asfalto com profundidade mínima de sulco de 14,0mm 12 LONAS	38	705,00
24	PNEU 12,5/80-18x12 lonas -RETRO	16	1.310,00
29	PNEU 1000x20, borrachudo, 16 lonas, com no mínimo 20,5mm de profundidade de sulco	90	932,00
34	Câmara de ar Km 24	80	106,00
35	Câmara de ar 12,5/80-18	20	72,00

39	Recapagem Pneu (radial)1000x20, borrachudo frio, com profundidade de sulco 17mm	60	379,00
40	Recapagem Pneu 1000x20, liso frio profundidade de sulco 15mm	100	359,00
41	Recapagem pneu 750x16, borrachudo frio, com no mínimo de 12,5mm profundidade de sulco	20	210,00
42	Recapagem Pneu 10x16,5	6	400,00
43	Recapagem Pneu 12x16,5	12	419,00
48	Recauchutagem pneu 18.4x34, borrachudo quente, com no mínimo 42cm de largura de banda 4cm de sulco e 4cm de largura de garra	2	1.395,00
49	Vulcanização "VD5 pneu 750x16	40	49,00
50	Vulcanização "VD10 pneu 185 14	50	29,00
55	Vulcanização "VD 12,5/80-18	130	96,00
74	Vulcanização "VD6 pneu 1000x20	200	94,00

O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital). A forma de pagamento será de 30 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as cnds em anexo.

Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 29 de fevereiro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

VICINI PNEUS LTDA

CNPJ sob o nº 82.854.209/0002-68

Ata 06/2011 Registro de Preço 03/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 167/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2011

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, A PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilivaldo Erich Schmid, no uso de suas atribuições, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: J2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua marechal Deodoro, Centro em Campos

Novos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.018.483/0001-09, neste ato representada por seu procurador, Sr. Jakson Roberto Jacomel, CPF 730.318.109-10, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de material para publicidade, compreendendo material gráfico e de comunicação visual, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.- A presente Ata tem como objeto: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAL PARA PUBLICIDADE, COMPREENDENDO MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS.

Item	Objeto	Valor Unitário R\$
6	Banner/lona270g/ Resolução 720 DPI	37,50
7	Bastões de alumínio p/banners maiores q/2m de largura/20mm	3,65

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Objeto	Estimativa de Consumo
6	Banner/lona270g/ Resolução 720 DPI	150m2
7	Bastões de alumínio p/banners maiores q/2m de largura/20mm	300m

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 05 (cinco) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- A empresa deverá entregar e instalar os produtos no local indicado pela Prefeitura de Campos Novos, dentro do território do

Município.

6.3- Todas as despesas relacionadas com as entregas e instalação do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este

se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 d) Tiver presentes razões de interesse público;
 e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
 f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11- As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012. Elemento 33.90.39.27.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para

dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 26 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

J2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA ME

CNPJ nº 07.018.483/0001-09

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Ata 07/2011 Registro de Preço 03/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 167/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2011

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, A PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilivaldo Erich Schmid, no uso de suas atribuições, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: MARINA CERINO DA SILVA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Nereu Ramos, 106, Centro em Campos Novos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 13.366.320/000-01, neste ato representada por seu procurador, Sr. Ricardo Cerino da Silva, CPF 950.243.609-15, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de material para publicidade, compreendendo material gráfico e de comunicação visual, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.- A presente Ata tem como objeto: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAL PARA PUBLICIDADE, COMPREENDENDO MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS

Item	Objeto	Valor Unitário R\$
1	Acabamento cantoneira alumínio aplicada/metro corrido	4,98
2	Acabamento ilhós cromado aplicado/	0,19
4	Adesivo /gold max p/recorte-externo	38,00
5	Adesivo perfurado/cast	34,00
8	Estrutura metálica simples pintada/tubo ferro	34,00
9	Faixa/adesivada	20,00
10	Outdoor /2x6m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em madeira de base 3 escoras / Armação: madeira / Pannel: 4 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: sem ilhós e bainha	1.050,00
11	Outdoor /3x9m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em concreto de base 3 escoras / Armação: madeira / Pannel: 9 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0/ acabamento: sem ilhós e bainha	2.890,00
12	Placa c/chapa galvanizada adesivada com armação em madeira de lei	55,00
13	Placa PVC s/armação/pvc adesivado/ resolução 720 DPI	48,00
14	Placa de acrílico Transparente 0,60x0,40	50,00

15	Cabo de Aço 6mm para Estaleirar	4,40
----	---------------------------------	------

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Objeto	Estimativa de Consumo
1	Acabamento cantoneira alumínio aplicada/metro corrido	500m
2	Acabamento ilhós cromado aplicado/	1000 unidades
4	Adesivo /gold max p/recorte-externo	100m2
5	Adesivo perfurado/cast	200m2
8	Estrutura metálica simples pintada/tubo ferro	200m
9	Faixa/adesivada	250m2
10	Outdoor /2x6m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em madeira de base 3 escoras / Armação:madeira / Pannel: 4 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: sem ilhós e bainha	10 unidades
11	Outdoor /3x9m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em concreto de base 3 escoras / Armação: madeira / Pannel: 9 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: sem ilhós e bainha	6 unidades
12	Placa c/chapa galvanizada adesivada com armação em madeira de lei	150m2
13	Placa PVC s/armação/pvc adesivado/ resolução 720 DPI	150m2
14	Placa de acrílico Transparente 0,60x0,40	50 unid
15	Cabo de Aço 6mm para Estaleirar	300m

CLÁUSULA TERCEIRA -DOS PREÇOS

3.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente,

conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 05 (cinco) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- A empresa deverá entregar e instalar os produtos no local indicado pela Prefeitura de Campos Novos, dentro do território do Município.

6.3- Todas as despesas relacionadas com as entregas e instalação do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
 c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 d) Tiver presentes razões de interesse público;
 e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
 f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11- As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012.

Elemento 33.90.39.27.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere

este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 26 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

MARINA CERINO DA SILVA

CNPJ nº 13.366.320/000-01

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Ata 08/2011 Registro de Preço 04/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 169/2011

PREGÃO Nº39/2011 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2011

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e onze, presentes de um lado, PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilivaldo Erich Schmid, no uso de suas atribuições, RESOLVE Registrar os Preços da empresa COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Marechal Deodoro, nº 777, na cidade de Concórdia/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 79.808.754/0001-22, neste ato representada legalmente pelo seu sócio-gerente Sr. Sérgio Antonio Stechinski, CPF 304.839.569-53 doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição em contratações futuras de cartuchos originais, toners e fitas de impressoras descritos a seguir para uso na administração da Prefeitura de Campos Novos, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1- A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE CARTUCHOS ORIGINAIS, TONERS E FITAS DE IMPRESSORAS PARA USO NA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO

Item	Descrição	Valor Unitário
05	Cartucho de tinta preta HP 27- para impressora HP DESKJET PSC 1315 original C8727A com 10 ML. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	R\$ 32,10
06	Cartucho de tinta colorida HP 28 original HP C8728AL com 8 ML. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	R\$ 42,00

10	Toner tinta preta 05A -CE505A- Original para impressora HP DESKJET 2055	R\$ 157,00
12	Toner tinta preta 92A C4092A para impressora LASERJET 1100	R\$ 130,00

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Descrição	Qtidade estimada
05	Cartucho de tinta preta HP 27- para impressora HP DESKJET PSC 1315 original C8727A com 10ML.	70 unidades
06	Cartucho de tinta colorida HP 28 original HP C8728AL com 8 ML.	70 unidades
10	Toner tinta preta 05A -CE505A- Original para impressora HP DESKJET 2055	40 unidades
12	Toner tinta preta 92A C4092A para impressora LASERJET 1100	25 unidades

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega do objeto e da emissão de NF-e.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 07 (sete) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- Todas as despesas relacionadas com as entregas do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5(cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser

calculado desde o 6º(sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu

registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10- As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012.

Elemento 33.90.30.16.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 03 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

COMAPE MAQS P/ ESCRITÓRIO LTDA

CNPJ sob o nº 79.808.754/0001-22

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Ata 09/2011 Registro de Preço 04/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 169/2011

PREGÃO Nº39/2011 -REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2011

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e onze, presentes de um lado, PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilivaldo Erich Schmid, no uso de suas atribuições,, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: DINÂMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua XV de Novembro, nº818, na cidade de Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.248.680/0001-10, neste ato representada legalmente pelo Sr. Roberto Antonio Tessaro, CPF 518.086.929-34, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição em contratações futuras de cartuchos originais, toners e fitas de impressoras descritos a seguir para uso na administração da Prefeitura de Campos Novos, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1- A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE CARTUCHOS ORIGINAIS, TONERS E FITAS DE IMPRESSORAS PARA USO NA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO

Item	Descrição	Valor Unitário
07	Cartucho de tinta preta HP 60- para impressora HP DESKJET 4280 original C8727A com 5 ML. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	R\$ 28,20

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Descrição	Otidade estimada
07	Cartucho de tinta preta HP 60- para impressora HP DESKJET 4280 original C8727A com 5 ML.	200 unidades

CLÁUSULA TERCEIRA -DOS PREÇOS

3.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega do objeto e da emissão de NF-e.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND\s- Certidões Negativas de

Débitos- em anexo.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 07 (sete) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- Todas as despesas relacionadas com as entregas do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
 - III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- § 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços

registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11- As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012.

Elemento 33.90.30.16.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá

ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 03 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

DINÂMICA PAPELARIA

ROBERTO TESSARO & CIA

CNPJ 85.248.680/0001-10

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Ata 10/2011 Registro de Preço 04/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 169/2011

PREGÃO Nº39/2011- REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2011

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e onze, presentes de um lado, PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. VILIBALDO ERICH SCHMID, no uso de suas atribuições,, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: ELMO PAPELARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Prefeito José Kehrig, nº 5501, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.999.762/0001-31, neste ato representada legalmente pela Sra. Catia Aurélio de Oliveira Besen, CPF 789.733.339-68, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição em contratações futuras de cartuchos originais, toners e fitas de impressoras descritos a seguir para uso na administração da Prefeitura de Campos Novos, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1- A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE CARTUCHOS ORIGINAIS, TONERS E FITAS DE IMPRESSORAS PARA USO NA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO

Item	Descrição	Valor Unitário
02	Cartucho de tinta colorida HP 17 - para impressora HP DESKJET 840C original C6625A com 15 ML. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante	R\$ 70,18
03	Cartucho de tinta preta HP 21- para impressora HP DESKJET D1360 original C9351A com 5ML. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	R\$ 26,40
04	Cartucho de tinta colorida HP 22- para impressora HP DESKJET D1360 original C9352A com 5 ML. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	R\$ 34,90
09	Toner tinta preta 12A- Q2612A- Original para impressora LASER JET HP M319f MFP.	R\$ 119,50
11	Toner tinta preta 36A CB436A Original para impressora HP LASERJET P1505N	R\$ 132,90
14	Toner 423/428 para máquina copiadora Work Centre Pro 423 e 428	R\$ 675,00
15	Cartucho original de tinta, com 69ML, para Plotter HP Desingjet T770 HardDisk Version - Photo Black	R\$ 94,00
16	Cartucho de tinta, com 69ML, para Plotter HP Desingjet T770 Hard Disk Version - Original C9401A Gray	R\$ 89,50
17	Cartucho de tinta, com 69ML, para Plotter HP Desingjet T770 Hard Disk Version - Original C9398A Cyan	R\$ 89,50
18	Cartucho de tinta, com 69ML, para Plotter HP Desingjet T770 Hard Disk Version - Original C9399A Magenta	R\$ 89,50
19	Cartucho de tinta, com 69ML, para Plotter HP Desingjet T770 Hard Disk Version -Original C4900A Yellow	R\$ 89,50
20	Cartucho de tinta, com 69ML, para Plotter HP Desingjet T770 Hard Disk Version -Original C9403A Matte Black	R\$ 89,50

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Descrição	Qtidade estimada
02	Cartucho de tinta colorida HP 17 - para impressora HP DESKJET 840C original C6625A com 15 ML.	100 unidades
03	Cartucho de tinta preta HP 21- para impressora HP DESKJET D1360 original C9351A com 5ML.	150 unidades
04	Cartucho de tinta colorida HP 22- para impressora HP DESKJET D1360 original C9352A com 5 ML.	150 unidades
09	Toner tinta preta 12A- Q2612A- Original para impressora LASER JET HP M319f MFP.	40 unidades
11	Toner tinta preta 36A CB436A Original para impressora HP LASERJET P1505N	40 unidades
14	Toner 423/428 para máquina copiadora Work Centre Pro 423 e 428	10 unidades
15	Cartucho original de tinta, com 69ML, para Plotter HP Desingjet T770 HardDisk Version - Photo Black	10 unidades
16	Cartucho de tinta, com 69ML, para Plotter HP Desingjet T770 Hard Disk Version - Original C9401A Gray	10 unidades

17	Cartucho de tinta, com 69ML, para Plotter HP Designjet T770 Hard Disk Version - Original C9398A Cyan	10 unidades
18	Cartucho de tinta, com 69ML, para Plotter HP Designjet T770 Hard Disk Version - Original C9399A Magenta	10 unidades
19	Cartucho de tinta, com 69ML, para Plotter HP Designjet T770 Hard Disk Version -Original C4900A Yellow	10 unidades
20	Cartucho de tinta, com 69ML, para Plotter HP Designjet T770 Hard Disk Version -Original C9403A Matte Black	10 unidades

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega do objeto e da emissão de NF-e.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 07 (sete) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- Todas as despesas relacionadas com as entregas do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato,

cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11- As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício

de 2011 e dotação do orçamento de 2012.
Elemento 33.90.30.16.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 03 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

ELMO PAPELARIA LTDA
CNPJ 03.999.762/0001-31

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Ata 11/2011 Registro de Preço 04/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 169/2011

PREGÃO Nº39/2011- REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2011

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e onze, presentes de um lado, PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. VILIBALDO ERICH SCHMID, no uso de suas atribuições, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Ataulfo Alves, nº 186, na cidade de São José/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.748.569/0001-30, neste ato representada legalmente pelo Sr. Robson Cardoso, CPF 710.996.389-68, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição em contratações futuras de cartuchos originais, toners e fitas de impressoras descritos a seguir para uso na administração da Prefeitura de Campos Novos, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1- A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE CARTUCHOS ORIGINAIS, TONERS E FITAS DE IMPRESSORAS PARA USO NA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO

Item	Descrição	Valor Unitário
01	Cartucho de tinta preta HP 15 - para impressora HP DESKJET D845 original C8797FL com 14ML. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante	R\$ 41,40
08	Cartucho de tinta colorida HP 60- para impressora HP DESKJET 4280 original C8727A com 5 ML. Caixa do cartucho com selo de identificação no lado direito da embalagem, com as seguintes características: modificar cor azul clara para azul escura de acordo com ângulo de visão, o fundo do selo é identificado pelas palavras "hpinvent" em micro letras perfuradas e código de identificação do fabricante.	R\$ 33,00

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Descrição	Qtidade estimada
01	Cartucho de tinta preta HP 15 - para impressora HP DESKJET D845 original C8797FL com 14ML.	100 unidades
08	Cartucho de tinta colorida HP 60- para impressora HP DESKJET 4280 original C8727A com 5 ML.	200 unidades

CLÁUSULA TERCEIRA -DOS PREÇOS

3.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a

entrega do objeto e da emissão de NF-e.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 07 (sete) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- Todas as despesas relacionadas com as entregas do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução

de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1- As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012.

Elemento 33.90.30.16.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 03 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ESCRIMATE COM. MAT. ESC. E INF. LTDA

CNPJ 00.748.569/0001-30

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Ata 12/2011 Registro de Preço 04/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 169/2011

PREGÃO Nº 39/2011- REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2011

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e onze, presentes de um lado, PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. VILIBALDO ERICH SCHMID, no uso de suas atribuições, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: ORLEANS INFORMÁTICA LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Barão do Rio Branco nº 312, na cidade de Orleans/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.315.593/0001-00, neste ato representada legalmente pelo Sr. Felipe Rodrigues da Costa, CPF 008.839.669-05, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição em contratações futuras de cartuchos originais, toners e fitas de impressoras descritos a seguir para uso na administração da Prefeitura de Campos Novos, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1- A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE CARTUCHOS ORIGINAIS, TONERS E FITAS DE IMPRESSORAS PARA USO NA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO

Item	Descrição	Valor Unitário
13	Fita para Impressora Epson LX300	2,69

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Descrição	Qtidade estimada
13	Fita para Impressora Epson LX300	20

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega do objeto e da emissão de NF-e.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 07 (sete) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- Todas as despesas relacionadas com as entregas do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido

na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1- As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da

presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012.

Elemento 33.90.30.16.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 03 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ORLEANS INFORMÁTICA LTDA EPP

CNPJ nº 02.315.593/0001-00

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Ata 13/2011 Registro de Preço 03/2011

ATA Nº 13/2011 - REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2011

O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, inscrita no CNPJ 82.939.232.0001-74, pessoa jurídica de direito público, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor VILIBALDO ERICH SCHMID, de outro lado a empresa IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.609.708/0001-23, estabelecida na Rua 19 de Setembro nº570, na cidade de Videira/SC. Devido a desistência da empresa vencedora no processo 167/2011 pregão presencial 38/2011, registro de preço 03/2011, resolvem de comum acordo, e aplicando subsidiariamente o disposto no Inciso II do Artigo 79 da Lei nº 8.666/93, além de outros dispositivos legais, que os mesmos itens e valores passam ao 2º colocado deste processo.

Item	Objeto	Valor Unitário R\$	Estimativa de Consumo
16	Bloco para rascunho/ tamanho 14cm altura x 10cm de largura/ capa couchê 180g - cor 4x0 / folhas internas sulfite 75g - cor 1x0/ 50 folhas	0,86	5.000 Unidades
17	Envelope tamanho 23,7cm largura x 11,5cm altura / sulfite 75g/ cor 4x0 / com aba	0,21	20.000 Unidades
18	Envelopes para CD/DVD/ tamanho 12,5cm x 12,5cm/couchê 250g / com aba/ cor 4x0	0,43	3.000 Unidades
19	Folder/couchê 150g/A4/ cores 4x4/01 vinco	109,50	150 Milheiros
20	Folder/couchê 150g/A4/cores 4x4/02 vincos	109,80	100 Milheiros
21	Folheto/couchê 150g/A5/ cores 4x4/	78,90	100 Milheiros
23	Informativo/couchê 150g/(capa) Couchê 120g(interno)21x29,7cm fechada/ cor 4x4/grampo/12pg/com capa	560,00	25 Milheiros
24	Informativo/couchê 150g/(capa)Couchê 120g(interno)21x29,7cm fechada/ cor 4x4/grampo/24pg/com capa	1.358,00	40 Milheiros
25	Pasta arquivo/ triplex 250g /plastificada/ cor 4x0 / 23 cm largura x 31cm altura fechada/ sem bolsa/ 01 vinco	598,00	8 Milheiros
26	Pasta/ triplex 250g /plastificada/ cor 4x0 / 23 cm largura x 31cm altura fechada/ com bolsa/ 01 vinco.	615	6 Milheiros

Campos Novos, 04 de novembro de 2011.
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA ME
CNPJ nº 12.609.708/0001-23

Testemunhas: 1 2

Ata do Registro de Preço 07/2012 Processo 102/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2012

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Campos Novos, situada a rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, CNPJ 82.939.232/0001-74, através do Prefeito Municipal, Sr. VILIBALDO ERICH SCHMID, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão para Registro de Preços nº 07/2012, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades

estimadas para consumo no prazo de 01 ano, de acordo com a classificação por elas alcançadas, por item, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e às constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1. Do Objeto

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de café solúvel, leite em pó, chocolate em pó e água mineral com e sem gás, para uso da Administração Municipal, conforme os preços e fornecedores registrados no Anexo I da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Campos Novos a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. Da Vigência Da Ata De Registro De Preços

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura

3. Das entregas

3.1. As entregas deverão ocorrer em até 05 (cinco) dias após emissão e envio de autorização de fornecimento.

4. Do Pagamento

4.1. O pagamento será efetuado em até 20 dias após emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário ou diretamente ao representante da empresa.

4.2 Os pagamentos ficarão condicionados a apresentação das seguintes Certidões Negativas de Débitos: Trabalhista, INSS, FGTS, Federal, Estadual e Municipal.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

5. Das obrigações do Fornecedor

5.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. Das Obrigações da Prefeitura de Campos Novos

6.1. A Prefeitura de Campos Novos obriga-se a:

- Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais;
- Notificar a empresa fornecedora do(s) objeto (s) deste Registro de Preços, acerca de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;
- Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta Ata;

d) Promover ampla pesquisa de preços, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, em vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 25 de maio de 2012.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2012

Anexo I

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 07 / 2012, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Campos Novos e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por item, em face à realização do Pregão nº 22/2012.

Fornecedor: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 05.919.156/0001-94, situada na Rua Rodrigues Alves, 825 D, Bairro Bela Vista em Chapecó/SC - CEP 89.809-00.

Item	Especificação	Preço Unitário
2	Chocolate Em Pó - mistura para bebida sabor artificial de chocolate, aromatizado, com leite, pacote Com 1kg, Para Máquina Vending - Coffe Shop Cino XX	R\$ 23,40
3	Leite em pó para preparo de bebida, sem açúcar, sem glúten, pacote com 510 gramas, para máquina Vending - Coffe Shop Cino XX	R\$ 11,95
4	Água mineral sem gás embalagem descartável - 500 ml - fardo com 12 unidades	R\$ 9,45
5	Água mineral com gás embalagem descartável- 500 ml- fardo com 12 unidades	R\$ 10,35

Prefeito Municipal
VILIBALDO ERICH SCHMID

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ nº 05.919.156/0001-94

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2012
Anexo 2

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 07 / 2012, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Campos Novos e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por item, em face à realização do Pregão nº 22/2012.

Fornecedor: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 11.499.653/0001-83, situada na rua Silvino Ciarini, 530, Bairro Industriários em Concórdia/SC - CEP 89.700-000.

Item	Especificação	Preço Unitário
1	Café Solúvel, 1ª qualidade, pacote Com 500 Gramas, Para Máquina Vending - Coffe Shop Cino XX	R\$ 42,99

Prefeito Municipal
VILIBALDO ERICH SCHMID

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ nº 11.499.653/0001-83

Ata Registro de Preço 05/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 5/2012 Data do Registro: 05/03/2012 Válido até: 05/03/2013

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS, SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES, SOFTWARE DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PARA PREFEITURA, AUT

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS, SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES, SOFTWARE DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.	PG	SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A. (10512)		0	0,0700	1

CAMPOS NOVOS, 5 de Março de 2012.

Canoinhas

PREFEITURA

Republicação do Edital de Tomada de Preço N° FMS 03/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 10/2012
TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 03/2012
REPUBLICAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18 de junho de 2012, às 10h15min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE BARRA MANSA. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Republicação do Edital de Tomada de Preço N° PMC 24/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 76/2012
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 24/2012
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18 de junho de 2012, às 14h15min, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para execução de obra relativa a pavimentação em Lajota sextavada da Rua Joaquim de Paula Vieira. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.293.126,93	171.586,10
Pessoal Ativo	32.135.378,02	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	1.895.492,98	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.262.255,93	171.586,10
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	35.293.126,93	171.586,10
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	35.464.713,03	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	80.931.002,30	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	43,82	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	43.702.741,24	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	41.517.604,18	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.925.919,80	8.153.115,02	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.994.181,92	5.221.377,14	0,00	0,00
Interna	3.994.181,92	5.221.377,14	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	2.931.737,88	2.931.737,88	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	12.185.104,99	15.115.941,85	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.907.650,33	15.142.413,05	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	755.432,83	59.358,69	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-5.259.185,19	-6.962.826,83	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	80.010.839,99	80.931.002,30	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	8,66%	10,07%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-6,57%	-8,60%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	96.013.007,99	97.117.202,76	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	3.994.181,92	5.221.377,14	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	549.557,83	518.740,24	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	549.557,83	518.740,24	0,00	0,00
Previdenciárias	549.557,83	518.740,24	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	3.444.624,09	4.702.636,90	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	265.149,41	585.669,85	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.224.238,10	36.509.450,57	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2012

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	80.010.839,99	80.931.002,30	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	17.602.384,80	17.804.820,51	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	2.081.410,53	2.081.410,53
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	2.081.410,53	2.081.410,53
Interna	2.081.410,53	2.081.410,53
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	2.081.410,53	2.081.410,53
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	80.931.002,30	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	2.081.410,53	2,57
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	12.948.960,37	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.665.170,16	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	2.081.410,53	2,57

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2012

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	35.464.713,03	43,82
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	43.702.741,24	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	41.517.604,18	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-6.962.826,83	-8,60
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	97.117.202,76	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.804.820,51	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	12.948.960,37	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.665.170,16	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	24.257.810,60	9.146.861,13

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.192.731,46	0,00
Pessoal Ativo	1.547.509,91	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	645.221,55	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	2.192.731,46	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	2.192.731,46	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	80.931.002,30	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,71	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	4.855.860,14	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	4.613.067,13	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	21.615,06	275.761,66	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	286.222,10	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	21.615,06	21.615,06	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	32.075,50	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-21.615,06	-275.761,66	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	715,61	24.555,72	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	256.490,94	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Ordinários	0,00	32.075,50	0,00	160,00	245.644,18	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(I)	0,00	32.075,50	0,00	160,00	245.644,18	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	32.075,50	0,00	160,00	245.644,18	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2012

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.192.731,46	2,71
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	4.855.860,14	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	4.613.067,13	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-275.761,66	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.804.820,51	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	12.948.960,37	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.665.170,16	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	160,00	245.644,18

FONTE:

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	98.606.815,00	98.606.815,00	16.952.894,12	17,19	30.734.897,32	31,17	67.871.917,68
RECEITAS CORRENTES	89.036.815,00	89.036.815,00	15.425.195,77	17,32	27.879.563,80	31,31	61.157.251,20
RECEITA TRIBUTARIA	11.043.855,00	11.043.855,00	3.482.776,40	31,54	4.530.082,61	41,02	6.513.772,39
IMPOSTOS	8.961.900,00	8.961.900,00	2.703.217,82	30,16	3.610.898,50	40,29	5.351.001,50
TAXAS	1.965.955,00	1.965.955,00	776.411,00	39,49	913.364,33	46,46	1.052.590,67
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	116.000,00	116.000,00	3.147,58	2,71	5.819,78	5,02	110.180,22
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.207.000,00	3.207.000,00	139.005,19	4,33	257.764,75	8,04	2.949.235,25
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	847.000,00	847.000,00	24.952,95	2,95	28.889,06	3,41	818.110,94
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	2.360.000,00	2.360.000,00	114.052,24	4,83	228.875,69	9,70	2.131.124,31
RECEITA PATRIMONIAL	761.765,00	761.765,00	137.349,97	18,03	278.038,97	36,50	483.726,03
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	749.965,00	749.965,00	137.349,97	18,31	278.038,97	37,07	471.926,03
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	11.800,00	11.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.800,00
RECEITA DE SERVIÇOS	6.500.000,00	6.500.000,00	1.794,88	0,03	4.391,60	0,07	6.495.608,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	65.617.390,00	65.617.390,00	11.191.733,19	17,06	21.894.005,98	33,37	43.723.384,02
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	65.042.590,00	65.042.590,00	11.143.727,49	17,13	21.758.946,23	33,45	43.283.643,77
Transf. de Conv.	574.800,00	574.800,00	48.005,70	8,35	135.059,75	23,50	439.740,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.906.805,00	1.906.805,00	472.536,14	24,78	915.279,89	48,00	991.525,11
Multas e Juros de Mora	275.450,00	275.450,00	72.672,36	26,38	125.989,96	45,74	149.460,04
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.950,00	13.950,00	368,90	2,64	368,90	2,64	13.581,10
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	1.023.950,00	1.023.950,00	214.047,40	20,90	568.700,24	55,54	455.249,76
RECEITAS DIVERSAS	593.455,00	593.455,00	185.447,48	31,25	220.220,79	37,11	373.234,21
RECEITAS DE CAPITAL	9.570.000,00	9.570.000,00	1.527.698,35	15,96	2.855.333,52	29,84	6.714.666,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000.000,00	5.000.000,00	1.157.617,41	23,15	2.081.410,53	41,63	2.918.589,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.000.000,00	5.000.000,00	1.157.617,41	23,15	2.081.410,53	41,63	2.918.589,47
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.500.000,00	4.500.000,00	370.080,94	8,22	773.922,99	17,20	3.726.077,01
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.400.000,00	1.400.000,00	16.000,00	1,14	16.000,00	1,14	1.384.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.100.000,00	3.100.000,00	354.080,94	11,42	757.922,99	24,45	2.342.077,01
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	98.606.815,00	98.606.815,00	16.952.894,12	17,19	30.734.897,32	31,17	67.871.917,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	98.606.815,00	98.606.815,00	16.952.894,12	17,19	30.734.897,32	31,17	67.871.917,68
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	98.606.815,00	98.606.815,00	16.952.894,12	17,19	30.734.897,32	31,17	67.871.917,68
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.098.168,07	—	—	98.542,79	—	—
Superávit Financeiro	—	2.098.168,07	—	—	98.542,79	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	98.606.815,00	17.491.144,72	116.097.959,72	18.279.337,16	58.201.764,88	15.221.189,58	25.289.489,83	21,78	90.808.469,89
DESPESAS CORRENTES	78.792.411,00	5.614.278,27	84.406.689,27	14.350.577,25	39.917.129,16	12.433.331,11	20.542.705,07	24,34	63.863.984,20
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.767.025,00	98.542,79	39.865.567,79	6.823.931,94	13.590.601,93	6.552.676,35	12.191.927,71	30,58	27.673.640,08
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	870.000,00	-21.500,00	848.500,00	41.841,80	374.769,09	93.695,33	173.465,23	20,44	675.034,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.155.386,00	5.537.235,48	43.692.621,48	7.484.803,51	25.951.758,14	5.786.959,43	8.177.312,13	18,72	35.515.309,35
DESPESAS DE CAPITAL	19.764.404,00	11.876.866,45	31.641.270,45	3.928.759,91	18.284.635,72	2.787.858,47	4.746.784,76	15,00	26.894.485,69
INVESTIMENTOS	18.104.404,00	11.327.366,45	29.431.770,45	3.422.970,96	16.669.413,56	2.337.440,74	3.892.569,45	13,23	25.539.201,00
INVERSOES FINANCEIRAS	200.000,00	549.500,00	749.500,00	196.666,66	196.666,66	0,00	0,00	0,00	749.500,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.460.000,00	0,00	1.460.000,00	309.122,29	1.418.555,50	450.417,73	854.215,31	58,51	605.784,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	98.606.815,00	17.491.144,72	116.097.959,72	18.279.337,16	58.201.764,88	15.221.189,58	25.289.489,83	21,78	90.808.469,89

Continua 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	98.606.815,00	17.491.144,72	116.097.959,72	18.279.337,16	58.201.764,88	15.221.189,58	25.289.489,83	21,78	90.808.469,89
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	5.445.407,49	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	98.606.815,00	17.491.144,72	116.097.959,72	18.279.337,16	58.201.764,88	15.221.189,58	30.734.897,32	21,78	90.808.469,89

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	98.606.815,00	116.097.959,72	18.279.337,16	58.201.764,88	15.221.189,58	25.289.489,83	100,00	21,78	90.808.469,89
Legislativa	3.060.000,00	3.060.000,00	613.970,75	1.046.898,13	375.614,79	763.220,36	3,02	24,94	2.296.779,64
Ação Legislativa	3.060.000,00	3.060.000,00	613.970,75	1.046.898,13	375.614,79	763.220,36	3,02	24,94	2.296.779,64
Essencial à Justiça	20.000,00	20.000,00	10.937,54	18.133,70	14.128,16	14.603,46	0,06	73,02	5.396,54
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	10.937,54	18.133,70	14.128,16	14.603,46	0,06	73,02	5.396,54
Administração	6.449.481,00	6.409.481,00	1.023.303,13	3.100.085,77	1.074.801,89	1.951.335,67	7,72	30,44	4.458.145,33
Planejamento e Orçamento	910.000,00	910.000,00	130.907,36	564.640,93	195.191,33	350.068,91	1,38	38,47	559.931,09
Administração Geral	5.539.481,00	5.499.481,00	892.395,77	2.535.444,84	879.610,56	1.601.266,76	6,33	29,12	3.898.214,24
Segurança Pública	436.425,00	536.425,00	186.720,17	230.455,27	48.673,29	52.838,36	0,21	9,85	483.586,64
Administração Geral	386.425,00	386.425,00	86.090,17	129.475,27	48.023,29	52.188,36	0,21	13,51	334.236,64
Policimento	0,00	100.000,00	99.980,00	99.980,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	650,00	1.000,00	650,00	650,00	0,00	1,30	49.350,00
Assistência Social	4.299.915,00	4.889.915,00	904.321,78	1.949.852,00	470.741,74	832.677,97	3,29	17,03	4.057.237,03
Assistência à Criança e ao Adolescente	138.200,00	138.200,00	13.149,12	43.272,14	16.307,33	31.579,92	0,12	22,85	106.620,08
Assistência Comunitária	4.161.715,00	4.751.715,00	891.172,66	1.906.579,86	454.434,41	801.098,05	3,17	16,86	3.950.616,95
Previdência Social	12.155,00	12.155,00	2.700,00	2.740,00	2.700,00	2.740,00	0,01	22,54	9.415,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.155,00	12.155,00	2.700,00	2.740,00	2.700,00	2.740,00	0,01	22,54	9.415,00
Saúde	19.309.212,00	26.339.820,28	7.978.404,41	16.706.281,34	4.049.440,82	6.579.717,90	26,02	24,98	19.760.102,38
Atenção Básica	5.848.765,00	7.731.723,60	1.144.100,59	2.891.898,20	1.084.631,01	1.845.913,04	7,30	23,87	5.885.810,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.844.992,00	16.042.641,68	6.567.496,00	13.047.416,02	2.701.893,04	4.289.565,39	16,96	26,74	11.753.076,29
Suporte Profilático e Terapêutico	1.862.515,00	1.812.515,00	154.395,01	468.364,40	135.519,21	214.886,60	0,85	11,86	1.597.628,40
Vigilância Sanitária	242.740,00	242.740,00	46.313,11	112.846,43	48.206,38	90.666,92	0,36	37,35	152.073,08
Vigilância Epidemiológica	510.200,00	510.200,00	66.099,70	185.756,29	79.191,18	138.685,95	0,55	27,18	371.514,05
Trabalho	1.402.000,00	1.402.000,00	391,93	791,93	290,00	290,00	0,00	0,02	1.401.710,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.402.000,00	1.402.000,00	391,93	791,93	290,00	290,00	0,00	0,02	1.401.710,00
Educação	30.996.657,00	34.919.193,44	4.170.730,27	16.655.161,81	4.598.052,39	7.338.544,64	29,02	21,02	27.580.648,80
Ensino Fundamental	23.874.023,00	26.225.899,13	2.810.846,38	13.195.654,45	3.466.202,19	5.442.224,65	21,52	20,75	20.783.674,48
Ensino Profissional	66.000,00	624.285,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	624.285,80
Ensino Superior	150.000,00	150.000,00	24.952,92	59.952,10	26.234,78	52.040,57	0,21	34,69	97.959,43
Educação Infantil	6.793.634,00	7.806.008,51	1.334.930,97	3.399.555,26	1.105.615,42	1.844.279,42	7,29	23,63	5.961.729,09
Educação de Jovens e Adultos	113.000,00	113.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.000,00

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	98.606.815,00	116.097.959,72	18.279.337,16	58.201.764,88	15.221.189,58	25.289.489,83	100,00	21,78	90.808.469,89
Cultura	417.105,00	417.105,00	37.466,76	182.791,64	60.438,82	85.041,41	0,34	20,39	332.063,59
Difusão Cultural	417.105,00	417.105,00	37.466,76	182.791,64	60.438,82	85.041,41	0,34	20,39	332.063,59
Direitos da Cidadania	200.000,00	159.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.500,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	200.000,00	159.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.500,00
Urbanismo	13.907.089,00	19.482.089,00	1.440.837,18	12.192.973,05	2.530.341,28	4.504.123,27	17,81	23,12	14.977.965,73
Administração Geral	2.950.000,00	2.950.000,00	451.271,03	1.646.872,01	549.005,22	1.015.713,93	4,02	34,43	1.934.286,07
Infra-estrutura Urbana	9.687.089,00	15.262.089,00	955.243,68	10.010.879,67	1.780.976,50	3.187.870,00	12,61	20,89	12.074.219,00
Serviços Urbanos	1.270.000,00	1.270.000,00	34.322,47	535.221,37	200.359,56	300.539,34	1,19	23,66	969.460,66
Habitação	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Habitação Urbana	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Saneamento	6.555.000,00	6.555.000,00	191.047,50	191.842,76	42.142,50	42.187,76	0,17	0,64	6.512.812,24
Saneamento Básico Urbano	6.555.000,00	6.555.000,00	191.047,50	191.842,76	42.142,50	42.187,76	0,17	0,64	6.512.812,24
Gestão Ambiental	329.000,00	329.000,00	40.606,90	165.129,00	45.186,99	73.313,88	0,29	22,28	255.686,12
Preservação e Conservação Ambiental	329.000,00	329.000,00	40.606,90	165.129,00	45.186,99	73.313,88	0,29	22,28	255.686,12
Agricultura	1.545.155,00	1.545.155,00	132.767,04	559.405,86	171.386,93	260.956,02	1,03	16,89	1.284.198,98
Extensão Rural	1.545.155,00	1.545.155,00	132.767,04	559.405,86	171.386,93	260.956,02	1,03	16,89	1.284.198,98
Comércio e Serviços	719.000,00	629.000,00	70.153,73	314.042,52	94.908,06	156.616,29	0,62	24,90	472.383,71
Difusão Cultural	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Promoção Comercial	584.000,00	543.000,00	69.673,73	313.504,56	94.370,10	156.078,33	0,62	28,74	386.921,67
Turismo	85.000,00	36.000,00	480,00	537,96	537,96	537,96	0,00	1,49	35.462,04
Energia	2.362.355,00	2.362.355,00	15.583,99	187.775,37	70.439,03	127.839,09	0,51	5,41	2.234.515,91
Energia Elétrica	2.362.355,00	2.362.355,00	15.583,99	187.775,37	70.439,03	127.839,09	0,51	5,41	2.234.515,91
Transportes	2.851.607,00	2.946.607,00	684.268,26	1.725.700,32	817.256,68	1.119.280,82	4,43	37,99	1.827.326,18
Policiamento	432.115,00	377.115,00	8.116,67	100.935,71	33.651,36	43.724,56	0,17	11,59	333.390,44
Transporte Rodoviário	2.419.492,00	2.569.492,00	676.151,59	1.624.764,61	783.605,32	1.075.556,26	4,25	41,86	1.493.935,74
Desporto e Lazer	394.755,00	764.755,00	420.465,98	478.780,07	86.801,74	106.591,71	0,42	13,94	658.163,29
Desporto Comunitário	394.755,00	764.755,00	420.465,98	478.780,07	86.801,74	106.591,71	0,42	13,94	658.163,29
Encargos Especiais	3.245.904,00	3.224.404,00	354.659,84	2.492.924,34	667.844,47	1.277.571,22	5,05	39,62	1.946.832,78
Serviço da Dívida Interna	2.330.000,00	2.308.500,00	350.964,09	1.793.324,59	544.113,06	1.027.680,54	4,06	44,52	1.280.819,46
Outras Transferências	695.904,00	695.904,00	0,00	695.904,00	120.035,66	246.194,93	0,97	35,38	449.709,07

Continua 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	98.606.815,00	116.097.959,72	18.279.337,16	58.201.764,88	15.221.189,58	25.289.489,83	100,00	21,78	90.808.469,89
Encargos Especiais	3.245.904,00	3.224.404,00	354.659,84	2.492.924,34	667.844,47	1.277.571,22	5,05	39,62	1.946.832,78
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	3.695,75	3.695,75	3.695,75	3.695,75	0,01	1,68	216.304,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	98.606.815,00	116.097.959,72	18.279.337,16	58.201.764,88	15.221.189,58	25.289.489,83	100,00	21,78	90.808.469,89

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	6.908.064,56	7.820.663,11	6.602.421,88	6.737.283,49	6.851.934,89	7.114.688,91	7.022.783,57	9.256.588,25	6.962.255,57	6.884.973,10	8.805.844,41	7.966.492,40	88.933.994,14	97.184.815,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	706.731,09	698.737,53	641.779,67	703.888,44	726.785,07	635.068,86	708.110,25	1.039.377,06	517.264,80	530.041,41	2.440.444,18	1.042.332,22	10.390.560,58	11.043.855,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	706.731,09	698.737,53	641.779,67	703.888,44	726.785,07	635.068,86	708.110,25	1.039.377,06	517.264,80	530.041,41	2.440.444,18	1.042.332,22	10.390.560,58	11.043.855,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	706.731,09	698.737,53	641.779,67	703.888,44	726.785,07	635.068,86	708.110,25	1.039.377,06	517.264,80	530.041,41	2.440.444,18	1.042.332,22	10.390.560,58	11.043.855,00	
I.P.T.U.	138.795,10	109.361,68	111.901,29	109.012,61	146.555,02	96.072,74	109.377,55	138.442,70	13.355,42	45.742,65	1.352.790,91	287.060,32	2.658.467,99	3.200.000,00	
I.S.S.	294.985,17	320.071,60	318.097,23	343.640,60	316.306,95	311.491,75	330.446,53	298.373,41	307.258,10	270.547,05	373.279,41	399.864,22	3.884.362,02	3.800.000,00	
I.T.B.I.	75.631,06	81.987,13	46.454,62	82.174,91	86.760,31	90.902,28	69.280,75	79.262,62	68.084,00	40.897,72	50.212,72	82.082,11	853.730,23	1.100.000,00	
I.R.R.F	49.594,37	53.448,79	65.135,77	54.776,67	53.709,73	38.270,26	85.338,54	350.824,86	97.948,56	63.847,18	79.235,27	78.692,86	1.070.822,86	861.900,00	
Outras Receitas Tributárias	147.725,39	133.868,33	100.190,76	114.283,65	123.453,06	98.331,83	113.666,88	172.473,47	30.618,72	109.006,81	584.925,87	194.632,71	1.923.177,48	2.081.955,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	57.582,04	55.990,33	47.897,62	54.495,35	62.617,71	50.596,20	55.759,32	75.260,99	61.795,02	56.964,54	50.200,58	88.804,61	717.964,31	3.207.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	84.928,21	115.882,60	119.194,96	129.758,72	105.031,17	97.002,41	84.060,64	104.601,69	71.355,35	69.333,65	73.578,25	63.771,72	1.118.499,37	759.765,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.596,72	0,00	1.794,88	0,00	504.391,60	6.500.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.940.366,51	6.333.105,13	5.652.175,82	5.701.116,40	5.818.902,58	6.241.335,42	6.032.109,33	7.785.881,41	6.009.233,46	6.085.899,97	6.035.283,69	6.503.590,54	74.139.000,26	73.767.390,00	
Cota-Parte do F.P.M.	1.702.755,71	1.536.856,98	1.307.367,03	1.348.572,49	1.076.608,03	1.415.125,23	1.495.134,00	2.514.309,66	1.580.281,06	1.911.589,99	1.298.274,89	1.636.252,19	18.823.127,26	19.500.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.362.187,64	1.365.816,89	1.458.114,45	1.445.651,33	1.527.212,05	1.535.286,04	1.552.514,86	1.629.982,21	1.601.268,65	1.397.554,29	1.512.328,67	1.583.465,51	17.971.382,59	17.200.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	340.366,83	352.261,38	328.301,54	339.920,59	344.606,21	349.291,95	257.820,93	162.198,45	178.247,93	235.854,93	308.635,81	332.308,44	3.529.814,99	3.500.000,00	
Cota-Parte do ITR.	326,59	2.108,53	443,41	1.267,15	5.418,30	36.351,86	5.021,61	3.347,67	4.049,83	763,72	140,95	280,89	59.520,51	80.000,00	
Transferências da LC 61/1989	23.938,62	26.464,46	26.008,10	26.098,53	24.194,01	34.177,83	32.055,46	36.261,08	12.596,24	26.310,94	23.410,50	24.840,22	316.355,99	370.000,00	
Transferências da LC 87/1996	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.893,85	7.893,85	7.884,57	7.884,57	94.675,96	100.000,00	
Transferências do FUNDEB	1.434.214,67	1.400.620,66	1.368.015,19	1.392.821,08	1.435.048,74	1.505.707,09	1.498.258,22	1.552.359,83	1.526.348,89	1.420.190,46	1.492.675,05	1.575.947,42	17.602.207,30	19.500.000,00	
Outras Transferências Correntes	1.068.686,56	1.641.086,34	1.156.036,21	1.138.895,34	1.397.925,35	1.357.505,53	1.183.414,36	1.879.532,62	1.098.547,01	1.085.741,79	1.391.933,25	1.342.611,30	15.741.915,66	13.517.390,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.456,71	116.947,52	141.373,81	148.024,58	138.598,36	90.686,02	142.744,03	251.467,10	300.010,22	142.733,53	204.542,83	267.993,31	2.063.578,02	1.906.805,00	
DEDUÇÕES (II)	687.492,81	658.279,42	625.249,24	633.879,79	597.185,48	675.624,35	665.806,37	719.472,70	676.867,27	715.993,37	630.134,88	717.006,16	8.002.991,84	8.150.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	687.492,81	658.279,42	625.249,24	633.879,79	597.185,48	675.624,35	665.806,37	719.472,70	676.867,27	715.993,37	630.134,88	717.006,16	8.002.991,84	8.150.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	6.220.571,75	7.162.383,69	5.977.172,64	6.103.403,70	6.254.749,41	6.439.064,56	6.356.977,20	8.537.115,55	6.285.388,30	6.168.979,73	8.175.709,53	7.249.486,24	80.931.002,30	89.034.815,00	

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 29 Fev 2012 (B)	Em 30 Abr 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.925.919,80	7.445.915,34	8.153.115,02
DEDUÇÕES (II)	12.185.104,99	14.207.460,36	15.115.941,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.907.650,33	14.249.021,66	15.142.413,05
Demais Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	32.887,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	755.432,83	74.448,79	59.358,69
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.259.185,19	-6.761.545,02	-6.962.826,83
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.259.185,19	-6.761.545,02	-6.962.826,83

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2012 (C - A)
VALOR	-201.281,81	-1.703.641,64

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	2.400.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 29 Fev 2012 (B)	Em 30 Abr 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	88.286.850,00	15.287.845,80	27.601.524,83	26.657.448,82
Receita Tributária	11.043.855,00	3.482.776,40	4.530.082,61	3.991.250,43
I.P.T.U.	3.200.000,00	1.639.851,23	1.698.949,30	1.505.757,69
I.S.S.	3.800.000,00	773.143,63	1.350.948,78	1.132.405,74
I.T.B.I.	1.100.000,00	132.294,83	241.276,55	299.953,89
I.R.R.F.	861.900,00	157.928,13	319.723,87	183.299,02
Outras Receitas Tributárias	2.081.955,00	779.558,58	919.184,11	869.834,09
Receita de Contribuição	3.207.000,00	139.005,19	257.764,75	262.062,78
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	3.207.000,00	139.005,19	257.764,75	262.062,78
Receita Patrimonial Líquida	11.800,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	761.765,00	137.349,97	278.038,97	346.802,67
(-) Aplicações Financeiras	749.965,00	137.349,97	278.038,97	346.802,67
Transferências Correntes	65.617.390,00	11.191.733,19	21.894.005,98	20.027.540,05
F.P.M.	15.600.000,00	2.347.621,71	5.141.118,62	4.726.769,22
I.C.M.S.	13.760.000,00	2.476.635,52	4.875.694,03	4.331.361,72
Convênios	574.800,00	48.005,70	135.059,75	618.223,01
Outras Transferências Correntes	35.682.590,00	6.319.470,26	11.742.133,58	10.351.186,10
Demais Receitas Correntes	8.406.805,00	474.331,02	919.671,49	2.376.595,56
Dívida Ativa	1.023.950,00	214.047,40	568.700,24	383.096,44
Diversas Receitas Correntes	7.382.855,00	260.283,62	350.971,25	1.993.499,12
RECEITAS DE CAPITAL (II)	9.570.000,00	1.527.698,35	2.855.333,52	878.860,45
Operações de Crédito (III)	5.000.000,00	1.157.617,41	2.081.410,53	407.280,45
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	70.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.500.000,00	370.080,94	773.922,99	471.580,00
Convênios	3.100.000,00	354.080,94	757.922,99	341.580,00
Outras Transferências de Capital	1.400.000,00	16.000,00	16.000,00	130.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.500.000,00	370.080,94	773.922,99	471.580,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	92.786.850,00	15.657.926,74	28.375.447,82	27.129.028,82
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	84.406.689,27	12.433.331,11	20.542.705,07	16.883.603,60
Pessoal e Encargos Sociais	39.865.567,79	6.552.676,35	12.191.927,71	10.294.182,67
Juros e Encargos da Dívida (IX)	848.500,00	93.695,33	173.465,23	151.551,92
Outras Despesas Correntes	43.692.621,48	5.786.959,43	8.177.312,13	6.437.869,01
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	83.558.189,27	12.339.635,78	20.369.239,84	16.732.051,68
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	31.641.270,45	2.787.858,47	4.746.784,76	893.155,38
Investimentos	29.431.770,45	2.337.440,74	3.892.569,45	430.916,65
Inversões Financeiras	749.500,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	749.500,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.460.000,00	450.417,73	854.215,31	462.238,73
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	30.181.270,45	2.337.440,74	3.892.569,45	430.916,65

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	113.789.459,72	14.677.076,52	24.261.809,29	17.162.968,33
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-21.002.609,72	980.850,22	4.113.638,53	9.966.060,49
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	98.542,79	0,00
Superávit Financeiro	-	-	98.542,79	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.740.000,00

FONTE:

CANOINHAS, 28/05/2012

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	27.022,84	728.409,99	724.081,19	0,46	31.351,18	1.160.580,45	5.045.252,74	2.607.150,42	2.592.855,91	1.507,25	3.611.470,03
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	24.864,65	599.394,49	598.356,06	0,00	25.903,08	331.828,94	4.084.589,61	1.926.465,62	1.912.676,44	1.507,25	2.502.234,86
GABINETE DO PREFEITO	486,81	19.985,47	19.985,47	0,00	486,81	88,67	3.387,99	918,81	553,66	0,00	2.923,00
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	93,55	0,00	0,00	0,00	93,55	30.000,00	51.828,35	50.949,64	50.675,82	0,01	31.152,52
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URB/	16.593,33	136.286,35	143.038,53	0,00	9.841,15	130.817,38	735.024,01	417.230,59	408.206,01	0,00	457.635,38
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	2.082,86	7.744,05	3.028,80	0,00	6.798,11	9.600,33	283.579,84	13.446,04	13.273,94	48,94	279.857,29
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	243,27	8.961,35	8.961,35	0,00	243,27	0,00	220.381,72	77.060,93	77.060,93	0,00	143.320,79
SECRETARIA MUNIC. DESENV.ECONOMICO	121,99	2.341,69	2.341,69	0,00	121,99	1.489,85	288.879,39	15.408,70	15.408,70	0,00	274.960,54
SECRETARIA MUNIC.DES.SOCIAL E DA FAMILIA	295,01	25.685,77	23.468,17	0,00	2.512,61	6.457,34	228.867,92	60.671,85	59.211,95	0,00	176.113,31
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E F	828,41	31.105,93	30.770,93	0,00	1.163,41	34.455,81	40.715,26	13.622,16	13.072,99	1.455,20	60.642,88
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	4.001,72	367.283,88	366.761,12	0,00	4.524,48	83.585,37	2.231.925,13	1.277.156,90	1.275.212,44	3,10	1.040.294,96
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	0,00	0,00	0,00	117,70	35.334,19	0,00	0,00	0,00	0,00	35.334,19
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.405,40	72.243,18	72.243,18	0,00	1.162,22
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.405,40	72.243,18	72.243,18	0,00	1.162,22
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	249,60	249,60	0,00	0,00	0,00	1.795,49	1.195,52	1.195,52	0,00	599,97
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	249,60	249,60	0,00	0,00	0,00	1.795,49	1.195,52	1.195,52	0,00	599,97
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	884,13	884,13	0,00	0,00	0,00	25.307,12	19.336,94	19.336,94	0,00	5.970,18
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	884,13	884,13	0,00	0,00	0,00	25.307,12	19.336,94	19.336,94	0,00	5.970,18
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS	25,00	6.807,27	5.307,67	0,00	1.524,60	12.997,70	82.591,05	62.660,68	62.660,68	0,00	32.928,07
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	25,00	6.807,27	5.307,67	0,00	1.524,60	12.997,70	82.591,05	62.660,68	62.660,68	0,00	32.928,07
FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	330,00	330,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RUR/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	330,00	330,00	0,00	0,00
FUNDO MUN.DE SANEAMENTO BASICO FUNSAE-C.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.101,78	108.712,00	108.712,00	0,00	131.389,78
FUNDO MUN SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.101,78	108.712,00	108.712,00	0,00	131.389,78
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	2.133,19	121.074,50	119.283,73	0,46	3.923,50	815.753,81	537.132,29	416.206,48	415.701,15	0,00	937.184,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.133,19	121.074,50	119.283,73	0,46	3.923,50	815.753,81	537.132,29	416.206,48	415.701,15	0,00	937.184,95
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	27.022,84	728.409,99	724.081,19	0,46	31.351,18	1.160.580,45	5.045.252,74	2.607.150,42	2.592.855,91	1.507,25	3.611.470,03

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	10.222.900,00	10.222.900,00	2.981.021,56	4.289.154,82	41,96
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.230.000,00	4.230.000,00	1.856.416,84	2.166.342,29	51,21
1.1.1- IPTU	3.200.000,00	3.200.000,00	1.639.851,23	1.698.949,30	53,09
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	492,75	1.048,44	10,48
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	850.000,00	850.000,00	159.438,10	371.017,34	43,65
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	170.000,00	170.000,00	56.634,76	95.327,21	56,07
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.101.000,00	1.101.000,00	132.294,83	241.349,66	21,92
1.2.1- ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	135.621,47	244.603,19	22,24
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	73,11	7,31
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(3.326,64)	(3.326,64)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.030.000,00	4.030.000,00	834.381,76	1.561.739,00	38,75
1.3.1- ISS	3.800.000,00	3.800.000,00	773.143,63	1.350.948,78	35,55
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	5.780,61	13.430,91	44,77
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	160.000,00	160.000,00	51.227,62	189.357,78	118,35
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	4.229,90	8.001,53	20,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	861.900,00	861.900,00	157.928,13	319.723,87	37,10
1.4.1- IRRF	861.900,00	861.900,00	157.928,13	319.723,87	37,10
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40.750.000,00	40.750.000,00	6.735.707,21	13.700.012,49	33,62
2.1- Cota-Parte FPM	19.500.000,00	19.500.000,00	2.934.527,08	6.426.398,13	32,96
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	19.500.000,00	19.500.000,00	2.934.527,08	6.426.398,13	32,96
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	17.200.000,00	17.200.000,00	3.095.794,18	6.094.617,12	35,43
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	100.000,00	100.000,00	15.769,14	31.556,84	31,56
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	370.000,00	370.000,00	48.250,72	87.157,90	23,56
2.5- Cota-Parte ITR	80.000,00	80.000,00	421,84	5.235,39	6,54
2.6- Cota-Parte IPVA	3.500.000,00	3.500.000,00	640.944,25	1.055.047,11	30,14
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	50.972.900,00	50.972.900,00	9.716.728,77	17.989.167,31	35,29
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.363.000,00	2.363.000,00	460.200,93	804.205,30	34,03
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.500.000,00	1.500.000,00	260.236,65	604.241,02	40,28
5.2- Outras Transferências do FNDE	863.000,00	863.000,00	199.964,28	199.964,28	23,17
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	241.200,92	17,23
6.1- Transferências de Convênios	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	241.200,92	17,23
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	914.000,00	914.000,00	260.791,77	280.617,23	30,70
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.677.000,00	4.677.000,00	720.992,70	1.326.023,45	28,35

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.150.000,00	8.150.000,00	1.347.141,04	2.740.001,68	33,62
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.900.000,00	3.900.000,00	586.905,37	1.285.279,51	32,96
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.440.000,00	3.440.000,00	619.158,66	1.218.923,09	35,43
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	20.000,00	20.000,00	3.153,82	6.311,36	31,56
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	74.000,00	74.000,00	9.650,15	17.431,59	23,56
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	16.000,00	16.000,00	84,35	1.047,03	6,54
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	700.000,00	700.000,00	128.188,69	211.009,10	30,14
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	19.500.000,00	19.500.000,00	3.068.622,47	6.015.161,82	30,85
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	19.500.000,00	19.500.000,00	3.068.622,47	6.015.161,82	30,85
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	11.350.000,00	11.350.000,00	1.721.481,43	3.275.160,14	28,86
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	16.380.000,00	16.387.649,74	2.771.134,79	4.749.281,83	28,98
13.1- Com Educação Infantil	3.536.800,00	3.536.800,00	837.906,68	1.118.261,55	31,62
13.2- Com Ensino Fundamental	12.843.200,00	12.850.849,74	1.933.228,11	3.631.020,28	28,26
14- OUTRAS DESPESAS	3.200.000,00	3.200.000,00	374.167,37	428.313,50	13,38
14.1- Com Educação Infantil	380.000,00	380.000,00	60.677,49	70.571,76	18,57
14.2- Com Ensino Fundamental	2.820.000,00	2.820.000,00	313.489,88	357.741,74	12,69
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	19.580.000,00	19.587.649,74	3.145.302,16	5.177.595,33	26,43
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					7.649,74
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					7.649,74
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					78,83
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				7.649,74	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				7.649,74	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	12.743.225,00	12.743.225,00	2.429.182,19	4.497.291,83	35,29
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.307.584,00	4.307.584,00	951.871,96	1.276.758,85	29,64
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.916.800,00	3.916.800,00	898.584,17	1.188.833,31	30,35
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	390.784,00	390.784,00	53.287,79	87.925,54	22,50
24- ENSINO FUNDAMENTAL	16.175.290,00	17.536.273,08	2.447.330,86	4.244.091,86	24,20
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	15.663.200,00	15.670.849,74	2.246.717,99	3.988.762,02	25,45
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	512.090,00	1.865.423,34	200.612,87	255.329,84	13,69
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	20.482.874,00	21.843.857,08	3.399.202,82	5.520.850,71	25,27
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.275.160,14
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					7.649,74
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.282.809,88
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.238.040,83
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					12,44

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.500.000,00	1.500.000,00	322.373,52	417.947,79	27,86
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.676.183,00	10.679.450,56	764.527,99	1.287.798,08	12,06
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	10.176.183,00	12.179.450,56	1.086.901,51	1.705.745,87	14,01
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	30.659.057,00	34.023.307,64	4.486.104,33	7.226.596,58	21,24
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	470.038,36	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.015.161,82	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.918.993,59	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	566.206,59	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 7.649,74, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de CANOINHAS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	0,00	
Previsão Atualizada		—	98.606.815,00	
Receitas Realizadas		16.952.894,12	30.734.897,32	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	98.542,79	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	98.606.815,00	
Créditos Adicionais		—	17.491.144,72	
Dotação Atualizada		—	116.097.959,72	
Despesas Empenhadas		18.279.337,16	58.201.764,88	
Despesas Liquidadas		15.221.189,58	25.289.489,83	
Superavit Orçamentário		—	5.445.407,49	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		18.279.337,16	58.201.764,88	
Despesas Liquidadas		15.221.189,58	25.289.489,83	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			80.931.002,30	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		2.400.000,00	-1.717.354,64	-71,56
Resultado Primário		-2.740.000,00	4.113.638,53	-150,13
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	755.432,83	0,46	724.081,19	31.351,18
EXECUTIVO	755.432,83	0,46	724.081,19	31.351,18
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.205.833,19	1.507,25	2.592.855,91	3.611.470,03
EXECUTIVO	6.205.833,19	1.507,25	2.592.855,91	3.611.470,03
TOTAL:	6.961.266,02	1.507,71	3.316.937,10	3.642.821,21
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.238.040,83	25%	12,44
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.749.281,83	60%	78,96
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		2.081.410,53	2.918.589,47	
Despesa de Capital Líquida		4.746.784,76	26.894.485,69	

Continua 1/2

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	70.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	70.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.433.664,66	15,00	19,09

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Capinzal

PREFEITURA

Errata - PMC - Processo Licitatório Nº 0068/2012 - Pregão Eletrônico Nº 0013/2012

ERRATA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0068/2012

Pregão Eletrônico Nº 0013/2012

OBJETO: Contratação de empresa e/ou entidade para prestação de serviços de qualificação social e profissional de jovens, no município de Capinzal, visando a execução de ações no âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens (PNPE), complementares às atividades do Programa Pro-jovem Trabalhador com carga horária de 350 (trezentos e cinquenta) horas afim de jovens na idade compreendida entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos em situação de vulnerabilidade social e contribuir na inserção no mercado de trabalho, por meio de qualificação socio-profissional, tendo como base de referência de preços o PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJOVEM TRABALHADOR, aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego utilizando recursos do governo federal e da administração municipal.

No aviso de licitação publicado na edição do dia 29/05/2012, onde se lê:

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 11/05/2012.

Leia-se: Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 11/06/2012.

CAPINZAL, 29 de maio de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

PMC = Resultado de Análise de Documentos e Julgamento de Prpostas = Processo Licitatório Nº 0060/2012 - TP Obras e Serviços de Engenharia Nº 003/2012

RESULTADO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS E JULGAMENTO DE PRPOSTAS

Processo Licitatório Nº 0060/2012

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0003/2012

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica em vias urbanas com concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização viária das ruas Junior Spadini, parte da rua Batista Tonial, rua Rinaldo Flâmia, rua Adriano Frozza, rua Benjamin Dorini Junior, rua Eurides Gomes da Silva, rua Alzira Frank Helt, rua Vilmar Farias e rua José de Jesus, num total de 6.102,00 m² de área a pavimentar, conforme repasse nº 0365778-16/2011 MCIDADES/CAIXA..

Após analisar os documentos constatou-se que a empresa:

Enghevia Serviços e Obras Ltda.

Apresentou seus documentos de habilitação com a regularidade exigida e foi considerada habilitada,

Após abrir o envelope de proposta constatou-se a seguinte cotação

de preços;

Enghevia Serviços e Obras Ltda.: R\$ 493.990,63

Após a análise da proposta constatou-se que a empresa: Enghevia Serviços e Obras Ltda., ofereceu valor inferior ao valor máximo fixado para a execução total do objeto do presente processo licitatório, no valor de R\$ 493.990,63 (quatrocentos e noventa e três mil novecentos e noventa reais e sessenta e três centavos), sendo declarada vencedora da licitação pela comissão de licitação.

Abre-se vistas ao processo e prazo para interposição de recursos na forma da LEI.

Capinzal, 29 de maio de 2012.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da CPL.

SIMAE

Extrato de Contrato Nº Cao/10/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/10/2012

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: RIQUETTI CONSTRUTORA LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 00.553.787/0001-19

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/32/2011, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2012

VIGÊNCIA: 21/05/2012 A 18/08/2012

Extrato de Contrato Nº Cao/11/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/11/2012

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA.

CNPJ DO CONTRATADO: 00.532.330/0001-28

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/19/2011, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALOR: R\$ 2.097,60 (DOIS MIL E NOVENTA E SETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS) MENSAIS.

DATA DA ASSINATURA: 25/05/2012

VIGÊNCIA: 01/06/2012 A 31/05/2013

Extrato de Contrato Nº Cao/12/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/12/2012

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE OURO

CNPJ DO CONTRATADO: 07.853.842/0001-35

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/17/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS. (RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA).

VALOR: R\$ 1,01 (UM REAL E UM CENTAVO) pelo recebimento de cada fatura/documento.



DATA DA ASSINATURA: 25/05/2012
VIGÊNCIA: 01/06/2012 A 31/05/2013

Extrato de Contrato Nº Cao/13/2012
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/13/2012
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: BANCO BRADESCO S.A.
CNPJ DO CONTRATADO: 60.746.948/0001-12

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/20/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS. (RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA).

VALOR: R\$ 1,01 (UM REAL E UM CENTAVO) pelo recebimento de cada fatura/documento.

DATA DA ASSINATURA: 25/05/2012
VIGÊNCIA: 01/06/2012 A 31/05/2013

Extrato de Contrato Nº Cao/14/2012
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/14/2012
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL CAMPOS NOVOS LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO: 78.862.083/0001-15

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/15/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS. (RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA).

VALOR: R\$ 1,01 (UM REAL E UM CENTAVO) pelo recebimento de cada fatura/documento.

DATA DA ASSINATURA: 25/05/2012
VIGÊNCIA: 01/06/2012 A 31/05/2013

Catanduvás

PREFEITURA

Lei N. 2.363/2012, de 23 de Maio de 2012.

LEI N. 2.363/2012, de 23 de maio de 2012.

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Concede revisão geral anual de um vírgula setenta e três por cento (1,73%) na remuneração de servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas do Município de Catanduvás-SC e da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvás-SC.

§ 1º O percentual previsto no caput deste artigo corresponde a parte da revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal destinada a preservar o poder aquisitivo decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado de janeiro a abril de 2012;

§ 2º Estende-se a presente revisão geral anual de que trata esta lei à remuneração dos:

I - Conselheiros tutelares, em conformidade com o disposto no § 5º do art. 26 da Lei Municipal nº 978, de 1993, com a nova redação que lhe emprestou a Lei Municipal nº 2.055, de 2005.

II - Aos agentes políticos, assim definidos pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, Prefeito, Vice-prefeito, Vereadores e Secretários Municipais.

§ 3º A remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Município de Catanduvás-SC, não poderá exceder o subsídio do Prefeito em observância ao que dispõe o art. 37, inciso XI da Constituição Federal aplicando-se o percentual disposto no art. 1º desta Lei proporcional até o limite Constitucional.

Art. 2º O índice de um vírgula setenta e três por cento (1,73%) previsto no art. 1º desta Lei, somado ao percentual de três vírgula dez por cento (3,10%) concedido na Lei nº 2.353, de 28 de março de 2012, totaliza a revisão geral anual total de quatro vírgula oitenta e três por cento (4,83%).

Art. 3º As despesas decorrentes da Execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás-SC, 23 de maio de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

Lei 2.362/2012 de 23 de Maio de 2012.

LEI 2.362/2012 de 23 de maio de 2012.

"APROVA LOTEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aprovada a Planta do Loteamento denominado LOTEAMENTO IVO COVOLAN, de propriedade de Ivan Carlos Covolan, localizado ao lado da Rua Pedro Áscoli, Perímetro Urbano, nesta cidade de Catanduvás-SC, com área de sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove vírgula dez metros quadrados (65.669,10m²) - imóvel devidamente registrado e matriculado sob nº 1.118, no CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvás-SC, dividida em cem (100) lotes, dispersos em nove (9) Quadras, que perfazem um total de trinta e nove mil e oitocentos metros quadrados (39.800,00m²), sendo o restante da área, num total de vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e nove vírgula 10 metros quadrados (25.869,10m²), destinada ao arruamento, áreas verdes, e áreas de utilidade pública, conforme o Projeto de Loteamento que integra a presente LEI.

Art. 2º É obrigado o loteador executar todos os serviços de infraestrutura, estabelecidos em leis municipais e federais vigentes, especialmente:

a) observar o padrão das ruas que dão continuidade aos loteamentos já existentes;

b) parcelar a área em lotes não inferiores a trezentos e sessenta metros quadrados (360,00m²); e

c) arborizar com plantas típicas regionais, todas as áreas destinadas às áreas verdes do loteamento.

Art. 3º Deverá o loteador submeter o Projeto do Loteamento ao Registro Imobiliário, e a partir da aprovação pelo Ministério Público, entregar toda a infraestrutura do loteamento, dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias.

Art. 4º O loteador dará, através de Escritura Pública em favor do Município de Catanduvas, os lotes de número um (1) a doze (12) no total de doze (12) lotes da Quadra número 193, entre as ruas Breno Penteado e Francisco Gonçalves Branco, a fim de garantir a execução dos encargos previstos na presente LEI.

§ 1º Somente após efetivado o registro da caução, poderá o loteador realizar a comercialização dos Lotes.

§ 2º Uma vez não cumpridas as obrigações pelo loteador, no que concerne a execução de toda a infraestrutura e demais obrigações, poderá o Município efetivá-la, ressarcindo-se dos custos através da adjudicação compulsória do lotes dados em caução.

§ 3º Através do órgão competente, a Prefeitura Municipal, após vistoria que comprove a conclusão da infraestrutura, poderá liberar total ou parcialmente os lotes dados em caução, mediante autorização legislativa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 23 de maio de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

Decreto Nº 1.827, de 24 de Maio de 2012.

DECRETO Nº 1.827, de 24 de maio de 2012.

“DECLARA SUSPENSAS AS ATIVIDADES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL PATO DONALD”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a suspensão temporária das atividades escolares da Escola Municipal de Educação Infantil Pato Donald, desde a data de 8 de fevereiro de 2012, até a conclusão das obras do novo prédio, em execução, através do processo licitatório e contrato, cuja previsão de conclusão é de cento e oitenta (180) dias a partir da emissão da Ordem de Serviço.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 8 de fevereiro de 2012.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 24 de maio de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 233/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 233/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Municipal nº 0414 de 18.02.2009 e de acordo com a Ata do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso I, do parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 327/2011 de 20.07.2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

Parágrafo único

I -

Titular: Rosildo José Pereira

”

Art.2º Alterar o art.2º da Portaria nº 327/2011 de 20.07.2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

Presidente do Conselho - Rosildo José Pereira

”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.04.2012.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 28 de MAIO DE 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 56/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 56/2012 - PM

Nº. do Contrato: 56/2012.

Vigência: 29/05/2012 à 31/12/2012

Processo Licitatório nº 41/2012 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: D MANVIC PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.

Valor: R\$ 55.450,00 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de ginástica para instalação de uma academia ao ar livre no Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 29 de maio de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Adendo Nº 001 ao Edital de Pregão Presencial Nº 6/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO Nº 001 AO EDITAL DE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2012 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, por intermédio da sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital da licitação em referência, cujo objeto é contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistema específico para gestão em saúde pública e provimento de datacenter, sofreu inclusão de quesitos no Memorial Descritivo, constantes do Anexo "C" do Edital em referência.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Fundo Municipal de Saúde, situado à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª à 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 29 de maio de 2012.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 72/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2012- PMC

Objeto: Aquisição de discos rígidos (hd's) e kit's de memória, novos, a serem instalados em servidor IBM System X3500, patrimônio sob o nº 47153, descritos nos anexos "A" e "B" deste edital
Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 13/06/2012.

Abertura: dia 14/06/2012, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 29 de maio de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Coronel Martins

PREFEITURA

Portaria Nº. 047, de 21 de Maio de 2012

PORTARIA Nº. 047, DE 21 DE MAIO DE 2012.

O Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município e demais Leis existentes, RESOLVE: Art. 1º - Esta Lei visa obedecer ao que dispõe o art. 85-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para designar Agente de Desenvolvimento, observadas as especificidades locais.

Art. 2º - Designar os servidores municipais, Neimar Cassol, matrícula nº 129 e Olvair Antonio Sartori, matrícula nº 673, para exercer a função de Agentes de Desenvolvimento Local neste Município.

Art. 3º - A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

§ 1º - O Agente de Desenvolvimento no desempenho das suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

§ 2º O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I - residir na área da comunidade em que atuar;

II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento; e

III - haver concluído o ensino fundamental.

§ 3º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos Agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art. 4º - Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

I - Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;

II - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;

III - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

IV - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas

e dar a essa atividade um caráter oficial;

V - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais;

VI - Manter registro organizado de todas as suas atividades;

VII - Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;

VIII - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 5º Esta Lei é regida especial e especificamente pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências no que lhe for complementar.

Art. 6º - Estão automaticamente incluídas as demais funções e prerrogativas que Leis de ordem Federal, Estadual ou Municipal já existentes ou que sobrevierem a esta, considerando-as parte desta normativa.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 21 de maio 2012

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Extrato do Contrato 094/12

EXTRATO DO CONTRATO 094/12

Processo de licitação nº 061/12

Modalidade Pregão nº 024/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PARISI TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 80.443.427/0001-01 e inscrição Estadual nº 251.609.049, estabelecida na Rua Germano Wagner, 184 - Bairro Centenário, CEP 89256-800, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa especializada no Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de 3.800 horas máquinas para atendimento das necessidades da Secretaria de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC na correção e recuperação de estradas e recuperação de taludes, conforme especificações Termo de Referência Anexo I e, convenio nº 6299/2012-5 celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul - SDR e o Município de Corupá-SC.

Valor do Contrato: R\$ 472.986,00 (Quatrocentos e Setenta e Dois Mil Novecentos e Oitenta e Seis Reais), correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

Data da Assinatura: 30/05/2012

Data da Vigência: 31/12/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Anulação de Ato Administrativo do Processo de Inexigibilidade de Licitação 50/2012.

ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 50/2012.

Considerando o interesse administrativo, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação vem sugerir a Secretaria de Educação anulação na sua totalidade do processo licitatório na modalidade de inexigibilidade de licitação do processo nº 50/2012 do Fundo Municipal de Educação.

Curitibanos, 24 de maio de 2012.

ADAILTON ALVES

Presidente da Comissão de Licitação

De acordo

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT

Secretária de Educação

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 028, de 29 de Maio de 2012.

DECRETO N.º 028, de 29 de maio de 2012.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 01 de junho de 2012 (sexta-feira), em virtude do feriado de 31 de maio, dia da Padroeira do Município de Ermo - Nossa Senhora das Graças.

Art. 2º Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho de seus servidores, para que os serviços não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 29 de maio de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0152/2012

DECRETO Nº 0152, DE 29 DE MAIO DE 2012.
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores municipais Luiz Fernando Raldi, Iloir Moraes de Oliveira Araldi e Taise Marta Pazin, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis inservíveis para a Administração Municipal, que serão objetos de futuros Leilões de acordo com a Lei federal nº 8.666/93.

Art. 2º. Ficará a critério da Comissão a utilização de diversos métodos os quais entender convenientes e relevantes para a avaliação dos bens, incluindo a ampla pesquisa de mercado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
FRAIBURGO (SC), 29 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0153/2012

DECRETO Nº 0153, DE 29 DE MAIO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento
04.122.0002.2.005 - Manutenção da secretaria de Administração e Planejamento
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (21) R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento
04.122.0002.2.005 - Manutenção da secretaria de Administração e Planejamento
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (23) R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 29 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1137/2012

PORTARIA N.º 1.137, DE 29 DE MAIO DE 2012.
Retifica e Ratifica a Portaria nº. 0358/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 0358 de 01 de fevereiro de 2012, que nomeou a servidora SIMONE DE FÁTIMA JOMBRA CORRÊA, alterando o cargo para PROFESSOR, área de atuação, LÍNGUA PORTUGUESA.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da portaria 0358 de 01 de fevereiro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1138/2012

PORTARIA N.º 1.138, DE 29 DE MAIO DE 2012.
Retifica e Ratifica a Portaria nº. 0848/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna 0624/12, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 0848 de 30 de março de 2012, que ampliou a carga horária da servidora MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN, alterando de 40 (quarenta) para 36 (trinta e seis) horas semanais.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da portaria 0848 de 30 de março de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1139/2012

PORTARIA N.º 1.139, DE 29 DE MAIO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0036 de 28 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura Urbana;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DORACY CAMPOLIM DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 021.252.259-05, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de junho de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1140/2012

PORTARIA Nº 1.140, DE 29 DE MAIO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora JULIANA CAMARGO FONSECA MARTINELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 033.942.469-96, nomeada no cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais, em 01 de junho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1141/2012

PORTARIA N.º 1.141, DE 29 DE MAIO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em

conformidade com o Edital n.º 0036 de 28 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE FONTOURA LEMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 025.029.369-26, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de junho de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1142/2012

PORTARIA N.º 1.142, DE 29 DE MAIO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 201; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSILANE APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 055.106.449-82, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1143/2012

PORTARIA N.º 1.143, DE 29 DE MAIO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2011, homologado pelo decreto 278/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LEANDRO DE JESUS SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 041.635.639-70 no cargo de provimento efetivo de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1144/2012

PORTARIA N.º 1.144, DE 29 DE MAIO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2011, homologado pelo decreto 278/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PEDRO PAULO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 649.397.669-34 no cargo de provimento efetivo de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1145/2012

PORTARIA N.º 1.145, DE 29 DE MAIO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2011, homologado pelo decreto 278/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOEL CRISTIANO TERRA OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 011.480.469-92 no cargo de provimento efetivo de ZELADOR DE PATRIMÔNIO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de maio de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Complementação do Pregão Nº 0074/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE COMPLEMENTAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0125/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0074/2012 - PMF

O Prefeito de Fraiburgo torna público, para maior compreensão na elaboração das propostas e para fins de complementação à descrição dos itens "1", "2" e "3" do LOTE 1 do Edital, de que os tubos de PVC a serem adquiridos deverão ser da "CLASSE 15". Ficam inalteradas todas as demais disposições editalícias. Informações pelo fone: (49) 3256 3000 - ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 29 de maio de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso de Retificação do Pregão Presencial Nº 0075A-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0075/2012A - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo (SC) torna público que no PAL em epígrafe cujo objeto e a aquisição de impressoras e câmera fotográfica digital para uso na Secretaria de Administração, de Ação Social e de Saúde, foi alterada a descrição do ITEM 1 (impressora térmica não fiscal). Desta forma, como tal alteração afetará a formulação das propostas, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a data para Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento até às 9:15 hora do dia 15.06.2012 e a Abertura às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 28 de maio de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12fms06-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12FMS06

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12FMS16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: EUCLÓVIS LUIZ DRESCH - ME. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MURAI E QUADROS DE VIDRO E DE TOLDOS FIXOS DE LONA E ESTRUTURAS PARA PROTEÇÃO DE ESCADAS; PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 08 E ITEM 09 DO LOTE 3. VALOR DO ADITIVO: R\$ 1.112,16 (UM MIL CENTO E DOZE REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 02.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 09.07.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0015/2012-PMF. PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0009 - FMS. RECURSOS: 1415.

FRAIBURGO (SC), 05 DE MAIO DE 2012.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Aditivo Ta12fms07-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12FMS07

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11FMS34

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: P.A. MÉDICOS S/S LTDA. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS "CLÍNICA GERAL" NO ÂMBITO DO PRONTO ATENDIMENTO 24 HS. (VINTE E QUATRO HORAS) NESTA CIDADE. OBJETO DO ADITIVO: DIANTE DA NECESSIDADE DA INDICAÇÃO DE UM RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETOS DO PRESENTE PAL, UM ACRÉSCIMO CONTRATUAL MENSAL DE R\$ 1.800,00 (UM MIL E OITOCENTOS REAIS), CUJO PAGAMENTO SERÁ FEITO DA MESMA FORMA PRESCRITA NO ITEM 2.3. DATA DO ADITIVO: 14.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.10.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0026/2011 - FMS. TOMADA DE PREÇOS Nº: 0002/2011. RECURSOS: 3.400.

FRAIBURGO (SC), 14 DE MAIO DE 2012.

NILCE PINZ

Secretária Municipal De Saúde

Extrato do Aditivo Ta12fms08-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12FMS08

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12FMS05

Nº ADITIVO ANTERIOR: TA12FMS05

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA CRIANÇAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA DÉCIMA. DATA DO ADITIVO: 25.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0001/2012 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0001/2012.

FRAIBURGO (SC), 25 DE MAIO DE 2012.

NILCE PINZ

Secretária Municipal De Saúde

Extrato do Aditivo Ta12pmf100-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF100

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF54

Nº ADITIVOS ANTERIORES: TA12PMF89

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: VIDENET INFORMÁTICA LTDA EPP. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DIVERSOS E TELEVISOR PARA USO NA SECRETARIA DE FINANÇAS, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME E POLÍCIA MILITAR, DESTE MUNICÍPIO. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DOS ITENS 01 E 05 DO LOTE 01. VALOR DO ADITIVO: R\$ 785,69 (SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 15.05.2012.

ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 27.02.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0036/2012-PMF. PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0022 - PMF. RECURSOS: 1200 (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 15 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf101-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF101

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF296

Nº ADITIVOS ANTERIORES: TA12PMF61 E TA12PMF77

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONSTRUÇÃO DAS QUADRAS ESPORTIVAS PARA FUTEBOL DE AREIA E VÔLEI DE AREIA, NO CENTRO, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA SUA CLÁUSULA TERCEIRA PARA MAIS 30 (TRINTA) DIAS. DATA DO ADITIVO: 16.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 16.06.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0226/2011-PMF. TOMADA DE PREÇOS Nº: 0030 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 16 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf102-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF102

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF10

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: SPIELMANN & SPIELMANN LTDA. OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS ORIUNDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE A SER COLETADO NA SEDE DO FUNREBOM, COM SEDE À AVENIDA CAÇADOR, Nº 582, NO BAIRRO SÃO JOSÉ, NESTE MUNICÍPIO. OBJETO DO ADITIVO: CONFORME PREVISÃO CONSTANTE DA CLÁUSULA QUARTA, ITEM 4.1 DO CONTRATO CT11PMF132, AUTOMATICAMENTE PRORROGADO ATRAVÉS DA EDIÇÃO DO CONTRATO CT12PMF10, ATUALMENTE COM MAIS DE 1 (UM) ANO DE VIGÊNCIA, ACORDAM CONSENSUALMENTE O SEU REAJUSTE COM BASE NO INPC ACUMULADO DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES NO PERCENTUAL DE 4,78%, SENDO QUE O VALOR PELO QUILO DO RESÍDUO COLETADO CONSTANTE NA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.1, PASSARÁ DE R\$ 3,20 (TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS) PARA R\$ 3,35 (TRÊS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 16.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2012. DISPENSADA LICITAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666/93.

FRAIBURGO (SC), 16 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf103-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF103

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF65

Nº ADITIVOS ANTERIORES: TA11PMF55 E TA12PMF06

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. OBJETO DO ADITIVO: CONFORME PREVISÃO CONSTANTE DA CLÁUSULA QUARTA, ITEM 4.2 DO CONTRATO EM EPÍGRAFE, ACORDAM CONSENSUALMENTE O SEU REAJUSTE COM BASE NO INPC ACUMULADO DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES NO PERCENTUAL DE 4,78%, SENDO QUE O VALOR MENSAL PREVISTO NA CLÁUSULA SEGUNDA, ITEM 2.1, REAJUSTADO ATRAVÉS DO TERMO ADITIVO TA11PMF55 PASSARÁ DE R\$ 1.753,88 (UM MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS) PARA R\$ 1.837,71 (UM MIL, OITOCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 16.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 067/2010-PMF. PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0045A.

FRAIBURGO (SC), 16 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf104-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF104

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF92
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: BERNADETE CASTILHO DE OLIVEIRA - ME. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS E OUTROS PARA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PADRÃO PROINFÂNCIA (CRECHE BELA VISTA). OBJETO DO ADITIVO: DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE ACEITABILIDADE EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO AJUSTAM AS ALTERAÇÕES DOS MODELOS DO ITEM 48, DO MODELO WALITA/RI711 PARA O MODELO WALITA/RI-7725, E DO ITEM 51, DO MODELO BRITANIA/NCP 27 PARA O MODELO BRITANIA/NCP 30. DATA DO ADITIVO: 16.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 16.04.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0063/2012-PMF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 0001.

FRAIBURGO (SC), 16 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf105-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF105
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF54
Nº ADITIVOS ANTERIORES: TA12PMF89 E TA12PMF100

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: VIDENET INFORMÁTICA LTDA EPP. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DIVERSOS E TELEVISOR PARA USO NA SECRETARIA DE FINANÇAS, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME E POLÍCIA MILITAR, DESTE MUNICÍPIO. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 05 DO LOTE 01. VALOR DO ADITIVO: R\$ 298,63 (DUZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 21.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 27.02.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO

LICITATÓRIO Nº: 0036/2012-PMF. PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0022 - PMF. RECURSOS: 1200 (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 21 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf91-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF91
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF15
Nº DOS ADITIVOS ANTERIORES: TA12PMF58 E TA12PMF84

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA - COOPERTRINTA. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME ARTIGO 18 DA RESOLUÇÃO Nº 38/2009. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DOS ITENS 01, 04 E 05. VALOR DO ADITIVO: R\$ 2.745,24 (DOIS MIL, SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 02.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0264/2011-PMF. PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0170 - PMF. RECURSOS: 1302 E 1306 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 02 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf92-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF92
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF16
Nº DOS ADITIVOS ANTERIORES: TA12PMF59 e TA12PMF86

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME ARTIGO 18 DA RESOLUÇÃO Nº 38/2009. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 02. VALOR DO ADITIVO: R\$ 287,10 (DUZENTOS E OITENTA E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 02.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0264/2011-PMF. PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0170 - PMF. RECURSOS: 1306 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 02 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf94-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF94
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12PMF38

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE UMA AMPLIAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL "CARLOS GOMES", SITUADA NA LOCALIDADE DE DEZ DE NOVEMBRO, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, COM ÁREA A SER CONSTRUÍDA DE 150,41 M². OBJETO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO CONFORME MEMORIAL E PLANILHA ASSINADA QUANTITATIVA ASSINADA

PELA ENGENHEIRA FISCAL DA OBRA. VALOR DO ADITIVO: R\$ 14.099,74 (QUATORZE MIL E NOVENTA E NOVE REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS. DATA DO ADITIVO: 07.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 02.07.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0003/2012-PMF. TOMADA DE PREÇOS Nº: 0001 - PMF. RECURSOS: 1300 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 07 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf95-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF95

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF246

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: FE-MAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE FECHAMENTO E AMPLIAÇÃO DA QUADRA COBERTA DO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL FAXINAL DOS CARVALHOS, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA SUA CLÁUSULA TERCEIRA PARA MAIS 30 (TRINTA) DIAS. DATA DO ADITIVO: 07.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 26.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0164/2011-PMF. TOMADA DE PREÇOS Nº: 0024 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 07 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf96-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF96

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF147

Nº ADITIVOS ANTERIORES: TA11PMF114, TA11PMF130, TA11PMF154, TA11PMF178 E TA11PMF180

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO DE 50 (CINQUENTA) VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICROÔNIBUS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, DOS QUAIS 10 (DEZ) COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, 38 (TRINTA E OITO) COM COBERTURA CONTRA TERCEIROS E 2 (DOIS) COM COBERTURA TOTAL. OBJETO DO ADITIVO: ENDOSSO PARA INCLUSÃO DO VEÍCULO HYUNDAI/HR (DIESEL) 2.5 TURBO, COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS E GUINCHO DE ATÉ 500 KM. VALOR DO ADITIVO: R\$ 67,68 (SESSENTA E SETE REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS. DATA DO ADITIVO: 09.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0085/2011-PMF. PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0045 - PMF. RECURSOS: 1300 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 09 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf97-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF97

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF116

Nº ADITIVOS ANTERIORES: TA11PMF05, TA11PMF44, TA11PMF54, TA11PMF64, TA11PMF75, TA11PMF96, TA11PMF125, TA11PMF165, TA11PMF190 E TA12PMF50

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: CON-SEST PRÉ-MOLDADOS LTDA. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDIVIDUAL PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, COMPREENDENDO O LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DE UNIDADES HABITACIONAIS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, DE 100 (CEM) CASAS RESIDENCIAIS EXISTENTES NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NA CIDADE DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: A PEDIDO DA CONTRATADA, EM VIRTUDE DO AGUARDADO DA APROVAÇÃO DOS PROJETOS NA PREFEITURA, FICANDO VIGENTE POR MAIS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS. DATA DO ADITIVO: 10.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 10.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0130/2010-PMF. TOMADA DE PREÇOS Nº: 0010 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 10 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf98-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF98

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF23

Nº ADITIVOS ANTERIORES: TA11PMF26, TA11PMF57, TA11PMF103, TA11PMF167, TA12PMF10 E TA12PMF68

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA. OBJETO DO CONTRATO: CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BAIRRO BELA VISTA, NESTA CIDADE, COM ÁREA TOTAL DE 1.118,48 M². OBJETO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO CONFORME MEMORIAL JUSTIFICATIVO DE ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS E TAMBÉM PLANILHA QUANTITATIVA ASSINADA PELO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA. VALOR DO ADITIVO: R\$ 112.763,15 (CENTO E DOZE MIL, SETECENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E QUINZE CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 11.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 22.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0163/2009-PMF. TOMADA DE PREÇOS Nº: 0014 - PMF. RECURSOS: 1323 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 11 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Ta12pmf99-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO TA12PMF99

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF145

Nº ADITIVOS ANTERIORES: TA11PMF06, TA11PMF213, TA12PMF63 E TA12PMF69

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA SANTA TERESINHA TRANSPORTES E TURISMO S/A (FILIAL FRAIBURGO). OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO

FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE MUNICIPAL, ESTADUAL E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. OBJETO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO NO ITINERÁRIO 26B DA LINHA 3 A PARTIR DE 02/05/2012, EM FUNÇÃO DE AJUSTES NO PERCURSO. DATA DO ADITIVO: 15.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 0176/2010-PMF. PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0123 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 15 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12fms19-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12FMS19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO NA SALA DE FISIOTERAPIA DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO MIGUEL. VALOR TOTAL: R\$ 1.891,04 (UM MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E UM REAIS E QUATRO CENTAVOS). DATA: 10.05.2012. VIGÊNCIA: 10.05.2012 A 31.05.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0022/2012 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0014/2012. RECURSOS: 1.400 E 1.418.

FRAIBURGO (SC), 10 DE MAIO DE 2012.
NILCE PINZ
Secretária Municipal De Saúde

Extrato do Contrato Ct12fms20-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12FMS20
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: SÉRGIO DA SILVA ORTOPEDIA ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO NA SALA DE FISIOTERAPIA DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO MIGUEL. VALOR TOTAL: R\$ 28.986,98 (VINTE E OITO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS). DATA: 10.05.2012. VIGÊNCIA: 10.05.2012 A 09.05.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0022/2012 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0014/2012. RECURSOS: 1.400 E 1.418.

FRAIBURGO (SC), 10 DE MAIO DE 2012.
NILCE PINZ
Secretária Municipal De Saúde

Extrato do Contrato Ct12pmf110-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF110

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: DOCA-CASA E JARDIM LTDA ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO VISANDO SERVIÇOS DE REFORMA DA EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA DO POSTO DE SAÚDE SÃO JOSÉ - AVENIDA CAÇADOR, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS (ANEXOS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO). VALOR TOTAL: R\$ 9.898,06 (NOVE MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS). DATA: 03.05.2012. VIGÊNCIA: 03.05.2012 A 29.06.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 15 (QUINZE) DIAS APÓS A EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0094/2012 - PMF. TOMADA DE PREÇOS: Nº 0019/2012. RECURSOS: 3.400 (FUNDO MUNICIPAL

DE SAÚDE).

FRAIBURGO (SC), 03 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf111-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF111

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: AUDACES SOLUÇÕES - TREINAMENTOS E PALESTRAS LTDA. OBJETO: CESSÃO DO PALESTRANTE AMBIENTALISTA DENER JOSÉ GIOVANINI POR INTERMÉDIO DA CONTRATADA, A QUAL DETÉM OS DIREITOS PARA TAL CONTRATAÇÃO (DECLARAÇÃO NO PAL), PARA A REALIZAÇÃO DE UMA PALESTRA NO EVENTO DENOMINADO "SEMAD" A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 13 A 15 DE JUNHO DE 2012, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO-SC. VALOR TOTAL: R\$ 9.600,00 (NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS). DATA: 04.05.2012. VIGÊNCIA: 04.05.2012 A 30.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0116/2012 - PMF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 0018/2012. RECURSOS: 1.200 (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 04 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf112-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF112

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: NEIDE FERRONATTO. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVO A UM CURSO DE "PINTURA" PARA CAPACITAÇÃO DAS INSTRUTORAS DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). VALOR TOTAL: R\$ 1.680,00 (UM MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS). DATA: 04.05.2012. VIGÊNCIA: 04.05.2012 A 31.07.2012. RECURSOS: 1.509 (SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL). DISPENSADA LICITAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666/93.

FRAIBURGO (SC), 04 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf113-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF113

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ARTES GRÁFICAS COSMOS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE FOLDERS PARA REALIZAÇÃO DA CAMPANHA DO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) NO COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTOJUVENIL. VALOR TOTAL: R\$ 1.200,00 (UM MIL E DUZENTOS REAIS). DATA: 07.05.2012. VIGÊNCIA: 07.05.2012 A 30.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0108/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0064/2012. RECURSOS: 3.511 (SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL).

FRAIBURGO (SC), 07 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf114-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF114

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: LCL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENCARROÇAMENTO PARA O CAMINHÃO DE COMBATE A INCÊNDIO TIPO AUTO BOMBA TANQUE E RESGATE - ABTR, DE PROPRIEDADE DO FUNREBOM. VALOR TOTAL: R\$ 152.400,00 (CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS). DATA: 07.05.2012. VIGÊNCIA: 07.05.2012 A 06.05.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0102/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0062/2012. RECURSOS: 1.700 E 3.700 (FUNREBOM).

FRAIBURGO (SC), 07 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf115-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF115

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ME-CÂNICA JÚNIOR AUTO DIESEL LTDA ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA A RECUPERAÇÃO DO MOTOR OM 352 DO MB 1113, Nº 47, DE PLACAS MA I-9557 (PEÇAS E MÃO-DE-OBRA). VALOR TOTAL: R\$ 5.900,00 (CINCO MIL E NOVECENTOS REAIS). DATA: 07.05.2012. VIGÊNCIA: 07.05.2012 A 06.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0109/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0065/2012. RECURSOS: 1.200 (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA)

FRAIBURGO (SC), 07 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf116-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF116

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CAUQ DA RUA ROSEMARY C. DA ROCHA, NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, COM ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 1.604,43 M², DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL: R\$ 120.364,62 (CENTO E VINTE MIL, TREZENTOS E SESENTA E QUATRO REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS). DATA: 08.05.2012. VIGÊNCIA: 08.05.2012 A 31.12.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 DIAS APÓS EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0085/2012 - PMF. TOMADA DE PREÇOS: Nº 0016/2012. RECURSOS: 1.290 (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA-BADESC)

FRAIBURGO (SC), 08 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf117-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF117

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: LB - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS BASÁLTICAS IRREGULARES DA RUA JOÃO CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA, NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NESTA CIDADE, COM ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 1.574,89 M², DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL: R\$ 94.525,81 (NOVENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E VINTE E CINCO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS). DATA: 08.05.2012. VIGÊNCIA: 08.05.2012 A 31.12.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 45 DIAS APÓS EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0087/2012 - PMF. TOMADA DE PREÇOS: Nº 0018/2012. RECURSOS: 1.290 (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA-BADESC)

FRAIBURGO (SC), 08 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf118-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF118

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: SCHUMANN MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA - FILIAL 47. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (COPA DO PAÇO MUNICIPAL) E NA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL (CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ"). VALOR TOTAL: R\$ 1.999,00 (UM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS). DATA: 08.05.2012. VIGÊNCIA: 08.05.2012 A 07.05.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0100/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0060/2012. RECURSOS: 1.292 (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO) E 1.200 (SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL).

FRAIBURGO (SC), 08 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf119-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF119

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (COPA DO PAÇO MUNICIPAL). VALOR TOTAL: R\$ 1.350,00 (UM MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS). DATA: 08.05.2012. VIGÊNCIA: 08.05.2012 A 07.05.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0100/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0060/2012. RECURSOS: 1.292 (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 08 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf120-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF120

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: RÉGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO NOS CENTROS DE

EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. VALOR TOTAL: R\$ 15.127,97 (QUINZE MIL, CENTO E VINTE E SETE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS). DATA: 10.05.2012. VIGÊNCIA: 10.05.2012 A 30.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0092/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0053A/2012. RECURSOS: 1.300 E 1.323 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 10 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf121-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF121

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: SANTA TERESINHA TRANSPORTE E TURISMO S/A. OBJETO: CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC, NA MODALIDADE CONVENCIONAL REGULAR E SELETIVO, POR ÔNIBUS, PELO PRAZO DE 15 (QUINZE) ANOS, MEDIANTE COBRANÇA DE TARIFA DOS USUÁRIOS. VALOR DA TARIFA INICIALMENTE CONTRATADA: R\$ 2,30 (DOIS REAIS E TRINTA CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 11.05.2012. VIGÊNCIA: DE 11.05.2012 A 11.05.2027. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0011/2012 - PMF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA: Nº 0001/2012.

FRAIBURGO (SC), 10 MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf122-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF122

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ECOATIVA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOLOGIA, PARA REGULARIZAÇÃO DO LOTEAMENTO SÃO MIGUEL - FASE II. VALOR TOTAL: R\$ 3.850,00 (TRÊS MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS). DATA: 14.05.2012. VIGÊNCIA: 14.05.2012 A 15.06.2012. RECURSOS: 1.200 (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO). DISPENSADA LICITAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666/93.

FRAIBURGO (SC), 14 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf123-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF123

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CAUQ DA RUA ALCIDES ANTONIO SELLA, NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, COM ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 1.602,41 M², DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL: R\$ 123.168,69 (CENTO E VINTE E TRÊS MIL, CENTO E SESSENTA E OITO REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS). DATA: 14.05.2012. VIGÊNCIA: 14.05.2012 A 31.12.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 DIAS APÓS EMISSÃO E

ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0086/2012 - PMF. TOMADA DE PREÇOS: Nº 0076/2012. RECURSOS: 1.290 (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA-BADESC)

FRAIBURGO (SC), 14 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf124-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF124

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: SSAT - SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA. OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E SEMAFÓRICA (PROJETOS I E II), NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS (ANEXOS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO). VALOR TOTAL: R\$ 98.133,81 (NOVENTA E OITO MIL, CENTO E TRINTA E TRÊS REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS). DATA: 15.05.2012. VIGÊNCIA: 15.05.2012 A 31.12.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (SESENTA) DIAS APÓS A EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0103/2012 - PMF. TOMADA DE PREÇOS: Nº 0020/2012. RECURSOS: RECURSOS ORDINÁRIOS; RECURSOS FEDERAIS (CONVÊNIO Nº 065795/2010 - CONTRATO DE REPASSE Nº 0330526-23/2010-MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA); E (CONVÊNIO Nº 050792/2010 - CONTRATO DE REPASSE Nº 0336006-65/2010-MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA).

FRAIBURGO (SC), 15 MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf125-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF125

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: MADELAIN LEAL MENEZES - ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENFEITES JUNINOS PARA DECORAÇÃO DA CIDADE DE FRAIBURGO. VALOR TOTAL: R\$ 15.754,00 (QUINZE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS). DATA: 17.05.2012. VIGÊNCIA: 17.05.2012 A 30.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0117/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0067/2012. RECURSOS: 1.200 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 17 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf126-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF126

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADO: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA. VALOR TOTAL: R\$ 12.800,00 (DOZE MIL E OITOCENTOS REAIS), PARA ATENDIMENTO DAS DESPESAS COM PRESTAÇÃO DE 200 (DUZENTAS) HORAS MÁQUINAS. DATA: 21.05.2012. VIGÊNCIA: 21.05.2012 A 10.08.2012. DISPOSIÇÕES LEGAIS: APLICAM-SE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AS DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO FEDERAL DE LICITAÇÕES, LEI Nº

8.666/93, E DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS, LEI Nº 11.107/05, DO DECRETO Nº 6.017/07, BEM COMO A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, LEI N. 2050/2010, E DO CONTRATO DE PROGRAMA CTP/CINCO/0001/2010-19. RECURSOS: 1.200 (SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA).

FRAIBURGO (SC), 21 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf127-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF127

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: OFICINA PERMANENTE DE TÉCNICAS CIRCENSES - OPCT - GRUPO THOLL. OBJETO: APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO PARA A ABERTURA DO EVENTO DENOMINADO "SEMAD" A SER REALIZADO NESTA CIDADE DE FRAIBURGO-SC ENTRE OS DIAS 13 A 15/06/2012. VALOR TOTAL: R\$ 23.200,00 (VINTE E TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS). DATA: 21.05.2012. VIGÊNCIA: 21.05.2012 A 30.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0127/2012 - PMF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 0019/2012. RECURSOS: 1.200 (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 21 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf128-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF128

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: INSTITUTO CRIAR LTDA. OBJETO: CESSÃO DO PALESTRANTE MAX GÜNTHER HAETINGER, SÓCIO DA EMPRESA CONTRATADA, PARA A REALIZAÇÃO DE UMA PALESTRA DIRECIONADA AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL PÚBLICA DE ENSINO DE FRAIBURGO. VALOR TOTAL: R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS). DATA: 22.05.2012. VIGÊNCIA: 22.05.2012 A 22.08.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0129/2012 - PMF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 0020/2012. RECURSOS: 3.301 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

FRAIBURGO (SC), 22 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf129-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF129

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: VIA-PAV CONSTRUTORA LTDA. OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CAUQ DA RUA FUJI (PARTE 2), LOTEAMENTO MACIEIRA, BAIRRO LIBERATA, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, COM ÁREA DE 6.647,41 M² DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO). VALOR TOTAL: R\$ 660.839,41 (SEISCENTOS E SESSENTA MIL, OITOCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS). DATA: 22.05.2012. VIGÊNCIA: 22.05.2012 A 31.12.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS APÓS A EMISSÃO E ENTREGA DA

ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0110/2012 - PMF. TOMADA DE PREÇOS: Nº 0023/2012. RECURSOS: RECURSOS ORDINÁRIOS E RECURSOS FEDERAIS (CONTRATO DE REPASSE Nº 766647/2011 -MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA).

FRAIBURGO (SC), 23 MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12sf13-Sf
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12SF13

CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. CONTRATADA: HEXIS CIENTÍFICA S/A. OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES E OUTROS MATERIAIS PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE ÁGUA DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO. VALOR TOTAL: R\$ 5.458,00 (CINCO MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS). DATA: 28.05.2012. VIGÊNCIA: 28.05.2012 A 31.07.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0018/2012 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0017/2012. RECURSOS: 0.900.

FRAIBURGO (SC), 28 DE MAIO DE 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Deliberação Cms 007/2012
DELIBERAÇÃO 007/CMS/12

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971, de 03 de setembro de 2008, em reunião ordinária realizada no dia 23 de maio de 2012, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU o Relatório Anual de Gestão - RAG 2011, conforme ATA Nº 05/2012.

Fraiburgo (SC), 23 de maio de 2012.
NILCE PINZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Extrato da Ata de Registro de Preços At12fms11 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12FMS11

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. FORNECEDOR: RESTAURANTE ZENERE LTDA EPP. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO DE SUCOS E REFEIÇÕES PREPARADAS E ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM TIPO MARMITEX, PARA ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES QUE TRABALHAM NO PRONTO ATENDIMENTO AMBULATORIAL 24 HORAS E NO SAMU. ITENS REGISTRADOS: ITEM 1 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO ACONDICIONADA EM MARMITEX (ALMOÇO/JANTA) - VALOR UNITÁRIO R\$ 11,25; ITEM 2 - PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO DIVERSOS SABORES 35 GRAMAS - VALOR UNITÁRIO R\$ 0,90. DATA: 04.05.2012. VIGÊNCIA: 04.05.2012 A 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0021/2012 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0013/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0005/2012.

FRAIBURGO (SC), 04 DE MAIO DE 2012.
NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde

Extrato da Ata de Registro de Preços At12pmf50-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF50

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FMS E FME. FORNECEDOR: MATERBRÁS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MEIO-FIOS. ITENS REGISTRADOS: ITEM 1 - MEIO-FIO DE CONCRETO 0,12 X 0,30 X 1,00 M - VALOR UNITÁRIO R\$ 19,00; ITEM 2 - MEIO-FIO DE CONCRETO 0,10 X 0,30 X 0,80 M - VALOR UNITÁRIO R\$ 13,00. DATA: 07.05.2012. VIGÊNCIA: 07.05.2012 A 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0104/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0063/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0026/2012.

FRAIBURGO (SC), 07 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços At12pmf51-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF51

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃO PARTICIPANTE: SANEFRAI. FORNECEDOR DELCIR BOESING. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE TUBOS DE CONCRETO. ITENS REGISTRADOS: ITEM 1 - TUBO DE CONCRETO 20 CM LISO - VALOR UNITÁRIO R\$ 15,22; ITEM 2 - TUBO DE CONCRETO 60 CM LISO - VALOR UNITÁRIO R\$ 44,90. DATA: 11.05.2012. VIGÊNCIA: 11.05.2012 A 29.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0112/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0066/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0027/2012.

FRAIBURGO (SC), 11 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços At12pmf52-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF52

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PEDRAS. ITENS REGISTRADOS: ITEM 1 - PEDRA BRITA BICA CORRIDA - VALOR DA TONELADA R\$ 26,50; ITEM 2 - PEDRA BRITA Nº 1 - VALOR DA TONELADA R\$ 38,50; ITEM 3 - PEDRA BRITA Nº 2 - VALOR DA TONELADA R\$ 33,00; ITEM 4 - PÓ DE PEDRA - VALOR DA TONELADA R\$ 52,00; ITEM 5 - PEDRA PULMÃO - VALOR DA TONELADA R\$ 23,00; ITEM 6 - PEDRA PULMÃO (PENEIRA 2" A 4") - VALOR DA TONELADA R\$ 23,00; ITEM 7 - PEDRA LASCÃO - VALOR DA TONELADA R\$ 24,00; ITEM 8 - PEDRA GRADUADA COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: 70% BICA CORRIDA E 30% PEDRA 2" - VALOR DA TONELADA R\$ 29,00; ITEM 9 - PEDRISCO - VALOR DA TONELADA R\$ 44,00. DATA: 18.05.2012. VIGÊNCIA: 01.06.2012 A 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0118/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0068/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0028/2012.

FRAIBURGO (SC), 18 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços At12pmf53-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF53

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: SUPERMERCADO JOTA LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE CAFÉ E AÇÚCAR. ITENS REGISTRADOS: ITEM 1 - CAFÉ TORRADO E MOÍDO 500 GRAMAS - MARCA MELITTA - VALOR UNITÁRIO R\$ 10,66. ITEM 2 - AÇÚCAR REFINADO 5KG - MARCA ALTO ALEGRE - VALOR UNITÁRIO R\$ 11,66. DATA: 21.05.2012. VIGÊNCIA: 21.05.2012 A 30.09.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0119/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0069/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0029/2012.

FRAIBURGO (SC), 21 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços At12pmf54-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF54

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA - ME. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERTOS DE REDES DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS AFINS. ITENS REGISTRADOS: ITEM 1 - HORA DE SERVIÇO DE ELETRICISTA PESSOA JURÍDICA-VALOR UNITÁRIO R\$ 30,00. ITEM 2 - HORA DE SERVIÇO DE AJUDANTE DE ELETRICISTA PESSOA JURÍDICA - VALOR UNITÁRIO R\$ 22,00. DATA: 21.05.2012. VIGÊNCIA: 21.05.2012 A 31.07.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0120/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0070/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0030/2012.

FRAIBURGO (SC), 21 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços At12sf15-Sf

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12SF15

ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE HORAS DE RETROESCAVADEIRA TRAÇADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SANEFRAI. ITENS REGISTRADOS: ITEM 1 - HORA DE RETROESCAVADEIRA TRAÇADA 4 X 4 - VALOR UNITÁRIO R\$ 64,00. DATA: 22.05.2012. VIGÊNCIA: 22.05.2012 A 31.10.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0015/2012 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0015/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0010/2012.

FRAIBURGO (SC), 22 DE MAIO DE 2012.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da SANEFRAI

Extrato do Aditivo da Ata de Registro Preços Ta12fms05-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA12FMS05
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12FMS02

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. FORNECEDOR: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP. OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA DOAÇÃO A CRIANÇAS E ADULTOS CARENTES DO MUNICÍPIO COM RESTRIÇÕES ALIMENTARES, CONFORME PROJETO MUNICIPAL DE LEITES E SUPLEMENTOS. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. DATA DO ADITIVO: 25.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.07.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0012/2012 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0006/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0002/2012.

FRAIBURGO (SC), 25 DE MAIO DE 2012.
NILCE PINZ
Secretária Municipal De Saúde

Extrato do Aditivo da Ata de Registro Preços Ta12pmf83-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA12PMF83
TERCEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT11PMF87

Nº ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT11PMF182 E TA.AT12PMF43
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA EPP. OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E OUTROS. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 78 DO LOTE 7 (BOLSA ALVEJADA). DATA DO ADITIVO: 09.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0148/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0086/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0041/2012.

FRAIBURGO (SC), 09 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo da Ata de Registro Preços Ta12pmf84-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA12PMF84
DÉCIMO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT11PMF85

Nº ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT11PMF176, TA.AT11PMF179, TA.AT12PMF02, TA.AT12PMF09, TA.AT12PMF15, TA.AT12PMF28, TA.AT12PMF31, TA.AT12PMF41 e TA.AT12PMF63
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA. OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E OUTROS. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DOS ITENS 03, 09, 12, 20 E 27 DO LOTE 08, E DOS ITENS 18, 100 E 105 DO LOTE 01. DATA DO ADITIVO: 14.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0148/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0086/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0041/2012.

FRAIBURGO (SC), 14 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo da Ata de Registro Preços Ta12pmf85-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA12PMF85
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12PMF15

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. FORNECEDOR: CANSAN TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE ROUPAS DE CAMA, ROUPAS DE BEBÊ E BANHEIRAS, PARA MONTAGEM DE KITS BEBÊS QUE SERÃO ENTREGUES ÀS MÃES PARTICIPANTES DO PROJETO DE FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS AFETIVOS DO PAIF. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DOS ITENS DO 01 AO 08 DO LOTE 01, E DO ITEM 09 DO LOTE 02; E PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. DATA DO ADITIVO: 15.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.08.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0009/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0004/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0003/2012.

FRAIBURGO (SC), 15 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo da Ata de Registro Preços Ta12pmf86-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA12PMF86
TERCEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT11PMF88

Nº ADITIVOS ANTERIORES: TA.AT11PMF175 E TA.AT12PMF37
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQ. E EQUIP. LTDA. OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SABÃO PARA USO NA LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS. OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 01 DO LOTE 01 (SABÃO FRACO PARA LATARIA). DATA DO ADITIVO: 15.05.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.06.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0156/2011 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0092/2011. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0043/2011.

FRAIBURGO (SC), 15 DE MAIO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pr51/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2012

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a aquisição de materiais de construção, hidráulicos e elétricos para manutenção dos prédios municipais. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 14/06/2012.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 14/06/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 25 de maio de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Extrato 2º Termo Aditivo Contrato Nº 53/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 53/2011; Processo nº. 190/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda.; CNPJ: 10.789.611/0001-14; Objeto: Prorrogar o prazo de execução da obra objeto do contrato nº 52/2011 por 60 dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente; Data da Assinatura: 26/05/2012.

Extrato 3º Termo Aditivo Contrato Nº 52/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 52/2011; Processo nº. 105/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda.; CNPJ: 10.789.611/0001-14; Objeto: Prorrogar o prazo de execução da obra objeto do contrato nº 52/2011 por 60 dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente; Data da Assinatura: 26/05/2012.

Errata - Edital Ct Nº 01/2012

ERRATA - EDITAL CT Nº 01/2012
Prorrogação de Prazo e Outra Providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e

do Adolescente) e Lei Municipal nº 1.533, de 02 de junho de 2011, e considerando a decisão tomada pelo pleno do órgão em 22 de maio de 2012, com base no artigo 12, §1º, da Resolução CONANDA nº 139, de 17 de março de 2010, TORNA PÚBLICO as alterações promovidas no EDITAL 01/2012, que "abre inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Garopaba/SC, e dá outras providências, publicado no dia 20 de abril de 2012, no DOM/SC edição nº975, páginas nº 74-77, nos seguintes termos:

Nota 1. O período de Inscrições para o registro das candidaturas a Conselheiro Tutelar, constante do item 3.1, fica assim alterado:

Onde lê-se: 3.1. O registro das Candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período 19/04/2012 a 21/05/2012, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua GRP 010, nº 46, bairro Centro, Garopaba/SC, telefone (48) 3524-8161.

Leia-se: 3.1. O registro das Candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período 28/05/2012 a 01/06/2012, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua GRP 010, nº 46, bairro Centro, Garopaba/SC, telefone (48) 3524-8161

Nota 2. A dada para publicação da relação de candidatos inscritos, constante no item 4.1, fica assim alterada:

Onde lê-se: 4.1. Na data de 25/05/2012, será publicado edital, com a relação de candidatos inscritos, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

Leia-se: 4.1. Na data de 12/06/2012, será publicado edital, com a relação de candidatos inscritos, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

Nota 3. O período para impugnação das candidaturas, constante do item 4.2, fica assim alterado:

Onde lê-se: 4.2. A partir da publicação, qualquer pessoa física ou jurídica terá o período 25/05/2012 a 03/06/2012, em horário de atendimento ao público, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, para impugnar a candidatura, oferecendo prova do alegado.

Leia-se: 4.2. A partir da publicação, qualquer pessoa física ou jurídica terá o período 12/06/2012 a 19/06/2012, em horário de atendimento ao público, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, para impugnar a candidatura, oferecendo prova do alegado.

Nota 4. O período para o candidato manifestar-se sobre a impugnação, constante do item 4.3, fica assim alterado:

Onde lê-se: 4.3. O candidato impugnado deverá manifestar-se sobre a impugnação, de forma escrita, no período de 04/06/2012 a 08/06/2012, em horário de atendimento ao público na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba.

Leia-se: 4.3. O candidato impugnado deverá manifestar-se sobre a impugnação, de forma escrita, no período de 20/06/2012 a 25/06/2012, em horário de atendimento ao público na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba.

Nota 5. O período que a comissão eleitoral terá para apresentar

resposta às impugnações apresentadas, constante no item 4.4, fica assim alterado:

Onde lê-se: 4.4. A comissão eleitoral terá o período de 11/06/2012 a 14/06/2012 para apresentar resposta quanto às impugnações.

Leia-se: 4.4. A comissão eleitoral terá o período de 25/06/2012 a 30/06/2012 para apresentar resposta quanto às impugnações.

Nota 6. A data da publicação do edital com a relação dos candidatos que tiverem suas inscrições aprovadas, constante no item 4.5, fica assim alterada:

Onde lê-se: 4.5. Na data de 19/06/2012 será publicado edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas, no Diário dos Municípios - DOM/SC no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Garopaba, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

Leia-se: 4.5. Na data de 01/07/2012 será publicado edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas, no Diário dos Municípios - DOM/SC no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Garopaba, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

Nota 07. A data designada para a realização da eleição, constante do item 6.1, fica assim alterada:

Onde lê-se: 6.1. A eleição será realizada no dia 26/06/2012, no horário de 13h30min às 17h30min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, localizada na Rua GRP 010, nº 46, bairro Centro, Garopaba/SC.

Leia-se: 6.1. A eleição será realizada no dia 03/07/2012, no horário de 13h30min às 17h30min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, localizada na Rua GRP 010, nº 46, bairro Centro, Garopaba/SC.

Nota 08. A data limite para as entidade cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, indicarem representantes para compor o Colégio Eleitoral, constante no item 6.5., fica assim alterada:

Onde lê-se: 6.5. Observado o disposto no item imediatamente anterior, o Presidente do Conselho solicitará as entidades cadastradas (em ordem de Registro) no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até o dia 25/05/2012, de indiquem representante com idade superior a vinte e um anos e no gozo de seus direitos políticos e civis, para compor o colégio eleitoral previsto no artigo 12 da Lei nº 1.533, de 06 de junho de 2011.

Leia-se: 6.5. Observado o disposto no item imediatamente anterior, o Presidente do Conselho solicitará as entidades cadastradas (em ordem de Registro) no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até o dia 04/06/2012, de indiquem representante com idade superior a vinte e um anos e no gozo de seus direitos políticos e civis, para compor o colégio eleitoral previsto no artigo 12 da Lei nº 1.533, de 06 de junho de 2011.

Nota 09. A data da publicação do resultado da eleição, constante no item 10.1, fica assim alterada:

Onde lê-se: 10.1. O resultado da eleição será publicado no dia 02/07/2012, através de edital no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Garopaba, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de sufrágios recebidos.

Leia-se: 10.1. O resultado da eleição será publicado no dia 04/07/2012, através de edital no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Garopaba, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de sufrágios recebidos.

Os demais termos e condições do Edital permanecem inalterados.

Garopaba, 22 de maio de 2012.

ROSILENE PACHECO DE LIMA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba/SC

Errata - Setor de Recursos Humanos

Errata - Setor de Recursos Humanos

Na Portaria que "CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, NOS TERMOS DO ART. 40, §1º, INCISO III, ALÍNEA "B" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ART. 23 DA LEI MUNICIPAL Nº 677/2000, AUTORIZA O PAGAMENTO DOS PROVENTOS EM CARÁTER PROPORCIONAL, OBSERVADA A METODOLOGIA DE CÁLCULO DISPOSTA NA LEI FEDERAL Nº 10887/04, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA MADALENA DO NASCIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.", publicada em 29/05/2012, onde se lê "PORTARIA N.º 334, DE 25 DE MAIO DE 2012", leia-se "PORTARIA N.º 333, DE 25 DE MAIO DE 2012"

Homologação de Resultados - Após Recursos

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

APÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 009/2012

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 009/2012, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, após recursos, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 009/2012

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
Posição	Candidato
1º.	Sandra Elisa da Cunha
2º.	Rosilei de Paulo
3º.	Rita de Cássia Pacheco
4º.	Joel Linhares
5º.	Rudinei da Silva Gonçalves

Garopaba, 28 de Maio de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 30/05/2012

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 33/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2012

Ata nº. 33/2012; Processo nº. 90/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME; CNPJ: 08.380.504/001-96; Objeto: Registro de Preço para a locação de tendas. Valor: 43.250,00; Data da Assinatura: 30/05/2012.

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 34/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2012

Ata nº. 34/2012; Processo nº. 96/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: SOUZA MAX BEBIDAS LTDA ME; CNPJ:14.654.061/0001-87; Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para atender a Secretaria de Educação deste Município. Valor: 7.365,70; Data da Assinatura: 30/05/2012.

Garuva**PREFEITURA****Lei Nº 1599/2012**

LEI Nº 1599, DE 18 DE MAIO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO PARA O QUADRIÊNIO DE 2013/2016."

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - O subsídio do Prefeito e do Vice-prefeito será estabelecido nos termos deste LEI.

Art. 2º - O Prefeito Municipal receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais).

Art. 3º - O Vice-prefeito receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais).

Art. 4º - O substituto legal que, no forma legal, assumir a Chefia do Poder Executivo, nos impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Prefeito previsto no artigo 2º desta Lei, proporcionalmente ao período da substituição.

Art. 5º - Os subsídios do Prefeito e do Vice-prefeito terão suas expressões monetárias revisadas anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Art. 6º - Ao ensejo do gozo de férias anuais, o Prefeito Municipal e o Vice-prefeito perceberão o subsídio de forma integral.

Art. 7º - Em licença por motivo de saúde o Prefeito e o Vice-prefeito receberão integralmente o seu subsídio, devendo o Poder Público, se necessário, fazer a complementação do benefício previdenciário a que tiver direito.

Art. 8º - Os valores fixados nos artigos anteriores se referem a remuneração bruta da qual descontar-se-ão os encargos devidos e outros abatimentos autorizados.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Garuva, 18 de maio de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº 1600/2012

LEI Nº 1600, DE 18 DE MAIO DE 2012

"DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A LEGISLATURA 2013/2016."

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - O subsídio dos Vereadores do Município de Garuva para a legislatura 2013/2016 será fixado nos termos desta LEI.

Art. 2º - Os Vereadores receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

§ 1º - A ausência de Vereador na sessão plenária ordinária sem justificativa legal determinará um desconto em seu subsídio no valor de R\$ 750,00 (Setecentos e Cinquenta Reais). Nas sessões extraordinárias, de comissões permanentes, especiais ou temporárias, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais).

§ 2º - Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação pela Mesa Diretora dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento, ou a apresentação de atestado médico.

§ 3º - As sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas.

§ 4º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

ART. 3º - O Presidente da Câmara Municipal perceberá verba indenizatória mensal de R\$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais).

Parágrafo único - O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do valor da verba indenizatória prevista neste artigo, proporcionalmente ao período da substituição, exceto na direção dos trabalhos das reuniões.

ART. 4º - O subsídio mensal dos Vereadores e a verba indenizatória do Presidente da Câmara Municipal terão sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Parágrafo único - É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

ART. 5º - O subsídio mensal dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

ART. 6º - Na licença do Vereador por doença, devidamente comprovada, será remunerada integralmente, cabendo ao Legislativo, se for o caso, complementar o valor pago pela instituição previdenciária a que se vincular o Vereador.

Parágrafo Único - Em caso de assumir o suplente, bem como da licença do vereador titular, o subsídio mensal será calculado "pro rata die".

ART. 7º - Os valores fixados nos artigos anteriores se referem a remuneração bruta da qual descontar-se-ão os encargos devidos

e outros abatimentos autorizados.

ART. 8º - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Garuva, 18 de maio de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 48/2012

DECRETO Nº 48, DE 18 DE MAIO DE 2012

“ATRIBUI PODERES A SECRETÁRIO MUNICIPAL PARA TRANSA-CIONAR EM NOME DO MUNICÍPIO EM AÇÃO JUDICIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea “f”, do inciso I, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Guilherme Adolfo Voss, nomeado através do Decreto Nº 089, de 29 de outubro de 2010, atribuído de poderes para transacionar em nome do Município de Garuva junto ao seguinte processo judicial:

a) 119.11.000978-6 - proposto em desfavor do Município de Garuva, pela requerente senhora Cristiane Aparecida de Novaes, que se encontra tramitando junto Vara Única da Comarca de Garuva.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 49/2012

DECRETO Nº 49, DE 21 DE MAIO DE 2012

“DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor João Romão, a Vice-Prefeita senhora Julianne Galetto Junqueira Pensky, e o Diretor de Finanças, Diogo Costa, a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade da Prefeitura Municipal de Garuva, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro

- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

ART. 2º - As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente do Diretor de Finanças.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 50/2012

DECRETO Nº 50, DE 21 DE MAIO DE 2012

“DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor João Romão, a Vice-Prefeita senhora Julianne Galetto Junqueira Pensky, a gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, senhora Simone Neves, e o Diretor de Finanças, Diogo Costa, a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

ART. 2º - As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente da gestora do Fundo.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 58/2012

DECRETO Nº 58, DE 22 DE MAIO DE 2012

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº1603, de 22 de maio de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008.244.1023.2051 Man. do pr.de de prom. e prev.des.so-
cial 3390 01.00.00 R\$ 20.000,00
15.001.008.244.1023.2051 Man. do pr.de de prom. e prev.des.so-
cial 4490 01.00.00 R\$ 5.500,00
15.001.008.243.10262054 Man. dos atendimentos no abrigo 3390
01.00.00 R\$ 30.000,00
15.001.008.243.10262054 Man. dos atendimentos no abrigo 4490
01.00.00 R\$ 3.000,00
15.001.008.244.1027.2057 Man. de prot.básica-família em foco
3390 01.00.00 R\$ 25.000,00
15.001.008.244.1027.2057 Man. de prot.básica-família em foco
4490 01.00.00 R\$ 6.500,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008.244.1024.2052 Contratação de Profiss.para atend.
CRAS 3390 01.00.00 R\$ 8.000,00
15.001.008.244.1024.2052 Contratação de Profiss.para atend.
CRAS 4490 01.00.00 R\$ 12.000,00
15.001.008.244.1025.2053 Contratação Profiss.para atend. CRE-
AS 3390 01.00.00 R\$ 70.000,00

Art. 3º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais) na Unidade Orçamentária Câmara de Vereadores de Garuva.

001.031.1002.2001 Despesas de Capital 4.4.00.00.00.01.00.00 R\$ 120.000,00

Art. 4º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar do art. 3º serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias da unidade da Câmara de Vereadores de Garuva;

001.031.1002.2001 Despesas Correntes 3.1.90.00.00.01.00.00 R\$ 20.000,00
001.031.1002.2001 Despesas Correntes 3.3.90.00.00.01.00.00 R\$ 100.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 263/2012

PORTARIA Nº 263, de 07 de maio de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional

interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LEVY MULLER JUNIOR, inscrito no CI-RG 3.412.939-1 e CPF 028.988.039-44, na função de Professor Nível I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 267/2012

PORTARIA Nº. 267, de 09 de maio de 2012.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o memorando nº 178/2012 de 09/05/2012, da Secretaria de Educação;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1º. - Alterar a carga horária semanal de 40 horas para 20 horas da servidora CLEUSA REGINA DE VARGAS DE ARAUJO, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 11/05/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 268/2012

PORTARIA Nº. 268, de 09 de maio de 2012.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 164/2012, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Dar posse, no cargo de Professora Nível II - Anos Iniciais, a Senhora Mirza Conceição Santos Marques, CPF nº 016.795.347-85, RG nº 6.489.171-5, com lotação destinada à Escola Municipal

Ernesto Alberto Hattenhauer, por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Professor, Classe II, Referência "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará na data de 11/05/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 269/2012

PORTARIA Nº. 269, de 09 de maio de 2012.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 164/2012, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Psicólogo, o Senhor José Augusto Guerreiro Pereira, CPF nº 410.662.869-49, RG nº 3.090.446-0, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Saúde, por 220 (duzentos e vinte) horas semanais.

Parágrafo Único - O servidor acima empossado terá como base salarial o início da carreira Especialista Superior, Classe I, Referência "A".

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará na data de 11/05/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 270/2012

PORTARIA Nº. 270, de 09 de maio de 2012.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 232/2012, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II - Ética e Cidadania, a Senhora Cleusa Regina de Vargas de Araujo, CPF nº 459.048.980-53, RG nº 2024270841 - SSP/RS, com lotação destinada à Escola Municipal Vicente Vieira, por 10 (dez) horas semanais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Professor, Classe II, Referência "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará na data de 11/05/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 271/2012

PORTARIA Nº 271, de 09 de maio de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário CLEUSA REGINA DE VARGAS DE ARAUJO, inscrita no CI-RG 2024270841 e CPF 459.048.980-53, na função de Professora Nível II, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 14/05/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 272/2012

PORTARIA Nº 272, de 11 de maio de 2012.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, RAQUEL DE MELO SILVA, do cargo de Enfermeira, admitida através da portaria nº. 475/2010, de 16 de agosto de 2010.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 273/2012

PORTARIA Nº 273, de 14 de maio de 2012.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARIA APARECIDA DE JESUS, do cargo de Professora Nível I, admitida através da portaria nº. 229/2012, de 13 de abril de 2012.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Gaspar**PREFEITURA****Decreto Nº 5.000, de 28 de Maio de 2012.**

DECRETO Nº 5.000, DE 28 DE MAIO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE ENFERMAGEM, A SERVIDORA MARLENE ZEFERINO RAMOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de maio de 2012, a servidora MARLENE ZEFERINO RAMOS, inscrita no CPF sob o nº 824.722.709/68, ocupante do cargo efetivo de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 203/2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de maio de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 5.000, DE 28 DE MAIO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE ENFERMAGEM, A SERVIDORA MARLENE ZEFERINO RAMOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de maio de 2012, a servidora MARLENE ZEFERINO RAMOS, inscrita no CPF sob o nº 824.722.709/68, ocupante do cargo efetivo de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 203/2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de maio de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.001, de 21 de Maio de 2012.

DECRETO Nº 5.001, DE 21 DE MAIO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR, A SERVIDORA DANIELA ODETE DE OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 21 de maio de 2012, a servidora DANIELA ODETE DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 004.444.259/93, ocupante do cargo em comissão de Secretária Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 4.693, de 18 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de maio de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 5.016, de 29 de Maio de 2012.

DECRETO Nº. 5.016, DE 29 DE MAIO DE 2012.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 62/2012 - DESTINADA À REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DO CONTORNO VIÁRIO DE GASPAR - SC - PONTE DO VALE E ACESSOS

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 6º, inciso XVI e art. 51, § 5º, da Lei Federal nº. 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, em substituição, o servidor LUIS CARLOS SOARES VAL, para compor a Comissão Especial de Licitação nº 62/2012, destinada à realização das obras de infra-estrutura do contorno viário de Gaspar - SC - Ponte do Vale e Acessos, no lugar do servidor SOLY WALTRICK ANTUNES FILHO.

Art. 2º Os demais membros permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de maio de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

O Prefeito Municipal De Gaspar, Estado De Santa Catarina, No Uso Das Atribuições, Retifica A Publicação Da Portaria 2.795, De 24 De Maio De 2012, Veic

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação da Portaria 2.795, de 24 de maio de 2012, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1001 de 29 de maio de 2012, nos seguintes termos:

Onde se lê:

"PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2012"

Leia-se:

"PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2011".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de maio de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria N. 2.802, de 28 de Maio de 2012.

PORTARIA Nº. 2.802, DE 28 DE MAIO DE 2012.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PROCESSANTE EM RELAÇÃO AO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2010, INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA RELACIONADOS À TOMADA DE PREÇOS Nº. 115/2008 E AO SEU CORRESPONDENTE CONTRATO Nº. SAF-88/2008, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GASPAR E A EMPRESA GEOMAI S ENGENHARIA E GEOINFORMAÇÃO LTDA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Processante,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 30 de maio de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante em relação ao Inquérito Administrativo nº. 01/2010, instaurado para apurar possíveis atos de improbidade administrativa relacionados à Tomada de Preços nº. 115/2008 e ao seu correspondente Contrato nº. SAF-88/2008, celebrado entre o Município de Gaspar e a Empresa Geomais Engenharia e Geoinformação Ltda.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de maio de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria N. 2.803, de 28 de Maio de 2012.

PORTARIA Nº. 2.803, DE 28 DE MAIO DE 2012.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 01/2011, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE CARLOS RODRIGO BITTENCOURT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 02 de junho de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 01/2011,

instaurado para apurar a responsabilidade de CARLOS RODRIGO BITTENCOURT.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de maio de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria N. 2804, de 29 de Maio de 2012.

PORTARIA Nº2804, DE 29 DE MAIO DE 2012.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 10/2011, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS COM ALIMENTOS COM DATAS DE VALIDADE VENCIDAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 10 de junho de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 10/2011, instaurada para apurar a responsabilidade na distribuição de cestas básicas com alimentos com datas de validade vencidas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de maio de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº 2.801, de 28 de Maio de 2012.

PORTARIA Nº 2.801, DE 28 DE MAIO DE 2012.
REVOGA A PORTARIA Nº 2.733, DE 12 MARÇO DE 2012, QUE CONCEDEU, A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA MARLA JANAINA DA SILVA MORAES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a pedido, a Portaria nº 2.733, de 12 de março de 2012, que concedeu, a pedido, licença sem vencimento à servidora MARLA JANAINA DA SILVA MORAES, ocupante do cargo de Servente Merendeira, lotada com 40 horas semanais na Semed, devendo retornar às suas atividades a partir de 01 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de maio de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:46h

Página: 1

Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

RGF - ANEXO II (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.o Quadrimestre	Até o 2.o Quadrimestre	Até o 3.o Quadrimestre
Dívida Consolidada - DC (I)	3.797.434,63	3.678.846,11		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00		
Dívida Contratual	3.791.539,47	3.678.846,11		
Interna	3.791.539,47	3.678.846,11		
Externa	0,00	0,00		
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	0,00	0,00		
Demais Dívidas	5.895,16	0,00		
DEDUÇÕES (II)	24.242.593,63	32.250.367,43		
Disponibilidade de Caixa Bruta	29.221.469,36	33.535.631,68		
Demais Haveres Financeiros	56.706,45	58.008,67		
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto	5.035.582,18	1.343.272,92		
Dívida Consolidada Líquida DCL (III)=(I-II)	-20.445.159,00	-28.172.323,29		
Receita Corrente Líquida - RCL	104.100.688,76	109.600.457,94		
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	3,65	3,36		
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-19,64	-25,71		
Limite definido por Resolução do Senado Federal (1)	124.920.826,51	131.520.549,53		

Nota: (1) 120,00% Referente a R.C.L dos ultimos 12 meses

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.o Quadrimestre	Até o 2.o Quadrimestre	Até o 3.o Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00		
PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS	427.833,57	399.198,03		
De Tributos	0,00	0,00		
De Contribuições Sociais	427.833,57	399.198,03		
Previdenciárias	427.833,57	399.198,03		
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00		
Do FGTS	0,00	0,00		
Com Instituições Não Financeiras	0,00	0,00		
DÍVIDA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00		
Interna	0,00	0,00		
Externa	0,00	0,00		
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	3.363.705,90	3.279.648,08		

OUTRO VALORES NÃO INTEGRANTES DC	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.o Quadrimestre	Até o 2.o Quadrimestre	Até o 3.o Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00		
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00		
DEPÓSITOS	0,00	0,00		
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS	4.724.159,70	3.036.757,18		
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA	0,00	0,00		

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.o Quadrimestre	Até o 2.o Quadrimestre	Até o 3.o Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00		



Impresso em 28/05/2012 às 09:46h Página: 2

Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Passivo Atuarial	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos à Pagar Processados	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:49h Página: 1

Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito

RGF - ANEXO IV (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	201.776,00	201.776,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	201.776,00	201.776,00
Interna	201.776,00	201.776,00
Abertura de Crédito	201.776,00	201.776,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução n 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	Valor	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	109.600.457,94	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	201.776,00	0,18
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	17.536.073,27	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.672.032,06	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	201.776,00	0,18

Impresso em 28/05/2012 às 09:49h Página: 2

Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 15:05h Página: 1

Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito

RGF - ANEXO IV (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	201.776,00	201.776,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	201.776,00	201.776,00
Interna	201.776,00	201.776,00
Abertura de Crédito	201.776,00	201.776,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução n 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	Valor	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	109.600.457,94	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	201.776,00	0,18
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	17.536.073,27	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.672.032,06	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	201.776,00	0,18

Impresso em 28/05/2012 às 15:05h Página: 2

Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1243/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1243/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DJE7956	54068467D	6920/0	16/01/2012	R\$ 127,69	233
LXO9507	54068057D	6920/0	29/11/2011	R\$ 127,69	233
LYL6579	54068101D	6599/2	01/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYL6579	54068105D	6912/0	01/12/2011	R\$ 53,20	232
LZB0105	55115296C	7340/0	07/12/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MBD4436	54067659D	6920/0	16/09/2011	R\$ 127,69	233
MBO0584	55116643C	6599/2	27/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCD1571	55117264C	5045/0	16/11/2011	R\$ 191,53	162 * V
MCD1571	55117265C	6408/0	16/11/2011	R\$ 85,12	221
MFQ1604	55116944C	6653/1	26/08/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MFR6590	54068083D	6912/0	30/11/2011	R\$ 53,20	232
MFW3018	54068846D	6920/0	09/01/2012	R\$ 127,69	233
MHW2159	55115979C	5010/0	26/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHW2159	55115981C	6726/1	26/12/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHY8127	55117340C	6599/2	20/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MII7218	54071405D	5010/0	22/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MII7218	54071406D	5061/0	22/01/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIW9288	54071319D	5010/0	23/01/2012	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1247/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1247/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJI7615	54068890D	6920/0	30/01/2012	R\$ 127,69	233
ANC5044	54068418D	6599/2	18/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
DJU2416	54068515D	5053/1	02/02/2012	R\$ 191,53	162 * VI
DPN2045	54068462D	6920/0	13/01/2012	R\$ 127,69	233
IGX5282	55116063C	6912/0	03/01/2012	R\$ 53,20	232
ILV0369	54068195D	6599/2	15/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
ILV0369	55115987C	6599/2	30/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
ILV0369	55115988C	6912/0	30/12/2011	R\$ 53,20	232
LXD0667	55115237C	6599/2	26/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXR6824	55118820C	7340/0	06/01/2012	R\$ 85,12	252 * IV
LXR8086	55115989C	6599/2	30/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXR8086	55115990C	5010/0	30/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXT2829	55116092C	5010/0	17/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXT8903	55117345C	5010/0	30/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXT8903	55117346C	6599/2	30/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYY6211	54068130D	6408/0	05/12/2011	R\$ 85,12	221
LZD7415	55116647C	5169/1	27/11/2011	R\$ 957,69	165
LZW7259	54068832D	6920/0	19/12/2011	R\$ 127,69	233
MAR9765	54068453D	6920/0	12/01/2012	R\$ 127,69	233
MAZ3145	54068304D	6599/2	21/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBM7922	54068865D	5010/0	16/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBM7922	54068866D	6580/0	16/01/2012	R\$ 191,53	230 * IV
MBM7922	54068867D	6599/2	16/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBV9277	54068811D	6920/0	22/12/2011	R\$ 127,69	233
MCD6010	54071265D	5096/0	31/01/2012	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MCD6010	54071267D	5045/0	31/01/2012	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCH7500	54068839D	6920/0	19/12/2011	R\$ 127,69	233
MDE7342	55117341C	5010/0	28/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDE7342	55117342C	6599/2	28/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDQ4731	54068263D	5010/0	10/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDQ4731	54068264D	5118/0	10/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEK3585	55115243C	5045/0	30/12/2011	R\$ 191,53	162 * V
MEK3585	55116077C	5274/2	12/01/2012	R\$ 191,53	175
MEK3585	55116078C	5274/1	12/01/2012	R\$ 191,53	175
MEK3585	55116080C	7340/0	12/01/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MER5650	54068822D	6920/0	20/12/2011	R\$ 127,69	233
MEW5614	55118840C	7340/0	27/01/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MEW5614	55118841C	5010/0	27/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEW5614	55118842C	5061/0	27/01/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFA6051	55117595C	5169/1	29/12/2011	R\$ 957,69	165
MFA6743	54067294D	6920/0	23/12/2011	R\$ 127,69	233
MHD8020	55116067C	6599/2	03/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHO2420	54068343D	6920/0	20/12/2011	R\$ 127,69	233
MHP7882	54068841D	6602/0	15/01/2012	R\$ 191,53	230 * VI
MHR2390	54068335D	6920/0	20/12/2011	R\$ 127,69	233
MHU0689	55116051C	6599/2	07/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHW2159	55115980C	6599/2	26/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHW2159	55115982C	6602/0	26/12/2011	R\$ 191,53	230 * VI
MIL8900	55115224C	6599/2	18/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MJA2774	55116071C	5010/0	11/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJA2774	55116074C	5061/0	11/01/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1248/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1246/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DJE6499	54069432D	6050/1	19/03/2012	208
GVQ1272	54069427D	5746/3	19/03/2012	187 * I
LYP3238	54069514D	6050/1	17/03/2012	208
LYP3238	54069515D	5215/2	17/03/2012	170
LYP3238	54069517D	6980/0	17/03/2012	239
LYV8329	54068949D	5967/0	18/02/2012	203 * V
LZQ8477	54069303D	5738/0	03/03/2012	186 * II
MBL7969	54071516D	6068/1	09/03/2012	209
MBW5058	54070751D	5207/0	10/02/2012	169
MBW5058	54070752D	7056/2	10/02/2012	244 * III c/c §1º
MBY1227	54069417D	5746/3	13/03/2012	187 * I
MBY1403	54069606D	7366/2	21/03/2012	252 * VI
MCT6814	54069546D	7366/2	19/03/2012	252 * VI
MCT6814	54069547D	5185/1	19/03/2012	167
MDK7184	54069531D	6050/1	17/03/2012	208
MED2240	54069405D	6050/1	11/03/2012	208
MFJ6158	54069012D	5835/0	24/02/2012	195
MFJ6158	54069013D	7366/2	24/02/2012	252 * VI
MFJ6158	54069014D	5185/1	24/02/2012	167
MFV9175	54068493D	5720/0	20/02/2012	186 * I
MGP4050	54068680D	6041/2	23/02/2012	207
MGT3873	54069117D	6050/1	05/03/2012	208
MGV8563	54068973D	6130/0	22/02/2012	214 * II
MGW9304	54069410D	6050/1	11/03/2012	208
MHI8371	54068958D	7366/2	22/02/2012	252 * VI
MIC6067	54068899D	7366/2	09/02/2012	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIW5551	54069199D	6050/1	11/03/2012	208
MIZ3789	54068637D	5908/0	20/03/2012	202 * I
MJW4191	54068975D	7366/2	22/02/2012	252 * VI
MKF9219	54070866D	5541/3	15/03/2012	181 * XVII
MRP9448	55116830C	5967/0	21/02/2012	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1251/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1251/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXT2829	55116093C	6599/2	17/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYX5508	54068705D	6920/0	08/02/2012	R\$ 127,69	233
LZN9372	54071400D	7340/0	13/02/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MAQ4785	54068661D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
MDV2798	55119000C	6599/2	21/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDY1496	55117416C	6610/2	01/12/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MFL1089	54068283D	6920/0	24/01/2012	R\$ 127,69	233
MFR9951	54068862D	6556/1	16/01/2012	R\$ 191,53	230 * I
MFR9951	54068863D	5045/0	16/01/2012	R\$ 191,53	162 * V
MFR9951	54068864D	6912/0	16/01/2012	R\$ 53,20	232
MHZ8849	55116058C	5010/0	24/12/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1252/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1252/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CVM5035	54068447D	6050/1	05/02/2012	R\$ 191,53	208
LXC8087	8147001471	7455/0	20/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYE0918	8147000963	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZW4468	8147001362	7455/0	16/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAR0975	8147001382	7455/0	16/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAY2441	8147001397	7455/0	16/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAZ8979	54067810D	5541/1	02/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD8497	8147001510	7455/0	20/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDE0603	8147001378	7455/0	16/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFJ7379	8147000977	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGG8900	54068127D	5185/2	05/12/2011	R\$ 127,69	167
MGR2114	8147001481	7455/0	20/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHD2943	8147001366	7455/0	16/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHF1319	8147001463	7455/0	20/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIK7708	8147001413	7455/0	16/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIY7217	8147001432	7455/0	18/01/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 720/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 720/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFV2439	LE00076824	7455/0	28/05/2008	R\$ 85,13	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 722/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 722/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACG4410	8590044481	7455/0	11/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AIG4583	8590042645	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALN3207	8590040892	7455/0	08/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
AZQ1949	8590042280	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
BTI3660	8590042248	7455/0	23/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
CGS5927	8590044136	7463/0	07/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
DAL4523	8590042620	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
DES9854	8590043516	7463/0	30/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
DET4641	8590043313	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
DFO6350	8590043120	7455/0	14/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
DFS9022	8590043064	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
DJE3210	8590044473	7463/0	09/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
HRX0800	8590039191	7455/0	14/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
HVO4313	8590042125	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
IKD0052	8590042680	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
JPE5849	8590042178	7471/0	27/11/2011	R\$ 574,61	218 * III
KLO3758	8590038124	7463/0	22/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
KMR9058	8590042412	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWS3024	8590041860	7455/0	28/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWW9492	8590043865	7455/0	28/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYD2524	8590042362	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYO7097	8590043093	7455/0	10/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYX5077	8590040644	7463/0	04/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYX5077	8590040740	7455/0	04/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZD1102	8590041299	7455/0	07/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZO7572	8590043097	7455/0	10/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZP4052	8590041568	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAC2525	8590040475	7455/0	29/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAO9192	8590043349	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAR4767	8590041986	7463/0	30/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBK7671	8590041843	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBM4611	8590042472	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBM4611	8590042793	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBR1656	8590043993	7455/0	28/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBT5807	8590042638	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBZ6822	8590039076	7455/0	16/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCA1085	8590041038	7455/0	07/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCF6065	8590042330	7463/0	07/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDX7007	8590042833	7463/0	11/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDZ5954	8590042858	7455/0	09/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEI2406	8590042525	7455/0	02/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEW4097	8590042410	7455/0	07/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEX1372	8590042667	7463/0	07/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEX5998	8590041813	7455/0	21/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFD3325	8590041543	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFM5421	8590042698	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFS1446	8590042058	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFY9378	8590040210	7455/0	20/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGR8656	8590042139	7463/0	30/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGT4296	8590041400	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGT9967	8590041823	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGV5073	8590044134	7463/0	07/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGY7349	8590042722	7455/0	09/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGY9726	8590042760	7463/0	08/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHG0238	8590041529	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHI8371	8590044104	7455/0	03/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHN0758	8590043617	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHN7876	8590042550	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHP6706	8590042956	7455/0	13/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHU6753	8590043448	7455/0	19/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIP1697	8590043295	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIX2886	8590041718	7463/0	18/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJR0300	8590040432	7455/0	31/10/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJR0300	8590041927	7455/0	23/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJW9559	8590042009	7463/0	23/11/2011	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 724/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 724/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADB5004	8590043259	7455/0	16/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADB5004	8590043519	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADB5004	8590043797	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADG2596	8590041493	7455/0	12/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEI3332	8590044214	7455/0	06/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AGI4334	8590043490	7455/0	28/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AGI4334	8590043563	7455/0	28/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJK1471	8590043512	7463/0	30/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
AKF9169	8590043817	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
ALT1232	8590044083	7463/0	08/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
AMA1815	8590041291	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
APU8507	8590040866	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
BBC0313	8590043632	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
BBC0313	8590043693	7455/0	23/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
BJJ1117	8590043896	7455/0	21/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
BMT3000	8590041329	7463/0	06/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
BOV1550	8590043700	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
BPE8091	8590043469	7455/0	26/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
BXX2254	8590042164	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
CIS2263	8590039389	7463/0	23/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
CKZ6470	8590043155	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
CLO1236	8590043439	7463/0	01/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
CRQ0999	8590043550	7455/0	23/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
DFM1610	8590040566	7455/0	03/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
DFM4115	8590038818	7455/0	10/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
DFM4115	8590038952	7455/0	10/10/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DFM4115	8590039562	7455/0	11/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
DGV7454	8590043393	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
DIK1109	8590041558	7463/0	18/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
DLR7385	8590043754	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
DPN1047	8590040190	7455/0	22/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
DSL9310	8590043392	7463/0	24/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
DXR7568	8590043899	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
DYD2907	8590043742	7455/0	29/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
EGQ9546	8590040004	7455/0	27/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
HOT8103	8590041521	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
IEK4763	8590043864	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
IKG3405	8590042491	7455/0	06/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
ILR6219	8590040602	7463/0	02/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
IME4327	8590043583	7455/0	23/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
JMQ2234	8590043081	7455/0	15/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
JNN4916	8590043215	7463/0	18/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
JPZ9099	8590042664	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
KVS1566	8590040656	7455/0	05/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LNB7153	8590040696	7455/0	02/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWU8444	8590043761	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXC9925	8590044313	7455/0	09/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXF7552	8590040331	7463/0	29/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXJ3781	8590043189	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXL5997	8590043202	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXQ5078	8590043251	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXZ1476	8590044033	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYC7022	8590043325	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYD6494	8590041608	7455/0	18/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYK4715	8590040347	7463/0	28/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYM9983	8590043339	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYQ9650	8590043485	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYX8541	8590044092	7455/0	02/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYY6698	8590041204	7463/0	05/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZA1789	8590043241	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZC6440	8590043641	7455/0	31/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZG9592	8590043690	7455/0	23/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZM0382	8590041381	7455/0	16/11/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZM7451	8590043704	7463/0	24/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZM9851	8590044563	7455/0	14/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZY8367	8590043956	7455/0	23/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZZ3382	8590040482	7455/0	27/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAL5723	8590040701	7455/0	01/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM1210	8590040632	7455/0	03/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAO5078	8590043783	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAO5412	8590043184	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAP0677	8590039873	7455/0	26/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAP3304	8590043728	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAP3304	8590044243	7455/0	02/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAP5987	8590043221	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAP8968	8590043163	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAQ9912	8590043342	7455/0	19/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAS2554	8590043531	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAS5775	8590039827	7455/0	21/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAT3021	8590042411	7463/0	07/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAV1543	8590043148	7455/0	16/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAW8091	8590043752	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAX7918	8590043836	7455/0	23/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBC0805	8590039287	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBD6824	8590039733	7463/0	15/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBE2094	8590039890	7455/0	22/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBF8314	8590043605	7455/0	21/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBH5136	8590043708	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBK7836	8590039765	7455/0	17/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBM9429	8590042364	7463/0	04/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBN4676	8590043660	7471/0	19/12/2011	R\$ 574,61	218 * III
MBO5741	8590043968	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBS4187	8590043387	7463/0	23/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBU0536	8590041685	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBZ3370	8590043562	7463/0	27/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCA5783	8590040583	7463/0	01/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCC9892	8590043434	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCD3949	8590042846	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCE3138	8590039963	7455/0	24/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCG2019	8590044200	7455/0	04/01/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCI0991	8590043495	7463/0	28/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCK4338	8590041523	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCM9997	8590044024	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCO2579	8590043897	7463/0	22/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCT1115	8590042157	7471/0	24/11/2011	R\$ 574,61	218 * III
MCW8183	8590044000	7455/0	29/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC0206	8590042954	7455/0	13/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDD9848	8590043401	7463/0	26/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDG2721	8590044543	7455/0	11/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDG9483	8590042463	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDI4152	8590044081	7463/0	08/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDO9719	8590040329	7455/0	29/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDQ5960	8590043391	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDQ6523	8590044422	7471/0	04/01/2012	R\$ 574,61	218 * III
MDR3531	8590043612	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDR5021	8590043730	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDS0187	8590044182	7455/0	08/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDT5988	8590043829	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDU7007	8590044189	7455/0	03/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDX7125	8590043239	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDX8527	8590043699	7463/0	24/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDY2028	8590043229	7455/0	16/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEB8366	8590043718	7463/0	26/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEC5191	8590038943	7455/0	09/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MED3557	8590044235	7455/0	09/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEG4118	8590041179	7455/0	16/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEH9325	8590043724	7463/0	27/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEL9274	8590043812	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEM7698	8590040627	7455/0	03/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEO3974	8590043574	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEO5495	8590040764	7455/0	04/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEQ2120	8590043800	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEQ2930	8590041759	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEQ8804	8590043186	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEX1372	8590043301	7455/0	19/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFA2005	8590043893	7455/0	21/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFE0300	8590040877	7463/0	07/11/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFF9896	8590040110	7463/0	22/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFG7449	8590043263	7463/0	17/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFK6503	8590042527	7455/0	02/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFP5690	8590043397	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFQ6582	8590041040	7455/0	07/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGA0542	8590041449	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGC0109	8590043976	7463/0	26/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGF0398	8590043587	7455/0	19/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGH2846	8590042297	7463/0	02/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGL7873	8590043353	7455/0	28/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM4158	8590041968	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGQ1636	8590041333	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGR8074	8590043995	7455/0	29/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGT4794	8590043540	7455/0	19/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGV6690	8590041520	7463/0	18/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGV8905	8590042025	7455/0	24/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGX0840	8590040962	7463/0	06/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGX2480	8590043223	7463/0	16/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGX5511	8590041635	7455/0	21/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGZ0788	8590043216	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHD4635	8590044557	7455/0	13/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHE4361	8590043526	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHH1629	8590043234	7463/0	17/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHK4059	8590043556	7471/0	26/12/2011	R\$ 574,61	218 * III
MHK4059	8590043793	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHN9994	8590044086	7455/0	08/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHP0829	8590042898	7463/0	15/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHP4494	8590043735	7455/0	28/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHP5179	8590043756	7463/0	30/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHR0290	8590042108	7471/0	27/11/2011	R\$ 574,61	218 * III
MHT9731	8590042810	7455/0	14/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHV5927	8590040996	7455/0	09/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHV9368	8590040499	7455/0	30/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIC5907	8590043290	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH6312	8590041205	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIK7938	8590041083	7455/0	11/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIL9002	8590043226	7455/0	16/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIM5004	8590043337	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIP6405	8590043177	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIQ9695	8590041075	7455/0	10/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIR3864	8590040198	7463/0	23/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIR4872	8590043885	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIZ3789	8590043570	7455/0	29/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJA3419	8590044355	7463/0	07/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJA3902	8590043424	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJB3886	8590044492	7455/0	13/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJC7306	8590040290	7455/0	23/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJG5102	8590044115	7455/0	04/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJI9232	8590044261	7463/0	03/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJK6889	8590040098	7455/0	21/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJT1489	8590040824	7455/0	05/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MLD5777	8590043582	7463/0	23/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MMB6050	8590043458	7455/0	21/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MMD8088	8590043361	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MML3108	8590040717	7455/0	03/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MMM0749	8590040474	7455/0	29/10/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 726/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 726/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFJ3107	8590042844	7455/0	15/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AME9556	8590045009	7455/0	26/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
ANC3575	8590043357	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
ANC3575	8590043536	7463/0	21/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
ARL1020	8590044079	7455/0	07/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
ASB0462	8590043445	7455/0	19/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AUL1400	8590041135	7455/0	10/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
BUX4654	8590045234	7463/0	25/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
DIM1779	8590043279	7463/0	18/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
DIN9937	8590041096	7455/0	12/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
DIS2756	8590041304	7455/0	09/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
GKC1986	8590040393	7455/0	28/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
HVO4313	8590043403	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
HVO4313	8590043794	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
IKA9287	8590042884	7463/0	14/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
IKE7757	8590042425	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
KXX3784	8590041557	7455/0	16/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWR1037	8590042123	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWR4344	8590045101	7455/0	25/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWT2244	8590040164	7455/0	27/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXG8059	8590044472	7463/0	09/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
LXI1855	8590043505	7455/0	29/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYJ2785	8590041008	7455/0	13/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZM4592	8590044861	7455/0	26/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZT9601	8590043835	7455/0	23/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZU2986	8590042256	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAK6157	8590043020	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAO5832	8590044310	7471/0	09/01/2012	R\$ 574,61	218 * III
MAQ7570	8590044101	7455/0	03/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAZ8979	8590039503	7455/0	15/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBE7586	8590040423	7455/0	30/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBY7533	8590041627	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCO8724	8590041020	7455/0	09/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCW3847	8590040791	7455/0	04/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCY4656	8590043487	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDD9121	8590043121	7455/0	14/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDP6443	8590044149	7455/0	02/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDP8385	8590045377	7455/0	31/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEA9574	8590044159	7463/0	03/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEF9887	8590041055	7455/0	15/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEK1848	8590041014	7455/0	16/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEQ3944	8590041791	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEQ4534	8590044139	7463/0	07/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEV1799	8590043651	7455/0	02/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFE6549	8590043192	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFF8755	8590043663	7455/0	21/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFO1813	8590044653	7463/0	14/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFO3508	8590042661	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFV5615	8590041212	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFY7557	8590044084	7455/0	08/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFZ4422	8590042333	7455/0	02/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGG4019	8590041451	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGJ4455	8590040065	7455/0	24/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGN3726	8590041585	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGR5646	8590043230	7463/0	16/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGS5135	8590042080	7463/0	28/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGU6989	8590040434	7455/0	31/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGW5115	8590044187	7455/0	03/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHA0632	8590043945	7455/0	21/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHC3448	8590040276	7455/0	22/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHT4448	8590043594	7463/0	19/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIB0283	8590040124	7463/0	23/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MII5587	8590039738	7455/0	15/10/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIP4713	8590041562	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIX6656	8590040295	7463/0	23/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJR3980	8590043249	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MKS6880	8590044047	7455/0	06/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MMM8889	8590045189	7455/0	27/01/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 655/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 655/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABO9093	8685029281	6050/3	08/12/2011	R\$ 191,53	208
ADE6783	8685028771	6050/3	03/12/2011	R\$ 191,53	208
ADW9203	8685029496	6050/3	23/12/2011	R\$ 191,53	208
AHZ2884	8685028018	6050/3	16/11/2011	R\$ 191,53	208
BLF3717	8685027141	6050/3	19/10/2011	R\$ 191,53	208
CIJ6616	8685029528	6050/3	27/12/2011	R\$ 191,53	208
DDW7758	8685029671	6050/3	29/12/2011	R\$ 191,53	208
DGG5428	8685026050	6050/3	22/09/2011	R\$ 191,53	208
DXC3052	8685030230	6050/3	03/01/2012	R\$ 191,53	208
EGG2566	8685030110	6050/3	08/01/2012	R\$ 191,53	208
GJL0010	8685028407	6050/3	28/11/2011	R\$ 191,53	208
JVA1541	8685028758	6050/3	02/12/2011	R\$ 191,53	208
KMR9058	8685028570	6050/3	26/11/2011	R\$ 191,53	208
LBL3402	8685029595	6050/3	23/12/2011	R\$ 191,53	208
LWR8460	8685027970	6050/3	12/11/2011	R\$ 191,53	208
LWT9994	8685028390	6050/3	26/11/2011	R\$ 191,53	208
LWT9994	8685028583	6050/3	26/11/2011	R\$ 191,53	208
LXB8310	8685028327	6050/3	21/11/2011	R\$ 191,53	208
LXU3300	8685027694	6050/3	03/11/2011	R\$ 191,53	208
LYF4361	8685028017	6050/3	16/11/2011	R\$ 191,53	208
LYI9420	8685028889	6050/3	04/12/2011	R\$ 191,53	208
LZD3168	8685028114	6050/3	14/11/2011	R\$ 191,53	208
LZI4838	8685028141	6050/3	07/11/2011	R\$ 191,53	208
LZM0107	8685028448	6050/3	20/11/2011	R\$ 191,53	208
LZS0060	8685029576	6050/3	22/12/2011	R\$ 191,53	208
LZT4503	8685027916	6050/3	13/11/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAJ8393	8685028334	6050/3	21/11/2011	R\$ 191,53	208
MAP3736	8685029323	6050/3	12/12/2011	R\$ 191,53	208
MAQ7570	8685029270	6050/3	15/12/2011	R\$ 191,53	208
MAU7045	8685029246	6050/3	12/12/2011	R\$ 191,53	208
MAV9580	8685028670	6050/3	22/11/2011	R\$ 191,53	208
MBE3132	8685029792	6050/3	20/12/2011	R\$ 191,53	208
MBJ2399	8685027196	6050/3	23/10/2011	R\$ 191,53	208
MBJ7554	8685029998	6050/3	08/01/2012	R\$ 191,53	208
MBO0147	8685029858	6050/3	28/12/2011	R\$ 191,53	208
MBO6041	8685030271	6050/3	06/01/2012	R\$ 191,53	208
MBP2093	8685028942	6050/3	04/12/2011	R\$ 191,53	208
MBY7560	8685029179	5673/2	12/12/2011	R\$ 85,12	183
MBZ6543	8685029770	6050/3	30/12/2011	R\$ 191,53	208
MCC3852	8685028112	6050/3	13/11/2011	R\$ 191,53	208
MCK3479	8685029128	6050/3	14/12/2011	R\$ 191,53	208
MCQ8197	8685029240	6050/3	11/12/2011	R\$ 191,53	208
MDO2454	8685029049	6050/3	16/12/2011	R\$ 191,53	208
MDP4761	8685029958	6050/3	31/12/2011	R\$ 191,53	208
MDP5309	8685029437	6050/3	18/12/2011	R\$ 191,53	208
MDW0347	8685027668	6050/3	04/11/2011	R\$ 191,53	208
MDW0664	8685029117	6050/3	13/12/2011	R\$ 191,53	208
MDZ7428	8685029222	6050/3	10/12/2011	R\$ 191,53	208
MEB7221	8685028253	6050/3	28/11/2011	R\$ 191,53	208
MES8126	8685029208	6050/3	08/12/2011	R\$ 191,53	208
MEZ7383	8685029431	6050/3	18/12/2011	R\$ 191,53	208
MFG7699	8685029359	6050/3	16/12/2011	R\$ 191,53	208
MFJ4605	8685030133	6050/3	05/01/2012	R\$ 191,53	208
MFJ9427	8685025839	6050/3	15/09/2011	R\$ 191,53	208
MFO4749	8685028789	6050/3	07/12/2011	R\$ 191,53	208
MFR3674	8685027671	6050/3	04/11/2011	R\$ 191,53	208
MFR8682	8685028196	6050/3	17/11/2011	R\$ 191,53	208
MFV3483	8685029615	6050/3	25/12/2011	R\$ 191,53	208
MFY2027	8685030341	6050/3	12/01/2012	R\$ 191,53	208
MGE0044	8685029126	6050/3	13/12/2011	R\$ 191,53	208
MGI6749	8685028198	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MGJ1868	8685028747	6050/3	28/11/2011	R\$ 191,53	208
MGN0440	8685028347	6050/3	22/11/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGT0424	8685028831	6050/3	04/12/2011	R\$ 191,53	208
MGV4112	8685028229	6050/3	25/11/2011	R\$ 191,53	208
MGY1244	8685028815	6050/3	03/12/2011	R\$ 191,53	208
MGZ9453	8685028137	6050/3	17/11/2011	R\$ 191,53	208
MHJ2115	8685029526	6050/3	27/12/2011	R\$ 191,53	208
MHO2526	8685030392	6050/3	11/01/2012	R\$ 191,53	208
MHS2080	8685027805	6050/3	06/11/2011	R\$ 191,53	208
MHV1650	8685029862	6050/3	28/12/2011	R\$ 191,53	208
MHX7715	8685029263	6050/3	14/12/2011	R\$ 191,53	208
MID2921	8685029032	6050/3	14/12/2011	R\$ 191,53	208
MIE0326	8685029086	6050/3	10/12/2011	R\$ 191,53	208
MIE1612	8685028298	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MIQ7114	8685029108	6050/3	12/12/2011	R\$ 191,53	208
MIT8088	8685028895	6050/3	05/12/2011	R\$ 191,53	208
MIT9439	8685028049	6050/3	07/11/2011	R\$ 191,53	208
MIU2589	8685029685	6050/3	30/12/2011	R\$ 191,53	208
MIV4668	8685028835	6050/3	04/12/2011	R\$ 191,53	208
MJM3429	8685026782	6050/3	12/10/2011	R\$ 191,53	208
MLB1520	8685028484	6050/3	27/11/2011	R\$ 191,53	208
MMK6030	8685029243	6050/3	11/12/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 657/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 657/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACN2072	8685027897	6050/3	12/11/2011	R\$ 191,53	208
ACR0907	8685029590	6050/3	23/12/2011	R\$ 191,53	208
AFA2158	8685029798	6050/3	21/12/2011	R\$ 191,53	208
AFX3293	8685028849	6050/3	05/12/2011	R\$ 191,53	208
AHI6058	8685027633	6050/3	31/10/2011	R\$ 191,53	208
AKC4125	8685027519	6050/3	29/10/2011	R\$ 191,53	208
BQJ2063	8685029692	6050/3	30/12/2011	R\$ 191,53	208
CNC0334	8685027279	6050/3	24/10/2011	R\$ 191,53	208
CNC0334	8685027461	6050/3	26/10/2011	R\$ 191,53	208
CNC0334	8685027808	6050/3	07/11/2011	R\$ 191,53	208
CNC0334	8685028116	6050/3	14/11/2011	R\$ 191,53	208
CXW2363	8685028519	6050/3	19/11/2011	R\$ 191,53	208
CXZ9883	8685030932	6050/3	27/01/2012	R\$ 191,53	208
CYG8455	8685030208	6050/3	09/01/2012	R\$ 191,53	208
DEX0231	8685029445	6050/3	16/12/2011	R\$ 191,53	208
DJR3896	8685027812	6050/3	01/11/2011	R\$ 191,53	208
DMJ7161	8685028064	6050/3	08/11/2011	R\$ 191,53	208
ELM1213	8685027908	6050/3	12/11/2011	R\$ 191,53	208
GTW2710	8685030058	6050/3	04/01/2012	R\$ 191,53	208
IIM7334	8685029480	6050/3	21/12/2011	R\$ 191,53	208
IKP2983	8685030025	6050/3	02/01/2012	R\$ 191,53	208
JUD4971	8685029934	6050/3	22/12/2011	R\$ 191,53	208
KDO5893	8685028044	6050/3	10/11/2011	R\$ 191,53	208
KDO5893	8685028089	6050/3	11/11/2011	R\$ 191,53	208
KMG4756	8685029110	6050/3	12/12/2011	R\$ 191,53	208
LXD5324	8685030632	6050/3	21/01/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXD5324	8685030860	6050/3	21/01/2012	R\$ 191,53	208
LXK3487	8685029753	5673/2	25/12/2011	R\$ 85,12	183
LXT4066	8685029446	6050/3	16/12/2011	R\$ 191,53	208
LXU3300	8685029057	6050/3	09/12/2011	R\$ 191,53	208
LXX9878	8685028666	6050/3	21/11/2011	R\$ 191,53	208
LYA7511	8685030168	6050/3	03/01/2012	R\$ 191,53	208
LYM0092	8685030298	6050/3	08/01/2012	R\$ 191,53	208
LYS0590	8685030079	6050/3	06/01/2012	R\$ 191,53	208
LYW4885	8685029932	6050/3	21/12/2011	R\$ 191,53	208
LYX8541	8685030234	6050/3	03/01/2012	R\$ 191,53	208
LZD2410	8685028846	6050/3	05/12/2011	R\$ 191,53	208
LZD4318	8685029597	6050/3	23/12/2011	R\$ 191,53	208
LZP3752	8685029454	6050/3	17/12/2011	R\$ 191,53	208
LZQ3931	8685030032	6050/3	03/01/2012	R\$ 191,53	208
MAD5687	8685027932	6050/3	09/11/2011	R\$ 191,53	208
MAD9967	8685027984	6050/3	13/11/2011	R\$ 191,53	208
MAK3983	8685029044	6050/3	15/12/2011	R\$ 191,53	208
MBB6384	8685030046	6050/3	04/01/2012	R\$ 191,53	208
MBF4566	8685029944	6050/3	23/12/2011	R\$ 191,53	208
MBI5852	8685029608	6050/3	24/12/2011	R\$ 191,53	208
MBL6000	8685029757	6050/3	26/12/2011	R\$ 191,53	208
MBR5446	8685028169	6050/3	09/11/2011	R\$ 191,53	208
MCJ5002	8685029390	6050/3	17/12/2011	R\$ 191,53	208
MCK8465	8685028584	6050/3	26/11/2011	R\$ 191,53	208
MCM2727	8685030176	6050/3	03/01/2012	R\$ 191,53	208
MCV0552	8685027635	6050/3	31/10/2011	R\$ 191,53	208
MCV1920	8685028035	6050/3	06/11/2011	R\$ 191,53	208
MCW5700	8685029929	6050/3	21/12/2011	R\$ 191,53	208
MCX1541	8685030772	6050/3	19/01/2012	R\$ 191,53	208
MDD7363	8685029198	6050/3	15/12/2011	R\$ 191,53	208
MDF3983	8685030151	6050/3	08/01/2012	R\$ 191,53	208
MDL9368	8685030633	6050/3	21/01/2012	R\$ 191,53	208
MDP4678	8685030177	6050/3	03/01/2012	R\$ 191,53	208
MDZ4368	8685029715	6050/3	01/01/2012	R\$ 191,53	208
MEC1111	8685029942	6050/3	23/12/2011	R\$ 191,53	208
MEE1492	8685027960	6050/3	11/11/2011	R\$ 191,53	208
MEE4425	8685027260	6050/3	18/10/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEG4412	8685028274	6050/3	17/11/2011	R\$ 191,53	208
MEN2725	8685030059	6050/3	04/01/2012	R\$ 191,53	208
MEN6008	8685029442	6050/3	19/12/2011	R\$ 191,53	208
MEQ3685	8685027116	6050/3	22/10/2011	R\$ 191,53	208
MES1920	8685030194	6050/3	07/01/2012	R\$ 191,53	208
MFC6829	8685027536	6050/3	27/10/2011	R\$ 191,53	208
MFF5124	8685029733	6050/3	22/12/2011	R\$ 191,53	208
MFG9373	8685030180	6050/3	04/01/2012	R\$ 191,53	208
MFG9384	8685029558	6050/3	21/12/2011	R\$ 191,53	208
MFK9687	8685027395	6050/3	18/10/2011	R\$ 191,53	208
MFZ4217	8685029362	6050/3	16/12/2011	R\$ 191,53	208
MGA0019	8685030259	6050/3	05/01/2012	R\$ 191,53	208
MGC4730	8685029567	6050/3	21/12/2011	R\$ 191,53	208
MGI4547	8685028292	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MGN5814	8685030036	6050/3	03/01/2012	R\$ 191,53	208
MGT0070	8685029898	6050/3	01/01/2012	R\$ 191,53	208
MGT5121	8685027966	6050/3	12/11/2011	R\$ 191,53	208
MGX0620	8685030567	6050/3	17/01/2012	R\$ 191,53	208
MGY4999	8685029648	6050/3	27/12/2011	R\$ 191,53	208
MGZ4112	8685030217	6050/3	10/01/2012	R\$ 191,53	208
MHA1418	8685029940	6050/3	22/12/2011	R\$ 191,53	208
MHE6568	8685027386	6050/3	17/10/2011	R\$ 191,53	208
MHF8088	8685029051	6050/3	16/12/2011	R\$ 191,53	208
MHG3342	8685027887	6050/3	08/11/2011	R\$ 191,53	208
MHI1279	8685028587	6050/3	27/11/2011	R\$ 191,53	208
MHL9013	8685029509	6050/3	24/12/2011	R\$ 191,53	208
MHO3740	8685028689	6050/3	24/11/2011	R\$ 191,53	208
MHO7480	8685027946	6050/3	10/11/2011	R\$ 191,53	208
MHV7169	8685027106	6050/3	20/10/2011	R\$ 191,53	208
MHY3599	8685027331	6050/3	23/10/2011	R\$ 191,53	208
MIB4462	8685029384	6050/3	16/12/2011	R\$ 191,53	208
MIQ4832	8685029429	6050/3	18/12/2011	R\$ 191,53	208
MIU8235	8685029740	6050/3	23/12/2011	R\$ 191,53	208
MJD0752	8685030756	6050/3	18/01/2012	R\$ 191,53	208
MJR2212	8685027120	6050/3	17/10/2011	R\$ 191,53	208
MML1780	8685030242	6050/3	04/01/2012	R\$ 191,53	208
MQM9884	8685028514	6050/3	19/11/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 659/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 659/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGI4334	8685030166	6050/3	03/01/2012	R\$ 191,53	208
AHZ3081	8685029876	6050/3	30/12/2011	R\$ 191,53	208
AIG4583	8685029901	6050/3	19/12/2011	R\$ 191,53	208
AJL1937	8685030201	6050/3	07/01/2012	R\$ 191,53	208
AKI9689	8685027315	6050/3	21/10/2011	R\$ 191,53	208
AOB1621	8685027469	6050/3	27/10/2011	R\$ 191,53	208
APF5354	8685027553	6050/3	30/10/2011	R\$ 191,53	208
AWG6977	8685027388	6050/3	17/10/2011	R\$ 191,53	208
CCY1108	8685029852	6050/3	27/12/2011	R\$ 191,53	208
CIU5746	8685030009	6050/3	10/01/2012	R\$ 191,53	208
DES4607	8685027986	6050/3	13/11/2011	R\$ 191,53	208
DGA8467	8685030335	6050/3	11/01/2012	R\$ 191,53	208
DIN9937	8685028096	6050/3	12/11/2011	R\$ 191,53	208
DJE2675	8685029592	6050/3	23/12/2011	R\$ 191,53	208
DKF5226	8685030336	6050/3	11/01/2012	R\$ 191,53	208
DUB7478	8685027334	6050/3	23/10/2011	R\$ 191,53	208
HDJ9957	8685030137	6050/3	06/01/2012	R\$ 191,53	208
ICE1130	8685027518	6050/3	28/10/2011	R\$ 191,53	208
IPN4475	8685029982	6050/3	05/01/2012	R\$ 191,53	208
KLD1385	8685030314	6050/3	10/01/2012	R\$ 191,53	208
KOF3832	8685029658	6050/3	28/12/2011	R\$ 191,53	208
KXX3784	8685028015	6050/3	16/11/2011	R\$ 191,53	208
LSD0366	8685028967	6050/3	02/12/2011	R\$ 191,53	208
LXP2551	8685030262	6050/3	05/01/2012	R\$ 191,53	208
LXX8354	8685030092	6050/3	07/01/2012	R\$ 191,53	208
LXZ1075	8685030160	6050/3	09/01/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYQ0633	8685027904	6050/3	12/11/2011	R\$ 191,53	208
LYU6087	8685027947	6050/3	10/11/2011	R\$ 191,53	208
LZG1962	8685029891	6050/3	31/12/2011	R\$ 191,53	208
LZP2068	8685030028	6050/3	02/01/2012	R\$ 191,53	208
LZT6144	8685029987	6050/3	07/01/2012	R\$ 191,53	208
LZZ1562	8685030205	6050/3	08/01/2012	R\$ 191,53	208
MAS4465	8685029400	6050/3	17/12/2011	R\$ 191,53	208
MBB9554	8685029580	6050/3	22/12/2011	R\$ 191,53	208
MBL1019	8685030052	6050/3	04/01/2012	R\$ 191,53	208
MBM8689	8685027512	6050/3	28/10/2011	R\$ 191,53	208
MBY7533	8685028371	6050/3	24/11/2011	R\$ 191,53	208
MCL1625	8685027625	6050/3	30/10/2011	R\$ 191,53	208
MCQ6140	8685031000	6050/3	06/02/2012	R\$ 191,53	208
MCQ8197	8685029674	6050/3	29/12/2011	R\$ 191,53	208
MCW1867	8685029448	6050/3	17/12/2011	R\$ 191,53	208
MDD0825	8685030088	6050/3	07/01/2012	R\$ 191,53	208
MDF3764	8685029710	6050/3	01/01/2012	R\$ 191,53	208
MDJ5149	8685029060	6050/3	09/12/2011	R\$ 191,53	208
MDM8931	8685027608	6050/3	29/10/2011	R\$ 191,53	208
MEN5744	8685030198	6050/3	07/01/2012	R\$ 191,53	208
MES7914	8685030148	6050/3	08/01/2012	R\$ 191,53	208
MFB1712	8685029866	6050/3	29/12/2011	R\$ 191,53	208
MFC3223	8685030206	6050/3	08/01/2012	R\$ 191,53	208
MFD3300	8685029497	6050/3	23/12/2011	R\$ 191,53	208
MFI8682	8685030493	6050/3	13/01/2012	R\$ 191,53	208
MFK9687	8685028842	6050/3	05/12/2011	R\$ 191,53	208
MGI1173	8685028228	6050/3	25/11/2011	R\$ 191,53	208
MGJ4615	8685029805	6050/3	22/12/2011	R\$ 191,53	208
MGL5590	8685029754	6050/3	26/12/2011	R\$ 191,53	208
MHF7355	8685029662	6050/3	29/12/2011	R\$ 191,53	208
MHL5590	8685028252	6050/3	28/11/2011	R\$ 191,53	208
MHN4855	8685029371	6050/3	16/12/2011	R\$ 191,53	208
MIJ3565	8685027763	6050/3	01/11/2011	R\$ 191,53	208
MIM2975	8685027094	6050/3	19/10/2011	R\$ 191,53	208
MIO5560	8685027982	6050/3	13/11/2011	R\$ 191,53	208
MIO6593	8685028788	6050/3	07/12/2011	R\$ 191,53	208
MIO6593	8685029148	6050/3	16/12/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIT8783	8685029869	6050/3	29/12/2011	R\$ 191,53	208
MJA2837	8685027702	6050/3	03/11/2011	R\$ 191,53	208
MJR4608	8685030898	6050/3	24/01/2012	R\$ 191,53	208
MJS3819	8685029915	6050/3	20/12/2011	R\$ 191,53	208
MJW1550	8685027779	6050/3	04/11/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 661/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 661/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHV9328	8685028278	6050/3	17/11/2011	R\$ 191,53	208
AKD5509	8685029544	6050/3	19/12/2011	R\$ 191,53	208
AML2530	8685029609	6050/3	24/12/2011	R\$ 191,53	208
BYH5679	8685029494	6050/3	23/12/2011	R\$ 191,53	208
DKX4753	8685028877	5673/2	01/12/2011	R\$ 85,12	183
DLR9316	8685028562	6050/3	24/11/2011	R\$ 191,53	208
GYV7628	8685028618	6050/3	01/12/2011	R\$ 191,53	208
IFF3756	8685028218	6050/3	20/11/2011	R\$ 191,53	208
KDY7099	8685027585	6050/3	28/10/2011	R\$ 191,53	208
LXK1126	8685028428	6050/3	16/11/2011	R\$ 191,53	208
LYF6291	8685029273	6050/3	15/12/2011	R\$ 191,53	208
LYY9640	8685027718	6050/3	05/11/2011	R\$ 191,53	208
LZD1102	8685029005	6050/3	09/12/2011	R\$ 191,53	208
LZO3223	8685027700	6050/3	03/11/2011	R\$ 191,53	208
LZW7746	8685028205	6050/3	19/11/2011	R\$ 191,53	208
LZX8783	8685029063	6050/3	09/12/2011	R\$ 191,53	208
MAA1848	8685028475	6050/3	25/11/2011	R\$ 191,53	208
MAK6633	8685029825	6050/3	24/12/2011	R\$ 191,53	208
MAL7970	8685029931	6050/3	21/12/2011	R\$ 191,53	208
MAS6363	8685029477	6050/3	20/12/2011	R\$ 191,53	208
MAZ8054	8685028603	6050/3	30/11/2011	R\$ 191,53	208
MBN3047	8685028582	6050/3	26/11/2011	R\$ 191,53	208
MBN7384	8685028102	6050/3	12/11/2011	R\$ 191,53	208
MBT7947	8685031157	6050/3	11/02/2012	R\$ 191,53	208
MCA8972	8685031104	6050/3	13/02/2012	R\$ 191,53	208
MCO0300	8685027856	6050/3	04/11/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDE2881	8685028210	6050/3	19/11/2011	R\$ 191,53	208
MDY4124	8685029782	6050/3	19/12/2011	R\$ 191,53	208
MEF9887	8685028439	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MEM0134	8685028270	6050/3	16/11/2011	R\$ 191,53	208
MEQ6220	8685028671	6050/3	22/11/2011	R\$ 191,53	208
MEX6950	8685027580	6050/3	27/10/2011	R\$ 191,53	208
MFD2865	8685030495	6050/3	13/01/2012	R\$ 191,53	208
MFD8543	8685025215	6050/3	13/08/2011	R\$ 191,53	208
MFR7012	8685028722	6050/3	26/11/2011	R\$ 191,53	208
MGD2968	8685031155	6050/3	11/02/2012	R\$ 191,53	208
MGJ1854	8685027346	6050/3	23/10/2011	R\$ 191,53	208
MGM1737	8685027630	6050/3	31/10/2011	R\$ 191,53	208
MGO2783	8685029023	6050/3	11/12/2011	R\$ 191,53	208
MGT6155	8685030264	6050/3	05/01/2012	R\$ 191,53	208
MGU6966	8685028673	6050/3	22/11/2011	R\$ 191,53	208
MHA4464	8685029586	6050/3	22/12/2011	R\$ 191,53	208
MHW0482	8685028547	6050/3	22/11/2011	R\$ 191,53	208
MIF6124	8685028731	6050/3	27/11/2011	R\$ 191,53	208
MII2731	8685029799	6050/3	21/12/2011	R\$ 191,53	208
MIN9204	8685028512	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MIS2202	8685030455	6050/3	09/01/2012	R\$ 191,53	208
MIX7782	8685030468	6050/3	12/01/2012	R\$ 191,53	208
MJC6076	8685029409	6050/3	16/12/2011	R\$ 191,53	208
MMF6330	8685029787	6050/3	20/12/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1241/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1242/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGH3151	54068951D	5550/0	21/02/2012	181 * XVIII
ASP9055	54069081D	6050/1	06/03/2012	208
BSG2596	54069025D	6041/2	28/02/2012	207
DID2303	54069314D	6050/1	03/03/2012	208
DIK1980	54069154D	6041/2	28/02/2012	207
DZM0108	54071603D	5967/0	26/02/2012	203 * V
DZM0108	54071606D	5878/0	26/02/2012	199
EDM3461	54069345D	6050/1	11/03/2012	208
ILW1603	54069035D	6041/2	28/02/2012	207
JPE0261	54068743D	6050/1	04/03/2012	208
LAC1028	54069004D	5835/0	24/02/2012	195
LAC1028	54069006D	7366/2	24/02/2012	252 * VI
LWT6569	54069181D	6050/1	03/03/2012	208
LWW8266	54069136D	5550/0	09/03/2012	181 * XVIII
LWZ7181	54069350D	6050/1	11/03/2012	208
LXG5469	54069108D	5746/1	01/03/2012	187 * I
LXN5830	54069088D	6050/1	07/03/2012	208
LXY7913	54071419D	5207/0	02/03/2012	169
LXY7913	54071423D	7056/1	02/03/2012	244 * III
LXY7913	54071424D	5835/0	02/03/2012	195
LXY7913	54071426D	5215/1	02/03/2012	170
LZB3628	54067479D	5568/0	31/01/2012	181 * XIX
LZB7053	54069187D	6050/1	07/03/2012	208
LZL1893	55116835C	5967/0	03/03/2012	203 * V
LZT5894	54068565D	5746/1	06/02/2012	187 * I
MAA2294	54068268D	6041/2	20/01/2012	207

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAC2133	54068511D	5185/1	02/02/2012	167
MAS0823	54071660D	6050/1	01/03/2012	208
MAS0823	55116839C	6050/1	11/03/2012	208
MAX1826	54069343D	6050/1	11/03/2012	208
MBJ3204	54069027D	6041/2	28/02/2012	207
MBJ7141	54069132D	6050/1	09/03/2012	208
MBQ7543	54069192D	5746/3	09/03/2012	187 * I
MCG3547	54068500D	6050/1	03/03/2012	208
MCR3737	54068694D	6041/2	28/02/2012	207
MCS5807	54068697D	6041/2	28/02/2012	207
MCT8538	55117226C	5835/0	04/02/2012	195
MCT8538	55117227C	5819/7	04/02/2012	193
MDD3646	54071407D	5207/0	26/01/2012	169
MDF6796	54069398D	7030/2	14/03/2012	244 * I
MDF7375	54069162D	6050/1	03/03/2012	208
MDJ0996	54069042D	6041/2	28/02/2012	207
MDQ7246	8147001359	7455/0	16/01/2012	218 * I
MDS6776	54069048D	6041/2	28/02/2012	207
MED0385	54069023D	6041/2	28/02/2012	207
MEM4627	54071331D	7366/2	26/01/2012	252 * VI
MEO9153	54068892D	5568/0	01/02/2012	181 * XIX
MER2006	54069163D	6050/1	03/03/2012	208
MEY3400	54071513D	6068/1	07/03/2012	209
MFA1142	54068495D	5967/0	27/02/2012	203 * V
MFB8237	54069107D	5746/1	01/03/2012	187 * I
MFF4065	54069120D	5746/1	05/03/2012	187 * I
MFV8661	54069184D	6050/1	07/03/2012	208
MFV9147	54069301D	6050/1	03/03/2012	208
MFZ4329	54069029D	6041/2	28/02/2012	207
MGB5469	55114635C	5819/1	09/03/2012	193
MGE4654	54070862D	7366/1	07/03/2012	252 * VI
MHH2306	54069180D	6050/1	03/03/2012	208
MHO4689	54069336D	6050/1	07/03/2012	208
MIA3376	54068549D	7366/2	06/02/2012	252 * VI
MIA3376	54068550D	5185/1	06/02/2012	167
MIF1551	55116739C	5835/0	09/03/2012	195
MIF1551	55116740C	5878/0	09/03/2012	199

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIF7837	54068972D	7366/2	22/02/2012	252 * VI
MIF9491	54069313D	6050/1	03/03/2012	208
MII7218	54071668D	7048/1	10/03/2012	244 * II
MIO6674	54069030D	6041/2	28/02/2012	207
MIV5722	54068895D	5967/0	01/02/2012	203 * V
MIV5722	54071501D	7030/1	20/01/2012	244 * I
MIV7122	54069104D	6041/2	28/02/2012	207
MIW1475	54068651D	7366/2	07/02/2012	252 * VI
MIW1475	54068656D	5185/1	07/02/2012	167
MIX6038	54071722D	5835/0	28/02/2012	195
MIZ3789	54069069D	6050/1	02/03/2012	208
MJD6996	8147001407	7455/0	16/01/2012	218 * I
MKI0606	54068740D	6050/1	04/03/2012	208
MMJ7400	54068894D	6041/2	01/02/2012	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1241/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1241/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADK4818	54069478D	6920/0	28/02/2012	233
BOD0682	54068888D	6920/0	30/01/2012	233
BSG2596	54069026D	6599/2	28/02/2012	230 * V
CZX7588	55117008C	6599/2	10/03/2012	230 * V
DNO5327	54068708D	6920/0	07/02/2012	233
IBW0389	54069471D	6920/0	02/03/2012	233
IEK4763	55117003C	6912/0	27/02/2012	232
LXG5469	54069109D	6599/2	01/03/2012	230 * V
LXV2756	55117005C	5010/0	10/03/2012	162 * I
LXV2756	55117006C	6599/2	10/03/2012	230 * V
LXY7913	54071420D	5274/1	02/03/2012	175
LXY7913	54071422D	7340/0	02/03/2012	252 * IV
LXY7913	54071425D	6610/2	02/03/2012	230 * VII
LZC5491	54069460D	6920/0	07/03/2012	233
LZJ8958	54068704D	6920/0	08/02/2012	233
MAA2294	54068266D	5010/0	20/01/2012	162 * I
MAA2294	54068267D	5118/0	20/01/2012	164 c/c 162 * I
MAA2294	54068269D	6637/1	20/01/2012	230 * IX
MAC2133	54068510D	6556/1	02/02/2012	230 * I
MAG5430	54069479D	6920/0	28/02/2012	233
MBG3167	54071399D	6599/2	10/02/2012	230 * V
MBO6041	54069477D	6920/0	28/02/2012	233
MCL6880	54071658D	6912/0	29/02/2012	232
MCT8538	55117228C	6602/0	04/02/2012	230 * VI
MDC0540	54068619D	5010/0	04/03/2012	162 * I
MDC0540	54068620D	5118/0	04/03/2012	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDC0540	54068621D	6599/2	04/03/2012	230 * V
MDF6796	54069395D	6599/2	14/03/2012	230 * V
MDF6796	54069396D	5010/0	14/03/2012	162 * I
MDF6796	54069397D	5118/0	14/03/2012	164 c/c 162 * I
MEK8844	54069124D	6599/2	07/03/2012	230 * V
MEK8844	54069125D	6408/0	07/03/2012	221
MFF7340	54071463D	5169/1	25/02/2012	165
MFF7340	54071464D	5010/0	25/02/2012	162 * I
MFF7340	54071465D	5282/0	25/02/2012	176 * I
MFF7340	54071466D	6637/2	25/02/2012	230 * IX
MFT6353	54070807D	7340/0	28/02/2012	252 * IV
MIX6038	54071723D	5010/0	28/02/2012	162 * I
MIX6038	54071724D	5061/0	28/02/2012	163 c/c 162 * I
MIX6038	54071725D	7340/0	28/02/2012	252 * IV
MIX6038	54071726D	5274/1	28/02/2012	175
MJD7278	55117007C	5010/0	10/03/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1242/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1242/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGH3151	54068951D	5550/0	21/02/2012	181 * XVIII
ASP9055	54069081D	6050/1	06/03/2012	208
BSG2596	54069025D	6041/2	28/02/2012	207
DID2303	54069314D	6050/1	03/03/2012	208
DIK1980	54069154D	6041/2	28/02/2012	207
DZM0108	54071603D	5967/0	26/02/2012	203 * V
DZM0108	54071606D	5878/0	26/02/2012	199
EDM3461	54069345D	6050/1	11/03/2012	208
ILW1603	54069035D	6041/2	28/02/2012	207
JPE0261	54068743D	6050/1	04/03/2012	208
LAC1028	54069004D	5835/0	24/02/2012	195
LAC1028	54069006D	7366/2	24/02/2012	252 * VI
LWT6569	54069181D	6050/1	03/03/2012	208
LWW8266	54069136D	5550/0	09/03/2012	181 * XVIII
LWZ7181	54069350D	6050/1	11/03/2012	208
LXG5469	54069108D	5746/1	01/03/2012	187 * I
LXN5830	54069088D	6050/1	07/03/2012	208
LXY7913	54071419D	5207/0	02/03/2012	169
LXY7913	54071423D	7056/1	02/03/2012	244 * III
LXY7913	54071424D	5835/0	02/03/2012	195
LXY7913	54071426D	5215/1	02/03/2012	170
LZB3628	54067479D	5568/0	31/01/2012	181 * XIX
LZB7053	54069187D	6050/1	07/03/2012	208
LZL1893	55116835C	5967/0	03/03/2012	203 * V
LZT5894	54068565D	5746/1	06/02/2012	187 * I
MAA2294	54068268D	6041/2	20/01/2012	207

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAC2133	54068511D	5185/1	02/02/2012	167
MAS0823	54071660D	6050/1	01/03/2012	208
MAS0823	55116839C	6050/1	11/03/2012	208
MAX1826	54069343D	6050/1	11/03/2012	208
MBJ3204	54069027D	6041/2	28/02/2012	207
MBJ7141	54069132D	6050/1	09/03/2012	208
MBQ7543	54069192D	5746/3	09/03/2012	187 * I
MCG3547	54068500D	6050/1	03/03/2012	208
MCR3737	54068694D	6041/2	28/02/2012	207
MCS5807	54068697D	6041/2	28/02/2012	207
MCT8538	55117226C	5835/0	04/02/2012	195
MCT8538	55117227C	5819/7	04/02/2012	193
MDD3646	54071407D	5207/0	26/01/2012	169
MDF6796	54069398D	7030/2	14/03/2012	244 * I
MDF7375	54069162D	6050/1	03/03/2012	208
MDJ0996	54069042D	6041/2	28/02/2012	207
MDQ7246	8147001359	7455/0	16/01/2012	218 * I
MDS6776	54069048D	6041/2	28/02/2012	207
MED0385	54069023D	6041/2	28/02/2012	207
MEM4627	54071331D	7366/2	26/01/2012	252 * VI
MEO9153	54068892D	5568/0	01/02/2012	181 * XIX
MER2006	54069163D	6050/1	03/03/2012	208
MEY3400	54071513D	6068/1	07/03/2012	209
MFA1142	54068495D	5967/0	27/02/2012	203 * V
MFB8237	54069107D	5746/1	01/03/2012	187 * I
MFF4065	54069120D	5746/1	05/03/2012	187 * I
MFV8661	54069184D	6050/1	07/03/2012	208
MFV9147	54069301D	6050/1	03/03/2012	208
MFZ4329	54069029D	6041/2	28/02/2012	207
MGB5469	55114635C	5819/1	09/03/2012	193
MGE4654	54070862D	7366/1	07/03/2012	252 * VI
MHH2306	54069180D	6050/1	03/03/2012	208
MHO4689	54069336D	6050/1	07/03/2012	208
MIA3376	54068549D	7366/2	06/02/2012	252 * VI
MIA3376	54068550D	5185/1	06/02/2012	167
MIF1551	55116739C	5835/0	09/03/2012	195
MIF1551	55116740C	5878/0	09/03/2012	199

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIF7837	54068972D	7366/2	22/02/2012	252 * VI
MIF9491	54069313D	6050/1	03/03/2012	208
MII7218	54071668D	7048/1	10/03/2012	244 * II
MIO6674	54069030D	6041/2	28/02/2012	207
MIV5722	54068895D	5967/0	01/02/2012	203 * V
MIV5722	54071501D	7030/1	20/01/2012	244 * I
MIV7122	54069104D	6041/2	28/02/2012	207
MIW1475	54068651D	7366/2	07/02/2012	252 * VI
MIW1475	54068656D	5185/1	07/02/2012	167
MIX6038	54071722D	5835/0	28/02/2012	195
MIZ3789	54069069D	6050/1	02/03/2012	208
MJD6996	8147001407	7455/0	16/01/2012	218 * I
MKI0606	54068740D	6050/1	04/03/2012	208
MMJ7400	54068894D	6041/2	01/02/2012	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1245/2012]]

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1245/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWX8707	54069456D	6920/0	08/03/2012	233
LYM3135	54068723D	6920/0	01/02/2012	233
LYP3238	54069516D	6971/0	17/03/2012	238
LYP3238	54069518D	6408/0	17/03/2012	221
MEW1145	54068724D	6920/0	01/02/2012	233
MFF7340	54071462D	6599/1	25/02/2012	230 * V
MGG0535	55116831C	6912/0	21/02/2012	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1246/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1244/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADE1030	54068182D	5231/1	07/12/2011	R\$ 85,12	172
IDO9361	54068311D	6041/1	23/12/2011	R\$ 127,69	207
IKA9907	8147001219	7455/0	10/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
ILW1603	54823866B	5185/2	17/12/2011	R\$ 127,69	167
KDO5893	8147001388	7455/0	16/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
KEG1722	54067634D	5746/1	31/10/2011	R\$ 85,12	187 * I
LXD0667	55115236C	5185/1	26/12/2011	R\$ 127,69	167
LXJ9498	8147000888	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYE5453	8147001256	7455/0	10/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYO2010	8147001254	7455/0	10/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYU6816	54067827D	5720/0	25/01/2012	R\$ 127,69	186 * I
LZX3680	8147001241	7455/0	10/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBA2174	8147001053	7463/0	25/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBB1373	55117212C	5541/1	13/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ5033	8147001092	7455/0	28/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCZ7796	8147001318	7455/0	11/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEA2247	54823870B	5541/1	19/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH8892	54068321D	6050/1	31/12/2011	R\$ 191,53	208
MFZ4677	54067940D	7366/2	28/11/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MGC4853	54071354D	5207/0	06/01/2012	R\$ 53,20	169
MGG7214	55116794C	5940/1	01/12/2011	R\$ 191,53	203 * III
MGR0753	55273084B	5185/1	16/12/2011	R\$ 127,69	167
MGV1574	54067791D	5835/0	27/10/2011	R\$ 127,69	195
MGV1574	54067791D	7366/2	27/10/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MGX5669	55118433C	5738/0	17/11/2011	R\$ 191,53	186 * II
MHW2159	55115976C	7056/1	26/12/2011	R\$ 191,53	244 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHW2159	55115977C	5835/0	26/12/2011	R\$ 127,69	195
MHW2159	55115978C	6050/1	26/12/2011	R\$ 191,53	208
MIH7670	55117338C	5185/1	20/12/2011	R\$ 127,69	167
MIL8900	55117350C	5185/1	03/01/2012	R\$ 127,69	167
MIS9233	54823878B	5541/5	21/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIW7627	8147001398	7455/0	16/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MMA2409	8147001232	7455/0	10/01/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1249/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1249/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJB6289	54069491D	6920/0	21/03/2012	233
DGG8287	54068665D	6920/0	13/02/2012	233
GXO2778	54069210D	6920/0	19/03/2012	233
JFF1611	54069228D	6920/0	14/03/2012	233
KGA6937	54069495D	6920/0	21/03/2012	233
LCB8301	54069211D	6920/0	16/03/2012	233
LYU2097	54069216D	6920/0	15/03/2012	233
LZN3990	54069203D	6920/0	20/03/2012	233
MAF8897	54069617D	6599/2	21/03/2012	230 * V
MAS7108	54068650D	6599/2	24/03/2012	230 * V
MBO1398	54071529D	6599/1	25/03/2012	230 * V
MBO1398	54071530D	6912/0	25/03/2012	232
MCA5242	54068657D	6408/0	15/02/2012	221
MCL5610	54069375D	6599/2	13/03/2012	230 * V
MCL9811	54068677D	6920/0	15/02/2012	233
MDD1121	54069213D	6920/0	16/03/2012	233
MEL6569	54069218D	6920/0	15/03/2012	233
MGS2753	54069214D	6920/0	16/03/2012	233
MGX9006	55116741C	5274/1	10/03/2012	175
MIH8186	54070815D	6912/0	28/03/2012	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1250/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1250/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEN4126	54069436D	5746/1	27/03/2012	187 * I
AIR7313	54069392D	6050/1	13/03/2012	208
BWB5479	54069391D	5746/1	13/03/2012	187 * I
LWU6931	55115943C	5380/0	23/03/2012	181 * I
LZT9055	54069545D	7366/2	19/03/2012	252 * VI
MAF8897	54069616D	7030/2	21/03/2012	244 * I
MAL9484	55114634C	6084/4	09/03/2012	211
MAS7108	54068649D	6050/1	24/03/2012	208
MBF9112	54069232D	6050/1	28/03/2012	208
MBO1398	54071531D	6050/1	25/03/2012	208
MCK3847	55116838C	6050/1	01/03/2012	208
MCL5610	54069374D	5550/0	13/03/2012	181 * XVIII
MCZ0169	54069179D	6050/1	03/03/2012	208
MDV2803	54069530D	6050/1	17/03/2012	208
MFI4024	54069089D	6050/1	12/03/2012	208
MFW7007	54069613D	6050/1	21/03/2012	208
MGB7507	54069407D	6050/1	11/03/2012	208
MGX9006	55116742C	7056/1	10/03/2012	244 * III
MGX9006	55116743C	5258/3	10/03/2012	174
MGY2425	54069152D	6041/2	28/02/2012	207
MHD7431	55117354C	7030/1	07/12/2011	244 * I
MHD7431	55117355C	7056/1	07/12/2011	244 * III
MHF5198	54068746D	6050/1	04/03/2012	208
MHX2977	54068741D	6050/1	04/03/2012	208
MIF6912	54069357D	7366/2	13/03/2012	252 * VI
MIN3257	55117072C	5975/0	23/02/2012	204

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIO5275	54068579D	7030/2	10/02/2012	244 * I
MJB0014	54069612D	6050/1	21/03/2012	208
MJC1469	54068622D	6050/2	04/03/2012	208
MJC1469	54068623D	6050/1	04/03/2012	208
MJD9002	54071348D	5541/1	15/02/2012	181 * XVII
MMM1416	54069197D	6050/1	11/03/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 721/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 721/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADB5004	8590046268	7455/0	13/02/2012	218 * I
ADB5004	8590046276	7463/0	15/02/2012	218 * II
AEB6476	8590044986	7455/0	22/01/2012	218 * I
AHL4173	8590046063	7455/0	27/02/2012	218 * I
AJX5850	8590044820	7455/0	19/01/2012	218 * I
AKN3748	8590044715	7455/0	22/01/2012	218 * I
ANG0103	8590046431	7455/0	25/02/2012	218 * I
APQ1396	8590044712	7455/0	21/01/2012	218 * I
BGQ4623	8590046449	7455/0	19/02/2012	218 * I
BJF6699	8590046363	7455/0	21/02/2012	218 * I
BTR1300	8590046053	7455/0	25/02/2012	218 * I
BUO2060	8590046355	7455/0	19/02/2012	218 * I
CID3878	8590045180	7463/0	22/01/2012	218 * II
CKK9331	8590045668	7463/0	12/02/2012	218 * II
CKV8647	8590045956	7463/0	19/02/2012	218 * II
CME3013	8590046304	7455/0	22/02/2012	218 * I
COV3871	8590045981	7455/0	26/02/2012	218 * I
CZZ2932	8590045823	7455/0	12/02/2012	218 * I
DAX7276	8590045985	7455/0	14/02/2012	218 * I
DHP3786	8590045516	7455/0	03/02/2012	218 * I
DIS2756	8590045256	7455/0	16/01/2012	218 * I
DMG5298	8590045207	7471/0	19/01/2012	218 * III
DML3787	8590044827	7455/0	20/01/2012	218 * I
DNE3700	8590045443	7455/0	31/01/2012	218 * I
DRJ7473	8590044744	7455/0	20/01/2012	218 * I
DTB0646	8590044730	7455/0	16/01/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DWE6184	8590046156	7455/0	19/02/2012	218 * I
DWE6184	8590046262	7463/0	19/02/2012	218 * II
HIC3372	8590046131	7463/0	15/02/2012	218 * II
HPZ3087	8590046353	7471/0	18/02/2012	218 * III
HQX2134	8590045004	7455/0	25/01/2012	218 * I
HVO4313	8590045929	7455/0	14/02/2012	218 * I
HVO4313	8590046073	7455/0	17/02/2012	218 * I
HVO4313	8590046284	7455/0	17/02/2012	218 * I
IIL8305	8590046259	7455/0	18/02/2012	218 * I
IPT2497	8590046186	7455/0	23/02/2012	218 * I
JUG9762	8590045120	7455/0	27/01/2012	218 * I
JYH6788	8590045834	7455/0	13/02/2012	218 * I
KAB2218	8590045923	7455/0	25/02/2012	218 * I
KES1747	8590046181	7455/0	23/02/2012	218 * I
KMX3925	8590045270	7455/0	25/01/2012	218 * I
LVA2195	8590046081	7455/0	16/02/2012	218 * I
LWV4642	8590046036	7455/0	20/02/2012	218 * I
LWZ4535	8590046381	7455/0	15/02/2012	218 * I
LXD7163	8590044262	7455/0	03/01/2012	218 * I
LXD7163	8590044421	7455/0	03/01/2012	218 * I
LXG2315	8590045406	7455/0	04/02/2012	218 * I
LXK6454	8590045232	7455/0	24/01/2012	218 * I
LXK8379	8590045810	7463/0	09/02/2012	218 * II
LXM6954	8590044756	7455/0	21/01/2012	218 * I
LXR0253	8590045176	7455/0	21/01/2012	218 * I
LXS5840	8590046291	7455/0	19/02/2012	218 * I
LXU3945	8590045433	7455/0	05/02/2012	218 * I
LXV9295	8590046255	7463/0	27/02/2012	218 * II
LXV9300	8590045884	7455/0	18/02/2012	218 * I
LXW2999	8590046297	7463/0	20/02/2012	218 * II
LXX0070	8590045742	7455/0	13/02/2012	218 * I
LYH4244	8590046237	7455/0	24/02/2012	218 * I
LYH8555	8590045657	7455/0	08/02/2012	218 * I
LYH8555	8590045714	7455/0	08/02/2012	218 * I
LYY6211	8590044763	7463/0	22/01/2012	218 * II
LZA9802	8590045983	7455/0	14/02/2012	218 * I
LZF6185	8590045977	7455/0	25/02/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZS9959	8590046013	7455/0	18/02/2012	218 * I
LZW3283	8590046129	7455/0	15/02/2012	218 * I
MAA2993	8590045941	7455/0	16/02/2012	218 * I
MAA2993	8590045996	7463/0	16/02/2012	218 * II
MAH8238	8590046289	7455/0	19/02/2012	218 * I
MAM4935	8590046066	7455/0	27/02/2012	218 * I
MAO1836	8590045926	7455/0	26/02/2012	218 * I
MAR4543	8590045935	7455/0	15/02/2012	218 * I
MAR6129	8590046405	7455/0	19/02/2012	218 * I
MAR8714	8590046325	7463/0	23/02/2012	218 * II
MAT3021	8590044805	7455/0	17/01/2012	218 * I
MAU0926	8590045290	7455/0	16/01/2012	218 * I
MAX9222	8590046445	7455/0	18/02/2012	218 * I
MBE2663	8590044705	7455/0	21/01/2012	218 * I
MBE8240	8590044932	7463/0	29/01/2012	218 * II
MBG2374	8590046001	7455/0	16/02/2012	218 * I
MBO6129	8590045947	7455/0	18/02/2012	218 * I
MBP7252	8590045799	7455/0	12/02/2012	218 * I
MBS6128	8590045659	7455/0	10/02/2012	218 * I
MBV8614	8590044539	7455/0	10/01/2012	218 * I
MBZ1572	8590044761	7463/0	21/01/2012	218 * II
MBZ1572	8590045074	7455/0	21/01/2012	218 * I
MCA1506	8590046269	7455/0	14/02/2012	218 * I
MCA3725	8590045656	7455/0	12/02/2012	218 * I
MCE9019	8590045214	7455/0	21/01/2012	218 * I
MCH2665	8590044739	7455/0	17/01/2012	218 * I
MCJ8782	8590046296	7455/0	20/02/2012	218 * I
MCM1114	8590045052	7455/0	18/01/2012	218 * I
MCR5851	8590045948	7455/0	18/02/2012	218 * I
MCS9097	8590044789	7455/0	27/01/2012	218 * I
MCV3758	8590046118	7455/0	26/02/2012	218 * I
MCV5442	8590044336	7455/0	07/01/2012	218 * I
MCV6456	8590045887	7455/0	19/02/2012	218 * I
MCW1234	8590046223	7455/0	14/02/2012	218 * I
MCW2051	8590044899	7455/0	29/01/2012	218 * I
MCW8987	8590046083	7455/0	17/02/2012	218 * I
MCY7658	8590044828	7455/0	20/01/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO1128	8590045719	7455/0	10/02/2012	218 * I
MDO9407	8590046455	7455/0	26/02/2012	218 * I
MDQ6618	8590045563	7463/0	05/02/2012	218 * II
MDS2948	8590045945	7455/0	17/02/2012	218 * I
MDW6187	8590045871	7463/0	12/02/2012	218 * II
MDZ3615	8590046203	7455/0	25/02/2012	218 * I
MEC9612	8590045872	7455/0	13/02/2012	218 * I
MEH3965	8590045026	7455/0	29/01/2012	218 * I
MEK4074	8590046216	7463/0	26/02/2012	218 * II
MEL4071	8590044764	7455/0	22/01/2012	218 * I
MEL4071	8590045075	7455/0	22/01/2012	218 * I
MEL6671	8590045988	7455/0	14/02/2012	218 * I
MEN2725	8590045914	7455/0	20/02/2012	218 * I
MEN9852	8590046115	7455/0	24/02/2012	218 * I
MER8268	8590046229	7463/0	23/02/2012	218 * II
MES1199	8590045978	7455/0	26/02/2012	218 * I
MET0404	8590044940	7455/0	22/01/2012	218 * I
MEU4459	8590044878	7463/0	28/01/2012	218 * II
MEU4459	8590045021	7463/0	28/01/2012	218 * II
MEU7359	8590045647	7463/0	08/02/2012	218 * II
MFB1252	8590044971	7455/0	18/01/2012	218 * I
MFB1252	8590045064	7455/0	20/01/2012	218 * I
MFL1066	8590045921	7455/0	22/02/2012	218 * I
MFL5686	8590045259	7455/0	19/01/2012	218 * I
MFL6421	8590045916	7455/0	21/02/2012	218 * I
MFO6788	8590046440	7463/0	26/02/2012	218 * II
MFR0407	8590046161	7455/0	20/02/2012	218 * I
MFW4091	8590044881	7455/0	28/01/2012	218 * I
MFW8834	8590045486	7463/0	01/02/2012	218 * II
MFY9408	8590046324	7455/0	23/02/2012	218 * I
MFY5213	8590046092	7455/0	23/02/2012	218 * I
MFZ9020	8590045879	7455/0	15/02/2012	218 * I
MGA2584	8590046321	7455/0	18/02/2012	218 * I
MGC5860	8590045182	7463/0	22/01/2012	218 * II
MGE1793	8590045219	7455/0	22/01/2012	218 * I
MGG7842	8590046345	7455/0	15/02/2012	218 * I
MGH2560	8590045260	7455/0	20/01/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGH2560	8590046347	7455/0	16/02/2012	218 * I
MGH6787	8590045711	7455/0	08/02/2012	218 * I
MGI1323	8590044729	7455/0	31/01/2012	218 * I
MGI6053	8590045805	7455/0	07/02/2012	218 * I
MGL6347	8590044723	7455/0	26/01/2012	218 * I
MGL7728	8590045193	7455/0	28/01/2012	218 * I
MGL7873	8590046380	7455/0	15/02/2012	218 * I
MGM8467	8590044795	7463/0	29/01/2012	218 * II
MGM8529	8590045162	7455/0	29/01/2012	218 * I
MGP3699	8590045906	7455/0	27/02/2012	218 * I
MGQ7576	8590046070	7455/0	17/02/2012	218 * I
MGR4415	8590044939	7455/0	22/01/2012	218 * I
MGS4545	8590046293	7455/0	19/02/2012	218 * I
MGY7337	8590044822	7455/0	19/01/2012	218 * I
MGY7899	8590045733	7455/0	12/02/2012	218 * I
MGZ4983	8590046146	7455/0	17/02/2012	218 * I
MHC7508	8590046052	7455/0	25/02/2012	218 * I
MHF2366	8590046126	7455/0	14/02/2012	218 * I
MHH2306	8590045954	7455/0	19/02/2012	218 * I
MHH5996	8590045666	7455/0	11/02/2012	218 * I
MHI5464	8590045761	7455/0	07/02/2012	218 * I
MHJ0262	8590046047	7471/0	24/02/2012	218 * III
MHJ0795	8590045454	7455/0	01/02/2012	218 * I
MHN1154	8590045804	7455/0	14/02/2012	218 * I
MHP7667	8590046438	7455/0	25/02/2012	218 * I
MHR3486	8590045797	7455/0	12/02/2012	218 * I
MHS8983	8590045867	7471/0	13/02/2012	218 * III
MX0106	8590045943	7455/0	17/02/2012	218 * I
MIC6589	8590044950	7455/0	22/01/2012	218 * I
MID6914	8590045993	7455/0	16/02/2012	218 * I
MIF7400	8590045770	7455/0	07/02/2012	218 * I
MIJ8455	8590044753	7455/0	20/01/2012	218 * I
MIK3925	8590046308	7455/0	24/02/2012	218 * I
MIQ0386	8590046222	7455/0	14/02/2012	218 * I
MIT2561	8590045246	7463/0	28/01/2012	218 * II
MIT3655	8590045902	7455/0	26/02/2012	218 * I
MIV4676	8590045958	7463/0	20/02/2012	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJB0170	8590045233	7455/0	25/01/2012	218 * I
MJB0854	8590046096	7455/0	14/02/2012	218 * I
MJC0199	8590046194	7463/0	24/02/2012	218 * II
MJF1399	8590044817	7455/0	18/01/2012	218 * I
MJF8057	8590044758	7455/0	21/01/2012	218 * I
MJG8361	8590044832	7455/0	21/01/2012	218 * I
MJR0054	8590045755	7455/0	06/02/2012	218 * I
MJR0054	8590045767	7455/0	06/02/2012	218 * I
MJT7438	8590046038	7463/0	20/02/2012	218 * II
MJU4939	8590045312	7455/0	23/01/2012	218 * I
MJV4568	8590044895	7455/0	29/01/2012	218 * I
MKI8149	8590045154	7463/0	22/01/2012	218 * II
MKL8189	8590045212	7455/0	21/01/2012	218 * I
MMA5720	8590046320	7455/0	17/02/2012	218 * I
MSJ7447	8590046425	7455/0	23/02/2012	218 * I
MYB3548	8590046189	7455/0	23/02/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 721/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 721/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADB5004	8590046268	7455/0	13/02/2012	218 * I
ADB5004	8590046276	7463/0	15/02/2012	218 * II
AEB6476	8590044986	7455/0	22/01/2012	218 * I
AHL4173	8590046063	7455/0	27/02/2012	218 * I
AJX5850	8590044820	7455/0	19/01/2012	218 * I
AKN3748	8590044715	7455/0	22/01/2012	218 * I
ANG0103	8590046431	7455/0	25/02/2012	218 * I
APQ1396	8590044712	7455/0	21/01/2012	218 * I
BGQ4623	8590046449	7455/0	19/02/2012	218 * I
BJF6699	8590046363	7455/0	21/02/2012	218 * I
BTR1300	8590046053	7455/0	25/02/2012	218 * I
BUO2060	8590046355	7455/0	19/02/2012	218 * I
CID3878	8590045180	7463/0	22/01/2012	218 * II
CKK9331	8590045668	7463/0	12/02/2012	218 * II
CKV8647	8590045956	7463/0	19/02/2012	218 * II
CME3013	8590046304	7455/0	22/02/2012	218 * I
COV3871	8590045981	7455/0	26/02/2012	218 * I
CZZ2932	8590045823	7455/0	12/02/2012	218 * I
DAX7276	8590045985	7455/0	14/02/2012	218 * I
DHP3786	8590045516	7455/0	03/02/2012	218 * I
DIS2756	8590045256	7455/0	16/01/2012	218 * I
DMG5298	8590045207	7471/0	19/01/2012	218 * III
DML3787	8590044827	7455/0	20/01/2012	218 * I
DNE3700	8590045443	7455/0	31/01/2012	218 * I
DRJ7473	8590044744	7455/0	20/01/2012	218 * I
DTB0646	8590044730	7455/0	16/01/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DWE6184	8590046156	7455/0	19/02/2012	218 * I
DWE6184	8590046262	7463/0	19/02/2012	218 * II
HIC3372	8590046131	7463/0	15/02/2012	218 * II
HPZ3087	8590046353	7471/0	18/02/2012	218 * III
HQX2134	8590045004	7455/0	25/01/2012	218 * I
HVO4313	8590045929	7455/0	14/02/2012	218 * I
HVO4313	8590046073	7455/0	17/02/2012	218 * I
HVO4313	8590046284	7455/0	17/02/2012	218 * I
IIL8305	8590046259	7455/0	18/02/2012	218 * I
IPT2497	8590046186	7455/0	23/02/2012	218 * I
JUG9762	8590045120	7455/0	27/01/2012	218 * I
JYH6788	8590045834	7455/0	13/02/2012	218 * I
KAB2218	8590045923	7455/0	25/02/2012	218 * I
KES1747	8590046181	7455/0	23/02/2012	218 * I
KMX3925	8590045270	7455/0	25/01/2012	218 * I
LVA2195	8590046081	7455/0	16/02/2012	218 * I
LWV4642	8590046036	7455/0	20/02/2012	218 * I
LWZ4535	8590046381	7455/0	15/02/2012	218 * I
LXD7163	8590044262	7455/0	03/01/2012	218 * I
LXD7163	8590044421	7455/0	03/01/2012	218 * I
LXG2315	8590045406	7455/0	04/02/2012	218 * I
LXK6454	8590045232	7455/0	24/01/2012	218 * I
LXK8379	8590045810	7463/0	09/02/2012	218 * II
LXM6954	8590044756	7455/0	21/01/2012	218 * I
LXR0253	8590045176	7455/0	21/01/2012	218 * I
LXS5840	8590046291	7455/0	19/02/2012	218 * I
LXU3945	8590045433	7455/0	05/02/2012	218 * I
LXV9295	8590046255	7463/0	27/02/2012	218 * II
LXV9300	8590045884	7455/0	18/02/2012	218 * I
LXW2999	8590046297	7463/0	20/02/2012	218 * II
LXX0070	8590045742	7455/0	13/02/2012	218 * I
LYH4244	8590046237	7455/0	24/02/2012	218 * I
LYH8555	8590045657	7455/0	08/02/2012	218 * I
LYH8555	8590045714	7455/0	08/02/2012	218 * I
LYY6211	8590044763	7463/0	22/01/2012	218 * II
LZA9802	8590045983	7455/0	14/02/2012	218 * I
LZF6185	8590045977	7455/0	25/02/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZS9959	8590046013	7455/0	18/02/2012	218 * I
LZW3283	8590046129	7455/0	15/02/2012	218 * I
MAA2993	8590045941	7455/0	16/02/2012	218 * I
MAA2993	8590045996	7463/0	16/02/2012	218 * II
MAH8238	8590046289	7455/0	19/02/2012	218 * I
MAM4935	8590046066	7455/0	27/02/2012	218 * I
MAO1836	8590045926	7455/0	26/02/2012	218 * I
MAR4543	8590045935	7455/0	15/02/2012	218 * I
MAR6129	8590046405	7455/0	19/02/2012	218 * I
MAR8714	8590046325	7463/0	23/02/2012	218 * II
MAT3021	8590044805	7455/0	17/01/2012	218 * I
MAU0926	8590045290	7455/0	16/01/2012	218 * I
MAX9222	8590046445	7455/0	18/02/2012	218 * I
MBE2663	8590044705	7455/0	21/01/2012	218 * I
MBE8240	8590044932	7463/0	29/01/2012	218 * II
MBG2374	8590046001	7455/0	16/02/2012	218 * I
MBO6129	8590045947	7455/0	18/02/2012	218 * I
MBP7252	8590045799	7455/0	12/02/2012	218 * I
MBS6128	8590045659	7455/0	10/02/2012	218 * I
MBV8614	8590044539	7455/0	10/01/2012	218 * I
MBZ1572	8590044761	7463/0	21/01/2012	218 * II
MBZ1572	8590045074	7455/0	21/01/2012	218 * I
MCA1506	8590046269	7455/0	14/02/2012	218 * I
MCA3725	8590045656	7455/0	12/02/2012	218 * I
MCE9019	8590045214	7455/0	21/01/2012	218 * I
MCH2665	8590044739	7455/0	17/01/2012	218 * I
MCJ8782	8590046296	7455/0	20/02/2012	218 * I
MCM1114	8590045052	7455/0	18/01/2012	218 * I
MCR5851	8590045948	7455/0	18/02/2012	218 * I
MCS9097	8590044789	7455/0	27/01/2012	218 * I
MCV3758	8590046118	7455/0	26/02/2012	218 * I
MCV5442	8590044336	7455/0	07/01/2012	218 * I
MCV6456	8590045887	7455/0	19/02/2012	218 * I
MCW1234	8590046223	7455/0	14/02/2012	218 * I
MCW2051	8590044899	7455/0	29/01/2012	218 * I
MCW8987	8590046083	7455/0	17/02/2012	218 * I
MCY7658	8590044828	7455/0	20/01/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO1128	8590045719	7455/0	10/02/2012	218 * I
MDO9407	8590046455	7455/0	26/02/2012	218 * I
MDQ6618	8590045563	7463/0	05/02/2012	218 * II
MDS2948	8590045945	7455/0	17/02/2012	218 * I
MDW6187	8590045871	7463/0	12/02/2012	218 * II
MDZ3615	8590046203	7455/0	25/02/2012	218 * I
MEC9612	8590045872	7455/0	13/02/2012	218 * I
MEH3965	8590045026	7455/0	29/01/2012	218 * I
MEK4074	8590046216	7463/0	26/02/2012	218 * II
MEL4071	8590044764	7455/0	22/01/2012	218 * I
MEL4071	8590045075	7455/0	22/01/2012	218 * I
MEL6671	8590045988	7455/0	14/02/2012	218 * I
MEN2725	8590045914	7455/0	20/02/2012	218 * I
MEN9852	8590046115	7455/0	24/02/2012	218 * I
MER8268	8590046229	7463/0	23/02/2012	218 * II
MES1199	8590045978	7455/0	26/02/2012	218 * I
MET0404	8590044940	7455/0	22/01/2012	218 * I
MEU4459	8590044878	7463/0	28/01/2012	218 * II
MEU4459	8590045021	7463/0	28/01/2012	218 * II
MEU7359	8590045647	7463/0	08/02/2012	218 * II
MFB1252	8590044971	7455/0	18/01/2012	218 * I
MFB1252	8590045064	7455/0	20/01/2012	218 * I
MFL1066	8590045921	7455/0	22/02/2012	218 * I
MFL5686	8590045259	7455/0	19/01/2012	218 * I
MFL6421	8590045916	7455/0	21/02/2012	218 * I
MFO6788	8590046440	7463/0	26/02/2012	218 * II
MFR0407	8590046161	7455/0	20/02/2012	218 * I
MFW4091	8590044881	7455/0	28/01/2012	218 * I
MFW8834	8590045486	7463/0	01/02/2012	218 * II
MFY9408	8590046324	7455/0	23/02/2012	218 * I
MFY5213	8590046092	7455/0	23/02/2012	218 * I
MFZ9020	8590045879	7455/0	15/02/2012	218 * I
MGA2584	8590046321	7455/0	18/02/2012	218 * I
MGC5860	8590045182	7463/0	22/01/2012	218 * II
MGE1793	8590045219	7455/0	22/01/2012	218 * I
MGG7842	8590046345	7455/0	15/02/2012	218 * I
MGH2560	8590045260	7455/0	20/01/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGH2560	8590046347	7455/0	16/02/2012	218 * I
MGH6787	8590045711	7455/0	08/02/2012	218 * I
MGI1323	8590044729	7455/0	31/01/2012	218 * I
MGI6053	8590045805	7455/0	07/02/2012	218 * I
MGL6347	8590044723	7455/0	26/01/2012	218 * I
MGL7728	8590045193	7455/0	28/01/2012	218 * I
MGL7873	8590046380	7455/0	15/02/2012	218 * I
MGM8467	8590044795	7463/0	29/01/2012	218 * II
MGM8529	8590045162	7455/0	29/01/2012	218 * I
MGP3699	8590045906	7455/0	27/02/2012	218 * I
MGQ7576	8590046070	7455/0	17/02/2012	218 * I
MGR4415	8590044939	7455/0	22/01/2012	218 * I
MGS4545	8590046293	7455/0	19/02/2012	218 * I
MGY7337	8590044822	7455/0	19/01/2012	218 * I
MGY7899	8590045733	7455/0	12/02/2012	218 * I
MGZ4983	8590046146	7455/0	17/02/2012	218 * I
MHC7508	8590046052	7455/0	25/02/2012	218 * I
MHF2366	8590046126	7455/0	14/02/2012	218 * I
MHH2306	8590045954	7455/0	19/02/2012	218 * I
MHH5996	8590045666	7455/0	11/02/2012	218 * I
MHI5464	8590045761	7455/0	07/02/2012	218 * I
MHJ0262	8590046047	7471/0	24/02/2012	218 * III
MHJ0795	8590045454	7455/0	01/02/2012	218 * I
MHN1154	8590045804	7455/0	14/02/2012	218 * I
MHP7667	8590046438	7455/0	25/02/2012	218 * I
MHR3486	8590045797	7455/0	12/02/2012	218 * I
MHS8983	8590045867	7471/0	13/02/2012	218 * III
MX0106	8590045943	7455/0	17/02/2012	218 * I
MIC6589	8590044950	7455/0	22/01/2012	218 * I
MID6914	8590045993	7455/0	16/02/2012	218 * I
MIF7400	8590045770	7455/0	07/02/2012	218 * I
MIJ8455	8590044753	7455/0	20/01/2012	218 * I
MIK3925	8590046308	7455/0	24/02/2012	218 * I
MIQ0386	8590046222	7455/0	14/02/2012	218 * I
MIT2561	8590045246	7463/0	28/01/2012	218 * II
MIT3655	8590045902	7455/0	26/02/2012	218 * I
MIV4676	8590045958	7463/0	20/02/2012	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJB0170	8590045233	7455/0	25/01/2012	218 * I
MJB0854	8590046096	7455/0	14/02/2012	218 * I
MJC0199	8590046194	7463/0	24/02/2012	218 * II
MJF1399	8590044817	7455/0	18/01/2012	218 * I
MJF8057	8590044758	7455/0	21/01/2012	218 * I
MJG8361	8590044832	7455/0	21/01/2012	218 * I
MJR0054	8590045755	7455/0	06/02/2012	218 * I
MJR0054	8590045767	7455/0	06/02/2012	218 * I
MJT7438	8590046038	7463/0	20/02/2012	218 * II
MJU4939	8590045312	7455/0	23/01/2012	218 * I
MJV4568	8590044895	7455/0	29/01/2012	218 * I
MKI8149	8590045154	7463/0	22/01/2012	218 * II
MKL8189	8590045212	7455/0	21/01/2012	218 * I
MMA5720	8590046320	7455/0	17/02/2012	218 * I
MSJ7447	8590046425	7455/0	23/02/2012	218 * I
MYB3548	8590046189	7455/0	23/02/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 723/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 720/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFV2439	LE00076824	7455/0	28/05/2008	R\$ 85,13	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 725/201

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 725/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGL0505	8590046840	7455/0	08/03/2012	218 * I
ATX5555	8590047039	7455/0	11/03/2012	218 * I
AVF1606	8590046807	7455/0	09/03/2012	218 * I
BAY3060	8590047084	7455/0	11/03/2012	218 * I
BPK3019	8590046733	7463/0	10/03/2012	218 * II
BPT9661	8590046781	7455/0	08/03/2012	218 * I
BYA6239	8590045338	7455/0	04/02/2012	218 * I
CLP9072	8590046783	7463/0	11/03/2012	218 * II
DEL5025	8590046976	7455/0	06/03/2012	218 * I
DMI1775	8590046006	7471/0	17/02/2012	218 * III
DML4214	8590047026	7455/0	10/03/2012	218 * I
DQE2821	8590046020	7455/0	18/02/2012	218 * I
DRB0505	8590045842	7455/0	08/02/2012	218 * I
EIA4542	8590046283	7463/0	17/02/2012	218 * II
GWA4161	8590046590	7455/0	01/03/2012	218 * I
HBM9345	8590045971	7455/0	24/02/2012	218 * I
IBP0251	8590045501	7463/0	03/02/2012	218 * II
IKE1953	8590047067	7455/0	07/03/2012	218 * I
INX1745	8590046252	7455/0	26/02/2012	218 * I
KOM1379	8590046842	7455/0	08/03/2012	218 * I
LND0356	8590046802	7463/0	09/03/2012	218 * II
LND0356	8590046813	7455/0	10/03/2012	218 * I
LWT2244	8590045043	7455/0	17/01/2012	218 * I
LWW0531	8590046929	7455/0	08/03/2012	218 * I
LXF8810	8590046025	7455/0	19/02/2012	218 * I
LXS3508	8590046768	7455/0	11/03/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXX4108	8590046560	7463/0	02/03/2012	218 * II
LXZ1075	8590046755	7455/0	09/03/2012	218 * I
LYD4857	8590046192	7455/0	24/02/2012	218 * I
LYE0655	8590046021	7455/0	18/02/2012	218 * I
LYN7952	8590046810	7455/0	09/03/2012	218 * I
LYO8019	8590046774	7455/0	12/03/2012	218 * I
LZC4167	8590046174	7455/0	22/02/2012	218 * I
LZR8772	8590045979	7455/0	26/02/2012	218 * I
MAJ8393	8590046940	7455/0	09/03/2012	218 * I
MAK0429	8590046861	7455/0	11/03/2012	218 * I
MAR4132	8590045658	7455/0	09/02/2012	218 * I
MAV1406	8590046910	7455/0	06/03/2012	218 * I
MAZ7561	8590047021	7455/0	08/03/2012	218 * I
MBC8284	8590044962	7455/0	17/01/2012	218 * I
MBF6486	8590046286	7455/0	18/02/2012	218 * I
MBH9024	8590046091	7455/0	23/02/2012	218 * I
MBL5413	8590045939	7455/0	16/02/2012	218 * I
MBQ1093	8590045448	7455/0	01/02/2012	218 * I
MBQ4489	8590046819	7455/0	11/03/2012	218 * I
MBU3025	8590045461	7455/0	02/02/2012	218 * I
MBV9605	8590046900	7455/0	11/03/2012	218 * I
MBY7943	8590046409	7455/0	20/02/2012	218 * I
MCE1867	8590046005	7463/0	17/02/2012	218 * II
MCE2255	8590046770	7455/0	11/03/2012	218 * I
MCH7054	8590040847	7455/0	09/11/2011	218 * I
MCI7076	8590046788	7455/0	06/03/2012	218 * I
MCK5858	8590047019	7455/0	08/03/2012	218 * I
MCM5167	8590047005	7455/0	11/03/2012	218 * I
MCN7797	8590047014	7455/0	08/03/2012	218 * I
MDC2278	8590046938	7463/0	09/03/2012	218 * II
MDE1277	8590046729	7455/0	10/03/2012	218 * I
MDK0478	8590045390	7463/0	01/02/2012	218 * II
MDN0968	8590045999	7455/0	16/02/2012	218 * I
MDV9068	8590046215	7455/0	26/02/2012	218 * I
MDX8943	8590045648	7455/0	08/02/2012	218 * I
MDY8807	8590045386	7471/0	01/02/2012	218 * III
MEE4545	8590045821	7455/0	12/02/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEH6294	8590041338	7455/0	16/11/2011	218 * I
MEM2787	8590046467	7455/0	28/02/2012	218 * I
MEO0851	8590046338	7455/0	26/02/2012	218 * I
MEP7456	8590045772	7455/0	07/02/2012	218 * I
MEP8093	8590047065	7463/0	07/03/2012	218 * II
MEX1766	8590046871	7455/0	09/03/2012	218 * I
MFA7088	8590046279	7463/0	16/02/2012	218 * II
MFF7340	8590046333	7463/0	25/02/2012	218 * II
MFF7560	8590046817	7455/0	11/03/2012	218 * I
MFJ1328	8590046127	7455/0	14/02/2012	218 * I
MFL1107	8590047020	7463/0	08/03/2012	218 * II
MGE1339	8590046200	7455/0	24/02/2012	218 * I
MGK2839	8590046745	7455/0	07/03/2012	218 * I
MGO4531	8590046391	7455/0	18/02/2012	218 * I
MGX3216	8590046795	7455/0	07/03/2012	218 * I
MGZ7354	8590046492	7455/0	05/03/2012	218 * I
MHB0702	8590046311	7455/0	26/02/2012	218 * I
MHE1378	8590046077	7455/0	22/02/2012	218 * I
MHG3205	8590046389	7455/0	18/02/2012	218 * I
MHO2266	8590047087	7455/0	11/03/2012	218 * I
MIG5835	8590046912	7455/0	06/03/2012	218 * I
MIH4575	8590046778	7455/0	09/03/2012	218 * I
MIO7572	8590046239	7455/0	24/02/2012	218 * I
MIP2105	8590046375	7455/0	13/02/2012	218 * I
MIR3028	8590046752	7455/0	09/03/2012	218 * I
MIY0596	8590046995	7455/0	11/03/2012	218 * I
MIY5971	8590046464	7455/0	05/03/2012	218 * I
MJA5875	8590045628	7463/0	11/02/2012	218 * II
MJI5781	8590047037	7455/0	11/03/2012	218 * I
MJQ9051	8590046878	7455/0	10/03/2012	218 * I
MJR3315	8590047030	7463/0	10/03/2012	218 * II
MLD5580	8590045512	7455/0	05/02/2012	218 * I
MMB8310	8590046753	7463/0	09/03/2012	218 * II
MUL5328	8590047044	7455/0	07/03/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 727/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 727/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALO9082	8590047420	7455/0	21/03/2012	218 * I
CXC7169	8590047319	7455/0	18/03/2012	218 * I
HRJ0953	8590046521	7455/0	04/03/2012	218 * I
IDO1295	8590045641	7463/0	06/02/2012	218 * II
IES0092	8590047240	7455/0	17/03/2012	218 * I
LXJ5330	8590047208	7455/0	16/03/2012	218 * I
LXN5915	8590047169	7455/0	15/03/2012	218 * I
LXO8282	8590047238	7463/0	17/03/2012	218 * II
LXS4977	8590047184	7463/0	17/03/2012	218 * II
LYQ2830	8590047177	7463/0	16/03/2012	218 * II
MAA2993	8590047124	7455/0	16/03/2012	218 * I
MBC0932	8590047237	7455/0	17/03/2012	218 * I
MBE3132	8590045859	7455/0	12/02/2012	218 * I
MBJ9710	8590045737	7455/0	12/02/2012	218 * I
MBX3213	8590047293	7455/0	13/03/2012	218 * I
MCA0795	8590045990	7455/0	15/02/2012	218 * I
MCJ2168	8590047268	7455/0	17/03/2012	218 * I
MCV6748	8590047150	7455/0	17/03/2012	218 * I
MCY9751	8590047016	7455/0	08/03/2012	218 * I
MDH3287	8590047168	7455/0	14/03/2012	218 * I
MDP0331	8590047173	7455/0	16/03/2012	218 * I
MDP0864	8590047145	7463/0	15/03/2012	218 * II
MDX0874	8590047163	7455/0	14/03/2012	218 * I
MEL1247	8590047243	7463/0	17/03/2012	218 * II
MES1988	8590047283	7455/0	15/03/2012	218 * I
MET8708	8590047280	7455/0	15/03/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFH3818	8590047411	7455/0	20/03/2012	218 * I
MFV9965	8590047180	7463/0	17/03/2012	218 * II
MFY2655	8590045950	7463/0	18/02/2012	218 * II
MGJ6146	8590047167	7455/0	14/03/2012	218 * I
MHB3732	8590047262	7455/0	16/03/2012	218 * I
MHB6416	8590047149	7455/0	17/03/2012	218 * I
MHH5564	8590047315	7455/0	22/03/2012	218 * I
MHH5564	8590047502	7463/0	22/03/2012	218 * II
MIB1456	8590047263	7463/0	17/03/2012	218 * II
MIX4430	8590046179	7455/0	23/02/2012	218 * I
MJD9048	8590047182	7455/0	17/03/2012	218 * I
MJF6577	8590047188	7455/0	12/03/2012	218 * I
MJI5781	8590047246	7455/0	12/03/2012	218 * I
MJK3032	8590047504	7455/0	20/03/2012	218 * I
MJN2082	8590047233	7463/0	14/03/2012	218 * II
NGN4627	8590047162	7463/0	14/03/2012	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 654/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 685 654/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BOT7261	8685031173	6050/3	13/02/2012	208
BUO2060	8685031214	6050/3	18/02/2012	208
BUO2060	8685031253	6050/3	22/02/2012	208
BUO2060	8685031297	6050/3	21/02/2012	208
BUO2060	8685031344	6050/3	18/02/2012	208
CAW0771	8685031288	6050/3	21/02/2012	208
DDD5652	8685030746	6050/3	17/01/2012	208
DGA8467	8685031167	6050/3	12/02/2012	208
DHZ9860	8685030966	6050/3	02/02/2012	208
DIY2182	8685030880	6050/3	22/01/2012	208
ILU9869	8685030707	6050/3	20/01/2012	208
JQQ9433	8685030460	6050/3	10/01/2012	208
KOF1319	8685031310	6050/3	15/02/2012	208
LWT3877	8685030577	6050/3	18/01/2012	208
LXG5490	8685031235	6050/3	19/02/2012	208
LXL0708	8685031005	6050/3	31/01/2012	208
LXY0352	8685030761	6050/3	18/01/2012	208
LYH3360	8685031257	6050/3	15/02/2012	208
LYL3238	8685031075	6050/3	10/02/2012	208
LYQ6934	8685030919	6050/3	26/01/2012	208
LYR6925	8685031165	6050/3	11/02/2012	208
LYX5010	8685030726	6050/3	27/01/2012	208
LZG0173	8685031202	6050/3	17/02/2012	208
LZL5931	8685031340	6050/3	17/02/2012	208
LZP2893	8685030795	6050/3	21/01/2012	208
MAO9522	8685030706	6050/3	18/01/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAP0677	8685030842	6050/3	18/01/2012	208
MBN9869	8685031262	6050/3	16/02/2012	208
MBT5191	8685030730	6050/3	29/01/2012	208
MBY8035	8685030670	6050/3	27/01/2012	208
MCL1466	8685031175	6050/3	13/02/2012	208
MCW1281	8685031296	6050/3	22/02/2012	208
MDA9739	8685031077	6050/3	10/02/2012	208
MDB8115	8685030931	6050/3	27/01/2012	208
MDQ0030	8685030704	6050/3	18/01/2012	208
MDU8268	8685030922	6050/3	26/01/2012	208
MEB9245	8685030658	6050/3	25/01/2012	208
MEC3192	8685031123	6050/3	09/02/2012	208
MEC4016	8685030933	6050/3	27/01/2012	208
MEG0472	8685030817	6050/3	24/01/2012	208
MEH8066	8685031281	6050/3	20/02/2012	208
MEK8169	8685031278	6050/3	19/02/2012	208
MEO1811	8685031168	6050/3	12/02/2012	208
MEP0840	8685031347	6050/3	22/02/2012	208
MEP1802	8685031170	6050/3	12/02/2012	208
MEW8296	8685030604	6050/3	16/01/2012	208
MEX2758	8685031144	6050/3	10/02/2012	208
MFB3153	8685031149	6050/3	10/02/2012	208
MFF2970	8685030946	6050/3	29/01/2012	208
MFI1537	8685031154	6050/3	11/02/2012	208
MFL3733	8685031059	6050/3	09/02/2012	208
MFQ2470	8685030831	6050/3	17/01/2012	208
MFV9858	8685031063	6050/3	09/02/2012	208
MFY7287	8685030675	6050/3	28/01/2012	208
MGB0322	8685030917	6050/3	26/01/2012	208
MGB2154	8685031312	6050/3	15/02/2012	208
MGD6984	8685030685	6050/3	29/01/2012	208
MGM0383	8685031261	6050/3	16/02/2012	208
MHA0745	8685031062	6050/3	09/02/2012	208
MHC4806	8685030661	6050/3	25/01/2012	208
MHH9680	8685031068	6050/3	10/02/2012	208
MIB2508	8685030897	6050/3	24/01/2012	208
MIM2359	8685031080	6050/3	11/02/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIM4386	8685031287	6050/3	21/02/2012	208
MIN0956	8685030753	6050/3	18/01/2012	208
MIO0347	8685030258	6050/3	05/01/2012	208
MJB6660	8685030637	6050/3	22/01/2012	208
MJV4367	8685030622	6050/3	19/01/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 656/201

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 685 656/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFJ6728	8685031458	6050/3	26/02/2012	208
AHG9147	8685031357	6050/3	24/02/2012	208
BOT5870	8685031421	6050/3	04/03/2012	208
KOM1379	8685031578	6050/3	01/03/2012	208
LCT0231	8685031467	6050/3	29/02/2012	208
LYY6439	8685031538	6050/3	04/03/2012	208
LZY7922	8685031475	6050/3	02/03/2012	208
MAK4492	8685031614	6050/3	03/03/2012	208
MAK9650	8685031604	6050/3	03/03/2012	208
MAO1836	8685031630	6050/3	04/03/2012	208
MAV9189	8685031631	6050/3	04/03/2012	208
MAY4572	8685031506	6050/3	27/02/2012	208
MAY9976	8685031413	6050/3	03/03/2012	208
MBS4254	8685031399	6050/3	01/03/2012	208
MCC8146	8685031582	6050/3	01/03/2012	208
MCN1812	8685031456	5673/2	25/02/2012	183
MDF9337	8685031377	6050/3	26/02/2012	208
MDN1733	8685031460	6050/3	26/02/2012	208
MDS6255	8685031393	6050/3	29/02/2012	208
MDW6493	8685031554	6050/3	29/02/2012	208
MEI4457	8685031376	6050/3	26/02/2012	208
MEO9967	8685031348	6050/3	22/02/2012	208
MFE6087	8685031530	6050/3	04/03/2012	208
MFE7764	8685031125	6050/3	09/02/2012	208
MFW1117	8685031442	6050/3	23/02/2012	208
MGD1719	8685031640	6050/3	04/03/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGF9019	8685031355	6050/3	23/02/2012	208
MGG0222	8685031412	6050/3	03/03/2012	208
MGN4488	8685031584	6050/3	02/03/2012	208
MHC4629	8685031562	6050/3	29/02/2012	208
MIX6045	8685031459	6050/3	26/02/2012	208
MJD1638	8685031464	6050/3	28/02/2012	208
MJG6219	8685031534	6050/3	04/03/2012	208
MJO0788	8685031052	6050/3	07/02/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 658/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 685 658/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFW4283	8685031870	6050/3	07/03/2012	208
AHZ7325	8685031001	6050/3	06/02/2012	208
BUO2060	8685031529	6050/3	04/03/2012	208
DDQ8629	8685031763	6050/3	08/03/2012	208
DRR0722	8685031732	6050/3	05/03/2012	208
EGW0575	8685031873	6050/3	07/03/2012	208
IIR1132	8685031849	6050/3	06/03/2012	208
KDK1782	8685031646	6050/3	05/03/2012	208
LLQ1100	8685031773	5673/2	08/03/2012	183
LNW4238	8685030960	6050/3	01/02/2012	208
LYV2001	8685031284	6050/3	20/02/2012	208
LYZ5008	8685031906	6050/3	09/03/2012	208
MAL4159	8685031085	6050/3	11/02/2012	208
MBP6318	8685031898	6050/3	09/03/2012	208
MBS7650	8685031868	6050/3	07/03/2012	208
MBW1376	8685031693	6050/3	10/03/2012	208
MBY2192	8685031336	6050/3	17/02/2012	208
MCN3851	8685031725	6050/3	10/03/2012	208
MCY5277	8685031286	6050/3	21/02/2012	208
MDJ4508	8685031764	6050/3	08/03/2012	208
MDZ6178	8685031191	6050/3	15/02/2012	208
MEE6944	8685031856	6050/3	06/03/2012	208
MEF4376	8685031003	6050/3	30/01/2012	208
MFK0001	8685031801	6050/3	11/03/2012	208
MFW1117	8685031704	6050/3	11/03/2012	208
MGA1225	8685031171	6050/3	12/02/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGD1719	8685031845	6050/3	06/03/2012	208
MGJ3842	8685031655	6050/3	06/03/2012	208
MGP5913	8685030139	6050/3	07/01/2012	208
MGV4514	8685029082	6050/3	10/12/2011	208
MHC7995	8685031701	6050/3	10/03/2012	208
MHF4949	8685031658	6050/3	06/03/2012	208
MHO3726	8685030965	6050/3	02/02/2012	208
MIY5971	8685031823	6050/3	05/03/2012	208
MJB0854	8685031840	6050/3	05/03/2012	208
MJH6379	8685031830	6050/3	05/03/2012	208
MJS7639	8685031682	6050/3	08/03/2012	208
MML2910	8685031661	6050/3	06/03/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 660/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 685 658/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFW4283	8685031870	6050/3	07/03/2012	208
AHZ7325	8685031001	6050/3	06/02/2012	208
BUO2060	8685031529	6050/3	04/03/2012	208
DDQ8629	8685031763	6050/3	08/03/2012	208
DRR0722	8685031732	6050/3	05/03/2012	208
EGW0575	8685031873	6050/3	07/03/2012	208
IIR1132	8685031849	6050/3	06/03/2012	208
KDK1782	8685031646	6050/3	05/03/2012	208
LLQ1100	8685031773	5673/2	08/03/2012	183
LNW4238	8685030960	6050/3	01/02/2012	208
LYV2001	8685031284	6050/3	20/02/2012	208
LYZ5008	8685031906	6050/3	09/03/2012	208
MAL4159	8685031085	6050/3	11/02/2012	208
MBP6318	8685031898	6050/3	09/03/2012	208
MBS7650	8685031868	6050/3	07/03/2012	208
MBW1376	8685031693	6050/3	10/03/2012	208
MBY2192	8685031336	6050/3	17/02/2012	208
MCN3851	8685031725	6050/3	10/03/2012	208
MCY5277	8685031286	6050/3	21/02/2012	208
MDJ4508	8685031764	6050/3	08/03/2012	208
MDZ6178	8685031191	6050/3	15/02/2012	208
MEE6944	8685031856	6050/3	06/03/2012	208
MEF4376	8685031003	6050/3	30/01/2012	208
MFK0001	8685031801	6050/3	11/03/2012	208
MFW1117	8685031704	6050/3	11/03/2012	208
MGA1225	8685031171	6050/3	12/02/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGD1719	8685031845	6050/3	06/03/2012	208
MGJ3842	8685031655	6050/3	06/03/2012	208
MGP5913	8685030139	6050/3	07/01/2012	208
MGV4514	8685029082	6050/3	10/12/2011	208
MHC7995	8685031701	6050/3	10/03/2012	208
MHF4949	8685031658	6050/3	06/03/2012	208
MHO3726	8685030965	6050/3	02/02/2012	208
MIY5971	8685031823	6050/3	05/03/2012	208
MJB0854	8685031840	6050/3	05/03/2012	208
MJH6379	8685031830	6050/3	05/03/2012	208
MJS7639	8685031682	6050/3	08/03/2012	208
MML2910	8685031661	6050/3	06/03/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE MAIO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:51h Página: 1

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: 1o. Quadrimestre/2012
PODER EXECUTIVO
Sistema - Pública-COP
Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo V - Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
PNAE	75.096,11 D	6.410,72 C	68.685,39 D
PNAE Superávit	19.047,11 D	9.928,98 C	9.118,13 D
PMAT	639,82 D	0,00	639,82 D
PMAT Superavit	152,54 C	0,00	152,54 C
PNAC	64.379,41 D	8.287,25 C	56.092,16 D
FUNDEB 60%	910.415,35 D	502.378,15 C	408.037,20 D
CIDE	35.321,54 D	0,00	35.321,54 D
CIDE Superávit	8.879,76 C	0,00	8.879,76 C
Multas de Trânsito PMG	453.500,76 D	145.920,04 C	307.580,72 D
Salário Educação	1.248.261,95 D	26.003,90 C	1.222.258,05 D
Salário Educação Superávit	15.223,03 D	28.665,15 C	13.442,12 C
PEJA Superavit	232,25 D	0,00	232,25 D
Peja	13,08 D	0,00	13,08 D
PNAFM	421.813,53 D	0,00	421.813,53 D
PNAFM Superavit	85.065,33 C	0,00	85.065,33 C
PNAP - Programa Nacional de alimentação Pre-escola	33.027,07 D	2.804,20 C	30.222,87 D
PNATE	16.351,31 D	200,00 C	16.151,31 D
PNATE Superávit	708,50 D	0,00	708,50 D
Defesa Civil Doações Anterior	45.627,96 D	8.535,00 C	37.092,96 D
PNAEJA - Programa Nacional de Alimentação Educação de Jovens e Adultos	16.591,95 D	0,00	16.591,95 D
Multas de Trânsito PM	330.141,94 D	26.807,91 C	303.334,03 D
Multas de Trânsito PC	478.492,04 D	46.518,85 C	431.973,19 D
Multa de Transito PMG Superávit	55.821,45 C	131.145,02 C	186.966,47 C
COSIP	221.299,28 D	162.074,80 C	59.224,48 D
COSIP Superávit	6.545,53 C	67.959,75 C	74.505,28 C
Transporte Escolar Estado	181.346,05 D	0,00	181.346,05 D
Transporte Escolar Estado superavit	53.719,98 C	0,00	53.719,98 C
Multa de Transito PC Superávit	1.639.878,09 D	27.705,75 C	1.612.172,34 D
Multa de Transito PM Superavit	68.551,77 D	32.083,75 C	36.468,02 D
Expo Gaspar	150,12 D	0,00	150,12 D
Expo Gaspar Superavit	1.972,73 D	0,00	1.972,73 D
Convênio Federal - Contrato nr 0256186-44/2008	1.748,77 D	0,00	1.748,77 D
Convênio federal - Contrato nr 0256186-44/2008 Superavit	1.748,77 C	0,00	1.748,77 C
Conv. federal - Aquisição de Mob/ Equip - Ed. Fundamental 655856/2009	63.043,68 D	0,00	63.043,68 D
Conv. federal Superavit - Aquisição de Mob/ Equip - Ed. Infantil 655856/2009	142.186,44 D	0,00	142.186,44 D
Funrebompom PM	310,96 D	0,00	310,96 D



Impresso em 28/05/2012 às 09:51h Página: 2

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: 1o. Quadrimestre/2012
PODER EXECUTIVO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo V - Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa

Convênio Federal - Contrato nr. 0257932-99/2008	1.431,76 D	0,00	1.431,76 D
FUNDEB 40%	243.789,24 D	143.298,22 C	100.491,02 D
Convênio federal - Contrato nr 0258332-59/2008	84.888,31 D	0,00	84.888,31 D
Convênio federal - Contrato nr 0258332-59/2008 Superavit	84.888,31 C	0,00	84.888,31 C
Convênio Federal - Construção /Reforma Escola , Quadras Esportivas	6.910,00 D	0,00	6.910,00 D
Convênio Federal - Ginásio Zenaide Schmitt Costa contrato 0266599-42	4.261,05 C	0,00	4.261,05 C
Convênio Federal - Ginásio Norma Monica Sabel contrato 0266604-18	44.733,97 D	0,00	44.733,97 D
Convênio Federal - Ginásio Norma Mônica Sabel contrato 0266604-18 Superávit	25.788,72 D	0,00	25.788,72 D
Convênio Federal - Ginásio Vila Isabel contrato 0281832-85	56.379,53 C	16.811,82 C	73.191,35 C
Conv. Federal - Ginásio Vila Isabel contrato 0281832-85 superavit	51.156,45 D	0,00	51.156,45 D
Convênio Federal - CDI Sete de Setembro	64.623,66 C	0,00	64.623,66 C
Convênio Federal Superavit - CDI Sete de Setembro	187.468,74 D	155.154,89 C	32.313,85 D
Convênio Federal - Escola Luiz Franzoi	10.919,33 C	0,00	10.919,33 C
Convênio Federal Superavit - Escola Luiz Franzoi	38.295,93 D	0,00	38.295,93 D
Convênio Corpo de Bombeiros Militar	146.668,34 D	5.045,23 C	141.623,11 D
Convênio Federal - Drenagem Pluvial PAC contrato 292760-59	1.417.929,22 C	0,00	1.417.929,22 C
Convênio Federal- Drenagem Bairro Santa Terezinha	2.153.758,36 D	0,00	2.153.758,36 D
Convênio Federal - Drenagem Bairro Santa Terezinha Superávit	42.812,08 D	0,00	42.812,08 D
CFM - Compensação financeira Mineral	96.937,79 D	0,00	96.937,79 D
Compensação Financeira Mineral Superavit	165.288,55 C	45.784,29 C	211.072,84 C
Convênio Federal - Rua João Pedro Silva Contrato 257757-74	1.150,19 D	0,00	1.150,19 D
Cartão da Defesa Civil	9.359,72 D	0,00	9.359,72 D
Convênio Federal - Reforma Ponte	1.223.475,72 D	0,00	1.223.475,72 D
Convênio Federal - Rua Leopoldo Alberto Schramm contrato 310054-02	16.098,83 C	0,00	16.098,83 C
Doação Santander	37.803,64 D	0,00	37.803,64 D
Alienação de bens	283,09 D	0,00	283,09 D
FEP - Fundo Especial de petroleo	116.374,04 D	279,05 C	116.094,99 D
Convênio Federal - Rua José Anastacio da Silva contrato 299670-16	103.149,20 D	103.149,20 C	0,00
Convênio Federal - Urbanização da cohab contrato 299658-50	285,04 D	0,00	285,04 D
Convênio federal - Contrato nr 0257932-99/2008 Superavit	1.431,76 C	0,00	1.431,76 C
Convênio Federal - Estabilização do Morro do SAMAE contrato P.S.	0,00	1.308.916,09 C	1.308.916,09 C
Conv. Fed. Reforma da Ponte Superávit	334.745,56 C	0,00	334.745,56 C
PNAC Superávit	14.802,41 C	3.491,43 C	18.293,84 C
PNAEJA Superávit	3.570,44 C	1.523,90 C	5.094,34 C
Superavit - Convênio Corpo de Bombeiros Militar	3.127,02 C	2.421,30 C	5.548,32 C
FEP - Fundo Especial de Petróleo Superavit	39.638,55 C	890,01 C	40.528,56 C
Superavit - Convênio Federal - Rua João Pedro Silva Contrato 257757-74	1.150,19 C	0,00	1.150,19 C
Alienação de Bens - Superavit	156,27 C	0,00	156,27 C
PNAP Superávit	2.790,04 C	4.177,63 C	6.967,67 C
Convênio Federal - Aquisição de Ônibus	212.731,20 D	0,00	212.731,20 D
Convênio Federal- Implantação de Praças de esporte e Cultura OGU	21.950,00 D	0,00	21.950,00 D
Convênio Federal Superávit - Rua José Anastacio da Silva contrato 299670-16	0,00	28.104,88 C	28.104,88 C

Impresso em 28/05/2012 às 09:51h Página: 3

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: 1o. Quadrimestre/2012
PODER EXECUTIVO
Sistema - Pública-COP
Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo V - Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa

TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	8.902.840,05 D	3.052.477,16 C	5.850.362,89 D
Próprio	3.128.560,17 D	617.111,49 C	2.511.448,68 D
Próprio Superávit	209.139,51 D	141.646,07 C	67.493,44 D
Educação 25%	2.899.319,53 D	189.835,13 C	2.709.484,40 D
Saúde 15%	772.197,80 D	0,00	772.197,80 D
Precatório	25.378,16 C	0,00	25.378,16 C
Proprio - Restos	0,00	25.661,34 C	25.661,34 C
Educação 25% Anterior	628,06 D	628,06 C	0,00
Defesa Civil Doações	6.404,74 D	0,00	6.404,74 D
Convênio Radio Patrulha	376.385,79 D	139,90 C	376.245,89 D
Convênio Radio Patrulha Superávit	7.854,06 C	6.797,99 C	14.652,05 C
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	7.359.403,38 D	981.819,98 C	6.377.583,40 D
TOTAL(III) = (I+II)	16.262.243,43 D	4.034.297,14 C	12.227.946,29 D
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	0,00	0,00	0,00

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório de Gestão Fiscal

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:39h Página: 1

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período: Maio/2011 a Abril/2012
PODER EXECUTIVO
Sistema - Pública-COP
Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Mai/2011 a Abr/2012	
	LIQUIDADAS	INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	49.232.422,99	0,00
Pessoal ativo	47.160.012,78	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	1.699.485,21	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da	372.925,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	262.014,52	0,00
Indenizações por demissão e incentivos a demissão voluntária	262.014,52	0,00
Decorrentes de decisões judiciais	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	48.970.408,47	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	48.970.408,47	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	109.600.457,94	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	44,68	
LIMITE MÁXIMO (INCISOS I,II E III, ART. 20 DA LRF) - 54%	59.184.247,29	
LIMITE PRUDENCIAL (PARAG. ÚNICO, ART 22 DA LRF) - 51,30%	56.225.034,92	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009



Relatório de Gestão Fiscal

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:40h Página: 1

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: 1o. Quadrimestre/2012

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo III - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

RGF - ANEXO III (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e Art. 40, § 1º)

R\$

GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.o Quadrimestre	Até o 2.o Quadrimestre	Até o 3.o Quadrimestre
EXTERNAS (I)	868.310,70 C	863.045,96 C		
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00		
Outras garantias nos Termos da LRF	868.310,70 C	863.045,96 C		
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	868.310,70 C	863.045,96 C		
INTERNAS (II)	0,00	0,00		
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00		
Precatórios posteriores a 5.5.2000	0,00	0,00		
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		
Total das garantias concedidas (III)=(I+II)	868.310,70 C	863.045,96 C		
Receita Corrente Líquida (IV)	0,00	0,00		
% do Total das Garantias s/ RCL	0,00	0,00		
Limite def. por Resolução do Senado Federal (*)				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.o Quadrimestre	Até o 2.o Quadrimestre	Até o 3.o Quadrimestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00		
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00		
PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS	0,00	0,00		
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		
De Tributos	0,00	0,00		
INTERNAS (VI)	0,00	0,00		
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00		
De Contribuições Sociais	0,00	0,00		
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		
Previdenciárias	0,00	0,00		
Total das Contragarantias (VII)=(V+VI)	0,00	0,00		

Nota: (*) 0,00% Referente a R.C.L dos últimos 12 meses

Pedro Celso Zuchi
Prefeito MunicipalMichael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de DespesasSheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório de Gestão Fiscal

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 15:19h Página: 1

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: 1o. Quadrimestre/2012

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo VII - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa total com Pessoal - DTP	48.970.408,47	44,68
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	59.184.247,29	54,00
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)	56.225.034,92	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-28.172.323,29	-25,71
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	131.520.549,53	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	0,00	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de crédito Externas e Internas	201.776,00	0,18
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite definido pelo Senado Federal Operações de Crédito Externas e Internas	17.536.073,27	16,00
Limite definido pelo Senado Federal Operações de Crédito por Antec. da Receita	7.672.032,06	7,00

Pedro Celso Zuchi
Prefeito MunicipalMichael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de DespesasSheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:02h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
 CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Balanço Orçamentário

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	255.285.565,00	255.285.565,00	25.025.480,38	9,80	42.801.284,54	16,77	212.484.280,46
Receitas Correntes	128.735.550,00	128.735.550,00	22.442.514,29	17,43	39.060.541,97	30,34	89.675.008,03
Receita Tributária	21.206.880,00	21.206.880,00	6.386.208,09	30,11	8.678.976,02	40,93	12.527.903,98
Impostos	16.537.000,00	16.537.000,00	5.325.387,26	32,20	7.111.979,18	43,01	9.425.020,82
Taxas	4.659.880,00	4.659.880,00	1.060.556,71	22,76	1.566.373,14	33,61	3.093.506,86
Contribuição de Melhoria	10.000,00	10.000,00	264,12	2,64	623,70	6,24	9.376,30
Receitas de Contribuições	1.926.000,00	1.926.000,00	316.391,22	16,43	466.958,85	24,25	1.459.041,15
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.	1.926.000,00	1.926.000,00	316.391,22	16,43	466.958,85	24,25	1.459.041,15
Receita Patrimonial	2.265.353,00	2.265.353,00	535.697,31	23,65	968.931,23	42,77	1.296.421,77
Receitas Imobiliárias	31.700,00	31.700,00	5.131,65	16,19	6.559,18	20,69	25.140,82
Receitas de Valores Mobiliários	1.963.653,00	1.963.653,00	438.863,31	22,35	870.669,70	44,34	1.092.983,30
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	270.000,00	270.000,00	91.702,35	33,96	91.702,35	33,96	178.297,65
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	9.478.300,00	9.478.300,00	1.583.058,73	16,70	2.766.011,40	29,18	6.712.288,60
Transferências Correntes	85.616.695,60	85.616.695,60	12.272.890,99	14,33	23.775.515,49	27,77	61.841.180,11
Transferências Intergovernamentais	73.934.765,60	73.934.765,60	12.146.291,65	16,43	23.648.500,15	31,99	50.286.265,45
Transferências de Instituições Privadas	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00

Impresso em 28/05/2012 às 09:02h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Balanço Orçamentário							
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	99.600,00	99.600,00	830,00	0,83	1.246,00	1,25	98.354,00
Transferências de Convênios	11.382.330,00	11.382.330,00	125.769,34	1,10	125.769,34	1,10	11.256.560,66
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	8.242.321,40	8.242.321,40	1.348.267,95	16,36	2.404.148,98	29,17	5.838.172,42
Multas e Juros de Mora	4.644.030,00	4.644.030,00	780.879,25	16,81	1.264.778,07	27,23	3.379.251,93
Indenizações e Restituições	331.710,00	331.710,00	69.373,76	20,91	79.403,58	23,94	252.306,42
Receita da Dívida Ativa	3.012.581,40	3.012.581,40	492.648,00	16,35	1.054.154,20	34,99	1.958.427,20
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Diversas	254.000,00	254.000,00	5.366,94	2,11	5.813,13	2,29	248.186,87
Receitas de Capital	126.550.015,00	126.550.015,00	2.582.966,09	2,04	3.740.742,57	2,96	122.809.272,43
Operações de Crédito	30.817.000,00	30.817.000,00	201.776,00	0,65	201.776,00	0,65	30.615.224,00
Operações de Crédito Internas	30.817.000,00	30.817.000,00	201.776,00	0,65	201.776,00	0,65	30.615.224,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Alienação de Bens Móveis	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	95.698.015,00	95.698.015,00	2.381.190,09	2,49	3.538.966,57	3,70	92.159.048,43
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	95.698.015,00	95.698.015,00	2.381.190,09	2,49	3.538.966,57	3,70	92.159.048,43
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Banco Central do Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Proveniente de Amortização de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa da Alienação de Estoques de Café -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	120.600,00	120.600,00	12.766,82	10,59	17.178,11	14,24	103.421,89
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	255.406.165,00	255.406.165,00	25.038.247,20	9,80	42.818.462,65	16,76	212.587.702,35

Impresso em 28/05/2012 às 09:02h Página: 3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Balanço Orçamentário							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	255.406.165,00	255.406.165,00	25.038.247,20	9,80	42.818.462,65	16,76	212.587.702,35
DÉFICIT (VI)						0,00	
TOTAL (VII) = (V + VI)	255.406.165,00	255.406.165,00	25.038.247,20	9,80	42.818.462,65		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(Utilizados para créditos adicionais)						14.447.907,00	
Superavit Financeiro						14.447.907,00	
Reabertura de créditos adicionais						0,00	

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			Saldo a liquidar (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-OR) (VIII)	252.889.565,00	16.873.907,00	269.763.472,00	23.824.098,22	67.736.988,73	21.297.240,55	36.154.489,94	13,40	233.608.982,06
Despesas Correntes	101.478.497,00	8.956.221,36	110.434.718,36	19.002.284,34	52.205.524,11	18.353.640,74	30.079.433,33	27,24	80.355.285,03
Pessoal e Encargos Socia	55.169.600,35	298.073,11	55.467.673,46	9.064.520,33	17.067.713,83	8.975.197,18	16.542.226,48	29,82	38.925.446,98
Juros e Encargos da Dívi	350.000,00	0,00	350.000,00	-78,23	264.929,75	39.651,60	86.111,81	24,60	263.888,19
Outras Despesas Corrente	45.958.896,65	8.658.148,25	54.617.044,90	9.937.842,24	34.872.880,53	9.338.791,96	13.451.095,04	24,63	41.165.949,86
Despesas de Capital	151.294.508,00	7.917.685,64	159.212.193,64	4.821.813,88	15.531.464,62	2.943.599,81	6.075.056,61	3,82	153.137.137,03
Investimentos	150.232.772,00	7.917.685,64	158.150.457,64	4.821.813,88	14.619.728,64	2.788.060,41	5.756.601,92	3,64	152.393.855,72
Amortização da Dívida	1.061.736,00	0,00	1.061.736,00	0,00	911.735,98	155.539,40	318.454,69	29,99	743.281,31
RESERVA DE CONTINGENCIA	116.560,00	0,00	116.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.560,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	116.560,00	0,00	116.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.560,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMEN.) (IX)	120.600,00	0,00	120.600,00	1.542,44	108.919,17	15.830,07	24.278,20	20,13	96.321,80
SUBTOTAL DESPESAS (X)=(VIII + IX)	253.010.165,00	16.873.907,00	269.884.072,00	23.825.640,66	67.845.907,90	21.313.070,62	36.178.768,14	13,41	233.705.303,86

Impresso em 28/05/2012 às 09:02h Página: 4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Balanço Orçamentário									
Amortização Dívida/Refinanciam. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	253.010.165,00	16.873.907,00	269.884.072,00	23.825.640,66	67.845.907,90	21.313.070,62	36.178.768,14	13,41	233.705.303,86
SUPERÁVIT (XIII)							6.639.694,51		
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	253.010.165,00	16.873.907,00	269.884.072,00	23.825.640,66	67.845.907,90	21.313.070,62	42.818.462,65		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS	120.600,00	120.600,00	12.766,82	10,59	17.178,11	14,24	103.421,89
Receitas correntes intra-orçamentárias	120.600,00	120.600,00	12.766,82	10,59	17.178,11	14,24	103.421,89
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Impresso em 28/05/2012 às 09:02h Página: 5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Balanço Orçamentário							
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	120.600,00	120.600,00	12.766,82	10,59	17.178,11	14,24	103.421,89
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Impresso em 28/05/2012 às 09:02h Página: 6

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Balanço Orçamentário							
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Banco Central do Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Proveniente de Amortização de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa da Alienação de Estoques de Café -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	120.600,00	120.600,00	12.766,82	10,59	17.178,11	14,24	103.421,89

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			Saldo a liquidar (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESA	120.600,00	0,00	120.600,00	1.542,44	108.919,17	15.830,07	24.278,20	20,13	96.321,80
Despesas Correntes	120.600,00	0,00	120.600,00	1.542,44	108.919,17	15.830,07	24.278,20	20,13	96.321,80
Outras Despesas Correntes	120.600,00	0,00	120.600,00	1.542,44	108.919,17	15.830,07	24.278,20	20,13	96.321,80
TOTAL	120.600,00	0,00	120.600,00	1.542,44	108.919,17	15.830,07	24.278,20	20,13	96.321,80

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:04h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIALPeríodo de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo a liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (I)	252.889.565,00	269.763.472,00	23.824.098,22	67.736.988,73	21.297.240,55	36.154.489,94	99,93	13,40	233.608.982,06
LEGISLATIVA	3.353.000,00	3.353.000,00	369.180,39	919.206,78	382.435,72	749.153,52	2,07	22,34	2.603.846,48
AÇÃO LEGISLATIVA	3.353.000,00	3.353.000,00	369.180,39	919.206,78	382.435,72	749.153,52	2,07	22,34	2.603.846,48
ESSENCIAL À JUSTIÇA	972.000,00	987.400,00	122.851,23	253.251,21	125.841,42	228.437,85	0,63	23,14	758.962,15
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E	972.000,00	987.400,00	122.851,23	253.251,21	125.841,42	228.437,85	0,63	23,14	758.962,15
ADMINISTRAÇÃO	18.230.230,00	18.935.145,31	1.418.056,84	6.050.234,63	1.998.089,15	3.533.818,14	9,77	18,66	15.401.327,17
ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.103.860,00	9.338.801,00	715.910,34	1.870.837,33	785.215,10	1.437.176,63	3,97	15,39	7.901.624,37
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	8.718.786,00	9.138.760,31	636.397,38	3.917.507,27	1.108.655,77	1.974.416,72	5,46	21,60	7.164.343,59
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	28.000,00	28.000,00	0,00	1.370,00	1.370,00	1.370,00	0,00	4,89	26.630,00
COMUNICAÇÃO SOCIAL	320.584,00	370.584,00	65.749,12	260.520,03	102.848,28	120.854,79	0,33	32,61	249.729,21
HABITAÇÃO URBANA	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00
SEGURANÇA PÚBLICA	1.588.300,00	2.088.008,00	255.058,91	844.668,77	317.197,84	444.192,31	1,23	21,27	1.643.815,69
POLICIAMENTO	1.262.060,00	1.683.768,00	223.327,24	687.001,78	266.261,75	353.856,35	0,98	21,02	1.329.911,65
DEFESA CIVIL	326.240,00	404.240,00	31.731,67	157.666,99	50.936,09	90.335,96	0,25	22,35	313.904,04
ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.746.140,00	7.526.949,44	343.981,92	3.202.967,89	672.208,36	1.218.950,75	3,37	16,19	6.307.998,69
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO	3.311.140,00	3.337.449,10	3.810,00	1.715.726,04	256.342,67	475.959,96	1,32	14,26	2.861.489,14
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.435.000,00	4.189.500,34	340.171,92	1.487.241,85	415.865,69	742.990,79	2,05	17,73	3.446.509,55
SAÚDE	16.609.500,00	21.061.068,83	4.753.662,84	8.594.305,71	2.840.457,21	5.184.313,50	14,33	24,62	15.876.755,33
ATENÇÃO BÁSICA	13.702.100,00	15.080.702,51	2.384.034,66	5.318.125,47	2.282.089,53	4.384.343,31	12,12	29,07	10.696.359,20
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E	2.527.000,00	5.474.266,32	2.285.561,23	3.156.744,17	509.806,68	738.718,57	2,04	13,49	4.735.547,75
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	240.400,00	283.100,00	35.084,52	43.727,74	25.084,52	25.467,74	0,07	9,00	257.632,26
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	140.000,00	223.000,00	48.982,43	75.708,33	23.476,48	35.783,88	0,10	16,05	187.216,12
EDUCAÇÃO	34.942.650,00	36.248.267,63	6.318.217,01	12.407.821,78	5.209.455,67	8.758.567,57	24,21	24,16	27.489.700,06
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.202.850,00	1.289.862,94	220.989,77	505.508,74	209.340,16	295.947,51	0,82	22,94	993.915,43
ENSINO FUNDAMENTAL	19.771.680,00	20.362.747,48	3.314.464,45	5.927.842,74	2.708.237,74	4.355.633,45	12,04	21,39	16.007.114,03
EDUCAÇÃO INFANTIL	10.655.120,00	11.087.657,21	2.061.760,70	4.490.994,54	1.665.414,60	2.978.523,66	8,23	26,86	8.109.133,55
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.313.000,00	3.313.000,00	526.002,09	1.288.475,76	581.463,17	1.083.462,95	2,99	32,70	2.229.537,05
EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	195.000,00	195.000,00	195.000,00	45.000,00	45.000,00	0,12	23,08	150.000,00

Impresso em 28/05/2012 às 09:04h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo a liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
CULTURA	441.252,00	441.252,00	38.394,47	164.595,82	35.956,29	63.681,59	0,18	14,43	377.570,41
DIFUSÃO CULTURAL	441.252,00	441.252,00	38.394,47	164.595,82	35.956,29	63.681,59	0,18	14,43	377.570,41
URBANISMO	119.244.097,00	127.966.718,12	7.221.118,75	22.655.303,76	6.058.106,90	10.089.173,45	27,89	7,88	117.877.544,67
DEFESA CIVIL	6.067.500,00	6.067.500,00	0,00	541.465,03	216.563,84	307.543,45	0,85	5,07	5.759.956,55
INFRA-ESTRUTURA URBANA	102.688.197,00	109.813.413,01	6.721.186,61	16.800.752,93	5.268.623,84	7.526.050,24	20,80	6,85	102.287.362,77
SERVIÇOS URBANOS	8.751.900,00	10.225.528,16	485.805,79	5.099.785,08	533.607,08	2.199.214,30	6,08	21,51	8.026.313,86
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.736.500,00	1.860.276,95	14.126,35	213.300,72	39.312,14	56.365,46	0,16	3,03	1.803.911,49
HABITAÇÃO	3.689.500,00	3.689.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.689.500,00
HABITAÇÃO URBANA	3.689.500,00	3.689.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.689.500,00
SANEAMENTO	12.428.000,00	12.474.000,00	1.833.560,63	8.001.317,70	2.002.581,90	3.431.731,28	9,49	27,51	9.042.268,72
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	12.428.000,00	12.474.000,00	1.833.560,63	8.001.317,70	2.002.581,90	3.431.731,28	9,49	27,51	9.042.268,72
GESTÃO AMBIENTAL	21.995.400,00	22.113.373,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.113.373,17
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	21.920.500,00	22.038.473,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.038.473,17
CONTROLE AMBIENTAL	74.900,00	74.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.900,00
AGRICULTURA	2.758.000,00	2.758.000,00	266.311,50	844.273,79	432.477,06	628.287,43	1,74	22,78	2.129.712,57
EXTENSÃO RURAL	2.758.000,00	2.758.000,00	266.311,50	844.273,79	432.477,06	628.287,43	1,74	22,78	2.129.712,57
INDÚSTRIA	100.000,00	100.000,00	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	100.000,00	100.000,00	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.319.000,00	2.319.000,00	6.236,00	72.336,00	19.236,00	28.336,00	0,08	1,22	2.290.664,00
TURISMO	2.319.000,00	2.319.000,00	6.236,00	72.336,00	19.236,00	28.336,00	0,08	1,22	2.290.664,00
TRANSPORTE	2.489.200,00	2.718.493,50	516.557,82	1.765.804,54	681.087,98	948.496,57	2,62	34,89	1.769.996,93
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.489.200,00	2.718.493,50	516.557,82	1.765.804,54	681.087,98	948.496,57	2,62	34,89	1.769.996,93
DESPORTO E LAZER	3.455.000,00	3.455.000,00	357.888,14	781.134,62	326.918,05	442.783,48	1,22	12,82	3.012.216,52
DESPORTO DE RENDIMENTO	280.000,00	280.000,00	117,00	1.792,00	670,00	670,00	0,00	0,24	279.330,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	2.171.000,00	2.171.000,00	279.164,14	694.559,62	247.982,05	362.752,48	1,00	16,71	1.808.247,52
LAZER	1.004.000,00	1.004.000,00	78.607,00	84.783,00	78.266,00	79.361,00	0,22	7,90	924.639,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.411.736,00	1.411.736,00	-78,23	1.176.665,73	195.191,00	404.566,50	1,12	28,66	1.007.169,50
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.411.736,00	1.411.736,00	-78,23	1.176.665,73	195.191,00	404.566,50	1,12	28,66	1.007.169,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	116.560,00	116.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.560,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	116.560,00	116.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.560,00

Impresso em 28/05/2012 às 09:04h Página: 3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo a liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	120.600,00	120.600,00	1.542,44	108.919,17	15.830,07	24.278,20	0,07	20,13	96.321,80
TOTAL (III) = (I + II)	253.010.165,00	269.884.072,00	23.825.640,66	67.845.907,90	21.313.070,62	36.178.768,14	100,00	13,41	233.705.303,86

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo a liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	120.600,00	120.600,00	1.542,44	108.919,17	15.830,07	24.278,20	100,00	20,13	96.321,80
ADMINISTRAÇÃO	13.200,00	13.200,00	0,00	11.700,00	1.248,39	2.297,36	9,46	17,40	10.902,64
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.500,00	2.500,00	0,00	1.000,00	139,62	265,77	1,09	10,63	2.234,23
ADMINISTRAÇÃO	10.700,00	10.700,00	0,00	10.700,00	1.108,77	2.031,59	8,37	18,99	8.668,41
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	10.700,00	10.700,00	0,00	10.700,00	1.108,77	2.031,59	8,37	18,99	8.668,41
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.300,00	4.300,00	61,62	2.661,62	276,80	490,16	2,02	11,40	3.809,84
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	4.300,00	4.300,00	61,62	2.661,62	276,80	490,16	2,02	11,40	3.809,84
SAÚDE	10.600,00	10.600,00	1.480,82	2.057,55	1.480,82	2.057,55	8,47	19,41	8.542,45
ATENÇÃO BÁSICA	10.600,00	10.600,00	1.480,82	2.057,55	1.480,82	2.057,55	8,47	19,41	8.542,45
EDUCAÇÃO	71.500,00	71.500,00	0,00	71.500,00	11.026,02	16.463,26	67,81	23,03	55.036,74
ENSINO FUNDAMENTAL	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00	5.279,11	8.130,02	33,49	20,33	31.869,98
EDUCAÇÃO INFANTIL	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	5.674,93	8.220,18	33,86	27,40	21.779,82
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00	71,98	113,06	0,47	7,54	1.386,94
CULTURA	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00	163,50	286,74	1,18	14,34	1.713,26
DIFUSÃO CULTURAL	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00	163,50	286,74	1,18	14,34	1.713,26
URBANISMO	10.500,00	10.500,00	0,00	10.500,00	1.012,36	1.839,23	7,58	17,52	8.660,77
INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.500,00	7.500,00	0,00	7.500,00	375,14	765,12	3,15	10,20	6.734,88
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00	637,22	1.074,11	4,42	35,80	1.925,89
AGRICULTURA	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
EXTENSÃO RURAL	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
DESPORTO E LAZER	7.500,00	7.500,00	0,00	7.500,00	622,18	843,90	3,48	11,25	6.656,10

Impresso em 28/05/2012 às 09:04h Página: 4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
 CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo a liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPORTO COMUNITÁRIO	7.500,00	7.500,00	0,00	7.500,00	622,18	843,90	3,48	11,25	6.656,10
TOTAL	120.600,00	120.600,00	1.542,44	108.919,17	15.830,07	24.278,20	100,00	20,13	96.321,80

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
 Secretário Administração e Finanças
 Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
 Diretora de Contabilidade
 CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:05h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Maio/2011 a Abril/2012

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Maio/2011	Junho/2011	Julho/2011	Agosto/2011	Setembro/2011	Outubro/2011	Novembro/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	9.470.895,61	9.346.609,41	9.187.908,76	9.551.042,93	8.860.173,98	9.700.988,62	9.479.739,32
Receitas tributárias	1.530.472,28	1.448.810,69	1.439.724,85	1.878.451,24	1.215.241,27	1.039.221,54	1.453.342,49
IPTU	215.738,38	80.727,21	232.399,64	100.050,67	210.179,87	68.266,03	189.017,51
ISS	512.610,50	756.569,18	674.545,73	658.054,03	591.352,67	541.086,80	567.663,55
ITBI	183.358,13	269.915,16	175.834,58	220.542,77	47.172,05	115.008,32	104.612,31
IRRF	62.748,23	29.224,20	62.531,31	195.561,68	62.000,46	8.168,33	286.519,36
Outras receitas tributárias	556.017,04	312.374,94	294.413,59	704.242,09	304.536,22	306.692,06	305.529,76
Receita de contribuições	150.612,08	155.712,69	144.027,28	147.472,57	148.699,87	146.400,87	159.370,24
Receita Patrimonial	299.865,73	433.591,30	370.644,78	335.162,89	360.203,37	205.206,91	311.609,04
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	729.016,22	687.244,52	691.626,81	689.355,78	714.381,83	761.914,86	684.008,08
Transferências Correntes	6.293.298,92	6.124.445,62	6.081.066,21	6.030.637,88	5.986.904,36	6.647.283,87	6.427.504,10
Cota-Parte FPM	1.702.755,71	1.536.856,98	1.307.367,03	1.348.572,49	1.076.608,03	1.415.125,23	1.495.134,00
Cota-Parte do ICMS	1.894.960,36	1.895.458,77	2.021.046,33	2.006.323,24	2.062.607,75	2.146.474,19	2.228.084,36
Cota-Parte do IPVA	454.010,35	469.203,18	421.208,88	479.316,32	455.655,77	431.867,48	334.354,14
Cota-Parte do ITR	665,37	1.259,58	798,80	1.998,72	4.621,39	28.399,62	1.494,01
Transferências da LC 87/1996	10.960,04	10.960,04	10.960,04	10.960,04	10.960,04	10.960,04	10.960,04
Transferências da LC 61/1989	28.728,62	36.762,42	77.379,86	36.254,11	33.608,49	90.519,56	44.529,02
Transferências do FUNDEB	1.463.571,71	1.429.289,86	1.396.017,16	1.421.330,83	1.464.422,79	1.536.527,49	1.528.926,11
Outras Transferências correntes	737.646,76	744.654,79	846.288,11	725.882,13	878.420,10	987.410,26	784.022,42
Outras receitas correntes	467.630,38	496.804,59	460.818,83	469.962,57	434.743,28	900.960,57	443.905,37
DEDUÇÕES (II)	818.942,89	791.097,57	760.134,39	778.267,77	732.472,25	838.553,06	824.049,70
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	818.942,89	791.097,57	760.134,39	778.267,77	732.472,25	838.553,06	824.049,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	8.651.952,72	8.555.511,84	8.427.774,37	8.772.775,16	8.127.701,73	8.862.435,56	8.655.689,62

Impresso em 28/05/2012 às 09:05h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Maio/2011 a Abril/2012

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

R\$

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Dezembro/2011	Janeiro/2012	Fevereiro/2012	Março/2012	Abril/2012	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2012
RECEITAS CORRENTES (I)	11.356.415,27	9.021.968,08	9.351.436,96	12.975.165,68	11.252.390,08	119.554.734,70	140.124.331,40
Receitas tributárias	1.549.500,46	1.068.528,52	1.224.239,41	4.405.441,36	1.980.766,73	20.233.740,84	21.206.880,00
IPTU	101.798,56	3.510,58	241.960,45	2.915.498,48	232.145,10	4.591.292,48	5.110.000,00
ISS	654.720,11	672.324,48	422.530,27	830.390,49	782.934,23	7.664.782,04	8.130.000,00
ITBI	144.134,42	109.746,68	172.438,78	196.862,71	135.358,18	1.874.984,09	2.110.000,00
IRRF	325.665,05	56.142,77	107.937,91	105.081,98	127.116,09	1.428.697,37	1.187.000,00
Outras receitas tributárias	323.182,32	226.804,01	279.372,00	357.607,70	703.213,13	4.673.984,86	4.669.880,00
Receita de contribuições	307.138,24	0,00	150.567,63	151.691,12	164.700,10	1.826.392,69	1.926.000,00
Receita Patrimonial	253.370,45	197.202,73	236.031,19	268.350,26	267.347,05	3.538.585,70	2.265.353,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	762.378,40	524.597,30	658.355,37	789.837,67	793.221,06	8.485.937,90	9.478.300,00
Transferências Correntes	7.644.823,17	6.626.064,36	6.631.937,50	6.662.313,30	7.395.619,16	78.551.898,45	97.005.477,00
Cota-Parte FPM	2.514.309,66	1.580.281,06	1.911.589,99	1.298.274,89	1.636.252,19	18.823.127,26	21.808.907,00
Cota-Parte do ICMS	2.230.260,50	2.516.622,86	2.120.045,21	2.415.398,51	2.556.975,88	26.094.257,96	29.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	309.560,91	217.459,19	341.729,68	459.587,41	444.798,92	4.818.752,23	5.000.000,00
Cota-Parte do ITR	2.831,86	2.090,40	537,82	159,46	291,40	45.148,43	20.000,00
Transferências da LC 87/1996	10.960,04	12.488,94	12.488,94	12.473,05	12.473,05	137.604,30	145.000,00
Transferências da LC 61/1989	50.371,12	19.928,63	41.626,36	37.034,42	39.296,19	536.038,80	470.000,00
Transferências do FUNDEB	1.584.135,17	1.599.798,07	1.489.193,05	1.565.199,43	1.652.517,71	18.130.929,38	18.617.050,00
Outras Transferências correntes	942.393,91	677.395,21	714.726,45	874.186,13	1.053.013,82	9.966.040,09	21.444.520,00
Outras receitas correntes	839.204,55	605.575,17	450.305,86	697.531,97	650.735,98	6.918.179,12	8.242.321,40
DEDUÇÕES (II)	870.340,30	869.773,97	885.603,39	844.585,37	940.456,10	9.954.276,76	11.388.781,40
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	870.340,30	869.773,97	885.603,39	844.585,37	940.456,10	9.954.276,76	11.388.781,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	10.486.074,97	8.152.194,11	8.465.833,57	12.130.580,31	10.311.933,98	109.600.457,94	128.735.550,00

Nota: Não devem ser consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as Receitas Intraorçamentárias.

Impresso em 28/05/2012 às 09:05h Página: 3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Maio/2011 a Abril/2012
CONSOLIDADO
Sistema - Pública-COP
Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

R\$

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:14h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo VI - Demonstrativo do Resultado Nominal

RREO - Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	3.797.434,63	3.634.519,34	3.678.846,11
Deduções (II)	24.242.593,63	29.771.785,12	32.250.367,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	29.221.469,36	32.114.820,27	33.535.631,68
Demais Haveres Financeiros	56.706,45	57.176,97	58.008,67
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	5.035.582,18	2.400.212,12	1.343.272,92
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-20.445.159,00	-26.137.265,78	-28.571.521,32
Receita de Privatizações (IV)		0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	427.833,57	413.556,62	399.198,03
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-20.872.992,57	-26.550.822,40	-28.970.719,35

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-2.419.896,95	-8.097.726,78

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-31.431.624,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	0,00	0,00	0,00

Pedro Celso Zuchi
Prefeito MunicipalMichael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de DespesasSheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Impresso em 28/05/2012 às 09:14h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo VI - Demonstrativo do Resultado Nominal

RREO - Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:17h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIALPeríodo de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo VII - Demonstrativo do Resultado Primário

RREO - ANEXO VII (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$

RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
		No Bimestre	Até o bimestre/2012	Até o bimestre/2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	126.892.497,00	22.016.417,80	38.207.050,38	32.656.875,87
Receitas tributárias	21.206.880,00	6.386.208,09	8.678.976,02	7.400.558,09
IPTU	5.110.000,00	3.147.643,58	3.393.114,61	2.857.965,36
ISS	8.130.000,00	1.613.324,72	2.708.179,47	2.458.554,18
ITBI	2.110.000,00	332.220,89	614.406,35	449.384,09
IRRF	1.187.000,00	232.198,07	396.278,75	386.544,00
Outras Receitas Tributárias	4.669.880,00	1.060.820,83	1.566.996,84	1.248.110,46
Receitas de Contribuições	1.926.000,00	316.391,22	466.958,85	594.723,97
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	1.926.000,00	316.391,22	466.958,85	594.723,97
Receita Patrimonial Líquida	301.700,00	96.834,00	98.261,53	11.639,23
Receita patrimonial	2.265.353,00	535.697,31	968.931,23	935.832,11
(-) Aplicações Financeiras	1.963.653,00	438.863,31	870.669,70	924.192,88
Transferências Correntes	85.616.695,60	12.272.890,99	23.775.515,49	20.426.259,96
FPM	17.447.125,60	2.347.621,71	5.141.118,62	4.726.769,22
ICMS	23.600.000,00	3.977.899,66	7.687.234,30	6.008.509,99
Convênios	11.382.330,00	125.769,34	125.769,34	36.640,42
Outras Transferências Correntes	33.187.240,00	5.821.600,28	10.821.393,23	9.654.340,33
Demais Receitas Correntes	17.841.221,40	2.944.093,50	5.187.338,49	4.223.694,62
Dívida Ativa	3.012.581,40	492.648,00	1.054.154,20	765.475,05
Diversas Receitas Correntes	14.828.640,00	2.451.445,50	4.133.184,29	3.458.219,57
RECEITAS DE CAPITAL (II)	126.550.015,00	2.582.966,09	3.740.742,57	600.980,01
Operações de Crédito (III)	30.817.000,00	201.776,00	201.776,00	381.600,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	35.000,00	0,00	0,00	28.700,00
Transferências de Capital	95.698.015,00	2.381.190,09	3.538.966,57	190.680,01
Convênios	95.698.015,00	2.381.190,09	3.538.966,57	190.680,01
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	95.698.015,00	2.381.190,09	3.538.966,57	190.680,01
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	222.590.512,00	24.397.607,89	41.746.016,95	32.847.555,88

Impresso em 28/05/2012 às 09:17h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo VII - Demonstrativo do Resultado Primário

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
		No Bimestre	Até o bimestre/2012	Até o bimestre/2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	110.555.318,36	18.369.470,81	30.103.711,53	24.409.198,75
Pessoal e Encargos Sociais	55.467.673,46	8.975.197,18	16.542.226,48	14.363.005,34
Juros e Encargos da Dívida (IX)	350.000,00	39.651,60	86.111,81	105.301,56
Outras despesas Correntes	54.737.644,90	9.354.622,03	13.475.373,24	9.940.891,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	110.205.318,36	18.329.819,21	30.017.599,72	24.303.897,19
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	159.212.193,64	2.943.599,81	6.075.056,61	1.687.193,22
Investimentos	158.150.457,64	2.788.060,41	5.756.601,92	1.385.090,24
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.061.736,00	155.539,40	318.454,69	302.102,98
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	158.150.457,64	2.788.060,41	5.756.601,92	1.385.090,24
Reserva de Contingência (XVI)	116.560,00			
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	268.472.336,00	21.117.879,62	35.774.201,64	25.688.987,43
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-45.881.824,00	3.279.728,27	5.971.815,31	7.158.568,45
Saldo de Exercícios Anteriores	-----	-----	8.316.881,49 D	
Discriminação da Meta Fiscal			Valor Corrente	
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			-31.368.917,00	

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:05h 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
 CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo IX - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

RREO - ANEXO IX (LRF, Art. 53, inciso V)

R\$

PODER/ÓRGÃO	RAP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Liquidados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ) (I)	33.488,27	5.002.093,91	116,12	3.692.193,14	1.343.272,92	0,00	4.724.159,70	71.165,49	1.616.237,03	1.615.859,03	3.037.135,18
EXECUTIVO											
Prefeitura Municipal de Gaspar	33.488,27	4.698.088,24	116,12	3.392.028,72	1.339.431,67	0,00	1.419.621,42	4.274,43	1.159.019,65	1.159.019,65	256.327,34
Fundo Municipal de Saúde	0,00	147.790,46	0,00	143.949,21	3.841,25	0,00	3.270.886,35	61.053,46	430.945,81	430.917,81	2.778.915,08
Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	109.714,17	0,00	109.714,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundação Municipal de Esportes	0,00	2.781,21	0,00	2.781,21	0,00	0,00	17.470,71	5.837,60	10.573,45	10.573,45	1.059,66
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	0,00	43.719,83	0,00	43.719,83	0,00	0,00	16.181,22	0,00	15.698,12	15.348,12	833,10
LEGISLATIVO											
Câmara	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENT) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I +II)	33.488,27	5.002.093,91	116,12	3.692.193,14	1.343.272,92	0,00	4.724.159,70	71.165,49	1.616.237,03	1.615.859,03	3.037.135,18

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
 Secretário Administração e Finanças
 Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
 Diretora de Contabilidade

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:19h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo X - Demonstrativo das receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

RREO – ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)
1-Receita de impostos	18.876.000,00	18.876.000,00	5.828.575,26	7.882.193,76	41,76
1.1-Receita resultante do IPTU	6.645.000,00	6.645.000,00	3.619.477,25	4.055.158,23	61,03
1.1.1-Imposto s/ propriedade predial e territorial urbana IPTU	5.110.000,00	5.110.000,00	3.146.651,54	3.395.031,52	66,44
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	2.547,24	2.777,40	13,89
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	980.000,00	980.000,00	380.874,10	533.439,71	54,43
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	535.000,00	535.000,00	88.412,33	125.826,51	23,52
1.1.5-(-) Deduções da receita do IPTU	0,00	0,00	992,04	-1.916,91	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	2.142.000,00	2.142.000,00	332.220,89	614.406,35	28,68
1.2.1-Imposto sobre a transmissão Inter Vivos - ITBI	2.110.000,00	2.110.000,00	332.220,89	614.406,35	29,12
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	8.902.000,00	8.902.000,00	1.644.679,05	2.816.350,43	31,64
1.3.1-Imposto sobre Serviços de qualquer natureza - ISS	8.130.000,00	8.130.000,00	1.614.529,31	2.709.384,06	33,33
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	32.000,00	32.000,00	7.819,39	10.189,63	31,84
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	590.000,00	590.000,00	10.460,03	74.659,96	12,65
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	13.074,91	23.321,37	15,55
1.3.5-(-) Deduções do ISS	0,00	0,00	-1.204,59	-1.204,59	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	1.187.000,00	1.187.000,00	232.198,07	396.278,75	33,38
1.4.1-Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.187.000,00	1.187.000,00	232.198,07	396.278,75	33,38
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-Imposto territorial rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	56.943.907,00	56.943.907,00	8.913.015,37	17.689.904,45	31,07
2.1-Cota Parte FPM	21.808.907,00	21.808.907,00	2.934.527,08	6.426.398,13	29,47
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	21.808.907,00	21.808.907,00	2.934.527,08	6.426.398,13	29,47
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	29.500.000,00	29.500.000,00	4.972.374,39	9.609.042,46	32,57
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	145.000,00	145.000,00	24.946,10	49.923,98	34,43
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	470.000,00	470.000,00	76.330,61	137.885,60	29,34
2.5-Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	450,86	3.079,08	15,40
2.6-Cota-Parte IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	904.386,33	1.463.575,20	29,27
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	75.819.907,00	75.819.907,00	14.741.590,63	25.572.098,21	33,73



Impresso em 28/05/2012 às 09:19h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo X - Demonstrativo das receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	8.560,00	8.560,00	739,61	2.001,17	23,38
5-Transferências do FNDE	2.239.150,00	2.239.150,00	462.092,29	841.135,13	37,56
5.1-Transferências do Salário-Educação	1.565.300,00	1.565.300,00	276.796,42	636.205,57	40,64
5.2-Outras transferências do FNDE	613.190,00	613.190,00	163.473,06	163.473,06	26,66
5.3-Aplicação financeira dos recursos do FNDE	60.660,00	60.660,00	21.822,81	41.456,50	68,34
6-Transferências de convênios	417.300,00	417.300,00	134.540,49	146.142,53	35,02
6.1-Transferências de convênios	416.230,00	416.230,00	125.769,34	125.769,34	30,22
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	1.070,00	1.070,00	8.771,15	20.373,19	1.904,0
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	212.853,87	212.887,20	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	2.665.010,00	2.665.010,00	810.226,26	1.202.166,03	45,11

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	11.388.781,40	11.388.781,40	1.785.041,47	3.540.418,83	31,09
10.1-Cota Parte FPM	4.361.781,40	4.361.781,40	586.905,37	1.285.279,51	29,47
10.2-Cota Parte ICMS	5.900.000,00	5.900.000,00	994.474,73	1.921.808,16	32,57
10.3-ICMS Desoneração	29.000,00	29.000,00	4.989,22	9.984,78	34,43
10.4-Cota Parte IPI-Exportação	94.000,00	94.000,00	15.266,14	27.577,14	29,34
10.5-Cota Parte ITR	4.000,00	4.000,00	2.528,91	3.054,52	76,36
10.6-Cota Parte IPVA	1.000.000,00	1.000.000,00	180.877,10	292.714,72	29,27
11-Receitas recebidas do FUNDEB	18.708.000,00	18.708.000,00	3.244.107,34	6.352.370,13	33,96
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	18.617.050,00	18.617.050,00	3.217.717,14	6.306.708,26	33,88
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	90.950,00	90.950,00	26.390,20	45.661,87	50,21
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	7.228.268,60	7.228.268,60	1.432.675,67	2.766.289,43	38,27

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	14.078.000,00	14.431.448,27	2.852.674,52	4.744.909,52	32,88
13.1-Com Educação Infantil	5.583.000,00	5.760.448,27	1.137.133,02	2.040.787,35	35,43
13.2-Com Ensino Fundamental	8.495.000,00	8.671.000,00	1.715.541,50	2.704.122,17	31,19
14-OUTRAS DESPESAS	4.630.000,00	4.630.000,00	786.002,00	1.452.380,66	31,37
14.1-Com Educação Infantil	1.735.000,00	1.735.000,00	309.326,95	563.627,43	32,49
14.2-Com Ensino Fundamental	2.895.000,00	2.895.000,00	476.675,05	888.753,23	30,70
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	18.708.000,00	19.061.448,27	3.638.676,52	6.197.290,18	32,51

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	353.448,27
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	353.448,27
19-MÍNIMO 60% FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC INFANTIL E ENSINO FUND ((13-18)/(11)x100)%	69,13

Impresso em 28/05/2012 às 09:19h Página: 3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo X - Demonstrativo das receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	353.448,27
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012	353.448,27

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3)	18.954.976,75	18.954.976,75	3.685.397,66	6.393.024,55	33,73
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	9.308.170,00	9.680.618,27	1.699.664,86	2.916.987,04	30,13
23.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	7.318.000,00	7.495.448,27	1.446.459,97	2.604.414,78	34,75
23.2-Custeadas com outros recursos de impostos	1.990.170,00	2.185.170,00	253.204,89	312.572,26	14,30
24-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	18.822.380,00	18.998.380,00	3.062.247,22	5.041.496,93	26,54
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	11.390.000,00	11.566.000,00	2.192.216,55	3.592.875,40	31,06
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	7.432.380,00	7.432.380,00	870.030,67	1.448.621,53	19,49
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-Ensino Profissional não integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	987.000,00	987.000,00	60.872,85	117.635,73	11,92
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	29.117.550,00	29.665.998,27	4.822.784,93	8.076.119,70	27,22

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)	2.766.289,43
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício	0,00
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)	45.661,87
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	353.448,27
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos	0,00
35-Restos a pagar inscritos sem disp financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00
36-Cancelamento de restos a pagar inscritos com disp financ de rec imp vinculados ao ensino = (46g)	561,62
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	3.165.961,19
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	4.792.522,78
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %	18,74

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (t)=(e/d)
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	1.615.300,00	1.633.339,97	160.890,10	201.032,77	12,31
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	4.281.300,00	4.721.404,73	236.806,66	497.878,36	10,55
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	5.896.600,00	6.354.744,70	397.696,76	698.911,13	11,00
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	35.014.150,00	36.020.742,97	5.220.481,69	8.775.030,83	24,36

Impresso em 28/05/2012 às 09:19h Página: 4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo X - Demonstrativo das receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	Saldo Até o Bimestre	Cancelado em 2012 (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	247.052,42	561,62
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	Valor	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	465.472,31	0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.306.708,26	0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.663.637,85	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	45.661,87	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.154.204,59	0,00

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:21h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril/2012

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo XVI - Demonstrativo da Receita de Impostos e Despesas próprias com Saúde

RREO - ANEXO XVI (ADCT, Art. 77)

R\$

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas realizadas	
			Jan a Abr/2012 (b)	% (b/a)
Receita de Impostos Líquidas e Transferências constitucionais e Legais (I)	75.819.907,00	75.819.907,00	25.572.098,21	33,73
Impostos	16.537.000,00	16.537.000,00	7.111.979,18	43,01
Impostos s/ a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.110.000,00	5.110.000,00	3.393.114,61	66,40
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.130.000,00	8.130.000,00	2.708.179,47	33,31
Impostos s/ Transmissão Intervivos - Bens e Direitos s/ Imóveis - ITBI	2.110.000,00	2.110.000,00	614.406,35	29,12
Impostos s/ a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	1.187.000,00	1.187.000,00	396.278,75	33,38
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	2.339.000,00	2.339.000,00	770.214,58	32,93
Multas e Juros Resultantes de Impostos	53.000,00	53.000,00	12.967,03	24,47
Receita da Dívida Ativa de Impostos	1.600.000,00	1.600.000,00	608.099,67	38,01
Multas e Juros de mora da Dívida Ativa dos impostos	686.000,00	686.000,00	149.147,88	21,74
Receitas de Transfêrencias constitucionais e legais	56.943.907,00	56.943.907,00	17.689.904,45	31,07
Da União	21.973.907,00	21.973.907,00	6.479.401,19	29,49
Cota-parte Fundo de Participação dos Municípios - FPM	21.808.907,00	21.808.907,00	6.426.398,13	29,47
Cota-parte do Imposto sobre a propriedade territorial rural - ITR	20.000,00	20.000,00	3.079,08	15,40
Transferência Financeira aos Estados, DF e Municípios - LC 87/96	145.000,00	145.000,00	49.923,98	34,43
Do Estado	34.970.000,00	34.970.000,00	11.210.503,26	32,06
Cota-parte do ICMS	29.500.000,00	29.500.000,00	9.609.042,46	32,57
Cota-parte do IPI - Exportação	470.000,00	470.000,00	137.885,60	29,34
Cota-parte do IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	1.463.575,20	29,27
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS (II)	6.302.600,00	6.302.600,00	2.071.946,72	32,87
Da União para o Município	5.824.600,00	5.824.600,00	1.888.199,72	32,42
Do Estado para o Município	478.000,00	478.000,00	183.747,00	38,44
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Operações de crédito vinculadas a Saúde (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções para o Fundeb	11.388.781,40	11.388.781,40	3.540.418,83	31,09
Total das Receitas	70.733.725,60	70.733.725,60	24.103.626,10	34,08



Impresso em 28/05/2012 às 09:21h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril/2012

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo XVI - Demonstrativo da Receita de Impostos e Despesas próprias com Saúde

RREO - ANEXO XVI (ADCT, Art. 77)

R\$

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Despesas Liquidadas	
			Jan a Abr/2012 (d)	% (d/c)
Despesas Correntes	14.725.960,00	17.735.796,46	4.900.902,55	27,63
Pessoal e encargos sociais	10.122.534,35	10.122.534,35	3.355.797,20	33,15
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	4.603.425,65	7.613.262,11	1.545.105,35	20,29
Despesas de Capital	1.894.140,00	3.335.872,37	285.468,50	8,56
Investimentos	1.894.140,00	3.335.872,37	285.468,50	8,56
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (IV)	16.620.100,00	21.071.668,83	5.186.371,05	24,61

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas	
			Jan a Abr/2012 (e)	% (e/IV)
Despesas com Saúde(V) = (IV)	16.620.100,00	21.071.668,83	5.186.371,05	100,00
(-) Despesas com inativos e pensionistas	0,00	0,00	17.463,36	0,34
(-) Despesas custeadas com recursos vinculados a saúde	6.754.100,00	8.358.360,58	1.645.736,25	31,73
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	6.554.100,00	8.087.360,58	1.625.268,51	31,34
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	200.000,00	271.000,00	20.467,74	0,39
(-) Restos à Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios Vinculados	-	-	-	-
Total das Despesas Próprias com Saúde (VI)	9.866.000,00	12.713.308,25	3.523.171,44	67,93

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em 31 de dezembro de 2011	Cancelados em 2012 (f)
Restos a pagar de Despesas próprias com ações e serviços públicos de Saúde(VII)	3.418.676,81	61.053,46

Participação das Despesas Próprias com Saúde na receita de Impostos e Transferências constitucionais legais - Limite Constitucional 15,00% [(VI - VII f)/I]	13,54
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE Por Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas	
			Jan a Abr/2012 (g)	%(g/Tot)
ATENÇÃO BÁSICA	13.712.700,00	15.091.302,51	4.386.400,86	84,58
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.527.000,00	5.474.266,32	738.718,57	14,24
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	240.400,00	283.100,00	25.467,74	0,49
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	140.000,00	223.000,00	35.783,88	0,69
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Próprias com Saúde	16.620.100,00	21.071.668,83	5.186.371,05	100,00

Impresso em 28/05/2012 às 09:21h Página: 3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril/2012

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo XVI - Demonstrativo da Receita de Impostos e Despesas próprias com Saúde

RREO - ANEXO XVI (ADCT, Art. 77)

R\$

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 28/05/2012 às 09:36h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo XVIII - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Mar a Abr/2012	Até Abr/2012	
RECEITAS			
Previsão inicial	255.406.165,00	255.406.165,00	
Previsão atualizada	255.406.165,00	255.406.165,00	
Receitas realizadas	25.038.247,20	42.818.462,65	
Déficit Orçamentário	0,00	0,00	
Saldo de exercícios anteriores (Utilizados para créditos adicionais)	0,00	14.447.907,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial	253.010.165,00	253.010.165,00	
Créditos Adicionais	16.873.907,00	16.873.907,00	
Dotação Atualizada	269.884.072,00	269.884.072,00	
Despesas empenhadas	23.825.640,66	67.845.907,90	
Despesas liquidadas	21.313.070,62	36.178.768,14	
Superávit Orçamentário	3.725.176,58	6.639.694,51	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Mar a Abr/2012	Até Abr/2012	
Despesas empenhadas	23.825.640,66	67.845.907,90	
Despesas liquidadas	21.313.070,62	36.178.768,14	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até Abr/2012	
Receita Corrente Líquida		109.600.457,94	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Mar a Abr/2012	Até Abr/2012	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos			
Receitas previdenciárias realizadas (IV)	0,00	0,00	
Despesas previdenciárias liquidadas (V)	0,00	0,00	
Resultado previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado até o bimestre	% em Relação à Meta
	(a)	(b)	(b/a)
Resultado Nominal	-31.431.624,00	-8.097.726,78	25,76
Resultado Primário	-31.368.917,00	5.971.815,31	-19,04

Impresso em 28/05/2012 às 09:36h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Abril 2012/Bimestre Março-Abril
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo XVIII - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$

RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.035.582,18	116,12	3.692.193,14	1.343.272,92
Poder Executivo	5.035.582,18	116,12	3.692.193,14	1.343.272,92
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.724.159,70	71.165,49	1.615.859,03	3.037.135,18
Poder Executivo	4.724.159,70	71.165,49	1.615.859,03	3.037.135,18
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	9.759.741,88	71.281,61	5.308.052,17	4.380.408,10

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Mar a Abr/2012	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Abr/2012
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na MDE	4.792.522,78	25,00	18,74
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na remuneração com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	4.391.461,25	60,00	69,13
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
 Secretário Administração e Finanças
 Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
 Diretora de Contabilidade
 CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato Registro de Preço 752012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial - Registro de Preço 75/2012
Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: 13/06/2011 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 13/06/2011 às 14:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 28/05/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 613/2012

PORTARIA Nº 613/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 25 de Maio de 2012 até 20 de Novembro de 2012, conforme preceitua o Artigo 107 da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora EDNA MARIA MENDES (Matr. 2865), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível - 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Maio de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 014/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0077/2012
TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2012

UNIDADE GESTORA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para a execução de pavimentação de ruas em paralelepípedos no município de Herval d'Oeste com fornecimento de Material e mão de obra.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até as 14h00min horas do dia 15/06/2012.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 214.972,76 (duzentos e quatorze mil novecentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos).

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 30 de maio de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2363/2012

DECRETO N.º 2.363, DE 23 DE MAIO DE 2012.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DO FUNDEB"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 88, inciso VII da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal n.º 346, de 15 de maio de 2007, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para integrarem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - Conselho do FUNDEB:

I - Representante do Poder Executivo Municipal:

Titular - Carmelita Chiesa Tragancin

Suplente - Cláudia Meriane Romanatto Dani

Titular - Justina Ines Dalmolin

Suplente - Nilza Terezinha Ceron Trevisol

II - Representante dos Professores da Educação Básica Publica;

Titular: Waldecira Tragancin de Oliveira

Suplente: Eliane Piovesan Racalcatti

III - Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular - Cácia Gonzatto Araldi

Suplente - Rodrigo Perosa

IV - Representante dos Servidores Técnicos-administrativos das

Escolas Básicas Públicas:

Titular: Odete Gonçalves Walter Wille

Suplente: Caio Murilo Tragancin Rinaldi

V - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Marinez Minosso Bolzan

Suplente: Moacir Titon

Titular: Edsson Gomes de Oliveira

Suplente: Alberto Milton Fontana

VI - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: Alessandra Odorissi

Suplente: Felipe Dissegna da Costa

Titular: Gabriela Campanharo

Suplente: Eduardo Panceri Viecei

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Izabel Terezinha Dani Rinaldi

Suplente: Robson Cristiano da Silva

VIII - Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Marizani Aparecida Ramos

Suplente: Maria Gorete Rinaldi.

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB será de 02 (dois) anos.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2354, de 15 de maio de 2012.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 23 DE MAIO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, aos vinte e três dias do mês de maio de 2012.

ALCINDO PEROSA

Sec. de Adm. e da Fazenda

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº070.2012

DECRETO PMI Nº 070, de 28 de maio de 2012.

Dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - CMPDDSI e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Complementar nº 2.623/2005, de 19 de março de 2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - CMPDDSI, compostos de 15 (quinze) membros titulares e respectivos suplentes, escolhidos através de eleição em plenárias, com os seguintes Conselheiros:

I - 5 (cinco) representantes das Secretarias Municipais, assim distribuídos:

a) Rafael da Rosa Pires, representante das pastas de Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Turismo, e Eduardo dos Passos Nunes, Suplente;

b) Fernando Demétrio, representante das pastas de Finanças, Transportes, Obras e Serviços Públicos, e Gisele da Rocha Santos, Suplente;

c) Daniel Vinício Arantes Neto, representante das pastas de Administração, Educação e Cultura, e Maria Martins dos Passos de Souza, Suplente;

d) Ricardo Fretta Flores, representante das pastas de Saúde, Assistência Social e Esportes, VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES, Suplente; e

e) Roel Antônio Ruiz, representante das pastas de Indústria, Comércio e Procuradoria Municipal, e Leandro de Souza Ribeiro, Suplente.

II - 5 (cinco) representantes da sociedade civil, representando as 5 (cinco) Estratégias do PDDSI, assim distribuídos:

a) Projeto Baleia Franca, representante da Estratégia I - Imbituba, capital do turismo diversificado, e Pousadas do Rosa Associadas - PROA, Suplente;

b) Órgão de Gestão de Mão-de-Obra do Trabalho Portuário Avulso do Porto Organizado de Imbituba - OGMO, representante da Estratégia II - Imbituba, um Porto de oportunidades, e Sindicato dos Operadores Portuários de Imbituba, Suplente;

c) Loja Maçônica 15 de novembro nº 25, representante da Estratégia III - Imbituba, Identidade natural e cultural, Grupo Espírita Porta da Esperança, Suplente;

d) Associação Comercial e Industrial de Imbituba - ACIM, representante da Estratégia IV - Imbituba, Modelo de ordenamento urbano-ambiental, Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina- SINDIMÓVEIS, Suplente; e

e) Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL, representante da Estratégia V - Imbituba, Modelo de gestão com participação, Indústria da Solidariedade - ISO, Suplente.

III - 5 (cinco) representantes das 5 (cinco) Regiões de Planejamento, assim distribuídos:

a) Clizeu Degraf Mateus, representante da Região I - Sul, e Luiz Alberto Butter, Suplente;

b) Clóvis Luiz Felipe, representante da Região II - Sudeste, e Renê Roberto da Silva;

c) Luiz Luan da Costa, representante da Região III - Leste, e Rafael de Souza Martins, Suplente;

d) Edivaldo B. Tomaz, representante da Região IV - Oeste, e José Natalino Oliveira Costa, Suplente; e

e) Marcos Daniel Donato Waschitz, representante da Região V - Norte, e Hermes Silva dos Santos, Suplente.

§ 1º O Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - CMPDDSI é o órgão de integração do Sistema Municipal de Planejamento, que tem por finalidade assessorar na formulação de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano sustentável, ao qual compete:

I - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

II - Zelar pela aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento sustentável de Imbituba;

III - Propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações no PDDSI;

IV - Promover, através de seus representantes, debates sobre os planos e projetos que incidam nas regiões de gestão do planejamento;

V - Propor, discutir e deliberar sobre os planos e projetos relativos ao desenvolvimento sustentável de Imbituba;

VI - Receber e encaminhar para discussão matérias oriundas de setores da sociedade que sejam de interesse coletivo;

VII - Participar assessorando na elaboração do PPA;

VIII - Participar assessorando na elaboração das operações concertadas e projetos especiais.

§ 2º O Presidente do CMPDDSI será escolhido entre os membros titulares do mesmo.

Art. 2º Os integrantes do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - CMPDDSI e das Regiões de Planejamento serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias da edição deste Decreto.

Parágrafo único. As atividades dos membros do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - CMPDDSI constituem relevante serviço público, não remunerado.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto PMI nº 114, de 31 de agosto de 2009.

Imbituba, 28 de maio de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 42/2012 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 71/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 13 de junho de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa de revenda de pneus novos com serviços de recapagem, montagem, geometria e balanceamento, para veículos do transporte escolar. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 30 de maio de 2012.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 43/2012 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 73/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 13 de junho de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de medalhas e troféus para eventos esportivos do Município de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 30 de maio de 2012.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Tomada de Preço 03/2012 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2012

PROCESSO Nº 72/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 15:00 horas do dia 19 de junho de 2012, licitação na modalidade de Tomada de Preço, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para execução de serviços de drenagem e pavimentação com peças pré-moldadas de concreto - PCC do Trevo de Vila Nova Sul entre a Br101 e a Rua 2154 - Bairro Porto da Vila - Imbituba/SC. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 30 de maio de 2012.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Licitação

Publicação de Extrato de Torna Sem Efeito da Publicação de Dispensa 17/2012 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que torna-se sem efeito a publicação do extrato da Dispensa de Licitação nº 17/2012 (PMI) publicado no Diário Oficial do Município, edição do dia 23/05/2012.

Imbituba, 30 de maio de 2012.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Extrato: SEAGP 90/2012 - A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAGP 90/2012 - A/00

Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, FAZENDA, GABINETE DO PREFEITO, AGRICULTURA E PESCA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO, DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, INFRA-ESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE E SUL, PROCURADORIA JURÍDICA E CONTROLE GERAL.

Valor: R\$ 75.507,94 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 28/2012 Pregão 22/2012

Imbituba, 17 de maio de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

COMERCIAL PREÇO BOM Z&C

Representante Legal

Contratada

Extrato: SEAGP 91/2012 - A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAGP 91/2012 - A/00

Contratada: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA EPP

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, FAZENDA, GABINETE DO PREFEITO, AGRICULTURA E PESCA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO, DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, INFRA-ESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE E SUL, PROCURADORIA JURÍDICA E CONTROLE GERAL.

Valor: R\$ 74.744,25 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 28/2012 Pregão 22/2012

Imbituba, 17 de maio de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA EPP

Representante Legal

Contratada

Extrato: SEAGP 96/2012 - A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAGP 96/2012 - A/00

Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, PARA CONFECÇÃO DE PRATELEIRAS DE MADEIRA COM CAVALETES, SOB MEDIDA, PINTADAS E MONTADAS NO LOCAL, PARA USO DO DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E PATRIMÔNIO

Valor: R\$ 7.980,00 Prazo: 30 dias

Fundamento: Processo nº. 68/2012 Dispensa 18/2012

Imbituba, 22 de maio de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

VILA NOVA COM DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Representante Legal

Contratada

Iomerê**PREFEITURA****Decreto 1301/2012**

DECRETO Nº 1301 DE 28 DE MAIO DE 2012

Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do município de Iomerê

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Pública Municipal no dia 08 de junho de 2012 com exceção da Secretaria de Saúde e Creche Municipal que terão expediente normal.

Art. 2º - Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 28 de maio de 2012

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Irineópolis**PREFEITURA****Convite**

CONVITE

A Prefeitura Municipal de Irineópolis convida a todos para participarem da Audiência Pública referente a Elaboração da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2013. A realizar-se no dia 30/05/2012 às 16:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores.

Itaiópolis

PREFEITURA

Extratos de Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2012 Pregão Presencial nº 20/2012 - OBJETO: prestação de serviços mecânicos, elétricos e tornearia, para as máquinas. Nº DO CONTRATO - CONTRATADA - VALOR - PRAZO. 73/2012, Auto Peças Bauer Ltda. ME, R\$ 41,00 a hora trabalhada para serviço de torno e R\$ 24,50 a hora trabalhada para serviços elétricos, perfazendo um total de R\$ 76.635,00; 74/2012, Geraldo Muller ME, R\$ 29,50 a hora trabalhada para serviços mecânicos, perfazendo um total de R\$ 34.515,00; PRAZO: 12 meses. Itaiópolis, 15-05-2012. HELIO CESAR WENDT Prefeito Municipal

Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 1º Nº CONTRATO: 86/2011
CONTRATADA: PVK Empreendimentos Ltda. ME

OBJETO: acréscimo no quantitativo do item 3 - de 15%, valor R\$ 11.250,00.

Itaiópolis, 14/05/2012, Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Alteração da Ata de Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2011

Objeto: acréscimo no quantitativo do ITEM 3 (Serviços de caminhões truque / traçado, com caçamba basculante, capacidade volumétrica de 12m³ (doze metros cúbicos), para transporte de cascalho, terra, brita, areia (a empresa deverá disponibilizar 03 (três) caminhões para execução dos serviços) de 15% (quinze por cento), VALOR de R\$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais). Contratada: PVK Empreendimentos Ltda. ME Itaiópolis, 14/05/2012. HELIO CESAR WENDT - Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços

Processo Licitatório nº 30/2012 - Pregão Presencial nº 20/2012 - Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços mecânicos, elétricos e tornearia, para as máquinas.

PROPONENTE: Auto Peças Bauer Ltda. ME

1.170 horas de torno - VALOR: R\$ 41,00 (quarenta e um reais) a hora trabalhada

1.170 horas de serviços elétricos - VALOR: R\$ 24,50 (vinte e quatro reais e cinquenta centavos) a hora trabalhada

PROPONENTE: Geraldo Muller ME

1.170 horas de serviços mecânicos - R\$ 29,50 (vinte e nove reais e cinquenta centavos) a hora trabalhada

Itaiópolis, 15/05/2012 JOCIEL LAÉRCIO LADA - Pregoeiro

Itapoá

PREFEITURA

Errata ao Edital de Licitação Pública

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
CONVITE Nº 13/2012

Processo nº 46/2012

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 29 de maio de 2012. HORÁRIO: 09h:00m (abertura)

LICITAÇÃO/MODALIDADE: CONVITE

OBJETO: Contratação de empresa para manutenção e ajardinamento da sede da nova sede do Município, e Praça Balneário Paese, sita a Av. Dra. Zilda Arns Neumann, conforme Termo referencia Anexo I do edital.

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem REVOGAR o edital de licitação em virtude de readequação administrativa da chefia do executivo, aonde houve a necessidade de novos estudos do projeto proposto em virtude da conveniência e oportunidade.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 29 de maio de 2012.

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

Presidente da Comissão de Licitação

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 19/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2012

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: FM PNEUS LTDA, com sede á Rua Maravilha, nº 833, Bairro: Madalozzo, na cidade de Maravilha/sc, CEP:898.874-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.374.845/0001-49, e Inscrição Estadual n.º 251.840.484.

Licitação: PREGÃO N.º 17/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº09/2012-PROCESSO Nº 41/2012

Objeto: Contratação de empresa com mão de obra especializada para execução de recape de pneus de caminhões e máquinas pesadas da frota municipal, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 10.410,00 (dez mil quatrocentos e dez reais).

DATA DA ASSINATURA: 25/05/2012

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá 28 de maio de 2012.

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 20/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2012

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: RECAUCHUTORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, com sede á Rua Duque de Caxias, nº314, Centro, na cidade de Rio dos Cedros/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.989.096/0001-27 e Inscrição Estadual nº 252.702.760.
Licitação: PREGÃO N.º 17/2012 - REGISTRO DE PREÇO Nº09/2012-PROCESSO Nº 41/2012

Objeto: Contratação de empresa com mão de obra especializada para execução de recape de pneus de caminhões e máquinas pesadas da frota municipal, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 18.980,00 (dezoito mil novecentos e oitenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 25/05/2012

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá 28 de maio de 2012.

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

Termo de Convocação Nº 04

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 04

Processo: Concurso Público - Edital nº 001/2011

Mario Eloi Tavares - Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

Inscr.	Clas.	Cargo	Candidato
0700834-1	1	Operador de Máquinas	Celso Cunico
0700073-1	2	Operador de Máquinas	Alex Will
0700566-0	3	Operador de Máquinas	Sinildo Baumel
0700236-0	4	Operador de Máquinas	Amarildo da Silva
0701835-5	1	Motorista	Adenildo Pedro Coelho
0701121-0	2	Motorista	Lindones Rangel
0700688-8	3	Motorista	Claudio Athayde
0701800-2	4	Motorista	Allan Kornetoff
0701534-8	19	Agente Administrativo I	Vandressa Aparecida Chervinski

Itapoá - SC, 29 de maio de 2012.

MARIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.071 de 29 de Maio de 2012.

DECRETO Nº 4.071 DE 29 DE MAIO DE 2012.

"NOMEIA DIRETORIA EXECUTIVA DO IMPRES, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei e indicação do Conselho de Administração do IMPRES,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da DIRETORIA EXECUTIVA do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) - IMPRES, de que trata o Art. 76 da Lei Complementar Nº 099 de 24 de junho de 2005, a seguir identificados:

Diretor Presidente
ELISABETE MARIA ZANELA SARTORI

Diretor De Previdência E Atuária
GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN

Diretor Administrativo-Financeiro
ELIANE APARECIDA CERON VIER

Contador
MARCIO ROBERTO PICOLLI

Secretário
ELIO DA SILVA

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 29 de maio de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 939/2012/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 939/2012/PMJ
PL 42/2012/PMJ - TP 6/2012/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, da recuperação do pavimento dos passeios públicos com lajotas de concreto (etapa 02), em trechos da Avenida XV de Novembro e das Ruas Sete de Setembro, Francisco Lindner e Getúlio Vargas, no Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 143.391,92 (cento e quarenta e três mil, trezentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos), sendo:

- R\$ 100.946,19 (cem mil, novecentos e quarenta e seis reais e dezenove centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

- R\$ 42.445,73 (quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco centavos e setenta e três centavos), correspondente aos serviços e meio mecânico.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.027 - CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E PASSEIOS

128 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

211 - 4.4.90.00.00.00.00.0.3.000-0 - Aplicações Diretas
VIGÊNCIA: 90 dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

DATA DE ASSINATURA: 24/05/2012.

Extrato Homologação PL 16/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2012/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 16/2012/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 09/2012/FMS

Objeto : a aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos de enfermagem destinados à manutenção dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde, até o mês de dezembro 2012.

- Empresas Vencedoras:

ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

VALOR R\$ 33.403,73

ALTERMED MAT. MED. HOSP. LTDA

VALOR R\$ 57.372,94

COM. DE MAT. MEDICOS HOSP MACROSUL LTDA

VALOR R\$ 15.428,20

DIMACI SC MAT. CIRURGICO LTDA

VALOR R\$ 20.610,14

DIMACLO COM. PROD. MED. E HOSP.

VALOR R\$ 386,70

FUFA-SC DIST. HOSP. LTDA

VALOR R\$ 12.730,00

QUALYMEDIC COM. E ASSIST TÉCNICA LTDA

VALOR R\$ 16.166,33

STARMED ARTIGOS MÉD. E HOSP. LTDA

VALOR R\$ 27.071,71

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 17 de maio de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação PP 20/2012/PMJ - PL 43/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 43/2012/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 43/2012/PMJ,

- Modalidade: PP 20/2012/PMJ.

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2012.

- Empresas Vencedoras:

GHIGGI MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA - R\$ 46.392,55

CONCRETOS CRUZEIRO IND. COM. LTDA - R\$ 31.982,00

HERVAL MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA - R\$ 25.710,75

PEDREIRA JOAÇABA LTDA - R\$ 50.845,00

SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA -

R\$ 34.625,00

- Valor total contratado:



R\$ 189.555,30 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 24 de maio de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação TP 6/2012/PMJ - PL 42/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42/2012/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 42/2012/PMJ,

- Modalidade: TP 6/2012/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a recuperação do pavimento dos passeios públicos com lajotas de concreto (etapa 02), em trechos da Avenida XV de Novembro e das Ruas Sete de Setembro, Francisco Lindner e Getúlio Vargas, no Município de Joaçaba, SC

- Empresa Vencedora:

ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA

- Valor total contratado:

R\$ 143.391,92 (cento e quarenta e três mil, trezentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos), sendo:

- R\$ 100.946,19 (cem mil, novecentos e quarenta e seis reais e dezenove centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

- R\$ 42.445,73 (quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco centavos e setenta e três centavos), correspondente aos serviços e meio mecânico.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 24 de maio de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PP 24/2012/PMJ - PL 47/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2012/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2012/PMJ

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento, de forma parcelada, de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg, destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito, do Tiro de Guerra, da Secretaria de Infraestrutura, da 11ª CIRETRAN e das Escolas Municipais atendidas pela Secretaria de Educação, durante o exercício financeiro de 2012. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 15/06/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 15/06/2012. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail

comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 25 de maio de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PP 25/2012/PMJ - PL 49/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2012/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2012/PMJ

Objeto: Aquisição de 02 (dois) microcomputadores, 01 (uma) impressora matricial e 02 (dois) climatizadores portáteis, destinados à Secretaria de Gestão Financeira e Assessoria de Meio Ambiente do Município. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 19/06/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 19/06/2012. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 25 de maio de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contrato Nº 311/2009 - TA 03/2012

CONTRATO Nº 311/2009 - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa FEIMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.410.327/0001-92, estabelecida na Rua Carmelo Zocolli, 150 - 5º andar - sala 504, Centro, no Município de Capinzal - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. FERNANDA BAZZO, portadora da Carteira de Identidade nº 2.634.775 e CPF nº 024.590.629-07, residente e domiciliado na Rua Presidente Kennedy, 248, na cidade de Ouro, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 311/2009, celebrado em 02/09/2009, proveniente do Processo de Licitação nº 93/2009, instaurado através do Edital PP nº 62/2009, homologado no dia 02/09/2009, cujo objeto é a realização pela CONTRATADA de perícias médicas em servidores do Município de Joaçaba (SC), de acordo com o disposto nos Decretos Municipais nº 2.920/2007 e 3.054/2007, onde se adita a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO e a CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor total atualizado do contrato original fica acrescido em R\$ 6.152,24 (seis mil cento e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 24,56% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente à contratação adicional de 20 (vinte) perícias de Médico Perito (item 1) e 12 (doze) perícias de Junta Médica

(item 2), em atendimento à solicitação do Setor de Pessoal visando suprir o aumento da demanda de tais serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o custeio das despesas decorrentes da execução do contrato fica incluída a seguinte Dotação Orçamentária:

2.030 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

66 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 28 de maio de 2012.

Município de Joaçaba

RAFAEL LASKE

Prefeito

FEIMED SERVIÇOS MÉDICOS

FERNANDA BAZZO

Extrato Contrato 301/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 301/2012/FMS

PL 16/2012 FMS - PP 09/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: DIMACLO LTDA

OBJETO: o fornecimento, pela CONTRATADA, de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2012.

DOTAÇÃO:

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

12 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 160.048,59)

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

46 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 136.142,72)

Proj./Ativ.: 2.012 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS

39 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 4.410,50)

Proj./Ativ.: 2.011 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

37 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 514,29)

Proj./Ativ.: 2.016 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

45 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.023.0 - Aplicações Diretas (R\$ 35.462,88)

Proj./Ativ.: 2.009 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.065.0 - Aplicações Diretas (R\$ 1.145,94)

Proj./Ativ.: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL

PERMANENTE - FMS

4 - 4.4.90. 00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas (R\$ 27.012,66)

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 386,70

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 17/05/2012.

Extrato Contrato 302/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 302/2012/FMS

PL 16/2012 FMS - PP 09/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: FUFA LTDA

OBJETO: o fornecimento, pela CONTRATADA, de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2012.

DOTAÇÃO:

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

12 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 160.048,59)

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

46 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 136.142,72)

Proj./Ativ.: 2.012 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS

39 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 4.410,50)

Proj./Ativ.: 2.011 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

37 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 514,29)

Proj./Ativ.: 2.016 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

45 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.023.0 - Aplicações Diretas (R\$ 35.462,88)

Proj./Ativ.: 2.009 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.065.0 - Aplicações Diretas (R\$ 1.145,94)

Proj./Ativ.: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL

PERMANENTE - FMS

4 - 4.4.90. 00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas (R\$ 27.012,66)

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 12.730,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 17/05/2012.

Extrato Contrato 303/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 303/2012/FMS

PL 16/2012 FMS - PP 09/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: COM MAT MED HOSP MACROSUL LTDA

OBJETO: o fornecimento, pela CONTRATADA, de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2012.

DOTAÇÃO:

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

12 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 160.048,59)

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

46 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.064.0 - Aplicações Diretas (R\$

136.142,72)
 Proj./Ativ.: 2.012 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS
 39 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 4.410,50)
 Proj./Ativ.: 2.011 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
 37 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 514,29)
 Proj./Ativ.: 2.016 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU
 45 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.023.0 - Aplicações Diretas (R\$ 35.462,88)
 Proj./Ativ.: 2.009 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
 28 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.065.0 - Aplicações Diretas (R\$ 1.145,94)
 Proj./Ativ.: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS
 4 - 4.4.90. 00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas (R\$ 27.012,66)
 VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 15.428,20
 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
 DATA DE ASSINATURA: 17/05/2012.

Extrato Contrato 304/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 304/2012/FMS
 PL 16/2012 FMS - PP 09/2012 FMS.
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
 CONTRATADA: ALTERMED LTDA

OBJETO: o fornecimento, pela CONTRATADA, de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2012.

DOTAÇÃO:

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF
 12 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 160.048,59)
 Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF
 46 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 136.142,72)
 Proj./Ativ.: 2.012 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS
 39 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 4.410,50)
 Proj./Ativ.: 2.011 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
 37 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 514,29)
 Proj./Ativ.: 2.016 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU
 45 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.023.0 - Aplicações Diretas (R\$ 35.462,88)
 Proj./Ativ.: 2.009 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
 28 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.065.0 - Aplicações Diretas (R\$ 1.145,94)
 Proj./Ativ.: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS
 4 - 4.4.90. 00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas (R\$ 27.012,66)
 VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 57.372,94
 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
 DATA DE ASSINATURA: 17/05/2012.

Extrato Contrato 305/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 305/2012/FMS
 PL 16/2012 FMS - PP 09/2012 FMS.
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
 CONTRATADA: DIMACI SC LTDA

OBJETO: o fornecimento, pela CONTRATADA, de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2012.

DOTAÇÃO:

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF
 12 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 160.048,59)
 Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF
 46 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 136.142,72)
 Proj./Ativ.: 2.012 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS
 39 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 4.410,50)
 Proj./Ativ.: 2.011 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
 37 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 514,29)
 Proj./Ativ.: 2.016 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU
 45 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.023.0 - Aplicações Diretas (R\$ 35.462,88)
 Proj./Ativ.: 2.009 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
 28 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.065.0 - Aplicações Diretas (R\$ 1.145,94)
 Proj./Ativ.: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS
 4 - 4.4.90. 00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas (R\$ 27.012,66)
 VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 20.610,14
 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
 DATA DE ASSINATURA: 17/05/2012.

Extrato Contrato 306/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 306/2012/FMS
 PL 16/2012 FMS - PP 09/2012 FMS.
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
 CONTRATADA: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

OBJETO: o fornecimento, pela CONTRATADA, de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2012.

DOTAÇÃO:

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF
 12 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 160.048,59)
 Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF
 46 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 136.142,72)
 Proj./Ativ.: 2.012 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS
 39 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 4.410,50)
 Proj./Ativ.: 2.011 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
 37 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 514,29)
 Proj./Ativ.: 2.016 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO

MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

45 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.023.0 - Aplicações Diretas (R\$ 35.462,88)

Proj./Ativ.: 2.009 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.065.0 - Aplicações Diretas (R\$ 1.145,94)

Proj./Ativ.: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

4 - 4.4.90. 00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas (R\$ 27.012,66)

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 33.403,73

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 17/05/2012.

Extrato Contrato 307/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 307/2012/FMS

PL 16/2012 FMS - PP 09/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: STARMED LTDA

OBJETO: o fornecimento, pela CONTRATADA, de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2012.

DOTAÇÃO:

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

12 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 160.048,59)

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

46 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 136.142,72)

Proj./Ativ.: 2.012 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS

39 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 4.410,50)

Proj./Ativ.: 2.011 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

37 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 514,29)

Proj./Ativ.: 2.016 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

45 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.023.0 - Aplicações Diretas (R\$ 35.462,88)

Proj./Ativ.: 2.009 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.065.0 - Aplicações Diretas (R\$ 1.145,94)

Proj./Ativ.: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

4 - 4.4.90. 00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas (R\$ 27.012,66)

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 27.071,71

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 17/05/2012.

Extrato Contrato 308/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 308/2012/FMS

PL 16/2012 FMS - PP 09/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: QUALYMEDIC COM ASSIST TEC. LTDA

OBJETO: o fornecimento, pela CONTRATADA, de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2012.

DOTAÇÃO:

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

12 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 160.048,59)

Proj./Ativ.: 2.010 - MANUTENÇÃO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

46 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.064.0 - Aplicações Diretas (R\$ 136.142,72)

Proj./Ativ.: 2.012 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS

39 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 4.410,50)

Proj./Ativ.: 2.011 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

37 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.066.0 - Aplicações Diretas (R\$ 514,29)

Proj./Ativ.: 2.016 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

45 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.3.023.0 - Aplicações Diretas (R\$ 35.462,88)

Proj./Ativ.: 2.009 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90. 00.00.00.00.00.0.1.065.0 - Aplicações Diretas (R\$ 1.145,94)

Proj./Ativ.: 1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

4 - 4.4.90. 00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas (R\$ 27.012,66)

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 16.166,33

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 17/05/2012.

Extrato do Contrato Nº 934/2012/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 934/2012/PMJ

PL 43/2012/PMJ - PP 20/2012/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: O fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2012.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 46.392,55 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

124 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

122 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.016.0 - Aplicações Diretas

121 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA DE ASSINATURA: 23/05/2012.

Extrato do Contrato Nº 935/2012/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 935/2012/PMJ

PL 43/2012/PMJ - PP 20/2012/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: CONCRETOS CRUZEIRO IND. COM. LTDA.

OBJETO: O fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2012.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 31.982,00 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

124 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

122 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.016.0 - Aplicações Diretas

121 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA DE ASSINATURA: 23/05/2012.

Extrato do Contrato Nº 936/2012/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 936/2012/PMJ

PL 43/2012/PMJ - PP 20/2012/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: HERVAL MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: O fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2012.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 25.710,75

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

124 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

122 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.016.0 - Aplicações Diretas

121 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA DE ASSINATURA: 23/05/2012.

Extrato do Contrato Nº 937/2012/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 937/2012/PMJ

PL 43/2012/PMJ - PP 20/2012/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: PEDREIRA JOAÇABA LTDA.

OBJETO: O fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2012.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 50.845,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

124 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

122 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.016.0 - Aplicações Diretas

121 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA DE ASSINATURA: 23/05/2012.

Extrato do Contrato Nº 938/2012/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 938/2012/PMJ

PL 43/2012/PMJ - PP 20/2012/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.

OBJETO: O fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício

financeiro de 2012.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 34.625,00 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

124 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

122 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.016.0 - Aplicações Diretas

121 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA DE ASSINATURA: 23/05/2012.

Balancetes Financeiros**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	48.272,38	Despesa Orçamentária	251.729,20
RECEITA PATRIMONIAL	918,64	Despesas exceto Intra-orçamentárias	234.033,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.353,74	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	136.746,38
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	97.286,65
		Despesas Intra-orçamentárias	17.696,17
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.647,55
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.048,62
Receita Extra - Orçamentária	482.904,73	Despesa Extra - Orçamentária	279.676,98
CREDITOS EM CIRCULACAO	110,00	CREDITOS EM CIRCULACAO	110,00
CREDITOS A RECEBER	110,00	CREDITOS A RECEBER	110,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	110,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	110,00
DEPOSITOS	30.991,90	DEPOSITOS	29.898,53
CONSIGNACOES	30.991,90	CONSIGNACOES	29.898,53
PREVIDENCIA SOCIAL	3.587,38	PREVIDENCIA SOCIAL	3.558,70
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.238,31	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.968,06
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	10.875,35	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	10.120,11
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.974,62	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.926,19
OUTROS CONSIGNATARIOS	4.316,24	OUTROS CONSIGNATARIOS	4.325,47
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	251.802,83	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	249.668,45
OBRIGACOES A PAGAR	251.802,83	OBRIGACOES A PAGAR	249.668,45
FORNECEDORES	98.294,78	FORNECEDORES	98.085,50
PESSOAL A PAGAR	153.393,93	PESSOAL A PAGAR	149.929,64
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	114,12	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.539,19
INTERFERENCIAS ATIVAS	200.000,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	114,12
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	200.000,00		
REPASSE RECEBIDO	200.000,00		
Saldos anteriores	258.928,73	Saldos atuais	258.699,66
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	251.623,84	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	255.285,44
BANCO C/ MOVIMENTO	100,00	BANCO C/ MOVIMENTO	100,00
BANCOS C/ VINCULADAS	7.204,89	BANCOS C/ VINCULADAS	3.314,22
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	790.105,84	Total	790.105,84

JOACABA , 18/05/2012

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 035487/O-5MARIA ELIZA MONTEIRO
Ordenadora de Despesas

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	807,75	Despesa Orçamentária	161.404,46
RECEITA PATRIMONIAL	807,75	Despesas exceto Intra-orçamentárias	146.735,96
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	72.908,57
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	73.827,39
		Despesas Intra-orçamentárias	14.668,50
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.749,64
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	918,86
Receita Extra - Orçamentária	335.352,55	Despesa Extra - Orçamentária	173.737,46
DEPOSITOS	15.948,09	DEPOSITOS	14.666,11
CONSIGNACOES	15.948,09	CONSIGNACOES	14.666,11
PREVIDENCIA SOCIAL	631,12	PREVIDENCIA SOCIAL	653,47
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.973,85	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.717,01
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	9.277,97	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	8.024,77
EMPRESTIMOS	2.938,01	EMPRESTIMOS	2.195,63
OUTROS CONSIGNATARIOS	1.127,14	OUTROS CONSIGNATARIOS	2.075,23
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	161.404,46	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	159.071,35
OBRIGACOES A PAGAR	161.404,46	OBRIGACOES A PAGAR	159.071,35
FORNECEDORES	74.746,25	FORNECEDORES	74.746,25
PESSOAL A PAGAR	85.372,58	PESSOAL A PAGAR	83.737,29
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.285,63	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	587,81
INTERFERENCIAS ATIVAS	158.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	158.000,00		
REPASSE RECEBIDO	158.000,00		
Saldos anteriores	219.922,50	Saldos atuais	220.940,88
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	219.872,50	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	220.890,88
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	556.082,80	Total	556.082,80

JOACABA , 21/05/2012

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRCSC 035487/O-5

MIRIAN DOLZAN
Superintendente

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	8.946,18		
RECEITA PATRIMONIAL	462,83		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.483,35		
Saldos anteriores	117.364,56	Saldos atuais	126.310,74
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	117.364,56	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	126.310,74
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	126.310,74	Total	126.310,74

JOACABA , 21/05/2012

IRIA F. RODRIGUEZ TORRICO
Secretária de Gestão Financeira_____
SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRCSC 035487/O-5_____
GILDETE POGERE CORADI
Diretora de Finanças

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	271.174,38	Despesa Orçamentária	628.931,88
RECEITA TRIBUTARIA	10.191,62	Despesas exceto Intra-orçamentárias	588.039,22
RECEITA PATRIMONIAL	7.580,39	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	465.298,94
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	231.839,97	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	122.240,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.562,40	INVESTIMENTOS	500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.000,00		
		Despesas Intra-orçamentárias	40.892,66
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.756,42
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.136,24
Receita Extra - Orçamentária	1.426.899,95	Despesa Extra - Orçamentária	748.719,60
CREDITOS EM CIRCULACAO	4.338,21	CREDITOS EM CIRCULACAO	4.338,21
CREDITOS A RECEBER	4.338,21	CREDITOS A RECEBER	4.338,21
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.338,21	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.338,21
DEPOSITOS	90.684,26	DEPOSITOS	92.108,51
CONSIGNACOES	90.684,26	CONSIGNACOES	92.108,51
PREVIDENCIA SOCIAL	16.401,23	PREVIDENCIA SOCIAL	17.706,04
PENSAO ALIMENTICIA	1.579,46	PENSAO ALIMENTICIA	1.579,46
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	27.187,32	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	28.261,43
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	26.035,74	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	24.547,90
EMPRESTIMOS	12.966,05	EMPRESTIMOS	10.735,23
OUTROS CONSIGNATARIOS	6.514,46	OUTROS CONSIGNATARIOS	9.278,45
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	651.877,48	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	652.272,88
OBRIGACOES A PAGAR	651.877,48	OBRIGACOES A PAGAR	652.272,88
FORNECEDORES	146.580,86	FORNECEDORES	146.580,86
PESSOAL A PAGAR	490.332,04	PESSOAL A PAGAR	501.793,87
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	14.723,32	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	3.478,95
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	63,32	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	63,32
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	177,94	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	355,88
INTERFERENCIAS ATIVAS	680.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	680.000,00		
REPASSE RECEBIDO	680.000,00		
Saldos anteriores	2.478.149,86	Saldos atuais	2.798.572,71
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.527.035,75	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.712.605,67
BANCO C/ MOVIMENTO	634.557,86	BANCO C/ MOVIMENTO	691.013,67
BANCOS C/ VINCULADAS	316.556,25	BANCOS C/ VINCULADAS	394.953,37
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	4.176.224,19	Total	4.176.224,19

JOACABA , 28/05/2012

JORGE RONALDO POHL

Ordenador da Despesa - Secretário Saúde

ADONES MARCIANO

Contador CRC SC 028953/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	30.558,57	Despesa Orçamentária	32.343,84
RECEITA TRIBUTARIA	27.937,31	Despesas exceto Intra-orçamentárias	32.343,84
RECEITA PATRIMONIAL	2.621,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.526,31
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.927,53
		INVESTIMENTOS	12.890,00
Receita Extra - Orçamentária	69.474,78	Despesa Extra - Orçamentária	32.668,82
DEPOSITOS	324,98	DEPOSITOS	324,98
CONSIGNACOES	324,98	CONSIGNACOES	324,98
PREVIDENCIA SOCIAL	308,78	PREVIDENCIA SOCIAL	308,78
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	16,20	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	16,20
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	32.343,84	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	32.343,84
OBRIGACOES A PAGAR	32.343,84	OBRIGACOES A PAGAR	32.343,84
FORNECEDORES	30.817,53	FORNECEDORES	30.817,53
PESSOAL A PAGAR	1.526,31	PESSOAL A PAGAR	1.526,31
INTERFERENCIAS ATIVAS	36.805,96		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	36.805,96		
REPASSE RECEBIDO	36.805,96		
Saldos anteriores	471.027,62	Saldos atuais	506.048,31
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	431.290,31	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	503.911,57
BANCO C/ MOVIMENTO	39.737,31	BANCO C/ MOVIMENTO	2.136,74
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	571.060,97	Total	571.060,97

JOACABA , 28/05/2012

RAFAEL LASKE
Prefeito Municipal

SIMONE MARTINS NISSOLA
CONTADORA CRC - 035.487/O-5

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
Secretária de Gestão Financeira

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	7.640.862,88	Despesa Orçamentária	3.475.038,85
RECEITA TRIBUTARIA	4.013.159,00	Despesas exceto Intra-orçamentárias	3.173.198,19
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	102.151,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.304.306,12
RECEITA PATRIMONIAL	48.976,54	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	75.737,36
RECEITA DE SERVIÇOS	24.274,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.431.129,11
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.839.248,65	INVESTIMENTOS	343.482,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	139.879,80	AMORTIZACAO DA DIVIDA	18.543,48
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	16.732,42		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	44.796,00	Despesas Intra-orçamentárias	301.840,66
RECEITA TRIBUTARIA - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	450,38	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	198.320,62
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-2.675,15	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	103.520,04
DEDUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL	-2.395,54		
DEDUÇÕES DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTE:	-583.734,65		
Receita Extra - Orçamentária	3.972.531,26	Despesa Extra - Orçamentária	5.442.824,17
CREDITOS EM CIRCULACAO	3.120,38	CREDITOS EM CIRCULACAO	3.120,38
CREDITOS A RECEBER	3.120,38	CREDITOS A RECEBER	3.120,38
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.120,38	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.120,38
DEPOSITOS	354.827,62	DEPOSITOS	365.553,28
CONSIGNACOES	353.827,62	CONSIGNACOES	365.553,28
PREVIDENCIA SOCIAL	69.338,57	PREVIDENCIA SOCIAL	76.759,78
PENSOES ALIMENTICIAS	1.599,57	PENSOES ALIMENTICIAS	1.599,57
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	61.089,43	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	61.121,71
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	131.738,00	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	127.502,55
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	62.731,17	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	60.072,37
OUTROS CONSIGNATARIOS	27.330,88	OUTROS CONSIGNATARIOS	38.497,30
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.000,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.732.344,55
DEPOSITOS E CAUCOES	1.000,00	OBRIGACOES A PAGAR	3.638.063,71
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.579.540,26	FORNECEDORES	1.777.908,97
OBRIGACOES A PAGAR	3.485.259,42	PESSOAL A PAGAR	1.497.077,30
FORNECEDORES	1.729.558,90	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	7.977,53
PESSOAL A PAGAR	1.488.920,16	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	55.243,11
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	15.711,30	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	208.018,70
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	55.243,11	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	91.838,10
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	103.987,85	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	75.737,36
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	91.838,10	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	75.737,36
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	75.737,36	OUTRAS OBRIGACOES	18.543,48
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	75.737,36	OUTRAS OBRIGACOES - EXERCICIO.	18.543,48
OUTRAS OBRIGACOES	18.543,48	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.341.805,96
OUTRAS OBRIGACOES - EXERCICIO.	18.543,48	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.341.805,96
INTERFERENCIAS ATIVAS	35.000,00	REPASSE CONCEDIDO	1.341.805,96
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	35.000,00		
REPASSE RECEBIDO	35.000,00		
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	43,00		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	43,00		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	43,00		
Saldos anteriores	7.205.294,79	Saldos atuais	9.900.825,91
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.946.371,12	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.760.889,07
BANCO C/ MOVIMENTO	97.482,56	BANCO C/ MOVIMENTO	95.927,22
BANCOS C/ VINCULADAS	156.949,93	BANCOS C/ VINCULADAS	39.493,31
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	4.491,18	POUPANÇA	4.516,31
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	18.818.688,93	Total	18.818.688,93

JOACABA , 22/05/2012

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

 GILDETE POGERE CORADI
 DIRETORA FINANCEIRA

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC SC 354870-5

Relatório de Gestão Fiscal 1º Quad. 2012

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	32.386.383,65	115.309,50
Pessoal Ativo	29.957.422,87	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	934.502,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.494.458,78	115.309,50
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.166.021,06	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	231.997,01	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	934.024,05	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	31.220.362,59	115.309,50
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	31.335.672,09	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	77.324.712,09	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	40,52	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	41.755.344,53	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	39.667.577,30	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

JOACABA, 17/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	10.541.060,56	10.459.773,91	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	10.014.560,54	9.933.273,89	0,00	0,00
Interna	10.014.560,54	9.933.273,89	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pa	526.500,02	526.500,02	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	26.212.443,50	31.769.273,58	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.748.004,89	31.769.641,58	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	535.561,39	368,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-15.671.382,94	-21.309.499,67	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	73.217.479,12	77.324.712,09	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	14,40%	13,53%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-21,40%	-27,56%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	87.860.974,94	92.789.654,51	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	10.014.560,54	9.933.273,89	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	32.219,62	23.736,44	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	32.219,62	23.736,44	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	9.982.340,92	9.909.537,45	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	96.099,18	579.014,13	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.605.806,92	2.373.058,63	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	26.624.857,19	25.325.935,75	0,00	0,00
Passivo Atuarial	26.624.857,19	25.325.935,75	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	25.321.108,70	27.881.834,43	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	72.681,68	12.289,40	0,00	0,00
Investimentos	25.253.254,05	27.869.545,03	0,00	0,00



MUNICIPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	4.827,03	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	1.303.748,49	-2.555.898,68	0,00	0,00

JOACABA, 28/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2012

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	73.217.479,12	77.324.712,09	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	16.107.845,41	17.011.436,66	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

JOACABA, 17/05/2012

 RAFAEL LASKE
 PREFEITO

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

 SONIA APARECIDA BORCHERS
 CONTROLADORA INTERNA

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC SC 354870-5

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	77.324.712,09	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	12.371.953,93	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.412.729,85	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

JOACABA, 17/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2012

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	31.335.672,09	40,52
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	41.755.344,53	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	39.667.577,30	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-21.309.499,67	-27,56
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	92.789.654,51	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.011.436,66	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	12.371.953,93	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.412.729,85	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	22.794.167,88	26.959.573,65

FONTE: Unidade Responsável SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

JOACABA, 28/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

Relatório Resumido de Execução Orçamentária 2º Bim. 2012

Município de JOACABA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.460.215,88	78.460.215,88	17.402.270,40	22,18	30.350.398,19	38,68	48.109.817,69
RECEITAS CORRENTES	76.310.327,88	76.310.327,88	17.311.879,98	22,69	29.325.593,88	38,43	46.984.734,00
RECEITA TRIBUTARIA	14.964.800,00	14.964.800,00	5.704.175,65	38,12	7.517.507,12	50,23	7.447.292,88
IMPOSTOS	12.624.500,00	12.624.500,00	4.649.116,27	36,83	6.156.230,35	48,76	6.468.269,65
TAXAS	2.320.300,00	2.320.300,00	1.053.406,27	45,40	1.357.935,91	58,52	962.364,09
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	1.653,11	8,27	3.340,86	16,70	16.659,14
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.519.962,29	3.519.962,29	623.337,52	17,71	1.021.486,97	29,02	2.498.475,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.450.762,29	2.450.762,29	430.810,72	17,58	643.212,13	26,25	1.807.550,16
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminaç	1.069.200,00	1.069.200,00	192.526,80	18,01	378.274,84	35,38	690.925,16
RECEITA PATRIMONIAL	5.085.896,40	5.085.896,40	1.690.306,73	33,24	2.937.406,02	57,76	2.148.490,38
RECEITAS IMOBILIARIAS	75.267,00	75.267,00	16.444,75	21,85	29.119,50	38,69	46.147,50
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	4.935.629,40	4.935.629,40	1.663.540,20	33,70	2.886.283,83	58,48	2.049.345,57
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	75.000,00	75.000,00	10.321,78	13,76	22.002,69	29,34	52.997,31
RECEITA DE SERVIÇOS	10.049.663,00	10.049.663,00	1.914.977,23	19,06	3.572.198,94	35,55	6.477.464,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.014.688,08	41.014.688,08	7.057.668,92	17,21	13.511.032,23	32,94	27.503.655,85
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.018.888,08	40.018.888,08	6.919.167,93	17,29	13.261.739,07	33,14	26.757.149,01
Transf. de Instituições Privadas	25.000,00	25.000,00	13.900,00	55,60	13.900,00	55,60	11.100,00
Transf. de Pessoas	20.000,00	20.000,00	3.006,85	15,03	3.170,35	15,85	16.829,65
Transferência de Convênios	950.800,00	950.800,00	121.594,14	12,79	232.222,81	24,42	718.577,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.675.318,11	1.675.318,11	321.413,93	19,19	765.962,60	45,72	909.355,51
MULTAS E JUROS DE MORA	443.084,51	443.084,51	91.591,98	20,67	167.534,34	37,81	275.550,17
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	168.533,60	168.533,60	15.033,50	8,92	28.172,95	16,72	140.360,65
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.028.900,00	1.028.900,00	191.410,16	18,60	543.214,07	52,80	485.685,93
RECEITAS DIVERSAS	34.800,00	34.800,00	23.378,29	67,18	27.041,24	77,70	7.758,76
RECEITAS DE CAPITAL	2.149.888,00	2.149.888,00	90.390,42	4,20	1.024.804,31	47,67	1.125.083,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	108.000,00	108.000,00	25.594,42	23,70	33.882,55	31,37	74.117,45
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31.888,00	31.888,00	64.796,00	203,20	990.921,76	107,51	-959.033,76
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.888,00	30.888,00	20.000,00	64,75	20.000,00	64,75	10.888,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.000,00	1.000,00	44.796,00	479,60	970.921,76	092,18	-969.921,76
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.050.147,40	5.050.147,40	851.895,21	16,87	1.260.631,33	24,96	3.789.516,07
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.050.147,40	5.050.147,40	851.895,21	16,87	1.260.631,33	24,96	3.789.516,07

Continua 1/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.050.147,40	5.050.147,40	851.895,21	16,87	1.260.631,33	24,96	3.789.516,07
RECEITA TRIBUTARIA - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.200,00	2.200,00	450,38	20,47	450,38	20,47	1.749,62
TAXAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.200,00	2.200,00	450,38	20,47	450,38	20,47	1.749,62
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.562.077,40	3.562.077,40	596.189,65	16,74	875.142,73	24,57	2.686.934,67
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.562.077,40	3.562.077,40	596.189,65	16,74	875.142,73	24,57	2.686.934,67
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	198.370,00	198.370,00	40.619,43	20,48	62.041,15	31,28	136.328,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.287.500,00	1.287.500,00	214.635,75	16,67	322.997,07	25,09	964.502,93
MULTAS E JUROS DE MORA - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.500,00	3.500,00	635,75	18,16	1.997,07	57,06	1.502,93
RECEITAS DECOR. DE APORTES PERIOD. AMORT. DÉFICIT	1.284.000,00	1.284.000,00	214.000,00	16,67	321.000,00	25,00	963.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	83.510.363,28	83.510.363,28	18.254.165,61	21,86	31.611.029,52	37,85	51.899.333,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	83.510.363,28	83.510.363,28	18.254.165,61	21,86	31.611.029,52	37,85	51.899.333,76
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	83.510.363,28	83.510.363,28	18.254.165,61	21,86	31.611.029,52	37,85	51.899.333,76
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	7.106.723,28	—	—	903.238,87	—	—
Superávit Financeiro	—	7.106.723,28	—	—	903.238,87	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	78.460.215,88	14.055.469,66	92.515.685,54	18.372.986,54	47.966.946,86	11.430.691,42	20.151.893,07	21,78	72.363.792,47
DESPESAS CORRENTES	62.170.821,96	2.270.697,02	64.441.518,98	9.318.259,47	33.121.724,44	9.983.327,83	17.960.726,26	27,87	46.480.792,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.219.493,19	422.674,13	33.642.167,32	5.112.226,59	10.187.137,43	5.123.831,52	10.135.203,84	30,13	23.506.963,48
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.425.000,00	-19.139,56	1.405.860,44	0,00	1.405.860,44	150.952,62	325.220,12	23,13	1.080.640,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.526.328,77	1.867.162,45	29.393.491,22	4.206.032,88	21.528.726,57	4.708.543,69	7.500.302,30	25,52	21.893.188,92
DESPESAS DE CAPITAL	11.200.657,52	11.784.772,64	22.985.430,16	9.054.727,07	14.845.222,42	1.447.363,59	2.191.166,81	9,53	20.794.263,35
INVESTIMENTOS	10.955.657,52	11.616.449,08	22.572.106,60	9.054.727,07	14.616.898,86	1.410.571,34	2.109.880,16	9,35	20.462.226,44
INVERSOES FINANCEIRAS	5.000,00	180.000,00	185.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	240.000,00	-11.676,44	228.323,56	0,00	228.323,56	36.792,25	81.286,65	35,60	147.036,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.130.000,00	0,00	1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.130.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	3.958.736,40	0,00	3.958.736,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.958.736,40
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.050.147,40	30.816,00	5.080.963,40	637.464,30	2.637.452,18	877.455,62	1.571.347,28	30,93	3.509.616,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.562.077,40	0,00	3.562.077,40	627.665,77	1.186.760,31	628.074,68	1.186.729,25	33,32	2.375.348,15
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.488.070,00	30.816,00	1.518.886,00	9.798,53	1.450.691,87	249.380,94	384.618,03	25,32	1.134.267,97
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	83.510.363,28	14.086.285,66	97.596.648,94	19.010.450,84	50.604.399,04	12.308.147,04	21.723.240,35	22,26	75.873.408,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	83.510.363,28	14.086.285,66	97.596.648,94	19.010.450,84	50.604.399,04	12.308.147,04	21.723.240,35	22,26	75.873.408,59
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	9.887.789,17	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	83.510.363,28	14.086.285,66	97.596.648,94	19.010.450,84	50.604.399,04	12.308.147,04	31.611.029,52	22,26	75.873.408,59

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.631.777,46

FONTE:

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

JOACABA, 17/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.460.215,88	92.515.685,54	18.372.986,54	47.966.946,86	11.430.691,42	20.151.893,07	92,77	21,78	72.363.792,47
Legislativa	3.110.000,00	3.110.000,00	246.373,16	1.437.334,11	243.170,88	441.746,76	2,03	14,20	2.668.253,24
Ação Legislativa	3.110.000,00	3.110.000,00	246.373,16	1.437.334,11	243.170,88	441.746,76	2,03	14,20	2.668.253,24
Administração	8.918.516,10	9.244.939,35	1.152.848,40	5.646.671,86	1.474.740,38	3.528.821,86	16,24	38,17	5.716.117,49
Representação Judicial e Extrajudicial	947.072,00	947.072,00	50.699,08	500.974,10	49.759,90	474.549,08	2,18	50,11	472.522,92
Planejamento e Orçamento	168.202,00	128.202,00	14.233,42	56.239,80	24.084,42	46.290,80	0,21	36,11	81.911,20
Administração Geral	5.528.410,10	5.894.833,35	557.202,98	3.976.181,61	1.039.392,44	2.352.452,13	10,83	39,91	3.542.381,22
Administração Financeira	1.627.454,00	1.627.454,00	354.036,60	822.876,06	286.999,92	542.630,99	2,50	33,34	1.084.823,01
Controle Interno	121.978,00	121.978,00	20.982,80	50.003,85	20.982,80	42.831,03	0,20	35,11	79.146,97
Comunicação Social	163.200,00	163.200,00	155.693,52	160.788,70	38.380,72	43.475,90	0,20	26,64	119.724,10
Assistência à Criança e ao Adolescente	42.200,00	42.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.200,00
Previdência do Regime Estatutário	320.000,00	320.000,00	0,00	79.607,74	15.140,18	26.591,93	0,12	8,31	293.408,07
Segurança Pública	1.472.000,00	2.011.738,20	263.965,17	667.912,39	131.283,75	248.955,90	1,15	12,38	1.762.782,30
Policimento	41.000,00	50.134,80	17.390,84	25.190,84	7.140,00	14.415,00	0,07	28,75	35.719,80
Defesa Civil	1.431.000,00	1.961.603,40	246.574,33	642.721,55	124.143,75	234.540,90	1,08	11,96	1.727.062,50
Assistência Social	2.931.342,08	3.087.551,31	354.557,68	1.248.581,86	463.737,02	849.322,46	3,91	27,51	2.238.228,85
Assistência ao Idoso	255.767,00	245.767,00	36.232,69	142.681,04	54.057,01	87.829,38	0,40	35,74	157.937,62
Assistência ao Portador de Deficiência	73.274,08	83.150,54	9.876,46	82.300,54	24.773,83	30.809,17	0,14	37,05	52.341,37
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.462.933,00	1.477.679,64	154.413,39	507.023,73	197.191,04	372.493,23	1,71	25,21	1.105.186,41
Assistência Comunitária	1.139.368,00	1.280.954,13	154.035,14	516.576,55	187.715,14	358.190,68	1,65	27,96	922.763,45
Previdência Social	3.550.000,00	3.550.000,00	479.444,59	954.024,05	481.592,99	938.259,35	4,32	26,43	2.611.740,65
Previdência do Regime Estatutário	3.550.000,00	3.550.000,00	479.444,59	954.024,05	481.592,99	938.259,35	4,32	26,43	2.611.740,65
Saúde	11.225.624,00	12.341.613,58	2.260.494,76	4.838.707,89	1.310.008,74	2.493.847,21	11,48	20,21	9.847.766,37
Atenção Básica	9.245.228,00	10.114.969,99	2.013.892,58	4.072.159,13	1.104.053,71	2.092.108,53	9,63	20,68	8.022.861,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.441.138,00	1.687.385,59	194.713,96	574.736,48	141.155,70	283.988,71	1,31	16,83	1.403.396,88
Vigilância Sanitária	320.002,00	320.002,00	42.492,62	137.085,41	55.646,43	90.730,51	0,42	28,35	229.271,49
Vigilância Epidemiológica	219.256,00	219.256,00	9.395,60	54.726,87	9.152,90	27.019,46	0,12	12,32	192.236,54
Trabalho	2.281.985,80	2.281.985,80	536.366,10	896.725,11	593.011,61	852.193,62	3,92	37,34	1.429.792,18
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.281.985,80	2.281.985,80	536.366,10	896.725,11	593.011,61	852.193,62	3,92	37,34	1.429.792,18

Continua 1/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.460.215,88	92.515.685,54	18.372.986,54	47.966.946,86	11.430.691,42	20.151.893,07	92,77	21,78	72.363.792,47
Educação	13.913.199,00	16.186.676,84	1.992.626,37	8.679.158,61	3.016.807,78	4.628.174,18	21,31	28,59	11.558.502,66
Alimentação e Nutrição	485.100,00	595.830,38	-0,00	363.823,31	149.872,94	151.855,22	0,70	25,49	443.975,16
Ensino Fundamental	7.527.668,00	7.534.018,28	1.073.068,25	3.797.735,04	1.413.890,53	2.274.380,14	10,47	30,19	5.259.638,14
Ensino Médio	210.250,00	231.116,40	0,00	223.340,82	43.171,60	43.171,60	0,20	18,68	187.944,80
Educação Infantil	5.233.741,00	7.277.271,78	784.465,56	3.983.732,02	1.341.732,07	1.998.165,40	9,20	27,46	5.279.106,38
Educação Especial	100.000,00	192.000,00	96.000,00	192.000,00	32.000,00	48.000,00	0,22	25,00	144.000,00
Difusão Cultural	356.440,00	356.440,00	39.092,56	118.527,42	36.140,64	112.601,82	0,52	31,59	243.838,18
Cultura	19.000,00	19.000,00	2.000,00	3.824,48	197,60	2.022,08	0,01	10,64	16.977,92
Habitação Urbana	19.000,00	19.000,00	2.000,00	3.824,48	197,60	2.022,08	0,01	10,64	16.977,92
Direitos da Cidadania	122.031,00	122.031,00	19.437,19	35.797,33	19.017,19	35.377,33	0,16	28,99	86.653,67
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	122.031,00	122.031,00	19.437,19	35.797,33	19.017,19	35.377,33	0,16	28,99	86.653,67
Urbanismo	9.471.887,00	15.277.737,14	7.035.434,93	11.750.347,94	1.527.238,97	2.265.276,94	10,43	14,83	13.012.460,20
Infra-Estrutura Urbana	5.303.338,00	11.036.888,14	6.909.699,33	7.951.132,24	912.698,17	1.190.713,79	5,48	10,79	9.846.174,35
Serviços Urbanos	3.084.349,00	3.111.349,00	80.513,10	2.670.793,20	381.944,62	626.907,58	2,89	20,15	2.484.441,42
Conservação de Energia	1.084.200,00	1.129.500,00	45.222,50	1.128.422,50	232.596,18	447.655,57	2,06	39,63	681.844,43
Habitação	20.000,00	760.350,00	700.000,00	740.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760.350,00
Habitação Urbana	20.000,00	760.350,00	700.000,00	740.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760.350,00
Saneamento	9.864.330,00	13.203.646,79	2.572.608,42	7.132.624,18	1.259.566,96	2.382.506,61	10,97	18,04	10.821.140,18
Administração Geral	1.843.019,83	1.908.019,83	234.370,72	993.110,38	326.841,59	722.249,89	3,32	37,85	1.185.769,94
Saneamento Básico Rural	63.120,00	221.320,00	142.714,28	142.714,28	3.116,70	3.116,70	0,01	1,41	218.203,30
Saneamento Básico Urbano	7.958.190,17	11.074.306,96	2.195.523,42	5.996.799,52	929.608,67	1.657.140,02	7,63	14,96	9.417.166,94
Gestão Ambiental	143.611,50	143.611,50	28.660,71	54.887,78	29.549,91	51.100,68	0,24	35,58	92.510,82
Preservação e Conservação Ambiental	143.611,50	143.611,50	28.660,71	54.887,78	29.549,91	51.100,68	0,24	35,58	92.510,82
Agricultura	387.968,00	476.898,63	124.217,61	164.065,31	126.220,31	157.921,11	0,73	33,11	318.977,52
Extensão Rural	387.968,00	476.898,63	124.217,61	164.065,31	126.220,31	157.921,11	0,73	33,11	318.977,52
Indústria	400.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Promoção Industrial	400.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Comércio e Serviços	255.290,00	240.290,00	13.630,02	57.406,88	22.641,02	44.806,88	0,21	18,65	195.483,12
Promoção Comercial	148.090,00	148.090,00	11.933,04	30.198,90	11.933,04	30.198,90	0,14	20,39	117.891,10

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.460.215,88	92.515.685,54	18.372.986,54	47.966.946,86	11.430.691,42	20.151.893,07	92,77	21,78	72.363.792,47
Comércio e Serviços	255.290,00	240.290,00	13.630,02	57.406,88	22.641,02	44.806,88	0,21	18,65	195.483,12
Turismo	107.200,00	92.200,00	1.696,98	27.207,98	10.707,98	14.607,98	0,07	15,84	77.592,02
Transporte	1.072.266,00	1.072.266,00	99.086,91	492.335,45	149.603,11	173.961,98	0,80	16,22	898.304,02
Transporte Aéreo	47.400,00	47.400,00	8.380,10	13.517,78	3.938,10	9.075,78	0,04	19,15	38.324,22
Transporte Rodoviário	1.024.866,00	1.024.866,00	90.706,81	478.817,67	145.665,01	164.886,20	0,76	16,09	859.979,80
Desporto e Lazer	1.759.512,00	1.674.512,00	489.948,89	750.857,78	265.674,37	418.779,88	1,93	25,01	1.255.732,12
Desporto Comunitário	1.759.512,00	1.674.512,00	489.948,89	750.857,78	265.674,37	418.779,88	1,93	25,01	1.255.732,12
Encargos Especiais	2.452.917,00	2.422.101,00	1.285,63	2.415.683,85	316.628,83	638.818,24	2,94	26,37	1.783.282,76
Serviço da Dívida Interna	1.665.000,00	1.634.184,00	0,00	1.634.184,00	187.744,87	406.506,77	1,87	24,88	1.227.677,23
Outros Encargos Especiais	787.917,00	787.917,00	1.285,63	781.499,85	128.883,96	232.311,47	1,07	29,48	555.605,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.130.000,00	1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.130.000,00
RESERVA DO RPPS	3.958.736,40	3.958.736,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.958.736,40
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.050.147,40	5.080.963,40	637.464,30	2.637.452,18	877.455,62	1.571.347,28	7,23	30,93	3.509.616,12
Legislativa	90.000,00	90.000,00	16.190,26	29.137,54	16.190,26	29.137,54	0,13	32,38	60.862,46
Ação Legislativa	90.000,00	90.000,00	16.190,26	29.137,54	16.190,26	29.137,54	0,13	32,38	60.862,46
Administração	992.812,20	992.812,20	143.887,79	358.542,28	158.951,80	304.361,56	1,40	30,66	688.450,64
Administração Geral	992.812,20	992.812,20	143.887,79	358.542,28	158.951,80	304.361,56	1,40	30,66	688.450,64
Assistência Social	28.612,00	28.612,00	5.469,34	9.372,19	5.469,34	9.372,19	0,04	32,76	19.239,81
Assistência Comunitária	9.600,00	9.600,00	2.202,74	3.113,34	2.202,74	3.113,34	0,01	32,43	6.486,66
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	19.012,00	19.012,00	3.266,60	6.258,85	3.266,60	6.258,85	0,03	32,92	12.753,15
Previdência Social	154.399,00	154.399,00	28.064,66	50.747,67	28.064,66	50.747,67	0,23	32,87	103.651,33
Previdência do Regime Estatutário	154.399,00	154.399,00	28.064,66	50.747,67	28.064,66	50.747,67	0,23	32,87	103.651,33
Saúde	433.325,00	433.325,00	85.215,90	164.039,40	87.180,84	149.435,79	0,69	34,49	283.889,21
Atenção Básica	389.975,00	389.975,00	78.242,78	148.703,54	80.168,10	141.628,86	0,65	36,32	248.346,14
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	43.350,00	43.350,00	6.973,12	15.335,86	7.012,74	7.806,93	0,04	18,01	35.543,07
Educação	1.317.031,00	1.317.031,00	232.678,80	479.625,36	239.976,67	443.444,32	2,04	33,67	873.586,68
Ensino Fundamental	722.568,00	722.568,00	125.728,59	268.746,75	133.026,46	244.565,71	1,13	33,85	478.002,29

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.050.147,40	5.080.963,40	637.464,30	2.637.452,18	877.455,62	1.571.347,28	7,23	30,93	3.509.616,12
Educação	1.317.031,00	1.317.031,00	232.678,80	479.625,36	239.976,67	443.444,32	2,04	33,67	873.586,68
Educação Infantil	594.463,00	594.463,00	106.950,21	210.878,61	106.950,21	198.878,61	0,92	33,46	395.584,39
Saneamento	611.310,20	611.310,20	100.183,64	198.195,43	100.183,64	198.195,43	0,91	32,42	413.114,77
Administração Geral	800,00	800,00	622,67	622,67	622,67	622,67	0,00	77,83	177,33
Previdência do Regime Estatutário	525.000,00	525.000,00	84.658,67	167.865,99	84.658,67	167.865,99	0,77	31,97	357.134,01
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	85.510,20	85.510,20	14.902,30	29.706,77	14.902,30	29.706,77	0,14	34,74	55.803,43
Desporto e Lazer	138.658,00	138.658,00	25.773,91	63.792,31	27.438,41	50.490,88	0,23	36,41	88.167,12
Previdência do Regime Estatutário	108.094,00	108.094,00	23.281,86	42.750,91	23.281,86	42.750,91	0,20	39,55	65.343,09
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	11.564,00	11.564,00	2.492,05	4.741,40	2.492,05	4.741,40	0,02	41,00	6.822,60
Desporto Comunitário	19.000,00	19.000,00	0,00	16.300,00	1.664,50	2.998,57	0,01	15,78	16.001,43
Encargos Especiais	1.284.000,00	1.314.816,00	0,00	1.284.000,00	214.000,00	336.161,90	1,55	25,57	978.654,10
Serviço da Dívida Interna	1.284.000,00	1.314.816,00	0,00	1.284.000,00	214.000,00	336.161,90	1,55	25,57	978.654,10
TOTAL (III) = (I + II)	83.510.363,28	97.596.648,94	19.010.450,84	50.604.399,04	12.308.147,04	21.723.240,35	100,00	22,26	75.873.408,59

FONTE:

JOACABA, 17/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRI
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINAN

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	6.691.290,82	6.216.480,63	6.269.036,77	7.040.165,35	6.562.194,89	6.658.097,80	6.716.098,21	7.763.390,75	6.540.547,08	6.584.414,57	7.714.812,61	10.705.952,75	85.462.482,23	83.222.627,88
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.192.904,58	903.330,92	845.429,09	904.388,90	899.820,29	897.631,12	891.258,26	1.091.796,68	927.423,36	885.908,11	1.655.562,87	4.048.612,78	15.144.066,96	14.964.800,00
I.P.T.U.	322.967,45	150.091,13	145.019,31	149.327,88	139.696,92	146.319,17	144.459,72	108.375,88	6.816,26	13.351,43	392.035,93	2.735.771,93	4.454.233,01	4.434.000,00
I.S.S.	517.075,66	473.690,60	445.880,39	500.256,00	437.725,98	483.876,89	504.097,10	540.683,82	541.261,73	373.203,91	587.492,79	507.535,38	5.912.780,25	5.789.000,00
I.T.B.I.	111.574,27	95.190,59	65.249,38	69.828,23	139.292,13	115.464,76	101.906,96	157.983,61	232.439,40	111.865,80	138.145,80	70.439,54	1.409.380,47	1.290.000,00
I.R.R.F.	82.773,40	87.913,54	85.531,53	83.420,36	80.648,75	78.973,80	46.411,82	208.092,93	46.449,87	181.725,68	118.271,84	99.423,06	1.199.636,58	1.111.500,00
Outras Receitas Tributárias	158.513,80	96.445,06	103.748,48	101.556,43	102.456,51	72.996,50	94.382,66	76.660,44	100.456,10	205.761,29	419.616,51	635.442,87	2.168.036,65	2.340.300,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	265.744,08	267.530,03	285.142,57	280.665,29	290.240,42	280.521,50	286.638,89	562.091,70	111.035,60	287.113,85	299.759,41	323.578,11	3.540.061,45	3.519.962,29
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	265.744,08	267.530,03	285.142,57	280.665,29	290.240,42	280.521,50	286.638,89	562.091,70	111.035,60	287.113,85	299.759,41	323.578,11	3.540.061,45	3.519.962,29
RECEITA PATRIMONIAL	504.617,85	296.804,86	403.265,73	1.126.827,24	475.111,56	525.919,88	558.985,15	364.409,26	639.074,45	608.024,84	608.998,26	1.081.308,47	7.193.347,55	5.085.896,40
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	801.834,90	811.389,28	848.525,81	809.306,73	850.832,44	879.226,03	955.409,76	931.135,41	821.588,81	835.632,90	948.297,60	966.679,63	10.459.859,30	10.049.663,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.817.422,62	3.829.025,52	3.773.400,22	3.812.093,78	3.716.283,21	3.981.120,08	3.925.407,87	4.640.821,94	3.762.286,84	3.802.324,22	4.039.713,72	4.126.840,58	47.226.740,60	47.926.988,08
Cota-Parte do F.P.M.	1.083.571,81	977.999,89	831.960,86	858.182,49	685.114,21	900.534,24	951.448,92	1.600.015,23	1.005.633,40	1.216.466,38	826.174,92	1.041.251,39	11.978.353,74	12.903.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.379.056,32	1.384.072,23	1.478.063,49	1.466.743,87	1.552.337,70	1.564.928,78	1.596.505,61	1.624.560,37	1.547.445,83	1.344.068,60	1.462.443,39	1.532.692,52	17.932.918,71	17.685.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	322.940,31	307.116,26	301.179,37	327.491,82	304.263,79	283.982,06	196.715,24	124.231,68	155.419,02	233.300,62	306.568,11	312.031,84	3.175.240,12	3.564.000,00
Cota-Parte do ITR.	191,76	140,14	38,27	61,41	1.459,83	5.702,20	233,50	222,39	82,42	45,92	222,39	95,42	8.530,33	1.500,00
Transferências da LC 61/1989	24.745,17	27.356,11	26.884,34	26.977,84	25.009,15	35.329,35	33.135,47	37.482,79	12.385,27	25.870,31	23.018,88	24.424,67	322.619,35	310.000,00
Transferências da LC 87/1996	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	8.155,72	7.761,63	7.761,63	7.752,67	7.752,67	96.274,36	98.000,00
Transferências do FUNDEB	572.167,03	558.764,94	545.757,28	555.653,37	572.499,75	600.688,19	597.716,60	619.299,93	667.321,26	621.824,34	653.561,34	690.021,86	7.255.275,89	7.194.000,00
Outras Transferências Correntes	426.594,50	565.420,23	581.360,89	568.827,26	567.443,06	581.799,54	541.496,81	626.819,15	366.238,01	352.986,42	759.972,02	518.570,21	6.457.528,10	6.171.488,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	108.766,79	108.400,02	113.273,35	106.883,41	329.906,97	93.679,19	98.398,28	173.135,76	279.138,02	165.410,65	162.480,75	158.933,18	1.898.406,37	1.675.318,11
DEDUÇÕES (II)	670.397,94	644.444,09	650.384,21	656.276,58	629.968,72	675.306,20	672.822,46	916.814,02	554.674,52	688.699,56	655.045,33	722.936,51	8.137.770,14	8.679.300,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	101.585,98	103.476,24	116.048,11	108.592,00	109.618,07	110.497,14	110.529,29	325.520,25	3.846,45	117.805,30	124.417,68	133.895,20	1.465.831,71	1.701.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	5.079,93	0,00	5.079,93	10.162,12	5.082,79	5.082,79	5.082,79	11.346,88	5.082,79	5.391,79	5.391,79	5.391,79	68.175,39	66.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	563.732,03	540.967,85	529.256,17	537.522,46	515.267,86	559.726,27	557.210,38	579.946,89	545.745,28	565.502,47	525.235,86	583.649,52	6.603.763,04	6.912.300,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	6.020.892,88	5.572.036,54	5.618.652,56	6.383.888,77	5.932.226,17	5.982.791,60	6.043.275,75	6.846.576,73	5.985.872,56	5.895.715,01	7.059.767,28	9.983.016,24	77.324.712,09	74.543.327,88

FONTE:

JOACABA, 17/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.497.000,00	4.497.000,00	1.590.258,08	2.543.856,56	913.337,77
RECEITAS CORRENTES	4.497.000,00	4.497.000,00	1.590.258,08	2.543.856,56	913.337,77
Receita de Contribuições dos Segurados	1.701.000,00	1.701.000,00	258.312,88	379.964,63	300.500,81
Pessoal Civil	1.701.000,00	1.701.000,00	258.312,88	379.964,63	300.500,81
Ativo	1.687.000,00	1.687.000,00	255.606,36	375.050,76	297.909,29
Inativo	8.000,00	8.000,00	2.225,24	3.951,31	1.610,80
Pensionista	6.000,00	6.000,00	481,28	962,56	980,72
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.730.000,00	2.730.000,00	1.321.161,62	2.142.633,77	592.823,21
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.730.000,00	2.730.000,00	1.321.161,62	2.142.633,77	592.823,21
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	66.000,00	66.000,00	10.783,58	21.258,16	20.013,75
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	66.000,00	66.000,00	10.783,58	21.258,16	20.013,75
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.379.736,40	4.379.736,40	730.622,06	1.078.210,77	725.699,76
RECEITAS CORRENTES	4.379.736,40	4.379.736,40	730.622,06	1.078.210,77	725.699,76
Receita de Contribuições Patronais	3.095.736,40	3.095.736,40	516.622,06	757.210,77	599.699,76
Pessoal Civil	3.095.736,40	3.095.736,40	516.622,06	757.210,77	599.699,76
Ativo	3.073.336,40	3.073.336,40	511.208,98	750.095,49	595.812,45
Inativo	22.400,00	22.400,00	5.413,08	7.115,28	3.887,31
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de JOACABA - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.284.000,00	1.284.000,00	214.000,00	321.000,00	126.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	8.876.736,40	8.876.736,40	2.320.880,14	3.622.067,33	1.639.037,53
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.920.000,00	3.920.000,00	512.635,76	990.289,87	758.644,60
ADMINISTRAÇÃO	370.000,00	370.000,00	31.042,77	52.030,52	39.871,64
Despesas Correntes	350.000,00	350.000,00	31.042,77	52.030,52	38.912,64
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	959,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.550.000,00	3.550.000,00	481.592,99	938.259,35	718.772,96
Pessoal Civil	0,00	0,00	479.444,59	934.024,05	718.772,96
Aposentadorias	0,00	0,00	380.232,75	739.655,99	545.422,41
Pensões	0,00	0,00	99.211,84	194.368,06	173.350,55
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.550.000,00	3.550.000,00	2.148,40	4.235,30	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.550.000,00	3.550.000,00	2.148,40	4.235,30	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.920.000,00	3.920.000,00	512.635,76	990.289,87	758.644,60

Continua 2/3

Município de JOACABA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	4.956.736,40	4.956.736,40	1.808.244,38	2.631.777,46	880.392,93
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					4.958.736,40

BENS E DIREITOS DO RPPS	MARÇO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2012	2011
Bancos Conta Movimento	17.393,66	12.289,40	5.667,27
Investimentos	26.690.825,33	27.869.545,03	21.214.732,32

FONTE:

JOACABA, 17/05/2012

 RAFAEL LASKE
 PREFEITO

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

 SONIA APARECIDA BORCHERS
 CONTROLADORA INTERNA

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC SC 354870-5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)		R\$ 1,00	
		SALDO	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 29 Fev 2012 (B)	Em 30 Abr 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.662.688,13	10.496.566,16	10.459.773,91
DEDUÇÕES (II)	26.212.443,50	27.934.010,22	31.769.273,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.748.004,89	28.580.419,88	31.769.641,58
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	535.561,39	646.409,66	368,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-15.549.755,37	-17.437.444,06	-21.309.499,67
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-15.549.755,37	-17.437.444,06	-21.309.499,67
RESULTADO NOMINAL		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2012 (C - A)
VALOR		-3.872.055,61	-5.759.744,30
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		3.275.500,00	

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
		SALDO	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 29 Fev 2012 (B)	Em 30 Abr 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	26.624.857,19	26.624.857,19	25.325.935,75
Passivo Atuarial	26.624.857,19	26.624.857,19	25.325.935,75
DEDUÇÕES (VIII)	25.321.108,70	26.065.749,70	27.881.834,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	72.681,68	12.269,09	12.289,40
Investimentos	25.253.254,05	26.053.480,61	27.869.545,03
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	4.827,03	5.553,20	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	1.303.748,49	564.660,69	-2.555.898,68
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	1.303.748,49	564.660,69	-2.555.898,68

JOACABA, 24/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	76.424.845,88	16.500.234,99	27.699.941,38	24.782.288,16
Receita Tributária	14.967.000,00	5.704.626,03	7.517.957,50	6.710.908,38
I.P.T.U.	4.434.000,00	3.127.807,86	3.147.975,55	2.849.752,35
I.S.S.	5.789.000,00	1.095.028,17	2.009.493,81	1.761.312,09
I.T.B.I.	1.290.000,00	208.585,34	552.890,54	425.666,38
I.R.R.F.	1.111.500,00	217.694,90	445.870,45	382.460,29
Outras Receitas Tributárias	2.342.500,00	1.055.509,76	1.361.727,15	1.291.717,27
Receita de Contribuição	7.082.039,69	1.219.527,17	1.896.629,70	1.571.700,92
Receitas Previdenciárias	4.796.736,40	774.934,94	1.137.175,40	900.200,57
Outras Contribuições	2.285.303,29	444.592,23	759.454,30	671.500,35
Receita Patrimonial Líquida	150.267,00	26.766,53	51.122,19	50.801,02
Receita Patrimonial	5.085.896,40	1.690.306,73	2.937.406,02	1.325.624,93
(-) Aplicações Financeiras	4.935.629,40	1.663.540,20	2.886.283,83	1.274.823,91
Transferências Correntes	41.014.688,08	7.057.668,92	13.511.032,23	12.551.904,15
F.P.M.	10.322.400,00	1.493.941,09	3.271.620,98	3.007.944,10
I.C.M.S.	14.148.000,00	2.396.108,91	4.709.320,64	4.388.352,18
Convênios	950.800,00	121.594,14	232.222,81	452.948,59
Outras Transferências Correntes	15.593.488,08	3.046.024,78	5.297.867,80	4.702.659,28
Demais Receitas Correntes	13.210.851,11	2.491.646,34	4.723.199,76	3.896.973,69
Dívida Ativa	1.028.900,00	191.410,16	543.214,07	434.352,37
Diversas Receitas Correntes	12.181.951,11	2.300.236,18	4.179.985,69	3.462.621,32
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.149.888,00	90.390,42	1.024.804,31	224.066,63
Operações de Crédito (III)	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	108.000,00	25.594,42	33.882,55	24.066,63
Alienação de Ativos (V)	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	31.888,00	64.796,00	990.921,76	200.000,00
Convênios	1.000,00	44.796,00	970.921,76	200.000,00
Outras Transferências de Capital	30.888,00	20.000,00	20.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	31.888,00	64.796,00	990.921,76	200.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	76.456.733,88	16.565.030,99	28.690.863,14	24.982.288,16
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	69.522.482,38	10.860.783,45	19.532.073,54	16.823.178,23
Pessoal e Encargos Sociais	37.204.244,72	5.751.906,20	11.321.933,09	8.965.202,21
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.405.860,44	150.952,62	325.220,12	335.392,59
Outras Despesas Correntes	30.912.377,22	4.957.924,63	7.884.920,33	7.522.583,43
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	68.116.621,94	10.709.830,83	19.206.853,42	16.487.785,64
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	22.985.430,16	1.447.363,59	2.191.166,81	974.758,80
Investimentos	22.572.106,60	1.410.571,34	2.109.880,16	833.492,71
Inversões Financeiras	185.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	185.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	228.323,56	36.792,25	81.286,65	141.266,09
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	22.757.106,60	1.410.571,34	2.109.880,16	833.492,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.130.000,00	-	-	-

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DO RPPS (XVII)	3.958.736,40	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	95.962.464,94	12.120.402,17	21.316.733,58	17.321.278,35
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-19.505.731,06	4.444.628,82	7.374.129,56	7.661.009,81
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	903.238,87	0,00
Superávit Financeiro	-	-	903.238,87	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-5.388.829,40

FONTE:

JOACABA, 17/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	97.127,51	431.008,49	1.489,00	526.639,50	7,50	35.690,51	5.479.634,90	154.592,46	2.987.314,32	2.373.418,63
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	97.127,51	418.993,34	0,00	516.113,35	7,50	35.690,51	1.904.490,28	3.338,17	1.611.328,44	325.514,18
CONSELHO TUTELAR	0,00	1.340,47	0,00	1.340,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.698,52	0,00	2.292,52	3.406,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	62,40	0,00	62,40	0,00	0,00	27.204,80	0,00	27.204,80	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	108.380,74	0,00	108.373,24	7,50	11.947,55	113.862,61	1.742,91	36.620,97	87.446,28
GABINETE DO PREFEITO	0,00	210.434,98	0,00	210.434,98	0,00	23.500,00	92.966,78	0,00	53.002,24	63.464,54
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	1.505,87	0,00	1.505,87	0,00	0,00	2.358,24	0,00	2.358,24	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	48.691,00	0,00	48.691,00	0,00	0,00	323.410,14	4,00	316.416,18	6.989,96
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	9.852,85	0,00	9.852,85	0,00	0,00	71.096,09	0,00	67.008,12	4.087,97
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA	0,00	28.428,24	0,00	28.428,24	0,00	242,96	82.314,79	0,00	77.547,91	5.009,84
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	97.127,51	10.296,79	0,00	107.424,30	0,00	0,00	1.185.578,31	1.591,26	1.028.877,46	155.109,59
FUNDAÇÃO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACABA	0,00	1.603,12	0,00	1.603,12	0,00	0,00	51.927,25	0,00	51.927,25	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE	0,00	1.603,12	0,00	1.603,12	0,00	0,00	51.927,25	0,00	51.927,25	0,00
INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA	0,00	4.827,03	0,00	4.827,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PÚBL. - II	0,00	4.827,03	0,00	4.827,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PLANO DE SAÚDE ASSIST. SOCIAL DOS SERV. PÚBL.	0,00	5.585,00	1.489,00	4.096,00	0,00	0,00	20.639,71	0,00	20.639,71	0,00
PLANO DE SAÚDE ASSIST. SOCIAL DOS SERV.PÚBL.	0,00	5.585,00	1.489,00	4.096,00	0,00	0,00	20.639,71	0,00	20.639,71	0,00
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.073.097,66	151.254,29	1.079.113,75	842.729,62
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-J	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.073.097,66	151.254,29	1.079.113,75	842.729,62
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.429.480,00	0,00	224.305,17	1.205.174,83
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.429.480,00	0,00	224.305,17	1.205.174,83
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	12.252,42	-	12.252,42	-	-	3.952,84	-	3.952,34	0,50
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	11.366,56	0,00	11.366,56	0,00	0,00	3.952,84	0,00	3.952,34	0,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	902,10	0,00	902,10	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	827,29	0,00	827,29	0,00	0,00	3.050,74	0,00	3.050,24	0,50
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	554,98	0,00	554,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	9.984,29	0,00	9.984,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACABA	0,00	885,86	0,00	885,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE	0,00	885,86	0,00	885,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	97.127,51	443.260,91	1.489,00	538.891,92	7,50	35.690,51	5.483.587,74	154.592,46	2.991.266,66	2.373.419,13

FONTE:

JOACABA, 17/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	13.357.900,00	13.357.900,00	4.828.629,46	6.489.243,29	48,58
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.017.500,00	5.017.500,00	3.278.565,13	3.425.542,37	68,27
1.1.1- IPTU	4.437.000,00	4.437.000,00	3.127.807,86	3.147.975,55	70,95
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	542,95	563,49	3,76
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	440.000,00	440.000,00	113.494,19	205.144,67	46,62
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	130.000,00	130.000,00	36.720,13	71.858,66	55,28
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(4.500,00)	(4.500,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.295.000,00	1.295.000,00	208.712,66	553.017,86	42,70
1.2.1- ITBI	1.300.000,00	1.300.000,00	209.585,34	553.890,54	42,61
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	5.000,00	5.000,00	127,32	127,32	2,55
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(10.000,00)	(10.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	10,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.933.900,00	5.933.900,00	1.123.656,77	2.064.812,61	34,80
1.3.1- ISS	5.800.000,00	5.800.000,00	1.096.933,78	2.011.466,22	34,68
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	1.328,46	2.419,41	48,39
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	20.276,29	38.968,44	35,43
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	30.000,00	30.000,00	7.023,85	13.930,95	46,44
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(11.100,00)	(11.100,00)	(1.905,61)	(1.972,41)	17,77
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.111.500,00	1.111.500,00	217.694,90	445.870,45	40,11
1.4.1- IRRF	1.111.500,00	1.111.500,00	217.694,90	445.870,45	40,11
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	34.561.500,00	34.561.500,00	5.544.428,87	11.100.669,90	32,12
2.1- Cota-Parte FPM	12.903.000,00	12.903.000,00	1.867.426,31	4.089.526,09	31,69
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.903.000,00	12.903.000,00	1.867.426,31	4.089.526,09	31,69
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	17.685.000,00	17.685.000,00	2.995.135,91	5.886.650,34	33,29
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	98.000,00	98.000,00	15.505,34	31.028,60	31,66
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	310.000,00	310.000,00	47.443,55	85.699,13	27,64
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	317,81	446,15	29,74
2.6- Cota-Parte IPVA	3.564.000,00	3.564.000,00	618.599,95	1.007.319,59	28,26
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	47.919.400,00	47.919.400,00	10.373.058,33	17.589.913,19	36,71
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	894.750,00	894.750,00	185.630,67	329.179,91	36,79
5.1- Transferências do Salário-Educação	633.600,00	633.600,00	110.710,43	249.087,73	39,31
5.2- Outras Transferências do FNDE	251.000,00	251.000,00	69.531,48	69.531,48	27,70
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.150,00	10.150,00	5.388,76	10.560,70	104,05
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	500,00	285,54	700.548,29	140.109,66
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	700.026,91	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	500,00	500,00	285,54	521,38	104,28
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	285.000,00	285.000,00	75.990,27	61.739,20	21,66
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.180.250,00	1.180.250,00	261.906,48	1.091.467,40	92,48

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.912.300,00	6.912.300,00	1.108.885,38	2.220.133,13	32,12
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.580.600,00	2.580.600,00	373.485,22	817.905,11	31,69
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.537.000,00	3.537.000,00	599.027,00	1.177.329,70	33,29
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	19.600,00	19.600,00	3.101,06	6.205,70	31,66
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	62.000,00	62.000,00	9.488,72	17.139,84	27,64
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	63,55	89,19	29,73
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	712.800,00	712.800,00	123.719,83	201.463,59	28,26
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.219.000,00	7.219.000,00	1.348.688,42	2.641.829,52	36,60
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.194.000,00	7.194.000,00	1.343.583,20	2.632.728,80	36,60
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	25.000,00	25.000,00	5.105,22	9.100,72	36,40
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	281.700,00	281.700,00	234.697,82	412.595,67	146,47
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.858.050,00	6.951.970,33	1.269.524,41	2.295.443,52	33,02
13.1- Com Educação Infantil	3.547.120,00	3.600.552,27	660.661,10	1.215.971,85	33,77
13.2- Com Ensino Fundamental	3.310.930,00	3.351.418,06	608.863,31	1.079.471,67	32,21
14- OUTRAS DESPESAS	360.950,00	360.950,00	71.205,65	144.174,47	39,94
14.1- Com Educação Infantil	242.710,00	242.710,00	52.961,72	84.454,44	34,80
14.2- Com Ensino Fundamental	118.240,00	118.240,00	18.243,93	59.720,03	50,51
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.219.000,00	7.312.920,33	1.340.730,06	2.439.617,99	33,36
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					93.920,33
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					93.920,33
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					83,33
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				93.920,33	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				93.920,33	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	11.979.850,00	11.979.850,00	2.593.264,58	4.397.478,30	36,71
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.526.604,00	5.819.036,27	1.028.996,46	1.773.428,19	30,48
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.789.830,00	3.843.262,27	713.622,82	1.300.426,29	33,84
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.736.774,00	1.975.774,00	315.373,64	473.001,90	23,94
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.666.334,00	7.567.822,06	1.421.314,58	2.374.682,56	31,38
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.429.170,00	3.469.658,06	627.107,24	1.139.191,70	32,83
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.237.164,00	4.098.164,00	794.207,34	1.235.490,86	30,15
25- ENSINO MÉDIO	52.000,00	52.000,00	22.305,20	22.305,20	42,89
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	13.244.938,00	13.438.858,33	2.472.616,24	4.170.415,95	31,03
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					412.595,67
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					9.100,72
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					93.920,33
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					515.616,72
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.632.494,03
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					20,65

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	643.600,00	971.294,70	214.482,41	227.568,41	23,43
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	251.150,00	457.782,15	223.303,07	223.303,07	48,78
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	894.750,00	1.429.076,85	437.785,48	450.871,48	31,55
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.139.688,00	14.867.935,18	2.910.401,72	4.621.287,43	31,08
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	93.920,33	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.632.728,80	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.450.200,52	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.100,72	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	285.549,33	0,00

JOACABA, 25/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 93.920,33, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

JOACABA, 17/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

Município de JOACABA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial	—	—	0,00	
Previsão Atualizada	—	—	83.510.363,28	
Receitas Realizadas	18.254.165,61	18.254.165,61	31.611.029,52	
Déficit Orçamentário	—	—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	—	903.238,87	
DESPESAS				
Dotação Inicial	—	—	83.510.363,28	
Créditos Adicionais	—	—	14.086.285,66	
Dotação Atualizada	—	—	97.596.648,94	
Despesas Empenhadas	19.010.450,84	19.010.450,84	50.604.399,04	
Despesas Liquidadas	12.308.147,04	12.308.147,04	21.723.240,35	
Superavit Orçamentário	—	—	9.887.789,17	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		19.010.450,84	50.604.399,04	
Despesas Liquidadas		12.308.147,04	21.723.240,35	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			77.324.712,09	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.320.880,14	3.622.067,33	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		512.635,76	990.289,87	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.808.244,38	2.631.777,46	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		3.275.500,00	-5.759.744,30	-175,84
Resultado Primário		-5.388.829,40	7.374.129,56	-136,84
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	540.388,42	1.489,00	538.891,92	7,50
EXECUTIVO	540.388,42	1.489,00	538.891,92	7,50
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.519.278,25	154.592,46	2.991.266,66	2.373.419,13
EXECUTIVO	4.089.798,25	154.592,46	2.766.961,49	1.168.244,30
LEGISLATIVO	1.429.480,00	0,00	224.305,17	1.205.174,83
TOTAL:	6.059.666,67	156.081,46	3.530.158,58	2.373.426,63
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.632.494,03	25%	20,65
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.201.523,19	60%	83,33
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida		2.191.166,81	20.794.263,35	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de JOACABA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	10.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	11.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.036.024,86	15,00	11,57

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

JOACABA, 24/05/2012

RAFAEL LASKE
PREFEITO_____
IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA_____
SONIA APARECIDA BORCHERS
CONTROLADORA INTERNA_____
SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

Lages

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 02/2012 - Saude

O MUNICÍPIO DE LAGES/FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE TORNA PÚBLICO:

CONTRATO EMERGENCIAL: 139/2012

CONTRATADA: ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 08.780.814/0001-06, com sede à Rua Tancredo de Almeida Neves, 4325 - Concórdia/SC - cep: 89.700-000. Objeto: fornecimento de gases medicinais para uso das Unidades de Saúde e do Pronto Atendimento Municipal, e atendimento domiciliar da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações contidas na autorização de fornecimento n.º 24/2012 e no Edital Correlato.

Item	Gás	Qtd	Unit R\$	total
01	Oxigênio medicinal cilindros de 06m³	8.200	53,94	442.308,00
02	Oxigênio medicinal cilindros de 01m³	400	38,00	15.200,00

Fundamento Legal: Processo Dispensa de Licitação n.º 02/2012 - SAUDE.

Lages, 22 de MAIO de 2012.
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Lages

Resultado CV 09-2012 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL
ASSUNTO: CONVITE Nº 09/2012- FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO, DESCARTÁVEIS E EXPEDIENTE PARA OS CRAS I, II, III, IV, V E NÚCLEO DO CRAS V
O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: DIVERSOS
VALOR: 43.979,34

Lages, 29 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado CV 13-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL
ASSUNTO: CONVITE Nº 13/2012- SMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PORTÕES, GRADIS, JANELAS E OUTROS, PARA USO NAS UNIDADES E SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: VOLNI MUNIZ PADILHA ME

VALOR: 51.706,52

Lages, 29 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado CV 18-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL
ASSUNTO: CONVITE Nº 18/2012- PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 10.000 M² DE GRAMA SEMPRE VERDE EM LEIVA PARA OS CANTEIROS DE AVENIDAS, PARQUES, PRAÇAS E RUAS DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: TERRA VERDE PRODUÇÃO E COMERCIO DE PLANTAS LTDA.
VALOR: 55.000,00

Lages, 28 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado CV 20-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL
ASSUNTO: CONVITE Nº 20/2012- PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA PARA A REALIZAÇÃO DE AUDITORIA DOS CÁLCULOS DE APURAÇÃO DAS TARIFAS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: IPRU - INSTITUTO PROFESSOR RAINOLDO UESSLER
VALOR: 55.000,00

Lages, 28 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado PP 13-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL
ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2012- SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CURATIVOS PARA UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.
VALOR: 145.250,00

Lages, 29 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado PP 32-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2012- PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E POSTES PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: DIVERSOS

VALOR: 144.699,00

Lages, 29 de maio de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

1º Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso 1.226/2007

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Termo de Cessão de Uso nº 1.226/2007-2, celebrado entre o Município de Lages e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar.

O MUNICÍPIO DE LAGES, situado na Rua Benjamin Constant, nº 13, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Renato Nunes de Oliveira, portador da Carteira de Identidade nº 183.493/ SSPSC, CPF nº 021.168989-00, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM José Luiz Masnik, portador da Carteira de Identidade Militar nº 900272-3 e do CPF nº 353.078.469-91, resolvem as partes, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao instrumento supracitado, prorrogando o prazo ajustado na Cláusula Sétima - Prazo e Vigência, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O prazo estabelecido no instrumento original, objetivando a cessão de veículo para servir de apoio ao CESSIONÁRIO, fica mediante este instrumento, prorrogado por 5 (cinco) anos, a partir de 03 de maio de 2012, podendo, no interesse das partes, ser renovado por Termo Aditivo, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A eficácia do presente termo aditivo fica condicionada à publicação do seu extra-to no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as cláusulas e condições não modificadas direta ou indi-retamente por este Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste Termo Aditivo será providenciada pelo CESSIONÁRIO, no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, de-vendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

E por estarem de comum acordo firmam este Termo em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Lages - SC ,
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Lages

Cel BM - JOSÉ LUIZ MASNIK
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros
Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

Termo de Cessão de Uso Cbmisc/PML

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Termo de Cessão de Uso nº 1.226/2007-2, celebrado entre o Município de Lages e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar.

O MUNICÍPIO DE LAGES, situado na Rua Benjamin Constant, nº 13, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Renato Nunes de Oliveira, portador da Carteira de Identidade nº 183.493/ SSPSC, CPF nº 021.168989-00, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM José Luiz Masnik, portador da Carteira de Identidade Militar nº 900272-3 e do CPF nº 353.078.469-91, resolvem as partes, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao instrumento supracitado, prorrogando o prazo ajustado na Cláusula Sétima - Prazo e Vigência, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O prazo estabelecido no instrumento original, objetivando a cessão de veículo para servir de apoio ao CESSIONÁRIO, fica mediante este instrumento, prorrogado por 5 (cinco) anos, a partir de 03 de maio de 2012, podendo, no interesse das partes, ser renovado por Termo Aditivo, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A eficácia do presente termo aditivo fica condicionada à publicação do seu extra-to no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as cláusulas e condições não modificadas direta ou indi-retamente por este Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste Termo Aditivo será providenciada pelo CESSIONÁRIO, no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, de-vendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

E por estarem de comum acordo firmam este Termo em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Lages - SC ,
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Lages

Cel BM - JOSÉ LUIZ MASNIK
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros
Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 049/2012

DECRETO Nº 049 DE 29 DE MAIO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E ABERTURA DE ESTRADA BARRA GRANDE/BOA VISTA"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 858 de 28 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	21.346,94
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	21.346,94
Função	04	Administração	21.346,94
Sub-função	122	Administração Geral	21.346,94
Programa	3	Gestão Geral e Administrativa	21.346,94
Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	21.346,94
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	21.346,94
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	21.346,94
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	21.346,94
Fonte de Recursos	0.3.0024	Transferências de Convênios - Outros (Superávit)	21.346,94
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			21.346,94

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado em exercícios anteriores nas seguintes fontes e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Fonte de Recursos	0.1.0024	Remuneração de Depósitos Bancários – Transferências de Convênios – Outros, para Pavimentação de Ruas - Superávit	1.003,98
Fonte de Recursos	0.1.0024	Transferências de Convênios – Outros, para Pavimentação de Ruas - Superávit	0,13

		Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências de Convênios – Outros, para abertura da Estrada Barra Grande/Boa Vista - Superávit	
Fonte de Recursos	0.1.0024		20.342,83
TOTAL DE RECURSOS UTILIZADOS			21.346,94

Parágrafo Único – Os recursos dos Convênios e seus rendimentos, de que trata o caput, foram registrados e movimentados entre 2009 e 2011, através das contas contábeis nº 66283 e 66169.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de maio de 2012

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato Nº 001/2012

CONTRATO Nº 001/2012

TERMO DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL E A EMPRESA

Por este instrumento particular de Contrato de Empreitada por menor preço global, que fazem entre si, a CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl - Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 10.779.622/0001-13, neste ato representado pelo Presidente da Câmara, ARINO SCHEIDT MARIAN, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede da Rua Canadá, nº 400, Sala 03, Centro, Município de Ituporanga/SC doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 001/2012, homologado em 25/05/2012, mediante sujeição mútua das normas constantes do Edital antes citado e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

O objeto do presente contrato consiste na execução de obras de execução da Segunda Etapa da CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, a ser edificada no imóvel situado na Av. Adolfo Scheidt, município de Leoberto Leal, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Ituporanga, sob o nº. R-3-13.045, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital de Tomada de Preços nº 001/2012, por parte da CONTRATADA, conforme projeto respectivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA declara ter examinado em detalhes a documentação atinente ao objeto do presente Contrato e possuir condições de executá-los dentro da melhor técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Fazem parte deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é do conhecimento das partes Contratantes: Normas e Especificações da ABNT, proposta da Contratada, Edital de Licitação, modalidade Tomada de Preços nº 001/2012, projeto, plantas, especificações complementares, além



das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A obra, objeto do presente Contrato será realizado sob o regime de Empreitada por Menor preço global.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para fornecimento e execução dos serviços ora contratados, constituindo-se na única remuneração pelos trabalhos prestados inclusive transportes.

Os pagamentos serão efetuados a partir do 10º dia, após a aprovação das medições efetuadas, observando-se o cronograma físico-financeiro, à vista da documentação fiscal fornecida pelo licitante.

O pagamento será efetuado observadas as seguintes condições:

01. A fatura corresponderá à medição do serviço executado, mediante fiscalização e aceite pela Contratante, incluindo a legalização da obra, que não poderá ser inferior ao estipulado no cronograma físico-financeiro.

02. Os pagamentos subsequentes, também ficam condicionados a medição feita pela fiscalização de acordo com o cronograma físico-financeiro, conferência e aceite, sendo que os mesmos ficam condicionados a disponibilidade financeira do Poder Legislativo.

03. A última fatura fica condicionada ao Termo de Recebimento Definitivo dos serviços executados.

04. Para fins de pagamento a Contratada deverá encontrar-se em situação regular referente aos seguintes documentos:

I - Certidão Negativa de Débitos para com o INSS (CND) e FGTS;
II - Certidão conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

05. O licitante vencedor indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta-corrente para efetivação do pagamento.

06. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira da contratada com a Câmara Municipal, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

01. Para garantia da fiel execução dos compromissos assumidos no presente Contrato, a CONTRATADA deverá depositar a importância equivalente a 03% (três por cento) do valor deste contrato em conta poupança específica no Banco do Brasil S/A, agência de Leoberto Leal, em nome da CÂMARA MUNICIPAL, onde será corrigida pelo índice de correção da Caderneta de Poupança

02. O total retido só será restituído a CONTRATADA, depois de liquidado todos os compromissos que assume neste Contrato e obtido o Termo de Recebimento de Serviços;

03. A liberação da caução estará condicionada a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação no INSS, relativo à obra executada;

04. A Caução será liberada até 01 (um) dia após a emissão do

Termo de Recebimento Definitivo, pela comissão especialmente designada. O Termo de Recebimento de Obras será emitido após 60 (sessenta) dias do recebimento provisório da obra, caso não surjam quaisquer irregularidades;

05. Em caso de rescisão contratual, a devolução da caução somente se efetivará se houver acordo ou por falência da CONTRATADA;

06. A CONTRATADA estará sujeita a perda de caução, se na execução do objeto, vier a comprometer a Ordem ou Segurança Pública;

07. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir qualquer compromisso que assume neste Contrato, fica a CÂMARA MUNICIPAL, após comprovação, autorizada a liberar a seu favor (da Câmara Municipal), total ou parcialmente, os valores depositados a título de caução;

08. Em qualquer dos casos previstos, a liberação da caução da CONTRATADA se efetivará através de autorização da CÂMARA MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E RECURSOS

As despesas oriundas do presente Contrato correrão por conta dos seguintes recursos:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

01.01 01.031.0001 1.001 4.4.90.00.00.00.00.0175 (Câmara Municipal de Vereadores - Construção da Sede do Poder Legislativo - Recurso Ordinário)

CLÁUSULA SÉTIMA - ANDAMENTO DOS SERVIÇOS E PRAZO PARA EXECUÇÃO

01. Os serviços deverão ser iniciados até 05 (CINCO) dias após a assinatura da respectiva Ordem de Serviço;

02. A obra deverá ser entregue no prazo previsto no cronograma físico, salvo motivos de força maior devidamente justificado;

03. A CONTRATADA poderá pedir prorrogação do prazo em caso de interrupção dos trabalhos, por fatos oriundos da Administração Municipal ou de força maior, conforme definido no Código Civil em vigor;

04. O andamento dos serviços seguirá rigorosamente o cronograma apresentado pela CONTRATADA na sua proposta;

05. Os serviços incompletos ou executados em desacordo com os projetos e normas apresentados, serão refeitos imediatamente, não cabendo a Firma executante o direito de indenização.

06. O Licitante se obriga a entregar o objeto do presente edital no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato

CLÁUSULA OITAVA - MULTAS

01. A CONTRATADA fica sujeita a multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado, quando sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o valor da multa for igual ou inferior a 01 (uma) UFM, será dispensado o seu pagamento, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato.

02. O atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega do serviço, sem justificativa da CONTRATADA, será considerado como recusa e

dará causa de cancelamento da Ordem de Serviço correspondente a aplicação da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto do Contrato não realizado;

03. A CONTRATADA fica sujeita a multa de 01 (uma) a 10 (dez) UFGs, em caso de infração a quaisquer disposições contidas no Código de Posturas, Código de Obras, Código Nacional de Trânsito e outros dispositivos legais pertinentes, respondendo ainda pelas multas decorrentes da infração cometida devidas ao órgão competente;

04. A CONTRATADA assiste o direito de pedir reconsideração, por escrito a CÂMARA MUNICIPAL dentro de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data da notificação recebida, que será decidida em 03 (três) dias, relevando ou não a multa;

05. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA notificada, por escrito, pela CÂMARA MUNICIPAL. A partir da notificação, terá ela o prazo de 10 (dez) dias para recolher a CÂMARA MUNICIPAL;

06. Nenhum pagamento de medição será efetuado a CONTRATADA, se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA - DA FORÇA MAIOR

Se a CONTRATADA, por circunstância de força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato a CÂMARA MUNICIPAL e ratificar por escrito até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CÂMARA MUNICIPAL e a CONTRATADA, reciprocamente, não serão responsáveis por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - EMPREGADOS

A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado nas obras que trata este Contrato, a legislação pertinente, especialmente as obrigações previdenciárias e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É de total responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, em efetivo funcionamento, na obra em questão.

01. As multas ou outras penalidades impostas à CONTRATADA, pela Delegacia Regional do Trabalho, deverão ser pagas pela mesma, nos termos da NR-4 de 18 de junho de 1978, item 4.6.5;

02. Atrasos no cronograma, decorrentes de penalidades impostas por infração legal, não serão consideradas em hipótese alguma, motivos de força maior.

PARAGRAFO SEGUNDO - A CÂMARA MUNICIPAL poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação ou permanência nos serviços prejudique a execução das obras, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta Resolução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

01. O material necessário a execução dos serviços e obras será fornecido pela CONTRATADA.
O material a ser transportado, sua carga e descarga, assim como

a guarda será de inteira responsabilidade da CONTRATADA não cabendo a CÂMARA MUNICIPAL, em hipótese alguma, a obrigação de indenizar ou substituir por perdas, desaparecimentos, furtos ou outros;

02. A CONTRATADA colocará a disposição da obra, todo o equipamento necessário e em bom estado de conservação, em qualidade e espécie, para manter o bom andamento da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

01. A CONTRATADA responderá pela solidez, segurança e perfeição das obras executadas, nos termos do Código Civil em vigor, mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

02. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados a CÂMARA MUNICIPAL ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a CÂMARA MUNICIPAL de quaisquer reclamações resultantes de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou procedimento, mediante documento escrito, quando:

a) As partes assim o acordarem;

b) A CÂMARA MUNICIPAL assim o julgar conveniente, administrativamente se a CONTRATADA:

01. Não cumprir qualquer uma das obrigações aqui assumidas;

02. Transferir o Contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da CÂMARA MUNICIPAL;

03. Entrar em concordata ou falência, ou atrasar em mais de quinze dias o salário do pessoal envolvido na obra;

04. Deixar evidenciada por culpa, dolo, simulação, fraude na execução da obra ou por reiteradas impugnações feitas pela Fiscalização, sua incapacidade para dar execução aos serviços;

05. Desatender as determinações regulares da fiscalização da CÂMARA MUNICIPAL ou seu(s) preposto(s);

06. Paralisar os serviços sem justa causa e prévia comunicação a CÂMARA MUNICIPAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Da rescisão unilateral, não caberá qualquer indenização a CONTRATADA, ficando a CÂMARA MUNICIPAL autorizada a liberar a seu favor (Câmara Municipal) os valores depositados a título de caução;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo rescisão contratual, a qualquer título, a CÂMARA MUNICIPAL pagará no ato da assinatura do Termo da Rescisão, por todos os serviços executados pela CONTRATADA, e ainda não faturados pela mesma, de acordo com avaliação feita pela Fiscalização da CÂMARA MUNICIPAL, não cabendo a CONTRATADA, qualquer valor adicional, a título de indenização ou qualquer outro;

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de ocorrer a hipótese de rescisão constante do item 03, desta Cláusula, as obras serão recebidas pela CÂMARA MUNICIPAL na situação em que se encontrarem,

que ficará desobrigada de qualquer vínculo para com a CONTRATADA, massa falida ou sucessora da Firma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização pertinente aos serviços, obras e fornecimentos de materiais, será exercida por:

01. CÂMARA MUNICIPAL, que designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, o qual terá autoridade para exercer controle e fiscalização da execução contratual;

02. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; e

03. Demais órgãos de fiscalização.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CÂMARA MUNICIPAL poderá exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, exibição dos documentos pertinentes ao cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas previdenciárias relacionadas com o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES DO PROJETO

No interesse da consecução dos objetivos da Câmara Municipal, os serviços objeto deste ato convocatório poderão ser aumentados ou suprimidos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93, decorrentes da alteração do projeto proposto pela Câmara Municipal, sem que caiba a CONTRATADA, direito de reclamação ou indenização, mesmo que o valor global da obra seja diminuído.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de variação do volume das obras e serviços estipulados, prevalecerão para efeito de pagamento, os preços unitários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

O presente Contrato é estipulado em R\$ 130.800,00 (cento e trinta mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - VIGÊNCIA

Este Contrato entra em vigor na data de sua publicação, perdurando sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada se obriga expressamente a cumprir, sem qualquer falha, o objeto do Contrato, obedecendo rigorosamente as Cláusulas e condições contratuais, e ainda:

a) Executar os serviços com mão-de-obra qualificada e obedecer rigorosamente as instruções contidas nos anexos da Tomada de Preços nº 001/2012.

b) Apresentar solicitação por escrito à fiscalização, minuciosamente justificada, quando se fizer necessário a mudança das especificações ou substituições de algum material pelo seu equivalente por iniciativa da Contratada, além de catálogos e ensaios técnicos emitidos em laboratório qualificado, quando for o caso. Entende-se por equivalente o material ou equipamento que tem a mesma função e o mesmo desempenho técnico. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não venha prejudicar o andamento da obra e não dar causa a possíveis prorrogações de prazo.

c) Manter durante toda a execução do Contrato, um profissional diplomado em engenharia civil, para exercer a função de

responsável técnico, além de um encarregado (que deverá permanecer no local durante todas as horas de trabalho) e pessoal de comprovada competência.

d) Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

e) Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

f) Empregar boa técnica na execução da obra, utilizando materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no projeto e nas especificações técnicas, submetendo a Contratante qualquer modificação que se faça necessária em relação às especificações constantes nos anexos do edital.

g) Arcar com todas as despesas relativas a instalação e execução da obra, tais como: fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas, transportes, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais, etc.

h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de erro de execução ou do emprego de material de má qualidade.

i) Manter no local da obra um Diário de Serviços para registro de todas as ocorrências dos serviços, alertando por escrito à fiscalização quanto às dificuldades, erros, divergências que possam comprometer a sua realização ou a segurança de pessoas.

j) Manter o canteiro de obras em perfeito estado de limpeza ao longo do decorrer da obra.

l) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, apresentando os comprovantes que lhe forem solicitados pela Contratante.

m) A ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade pela má execução da obra contratada.

n) A Contratada responderá pela solidez e segurança da obra no prazo previsto no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Executado o Contrato, o seu objeto será recebido:

Provisoriamente, pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, nomeada pelo Presidente da Câmara, composta no mínimo por 03 (três) membros, e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a comunicação escrita de entrega da obra pela Contratada e a emissão do termo de medição de acordo com o cronograma físico-financeiro.

A Comissão comunicará diretamente a empresa contratada as irregularidades e as descreverá no verso do Termo de Recebimento Provisório ou em termo, que será anexado ao processo original, ou, não se verificando irregularidades, assinará o Termo de Recebimento Provisório, que será anexado ao processo original, para fins de pagamento, conforme cronograma físico-financeiro;

Definitivamente, pela comissão a qual se refere o item anterior, dentro de 60 (sessenta) dias corridos, após o recebimento provisório e precedido de vistoria que comprove a adequação da obra

às disposições estabelecidas no Edital e em seus anexos, bem como, nas cláusulas contratuais, mediante Termo de Recebimento Definitivo, o qual será lavrado, se atendidas todas as reclamações da fiscalização, referentes a defeitos ou imperfeições que tenham sido verificadas na execução da obra.

Fica obrigada a Contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Tomada de Preços nº 001/2012 em que se verifiquem vícios, falhas, utilização de materiais impróprios ou má qualidade, incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga - SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Leoberto Leal/SC, 25 de maio de 2012.

ARINO SCHEIDT MARIAN

Presidente da Câmara
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

JOÉLCIO DE OLIVEIRA

CPF: 000.129.519-51

ANDREIA APARECIDA EGER

CPF: 019.759.919-23

VISTO:

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato TP 03-2012 FMS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2012

GENIR LOLI - Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra) para Reforma da Unidade Básica de Saúde, na Rua Tamandaré, no dia 18 de junho de 2012, às 08:30 horas, com o recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 28 de maio de 2012.

GENIR LOLI

Secretário de Saúde e Ação Social.

Luzerna

PREFEITURA

Lei Nº 1057

LEI Nº 1.057 de 29 de maio de 2012.

“FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O QUADRIÊNIO DE 2013/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- O subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), para o quadriênio de 2013/2016, fica estabelecido nos termos desta LEI.

Art.2º- O subsídio do Prefeito Municipal será de R\$ 11.689,54 (onze mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, em parcela única.

Art.3º- O subsídio do Vice-Prefeito Municipal será de R\$ 4.828,62 (quatro mil oitocentos e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos) mensais, em parcela única.

Art.4º- O subsídio dos Secretários Municipais será de R\$ 4.828,62 (quatro mil oitocentos e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos), mensais, em parcela única.

Art.5º - O subsídio dos Vereadores será de R\$ 1.695,82 (um mil seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos), mensais, em parcela única.

Art.6º - O subsídio do Presidente da Câmara de Vereadores será de R\$ 2.543,73 (dois mil quinhentos e quarenta e três reais e setenta e três centavos) mensais, em parcela única.

Art.7º- No mês de dezembro de cada ano, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores farão jus à percepção do décimo terceiro subsídio, a razão de 1/12 (um doze avos), do subsídio por mês de exercício nos respectivos cargos.

Art.8º- A cada doze meses de exercício, o Prefeito Municipal e os Secretários Municipais, terão direito a férias remuneradas de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do subsídio mensal.

Art.9º - O Vice-Prefeito, quando no exercício permanente de função administrativa junto à Administração Municipal, terá direito a férias anuais de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) de seu subsídio mensal.

Art.10 - A ausência do Vereador ou do Presidente da Câmara às sessões ordinárias implicará no desconto de R\$ 423,96 (quatrocentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos) e R\$ 635,93 (seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos), por sessão, respectivamente.

Parágrafo Único - A ausência será justificada, não incidindo o desconto, nos termos do artigo 24 do Regimento Interno da Câmara, quando:

I - o Vereador encontrar-se em missão de representação da

Câmara Municipal devidamente formalizada;
II - acometido de doença comprovada por atestado médico;
III - ocorrer comprovada internação hospitalar.
Art.11 - Os subsídios de que trata esta Lei serão revistos anualmente na mesma data e com o mesmo índice dos servidores públicos municipais.

Art.12- As despesas decorrentes da realização desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na lei orçamentária anual.

Art.13 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos reais e legais a partir de 1º de janeiro de 2013.

Luzerna(SC), 29 de maio de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1486

DECRETO Nº 1486 de 24 de maio de 2012.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2012”.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.014 de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2011, apurado na Fonte abaixo especificada, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2012, atribuído ao Projeto:

UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Projeto: 0801.12.361.0031.1032 - Aquisição de Imóveis, Construção e Reforma de Prédios Escolares
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte - 0.3.58 - Transferência do Salário Educação
Valor R\$ 70.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 70.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2011.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de maio de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato Homologação PML.022.2012 - Brita

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 0022/2012

O Prefeito Municipal de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 043/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de Brita Graduada, Brita

I, Brita II, Pedrisco, Pó de Pedra, Pedra Pulmão e Pedra de Mão, para a manutenção de diversas vias urbanas e estradas vicinais do município de Luzerna (SC).

- Proponente(s) Vencedora(s):

. PEDREIRA JOAÇABA LTDA

. PEDREIRA TRIANGULO LTDA

- Valor total: R\$ 278.480,00

Luzerna (SC), 22 de maio de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato da Arp Nº 0006.12

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PML 0006/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº pml.0022/2012

Órgão Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Objeto: Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de Brita Graduada, Brita I, Brita II, Pedrisco, Pó de Pedra, Pedra Pulmão e Pedra de Mão, para a manutenção de diversas vias urbanas e estradas vicinais do município de Luzerna (SC).

Modalidade: Pregão Presencial nº pml.0022/2012

Validade da Ata: 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Secretaria da Fazenda e Administração.

Órgão Participante:

PEDREIRA JOAÇABA LTDA

PEDREIRA TRIANGULO LTDA

A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site www.luzerna.sc.gov.br no link Licitações.

Luzerna(SC), 22 de maio de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº. 1408 de 22 de Maio de 2012

LEI Nº. 1408 DE 22 DE MAIO DE 2012

Altera Anexo de Metas do Plano Plurianual -

PPA 2010/2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Os anexos de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei nº 1.091/2009, ficam acrescidos das seguintes ações:

Programa: 0080 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-função: 243 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Ação: 1105 - Aquisição de Veículo para o FIA

Produto: Veiculo

Unidade: Unidade

Meta: 01

Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 50.000,00

Programa: 0151 - URBANISMO

Função: 15 - URBANISMO

Sub-função: 452 - SERVIÇOS URBANOS
Ação: 1106 - Construção de Praças Públicas
Produto: Praça
Unidade: Unidade
Meta: 02
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para atender ao disposto no Art. 1º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo II - Metas e prioridades da Lei nº 1.091/2009, as seguintes ações:

Programa: 0170 - SANEAMENTO URBANO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub-função: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Ação: 2072 - Consórcio das Águas do Itapocú
Produto: Consórcio
Unidade: Unidade
Meta: 01
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 80.000,00

Programa: 0270 - ESPORTE E LAZER
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
Sub-função: 812 - Desporto Comunitário
Ação: 2088 - Reforma de Pavilhões
Produto: Pavilhão
Unidade: Unidade
Meta: 01
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 170.000,00

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 22 de Maio de 2012
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Lei Nº. 1409 de 22 de Maio de 2012
LEI Nº. 1409 DE 22 DE MAIO DE 2012
Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0120.1041 - Ampliação da Rede Física

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 10.000,00
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 30.000,00
0501.012.365.0122.1053 - Ampliação e Reforma da rede física
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 22 de Maio de 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Lei Nº. 1410 de 22 de Maio de 2012
LEI Nº. 1410 DE 22 DE MAIO DE 2012
Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento a população
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos da Saúde R\$ 140.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.302.0100.1036 - Adequação Física das instalações do hospital
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos da Saúde R\$ 140.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 22 de Maio de 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº 2458 de 22 de Maio de 2012
DECRETO Nº 2458 DE 22 DE MAIO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1410 de 22 de Maio de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento a população
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos da Saúde
R\$ 140.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, correrão da anulação no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.302.0100.1036 - Adequação Física das instalações do hospital
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos da Saúde
R\$ 140.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 22 de Maio de 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº 2459 de 22 de Maio de 2012

DECRETO Nº 2459 de 22 de maio de 2012.

DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NAS LEIS FEDERAIS N. 8.666, DE 21/06/1993, E 10.520, DE 17/07/2002.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, resolve:

Art. 1º As sanções administrativas previstas nas Leis Federais n. 8.666, de 21/06/1993, e 10.520, de 17/07/2002, serão aplicadas à empresa licitante e à contratada pelo Município e suas Autarquias e Fundações na forma e condições previstas neste Decreto.

Art. 2º Às empresas licitantes e às contratadas pelo Município e suas Autarquias e Fundações que não cumprirem as normas de licitação, os contratos e as atas de registro de preços, garantida a prévia defesa, serão aplicadas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade pregão, e não superior a 02 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos

resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

Art. 3º O processo administrativo será conduzido por Comissão Especial composta por, no mínimo, 03 (três) membros, sendo pelo menos dois deles servidores efetivos, designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º A aplicação das sanções de:

I - advertência e multa competem ao Secretário Municipal de cada Secretaria, no âmbito do Poder Executivo, e aos Presidentes no âmbito das Autarquias ou Fundações;

II - declaração de inidoneidade e de suspensão do direito de licitar e contratar compete ao Secretário Municipal de Administração em conjunto com Secretário ou Presidente do respectivo órgão ou ente administrativo que requisitou a deflagração do processo licitatório.

Parágrafo único - Ocorrendo licitação cuja deflagração for requerida por mais de um órgão ou entidade Municipal, a competência prevista no inciso II será daquele que tiver o pedido de maior monta, em conjunto com Secretário Municipal de Administração.

Art. 5º A sanção de advertência será aplicada à empresa licitante e à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente qualquer obrigação ou frustrar os objetivos da licitação.

Art. 6º A sanção de multa será aplicada à empresa contratada pelo atraso injustificado na entrega ou inexecução do contrato, nos percentuais previstos no edital ou instrumento contratual.

§1º O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantia do respectivo contrato.

§2º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além perdê-la, o contratado responderá pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§3º O atraso será contado em dias corridos, para efeito de cálculo da multa, a partir do primeiro dia útil após o vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

Art.7º A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar impossibilita a participação da empresa em licitações ou contratos com a Administração, pelos prazos previstos nos incisos III e IV do art. 2º.

Parágrafo único. A penalidade de que trata este artigo será processada quando verificada culpa da empresa licitante ou contratada em relação à prática ou inércia de ato.

Art. 8º A declaração de inidoneidade é a sanção mais severa que as empresas licitantes ou contratadas poderão sofrer, cujos efeitos estendem-se à toda Administração Pública.

Parágrafo único. A sanção de que trata este artigo será aplicada quando verificado dolo da empresa licitante ou contratada em relação à prática ou inércia de ato.

Art. 9º As sanções previstas nos incisos III e IV do art. 2º poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

I - sofrerem condenação definitiva por praticarem dolosamente fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
II - praticarem atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Art. 10. É facultado ao interessado interpor:

I - defesa prévia no prazo de:

a) 05(cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação;

II - recurso contra a decisão que aplicou a sanção no prazo de:

a) 05(cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão, nas sanções de advertência, multa e suspensão do direito de licitar e contratar;

b) 10(dez) dias úteis, a contar da ciência da decisão, na sanção de declaração de inidoneidade.

Parágrafo único. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral do contratado e terá o seu registro cancelado após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

Art. 11. A aplicação da sanção e a sua extinção, em se tratando de declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial e no sítio do Município: www.massaranduba.sc.gov.br.

Parágrafo único. Do extrato a que se refere este artigo constarão:
I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento de licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social da penalizada, com o número do CNPJ.

Art. 12. Salvo disposição em contrário, computar-se-á os prazos previstos neste Decreto excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos referidos neste artigo se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou entidade.

Art. 13. Os casos anteriores a este Decreto serão julgados nos termos da legislação vigente na época dos fatos.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal De Massaranduba, 22 de maio de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal de Massaranduba

Decreto Nº. 2456 de 21 de Maio de 2012

DECRETO Nº. 2456 DE 21 DE MAIO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal De Massaranduba, Em 21 De Maio De 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2457 de 22 de Maio de 2012

DECRETO Nº. 2457 DE 22 DE MAIO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1409 de 22 de Maio de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.1041 - Ampliação da Rede Física

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 10.000,00

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 30.000,00

0501.012.365.0122.1053 - Ampliação e Reforma da rede física

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 22 de Maio de 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

Tomada de Preços Para Obras e Serviços de Engenharia Nº 09/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 33/2012.

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 09/2012

OBJETO: Contratação de empresa Especializada para Execução de serviços de engenharia, para CONSTRUÇÃO DE 52 (cinquenta e dois) MÓDULOS SANITÁRIOS DOMICILIARES PARA FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, conforme Processo de Projeto nº 25295.012.844/2011-27 - TC.PAC nº 0442/2011 - Processo nº 25100.044099/2011-15 - MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/FUNASA, e, conforme ainda projetos, memoriais, orçamentos, cronogramas e relatórios em anexo.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 08:45 horas, para abertura às 09:00 horas do dia 15/06/2012.

MENOR PREÇO GLOBAL

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATORIO: Prefeitura Municipal de Monte Carlo-SC, sala de Licitações, SC 456 km 15 - centro.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0 __ 49)3546 0194 ramal 28, FAX No 3546 0194, ou Home Page www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 29 de maio de 2012.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

ALBERTINHO MANGOLT
Administrador

Extrato de Contrato N. 25.2012 Assessoria Projetos Engenharia

EXTRATO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ASSESSORIA E FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS PARA A ÁREA DE SAÚDE DO FUNDO MUNICIPAL DE MONTE CARLO - SC nº 25/2012.

Contrato Público de Prestação de Serviços de engenharia para assessoria na confecção de projetos para área de saúde e fiscalização quando da execução, que fazem entre si, o Fundo Municipal de Saúde do Município de Monte Carlo, com sede à Rodovia SC 456 Km 15, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, neste ato representado pelo Gestor do Fundo de Saúde, Marcos Nei Correa de Siqueira, denominado CONTRATANTE e Profissional de Engenharia CONTRATADO: Luiz Vanderley Moreira da Rosa, pessoa física, inscrita no CPF sob n. 310.073.849-72 e CREA Nº 018940-2/SC, Residente e Domiciliado na Rua Frei Justino, nº 670, Bairro São Luiz, no Município de Curitiba, SC, mediante as seguintes cláusulas:

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços, considerando os

expedientes constantes do Artigo 24 da Lei Nº 8.666/1993, no qual se justifica a dispensa de procedimento licitatório, com base no que dispõe o inciso I, do referido diploma, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

O presente contrato tem por objeto a contratação de Profissional formado em Engenharia, para assessoramento em confecção de projetos de engenharia para obras da área de saúde, e a devida fiscalização na execução das obras.

O valor a ser pago pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA pelos serviços prestados, é de R\$ 14.750,00 (quatorze mil e setecentos e cinquenta reais), pela prestação do objeto deste contrato efetivamente prestado, que será pago uma parcela de 50% na contratação e o restante no efetivo cumprimento do contrato, que poderá ser pago em parcelas ou em uma só vez, conforme a conveniência e ajuste entre as partes.

O prazo de vigência do contrato será da data de assinatura do presente termo até 31/12/2012 ou o final das obras, objeto dos projetos assessorados.

A despesa referente aos serviços objeto do presente contrato será empenhada na dotação nº. :

16 01.01 2.030 3.3.90.00.00.00.00.00002

17 01.01 2.030 3.3.90.00.00.00.00.00023

18 01.01 2.030 3.3.90.00.00.00.00.00064

ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do Contrato, as partes elegem o foro da comarca de Fraiburgo-SC, por mais privilegiado que outro seja.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Monte Carlo-SC, 29 de maio de 2012.
FUNDO DE SAÚDE DE MONTE CARLO
Contratante

LUIZ VANDERLEY MOREIRA ROSA
CONTRATADA

Navegantes

PREFEITURA

Carta de Convocação

Navegantes, 11 de abril de 2012

Ilma Sra

KAROLINE BUNN (CANDIDATA)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO - 001/2011

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2011, para o cargo de MÉDICO ESF.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.



Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER

Diretoria em Gestão de R.H.

Carta de Convocação

Navegantes, 11 de abril de 2012

Ilmo Sr

DIOGO ANTONIO ALVES PINTO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO - 001/2011

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2011, para o cargo de MÉDICO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER

Diretoria em Gestão de R.H.

Carta de Convocação

Navegantes, 11 de abril de 2012

Ilma Sra

ARIANE DE ALMEIDA (CANDIDATA)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO - 001/2011

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2011, para o cargo de MÉDICO ESF.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER

Diretoria em Gestão de R.H.

Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre/2012 - Anexo I

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	62.485.509,51	0,00
Pessoal Ativo	60.522.515,59	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	1.962.993,92	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.694,45	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	5.694,45	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	62.479.815,06	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	62.479.815,06	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	119.955.612,68	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	52,09	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	64.776.030,85	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	61.537.229,30	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre/2012 - Anexo II

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	107.378,33	1.116.492,16	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	107.378,33	1.116.492,16	0,00	0,00
Interna	107.378,33	1.116.492,16	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	8.386.572,47	17.497.302,25	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.509.119,29	21.354.351,32	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	707,63	5.435,61	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.123.254,45	3.862.484,68	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-8.279.194,14	-16.380.810,09	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	111.649.217,80	119.955.612,68	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,10%	0,93%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,42%	-13,66%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	133.979.061,36	143.946.735,22	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	107.378,33	1.116.492,16	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	107.378,33	1.116.492,16	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	107.378,33	1.116.492,16	0,00	0,00
Previdenciárias	107.378,33	1.116.492,16	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	1.257.372,09	2.526.872,25	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.996.567,34	19.168.142,72	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	87.186.676,12	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	87.186.676,12	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	2.433.078,45	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	3.002,12	0,00	0,00
Investimentos	0,00	2.446.012,56	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	15.936,23	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	84.753.597,67	0,00	0,00

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

FONTE:

Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre/2012 - Anexo III

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2012

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	111.649.217,80	119.955.612,68	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	24.562.827,92	26.390.234,79	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre/2012 - Anexo IV

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	119.955.612,68	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	19.192.898,03	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.396.892,89	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre/2012 - Anexo VI

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica	12.352,37	126.549,16	17.365,78	111.721,49	(73.482,89)	0,00
Atenção Básica	1.304,90	235.310,91	24.850,51	271.484,46	(54.038,31)	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	660,00	13.240,17	566,64	16.445,30	76.218,82	0,00
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	0,00	0,00	0,00	622.122,04	170.634,78	0,00
Convênios SUS Estado	0,00	88.000,00	0,00	980,00	1.072.790,43	0,00
Convênios SUS União	23.213,67	0,00	228.178,90	127.531,74	81.027,06	0,00
Gestão do SUS	0,00	0,00	1.650,00	0,00	32.108,70	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	1.816.678,01	0,02	0,00
Outras Transferencias de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	9.241,31	3.647,60	2.700,00	174.992,35	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentar Escolar - PNAE	0,00	0,00	9.740,65	0,00	(9.740,65)	0,00
Programa Nacional de Alimentar Escolar - PNAE	5.199,38	26.216,20	494,15	86.319,74	285.986,20	0,00
Recursos Convênio Trânsito - Policia Civil	114,00	1.065,10	5.116,00	7.649,65	265.088,09	0,00
Recursos Convênio Trânsito - Policia Militar	0,00	774,16	1.360,00	5.173,81	53.378,34	0,00
Recursos de Convênios - Educação	0,00	16.138,60	0,00	18.769,00	19.644,78	0,00
Recursos de Convênios - União	0,00	302.400,73	304.757,19	939.725,50	6.081.339,69	0,00
Recursos de Convênios com a União	0,00	530,40	0,00	0,00	(530,40)	0,00
Recursos de Vinculados - Estado	0,00	0,00	0,00	6.930,00	285.280,37	0,00
Recursos Salário Educação	40.366,90	77.826,73	70.819,16	398.209,66	(193.665,46)	0,00
Sup.Financeiro/2011-Salário Educação CEF-672.003-1	0,00	0,00	0,00	241.150,48	0,00	0,00
Superávit Financeiro 2010/Macro-Drenagem	0,00	0,00	126.746,14	0,00	(126.746,14)	0,00
Superávit Financeiro/2010-CEF-PELC 006.647.010-8	0,00	0,00	27.258,59	0,00	(27.258,59)	0,00
Transf. do Fnde	2.962,20	0,00	0,00	0,00	(2.962,20)	0,00
Transferências do Fundeb - OUTRAS DESPESAS	3.238,26	121.457,47	0,00	518.691,02	(124.695,73)	0,00
Transferências do Fundeb - PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRI	683,76	398.577,91	0,00	1.025,77	(309.407,64)	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	2.570,15	11.483,86	5.983,15	213.568,59	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	89.995,44	1.419.899,00	834.035,17	5.199.290,82	7.889.530,21	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	6.614,67	791.147,27	55.629,85	3.728.275,12	(853.391,79)	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	24.143,80	397.086,32	1.378,82	282.595,47	(922.837,78)	0,00
Recursos Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	58.349,12	12.406,91	118.160,00	2.966,00	0,00
Recursos Ordinários	125.163,47	889.003,20	144.053,86	1.761.034,30	5.693.689,89	0,00
Recursos Próprios - DAE	2.021,50	42.705,78	1.076,05	779.047,10	259.599,77	0,00
Recursos Próprios Saúde	1.301,40	15.053,71	24.347,60	1.425,60	40.492,43	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	159.244,84	2.193.345,40	238.893,09	6.670.537,59	4.220.518,52	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	249.240,28	3.613.244,40	1.072.928,26	11.869.828,41	12.110.048,73	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito MunicipalMARCIO CAPELLA
Secretário de FinançasJOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre/2012 - Anexo VII

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Até o 1º Quadrimestre de 2012

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	62.479.815,06	52,09
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	64.776.030,85	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	61.537.229,30	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-16.380.810,09	-13,66
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	143.946.735,22	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.390.234,79	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	19.192.898,03	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	8.396.892,89	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	11.881.745,22	12.110.048,73

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
 Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
 Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012 - Anexo I

Município de NAVEGANTES - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	159.368.694,00	159.368.694,00	30.345.514,37	19,04	55.450.007,57	34,79	103.918.686,43
RECEITAS CORRENTES	119.548.474,00	119.548.474,00	21.891.202,05	18,31	46.548.900,15	38,94	72.999.573,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	23.815.207,00	23.815.207,00	3.950.608,43	16,59	12.436.382,93	52,22	11.378.824,07
IMPOSTOS	22.265.245,00	22.265.245,00	3.693.923,42	16,59	11.263.723,70	50,59	11.001.521,30
TAXAS	1.349.962,00	1.349.962,00	199.340,45	14,77	1.050.937,58	77,85	299.024,42
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	200.000,00	200.000,00	57.344,56	28,67	121.721,65	60,86	78.278,35
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.081.903,00	6.081.903,00	1.101.138,71	18,11	1.790.351,81	29,44	4.291.551,19
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.581.903,00	3.581.903,00	583.254,73	16,28	874.958,26	24,43	2.706.944,74
Contribuição p/Custeio dos Serviços de Iluminação	2.500.000,00	2.500.000,00	517.883,98	20,72	915.393,55	36,62	1.584.606,45
RECEITA PATRIMONIAL	1.582.478,00	1.582.478,00	264.675,26	16,73	394.292,90	24,92	1.188.185,10
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.573.337,00	1.573.337,00	264.375,26	16,80	393.580,40	25,02	1.179.756,60
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	9.141,00	9.141,00	300,00	3,28	712,50	7,79	8.428,50
RECEITA DE SERVIÇOS	11.216.388,00	11.216.388,00	2.044.791,30	18,23	3.910.650,76	34,87	7.305.737,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72.562.183,00	72.562.183,00	13.488.417,54	18,59	26.308.841,22	36,26	46.253.341,78
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	71.540.048,00	71.540.048,00	13.452.634,16	18,80	26.223.057,84	36,66	45.316.990,16
Transf. de Instituições Privadas	11.109,00	11.109,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.109,00
Transf. de Pessoas	22.219,00	22.219,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.219,00
Transf. de Conv.	988.807,00	988.807,00	35.783,38	3,62	85.783,38	8,68	903.023,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.290.315,00	4.290.315,00	1.041.570,81	24,28	1.708.380,53	39,82	2.581.934,47
Multas e Juros de Mora	2.086.152,00	2.086.152,00	214.333,55	10,27	451.519,77	21,64	1.634.632,23
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60.000,00	60.000,00	486.186,70	810,31	486.884,11	811,47	-426.884,11
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.750.000,00	1.750.000,00	303.374,07	17,34	685.482,69	39,17	1.064.517,31
RECEITAS DIVERSAS	394.163,00	394.163,00	37.676,49	9,56	84.493,96	21,44	309.669,04
RECEITAS DE CAPITAL	39.820.220,00	39.820.220,00	8.454.312,32	21,23	8.901.107,42	22,35	30.919.112,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.775.000,00	10.775.000,00	287.584,64	2,67	287.584,64	2,67	10.487.415,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	10.775.000,00	10.775.000,00	287.584,64	2,67	287.584,64	2,67	10.487.415,36
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29.045.220,00	29.045.220,00	8.166.727,68	28,12	8.613.522,78	29,66	20.431.697,22
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.011.327,00	2.011.327,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.011.327,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	27.033.893,00	27.033.893,00	8.166.727,68	30,21	8.613.522,78	31,86	18.420.370,22
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.571.590,00	6.571.590,00	1.618.990,58	24,64	2.123.721,21	32,32	4.447.868,79
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.571.590,00	6.571.590,00	1.618.990,58	24,64	2.123.721,21	32,32	4.447.868,79

Continua 1/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.571.590,00	6.571.590,00	1.618.990,58	24,64	2.123.721,21	32,32	4.447.868,79
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.321.590,00	6.321.590,00	1.591.489,52	25,18	2.096.220,15	33,16	4.225.369,85
Receitas Intra-Orçamentárias-Contribuições Socias	6.321.590,00	6.321.590,00	1.591.489,52	25,18	2.096.220,15	33,16	4.225.369,85
Receitas Intra - Orçamentárias	250.000,00	250.000,00	27.501,06	11,00	27.501,06	11,00	222.498,94
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	165.940.284,00	165.940.284,00	31.964.504,95	19,26	57.573.728,78	34,70	108.366.555,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	165.940.284,00	165.940.284,00	31.964.504,95	19,26	57.573.728,78	34,70	108.366.555,22
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	165.940.284,00	165.940.284,00	31.964.504,95	19,26	57.573.728,78	34,70	108.366.555,22
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.087.019,34	—	—	1.002.364,55	—	—
Superávit Financeiro	—	2.087.019,34	—	—	1.002.364,55	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	163.270.284,00	1.797.093,65	165.067.377,65	24.844.769,01	60.567.119,61	25.233.064,04	42.590.438,72	25,80	122.476.938,93
DESPESAS CORRENTES	99.315.206,80	-4.116.001,49	95.199.205,31	16.194.522,92	45.079.661,24	18.170.727,26	32.437.716,74	34,07	62.761.488,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.464.497,58	-5.739.570,66	54.724.926,92	9.876.171,99	20.985.105,35	10.381.610,31	19.260.435,08	35,19	35.464.491,84

Continua 2/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	163.270.284,00	1.797.093,65	165.067.377,65	24.844.769,01	60.567.119,61	25.233.064,04	42.590.438,72	25,80	122.476.938,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	-30.000,00	170.000,00	55.538,24	167.338,92	55.538,24	167.338,92	98,43	2.661,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.650.709,22	1.653.569,17	40.304.278,39	6.262.812,69	23.927.216,97	7.733.578,71	13.009.942,74	32,28	27.294.335,65
DESPESAS DE CAPITAL	55.026.998,20	5.913.095,14	60.940.093,34	8.650.246,09	15.487.458,37	7.062.336,78	10.152.721,98	16,66	50.787.371,36
INVESTIMENTOS	52.526.998,20	6.913.095,14	59.440.093,34	8.393.722,33	14.384.086,22	6.633.713,19	9.403.751,91	15,82	50.036.341,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.500.000,00	-1.000.000,00	1.500.000,00	256.523,76	1.103.372,15	428.623,59	748.970,07	49,93	751.029,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	574.586,00	0,00	574.586,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574.586,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	8.353.493,00	0,00	8.353.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.353.493,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.670.000,00	7.401.590,00	10.071.590,00	1.775.590,84	2.919.235,14	1.809.036,18	2.788.784,76	27,69	7.282.805,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.420.000,00	6.321.590,00	8.741.590,00	1.339.151,07	2.312.176,63	1.339.151,07	2.312.176,63	26,45	6.429.413,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	80.000,00	80.000,00	3.284,66	3.284,66	3.284,66	3.284,66	4,11	76.715,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.000,00	0,00	250.000,00	2.775,17	173.393,91	36.220,51	42.943,53	17,18	207.056,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	430.379,94	430.379,94	430.379,94	430.379,94	43,04	569.620,06
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	165.940.284,00	9.198.683,65	175.138.967,65	26.620.359,85	63.486.354,75	27.042.100,22	45.379.223,48	25,91	129.759.744,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	165.940.284,00	9.198.683,65	175.138.967,65	26.620.359,85	63.486.354,75	27.042.100,22	45.379.223,48	25,91	129.759.744,17
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	12.194.505,30	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	165.940.284,00	9.198.683,65	175.138.967,65	26.620.359,85	63.486.354,75	27.042.100,22	57.573.728,78	25,91	129.759.744,17

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.585.382,98

FONTE:

Continua 3/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012 - Anexo II

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “ c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	163.270.284,00	165.067.377,65	24.844.769,01	60.567.119,61	25.233.064,04	42.590.438,72	93,85	25,80	122.476.938,93
Legislativa	2.498.000,00	2.442.800,00	93.329,66	2.025.251,06	413.015,29	792.981,74	1,75	32,46	1.649.818,26
Ação Legislativa	2.498.000,00	2.442.800,00	93.329,66	2.025.251,06	413.015,29	792.981,74	1,75	32,46	1.649.818,26
Essencial à Justiça	1.143.500,00	1.086.950,00	116.547,53	283.182,10	116.879,07	234.507,70	0,52	21,57	852.442,30
Representação Judicial e Extrajudicial	1.143.500,00	1.086.950,00	116.547,53	283.182,10	116.879,07	234.507,70	0,52	21,57	852.442,30
Administração	13.209.046,76	12.475.599,76	1.601.871,59	4.659.270,34	1.688.661,93	3.538.214,41	7,80	28,36	8.937.385,35
Planejamento e Orçamento	1.340.300,00	1.200.200,00	206.503,17	414.025,10	209.953,57	412.799,92	0,91	34,39	787.400,08
Administração Geral	3.028.631,75	3.025.631,75	581.075,58	1.825.775,67	599.029,04	1.098.120,66	2,42	36,29	1.927.511,09
Administração Financeira	2.100.000,00	1.930.925,00	282.879,47	560.799,90	274.610,12	506.732,55	1,12	26,24	1.424.192,45
Normatização e Fiscalização	150.000,00	150.000,00	10.788,50	121.797,03	25.563,50	66.986,53	0,15	44,66	83.013,47
Tecnologia da Informatização	550.000,00	550.000,00	2.520,30	29.202,50	13.879,62	21.344,04	0,05	3,88	528.655,96
Formação de Recursos Humanos	4.514.211,37	3.981.211,37	300.804,39	986.558,19	302.855,97	953.323,35	2,10	23,95	3.027.888,02
Administração de Receitas	200.000,00	350.000,00	100.400,00	343.749,88	124.012,39	237.001,32	0,52	67,71	112.998,68
Comunicação Social	828.575,00	790.303,00	48.823,37	308.185,26	81.597,72	184.646,04	0,41	23,36	605.656,96
Previdência do Regime Estatutário	497.328,64	497.328,64	68.076,81	69.176,81	57.160,00	57.260,00	0,13	11,51	440.068,64
Segurança Pública	2.879.939,00	2.827.539,00	382.228,51	1.054.950,16	364.855,13	787.385,80	1,74	27,85	2.040.153,20
Policimento	996.775,00	996.775,00	78.660,00	191.576,30	93.739,26	138.102,30	0,30	13,85	858.672,70
Defesa Civil	500.200,00	484.200,00	81.243,89	167.253,93	79.513,19	163.523,23	0,36	33,77	320.676,77
Informação e Inteligência	1.382.964,00	1.346.564,00	222.324,62	696.119,93	191.602,68	485.760,27	1,07	36,07	860.803,73
Assistência Social	2.384.827,00	2.302.727,00	200.091,45	659.392,90	226.450,07	486.976,59	1,07	21,15	1.815.750,41
Assistência ao Idoso	184.264,00	184.264,00	8.435,76	8.435,76	5.215,20	5.215,20	0,01	2,83	179.048,80
Assistência à Criança e ao Adolescente	260.136,00	260.136,00	3.408,94	23.450,30	6.632,80	10.554,86	0,02	4,06	249.581,14
Assistência Comunitária	1.940.427,00	1.858.327,00	188.246,75	627.506,84	214.602,07	471.206,53	1,04	25,36	1.387.120,47
Previdência Social	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Previdência do Regime Estatutário	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Saúde	20.398.051,75	19.728.220,92	3.596.712,42	7.863.712,15	3.579.632,77	6.557.988,30	14,45	33,24	13.170.232,62
Atenção Básica	13.780.736,10	13.102.305,27	2.961.538,95	6.587.097,24	3.050.125,28	5.574.627,54	12,28	42,55	7.527.677,73
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.872.295,00	3.850.895,00	466.310,53	917.355,25	361.855,70	727.002,03	1,60	18,88	3.123.892,97

Continua 1/5

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	163.270.284,00	165.067.377,65	24.844.769,01	60.567.119,61	25.233.064,04	42.590.438,72	93,85	25,80	122.476.938,93
Saúde	20.398.051,75	19.728.220,92	3.596.712,42	7.863.712,15	3.579.632,77	6.557.988,30	14,45	33,24	13.170.232,62
Suporte Profilático e Terapêutico	2.127.995,65	2.177.995,65	120.000,00	170.040,48	120.000,00	170.040,48	0,37	7,81	2.007.955,17
Vigilância Sanitária	316.649,00	307.649,00	28.554,20	98.735,41	29.693,79	45.254,58	0,10	14,71	262.394,42
Vigilância Epidemiológica	300.376,00	289.376,00	20.308,74	90.483,77	17.958,00	41.063,67	0,09	14,19	248.312,33
Trabalho	150.000,00	150.000,00	0,00	1.189,85	1.189,85	1.189,85	0,00	0,79	148.810,15
Fomento ao Trabalho	150.000,00	150.000,00	0,00	1.189,85	1.189,85	1.189,85	0,00	0,79	148.810,15
Educação	45.390.678,50	45.379.244,84	9.938.199,95	22.453.865,12	9.619.209,57	15.089.918,39	33,25	33,25	30.289.326,45
Alimentação e Nutrição	1.100.000,00	1.100.000,00	182.440,49	690.958,32	281.194,93	299.713,35	0,66	27,25	800.286,65
Ensino Fundamental	25.675.320,20	26.141.386,54	5.501.760,20	12.810.004,00	5.469.870,55	8.778.430,03	19,34	33,58	17.362.956,51
Educação Infantil	18.374.986,30	17.922.486,30	4.213.428,55	8.890.974,79	3.830.150,81	5.952.424,43	13,12	33,21	11.970.061,87
Educação de Jovens e Adultos	139.445,00	124.445,00	18.028,78	32.231,05	15.512,78	29.715,05	0,07	23,88	94.729,95
Educação Especial	100.927,00	90.927,00	22.541,93	29.696,96	22.480,50	29.635,53	0,07	32,59	61.291,47
Cultura	627.845,00	1.624.345,00	17.154,90	79.666,93	33.815,44	69.766,36	0,15	4,30	1.554.578,64
Difusão Cultural	627.845,00	1.624.345,00	17.154,90	79.666,93	33.815,44	69.766,36	0,15	4,30	1.554.578,64
Urbanismo	31.640.522,36	32.172.922,36	3.811.444,35	7.360.083,25	4.275.071,73	5.786.213,77	12,75	17,98	26.386.708,59
Infra-Estrutura Urbana	23.110.522,36	24.242.922,36	2.553.313,27	3.906.490,86	3.035.982,83	3.484.469,63	7,68	14,37	20.758.452,73
Serviços Urbanos	8.530.000,00	7.930.000,00	1.258.131,08	3.453.592,39	1.239.088,90	2.301.744,14	5,07	29,03	5.628.255,86
Habitação	210.000,00	210.000,00	0,00	2.916,40	0,00	2.916,40	0,01	1,39	207.083,60
Habitação Urbana	210.000,00	210.000,00	0,00	2.916,40	0,00	2.916,40	0,01	1,39	207.083,60
Saneamento	8.490.000,00	8.997.600,00	1.574.180,68	4.140.534,43	1.986.453,88	3.056.812,38	6,74	33,97	5.940.787,62
Saneamento Básico Urbano	8.490.000,00	8.997.600,00	1.574.180,68	4.140.534,43	1.986.453,88	3.056.812,38	6,74	33,97	5.940.787,62
Gestão Ambiental	530.610,00	512.410,00	26.968,11	65.699,69	27.200,38	62.861,68	0,14	12,27	449.548,32
Preservação e Conservação Ambiental	98.923,00	98.923,00	1.147,24	2.269,14	1.147,24	2.269,14	0,01	2,29	96.653,86
Controle Ambiental	431.687,00	413.487,00	25.820,87	63.430,55	26.053,14	60.592,54	0,13	14,65	352.894,46
Agricultura	931.500,00	897.300,00	100.710,16	227.467,41	106.099,33	202.214,48	0,45	22,54	695.085,52
Abastecimento	70.000,00	70.000,00	79,30	79,30	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Extensão Rural	861.500,00	827.300,00	100.630,86	227.388,11	106.099,33	202.214,48	0,45	24,44	625.085,52

Continua 2/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 3/5

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	163.270.284,00	165.067.377,65	24.844.769,01	60.567.119,61	25.233.064,04	42.590.438,72	93,85	25,80	122.476.938,93
Indústria	167.700,00	150.900,00	43.596,12	108.820,29	49.081,02	92.190,64	0,20	61,09	58.709,36
Promoção Industrial	167.700,00	150.900,00	43.596,12	108.820,29	49.081,02	92.190,64	0,20	61,09	58.709,36
Comércio e Serviços	1.514.527,63	2.021.527,63	112.899,68	1.664.480,00	640.012,74	1.612.077,33	3,55	79,75	409.450,30
Turismo	1.514.527,63	2.021.527,63	112.899,68	1.664.480,00	640.012,74	1.612.077,33	3,55	79,75	409.450,30
Energia	2.500.000,00	2.500.000,00	353.993,61	1.101.043,27	478.921,23	478.921,23	1,06	19,16	2.021.078,77
Energia Elétrica	2.500.000,00	2.500.000,00	353.993,61	1.101.043,27	478.921,23	478.921,23	1,06	19,16	2.021.078,77
Transporte	14.499.490,00	16.520.745,14	2.420.022,48	4.275.074,93	852.041,87	2.154.032,34	4,75	13,04	14.366.712,80
Transporte Rodoviário	14.499.490,00	16.520.745,14	2.420.022,48	4.275.074,93	852.041,87	2.154.032,34	4,75	13,04	14.366.712,80
Desporto e Lazer	1.270.967,00	1.263.467,00	139.845,86	306.898,31	89.737,38	225.594,22	0,50	17,86	1.037.872,78
Desporto Comunitário	1.270.967,00	1.263.467,00	139.845,86	306.898,31	89.737,38	225.594,22	0,50	17,86	1.037.872,78
Encargos Especiais	3.705.000,00	2.675.000,00	314.971,95	2.233.621,02	684.735,36	1.357.675,11	2,99	50,75	1.317.324,89
Serviço da Dívida Interna	2.700.000,00	1.670.000,00	312.062,00	1.270.711,07	484.161,83	916.308,99	2,02	54,87	753.691,01
Outros Encargos Especiais	1.005.000,00	1.005.000,00	2.909,95	962.909,95	200.573,53	441.366,12	0,97	43,92	563.633,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	574.586,00	574.586,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574.586,00
RESERVA DO RPPS	8.353.493,00	8.353.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.353.493,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.670.000,00	10.071.590,00	1.775.590,84	2.919.235,14	1.809.036,18	2.788.784,76	6,15	27,69	7.282.805,24
Legislativa	2.000,00	57.200,00	0,00	400,00	62,36	93,54	0,00	0,16	57.106,46
Ação Legislativa	2.000,00	57.200,00	0,00	400,00	62,36	93,54	0,00	0,16	57.106,46
Essencial à Justiça	0,00	56.550,00	5.302,15	11.822,89	5.302,15	11.822,89	0,03	20,91	44.727,11
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	56.550,00	5.302,15	11.822,89	5.302,15	11.822,89	0,03	20,91	44.727,11
Administração	49.236,00	942.683,00	98.615,00	224.299,41	100.243,38	196.927,79	0,43	20,89	745.755,21
Planejamento e Orçamento	0,00	140.100,00	20.072,91	41.246,32	20.072,91	41.246,32	0,09	29,44	98.853,68
Administração Geral	29.236,00	42.236,00	1.506,19	32.268,49	3.134,57	4.896,87	0,01	11,59	37.339,13
Administração Financeira	0,00	169.075,00	21.150,37	39.178,66	21.150,37	39.178,66	0,09	23,17	129.896,34
Formação de Recursos Humanos	0,00	533.000,00	47.557,50	99.099,44	47.557,50	99.099,44	0,22	18,59	433.900,56
Comunicação Social	0,00	38.272,00	3.768,28	7.946,75	3.768,28	7.946,75	0,02	20,76	30.325,25
Previdência do Regime Estatutário	20.000,00	20.000,00	4.559,75	4.559,75	4.559,75	4.559,75	0,01	22,80	15.440,25

Continua 3/5

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 4/5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.670.000,00	10.071.590,00	1.775.590,84	2.919.235,14	1.809.036,18	2.788.784,76	6,15	27,69	7.282.805,24
Segurança Pública	6.819,00	59.219,00	8.220,53	16.370,70	8.220,53	16.370,70	0,04	27,64	42.848,30
Policimento	6.819,00	6.819,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.819,00
Defesa Civil	0,00	16.000,00	2.458,16	4.998,48	2.458,16	4.998,48	0,01	31,24	11.001,52
Informação e Inteligência	0,00	36.400,00	5.762,37	11.372,22	5.762,37	11.372,22	0,03	31,24	25.027,78
Assistência Social	5.000,00	87.100,00	9.284,29	23.282,61	10.645,05	19.643,37	0,04	22,55	67.456,63
Assistência Comunitária	5.000,00	87.100,00	9.284,29	23.282,61	10.645,05	19.643,37	0,04	22,55	67.456,63
Previdência Social	2.400.000,00	2.400.000,00	321.065,73	321.065,73	321.065,73	321.065,73	0,71	13,38	2.078.934,27
Previdência do Regime Estatutário	2.400.000,00	2.400.000,00	321.065,73	321.065,73	321.065,73	321.065,73	0,71	13,38	2.078.934,27
Saúde	55.545,00	1.010.445,00	193.858,57	349.127,82	193.858,57	349.127,82	0,77	34,55	661.317,18
Atenção Básica	55.545,00	964.045,00	193.858,57	349.127,82	193.858,57	349.127,82	0,77	36,21	614.917,18
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	26.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.400,00
Vigilância Sanitária	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Educação	80.000,00	3.566.793,00	605.764,64	1.288.105,98	630.304,33	1.238.118,77	2,73	34,71	2.328.674,23
Ensino Fundamental	50.000,00	2.035.793,00	360.798,42	750.496,32	372.125,01	711.822,91	1,57	34,97	1.323.970,09
Educação Infantil	30.000,00	1.506.000,00	241.337,08	529.855,69	254.550,18	518.541,89	1,14	34,43	987.458,11
Educação de Jovens e Adultos	0,00	15.000,00	2.417,11	5.202,24	2.417,11	5.202,24	0,01	34,68	9.797,76
Educação Especial	0,00	10.000,00	1.212,03	2.551,73	1.212,03	2.551,73	0,01	25,52	7.448,27
Cultura	5.555,00	9.055,00	561,87	1.033,77	561,87	1.033,77	0,00	11,42	8.021,23
Difusão Cultural	5.555,00	9.055,00	561,87	1.033,77	561,87	1.033,77	0,00	11,42	8.021,23
Urbanismo	30.000,00	630.000,00	84.927,73	196.331,21	89.163,35	170.566,83	0,38	27,07	459.433,17
Serviços Urbanos	30.000,00	630.000,00	84.927,73	196.331,21	89.163,35	170.566,83	0,38	27,07	459.433,17
Saneamento	10.000,00	60.000,00	2.889,17	15.698,07	3.147,75	5.956,65	0,01	9,93	54.043,35
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	60.000,00	2.889,17	15.698,07	3.147,75	5.956,65	0,01	9,93	54.043,35
Gestão Ambiental	5.555,00	23.755,00	2.576,90	5.226,19	2.576,90	5.226,19	0,01	22,00	18.528,81
Controle Ambiental	5.555,00	23.755,00	2.576,90	5.226,19	2.576,90	5.226,19	0,01	22,00	18.528,81
Agricultura	5.000,00	39.200,00	4.353,43	14.539,07	5.651,73	10.837,37	0,02	27,65	28.362,63
Extensão Rural	5.000,00	39.200,00	4.353,43	14.539,07	5.651,73	10.837,37	0,02	27,65	28.362,63

Continua 4/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 5/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.670.000,00	10.071.590,00	1.775.590,84	2.919.235,14	1.809.036,18	2.788.784,76	6,15	27,69	7.282.805,24
Indústria	5.000,00	21.800,00	1.788,60	7.625,59	1.788,60	2.625,59	0,01	12,04	19.174,41
Promoção Industrial	5.000,00	21.800,00	1.788,60	7.625,59	1.788,60	2.625,59	0,01	12,04	19.174,41
Comércio e Serviços	5.000,00	15.000,00	1.474,48	8.082,21	1.536,13	3.143,86	0,01	20,96	11.856,14
Turismo	5.000,00	15.000,00	1.474,48	8.082,21	1.536,13	3.143,86	0,01	20,96	11.856,14
Desporto e Lazer	5.290,00	12.790,00	1.243,15	2.559,29	1.243,15	2.559,29	0,01	20,01	10.230,71
Desporto Comunitário	5.290,00	12.790,00	1.243,15	2.559,29	1.243,15	2.559,29	0,01	20,01	10.230,71
Encargos Especiais	0,00	1.080.000,00	433.664,60	433.664,60	433.664,60	433.664,60	0,96	40,15	646.335,40
Serviço da Dívida Interna	0,00	1.080.000,00	433.664,60	433.664,60	433.664,60	433.664,60	0,96	40,15	646.335,40
TOTAL (III) = (I + II)	165.940.284,00	175.138.967,65	26.620.359,85	63.486.354,75	27.042.100,22	45.379.223,48	100,00	25,91	129.759.744,17

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012 - Anexo III

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	9.225.514,64	9.292.918,14	9.458.761,85	9.639.581,29	9.447.697,83	9.283.280,84	9.707.958,03	13.132.841,63	13.437.641,25	12.771.303,69	11.431.157,33	11.958.464,81	128.787.121,33	127.036.434,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.445.834,40	1.494.114,51	1.966.924,21	1.769.267,05	1.758.759,86	1.345.769,98	1.630.021,30	3.486.258,07	4.766.394,62	3.719.379,88	1.951.478,35	1.999.130,08	27.333.332,31	23.815.207,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.445.834,40	1.494.114,51	1.966.924,21	1.769.267,05	1.758.759,86	1.345.769,98	1.630.021,30	3.486.258,07	4.766.394,62	3.719.379,88	1.951.478,35	1.999.130,08	27.333.332,31	23.815.207,00
I.P.T.U.	147.161,80	143.752,82	129.209,35	147.783,41	112.988,66	123.768,77	144.757,78	226.641,81	2.400.981,58	1.605.122,89	310.687,78	215.779,99	5.708.636,64	4.975.245,00
I.S.S.	984.639,66	993.998,78	1.445.733,35	1.061.953,15	1.190.292,95	952.830,50	1.051.891,76	1.666.739,91	1.675.789,82	1.353.638,46	1.076.191,60	1.088.603,00	14.542.302,94	13.000.000,00
I.T.B.I.	189.834,69	231.043,96	262.393,86	208.561,77	347.330,64	174.589,44	246.206,31	477.954,57	202.775,53	235.784,79	307.386,91	436.751,70	3.320.614,17	2.960.000,00
I.R.R.F	39.104,57	47.225,30	45.603,97	289.743,40	47.254,03	41.176,18	57.016,30	969.322,42	24.312,37	71.394,84	97.336,91	161.185,53	1.890.675,82	1.330.000,00
Outras Receitas Tributárias	85.093,68	78.093,65	83.983,68	61.225,32	60.893,58	53.405,09	130.149,15	145.599,36	462.535,32	453.438,90	159.875,15	96.809,86	1.871.102,74	1.549.962,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	219.233,98	235.368,01	210.027,51	214.799,46	220.015,73	220.299,92	220.575,07	315.104,47	142.616,20	546.596,90	407.325,67	693.813,04	3.645.775,96	6.081.903,00
RECEITA PATRIMONIAL	73.765,84	66.299,70	110.400,63	105.162,27	94.476,48	78.665,97	74.408,40	60.282,08	62.385,12	67.232,52	114.280,84	150.394,42	1.057.754,27	1.582.478,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	834.304,71	875.163,09	758.013,66	1.034.304,10	943.160,74	800.721,99	972.461,49	892.211,98	877.829,67	988.029,79	1.316.162,62	728.628,68	11.020.992,52	11.216.388,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.287.749,87	6.264.081,06	6.042.712,13	6.164.361,40	6.151.142,76	6.584.218,05	6.405.319,61	7.720.312,47	7.203.644,77	7.168.025,75	7.321.039,27	7.665.798,36	80.978.405,50	80.100.143,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.702.755,71	1.536.856,98	1.307.367,03	1.348.572,49	1.076.608,03	1.415.125,23	1.495.134,00	2.514.309,66	1.723.942,97	2.085.370,92	1.416.299,88	1.785.002,39	19.407.345,29	18.693.800,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.210.695,92	1.225.686,47	1.306.951,84	1.297.414,19	1.370.712,14	1.385.639,72	1.412.984,65	1.435.783,81	1.862.406,88	1.634.188,47	1.776.151,62	1.859.887,05	17.778.502,76	15.594.500,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	283.730,82	278.827,62	292.014,50	276.939,33	256.331,14	258.704,50	201.218,80	148.333,99	159.324,33	226.261,65	285.619,16	293.186,50	2.960.492,34	3.000.000,00
Cota-Parte do ITR.	165,80	806,72	245,33	210,31	578,13	8.360,90	351,90	98,60	248,98	68,52	435,72	128,23	11.699,14	10.000,00
Transferências da LC 61/1989	21.520,34	23.791,00	23.380,77	23.462,05	21.749,91	30.725,15	28.817,19	32.597,97	14.836,91	30.990,46	27.569,03	29.252,71	308.693,49	301.500,00
Transferências da LC 87/1996	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	7.092,85	9.298,03	9.298,03	9.285,14	9.285,14	93.909,14	90.000,00
Transferências do FUNDEB	2.316.680,80	2.262.416,41	2.209.749,09	2.249.817,89	2.318.028,01	2.432.162,12	2.420.129,96	2.507.520,15	2.578.278,95	2.400.726,55	2.523.256,36	2.664.022,09	28.882.788,38	30.018.450,00
Outras Transferências Correntes	745.107,63	928.603,01	895.910,72	960.852,29	1.100.042,55	1.046.407,58	839.590,26	1.074.575,44	855.307,72	781.121,15	1.282.422,36	1.025.034,25	11.534.974,96	12.391.893,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	364.625,84	357.891,77	370.683,71	351.687,01	280.142,26	253.604,93	405.172,16	658.672,56	384.770,87	282.038,85	320.870,58	720.700,23	4.750.860,77	4.240.315,00
DEDUÇÕES (II)	645.192,06	614.612,14	587.410,26	590.738,05	546.614,24	621.159,48	629.350,05	671.807,18	754.011,41	1.088.938,96	985.271,35	1.096.403,47	8.831.508,65	11.119.863,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	291.703,53	282.199,45	301.055,28	874.958,26	3.581.903,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	645.192,06	614.612,14	587.410,26	590.738,05	546.614,24	621.159,48	629.350,05	671.807,18	754.011,41	797.235,43	703.071,90	795.348,19	7.956.550,39	7.537.960,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	8.580.322,58	8.678.306,00	8.871.351,59	9.048.843,24	8.901.083,59	8.662.121,36	9.078.607,98	12.461.034,45	12.683.629,84	11.682.364,73	10.445.885,98	10.862.061,34	119.955.612,68	115.916.571,00

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito MunicipalMARCIO CAPELLA
Secretário de FinançasJOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012 - Anexo IX

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	169.734,75	952.210,51	-	901.528,62	220.416,64	-	2.996.567,34	3.441,85	1.891.373,59	1.101.751,90
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	133.425,56	902.569,45	0,00	854.177,56	181.817,45	0,00	2.957.985,71	3.441,85	1.874.975,39	1.079.568,47
FUNDO MUN.REEQUIP.CORPO BOMBEIROS DE NAVEGANTES	0,00	2.292,41	0,00	2.292,41	0,00	0,00	26.934,74	0,00	19.945,74	6.989,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	5.282,60	0,00	5.282,60	0,00	0,00	18.005,15	0,00	14.357,55	3.647,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	21.189,06	152.449,81	0,00	141.541,54	32.097,33	0,00	671.664,91	3.441,85	355.656,95	312.566,11
GABINETE DO PREFEITO	0,00	13.187,62	0,00	13.187,62	0,00	0,00	37.910,50	0,00	34.445,50	3.465,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.954,88	0,00	461,72	5.493,16
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	2.703,08	126.849,18	0,00	84.004,72	45.547,54	0,00	394.845,40	0,00	221.540,14	173.305,26
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	16.236,66	0,00	0,00	0,00	16.236,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	888,00	0,00	0,00	0,00	888,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO	6.396,25	0,00	0,00	0,00	6.396,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERV. MUNICIPAIS	74.181,65	0,00	0,00	7.980,00	66.201,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL	4.560,00	0,00	0,00	0,00	4.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. FINANÇAS,FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	0,00	103.421,26	0,00	103.421,26	0,00	0,00	2.279,90	0,00	2.279,90	0,00
SECRETARIA MUN.MEIO AMBIENTE,AGRICULTURA E PESCA	0,00	19,03	0,00	19,03	0,00	0,00	1.234,68	0,00	1.233,10	1,58
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	6.179,25	25.270,25	0,00	25.270,25	6.179,25	0,00	36.865,62	0,00	32.789,50	4.076,12
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	867,31	0,00	867,31	0,00	0,00	6.327,22	0,00	1.942,45	4.384,77
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	2.311,57	0,00	2.311,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.046,60	0,00	1.046,60	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	1.091,61	470.618,41	0,00	467.999,25	3.710,77	0,00	1.623.207,39	0,00	1.182.166,24	441.041,15
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO,CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.806,00	0,00	7.110,00	12.696,00
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111.902,72	0,00	0,00	111.902,72
FUNDACAO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	28.134,81	0,00	0,00	0,00	28.134,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	28.134,81	0,00	0,00	0,00	28.134,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES	4.611,88	2.869,18	0,00	869,18	6.611,88	0,00	2.089,80	0,00	89,80	2.000,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA	4.611,88	0,00	0,00	0,00	4.611,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	2.869,18	0,00	869,18	2.000,00	0,00	2.089,80	0,00	89,80	2.000,00
FUNDACAO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEGANTES	3.562,50	46.481,88	0,00	46.481,88	3.562,50	0,00	23.445,31	0,00	4.448,40	18.996,91
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES	3.562,50	0,00	0,00	0,00	3.562,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES	0,00	46.481,88	0,00	46.481,88	0,00	0,00	23.445,31	0,00	4.448,40	18.996,91
FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES	0,00	290,00	0,00	0,00	290,00	0,00	12.986,52	0,00	11.800,00	1.186,52
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES	0,00	290,00	0,00	0,00	290,00	0,00	12.986,52	0,00	11.800,00	1.186,52
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	1.309,19	-	1.309,19	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.278,01	0,00	1.278,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	1.278,01	0,00	1.278,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	1.309,19	-	1.309,19	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO										
FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES	0,00	31,18	0,00	31,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	31,18	0,00	31,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	169.734,75	953.519,70	0,00	902.837,61	220.416,54	0,00	2.996.567,44	3.441,65	1.891.373,69	1.101.751,90

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012 - Anexo V

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

REO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.581.903,00	3.581.903,00	583.254,73	874.958,26	0
RECEITAS CORRENTES	3.581.903,00	3.581.903,00	583.254,73	874.958,26	0
Receita de Contribuições dos Segurados	3.581.903,00	3.581.903,00	583.254,73	874.958,26	0
Pessoal Civil	3.581.903,00	3.581.903,00	583.254,73	874.958,26	0
Ativo	3.570.903,00	3.570.903,00	580.892,66	871.853,53	0
Inativo	5.000,00	5.000,00	1.489,20	1.817,42	0
Pensionista	6.000,00	6.000,00	872,87	1.287,31	0
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.321.590,00	6.321.590,00	1.591.489,52	2.096.220,15	0
RECEITAS CORRENTES	6.321.590,00	6.321.590,00	1.591.489,52	2.096.220,15	0
Receita de Contribuições Patronais	6.321.590,00	6.321.590,00	1.157.824,92	1.662.555,55	0
Pessoal Civil	6.321.590,00	6.321.590,00	1.157.824,92	1.662.555,55	0
Ativo	5.938.953,00	5.938.953,00	1.127.209,65	1.630.704,79	0
Inativo	244.285,00	244.285,00	19.374,92	19.920,95	0
Pensionista	138.352,00	138.352,00	11.240,35	11.929,81	0

Município de NAVEGANTES - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	433.664,60	433.664,60	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	9.903.493,00	9.903.493,00	2.174.744,25	2.971.178,41	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	702.328,64	702.328,64	60.069,95	60.169,95	0,00
ADMINISTRAÇÃO	502.328,64	502.328,64	60.069,95	60.169,95	0,00
Despesas Correntes	482.328,64	482.328,64	60.069,95	60.169,95	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	2.420.000,00	2.420.000,00	325.625,48	325.625,48	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.420.000,00	2.420.000,00	325.625,48	325.625,48	0,00
Despesas Correntes	2.420.000,00	2.420.000,00	325.625,48	325.625,48	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.122.328,64	3.122.328,64	385.695,43	385.795,43	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	6.781.164,36	6.781.164,36	1.789.048,82	2.585.382,98	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			8.353.493,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	MARÇO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2012	2011
Bancos Conta Movimento	32.363,37	3.002,12	0,00
Investimentos	1.487.576,09	2.446.012,56	0,00
FONTE:			

Continua 3/4

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA

Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA

Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012 - Anexo VI

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 29 Feb 2012 (B)	Em 30 Abr 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.909.229,53	4.759.236,44	7.595.770,97
DEDUÇÕES (II)	8.386.572,47	14.110.370,85	17.497.302,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.509.119,29	17.406.444,83	21.354.351,32
Demais Haveres Financeiros	707,63	2.297,69	5.435,61
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.123.254,45	3.298.371,67	3.862.484,68
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.477.342,94	-9.351.134,41	-9.901.531,28
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	366.038,95	366.038,95	2.087.558,75
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.843.381,89	-9.717.173,36	-11.989.090,03
<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (C - B)		Jan a Abr 2012 (C - A)
VALOR	-2.271.916,67		-8.145.708,14

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.666,48

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 29 Feb 2012 (B)	Em 30 Abr 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	87.186.676,12
Passivo Atuarial	0,00	0,00	87.186.676,12
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	682.541,23	2.433.078,45
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	1.578,51	3.002,12
Investimentos	0,00	680.962,72	2.446.012,56
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	15.936,23
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	-682.541,23	84.753.597,67
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	-682.541,23	84.753.597,67

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
 Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
 Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012 - Anexo VII

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	124.546.727,00	23.245.817,37	48.279.040,96	37.103.212,51
Receita Tributária	23.815.207,00	3.950.608,43	12.436.382,93	9.695.839,96
I.P.T.U.	4.975.245,00	526.467,77	4.532.572,24	3.739.432,54
I.S.S.	13.000.000,00	2.164.794,60	5.194.222,88	3.669.439,84
I.T.B.I.	4.975.245,00	744.138,61	1.182.698,93	948.658,26
I.R.R.F.	13.000.000,00	258.522,44	354.229,65	171.059,01
Outras Receitas Tributárias	1.540.860,00	256.685,01	1.172.659,23	1.167.250,31
Receita de Contribuição	12.403.493,00	2.692.628,23	3.886.571,96	838.229,92
Receitas Previdenciárias	9.903.493,00	2.174.744,25	2.971.178,41	0,00
Outras Contribuições	2.500.000,00	517.883,98	915.393,55	838.229,92
Receita Patrimonial Líquida	9.141,00	300,00	712,50	0,00
Receita Patrimonial	1.582.478,00	264.675,26	394.292,90	280.356,18
(-) Aplicações Financeiras	1.582.478,00	264.375,26	393.580,40	280.356,18
Transferências Correntes	72.562.183,00	13.488.417,54	26.308.841,22	21.625.091,76
F.P.M.	14.955.040,00	2.561.041,87	5.608.493,04	4.726.769,22
I.C.M.S.	12.475.600,00	2.908.831,10	5.706.107,53	3.883.799,64
Convênios	12.475.600,00	35.783,38	85.783,38	206.959,03
Outras Transferências Correntes	44.448.800,00	7.982.761,19	14.908.457,27	12.807.563,87
Demais Receitas Correntes	15.756.703,00	3.113.863,17	5.646.532,35	4.944.050,87
Dívida Ativa	1.750.000,00	303.374,07	685.482,69	427.775,37
Diversas Receitas Correntes	14.006.703,00	2.810.489,10	4.961.049,66	4.516.275,50
RECEITAS DE CAPITAL (II)	39.820.220,00	8.454.312,32	8.901.107,42	0,00
Operações de Crédito (III)	10.775.000,00	287.584,64	287.584,64	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	10.775.000,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	29.045.220,00	8.166.727,68	8.613.522,78	0,00
Convênios	27.033.893,00	8.166.727,68	8.613.522,78	0,00
Outras Transferências de Capital	2.011.327,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	29.045.220,00	8.166.727,68	8.613.522,78	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	153.591.947,00	31.412.545,05	56.892.563,74	37.103.212,51
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	104.270.795,31	19.549.383,50	34.796.121,56	27.788.234,83
Pessoal e Encargos Sociais	63.466.516,92	11.720.761,38	21.572.611,71	16.069.575,64
Juros e Encargos da Dívida (IX)	250.000,00	58.822,90	170.623,58	0,00
Outras Despesas Correntes	40.554.278,39	7.769.799,22	13.052.886,27	11.718.659,19
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	104.020.795,31	19.490.560,60	34.625.497,98	27.788.234,83
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	61.940.093,34	7.492.716,72	10.583.101,92	6.277.183,51
Investimentos	59.440.093,34	6.633.713,19	9.403.751,91	5.868.157,44
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	59.440.093,34	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.500.000,00	859.003,53	1.179.350,01	409.026,07
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	59.440.093,34	6.633.713,19	9.403.751,91	5.868.157,44

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	574.586,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	8.353.493,00	-	-	-
	8.353.493,00			
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	172.388.967,65	26.124.273,79	44.029.249,89	33.656.392,27
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-18.797.020,65	5.288.271,26	12.863.313,85	3.446.820,24
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.002.364,55	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.002.364,55	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

56.663,00

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012 - Anexo X

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Ate o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	24.215.245,00	24.215.245,00	4.050.249,18	12.083.750,42	49,90
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.545.245,00	6.545.245,00	836.653,41	5.234.050,76	79,97
1.1.1- IPTU	6.275.245,00	6.275.245,00	533.659,44	4.540.636,32	72,36
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	666,79	3.159,78	15,80
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.500.000,00	1.500.000,00	268.319,01	588.547,45	39,24
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	430.000,00	430.000,00	42.164,17	110.881,12	25,79
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.680.000,00)	(1.680.000,00)	(8.156,00)	(9.180,51)	0,55
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.970.000,00	2.970.000,00	144.138,61	1.182.698,93	39,82
1.2.1- ITBI	3.310.000,00	3.310.000,00	144.138,61	1.182.698,93	35,73
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(350.000,00)	(350.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	13.370.000,00	13.370.000,00	2.210.934,12	5.312.111,08	39,74
1.3.1- ISS	13.810.000,00	13.810.000,00	2.165.291,45	5.194.119,13	37,62
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	20.000,00	20.000,00	4.432,48	6.638,64	33,19
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	300.000,00	300.000,00	36.019,39	98.051,67	32,68
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	5.688,25	13.851,89	23,10
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(820.000,00)	(820.000,00)	(496,85)	(496,85)	0,06
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.330.000,00	1.330.000,00	258.522,44	354.229,65	26,63
1.4.1- IRRF	1.330.000,00	1.330.000,00	258.522,44	354.229,65	26,63
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.126.500,00	37.126.500,00	1.513.195,93	15.275.174,61	40,49
2.1- Cota-Parte FPM	18.693.800,00	18.693.800,00	3.201.302,27	7.010.616,16	37,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	—	0,00	3.201.302,27	7.010.616,16	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	18.693.800,00	18.693.800,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.594.500,00	15.594.500,00	3.636.038,67	1.132.634,02	45,74
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	90.000,00	90.000,00	18.570,28	37.166,34	41,30
2.4- Cota-Parte IPPI-Exportação	301.500,00	301.500,00	56.821,74	102.649,11	34,05
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	563,95	881,45	8,81
2.6- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	578.805,66	964.391,64	32,15
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	36.700,00	36.700,00	21.693,36	26.835,89	73,12
3-TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	61.941.745,00	61.941.745,00	11.564.045,11	27.358.925,03	44,17

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Ate o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.438.347,00	2.438.347,00	444.672,65	981.661,57	40,26
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.438.347,00	2.438.347,00	444.672,65	981.661,57	40,26
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.511.818,00	2.511.818,00	679.283,38	679.283,38	27,04
6.1- Transferências de Convênios	2.511.818,00	2.511.818,00	679.283,38	679.283,38	27,04
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	674.500,00	674.500,00	234.887,42	234.887,42	34,82
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	5.624.665,00	5.624.665,00	1.358.843,45	1.895.832,37	33,71

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Ate o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.537.960,00	7.537.960,00	1.498.420,09	3.049.666,93	40,46
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.738.760,00	3.738.760,00	640.260,40	1.402.123,12	37,50
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.118.900,00	3.118.900,00	727.207,57	1.426.526,49	45,74
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	18.000,00	18.000,00	3.714,04	7.433,24	41,30
10.4- Cota-Parte IPPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	60.300,00	60.300,00	11.364,36	20.529,85	34,05
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	112,77	176,26	8,81
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	600.000,00	600.000,00	115.760,95	192.877,97	32,15
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	30.118.450,00	30.118.450,00	5.200.842,18	10.191.952,21	33,84
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	30.018.450,00	30.018.450,00	5.187.278,45	10.166.283,95	33,87
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	13.563,73	25.668,32	25,67
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	22.480.490,00	22.480.490,00	3.688.858,36	7.116.617,02	31,66

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	24.074.760,00	24.074.760,00	5.013.123,99	8.472.237,83	35,19
13.1- Com Educação Infantil	11.428.290,00	11.428.290,00	2.498.562,32	4.269.525,42	37,36
13.2- Com Ensino Fundamental	12.646.470,00	12.646.470,00	2.514.561,67	4.202.712,41	33,23
14- OUTRAS DESPESAS	6.043.690,00	6.618.690,00	1.223.947,19	2.356.140,41	35,60
14.1- Com Educação Infantil	497.476,00	467.476,00	13.147,00	25.158,00	5,38
14.2- Com Ensino Fundamental	5.546.214,00	6.151.214,00	1.210.800,19	2.330.982,41	37,89
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	30.118.450,00	30.693.450,00	6.237.071,18	10.828.378,24	35,28
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					83,13
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3)³	15.485.436,25	15.485.436,25	2.891.011,28	6.839.731,26	44,17
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	14.427.829,50	15.501.329,50	3.548.311,85	5.702.084,95	36,78
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.925.766,00	11.895.766,00	2.511.709,32	4.294.683,42	36,10
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.502.063,50	3.605.563,50	1.036.602,53	1.407.401,53	39,03
24- ENSINO FUNDAMENTAL	23.142.684,00	24.960.684,00	5.362.453,54	8.719.729,88	34,93
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	18.192.684,00	18.797.684,00	3.725.361,86	6.533.694,82	34,76
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.950.000,00	6.163.000,00	1.637.091,68	2.186.035,06	35,47
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	37.570.513,50	40.462.013,50	8.910.765,39	14.421.814,83	35,64
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					7.116.817,02
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					25.668,32
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					7.142.285,34
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					7.279.529,49
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					26,61

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.438.347,00	2.665.187,00	546.475,57	724.424,00	27,18
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	475.000,00	475.000,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.406.818,00	3.713.837,34	193.633,37	289.343,85	7,79
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.320.165,00	6.854.024,34	740.108,94	1.013.767,85	14,79
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	43.890.678,50	47.316.037,84	9.650.874,33	15.435.582,68	32,62
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	135.665,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	10.166.283,95	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	9.689.091,08	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	25.668,32	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	638.526,98	0,00

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012 - Anexo XI

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	10.775.000,00	287.584,64		10.487.415,36
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	61.940.093,34	10.583.101,92	0,00	51.356.991,42
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	61.940.093,34	10.583.101,92	0,00	51.356.991,42
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-51.165.093,34	-10.295.517,28		-40.869.576,06

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
 Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
 Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012 - Anexo XVI

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	62.211.095,00	62.211.095,00	27.358.925,03	43,98
Impostos	22.265.245,00	22.265.245,00	11.263.723,70	50,59
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.975.245,00	4.975.245,00	4.532.572,24	91,10
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	2.960.000,00	2.960.000,00	1.182.698,93	39,96
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	13.000.000,00	13.000.000,00	5.194.222,88	39,96
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	1.330.000,00	1.330.000,00	354.229,65	26,63
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	2.140.000,00	2.140.000,00	820.026,72	38,32
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	50.000,00	50.000,00	9.798,42	19,60
Dívida Ativa dos Impostos	1.600.000,00	1.600.000,00	685.482,69	42,84
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	490.000,00	490.000,00	124.745,61	25,46
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	37.805.850,00	37.805.850,00	15.275.174,61	40,40
Da União	18.909.850,00	18.909.850,00	7.075.499,84	37,42
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	18.693.800,00	18.693.800,00	7.010.616,16	37,50
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.000,00	10.000,00	881,45	8,81
Transferências Financeiras - LC 87/96	90.000,00	90.000,00	37.166,34	41,30
Outras Transferências da União	116.050,00	116.050,00	26.835,89	23,12
Do Estado	18.896.000,00	18.896.000,00	8.199.674,77	43,39
Cota-Parte do ICMS	15.594.500,00	15.594.500,00	7.132.634,02	45,74
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	301.500,00	301.500,00	102.649,11	34,05
Cota-Parte do IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	964.391,64	32,15
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	11.069.446,00	11.069.446,00	3.129.949,57	28,28
Da União para o Município	10.474.688,00	10.474.688,00	2.860.371,96	27,31
Do Estado para o Município	181.447,00	181.447,00	112.435,96	61,97
Demais Municípios para o Município	413.311,00	413.311,00	157.141,65	38,02
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	100.197.703,00	100.197.703,00	30.134.521,11	30,08
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-7.537.960,00	-7.537.960,00	-3.049.666,93	40,46
TOTAL	165.940.284,00	165.940.284,00	57.573.728,78	34,70
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	16.699.708,50	16.806.777,67	6.448.862,11	38,37
Pessoal e Encargos Sociais	9.914.960,50	9.929.960,50	4.377.524,93	44,08
Outras Despesas Correntes	6.784.748,00	6.876.817,17	2.071.337,18	30,12
DESPESAS DE CAPITAL	3.753.888,25	3.931.888,25	458.254,01	11,65
Investimentos	3.753.888,25	3.931.888,25	458.254,01	11,65

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	3.753.888,25	3.931.888,25	458.254,01	11,65
Investimentos	3.753.888,25	3.931.888,25	458.254,01	11,65
TOTAL (IV)	20.453.596,75	20.738.665,92	6.907.116,12	33,31
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	20.453.596,75	20.738.665,92	6.907.116,12	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	11.069.446,00	11.162.446,00	3.338.357,43	48,33
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	11.069.446,00	11.162.446,00	3.338.357,43	48,33
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	9.384.150,75	9.576.219,92	3.568.758,69	51,67

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	76.116,19	0,00
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <%=2 [(V - VI) / I]		
		13,04

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	13.836.281,10	14.066.350,27	5.923.755,36	85,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.872.295,00	3.877.295,00	727.002,03	10,53
Suporte Profilático e Terapêutico	2.127.995,65	2.177.995,65	170.040,48	2,46
Vigilância Sanitária	316.649,00	316.649,00	45.254,58	0,66
Vigilância Epidemiológica	300.376,00	300.376,00	41.063,67	0,59
TOTAL	20.453.596,75	20.738.665,92	6.907.116,12	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Continua 2/3

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício financeiro. Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012 - Anexo XVII

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
 Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
 Contador CRC/SC 15.192-0

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2012 - Anexo XVIII

Município de NAVEGANTES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	0,00
Previsão Atualizada			—	165.940.284,00
Receitas Realizadas			31.964.504,95	57.573.728,78
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	1.002.364,55
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	165.940.284,00
Créditos Adicionais			—	9.198.683,65
Dotação Atualizada			—	175.138.967,65
Despesas Empenhadas			26.620.359,85	63.486.354,75
Despesas Liquidadas			27.042.100,22	45.379.223,48
Superavit Orçamentário			—	12.194.505,30
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			26.620.359,85	63.486.354,75
Despesas Liquidadas			27.042.100,22	45.379.223,48
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				119.955.612,68
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			2.174.744,25	2.971.178,41
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			385.695,43	385.795,43
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			1.789.048,82	2.585.382,98
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-3.666,48	-11.758.952,54	320.715,03
Resultado Primário		56.663,00	12.863.313,85	22.701,43
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.123.254,45	0,00	902.837,81	220.416,64
EXECUTIVO	1.123.254,45	0,00	902.837,81	220.416,64
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.996.567,34	3.441,85	1.891.373,59	1.101.751,90
EXECUTIVO	2.996.567,34	3.441,85	1.891.373,59	1.101.751,90
TOTAL:	4.119.821,79	3.441,85	2.794.211,40	1.322.168,54
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		7.279.529,49	25%	26,61
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		8.472.237,83	60%	83,13
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			287.584,64	10.487.415,36
Despesa de Capital Líquida			10.583.101,92	51.356.991,42

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.568.758,69	15,00	13,04

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

NAVEGANTES, 29/05/2012

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
 Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
 Contador CRC/SC 15.192-0

Nova Trento

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 015/2012

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2012

PROCESSO Nº 059/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

Aos 28 dias do mês de maio de 2012, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 28/05/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de AREIA, para fornecimento conforme a necessidade, nas quantidades e especificações constantes do anexo I que integra este pregão, tipo menor preço por item.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

ANDRADE & AMORIM EXTRAÇÃO MINERAL LTDA. ME. (10.433.690/001-26)

Item	Qtde.	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unit.	Valor Total
1	1.000	M³	Areia fina limpa para utilização na pavimentação e recuperação de vias públicas (Seixo Fino).	45,00	45.000,00
2	10.000	M³	Areia média limpa para utilização na pavimentação e recuperação de vias públicas (Seixo Médio).	25,00	250.000,00
3	2.000	M³	Areia grossa limpa para utilização na pavimentação e recuperação de vias públicas (Seixo Grosso).	30,00	60.000,00
4	250	M³	Areia para Aterro.	17,00	4.250,00
5	200	M³	Areia média fina para utilização em assentamento nas construções de alvenaria.	35,00	7.000,00
6	1.000	M³	Brita Nº 1	60,00	60.000,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 426.250,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 28 de maio de 2012.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

Resultado do Pregão Presencial Nº 015/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2012

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 015/2012, cujo objeto trata-se da Aquisição de equipamentos eletrônicos e mobiliário geral, conforme características mínimas descritas no Anexo III deste edital, para atendimento dos usuários do Programa do Bolsa Família, com recursos do IGD, que na data da realização: 29/05/2012 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes a empresa WITTMANN & WITTMANN LTDA EPP e JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME, tendo como vencedora a empresa: WITTMANN & WITTMANN LTDA EPP, com valor para o item 01 - R\$ 1.084,00, item 02 - R\$ 170,00, item 03 - R\$ 365,00, item 04 - R\$ 599,00, item 05 - R\$ 958,00, item 05 - R\$ 65,00, totalizando o valor de R\$ 3.795,00 (Três mil, setecentos e noventa e cinco reais).

Novo Horizonte/SC, em 29 de Maio de 2012.

SILVANI ZILIO MOSCHEN

Pregoeira

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 3.656, de 25 de Maio de 2012.

LEI Nº. 3.656, DE 25 DE MAIO DE 2012.

CONVÊNIO. Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Secretaria de Segurança Pública, com interveniência da Polícia Civil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência da Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob nº 82.951.294/0001-00, com sede na Rua Artista Bittencourt, nº 30, Florianópolis/SC, destinado à implantação da Delegacia Especializada para a Proteção da Mulher, Adolescente Infrator e Idoso, no Município de Palhoça.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 25 de maio de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.657, de 25 de Maio de 2012.

LEI Nº. 3.657, DE 25 DE MAIO DE 2012.

CESSÃO DE USO. Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder direito de uso de veículos à Polícia Civil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder direito de uso de dois veículos para a Polícia Civil, especificamente a 30ª Delegacia Regional de Polícia Civil - Palhoça, objetivando sua utilização para o policiamento ostensivo no município de Palhoça, sendo um VW/ PARATI 1.6, RENAVAM 420607692, de placa MLX3919 e um VW/ GOL 1.6, RENA-VAM 409439754, de placa MKG3099.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 25 de maio de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Errata 01 - Pr 61/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA 001/2012

PREGÃO 61/2012

O Município de Palhoça comunica que houve alterações no edital convocatório referente ao PREGÃO PRESENCIAL, através do sistema de Registro de preços Nº. 61/2012, ficando assim apazado para dia 15/06/2012 às 10:30 para entrega dos envelopes. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 28 de Maio de 2012

PREGOEIRO (A).

Errata 02 do Pregão 56-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA 02

PREGÃO Nº. 56/2012

O Município de Palhoça torna público que houve alterações no edital convocatório ANEXO I - ITEM 01 do PREGÃO nº.56/2012, ficando apazado para dia 19/06/2012 às 08:30 hs a entrega dos envelopes. Os interessados poderão obter as alterações na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 30 de Maio de 2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal.

Extrato Dispensa de Licitação N. 074/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2012

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: OSNI MEDEIROS FILHO

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel com área total de 4.263m2,

composto por : 01 (um) galpão aberto com 400m2, um prédio comercial de 02 (dois) pavimentos com 250m2, uma construção (refeitório e sala de vigilância) com 600m2, uma área específica com rampa para lavagem e manutenção de veículos pesados, e ampla área de estacionamento, localizado na Av. Barão do Rio Branco, s/n, neste Município, destinado ao funcionamento da Garagem Municipal.

VALOR: R\$ 23.570,00 (vinte e três mil e quinhentos e setenta reais) mensais.

DOTAÇÃO: "165" - 12.01.2.026.3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA:25/05/2012.

LUCAS DE SOUZA BRAGA PEDROSO

Secretário de Administração

NEREU CAPISTRANO

Sec. Desenvolvimento da Região Sul

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal.

Extrato Dispensa de Licitação N. 075/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 075/2012

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ALEXANDRE FERNANDES ORDOVAS

OBJETO: Locação de um imóvel em alvenaria, com área total 396,00m2, e área construída com 200,00m2, contendo 15 (quinze) cômodos, sendo: 03 (três) quartos, 02 (dois) banheiros, 02 (duas) salas, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) área de serviço e 02 (duas) vagas de garagem, 01 (uma) edícula com 02 (dois) quartos, 01 (um) banheiro e 01 (uma) cozinha, localizado na Rua José Porto dos Santos, nº 54, bairro Ponte do Imaruim - Palhoça - SC, destinado ao funcionamento da Creche Vovó Dolores.

VALOR: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) mensais.

DOTAÇÃO: "145" - 11.01.12.365.0010.2.022.3.3.90.00.00.00.00.00/3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 25/05/2012.

LUCAS DE SOUZA BRAGA PEDROSO

Secretário de Administração

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Sec. de Educação e Cultura

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal.

Contrato Nº069/2012

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º069/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GLOBO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA. OBJETO: aquisição de veículo para o 16º Batalhão de Polícia Militar.

VALOR: R\$ 69.500,00 (sessenta e nove mil e quinhentos reais).

DATA: 21/05/2012.

Contrato Nº070/2012 - Águas Palhoça

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SUPERINTENDÊNCIA ÁGUAS DE PALHOÇA

CONTRATO N.º070/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12//2012 o prazo contratual anunciado na Cláusula Vigésima Quinta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 050/2009. DATA: 22/05/2012.

Contrato Nº070/2012 - Assistência Social

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º070/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12//2012 o prazo contratual anunciado na Cláusula Vigésima Quinta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 050/2009. DATA: 22/05/2012.

Contrato Nº070/2012 - Faculdade Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º070/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12//2012 o prazo contratual anunciado na Cláusula Vigésima Quinta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 050/2009. DATA: 22/05/2012.

Contrato Nº070/2012 - Meio Ambiente

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CONTRATO N.º070/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12//2012 o prazo contratual anunciado na Cláusula Vigésima Quinta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 050/2009. DATA: 22/05/2012.

Contrato Nº070/2012 - Prefeitura

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º070/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12//2012 o prazo contratual anunciado na Cláusula Vigésima Quinta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 050/2009. DATA: 22/05/2012.

Termo Aditivo de Retificação Nº071/2012

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º071/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA. OBJETO: Fica retificada a denominação do Contrato de Fornecimento de Materiais para a correta denominação "Contrato de Prestação de Serviços", na qual a empresa presta serviços de assessoramento pedagógico, palestras, cursos à distância e fornecimento de materiais para a implantação do Sistema Educacional de Ensino no Município. DATA: 28/05/2012.

Ata de Registro D Epreço Nº056/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º056/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA: Aquisição de produtos perecíveis para merenda escolar. VALOR: R\$ 132.069,78 (cento e trinta e dois mil sessenta e nove reais e setenta e oito centavos). DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº027/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º027/2012 do PREGÃO Nº033/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EPP. OBJETO: Aquisição de plantas. VALOR: R\$ 46.417,20 (quarenta e seis mil quatrocentos e dezessete reais e vinte centavos). DATA: 07/05/2012 A 07/05/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDADE	VALOR UN
01	Palmeira triangular	Md	4	145,00
02	Flor de Épeco com 15 mudas	Cx	1500	11,00
03	Grama Esmeralda cor verde	M²	1500	10,00
04	Clorofito Forração Planta rasteira varegada 15 mudas	Cx	150	13,00
05	Agapanthus	Md	300	2,89
06	Falso lírio	Md	300	8,89
07	Hemerocalis	Md	500	2,79
08	Bounganville Arbustivo com flor rosa	Un	10	68,99
09	Terra preta adubada para cobertura de gramado	Mt	25	139,90
10	Palmeira Fenix pequeno porte	Md	20	33,99
11	Palmeira Fenix 03 estipes em torrão	Md	4	288,90
12	Palmeira Fenix 02 estipes em torrão	Md	4	228,90
13	Manacá da serra	Md	10	23,99
14	Palmeira Real	Md	10	27,99
VALOR TOTAL				R\$ 46.417,20

Ata de Registro de Preço Nº028/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º028/2012 do PREGÃO Nº097/2011 - 2º menor preço - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA. OBJETO: Aquisição de material escolar para as unidades de ensino e Secretaria de Educação. VALOR: R\$ 30.760,00 (trinta mil setecentos e sessenta reais). DATA: 15/05/2012 A 27/05/2012.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDADE	VALOR UN
11	Clips niquelado 2/0	Cx	1000	3,70
12	Clips niquelado 8/0	Cx	1000	3,70

33	Papel A4 (cx com 10 resmas)	Cx	300	74,00
39	Pasta de arquivo morto	Un	800	1,45
VALOR TOTAL				R\$ 30.760,00

Ata de Registro de Preço Nº029/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º029/2012 do PREGÃO Nº097/2011 - 2º menor preço - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de material escolar para as unidades de ensino e Secretaria de Educação. VALOR: R\$ 1.845,00 (um mil oitocentos e quarenta e cinco reais). DATA: 15/05/2012 A 27/05/2012.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UN
20	Fita Adesiva	Un	500	3,69
VALOR TOTAL				R\$ 1.845,00

Ata de Registro de Preço Nº030/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º030/2012 do PREGÃO Nº054/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SETEP CONSTRUÇÕES S.A. OBJETO: Fornecimento de material para recuperação de pavimentação asfáltica de diversas ruas do município. VALOR: R\$ 1.989.350,25 (um milhão novecentos e oitenta e nove mil trezentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos). DATA: 23/05/2012 A 23/05/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UN
01	Pintura de ligação RR-1C (reperfilagem)	M²	48.875	1,57
02	Fornecimento e execução de camada de concreto asfáltico	Ton	7.616	226,38
03	Sub-base de macadame seco	M³	521	70,56
04	Base de brita graduada	M³	526	85,26
05	Corte de asfalto com disco	Mt	2.185	3,14
06	Frezagem	M²	21.700	4,61
VALOR TOTAL				R\$ 1.989.350,25

Ata de Registro de Preço Nº031/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º031/2012 do PREGÃO Nº022/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: GRAPHOQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA. OBJETO: Aquisição de material para conservação do Horto Florestal municipal e abatedouro. VALOR: R\$ 9.989,00 (nove mil novecentos e oitenta e nove reais). DATA: 23/05/2012 A 23/05/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UN
02	Tina acrílica vermelho fosco - galão 18 litros externo	Gl	100	99,89
VALOR TOTAL				R\$ 9.989,00

Ata de Registro de Preço Nº032/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º032/2012 do PREGÃO Nº022/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JMC - JUNKES MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: Aquisição de material para conservação do Horto Florestal municipal e abatedouro. VALOR: R\$ 264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais). DATA: 23/05/2012 A 23/05/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UN
04	Broxa retangular 260-02	Un	120	2,20
VALOR TOTAL				R\$ 264,00

Ata de Registro de Preço Nº033/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º033/2012 do PREGÃO Nº022/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: VALDELI CECÍLIO DOS SANTOS EPP. OBJETO: Aquisição de material para conservação do Horto Florestal municipal e abatedouro. VALOR: R\$ 14.106,50 (quatorze mil cento e seis reais e cinquenta centavos). DATA: 23/05/2012 A 23/05/2013.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UN
01	Tinta acrílica fosca galão 18 litros cor branca	Un	175	75,26
03	Trincha cerda Cris 302 - 3 polegadas	Un	240	3,90
VALOR TOTAL				R\$ 14.106,50

Ata de Registro de Preço Nº047/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º047/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALEXSANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME. OBJETO: Aquisição de produtos perecíveis para merenda escolar. VALOR: R\$ 242,78 (duzentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos). DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº048/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º048/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de produtos perecíveis para merenda escolar. VALOR: R\$ 44.506,50 (quarenta e quatro mil quinhentos e seis reais e cinquenta centavos). DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº049/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º049/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de produtos perecíveis para merenda escolar. VALOR: R\$ 20.513,62 (vinte mil quinhentos e treze reais e sessenta e dois centavos). DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº051/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º051/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD ME: Aquisição de produtos perecíveis para merenda escolar. VALOR: R\$ 33.043,17 (trinta e três mil quarenta e três reais e dezessete centavos). DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº055/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º055/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA: Aquisição de produtos perecíveis para merenda escolar. VALOR: R\$ 75.441,00 (setenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e um reais). DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº057/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º057/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TARCIANE LOHN BOECHAT EPP: Aquisição de produtos perecíveis para merenda escolar. VALOR: R\$ 120.602,94 (cento e vinte mil seiscentos e dois reais e noventa e quatro centavos). DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº058/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º058/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TCHE LOCO DISTRIBUIDORA LTDA ME: Aquisição de produtos perecíveis para merenda escolar. VALOR: R\$ 90.181,59 (noventa mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e nove centavos). DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº059/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º059/2011 do PREGÃO Nº114/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIMENBLOC INDÚSTRIA DE PRÉ MOLDADOS: Aquisição de tubos de concreto. VALOR: R\$ 70.330,00 (setenta mil trezentos e trinta reais). DATA: 10/06/2011 A 10/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº060/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º060/2011 do PREGÃO Nº125/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DISCOPEGRE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA: Aquisição de peças para manutenção de máquinas. VALOR: R\$ 15.017,50 (quinze mil dezessete reais e cinquenta centavos). DATA: 16/06/2011 A 16/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº061/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º061/2011 do PREGÃO Nº128/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AMD COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA: Aquisição de materiais para conserto, manutenção e conservação de vias. VALOR: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais). DATA: 17/06/2011 A 17/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº062/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º062/2011 do PREGÃO Nº128/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RONALDO DA ROSA JR EPP: Aquisição de materiais para conserto, manutenção e conservação de vias. VALOR: R\$ 263.355,00 (duzentos e sessenta e três mil trezentos e cinquenta e cinco reais). DATA: 17/06/2011 A 17/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº063/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º063/2011 do PREGÃO Nº128/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME: Aquisição de materiais para conserto, manutenção e conservação de vias. VALOR: R\$ 13.494,00 (treze mil quatrocentos e noventa e quatro reais). DATA: 17/06/2011 A 17/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº064/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º064/2011 do PREGÃO N.º142/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AMD COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA: Aquisição de material para manutenção de vias e avenidas. VALOR: R\$ 38.916,00 (trinta e oito mil novecentos e dezesseis reais). DATA: 29/06/2011 A 29/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço N.º065/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º065/2011 do PREGÃO N.º142/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RONALDO DA ROSA JR EPP: Aquisição de material para manutenção de vias e avenidas. VALOR: R\$ 40.465,00 (quarenta mil quatrocentos e sessenta e cinco reais). DATA: 29/06/2011 A 29/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço N.º066/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º066/2011 do PREGÃO N.º136/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESÓRIOS LTDA: Aquisição pneus. VALOR: R\$ 81.466,00 (oitenta e um mil quatrocentos e sessenta e seis reais). DATA: 07/07/2011 A 07/07/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço N.º067/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º067/2011 do PREGÃO N.º136/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MODELO PNEUS LTDA: Aquisição pneus. VALOR: R\$ 96.940 (noventa e seis mil novecentos e quarenta reais). DATA: 07/07/2011 A 07/07/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço N.º068/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º068/2011 do PREGÃO N.º158/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MPB INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS PARA LAZER LTDA ME: Manutenção de parques. VALOR: R\$ 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais). DATA: 08/07/2011 A 08/07/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço N.º069/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º069/2011 do PREGÃO N.º165/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES LTDA: Aquisição de materiais para manutenção em diversas ruas. VALOR: R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais). DATA: 27/07/2011 A 27/07/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º052/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º052/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALIANÇA HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
19	2.000	RL	Algodão Hidrófilo em camadas (manta) contínuas em forma de rolo- Aspecto homogêneo e macio, boa absorvência, inodoro, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, cor branca (mínimo 80% de brancura), rolo com 500g. (01.05.0741)	Farol	R\$ 7,3600	R\$ 14.720,00
94	400	CX	Fio de nylon 5-0, com agulha, monofilamento preto estéril, não absorvível, classe I, corpo circular 3/8, cisc. 2,0cm, 45cm, caixa com 24 unidades. (01-05-0592)	Procare	R\$ 13,8600	R\$ 5.544,00
100	500	CX	Fio de sutura nylon 4-0 c/agulha 3/8 cm, caixa com 24 env. (01-05-0305)	Procare	R\$ 13,9800	R\$ 6.990,00
106	200	UNI	Fita métrica de 1,5m para avaliação de medidas. Em plástico, flexível e graduada nos dois lados. (01-05-0748)	Corrent	R\$ 1,9400	R\$ 388,00
161	1.000	UNI	Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, tamanho adulto. (01-05-0613)	Daru	R\$ 4,8700	R\$ 4.870,00

162	400	UNI	Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, tamanho infantil. (01-05-0611)	Daru	R\$ 4,8700	R\$ 1.948,00
203	1.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 14 com balão 5cc (01-05-0622)	Solidor	R\$ 0,8900	R\$ 890,00
204	1.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 16 com balão 5cc (01-05-0623)	Solidor	R\$ 0,8900	R\$ 890,00
205	1.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 18 com balão 5cc (01-05-0624)	Solidor	R\$ 0,8900	R\$ 890,00
206	1.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 22 com balão 5cc (01-05-0625)	Solidor	R\$ 0,8900	R\$ 890,00
208	200	UNI	Sonda gástrica levine n.º 10 (01-05-0754)	Biosani	R\$ 0,4100	R\$ 82,00
Valor Total					R\$ 38.102,00	

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º063/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º063/2012 – Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSPT. LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
8	800	CX	Agulha hipodérmica desc. 25x6, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med Needle	R\$ 2,800	R\$ 2.240,00

13	1.000	CX	Agulha hipodérmica descartável 20x5,5 caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med Needle	R\$ 3,2900	R\$ 3.290,00
14	50	cx	Agulha para coleta múltipla de sangue a vácuo para análise clínica, canhão de cor preta com bisel trifacetado, siliconizado, esterilizada a óxido de etileno. Embalagem unitária em plástico com lacre de segurança em papel, contendo o calibre de agulha. Medidas 25x7mm. Caixa 100 unidades, com validade acima de 3 anos.	Med Multi-pla	R\$ 15,0000	R\$ 750,00
21	210	FRS	Almotolia cor marrom, frasco com 100ml.	J. Prolab	R\$ 0,8800	R\$ 184,80
22	200	FRS	Almotolia cor marrom, frasco com 250ml.	J. Prolab	R\$ 1,2400	R\$ 248,00
24	200	FRS	Almotolia transparente, frasco com 250ml.	J. Prolab	R\$ 1,2200	R\$ 244,00
29	5.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 20cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	MB Textil	R\$ 9,9400	R\$ 49.700,00
30	3.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 4cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	MB Textil	R\$ 2,2000	R\$ 6.600,00

			Bolsa Coletora de urina, sistema fechado com capacidade para 2000 ml e escala graduada a cada 100 ml. Características mínimas: Frente transparente com escala de volume impressa de forma legível; parte de trás leitosa; ponto de coleta; pinça ou Clamp no tubo extensor para vedação, e no tubo de saída para desmame; tubo extensor flexível permite a passagem da secreção; tira de deambulação; alça de sustentação rígida dupla "U" para fixação ao leito; válvula anti-refluxo, tipo membrana evita retorno de urina; bolsa coletora em PVC flexível.		Med Urine	R\$ 1,8600	R\$ 5.580,00
38	3.000	UNI					
			Cateter intravenoso nº 16 G.	Med	Cateter	R\$ 0,3500	R\$ 1.750,00
54	5.000	UNI					
			Cateter intravenoso nº 20 G.	Med	Cateter	R\$ 0,3200	R\$ 4.800,00
56	15.000	UNI					
			Cateter intravenoso nº 22 G.	Med	Cateter	R\$ 0,3300	R\$ 13.200,00
57	40.000	UNI					
			Cateter para oxigênio nasal tipo óculos	Biosani		R\$ 0,5800	R\$ 17.400,00
59	30.000	UNI					
			Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho: Extra Grande.			R\$ 14,9000	R\$ 149,00
63	10	UNI		Marimar			

			Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho: Médio.		Marimar	R\$ 14,9000	R\$ 298,00
64	20	UNI					
			Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho: Pequeno.		Marimar	R\$ 14,9000	R\$ 223,50
65	15	UNI					
			Coletor universal 60ML para coleta de exames, translúcido, com pá, em polipropileno com tampa de rosca, pacote com 100 unidades.		J. Prolab	R\$ 13,5000	R\$ 13.500,00
71	1.000	PCT					
			Coletor universal 60ML para coleta de exames, translúcido, graduado, sem pá, em polipropileno com tampa de rosca, pacote com 100 unidades.		J. Prolab	R\$ 13,5000	R\$ 27.000,00
72	2.000	PCT					

75	1.000	PCT	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm ² (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5cm, medindo 30x15 cm quando aberta, estéril, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, álcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 10 unidades. Registro no Ministério da Saúde.	MB Textil	R\$ 0,3800	R\$ 380,00
84	20.000	UNID.	Equipo para soro 2 vias.	Biosani	R\$ 0,4200	R\$ 8.400,00
88	8.000	RL	Esparadrapo comum 10x4,5 cm, com alta aderência, de boa qualidade.	Missner	R\$ 3,5900	R\$ 28.720,00
99	600	CX	Fio de sutura nylon 3-0 c/agulha 3/8 cm, caixa com 24 env.	Procare	R\$ 14,0000	R\$ 8.400,00
103	7.000	RL	Fita cirúrgica (tipo micropore) 5,0x 4,50 cm. A fita deve ser hipoalergênica e indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis. Porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, deve permitir que a pele respire livremente.	Missner	R\$ 1,9900	R\$ 13.930,00
104	1.000	RL	Fita crepe hospitalar 19x50cm. Deve ser confeccionada com dorso de papel crepado tratado. Recebe, em uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural e resina e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resinas acrílicas que proporcionam uma excelente adesividade. Deve aceitar bem, sem borrar, a escrita com lápis ou tinta, o que deve lhe conferir inúmeras utilidades de uso.	Masterfix	R\$ 1,6200	R\$ 1.620,00
107	5.000	UNI	Fita para autoclave 19mm x 30metros em papel crepe a base de fibras e celulose e tinta termoativa externa, resinas acrílicas e adesivas a base de borracha natural.	Masterfix	R\$ 1,9500	R\$ 9.750,00

116	200	GL	Gel condutor para uso em ultra-sonografia, eletrocardiograma, entre outros procedimentos que necessitam de gel como meio de contato. Deve proporcionar boa condutibilidade e facilitar o uso dos equipamentos, por ser altamente deslizante. Consistente, incolor, PH neutro, inodoro, hidrossolúvel, hipoalergênico e isento de substâncias tóxicas. Apresentação em galão de 05 litros.	Gelitec	R\$ 11,5000	R\$ 2.300,00
129	15	Kit	Kit de parto de emergência, maleta com no mínimo: - 01 absorvente hospitalar; - 01 bisturi descartável n.º 21; - 01 campo cirúrgico, tam. aprox. 45x50cm; - 01 compressa tipo zoobec, tam. aprox. 10x15cm; - 01 compressa tipo zoobec, tam. aprox. 30x15cm; - 01 luva cirúrgica n.º 7,5; - 01 luva cirúrgica n.º 8,5; - 02 prendedores umbilicais; - 02 pulseiras identificadoras; - 01 saco de expurgo hospitalar; - 02 compressas estéril 7,5x7,5cm, pte c/ 05 unid.; - 01 avental descartável de TNT; - 01 fralda descartável infantil, tam. P; - 01 álcool gel, frs. c/ 100 ml; - 01 máscara cirúrgica.	Resgate	R\$ 45,0000	R\$ 675,00
158	200	UNI	Manta cobertor térmica alumizada, confeccionada em poliéster, metalizada, com aprox. 23 à 27 microns, indicada para resgate de emergência, produto inflamável, tam. aprox. 2,10x1,40cm. Adulto.	Marimar	R\$ 7,5000	R\$ 1.500,00
174	10.000	UNI	Scalp n° 19.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 900,00
175	10.000	UNI	Scalp n° 21.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 900,00

176	2.000	UNI	Scalp nº 27.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 180,00
177	15.000	UNI	Scalp nº 23.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 1.350,00
178	15.000	UNI	Scalp nº 25.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 1.350,00
183	30.000	UNI	Seringas descartáveis de 0,5ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 50 unidades, agulha de 0,8mm de comprimento e 0,30mm de calibre. Para crianças e adolescentes.	Med Inject	R\$ 0,2300	R\$ 6.900,00
188	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 04.	Biosani	R\$ 0,2800	R\$ 56,00
189	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 06	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 60,00
190	300	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 08	Biosani	R\$ 0,3100	R\$ 93,00
191	300	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 10	Biosani	R\$ 0,3100	R\$ 93,00
192	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 12	Biosani	R\$ 0,3400	R\$ 68,00
193	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 14	Biosani	R\$ 0,3800	R\$ 76,00
194	200	UNI	Sonda de Aspiração traqueal nº. 04.	Biosani	R\$ 0,2700	R\$ 54,00
195	200	UNI	Sonda de Aspiração traqueal nº. 06.	Biosani	R\$ 0,2900	R\$ 58,00
196	2.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal nº. 08	Biosani	R\$ 0,2800	R\$ 560,00
197	2.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal nº. 10	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 600,00
198	3.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal nº. 12	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 900,00
200	2.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal nº. 16	Biosani	R\$ 0,3400	R\$ 680,00
207	300	UNI	Sonda gástrica levine nº. 08	Biosani	R\$ 0,4300	R\$ 129,00
209	500	UNI	Sonda gástrica levine nº. 12	Biosani	R\$ 0,4700	R\$ 235,00
210	500	UNI	Sonda gástrica levine nº. 14	Biosani	R\$ 0,5500	R\$ 275,00
211	500	UNI	Sonda gástrica levine nº. 16	Biosani	R\$ 0,6500	R\$ 325,00
212	500	UNI	Sonda gástrica levine nº. 18	Biosani	R\$ 0,7000	R\$ 350,00
213	500	UNI	Sonda gástrica levine nº. 20	Biosani	R\$ 0,7800	R\$ 390,00
214	200	UNI	Sonda nasogastrica curta nº 04	Biosani	R\$ 0,2700	R\$ 54,00
215	200	UNI	Sonda nasogastrica curta nº 06	Biosani	R\$ 0,2800	R\$ 56,00
216	250	UNI	Sonda nasogastrica curta nº 08	Biosani	R\$ 0,2900	R\$ 72,50
217	250	UNI	Sonda nasogastrica curta nº 10	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 75,00
218	200	UNI	Sonda nasogastrica curta nº 12	Biosani	R\$ 0,3200	R\$ 64,00
219	200	UNI	Sonda nasogastrica curta nº 14	Biosani	R\$ 0,3600	R\$ 72,00

220	300	UNI	Sonda nasogastrica longa nº 06	Biosani	R\$ 0,3800	R\$ 114,00
221	200	UNI	Sonda nasogastrica longa nº 08	Biosani	R\$ 0,4300	R\$ 86,00
222	200	UNI	Sonda nasogastrica longa nº 10	Biosani	R\$ 0,4500	R\$ 90,00
223	1.200	UNI	Sonda nasogastrica longa nº 12	Biosani	R\$ 0,4700	R\$ 564,00
224	1.300	UNI	Sonda nasogastrica longa nº 14	Biosani	R\$ 0,5500	R\$ 715,00
226	1.500	UNI	Sonda nasogastrica longa nº 18	Biosani	R\$ 0,7000	R\$ 1.050,00
230	50	UNI	Sonda retal nº 04.	Biosani	R\$ 0,2700	R\$ 13,50
231	50	UNI	Sonda retal nº 08.	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 15,00
232	50	UNI	Sonda retal nº 12.	Biosani	R\$ 0,3200	R\$ 16,00
236	50	UNI	Sonda uretral nº 04.	Biosani	R\$ 0,2700	R\$ 13,50
237	200	UNI	Sonda Uretral nº 06.	Biosani	R\$ 0,2900	R\$ 58,00
238	7.000	UNI	Sonda uretral nº 08.	Biosani	R\$ 0,2800	R\$ 1.960,00
239	50.000	UNI	Sonda uretral nº 10.	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 15.000,00
284	100	cx	Tubo para coleta de sangue a vácuo em plástico, transparente, incolor, siliconizado, estéril, com gel, separador inerte, para soro ativador de coágulo, volume de aspiração de 5ml com tampa plástica protetora hemogard. Medindo aprox. 13 x 100mm. Caixa com 100 unidades. Com validade acima de 3 anos.	Vacuplast	R\$ 36,5000	R\$ 3.650,00

Valor Total: R\$ 263.152,80

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º053/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º053/2012 – Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
23	200	FRS	Almotolia transparente, frasco com 100ml.	JProlab	R\$ 0,8700	R\$ 174,00
33	10.000	UNI	Avental descartável frontal manga longa, punho látex, confeccionado em TNT, fabricada em 100% polipropileno (tecido não tecido), tiras de ajuste internas e externas para amarrar no dorso e na cintura, gramatura 30 gr, tamanho único.	Farmaclean	R\$ 0,8700	R\$ 8.700,00
34	300	EMB.	Barbeador descartável de 2 lâminas paralelas de aço inox, para tricotomia, embalagem com 2 unidades.	Bic	R\$ 0,3000	R\$ 90,00
35	50	UNI	Bateria de 9 V para detector fetal.	Vinnic	R\$ 19,7900	R\$ 989,50
41	5	unid.	Cabos para eletrodos para o aparelho eletrocardiógrafo da marca Cardio Touch.	Cardio Touch	R\$ 720,000	R\$ 3.600,00
43	50	CX	Caixa porta Lâminas em plástico resistente, branco, tampa é fixada na caixa através de 2 dobradiças, com capacidade p/ aprox. 50 lâminas.	JProlab	R\$ 6,8400	R\$ 342,00
66	15	UNI	Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Extra pequeno.	Marimar	R\$ 14,8800	R\$ 223,20
67	20	UNI	Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janelatraqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Grande.	Marimar	R\$ 14,8800	R\$ 297,60
68	1.000	PCT	Coletor de urina infantil (Unisex), estéril, pct com 10 unidades.	Medsonda	R\$ 2,2100	R\$ 2.210,00
81	10	unid.	Eletrodos de membro tipo cliques reutilizáveis, adulto, periférico, para o aparelho eletrocardiógrafo da marca Cardio Touch.	Cardio Touch	R\$ 78,0000	R\$ 780,00
87	700	PCT	Escova Cervical, pacote com 100 unidades.	Kolplast	R\$ 11,4700	R\$ 8.029,00
115	800	UNI	Garrote com tubo látex nº 200 em pequena base de PVC branco.	Lemgruber	R\$ 4,4000	R\$ 3.520,00
117	2.000	FRS	Gel para sonar frasco com 100 ml. Deve proporcionar boa condutibilidade e facilitar o uso do equipamento, por ser altamente deslizante. Consistente, incolor, PH neutro, inodoro, hidrossolúvel, hipoalergênico e isento de substâncias tóxicas. Apresentação em frasco de 100ml.	Maxicor	R\$ 0,9900	R\$ 1.980,00
121	100	CX	Haste em polipropileno flexível, com algodão hidrófilo tratado com carboximetil celulose e bactericida em suas pontas, caixa com aprox. 75 unidades.	Higie Topp	R\$ 0,6500	R\$ 65,00
124	700	UNI	Intermediários para aspiração 204.	Auriflex	R\$ 2,2100	R\$ 1.547,00
134	200	CX	Lâmina para bisturi nº. 15, cx com 50 unidades.	Maxicor	R\$ 5,9000	R\$ 1.180,00
137	50	UNI	Lâmpada fria de 16 w, para foco clínico.	Philips	R\$ 64,9500	R\$ 3.247,50
141	100	UNI	Lanterna clínica de bolso, confeccionada em duro alumínio, com lâmpada de 2,2 volts de alta luminosidade. Acionamento: através do contato do clip no corpo da caneta. Funcionamento com duas pilhas palito. Garantia de 01 ano.	Press Control	R\$ 14,6200	R\$ 1.462,00
143	300	ROLO	Lençol descartável de papel para maca, com picote, produzido com papel de alta qualidade, e com rigoroso controle de qualidade. Composição: 100% de fibras celulósicas. Resistente, extra branco, medindo 50mx50cm.	Plumax	R\$ 10,9800	R\$ 3.294,00
148	6.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 7.	Embramac	R\$ 0,9400	R\$ 5.640,00
149	5.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 8,0.	Embramac	R\$ 0,9400	R\$ 4.700,00

156	7.000	PAR	Luva ginecológica estéril para toque .	Descarlucas	R\$ 0,0790	R\$ 553,00
163	400	UNI	Óculos de proteção, com lente incolor de policarbonato, para proteção dos olhos contra partículas volantes, produtos químicos e fluidos corpóreos e contra raios UVA/UVB. Lentes com tratamento antiembaçante nos lados interno e externo. Ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, com escudo lateral de policarbonato, angulo das lentes ajustável e com cordão de segurança. Embalados individualmente em saco plástico. Produto registrado no Ministério da Saúde.	3 M	R\$ 17,0000	R\$ 6.800,00
166	150	RL	Papel para eletrocardiograma 48mmx30mt.(rolo) .	Biomed	R\$ 1,8600	R\$ 279,00
168	1.000	RL	Papel para eletrocardiograma, rolo com 58mmx30m.	Biomed	R\$ 2,4400	R\$ 2.440,00
187	500	FRS	Solução spray para fixação de esfregaços vaginais (fixador citológico) frasco com 100 ml.	Adlin	R\$ 3,8900	R\$ 1.945,00
202	800	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 12 com balão 5cc.	Solidor	R\$ 0,9400	R\$ 752,00
225	1.500	UNI	Sonda nasogástrica longa nº 16.	Medsonda	R\$ 0,6400	R\$ 960,00
244	30.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 250 ml.	Lbs	R\$ 0,9200	R\$ 27.600,00
246	20.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 100 ml.	Equiplex	R\$ 1,2400	R\$ 24.800,00
247	5.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 1000 ml.	Equiplex	R\$ 2,3700	R\$ 11.850,00
249	30.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 250 ml.	Equiplex	R\$ 1,2600	R\$ 37.800,00
250	20.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 500 ml.	Equiplex	R\$ 1,5500	R\$ 31.000,00
251	500	FRS	Soro Glicofisiológico 1000ml - Solução de Glicose a 5% + Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado.	Equiplex	R\$ 2,900	R\$ 1.450,00
252	500	FRS	Soro Glicofisiológico 500ml - Solução de Glicose a 5% + Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado.	Equiplex	R\$ 1,7200	R\$ 860,00
253	10.000	FRS	Soro glicosado 5% 250 ml, sistema fechado.	Equiplex	R\$ 1,4300	R\$ 14.300,00
254	2.000	FRS	Soro glicosado 5% 500 ml, sistema fechado.	Equiplex	R\$ 1,6500	R\$ 3.300,00

255	300	UNI	Tala de papelão e E.V.A para imobilização provisória, tamanho grande, medindo aproximadamente 60x10 cm.	Marimar	R\$ 23,6600	R\$ 7.098,00
256	800	UNI	Tala de papelão e E.V.A para imobilização provisória, tamanho médio, medindo aproximadamente 45x10 cm.	Marimar	R\$ 22,5000	R\$ 18.000,00
257	800	UNI	Tala de papelão e E.V.A para imobilização provisória, tamanho pequena, medindo aproximadamente 30x10 cm.	Marimar	R\$ 18,4000	R\$ 14.720,00
275	300	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 10,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,3900	R\$ 417,00
277	100	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 2,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,3000	R\$ 130,00
278	1.950	UNI	Tubo endotraqueal sem balão 4,5mm, Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,2800	R\$ 2.496,00
282	300	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 9,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,3900	R\$ 417,00

Valor Total: R\$ 262.037,80

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º054/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º054/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ASLI COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
------	--------	-------	--------------	------------------	------------------	-------------------------

112	7.000	UNI	Frasco-diet para dieta enteral, transparente, capacidade 500ml, graduado nos dois lados a cada 50ml crescente e decrescente, atóxico, de uso único, embalado individualmente em saco plástico, constando externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, nr. do lote, registro no MS, identificação do fabricante e do farmacêutico responsável.	Nutri/Bio-base	R\$ 0,6500	R\$ 4.480,00
170	4.000	UNI	Preservativo não lubrificado masculino 52mm .	Microtex/Hipermarca	R\$ 0,1700	R\$ 680,00
Valor Total: R\$ 5.160,00						



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º055/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º055/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
1	1.000	PCT	Abaixador de língua (espátula de madeira), descartável, formato convencional liso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento; 1,4 cm de largura; 0,5 mm de espessura, embalado em pacote com 100 unidades.	Theoto	R\$ 1,8500	R\$ 1.850,00
39	1.100	PCT	Bolsa de colostomia de 30 mm descartável em PVC estéril com adesivo hipoalérgico, pacote com 10 unidades.	Mark Med	R\$ 2,5000	R\$ 2.750,00
40	600	PCT	Bolsa de colostomia de 50mm descartável em PVC estéril com adesivo hipoalérgico, pacote com 10 unidades.	Mark Med	R\$ 3,0000	R\$ 1.800,00
89	800	PCT	Espátula de ayres de madeira, resistente, pontas arredondadas, descartável, utilizada para coleta de exames ginecológicos, embalagem contendo 100 unidades.	Theoto	R\$ 3,8900	R\$ 3.112,00
157	200	UNI	Manta cobertor térmica alumizada, confeccionada em poliéster, metalizada, com aprox. 23 à 27 microns, indicada para resgate de emergência, produto inflamável, tam. aprox. 0,78 x 0,45cm. Neonatal.	Mari-	R\$ 10,0000	R\$ 2.000,00
199	2.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal nº. 14.	Biosani	R\$ 0,3200	R\$ 640,00
240	80.000	UNI	Sonda uretral nº 12.	Biosani	R\$ 0,2900	R\$ 23.200,00
241	30.000	UNI	Sonda uretral nº 14.	Biosani	R\$ 0,3200	R\$ 9.600,00

242	1.000	UNI	Sonda uretral nº 16.	Mark Med	R\$ 0,3500	R\$ 350,00
Valor Total: R\$ 45.302,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º056/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º056/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
11	3.000	CX	Agulha hipodérmica desc. 40x12, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med Gold-man	R\$ 3,2900	R\$ 9.870,00
12	4.000	CX	Agulha hipodérmica desc. 13x4,5, caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med Gold-man	R\$ 2,8700	R\$ 11.480,00
60	1.200	FRS	Clorexidina gliconato, dosagem 0,5%, aplicação solução alcoólica	Rioquímica	R\$ 5,6900	R\$ 6.828,00

269	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 4,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/ Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
-----	-----	-----	--	-------------------	------------	------------

270	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 5,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/ Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
-----	-----	-----	--	-------------------	------------	------------

271	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 6,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/ Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
-----	-----	-----	--	-------------------	------------	------------

272	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 6,5 mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/ Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
-----	-----	-----	---	-------------------	------------	------------

273	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 7,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/ Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
274	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 7,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/ Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00

280	200	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 8,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/ Med	R\$ 1,3700	R\$ 274,00
281	300	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 8,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/ Med	R\$ 1,3700	R\$ 411,00
Valor Total: R\$ 30.999,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º057/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º057/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a



empresa COSMODERMA INDÚSTRIA E COMÉRCIL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
78	1.000	FRS	Detergente enzimático desincrostante, com no mínimo 03 enzimas na formulação, frasco com 05 litros.	Cosmoderma	R\$ 50,0000	R\$ 50.000,00
79	1.500	FRS	Detergente enzimático desincrostante, com no mínimo 03 enzimas na formulação, frasco com 1000 ml.	Cosmoderma	R\$ 10,8000	R\$ 16.200,00
Valor Total: R\$ 66.200,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º058/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º058/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRIVITTA DIAGNOSTICA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
------	--------	-------	--------------	------------------	------------------	-------------------------

80	350.000	UNID.	Dispositivo perfuro cortante para punção de sangue (lanceta), mantido com a agulha protegida e estéril, acoplada a lancetador descartável, de uso único, agulha com profundidade de penetração de no mínimo dois tamanhos, retraindo automaticamente após o uso. O fornecedor das lancetas deverá disponibilizar 1.500 lancetadores, em regime de comodato.	G-Tech	R\$ 0,1300	R\$ 45.500,00
Valor Total: R\$ 45.500,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º059/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º059/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INDÚSTRIA FARMACEUTICA RIOQUIMICA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
15	500	FRS	Álcool 70% em gel, glicerinado. Gel anti-séptico a base de álcool etílico 70%, com agentes umectantes e emolientes; frs com 5000 ml.	Rioquímica	R\$ 24,9000	R\$ 12.450,00
16	1.200	FRS	Álcool Iodado 1%, frs com 1000 ml.	Rioquímica	R\$ 5,5000	R\$ 6.600,00
17	8.000	FRS	Álcool líquido 70%, frs com 1000 ml.	Rioquímica	R\$ 2,6000	R\$ 20.800,00
18	7.000	FRS	Álcool líquido 96%, frs com 1000 ml.	Rioquímica	R\$ 3,4500	R\$ 24.150,00
118	300	FRS	Glicerina líquida, PA, frasco com 1.000 ml.	Rioquímica	R\$ 10,000	R\$ 3.000,00

122	10.000	FRS	Hipoclorito de sódio 1%, altamente bactericida, frasco com 1 litro.	Rioquímica	R\$ 1,8500	R\$18.500,00
125	800	FRS	Iodopovidona 10% (PVP-I Tópico), à base de Iodopovidona em solução aquosa, anti-séptico hospitalar indicado para curativos em geral, queimaduras, traumatismos, ferimentos superficiais da pele e na anti-sepsia complementar do campo operatório, frasco com 1.000 ml.	Rioquímica	R\$ 8,5000	R\$ 6.800,00
Valor Total: R\$ 92.300,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º060/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º060/2012 – Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
25	500	PCT	Atadura de crepon com 13 fios, com 30cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House	R\$ 14,9100	R\$ 7.455,00
70	12.000	UNI	Coletor para perfurocortantes 13 litros, com alça dupla para transporte. Contr trava de segurança. Produzido de acordo com NBR 13853. Fácil montagem, possuir bocal aberto para facilitar o descarte dos materiais, sem necessidade de abrir e fechar tampa. Acompanhar saco plástico para o transporte do coletor antes da montagem e para revestimento interno do coletor. O saco plástico junto com o fundo rígido, a cinta e a bandeja, devem formar um espesso conjunto de revestimento interno, evitando perfurações e vazamentos. A trava e a contra-trava de segurança devem garantir que, após o fechamento do coletor, a tampa não se abra durante o transporte.	Cartoon Box	R\$ 2,0900	R\$ 25.080,00
131	100	CX	Lâmina para bisturi nº. 10, cx com 50 unidades.	Solidor	R\$ 5,9400	R\$ 594,00
132	300	CX	Lâmina para bisturi nº. 11, cx com 50 unidades.	Solidor	R\$ 5,9400	R\$ 1.782,00
133	100	CX	Lâmina para bisturi nº. 12, cx com 50 unidades.	Solidor	R\$ 5,9400	R\$ 594,00
135	200	CX	Lâmina para bisturi nº. 21, cx com 50 unidades.	Solidor	R\$ 5,9400	1.188,00
136	30	UNI	Lâmpada de emissão de infra-vermelho de 150W/127V.	Philipis	R\$ 99,0900	R\$ 2.972,70
138	30	UNI	Lâmpada halogênia 2,5v para laringoscópio.	Mikatos	R\$ 32,0000	R\$ 960,00
201	800	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 10 com balão 5cc.	Solidor	R\$ 1,5100	R\$ 1.208,00
245	25.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 500 ml.	Arboreto	R\$ 1,1400	R\$



276	100	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 2,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de	Solidor	R\$ 0,9900	R\$ 99,00
Valor Total: R\$ 70.432,70						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º061/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º061/2012 – Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
7	1.500	CX	Agulha hipodérmica desc. 25x7, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Embramac	R\$ 2,8700	R\$ 4.305,00
9	1.200	CX	Agulha hipodérmica desc. 25x8, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Embramac	R\$ 2,8700	R\$ 3.444,00
10	765	CX	Agulha hipodérmica desc. 30x7, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med Needle	R\$ 2,8700	R\$ 2,195,55
26	7.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 10cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House/Bru	R\$ 4,9700	R\$ 34.790,00
27	7.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 12cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House/Bru	R\$ 5,9700	R\$ 41.790,00
32	7.600	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 8cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House/Bru	R\$ 3,9900	R\$
36	150	UNI	Bateria para termômetro digital .	Bells	R\$ 1,8500	R\$ 277,50
44	400	UNI	Camisola/Avental em tergal para preventivo, cor branco, tamanho único.	LD	R\$ 16,0000	R\$ 6.400,00
47	10	unid.	Cânula de Guedel calibre 00, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange	Protec	R\$ 1,9800	R\$ 19,80
48	10	UNI	Cânula de Guedel calibre 01, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange	Protec	R\$ 1,9800	R\$ 19,80

49	15	UNI	Cânula de Guedel calibre 02, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange	Protec	R\$ 2,4000	R\$ 36,00
50	15	UNI	Cânula de Guedel calibre 03, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange	Protec	R\$ 2,5700	R\$ 38,55
51	10	UNI	Cânula de Guedel calibre 04, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange	Protec	R\$ 2,5700	R\$ 25,70
52	10	UNI	Cânula de Guedel calibre 05, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange	Protec	R\$ 2,5700	R\$ 25,70
62	20	UNI	Cobertor Microfibras, 100% poliéster, Medindo aproximadamente	Etruria	R\$ 22,0000	R\$ 440,00
69	1.000	Unid.	Coletor de urina sistema aberto 1200ml, com as especificações mínimas: de forma cilíndrica, de polietileno de alta densidade, com 200mm de altura e 9 cm de diâmetro, escala de volume com marcações em traços horizontais. O tubo extensor com 1200mm de extensão.	Medsonda	R\$ 1,9700	R\$ 1.970,00
73	15.000	PCT	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 11 fios/cm² (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5 cm, medindo 30x15 cm quando aberta, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, álcalis e ácidos, fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades. Registro no Ministério da Saúde.	Medi House	R\$ 12,5600	R\$
83	50.000	UNID.	Equipo Macrogotas, câmara flexível, estéril, com injetor lateral e válvula de ar.	Med Equipo	R\$ 0,4900	R\$
95	300	CX	Fio de nylon 6-0, com agulha monoilamento preto estéril, não absorvível, classe I, corpo circular 3/8, cisc. 2,0cm, 45cm, caixa com 24 unidades.	Procare	R\$ 13,1000	R\$ 3.930,00
108	8.000	PCT	Fralda descartável infantil tamanho "G", 10 a 14 kg. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes (para garantir maior absorção e retenção de líquidos) e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com 10 unidades.	DRY	R\$ 3,2300	R\$
110	30.000	PCT	Fralda Geriátrica tamanho "M". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes, (que garantem maior absorção e retenção de líquidos), difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com 8 unidades.	Medifral	R\$ 6,5400	R\$
111	10.000	PCT	Fralda Geriátrica tamanho "P". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes, que garantem maior absorção e retenção de líquidos, difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com 8 unidades.	Masterfral	R\$ 5,6600	R\$
113	100	UNI	Fronha hospitalar, composição aprox. 65% algodão e 35% poliéster, com aprox. 107 fios, medindo aprox. 0,50 x 0,70m, na cor branco.	LD	R\$ 7,8300	R\$ 783,000
120	100	PCT	Gorro para cirurgia com elástico, descartável. Deve moldar-se confortavelmente à cabeça e cabelo. Elástico revestido, proporcionando melhor vedação durante sua utilização. Cor branca. Pacote com 100 unidades.	Olimed	R\$ 4,7500	R\$ 475,00
123	500	UNI	Intermediários de silicone 204 de 6 x 12mm.	H2M Rubber	R\$ 7,0100	R\$ 3.505,00
127	60	kit	Kit Cateter venoso central Adulto mono, com as seguintes especificações mínimas: 1 Cateter em poliuretano, hidrofílico centimetrado; 1 Dilatador; 1 Fio guia em J; 1 Agulha; 1 Seringa descartável; 1 Bisturi descartável; 1 Fixador do cateter tipo borboleta com trava. Tampas protetoras auto selantes. Cateteres Hidrofílicos, facilitando o deslizamento ao contato com líquidos. O Kit deverá conter:	Biomedical		R\$ 1.920,00

128	40	kit	Kit Cateter venoso central Infantil mono, com as seguintes especificações mínimas: 1 Cateter em poliuretano, hidrofílico centimetrado; 1 Dilatador; 1 Fio guia em J; 1 Agulha; 1 Seringa descartável; 1 Bisturi descartável; 1 Fixador do cateter tipo borboleta com trava. Tampas protetoras auto selantes. Cateteres Hidrofílicos, facilitando o deslizamento ao contato com líquidos. O Kit deverá conter:	Biomedical	R\$ 37,0000	R\$ 1.480,00
140	100	UNI	Lâmpada para otoscópio.	Mikatos	R\$ 22,0000	R\$ 2.200,00
142	10.000	PCT	Lençol com elástico descartável, fabricado em 100% polipropileno (TNT) em material 30grs/m², na cor branca, medidas aprox. 2,10 x 0,90 cm, pcte c/ 10 unid.	Anadona	R\$ 6,3500	R\$
145	220	UNI	Lençol para maca ou leito, composição aprox. 65% algodão e 35% poliéster, com aprox. 107 fios, medindo aprox.	LD	R\$ 14,8500	R\$ 3.267,00
152	1.000	CX	Luva de procedimento látex, descartável , para uso hospitalar, tam. G, caixa com 100 unidades cada.	Nugard	R\$ 11,0000	R\$
153	3.000	CX	Luva de procedimento látex, descartável , para uso hospitalar, tam. M, caixa com 100 unidades cada.	Nugard	R\$ 11,0000	R\$
154	3.000	CX	Luva de procedimento látex, descartável , para uso hospitalar, tam. P, caixa com 100 unidades cada.	Nugard	R\$ 11,0000	R\$
155	1.500	CX	Luva de procedimento látex, descartável , para uso hospitalar, tam. PP, caixa com 100 unidades cada.	Nugard	R\$ 11,0000	R\$
160	1.000	CX	Máscara descartável simples confeccionada em TNT, tecido não-tecido 100% de polipropileno do tipo agulhado com 40 gr/m2. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, confeccionada no estilo retangular, tamanho único, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica pontilhada. No centro da máscara existem três pregas que se ajustam ao aumento ou diminuição do tamanho. Caixa com 50 unidades.	Olimed	R\$ 3,2000	R\$ 3.200,00
164	400	CX	Papel crepado 30x30 cm, na cor verde, embalagem descartável para esterilização de material crepado 100% celulose, com gramatura de aprox. 60g/m², que oferece barreira microbiana eficaz através de porosidade controlada, mantendo a esterilidade do artigo por prazo superior ao proporcionado pelo tecido de algodão. É hipo-repelente, maleável, resistente a ruptura e rasgo, biodegradável, atóxico e não irritante. Indicado para empacotamento de artigos	Polar Fix	R\$ 46,9000	R\$ 18.760,00
165	600	CX	Papel crepado 50x50 cm, na cor verde, embalagem descartável para esterilização de material, crepado 100% celulose, com gramatura de aprox. 60g/m², que oferece barreira microbiana eficaz através de porosidade controlada, mantendo a esterilidade do artigo por prazo superior ao proporcionado pelo tecido de algodão. É hipo-repelente, maleável, resistente a ruptura e rasgo, biodegradável, atóxico e não irritante. Indicado para empacotamento de artigos	Polar Fix	R\$ 139,0000	R\$ 83.400,00
179	300	CX	Seringa desc. 1 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid.	SR	R\$ 7,7000	R\$ 2.310,00
180	1.100	CX	Seringa desc. 3 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid.	SR	R\$ 6,4200	R\$ 7.062,00
181	1.200	CX	Seringa desc. 5 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid.	SR	R\$ 7,0500	R\$ 8.460,00
182	1.300	CX	Seringa desc.10 ml, sem agulha cx c/ 100 unid.	SR	R\$ 12,1100	R\$ 15.743,00
186	1.000	CX	Seringa descartável 20ml sem agulha, caixa com 100 unidades.	SR	R\$ 18,2300	R\$ 18.230,00
227	300	UNI	Sonda Nutrição enteral com guia nº 08	Solumed	R\$ 8,9500	R\$ 2.685,00
228	300	UNI	Sonda Nutrição enteral com guia nº 10	Solumed	R\$ 8,9500	R\$ 2.685,00
229	50	UNI	Sonda Nutrição enteral com guia nº 12	Solumed	R\$ 8,9500	R\$ 447,50
258	150	UNI	Tecido em brim para campo cirúrgico tam. 50X50 cm, fechado, cor caqui.	LD	R\$ 4,4500	R\$ 667,50
259	150	UNI	Tecido em Brim para campo cirúrgico Tam. aprox. 40x40, Fenestrado, cor caqui.	LD	R\$ 4,7500	R\$ 712,50
260	150	UNI	Tecido em Brim para campo cirúrgico Tam. aprox. 60x60, fechado, cor caqui	LD	R\$ 5,8500	R\$ 877,50
261	50	UNI	Tecido em brim para campo cirúrgico, tam. 50X50 cm, fenestrado, com diâmetro de 8 cm, cor caqui.	LD	R\$ 5,8500	R\$ 292,50
262	150	UNI	Tecido em Brim para campo cirúrgico, tamanho aprox. 40x40 cm, fechado, cor caqui.	LD	R\$ 3,8500	R\$ 577,50

266	40	CJ	Travesseiros 100% fibra siliconizada, revestido em tecido 100% algodão, percal com aprox. 235 fios, deve acompanhar capa impermeável, confeccionada em plástico com reforço em malha de poliéster, é totalmente impermeável, lavável e antialérgica, podendo ser utilizado produtos de limpeza inclusive álcool, com zíper para fácil colocação. Medindo aprox. 50 x 70 cm.	Altemburg	R\$ 27,5000	R\$ 1.100,00
267	300	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 3,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Emba	Solidor	R\$ 2,0100	R\$ 603,00
268	300	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 3,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Emba	Solidor	R\$ 2,0100	R\$ 603,00
279	1.950	UNI	Tubo endotraqueal sem balão 5,0mm, Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,3000	R\$ 2.535,00
Valor Total: R\$ 963.152,60						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º062/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º062/2012 – Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
2	200	FRS	Ácido acético solução a 3%, frs. c/ 1000 ml .	Myako	R\$ 8,0000	R\$ 1.600,00
3	2.500	FRS	Ácidos Graxos Essenciais, tratamento oleoso para curativo, para uso em pele lesionada, restaurador do epitélio, composto de óleos vegetais polissaturados, ácido linoleico, ácidos cáprico, caprílico, láurico, lecitina de soja, vitamina A, vitamina E, para uso em qualquer tipo de ferida limpa, embalagem com identificação do produto, marca, lote de fabricação, procedência e registro no MS, conteúdo 200ml.	Agederm	R\$ 6,1000	R\$ 15.250,00
5	4.000	FRS	Água Oxigenada Volume 10, frasco com 100 ml.	Rioquímica	R\$ 0,9000	R\$ 3.600,00
6	3000	unid.	Agulha estéril 30 x 0,7 mm, para coleta de sangue a vácuo, com dispositivo de segurança em plástico, esterilização por radiação gama.	BD	R\$ 0,6300	R\$ 1.890,00
20	500	PCT	Algodão multiuso retangular, medindo aproximadamente 60x40mm. Macio e absorvente, confeccionados em fibras de 100% algodão alvejadas. Pacote com aproximadamente 100 gr.	Cremer	R\$ 2,2800	R\$ 1.140,00
28	10.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 15cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House	R\$ 7,4400	R\$ 74.400,00



31	2.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 6cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House	R\$ 2,9760	R\$ 5.952,00
37	150	FRS	Benzina retificada, frs c/1000 ml.	Ricie	R\$ 10,2000	R\$ 1.530,00
46	800	CX	Campo operatório, compressa de gases hidrófila 100% algodão medindo 45 x 50cm, com cadarço, tecido alvejados (isentos de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido), com 4 camadas de gaze tipo tela, fixadas entre si, com as bordas embainhadas tipo "overlock", com dispositivo para fixação, na forma de alça, firmemente unido ao seu corpo, pacote com 50 unidades.	Polar Fix	R\$ 38,5000	R\$ 30.800,00
53	5.000	UNI	Cateter intravenoso nº 14 G.	Solidor	R\$ 0,3600	R\$ 1.800,00
55	12.000	UNI	Cateter intravenoso nº 18 G.	Solidor	R\$ 0,3400	R\$ 4.080,00
58	15.000	UNI	Cateter intravenoso nº 24 G.	Solidor	R\$ 0,3600	R\$ 5.400,00
61	1.200	FRS	Clorexidina gliconato, dosagem 2%, aplicação degermante.	Vic Pharma	R\$ 7,9000	R\$ 9.480,00
74	15.000	PCT	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm² (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5 cm, medindo 30x15 cm quando aberta, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, álcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades. Registro no Ministério da Saúde.	Medi House	R\$ 14,6000	R\$ 219.000,00
76	1.000	UNI	Compressa gaze hidrófila, tipo queijo, 91m x 91cm, 13 fios, com 4 dobras, 8 camadas, confeccionadas em tecido 100% algodão, tipo tela, com alto poder de absorção, macio, neutro, branqueadas, isentas de amido, de dextrina, de alvejante óptico, de impurezas e possuir PH de 5,0 a 8,0, dobras confeccionadas todas para dentro, não apresentando fios soltos e fiapos, embaladas individualmente em pacotes com 01 unidade.	MDA	R\$ 29,0000	R\$ 29.000,00
85	8.000	UNID.	Equipo utilizado para nutrição enteral. Ponta perfurante adaptável com facilidade e segurança em qualquer tipo de frasco/ampola/bolsa, contendo protetor; Câmara de gotejamento flexível e transparente permitindo o monitoramento do fluxo da alimentação a ser administrada; Tubo flexível em P.V.C. de no mínimo 1,2m de comprimento. Regulador de fluxo (clamp e rolete) para controle de fluxo com segurança, conector escalonado para diferentes diâmetros de sonda, contendo protetor. Embalado individualmente em Papel Grau Cirúrgico e filme termoplástico, contendo os dados impressos de identificação, código, lote, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde.	Compojet	R\$ 0,7800	R\$ 6.420,00
86	500	PCT	Escova cervical estéril descartável. Eixo de sustentação em aço inoxidável, cabo em poliestireno (PS), atóxico; Cerdas de nylon macias em formato cônico. Pacote estéril (embalado individualmente) com 100 unidades.	Kolplast	R\$ 16,0000	R\$ 8.000,00
90	5.000	UNI	Especulo descartável, tam. G, esterilizado, embalado individualmente.	Kolplast	R\$ 0,9900	R\$ 4.950,00
91	15.000	UNI	Especulo descartável, tam. M, esterilizado, embalado individualmente.	Kolplast	R\$ 0,7600	R\$ 11.400,00
92	12.000	UNI	Especulo descartável, tam. P, esterilizado, embalado individualmente.	Kolplast	R\$ 0,6600	R\$ 7.920,00
96	20	CX	Fio de Sutura Catgut modelo 2.0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades.	Shalon	R\$ 45,6000	R\$ 912,00
97	15	CX	Fio de Sutura Catgut, modelo 0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades.	Shalon	R\$ 45,6000	R\$ 684,00
98	15	CX	Fio de Sutura Catgut, modelo 1.0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades.	Shalon	R\$ 45,6000	R\$ 684,00
102	10.000	RL	Fita cirúrgica (tipo micropore) 2,5x 4,50 cm. A fita deve ser hipoalergênica e indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis. Porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, deve permitir que a pele respire livremente.	Missner	R\$ 1,1500	R\$ 11.500,00
105	5.000	RL	Fita hipoalergenica corte reto transparente 100 mm x 4,5 m.	Riasa	R\$ 7,5900	R\$ 37.950,00
109	30.000	PCT	Fralda Geriátrica tamanho "G". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes, (que garantem maior absorção e retenção de líquidos), difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com 8 unidades.	Med Fral	R\$ 7,0000	R\$ 210.000,00

119	3.000	FRS	Glutaraldeído 2%, com duração de 14 dias, esterilizante e desinfetante, frs. c/ 1000 ml.	Rioquímica	R\$ 4,5000	R\$ 13.500,00
126	300	FRS	Iodopovidona degermante antissepsia da pele, mãos e ante-braços, solução degermante contendo 1% de iodo ativo, frasco com 1.000 ml.	Rioquímica	R\$ 9,1900	R\$ 2.757,00
130	400	CX	Lâmina fosca para coleta de preventivo 26x76cm, cx c/50 unid.	Med Glass	R\$ 1,5000	R\$ 600,00
147	3.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 6,5	New Hand	R\$ 0,9500	R\$ 2.850,00
150	7.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 8,5	New Hand	R\$ 0,9500	R\$ 6.650,00
151	5.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril, nº 7,5.	New Hand	R\$ 0,9500	R\$ 4.750,00
167	2.500	RL	Papel para eletrocardiograma compatível com modelo Cardiotouch 3.000, tamanho A4.. 210 mm ou 8,5 polegadas, comprimento 300 mm ou 11 polegadas, largura de 204 mm, resolução de 8./mm, horizontal de 16./mm, papel térmico, rolo de papel com capacidade mínima de 100 exames.	Tecnoprint	R\$ 25,0000	R\$ 62.500,00
171	400	PCT	Saco para lixo hospitalares/infectantes, 100 litros, nas medidas aproximadas 75 x 105 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades.	Araken	R\$ 28,0000	R\$ 11.200,00
172	400	PCT	Saco para lixo hospitalares/infectantes, 30 litros, nas medidas aproximadas 59 x 62 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades.	Araken	R\$ 16,0000	R\$ 6.400,00
173	400	PCT	Saco para lixo hospitalares/infectantes, 50 litros, nas medidas aproximadas 63 x 80 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades.	Araken	R\$ 19,0000	R\$ 7.600,00
184	100.000	UNI	Seringas descartáveis de 01ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 100 unidades, agulha de 0,8mm de comprimento e 0,30mm de calibre. Para crianças, adolescentes e adultos magros.	Injex	R\$ 0,3200	R\$ 32.000,00
185	30.000	UNI	Seringas descartáveis de 01ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 100 unidades, agulha de 12,7mm de comprimento e 0,33mm de calibre. Para adultos obesos.	Injex	R\$ 0,3000	R\$ 9.000,00
243	14.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 100 ml.	Arboreto	R\$ 0,7300	R\$ 10.220,00
263	1.000	UNI	Termômetro digital clínico, ponta flexível emborrachada, resistente a água, indicador de bateria, bateria de longa duração, com alarme sonoro.	Incoterm	R\$ 7,9000	R\$ 7.900,00
285	100	FRS	Vaselina líquida, uso hospitalar, frs c/ 1000 ml.	Ricie	R\$ 9,9000	R\$ 990,00
Valor Total: R\$ 884.079,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º064/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º064/2012

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

– Pregão Presencial 028/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSPT. LTDA. OBJETO: Confeção e instalação de móveis sob medidas para as unidades de saúde e demais setores da Secretaria de saúde. DATA: 25/05/2012 a 25/05/2013.

Item	Quant	Unid.	DESCRIÇÃO	Marca Fabricante	Valor Unitário	Valor total
01	20	m2	Armário arquivo para fichário (ficha pequena) fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Gavetas com correições telescópicas. Divisão nas gavetas em acrílico 04 mm de espessura. Acabamentos pos forming. Profundidade 50 cm.	Akon	R\$ 609,7335	R\$ 12.194,67
02	22	m2	Armário arquivo para pasta suspensa em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Gavetas com correições telescópicas. Acabamentos pos forming. Profundidade 50 cm.	Akon	R\$ 601,3817	R\$ 13.230,40
03	27	m2	Armário fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Prateleiras, Portas com dobradiça modelo caneco. Acabamentos pos forming. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$ 501,1515	R\$ 13.531,09
04	7	m2	Armário guarda volume fabricado em MDF de 18mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Portas com chaves individuais com aproximadamente 35x40. Acabamento pos forming. Profundidade 40 cm.	Akon	R\$ 584,6767	R\$ 4.092,74
05	10	m2	Armário tipo gaveteiro fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Fundo em MDF de 15mm Manta térmica para isolamento contra umidade no fundo. Gavetas com correições telescópicas. Acabamentos pos forming. medida das gavetas: 6cm, largura 45cm, Profundidade 55 cm.	Akon	R\$ 576,3242	R\$ 5.763,24
06	16,00	m2	Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com correições telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em granito cinza andorinha. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$ 501,1515	R\$ 8.018,42
07	45	m2	Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com correições telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em granito, cinza andorinha com uma cuba. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$ 501,1515	R\$ 22.551,82
08	20	m2	Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com correições telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em granito cinza andorinha com duas cubas. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$ 501,1515	R\$ 10.023,03
09	13,50	m2	Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com correições telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$501,1515	R\$ 6.765,55
10	10	m2	Bancada em MDF 18 m, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm interno e externamente, na cor branca texturizada. Acabamento pos forming.	Akon	R\$ 250,5757	R\$ 2.505,76
11	29	m2	Estante sob medido para farmácia, em MDF, revestido interno e externamente em laminado melamínico de alta pressão de 18 mm, na cor branca texturizada. Com estantes na parte superior e prateleiras e portas na parte inferior.	Akon	R\$ 459,3888	R\$ 13.322,28
VALOR TOTAL R\$ 111.999,00						

IPPA**Portaria Nº 026/2012**

PORTARIA Nº 026/2012

Concede pensão por morte, em caráter integral, a dependente presumida do servidor inativo falecido, do Tesouro Municipal, Sr. OSNY MANOEL DOS SANTOS, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal, observada a redação da E-menda Constitucional nº 41/03 e dá outras providências.

Ronério Heiderscheidt, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a senhora MARIA BENTA DOS SANTOS, inscrita no CPF nº 919.828.399-53 e portadora do RG nº 3.287.651 dependente presumida do servidor inativo do Tesouro Municipal OSNY MANOEL DOS SANTOS falecido em 15/05/2012.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 10887/04, correspondente a 100% (cem por cento) dos proventos percebidos na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA, nos termos do art. 3º, § 2º da Lei nº 2.971/2008.

§ 1º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar extinta a Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, concedida ao servidor falecido nos termos da Portaria nº 994/1997, retificada pela Portaria nº 037/2010.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 15/05/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 28 de maio de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Executivo

ARIANA VERA DA ROSA TAVARES

Assistente Administrativo

Matrícula 900048

Portaria Nº 026/2012

PORTARIA Nº 026/2012

Concede pensão por morte, em caráter integral, a dependente presumida do servidor inativo falecido, do Tesouro Municipal, Sr. OSNY MANOEL DOS SANTOS, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal, observada a redação da E-menda Constitucional nº 41/03 e dá outras providências.

Ronério Heiderscheidt, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal observada a redação

da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a senhora MARIA BENTA DOS SANTOS, inscrita no CPF nº 919.828.399-53 e portadora do RG nº 3.287.651 dependente presumida do servidor inativo do Tesouro Municipal OSNY MANOEL DOS SANTOS falecido em 15/05/2012.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 10887/04, correspondente a 100% (cem por cento) dos proventos percebidos na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA, nos termos do art. 3º, § 2º da Lei nº 2.971/2008.

§ 1º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar extinta a Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, concedida ao servidor falecido nos termos da Portaria nº 994/1997, retificada pela Portaria nº 037/2010.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 15/05/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 28 de maio de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Executivo

ARIANA VERA DA ROSA TAVARES

Assistente Administrativo

Matrícula 900048

Passo de Torres**PREFEITURA****Lei Nº 820/2012**

LEI Nº.820 DE 23 DE MAIO DE 2012.

"ALTERA O CAPUT E INCISOS I, II, III, IV, V, VII DO ART. 2º DA LEI 596 DE 10 DE MAIO DE 2007, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º.

Art. 1º. O caput do artigo 2º e os incisos I, II, III, IV, V e VII, da Lei municipal 596 de 10 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 09 (nove) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados pelo FNDE. Sendo assim o CACS do Fundeb no município, por no mínimo 09 (nove) membros, seguindo as orientações da Portaria nº 430, de 10 de dezembro de 2008 que estabelece procedimentos e orientações sobre a criação, composição, funcionamento e cadastramentos dos Conselhos de Acompanhamento e Controle do Fundeb, de âmbito Federal, Estadual, Distrital e Municipal:

I) 2(dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1(um) da Secretaria Municipal de Educação ou Órgão

educacional equivalente;
 II) 1(um) representante dos Professores da educação básica pública;
 III) 1(um) representante dos Diretores das escolas básicas públicas;
 IV) 1(um) representante dos servidores técnico-Administrativos das escolas básicas públicas;
 V) 2(dois) representantes dos pais e de alunos da educação básica pública;
 VI

VII) 2(dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, sendo um deles indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

VIII)

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º -

§ 4º -

§ 5º -

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 23 de maio de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 23 de maio de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 821/2012

LEI Nº. 821 DE 23 DE MAIO DE 2012.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj/Atividade: 2.031 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA

3.3.90.00.00.00.00.00.02.0100.0 (16) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados da Prefeitura Municipal de Passo de Torres:

Órgão 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Atividade: 2048: MANUT. DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

3.3.90.00.00.00.00.00.00.0100 (130) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 23 de maio de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 23 de maio de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 822/2012

LEI N.º 822, DE 23 DE MAIO DE 2012.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º - Fica O Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Projeto: 1.052: PAVIMENT. E DREN. PLUVIL DE RUAS E AVENIDAS
 4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (119) - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

TOTAL R\$ 65.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Projeto: 1.052: AMPLI. DO SIST. DE TRAT. ABAST. DE AGUA
 4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (106) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Projeto: 1.039: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS
 4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (109) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Projeto: 1.040: DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
 4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (113) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Projeto: 1.051: AQUIS. DE VEÍC., MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
 4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (116) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto: 1.053: CONST. PONTES, PONTILHOES, PASSARELAS E OBRAS DE ARTE

4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (122) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Atividade: 2048: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (128) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 65.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 23 de maio de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 23 de maio de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 823/2012

LEI N.º 823, DE 23 MAIO DE 2012.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º - Fica O Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10 SECRETARIA DA PESCA

Projeto: 1.045: INFRAESTRUTURA PARA A PESCA

4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (93) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 10 SECRETARIA DA PESCA

Atividade: 2.044: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA PESCA

4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (96) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 23 de maio de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 23 de maio de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

Decreto Nº 198/2012

DECRETO Nº. 198 DE 16 DE MAIO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer Kjillim, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Atividade: 2.034 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0052 (82) - Aplicações Diretas R \$ 25.000,00

Total R\$ 25.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Atividade: 2.034 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.00.00.00.00.00.0052 (82) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
Total R\$ 25.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 16 de maio de 2012.

Janaína Silveira Scheffer

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de maio de 2012.

Édson Borba Martins

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 199/2012

DECRETO Nº.199 DE 18 DE MAIO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso I da Lei Nº 784/2011;

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade Da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, abaixo discriminado, no montante de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o Exercício de 2012:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto: 1.028 - AQUIS. EQUIP. VEÍCULOS INFRAESTRUTURA DA SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.00.0095 (03) - Aplicações Diretas R\$ 68.000,00
Total R\$ 68.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta do provável excesso de arrecadação, proveniente do convênio nº 6671/2012-0, firmado entre o município de Passo de Torres e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Araranguá.

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 18 de maio de 2012.
JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de maio de 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS
Secretario de Administração e Finanças

Decreto Nº 200/2012

DECRETO Nº. 200 DE 23 DE MAIO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 821/2012.

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj/Atividade: 2.031 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0100.0 (16) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados da Prefeitura Municipal de Passo de Torres:

Órgão 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Atividade: 2048: MANUT. DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (130) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 23 de maio de 2012.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 23 de maio de 2012.

EDSON BORBA MARTINS
Secretario de Administração e Finanças

Decreto Nº 201/2012

DECRETO N.º 201, DE 23 DE MAIO DE 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 822/2012.

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Projeto: 1.052: PAVIMENT. E DREN. PLUVIL DE RUAS E AVENIDAS
4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (119) - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
TOTAL R\$ 65.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Projeto: 1.052: AMPLI. DO SIST. DE TRAT. ABAST. DE AGUA
4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (106) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Projeto: 1.039: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS
4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (109) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Projeto: 1.040: DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (113) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
Projeto: 1.051: AQUIS. DE VEÍC., MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (116) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Projeto: 1.053: CONST. PONTES, PONTILHOES, PASSARELAS E OBRAS DE ARTE
4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (122) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Atividade: 2048: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
4.4.90.00.00.00.00.00.0094 (128) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 65.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 23 de maio de 2012.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 23 de maio de 2012.

EDSON BORBA MARTINS
Secretario de Administração e Finanças

Decreto Nº 202/2012

DECRETON.º 202, DE 23 MAIO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 823/2012.

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10 SECRETARIA DA PESCA
Projeto: 1.045: INFRAESTRUTURA PARA A PESCA
4.4.90.00.00.00.00.0100 (93) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 10 SECRETARIA DA PESCA
Atividade: 2.044: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA PESCA
4.4.90.00.00.00.00.0100 (96) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 23 de maio de 2012.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 23 de maio de 2012.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 203/2012

DECRETO Nº.203, DE 23 DE MAIO DE 2012.
"EXONERA, GERALDO PEDRO MACHADO, DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SEÇÃO , FG-6".

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Geraldo Pedro Machado, da Função de Auxiliar de Seção, FG - 6.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 23 de maio de 2012.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 23 de maio de 2012.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças.

Portaria Nº 053/2012

PORTARIA Nº 053, DE 11 DE MAIO DE 2012.
"CONCEDE MUDANÇA DE CLASSE AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal, , de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal 736/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos Professores e Auxiliares, abaixo relacionados, mudança de Classe, conforme Capitulo "III", Artigo "17", letra

"a" , da Lei Municipal Nº.736/2011:

- Rosa Perpétua Jorge Schardosin - PG - /C4/D4
- Simone Teixeira da Silva - LP - /A2/B2

Art. 2º - A mudança a que se refere o artigo 1º é pela comprovação de participação em 80 (oitenta) horas de curso de aperfeiçoamento e ou atualização.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de maio de 2012.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de maio de 2012.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 054/2012

PORTARIA Nº 054, 18 DE MAIO DE 2012.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, IOLANDA DA SILVA GOMES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença- maternidade apartir de 18/05/2012 por 120 (cento e vinte) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Gestação à servidora Publica Municipal, Iolanda da Silva Gomes, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 18/05/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 18 de maio de 2012.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de maio de 2012.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças.

Execução Orçamentária

Município de PASSO DE TORRES - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.000.000,00	14.000.000,00	1.907.503,22	13,63	4.573.694,04	32,67	9.426.305,96
RECEITAS CORRENTES	13.278.000,00	13.278.000,00	1.907.483,02	14,37	4.573.673,84	34,45	8.704.326,16
RECEITA TRIBUTARIA	1.840.000,00	1.840.000,00	167.439,71	9,10	1.097.433,08	59,64	742.566,92
IMPOSTOS	1.375.000,00	1.375.000,00	143.691,08	10,45	957.432,02	69,63	417.567,98
TAXAS	455.000,00	455.000,00	23.748,63	5,22	140.001,06	30,77	314.998,94
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	240.000,00	240.000,00	36.464,00	15,19	74.660,00	31,11	165.340,00
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	240.000,00	240.000,00	36.464,00	15,19	74.660,00	31,11	165.340,00
RECEITA PATRIMONIAL	45.000,00	45.000,00	10.365,76	23,04	19.071,68	42,38	25.928,32
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	45.000,00	45.000,00	10.365,76	23,04	19.071,68	42,38	25.928,32
RECEITA AGROPECUARIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Outras Rec. Agropecuárias	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	30.000,00	30.000,00	1.143,65	3,81	2.336,51	7,79	27.663,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.543.000,00	10.543.000,00	1.641.387,82	15,57	3.260.362,80	30,92	7.282.637,20
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.198.000,00	10.198.000,00	1.627.852,58	15,96	3.243.853,85	31,81	6.954.146,15
Transf. de Instituições Privadas	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transf. de Conv.	310.000,00	310.000,00	13.535,24	4,37	16.508,95	5,33	293.491,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	565.000,00	565.000,00	50.682,08	8,97	119.809,77	21,21	445.190,23
Multas e Juros de Mora	90.000,00	90.000,00	7.859,66	8,73	12.756,81	14,17	77.243,19
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	5.728,36	38,19	9.271,64
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	420.000,00	420.000,00	39.882,42	9,50	98.247,02	23,39	321.752,98
RECEITAS DIVERSAS	40.000,00	40.000,00	2.940,00	7,35	3.077,58	7,69	36.922,42
RECEITAS DE CAPITAL	722.000,00	722.000,00	20,20	0,00	20,20	0,00	721.979,80
ALIENAÇÃO DE BENS	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	695.000,00	695.000,00	20,20	0,00	20,20	0,00	694.979,80
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	695.000,00	695.000,00	20,20	0,00	20,20	0,00	694.979,80
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.000.000,00	14.000.000,00	1.907.503,22	13,63	4.573.694,04	32,67	9.426.305,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.000.000,00	14.000.000,00	1.907.503,22	13,63	4.573.694,04	32,67	9.426.305,96
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.000.000,00	14.000.000,00	1.907.503,22	13,63	4.573.694,04	32,67	9.426.305,96
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	410.734,28	—	—	392.771,47	—	—
Superávit Financeiro	—	410.734,28	—	—	392.771,47	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.000.000,00	855.373,90	14.855.373,90	3.015.912,94	6.854.470,09	2.135.362,26	4.068.824,92	27,39	10.786.548,98
DESPESAS CORRENTES	11.756.500,00	-292.962,57	11.463.537,43	2.130.150,94	5.184.684,83	1.626.822,77	3.194.109,98	27,86	8.269.427,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.112.200,00	-299.265,72	5.812.934,28	1.039.719,79	1.915.904,75	1.039.983,79	1.914.848,75	32,94	3.898.085,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.639.300,00	6.303,15	5.645.603,15	1.090.431,15	3.268.780,08	586.838,98	1.279.261,23	22,66	4.366.341,92
DESPESAS DE CAPITAL	2.213.500,00	1.148.336,47	3.361.836,47	885.762,00	1.669.785,26	508.539,49	874.714,94	26,02	2.487.121,53
INVESTIMENTOS	1.788.500,00	1.148.336,47	2.936.836,47	885.762,00	1.452.135,96	463.760,89	764.768,62	26,04	2.172.067,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	425.000,00	0,00	425.000,00	0,00	217.649,30	44.778,60	109.946,32	25,87	315.053,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.000.000,00	855.373,90	14.855.373,90	3.015.912,94	6.854.470,09	2.135.362,26	4.068.824,92	27,39	10.786.548,98

Continua 2/3

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.000.000,00	855.373,90	14.855.373,90	3.015.912,94	6.854.470,09	2.135.362,26	4.068.824,92	27,39	10.786.548,98
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	504.869,12	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.000.000,00	855.373,90	14.855.373,90	3.015.912,94	6.854.470,09	2.135.362,26	4.573.694,04	27,39	10.786.548,98

FONTE:

Execução Orçamentária

Município de PASSO DE TORRES - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
 Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.700.000,00	11.398.070,75	2.245.255,93	5.280.786,84	1.528.326,31	2.998.256,47	100,00	26,30	8.399.814,28
Administração	1.878.000,00	1.866.000,00	395.492,03	1.043.494,83	308.443,46	623.609,83	20,80	33,42	1.242.390,17
Administração Geral	1.878.000,00	1.866.000,00	395.492,03	1.043.494,83	308.443,46	623.609,83	20,80	33,42	1.242.390,17
Assistência Social	331.000,00	326.000,00	92.385,86	137.216,57	58.155,76	102.986,47	3,43	31,59	223.013,53
Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00	80.000,00	8.636,34	15.032,34	8.636,34	15.032,34	0,50	18,79	64.967,66
Assistência Comunitária	251.000,00	246.000,00	83.749,52	122.184,23	49.519,42	87.954,13	2,93	35,75	158.045,87
Educação	4.038.000,00	4.711.070,75	1.163.632,52	2.167.533,50	741.475,13	1.174.626,05	39,18	24,93	3.536.444,70
Administração Geral	295.000,00	295.000,00	26.954,97	101.465,49	25.348,01	54.543,32	1,82	18,49	240.456,68
Alimentação e Nutrição	165.000,00	165.000,00	164.578,00	164.578,00	16.692,77	16.692,77	0,56	10,12	148.307,23
Ensino Fundamental	3.315.000,00	3.498.734,28	764.763,08	1.282.160,40	468.450,63	771.276,23	25,72	22,04	2.727.458,05
Ensino Superior	40.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
Educação Infantil	223.000,00	736.336,47	207.336,47	619.329,61	230.983,72	332.113,73	11,08	45,10	404.222,74
Cultura	187.000,00	54.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,13	7,41	50.000,00
Difusão Cultural	187.000,00	54.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,13	7,41	50.000,00
Urbanismo	2.196.000,00	2.154.000,00	230.058,68	929.216,37	167.643,66	467.672,67	15,60	21,71	1.686.327,33
Serviços Urbanos	2.010.000,00	1.975.000,00	226.047,76	844.898,55	163.632,74	383.354,85	12,79	19,41	1.591.645,15
Turismo	186.000,00	179.000,00	4.010,92	84.317,82	4.010,92	84.317,82	2,81	47,10	94.682,18
Habitação	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	230.000,00	180.000,00	0,00	120.000,00	53.630,00	92.845,00	3,10	51,58	87.155,00
Saneamento Básico Urbano	230.000,00	180.000,00	0,00	120.000,00	53.630,00	92.845,00	3,10	51,58	87.155,00
Gestão Ambiental	50.000,00	35.000,00	950,33	4.032,51	950,33	4.032,51	0,13	11,52	30.967,49
Controle Ambiental	50.000,00	35.000,00	950,33	4.032,51	950,33	4.032,51	0,13	11,52	30.967,49
Agricultura	142.000,00	281.000,00	45.118,12	56.095,66	21.118,12	32.095,66	1,07	11,42	248.904,34
Extensão Rural	142.000,00	281.000,00	45.118,12	56.095,66	21.118,12	32.095,66	1,07	11,42	248.904,34
Indústria	242.000,00	205.000,00	11.047,90	24.909,81	11.677,90	19.239,81	0,64	9,39	185.760,19
Produção Industrial	242.000,00	205.000,00	11.047,90	24.909,81	11.677,90	19.239,81	0,64	9,39	185.760,19
Transporte	655.000,00	880.000,00	279.248,18	503.555,18	93.131,04	294.119,04	9,81	33,42	585.880,96
Transporte Rodoviário	655.000,00	880.000,00	279.248,18	503.555,18	93.131,04	294.119,04	9,81	33,42	585.880,96
Desporto e Lazer	171.000,00	136.000,00	7.706,39	34.013,30	7.706,39	34.013,30	1,13	25,01	101.986,70
Lazer	171.000,00	136.000,00	7.706,39	34.013,30	7.706,39	34.013,30	1,13	25,01	101.986,70

Continua 1/2

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.700.000,00	11.398.070,75	2.245.255,93	5.280.786,84	1.528.326,31	2.998.256,47	100,00	26,30	8.399.814,28
Encargos Especiais	550.000,00	550.000,00	19.615,92	256.719,11	64.394,52	149.016,13	4,97	27,09	400.983,87
Administração Geral	550.000,00	550.000,00	19.615,92	256.719,11	64.394,52	149.016,13	4,97	27,09	400.983,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	10.700.000,00	11.398.070,75	2.245.255,93	5.280.786,84	1.528.326,31	2.998.256,47	100,00	26,30	8.399.814,28

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Execução Orçamentária

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.830.000,00	1.830.000,00	188.401,09	1.061.831,69	58,02
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.310.000,00	1.310.000,00	86.696,58	875.301,49	66,82
1.1.1- IPTU	900.000,00	900.000,00	42.923,44	773.407,06	85,93
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	30.000,00	30.000,00	3.113,17	3.621,59	12,07
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	37.570,32	91.365,95	26,10
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	3.089,65	6.906,89	23,02
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	300.000,00	300.000,00	55.261,40	105.878,56	35,29
1.2.1- ITBI	300.000,00	300.000,00	55.261,40	105.878,56	35,29
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	185.000,00	185.000,00	29.926,57	51.363,39	27,76
1.3.1- ISS	140.000,00	140.000,00	28.989,70	48.858,15	34,90
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	30.000,00	30.000,00	936,87	2.505,24	8,35
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	35.000,00	35.000,00	16.516,54	29.288,25	83,68
1.4.1- IRRF	35.000,00	35.000,00	16.516,54	29.288,25	83,68
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.610.000,00	8.610.000,00	1.302.667,27	2.714.282,17	31,52
2.1- Cota-Parte FPM	5.500.000,00	5.500.000,00	800.325,58	1.752.654,07	31,87
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.500.000,00	5.500.000,00	800.325,58	1.752.654,07	31,87
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.600.000,00	2.600.000,00	414.986,84	816.740,45	31,41
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	2.126,18	4.253,24	21,27
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	70.000,00	70.000,00	6.505,72	11.661,38	16,66
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	105,08	198,44	0,99
2.6- Cota-Parte IPVA	400.000,00	400.000,00	78.617,87	128.774,59	32,19
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.440.000,00	10.440.000,00	1.491.068,36	3.776.113,86	36,17
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	320.000,00	320.000,00	8.654,00	8.654,00	2,70
6.1- Transferências de Convênios	320.000,00	320.000,00	8.654,00	8.654,00	2,70
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	425.000,00	425.000,00	61.594,81	101.080,79	23,78
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	745.000,00	745.000,00	70.248,81	109.734,79	14,73

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.722.000,00	1.722.000,00	260.533,04	542.786,32	31,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.100.000,00	1.100.000,00	160.065,06	350.530,68	31,87
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	520.000,00	520.000,00	82.997,22	163.347,75	31,41
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	425,22	850,62	21,27
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	14.000,00	14.000,00	1.301,14	2.263,00	16,16
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	21,01	39,67	0,99
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	80.000,00	80.000,00	15.723,39	25.754,60	32,19
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	357.345,89	700.339,96	35,02
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	357.345,89	700.339,96	35,02
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	278.000,00	278.000,00	96.812,85	157.553,64	56,67
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	734,28	0,00	734,28	100,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	734,28	0,00	734,28	100,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	734,28	0,00	734,28	100,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					0,10
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.610.000,00	2.610.000,00	372.767,09	944.028,47	36,17
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	734,28	0,00	734,28	100,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	734,28	0,00	734,28	100,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	734,28	0,00	734,28	100,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					157.553,64
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					157.553,64
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					-156.819,36
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					—

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.038.000,00	4.710.336,47	741.475,13	1.173.891,77	24,92
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.038.000,00	4.710.336,47	741.475,13	1.173.891,77	24,92
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.038.000,00	4.711.070,75	741.475,13	1.174.626,05	24,93
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	700.339,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	700.339,96	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Paulo Lopes

PREFEITURA

Resumo de Edital de Processo Seletivo 04/2012

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 04/2012

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 004/2012. O Município de Paulo Lopes torna Público a quem interessar, que estarão abertas de 30/05/2012 à 05/06/2012, das 8:00 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 16:30 horas, as inscrições ao processo seletivo para contratação de professores a serem admitidos em caráter temporário para a atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental, e Professor 2 da Rede Pública Municipal, no ano letivo de 2012. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição na Secretaria de Educação e no site www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (48) 3253-0452.

Paulo Lopes, 30 de maio de 2012.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

Resumo Edital 04/2012 FMS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 02/2012.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 04/2012 - Pregão Presencial 02/2012, julgamento Menor Preço Por Item.

Objeto:

Aquisição de dois veículos novos para transporte de pacientes em tratamento de saúde, conforme especificações no Edital.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 13 de Junho de 2012, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 10h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 29 de Maio de 2012.

TARCISIO REINALDO BERVIAN

Prefeito Municipal

Resumo Edital 26/2012

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 11/2012.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 26/2012 - Pregão Presencial 11/2012, julgamento Menor Preço.

Objeto:

Aquisição de Um veículo novo tipo Popular 02 portas conforme especificações no Edital.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 13 de Junho de 2012, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 29 de Maio de 2012.

TARCISIO REINALDO BERVIAN

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3609 /2012 - de 02 de Maio de 2012

DECRETO nº 3609 /2012 - DE 02 DE MAIO DE 2012

"CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS, DECORRENTES DE ACIDENTE DE SERVIÇO, PARA FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Euzebio Calisto Vieceli, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso I, artigo 40 da Constituição Federal e de acordo com o estabelecido no artigo 25, inciso II e § 2º da Lei Complementar Municipal nº 081/99 de 12 de novembro de 1999 e demais normas legais aplicáveis à matéria:

DECRETA:

Artigo 1º. Fica concedida Aposentadoria Por Invalidez Com Proventos Integrais, para o servidor público municipal, Jair Antonio Neis, brasileiro, casado, CPF sob nº 560.707.059 04, identidade nº 1.707.679/SSP/SC, PIS nº 1.7009767201, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE CONTABILIDADE, Nível ATM-07 D do Quadro de Pessoal do Município de Pinheiro Preto, instituído pela Lei Complementar nº 142 e 25 de março de 2008, residente e domiciliado na Rua Antonio Carlos Konder Reis nº 590, Centro, na cidade de Pinheiro Preto - SC.

Artigo 2º. A Aposentadoria Por Invalidez Com Proventos Integrais,



é concedida com fundamento nos laudos médicos parte integrante do presente DECRETO e tendo em vista o acidente em serviço, e que agravou o problema de saúde com o passar do tempo.

Parágrafo Único. O CID constante do Laudo Médico é M 17, M25.5 e M19, conforme constante do Laudo Médico em anexo.

Artigo 3º. O valor dos proventos de Aposentadoria é de R\$ 2.301,95 (dois mil trezentos e um reais e noventa e cinco centavos) o qual será reajustado nas mesmas datas e nos mesmos índices que forem concedidos aos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto - SC, que estiverem na ativa.

Artigo 4º. As despesas decorrentes com a execução do presente DECRETO serão por conta de dotações orçamentárias, próprias do Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto - IPREPI, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 5º. Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02.05.2012.

Artigo 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, 02 de maio de 2012.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 006, de 28 de Maio de 2012

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 28 DE MAIO DE 2012

CONCEDE HOMENAGEM ÀS AUTORIDADES E AOS PIONEIROS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO EM COMEMORAÇÃO AO SEU CINQUENTENÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CAMARA DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 34, XIX da Lei Orgânica do Município e no art. 167, VII, do Regimento Interno, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte resolução,

Art. 1º Fica concedida homenagem às autoridades e aos pioneiros do Município de Pinheiro Preto.

Art. 2º. A entrega das homenagens será feita em Reunião Solene da Câmara Municipal, na data de 26 de maio de 2012.

Art. 3º. As despesas com o evento correrão por conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões de Pinheiro Preto (SC), 28 Maio de 2012.

PEDRO RABUSKE

Presidente

EDIMILSON ANTONIO CARDOSO DE AGUIAR

Vice-Presidente

EDISON ANTONIO MANICA

1º Secretário

ADEMIR LUIZ FONTANA

2º Secretário

ODAIR VAILATTI

Vereador

JAIR BOESING

Vereador

AURÉLIO RIBEIRO DOS SANTOS

Vereador

VALDIR ANTONIO NEIS

Vereador

ÉDER FARINA

Vereador

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso de Licitação Tomada de Preço 004/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 004/2012

OBJETO - Drenagem pluvial e pavimentação Asfáltica da Rua Do CTG trechos 1 e 2 e da Rua Antônio Adrônico Pereira, no bairro Vila Nova, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro, parte integrante deste edital, conforme Convênio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Itajaí nº 6425/2012-4.

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 10:00h do dia 18/06/2012, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br

ALCENIR LEMOS CORREA RODRIGO TRUFFA DA COSTA

Secretário de Administração Presidente da Comissão

Porto Belo - SC, 30 de Maio de 2012.

Aviso de Licitação Tomada de Preço 005/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2012

OBJETO - REPAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AV. GOVERNADOR CELSO RAMOS, TRECHO COMPREENDENDO ENTRE O POSTO DA POLICIA MILITAR, VILA NOVA ATÉ A RUA DO MORRO DO SOL NO CENTRO DE PORTO BELO / SC. COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL, CONFORME CONVÊNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ITAJAÍ Nº 4457/2012-1.

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 15:00h do dia 18/06/2012, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br

Porto Belo - SC, 30 de maio de 2012.

ALCENIR LEMOS CORREA

Secretário de Administração

RODRIGO TRUFFA DA COSTA

Presidente da Comissão

Dispensa de Licitação Nº 019/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2012

Objeto: referente a locação de imóvel na Rua João Manoel Jaques, nº 877, para atender o N.D.I. Primeiros Passos em caráter emergencial.

Contratado: MARCOS CELESTE LUCCA. CPF Nº 351.542.090-87, residente e domiciliado a Rua João Manoel Jaques, nº 877 - Porto Belo/SC.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de maio de 2012.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato Nº 040/2012 - Educação

Extrato de Contrato Nº 040/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 019/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de imóvel na Rua João Manoel Jaques, nº 877, para atender o N.D.I. Primeiros Passos em caráter emergencial.

Contratado: MARCOS CELESTE LUCCA

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 6 (seis) meses, iniciando-se dia 23 de maio de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

Data e assinatura do contrato: 23 de maio de 2012.

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO

Prefeito

Anexo I RREO

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.691.800,00	52.691.800,00	7.105.334,51	13,48	17.529.648,73	33,27	35.162.151,27
RECEITAS CORRENTES	40.011.474,74	40.011.474,74	6.890.982,92	17,22	16.997.718,31	42,48	23.013.756,43
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.380.000,00	11.380.000,00	1.400.063,79	12,30	6.079.831,02	53,43	5.300.168,98
IMPOSTOS	9.880.000,00	9.880.000,00	1.187.313,49	12,02	5.112.132,39	51,74	4.767.867,61
TAXAS	1.500.000,00	1.500.000,00	212.750,30	14,18	967.698,63	64,51	532.301,37
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.518.800,00	1.518.800,00	212.635,74	14,00	370.565,58	24,40	1.148.234,42
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	658.800,00	658.800,00	95.994,09	14,57	144.011,51	21,86	514.788,49
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	860.000,00	860.000,00	116.641,65	13,56	226.554,07	26,34	633.445,93
RECEITA PATRIMONIAL	102.000,00	102.000,00	225.203,96	220,79	361.687,77	354,60	-259.687,77
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	102.000,00	102.000,00	225.203,96	220,79	361.687,77	354,60	-259.687,77
RECEITA DE SERVIÇOS	6.105.000,00	6.105.000,00	1.105.611,84	18,11	2.241.875,56	36,72	3.863.124,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.559.544,70	19.559.544,70	3.722.085,10	19,03	7.181.469,31	36,72	12.378.075,39
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.559.544,70	19.559.544,70	3.722.085,10	19,03	7.181.469,31	36,72	12.378.075,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.346.130,04	1.346.130,04	225.382,49	16,74	762.289,07	56,63	583.840,97
Multas e Juros de Mora	284.000,00	284.000,00	28.219,76	9,94	55.453,43	19,53	228.546,57
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	100.450,97	0,00	422.686,15	0,00	-422.686,15
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.050.000,00	1.050.000,00	96.237,58	9,17	283.089,85	26,96	766.910,15
RECEITAS DIVERSAS	12.130,04	12.130,04	474,18	3,91	1.059,64	8,74	11.070,40
RECEITAS DE CAPITAL	12.680.325,26	12.680.325,26	214.351,59	1,69	531.930,42	4,19	12.148.394,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.450.300,00	3.450.300,00	178.774,99	5,18	332.137,04	9,63	3.118.162,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.450.300,00	3.450.300,00	178.774,99	5,18	332.137,04	9,63	3.118.162,96
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.230.025,26	9.230.025,26	35.576,60	0,39	199.793,38	2,16	9.030.231,88
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.230.025,26	9.230.025,26	35.576,60	0,39	199.793,38	2,16	9.030.231,88
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.078.200,00	1.078.200,00	147.125,04	13,65	234.334,33	21,73	843.865,67
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.078.200,00	1.078.200,00	147.125,04	13,65	234.334,33	21,73	843.865,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	963.200,00	963.200,00	140.499,23	14,59	210.777,70	21,88	752.422,30
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	963.200,00	963.200,00	140.499,23	14,59	210.777,70	21,88	752.422,30
RECEITA DE SERVIÇOS	115.000,00	115.000,00	6.625,81	5,76	23.556,63	20,48	91.443,37
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	53.770.000,00	53.770.000,00	7.252.459,55	13,49	17.763.983,06	33,04	36.006.016,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	53.770.000,00	53.770.000,00	7.252.459,55	13,49	17.763.983,06	33,04	36.006.016,94
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	53.770.000,00	53.770.000,00	7.252.459,55	13,49	17.763.983,06	33,04	36.006.016,94
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.255.317,13	—	—	835.910,49	—	—
Superávit Financeiro	—	1.255.317,13	—	—	835.910,49	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	52.691.800,00	1.680.258,66	54.372.058,66	7.109.167,25	24.988.902,09	7.571.660,68	14.241.911,80	26,19	40.130.146,86
DESPESAS CORRENTES	36.476.507,74	1.186.719,96	37.663.227,70	6.520.106,09	21.674.931,54	7.024.353,59	12.941.491,21	34,36	24.721.736,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.085.365,68	-319.843,59	17.765.522,09	2.938.675,15	5.567.088,49	2.938.675,15	5.566.800,35	31,33	12.198.721,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	741.000,00	-182.000,00	559.000,00	89.192,36	527.192,36	158.777,51	238.144,34	42,60	320.855,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.650.142,06	1.688.563,55	19.338.705,61	3.492.238,58	15.580.650,69	3.926.900,93	7.136.546,52	36,90	12.202.159,09
DESPESAS DE CAPITAL	15.575.292,26	493.538,70	16.068.830,96	589.061,16	3.313.970,55	547.307,09	1.300.420,59	8,09	14.768.410,37
INVESTIMENTOS	15.082.292,26	311.538,70	15.393.830,96	567.230,03	2.663.070,14	373.072,69	997.845,58	6,48	14.395.985,38
INVERSOES FINANCEIRAS	23.000,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	470.000,00	182.000,00	652.000,00	21.831,13	650.900,41	174.234,40	302.575,01	46,41	349.424,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	640.000,00	0,00	640.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	640.000,00
RESERVA DO RPPS	570.000,00	0,00	570.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.078.200,00	52.000,00	1.130.200,00	144.681,01	420.409,97	161.620,78	316.118,03	27,97	814.081,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	963.200,00	0,00	963.200,00	144.608,77	289.705,78	144.608,77	289.705,78	30,08	673.494,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	115.000,00	52.000,00	167.000,00	72,24	130.704,19	17.012,01	26.412,25	15,82	140.587,75
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	53.770.000,00	1.732.258,66	55.502.258,66	7.253.848,26	25.409.312,06	7.733.281,46	14.558.029,83	26,23	40.944.228,83

Continua 2/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	53.770.000,00	1.732.258,66	55.502.258,66	7.253.848,26	25.409.312,06	7.733.281,46	14.558.029,83	26,23	40.944.228,83
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.205.953,23	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.770.000,00	1.732.258,66	55.502.258,66	7.253.848,26	25.409.312,06	7.733.281,46	17.763.983,06	26,23	40.944.228,83

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 559.855,08

FONTE:

PORTO BELO, 28/05/2012

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

ROBERTO ALBERTINO DE SOUZA
Controle Interno

LUISA SERPA DE JESUS
Secretária da Fazenda

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito Municipal

Anexo II RREO

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.691.800,00	54.372.058,66	7.109.167,25	24.988.902,09	7.571.660,68	14.241.911,80	97,83	26,19	40.130.146,86
Legislativa	870.000,00	870.000,00	171.246,84	308.331,63	138.567,52	255.379,26	1,75	29,35	614.620,74
Ação Legislativa	870.000,00	870.000,00	171.246,84	308.331,63	138.567,52	255.379,26	1,75	29,35	614.620,74
Judiciária	80.000,00	80.000,00	517,10	63.426,15	517,10	63.426,15	0,44	79,28	16.573,85
Ação Judiciária	80.000,00	80.000,00	517,10	63.426,15	517,10	63.426,15	0,44	79,28	16.573,85
Administração	3.568.300,00	3.717.063,45	492.995,10	2.039.417,58	587.171,39	1.204.675,08	8,27	32,41	2.512.388,37
Administração Geral	2.508.000,00	2.656.763,45	394.746,61	1.565.696,28	466.650,55	951.765,23	6,54	35,82	1.704.998,22
Administração Financeira	1.060.300,00	1.060.300,00	98.248,49	473.721,30	120.520,84	252.909,85	1,74	23,85	807.390,15
Segurança Pública	144.000,00	188.000,00	51.884,83	98.809,31	54.683,20	69.278,61	0,48	36,85	118.721,39
Defesa Civil	144.000,00	188.000,00	51.884,83	98.809,31	54.683,20	69.278,61	0,48	36,85	118.721,39
Assistência Social	812.136,36	888.944,86	186.308,41	377.619,96	120.757,98	179.563,07	1,23	20,20	709.381,79
Assistência ao Idoso	31.000,00	31.000,00	0,00	24.000,00	3.600,00	4.400,00	0,03	14,19	26.600,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	207.000,00	207.000,00	75.119,85	105.802,69	22.451,36	36.876,36	0,25	17,81	170.123,64
Assistência Comunitária	574.136,36	650.944,86	111.188,56	247.817,27	94.706,62	138.286,71	0,95	21,24	512.658,15
Previdência Social	1.621.800,00	1.621.800,00	154.374,49	325.295,45	158.676,30	297.555,92	2,04	18,35	1.324.244,08
Previdência do Regime Estatutário	1.621.800,00	1.621.800,00	154.374,49	325.295,45	158.676,30	297.555,92	2,04	18,35	1.324.244,08
Saúde	7.488.505,44	7.905.220,44	938.503,52	4.112.912,33	1.612.477,40	2.606.430,05	17,90	32,97	5.298.790,39
Atenção Básica	6.240.013,00	6.576.728,00	815.807,94	3.217.577,24	1.242.837,06	2.180.434,97	14,98	33,15	4.396.293,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	138.000,00	218.000,00	20.480,14	127.319,15	48.209,53	70.501,26	0,48	32,34	147.498,74
Suporte Profilático e Terapêutico	205.093,80	205.093,80	60.793,83	61.036,23	25.732,53	25.732,53	0,18	12,55	179.361,27
Vigilância Sanitária	165.975,24	165.975,24	28.276,43	52.948,34	27.700,43	52.248,34	0,36	31,48	113.726,90
Vigilância Epidemiológica	88.103,40	88.103,40	13.145,18	23.446,22	15.459,08	21.684,72	0,15	24,61	66.418,68
Alimentação e Nutrição	651.320,00	651.320,00	0,00	630.585,15	252.538,77	255.828,23	1,76	39,28	395.491,77
Educação	9.773.290,90	10.458.952,86	1.518.420,72	4.510.293,31	1.828.302,72	3.161.422,64	21,72	30,23	7.297.530,22
Ensino Fundamental	6.895.476,91	7.035.476,91	1.157.987,96	2.893.983,96	1.285.723,70	2.102.724,80	14,44	29,89	4.932.752,11
Ensino Médio	487,17	487,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	487,17
Educação Infantil	2.773.326,82	3.318.988,78	360.432,76	1.541.291,08	522.614,75	1.037.679,57	7,13	31,26	2.281.309,21
Educação de Jovens e Adultos	17.000,00	17.000,00	0,00	1.964,27	1.964,27	1.964,27	0,01	11,55	15.035,73
Educação Especial	87.000,00	87.000,00	0,00	73.054,00	18.000,00	19.054,00	0,13	21,90	67.946,00
Cultura	323.000,00	363.500,00	37.894,89	200.571,57	123.441,87	174.133,43	1,20	47,90	189.366,57
Difusão Cultural	323.000,00	363.500,00	37.894,89	200.571,57	123.441,87	174.133,43	1,20	47,90	189.366,57

Continua 1/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.691.800,00	54.372.058,66	7.109.167,25	24.988.902,09	7.571.660,68	14.241.911,80	97,83	26,19	40.130.146,86
Urbanismo	9.348.592,04	9.546.401,79	1.154.777,28	4.969.420,54	1.136.575,94	2.765.997,21	19,00	28,97	6.780.404,58
Infra-Estrutura Urbana	5.118.850,00	5.141.659,75	337.234,61	1.586.015,91	162.005,39	528.283,37	3,63	10,27	4.613.376,38
Serviços Urbanos	4.229.742,04	4.404.742,04	817.542,67	3.383.404,63	974.570,55	2.237.713,84	15,37	50,80	2.167.028,20
Saneamento	15.546.175,26	15.546.175,26	2.136.405,13	5.708.159,03	1.130.291,04	2.256.121,39	15,50	14,51	13.290.053,87
Saneamento Básico Urbano	15.546.175,26	15.546.175,26	2.136.405,13	5.708.159,03	1.130.291,04	2.256.121,39	15,50	14,51	13.290.053,87
Agricultura	365.000,00	365.000,00	38.383,34	125.172,67	51.073,52	98.503,63	0,68	26,99	266.496,37
Extensão Rural	365.000,00	365.000,00	38.383,34	125.172,67	51.073,52	98.503,63	0,68	26,99	266.496,37
Comércio e Serviços	745.000,00	815.000,00	86.015,20	391.236,82	170.935,90	323.265,98	2,22	39,66	491.734,02
Turismo	745.000,00	815.000,00	86.015,20	391.236,82	170.935,90	323.265,98	2,22	39,66	491.734,02
Desporto e Lazer	223.000,00	223.000,00	30.416,91	114.062,97	44.829,79	82.724,79	0,57	37,10	140.275,21
Desporto Comunitário	223.000,00	223.000,00	30.416,91	114.062,97	44.829,79	82.724,79	0,57	37,10	140.275,21
Encargos Especiais	1.713.000,00	1.713.000,00	111.023,49	1.644.172,77	413.359,01	703.434,59	4,83	41,06	1.009.565,41
Serviço da Dívida Interna	1.211.000,00	1.211.000,00	111.023,49	1.178.092,77	333.011,91	540.719,35	3,71	44,65	670.280,65
Outras Transferências	502.000,00	502.000,00	0,00	466.080,00	80.347,10	162.715,24	1,12	32,41	339.284,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.078.200,00	1.130.200,00	144.681,01	420.409,97	161.620,78	316.118,03	2,17	27,97	814.081,97
Legislativa	30.000,00	30.000,00	4.541,79	8.958,02	4.541,79	8.958,02	0,06	29,86	21.041,98
Ação Legislativa	30.000,00	30.000,00	4.541,79	8.958,02	4.541,79	8.958,02	0,06	29,86	21.041,98
Administração	229.000,00	251.000,00	25.449,71	102.322,37	33.759,10	63.466,87	0,44	25,29	187.533,13
Administração Geral	169.000,00	191.000,00	15.815,29	83.544,47	24.124,68	44.688,97	0,31	23,40	146.311,03
Administração Financeira	60.000,00	60.000,00	9.634,42	18.777,90	9.634,42	18.777,90	0,13	31,30	41.222,10
Assistência Social	10.000,00	10.000,00	1.577,32	5.985,94	1.945,73	3.605,02	0,02	36,05	6.394,98
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Assistência Comunitária	8.000,00	8.000,00	1.577,32	5.985,94	1.945,73	3.605,02	0,02	45,06	4.394,98
Previdência Social	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Previdência do Regime Estatutário	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Saúde	225.000,00	225.000,00	31.464,46	81.661,74	32.953,38	65.313,11	0,45	29,03	159.686,89
Atenção Básica	199.000,00	199.000,00	27.683,67	74.228,75	29.172,59	57.880,12	0,40	29,09	141.119,88
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.000,00	15.000,00	2.099,72	4.125,04	2.099,72	4.125,04	0,03	27,50	10.874,96

Continua 2/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.078.200,00	1.130.200,00	144.681,01	420.409,97	161.620,78	316.118,03	2,17	27,97	814.081,97
Saúde	225.000,00	225.000,00	31.464,46	81.661,74	32.953,38	65.313,11	0,45	29,03	159.686,89
Vigilância Sanitária	10.000,00	10.000,00	1.681,07	3.307,95	1.681,07	3.307,95	0,02	33,08	6.692,05
Vigilância Epidemiológica	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação	386.000,00	416.000,00	53.623,67	158.975,64	59.921,21	118.045,12	0,81	28,38	297.954,88
Ensino Fundamental	235.000,00	265.000,00	35.218,23	101.919,87	37.594,99	75.886,50	0,52	28,64	189.113,50
Educação Infantil	151.000,00	151.000,00	18.405,44	57.055,77	22.326,22	42.158,62	0,29	27,92	108.841,38
Cultura	6.000,00	6.000,00	595,14	2.184,76	644,08	1.282,64	0,01	21,38	4.717,36
Difusão Cultural	6.000,00	6.000,00	595,14	2.184,76	644,08	1.282,64	0,01	21,38	4.717,36
Urbanismo	138.000,00	138.000,00	20.962,51	41.639,93	20.962,51	41.639,93	0,29	30,17	96.360,07
Infra-Estrutura Urbana	42.000,00	42.000,00	6.390,86	12.495,29	6.390,86	12.495,29	0,09	29,75	29.504,71
Serviços Urbanos	96.000,00	96.000,00	14.571,65	29.144,64	14.571,65	29.144,64	0,20	30,36	66.855,36
Saneamento	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Agricultura	21.000,00	21.000,00	3.034,90	5.987,34	3.034,90	5.987,34	0,04	28,51	15.012,66
Extensão Rural	21.000,00	21.000,00	3.034,90	5.987,34	3.034,90	5.987,34	0,04	28,51	15.012,66
Comércio e Serviços	21.000,00	21.000,00	2.960,41	7.912,05	3.164,82	6.314,88	0,04	30,07	14.685,12
Turismo	21.000,00	21.000,00	2.960,41	7.912,05	3.164,82	6.314,88	0,04	30,07	14.685,12
Desporto e Lazer	10.000,00	10.000,00	471,10	4.782,18	693,26	1.505,10	0,01	15,05	8.494,90
Desporto Comunitário	10.000,00	10.000,00	471,10	4.782,18	693,26	1.505,10	0,01	15,05	8.494,90
TOTAL (III) = (I + II)	53.770.000,00	55.502.258,66	7.253.848,26	25.409.312,06	7.733.281,46	14.558.029,83	100,00	26,23	40.944.228,83

FONTE:

PORTO BELO, 28/05/2012

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

ROBERTO ALBERTINO DE SOUZ
Controle Interno

LUISA SERPA DE JESUS
Secretária da Fazenda

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FII
Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Anexo X RREO

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	11.060.000,00	11.060.000,00	1.296.323,70	5.426.468,29	49,06
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.268.000,00	6.268.000,00	486.679,02	3.984.953,16	63,58
1.1.1- IPTU	5.200.000,00	5.200.000,00	378.061,87	3.676.312,61	70,70
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	18.000,00	18.000,00	3.589,63	5.548,57	30,83
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	900.000,00	900.000,00	93.646,92	274.434,94	30,49
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	150.000,00	150.000,00	11.764,64	29.041,08	19,36
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(384,04)	(384,04)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.301.000,00	2.301.000,00	423.971,77	683.709,94	29,71
1.2.1- ITBI	2.300.000,00	2.300.000,00	423.971,77	683.538,31	29,72
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	171,63	17,16
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.251.000,00	2.251.000,00	341.276,18	669.606,97	29,75
1.3.1- ISS	2.140.000,00	2.140.000,00	341.267,16	664.467,29	31,05
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	9,02	1.201,00	120,10
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	0,00	3.827,02	3,83
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	111,66	1,12
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	240.000,00	240.000,00	44.396,73	88.198,22	36,75
1.4.1- IRRF	240.000,00	240.000,00	44.396,73	88.198,22	36,75
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.168.100,00	14.168.100,00	2.410.400,85	4.976.765,48	35,13
2.1- Cota-Parte FPM	8.800.000,00	8.800.000,00	1.333.875,94	2.921.090,06	33,19
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.800.000,00	8.800.000,00	1.333.875,94	2.921.090,06	33,19
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	871.402,39	1.713.329,37	38,94
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	26.000,00	26.000,00	4.424,68	8.853,68	34,05
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	85.000,00	85.000,00	13.538,72	24.453,73	28,77
2.5- Cota-Parte ITR	7.100,00	7.100,00	11,30	238,85	3,36
2.6- Cota-Parte IPVA	850.000,00	850.000,00	187.147,82	308.799,79	36,33
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.228.100,00	25.228.100,00	3.706.724,55	10.403.233,77	41,24
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	480.000,00	480.000,00	56.203,20	97.353,72	20,28
5.1- Transferências do Salário-Educação	480.000,00	480.000,00	48.022,09	89.172,61	18,58
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	8.181,11	8.181,11	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	152.979,48	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	152.979,48	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	223.632,00	223.632,00	100.093,55	103.549,61	46,30
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	703.632,00	703.632,00	156.296,75	353.882,81	50,29

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.833.620,00	2.833.620,00	482.079,77	995.352,28	35,13
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.760.000,00	1.760.000,00	266.775,13	584.217,89	33,19
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	880.000,00	880.000,00	174.280,34	342.665,56	38,94
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.200,00	5.200,00	884,92	1.770,72	34,05
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	17.000,00	17.000,00	2.707,75	4.890,76	28,77
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.420,00	1.420,00	2,26	47,75	3,36
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	170.000,00	170.000,00	37.429,37	61.759,60	36,33
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.450.000,00	5.450.000,00	1.060.389,23	2.133.982,42	39,16
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.450.000,00	5.450.000,00	1.050.548,29	2.124.141,48	38,98
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	9.840,94	9.840,94	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.616.380,00	2.616.380,00	568.468,52	1.128.789,20	43,14
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.612.000,00	4.792.175,81	691.998,99	1.299.693,83	27,12
13.1- Com Educação Infantil	1.648.000,00	1.828.175,81	279.080,05	639.601,22	34,99
13.2- Com Ensino Fundamental	2.964.000,00	2.964.000,00	412.918,94	660.092,61	22,27
14- OUTRAS DESPESAS	838.000,00	838.000,00	207.087,50	338.982,74	40,45
14.1- Com Educação Infantil	352.000,00	352.000,00	44.737,60	79.189,67	22,50
14.2- Com Ensino Fundamental	486.000,00	486.000,00	162.349,90	259.793,07	53,46
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.450.000,00	5.630.175,81	899.086,49	1.638.676,57	29,11
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					180.175,81
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					180.175,81
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					52,46
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				180.175,81	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	6.307.025,00	6.307.025,00	926.681,14	2.600.808,44	41,24
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.817.000,00	2.997.175,81	441.981,04	866.087,21	28,90
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.180.175,81	323.817,65	718.790,89	32,97
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	817.000,00	817.000,00	118.163,39	147.296,32	18,03
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.608.967,00	6.608.967,00	1.160.599,11	2.013.792,85	30,47
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.450.000,00	3.450.000,00	575.268,84	919.885,68	26,66
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.158.967,00	3.158.967,00	585.330,27	1.093.907,17	34,63
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.425.967,00	9.606.142,81	1.602.580,15	2.879.880,06	29,98
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.128.789,20
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					9.840,94
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					180.175,81
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.318.805,95
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.561.074,11
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					15,01

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	480.000,00	480.000,00	74.790,96	74.790,96	15,58
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.014.643,90	1.550.130,05	479.111,05	610.506,48	39,38
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.494.643,90	2.030.130,05	553.902,01	685.297,44	33,76
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.920.610,90	11.636.272,86	2.156.482,16	3.565.177,50	30,64
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	222.135,75	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.124.141,48	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.562.353,07	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.840,94	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	793.765,10	0,00

PORTO BELO, 28/05/2012

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

ROBERTO ALBERTINO DE SOUZA
Controle Interno

LUISA SERPA DE JESUS
Secretária da Fazenda

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 180.175,81, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Anexo XVI RREO

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.228.100,00	25.228.100,00	10.403.617,81	41,24
Impostos	9.880.000,00	9.880.000,00	5.112.516,43	51,75
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	5.200.000,00	5.200.000,00	3.676.312,61	70,70
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	2.300.000,00	2.300.000,00	683.538,31	29,72
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	2.140.000,00	2.140.000,00	664.467,29	31,05
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	240.000,00	240.000,00	88.198,22	36,75
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.180.000,00	1.180.000,00	314.335,90	26,64
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	20.000,00	20.000,00	6.921,20	34,61
Dívida Ativa dos Impostos	1.000.000,00	1.000.000,00	278.261,96	27,83
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	160.000,00	160.000,00	29.152,74	18,22
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	14.168.100,00	14.168.100,00	4.976.765,48	35,13
Da União	8.833.100,00	8.833.100,00	2.930.182,59	33,17
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	8.800.000,00	8.800.000,00	2.921.090,06	33,19
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7.100,00	7.100,00	238,85	3,36
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	26.000,00	26.000,00	8.853,68	34,05
Do Estado	5.335.000,00	5.335.000,00	2.046.582,89	38,36
Cota-Parte do ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	1.713.329,37	38,94
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	85.000,00	85.000,00	24.453,73	28,77
Cota-Parte do IPVA	850.000,00	850.000,00	308.799,79	36,33
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	31.375.520,00	31.375.520,00	8.355.717,53	26,63
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.833.620,00	-2.833.620,00	-995.352,28	35,13
TOTAL	53.770.000,00	53.770.000,00	17.763.983,06	33,04

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	6.860.985,44	7.191.220,44	2.336.253,43	32,49
Pessoal e Encargos Sociais	4.576.000,00	4.444.000,00	1.435.770,62	32,31
Outras Despesas Correntes	2.284.985,44	2.747.220,44	900.482,81	32,78
DESPESAS DE CAPITAL	201.200,00	287.680,00	79.661,50	27,69
Investimentos	201.200,00	287.680,00	79.661,50	27,69

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	201.200,00	287.680,00	79.661,50	27,69
Investimentos	201.200,00	287.680,00	79.661,50	27,69
TOTAL (IV)	7.062.185,44	7.478.900,44	2.415.914,93	32,30

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	7.062.185,44	7.478.900,44	2.415.914,93	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.764.284,44	1.972.569,44	690.829,19	28,59
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.655.284,44	1.781.069,44	641.602,91	26,56
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	109.000,00	191.500,00	49.226,28	2,04
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	5.297.901,00	5.506.331,00	1.725.085,74	71,41

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(V - VI) / I]	16,58
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	6.439.013,00	6.775.728,00	2.238.315,09	92,65
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	153.000,00	233.000,00	74.626,30	3,09
Suporte Profilático e Terapêutico	205.093,80	205.093,80	25.732,53	1,07
Vigilância Sanitária	175.975,24	175.975,24	55.556,29	2,30
Vigilância Epidemiológica	89.103,40	89.103,40	21.684,72	0,90
TOTAL	7.062.185,44	7.478.900,44	2.415.914,93	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO BELO, 28/05/2012

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

ROBERTO ALBERTINO DE SOUZA
Controle Interno

LUISA SERPA DE JESUS
Secretária da Fazenda

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

Termo de Homologação de Extrato de Contrato 037/2012 Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 037/2012 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera LTDA ME

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para educação infantil e ensino fundamental

Valor total R\$ 10.141,80 (dez mil cento e quarenta e um reais e oitenta centavos)

Vigência: 31 de Agosto de 2012 ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 023/2012 EDUCAÇÃO. Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/1993.

Porto União SC, 28 de Maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA ME

Contratada.

Termo de Homologação de Extrato de Contrato 038/2012 Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 038/2012 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Jackiw e Jackiw LTDA

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para educação infantil e ensino fundamental

Valor total R\$ 6.550,00 (seis mil quinhentos e cinquenta reais)

Vigência: 31 de Agosto de 2012 ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 023/2012 EDUCAÇÃO. Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/1993.

Porto União SC, 28 de Maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

JACKIW E JACKIW LTDA

Contratada.

Termo de Homologação de Extrato de Contrato 039/2012 Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 039/2012 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Logovem Comercial LTDA ME

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para educação infantil e ensino fundamental

Valor total R\$ 14.467,00 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e sete reais)

Vigência: 31 de Agosto de 2012 ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 023/2012 EDUCAÇÃO. Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/1993.

Porto União SC, 28 de Maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

LOGOVEM COMERCIAL LTDA ME

Contratada.

Termo de Homologação de Extrato de Contrato 040/2012 Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 040/2012 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Comercial Multiville LTDA ME

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para educação infantil e ensino fundamental

Valor total R\$ 2.884,00 (dois mil oitocentos e oitenta e quatro reais)

Vigência: 31 de Agosto de 2012 ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 023/2012 EDUCAÇÃO. Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/1993.

Porto União SC, 28 de Maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

COMERCIAL MULTIVILLE LTDA ME

Contratada.

Termo de Homologação de Extrato de Contrato 041/2012 Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 041/2012 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Marcelo Jacob

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para educação infantil e ensino fundamental

Valor total R\$ 25.288,10 (vinte e cinco mil duzentos e oitenta e oito reais e dez centavos)

Vigência: 31 de Agosto de 2012 ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 023/2012 EDUCAÇÃO. Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/1993.

Porto União SC, 28 de Maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

MARCELO JACOB

Contratada.

Termo de Homologação de Extrato de Contrato 042/2012 Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 042/2012 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Cleide Bahniuk Schwaab ME

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para educação infantil e ensino fundamental

Valor total R\$ 7.815,00 (sete mil oitocentos e quinze reais)

Vigência: 31 de Agosto de 2012 ou até a retirada total do

quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 023/2012 EDUCAÇÃO. Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/1993.

Porto União SC, 28 de Maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB ME

Contratada.

Termo de Homologação de Extrato de Contrato 043/2012 Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 043/2012 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Degis Lopes ME

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para educação infantil e ensino fundamental

Valor total R\$ 17.452,00 (dezesete mil quatrocentos e cinquenta e dois reais)

Vigência: 31 de Agosto de 2012 ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 023/2012 EDUCAÇÃO. Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/1993.

Porto União SC, 28 de Maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

DEGIS LOPES ME

Contratada.

Termo de Homologação de Extrato de Contrato 044/2012 Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 044/2012 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Papelaria Copiatic LTDA

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para educação infantil e ensino fundamental

Valor total R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência: 31 de Agosto de 2012 ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 023/2012 EDUCAÇÃO. Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/1993.

Porto União SC, 28 de Maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

PAPELARIA COPIATIC LTDA

Contratada.

Termo de Homologação do Pregão Presencial 015/2012 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 023/2012 EDUCAÇÃO.

Pregão Presencial 015/2012 - EDUCAÇÃO

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Cleide Bahniuk Schwaab ME

Comercial Multiville LTDA - ME

Degis Lopes ME

Jackiw Jackiw LTDA

Logvem Comercial LTDA ME

Marcelo Jacob

Mercado Kosera LTDA ME

Papelaria Copiatic LTDA

Porto União SC, 28 de Maio de 2012

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 2613/12

DECRETO Nº 2.613, de 14 de maio de 2012

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO - PROVA PRÁTICA."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo do Município de Rio do Sul - Edital nº 005/2012, para avaliação da PROVA PRÁTICA dos candidatos a função de Motorista de Caminhão, em caráter temporário, da Fundação Municipal de Desporto, em conformidade com a Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores.

Art.2º - Ficam designados os servidores a seguir identificados para compor a Comissão de que trata o Art. 1º deste Decreto:

Ismael Benedito das Neves

Valdir Antonio Postai

Marcio de Souza

Lino André Fidelis da Silva

Art. 3º - À referida Comissão, compete a avaliação dos candidatos na realização da Prova Prática.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de maio de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2624/12

DECRETO Nº 2.624, de 18 de maio de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2012-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro,

nomeado pelo Decreto nº 2.254/11, o resultado do Pregão Presencial nº 015/12, de 03/05/2012, Fundo Municipal da Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

TÂNIA REGINA CIPRIANI

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 2.624/2012

Pregão Presencial nº 015/2012 de 03/05/2012-FMS

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de vigilância humana para o prédio onde localiza-se o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS)-Secretaria de Saúde.

Preço: por item

Participantes: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA-ME; CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA e VIGILANCIA RIOSUL LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA-ME.

Decreto 2625/12

DECRETO Nº 2.625, de 18 de Maio de 2012.

"EXONERA E NOMEIA IVONETE KOLV KRIECK"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/05/2012, do cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo da Secretaria de Educação, a servidora IVONETE KOLV KRIECK, e nomeada para a partir de 02/05/2012, exercer o cargo de Secretária Adjunta de Educação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de Maio de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2627/12

DECRETO Nº 2.627, de 21 de maio de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2.254/11, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 095/12, de 02/05/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME e EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA RIOSUL LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

21 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.627/2012

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 095/2012 de 02/05/2012

Objeto da Licitação: Registro de Preço para aquisição de material de segurança, para atender as Secretarias Municipais.

Preço: por item

Participantes: CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME; KLIMA COMERCO DE MEDICAMENTOS LTDA-ME e EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA RIOSUL LTDA-ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores dos licitantes CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME nos itens 001,002,006,015,016,017,018 e 019 e EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA RIOSUL LTDA-ME nos itens 003,004,005,007,008,009,010,011,012,013,014,020,021 e 022.

Decreto 2628/12

DECRETO Nº 2.628 de 21 de maio de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 72.613,32 (setenta e dois mil, seiscentos e treze reais e trinta e dois centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativos anexos (conta corrente n. 20.593-1 e 39.042-9), de acordo com o que determina o artigo 12 da Lei

Orçamentária nº 5.227/2011 de 06 de dezembro de 2011, visando à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.02 Departamento Pedagógico de Ensino
2.053 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA CRECHES - PNAC
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas
00.03.0362 Sup. Outros Rec do Fundo Nac. de Desenv. da Educ.
R\$ 68.660,34
2.059 TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas
00.03.0361 Sup. Rec.Progr.Nac.de Apoio ao Transp Esc. - PNATE
R\$ 3.952,98

TOTAL R\$ 72.613,32

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

21 de maio de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2629/12

DECRETO Nº 2.629 , de 21 de maio de 2012

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06 de dezembro de 2011

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 15.480,00 (quinze mil, quatrocentos e oitenta reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência de repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para o Programa de Alimentação Escolar para Creches - PNAC, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.02 Departamento Pedagógico de Ensino
2.053 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA CRECHES - PNAC
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 15.480,00

TOTAL R\$ 15.480,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

21 de maio de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2631/12

DECRETO Nº 2.631 de 21 de maio de 2012

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 28.155,04 (vinte e oito mil cento e cinquenta e cinco reais e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.085 BLVGS - Vigilância Epidemiológica
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00 Investimentos
4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 3.535,00
2.086 BLVGS - PAM - DST/HIV/AIDS
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00 Investimentos
4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 6.107,54
2.087 BLFAB - Farmácia Básica
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00 Investimentos
4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 18.512,50

TOTAL R\$ 28.155,04

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 28.155,04 (vinte e oito mil cento e cinquenta e cinco reais e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.085 BLVGS - Vigilância Epidemiológica
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 3.535,00
2.086 BLVGS - PAM - DST/HIV/AIDS
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 6.107,54
2.087 BLFAB - Farmácia Básica
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 18.512,50

TOTAL R\$ 28.155,04

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

21 de maio de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2632/12

DECRETO Nº 2.632, de 21 de maio de 2012.

“DECLARA DE INTERESSE E NECESSIDADE PÚBLICA, EM RAZÃO DE SEU CARÁTER EMERGENCIAL AS AÇÕES DE RETIRADA DAS

ÁRVORES TOMBADAS E ARRANCADAS EM VIRTUDE DAS CHEIAS OCORRIDAS EM SETEMBRO DE 2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º- É de interesse e necessidade pública e de caráter emergencial, as ações de retirada das árvores tombadas e arrancadas em virtude das cheias ocorridas em setembro de 2011, que obstruem as águas dos rios Itajaí do Oeste, Itajaí Açú e Itajaí do Sul, localizados nesse Município, conforme termo de referência do projeto executivo apresentado pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí e Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina com sede em Rio do Sul.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

21 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2633/12

DECRETO Nº 2.633, de 22 de maio de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2.254/11, o resultado do Pregão Presencial nº 098/12, de 02/05/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

22 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.633/2012

Pregão Presencial nº 098/2012 de 02/05/2012

Objeto da Licitação:Aquisição de protetores solar fator 30, 200 ml, para os servidores públicos municipais-Diversas Secretarias.

Preço: por item

Participantes: DROGARIA BLOCK LTDA-ME; EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA RIOSUL LTDA-ME e CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.

Decreto 2637/12

DECRETO Nº 2.637, de 23 de maio de 2012.

"EXONERA IVAN LUIS BUSNARDO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, a pedido, a partir de 21/05/2012, o servidor IVAN LUIS BUSNARDO, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Interligação de Dados e Voz, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

23 de maio de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Decreto 2639/12

DECRETO Nº 2.639, de 24 de maio de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2.254/11, o resultado do Pregão Presencial nº 096/12, de 08/05/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante RIOMETAL COMERCIO DE ALUMINIO LTDA-EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

24 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.639/2012

Pregão Presencial nº 096/2012 de 08/05/2012

Objeto da Licitação:Aquisição de armários em metal para uso do

efetivo de 3ª CBM Corpo de Bombeiro de Rio do Sul.

Preço: por item

Participantes: TONON ESTRUTURAS METALICAS LTDA-ME; RIO-METAL COMERCIO DE ALUMINIO LTDA-EPP e ESQUADRIAS DE ALUMINIO ROSSETI LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor do licitante RIOMETAL COMERCIO DE ALUMINIO LTDA-EPP.

Decreto 2642/12

DECRETO Nº 2.642, de 25 de maio de 2012
"NOMEIA MOISES RODRIGUES"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear o Sr. MOISES RODRIGUES para, a partir de 02/05/2012, exercer o cargo em comissão - Assessor Especial do Gabinete do Prefeito, Nível C-03, nos termos do § 2º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Art. 10, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2.606/2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

25 de maio de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Portaria N. 0333/RH

PORTARIA N. 0333/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 004/2012, referente à servidora ANA CRISTINA ESPINDOLA DE SOUZA, matrícula n. 28380/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Vigia.

Parágrafo único - De acordo com o Memorando Depto de Patrimônio n. 71/2012, emitido pelo Diretor do Departamento de Patrimônio e documentos em anexo, a servidora em questão teria, em tese, ausentado-se do ambiente de trabalho, no dia 05 de maio de 2012, no horário compreendido entre 11h17min. e 13h58min., infringindo desta forma, os incisos I, III, IV e X do Art. 157 e incisos I e XVII, do Art. 158, ambos da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010. Por decorrência, poderá lhe ser imputado a pena de Demissão, conforme disposto nos incisos VI e XX do Art. 173, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

a) Ronaldo da Rocha, matrícula n. 28738/01, ocupante do cargo

de provimento efetivo Agente Administrativo;

b) Clarissa dos Santos Padilha, matrícula n. 35276/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;

c) Marcos Antônio Meira de Quadros, matrícula n. 21423/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Médico Veterinário.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 102, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação deste ato.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de maio de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria N. 0334/RH

PORTARIA N. 0334/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 005/2012, referente aos servidores: Guimarães Gastão, matrícula n. 1562/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão; Heitor Longo, matrícula n. 17531/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão; Marcos Roberto Wolff de Oliveira, matrícula n. 5460/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino; Nildo Alves matrícula n. 31461/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão par apurar a responsabilidade pelo acidente de trânsito ocorrido entre o veículo LXE Ford 14000 e o Trator Case W20.

Parágrafo único - De acordo com a Sindicância Administrativa n. 002/2012 apensada ao presente processo, os servidores em questão teriam, em tese, infringido os incisos I, III, IV e VII do Art. 157 e inciso II do Art. 158, ambos da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010. Por decorrência, poderá lhes ser imputado a pena de Advertência, conforme disposto nos incisos I e III do Art. 171, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

a) Carlos Albert Luithardt, matrícula n. 7005/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;

b) Carmela Suzana da Veiga Ferreira, matrícula n. 28746/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I;

c) Marilse Eliane Mattos Pompilio, matrícula n. 25178/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente

a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 102, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação deste ato.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de maio de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0336/2012

PORTARIA N. 0336/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Nomear a servidora VANESSA FEY, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para a partir de 01/06/2012, exercer as atribuições da função em comissão de Chefe da Divisão de Rotinas Trabalhistas do Departamento de Recursos Humanos, optando pelo vencimento da função comissionada, nos termos dos Art. 11 e 13 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de maio de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria N.0330/RH

PORTARIA N.0330/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder ao servidor TIAGO ANDRÉ DE SOUZA, matrícula 2996302, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao triênio de 2008 a 2011, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de agosto de 2011, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de maio de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N.0331/RH

PORTARIA N.0331/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder ao servidor EDSON LUIS FRONZA, matrícula 1147/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Agrônomo, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao triênio de 2008 a 2011, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de março de 2011, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de maio de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N.0332/RH

PORTARIA N.0332/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder ao servidor VALDIR ZUCATELLI, matrícula 3328/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Carpinteiro, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao triênio de 2006 a 2009, com fundamento ao disposto no Art. 35 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010 c/c o Art. 59, da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003, Art. 6º, § 2º, do Decreto nº 399 de 05 de outubro de 2004.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de maio de 2012.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de maio de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Salto Veloso

PREFEITURA

Pregão Presencial N. 0020/2012

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0020/2012

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Travessa das Flores, 058, Centro, em Salto Veloso, SC., torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com as Leis Federais n. 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações, realizará Licitação Pública na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços de até 12 meses para Aquisição de Reservatórios de água conforme Lei Municipal Nº 1.417 de 26 de abril de 2011, conforme autorização do Sr. Prefeito Municipal e condições estabelecidas no respectivo ato convocatório. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Compras e Licitações, de 2ª a 6ª feiras, das 13:30h às 17:00 horas, por meio de fotocópia às expensas do interessado, mediante pagamento do valor das cópias, de acordo com o número de folhas, a ser efetivado por funcionário do Executivo, ou por via eletrônica no site municipal: www.saltoveloso.sc.gov.br. O recebimento e abertura dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO", dar-se-á na sede da Prefeitura Municipal, no endereço indicado acima, às 14:00h do dia 13 de Junho de 2012, tendo início pela abertura dos envelopes "PROPOSTA". Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone 49 3536-0146, no horário de expediente mencionado anteriormente.

Salto Veloso, 28 de maio de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 0065/2012

Extrato de Contrato 0065/2012

Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC

Contratado: VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

1.1 Objeto: pavimentação asfáltica (CBUQ) e em pedras tipo paver (FCK) em ruas e/ou vias e passeios públicos urbanos no município de Salto Veloso, de acordo com o plano de trabalho de do Programa BADESC Cidades (Ofício nº 1496/2012 - COPEN/SURIN/STN/MF-DF), conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos em anexo.

Prazo de entrega da obra é de até 30/12/12.

Vigência: até 30/12/12.

Processo Licitatório nº 0045/2012

Tomada de Preços nº: 003/20121

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 28 de maio de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Resumido Edital Pregão Presencial 209/2012

EDITAL DE PREGÃO Nº. 209 /2012

MENOR PREÇO POR ÍTEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretária de Administração e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 10:45 horas do dia 13 de junho de 2012, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº. 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINA NA EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM PARA EMPRESA DO SEGMENTO DE AVICULTURA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC CONFORME DESCRIÇÕES ANEXAS E CONVÊNIO Nº. 17.099/2011-2 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00.

O edital estará disponível no site: www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 30 de maio de 2012.

TIAGO MARTINHUK

Pregoeiro Municipal

RENILDA FURST DREVEK

Secretária De Administração

Resumido Pregão Nº 211/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 211 /2012

MENOR PREÇO POR ÍTEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretária de Administração e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 14:00 horas do dia 13 de junho de 2012, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº. 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA ESGOTO PLUVIAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC, CONSTATANTE DO PLANO DE TRABALHO, CONFORME PROCESSO Nº SDR25 00003930/2011 E CONVÊNIO Nº 6.509/2012-9 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00.

O edital estará disponível no site: www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 30 de maio de 2012.

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira Municipal

RENILDA FURST DREVEK

Secretária De Administração



Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	83.615.070,77	1.468.795,67
Pessoal Ativo	74.322.750,21	1.468.795,67
Pessoal Inativo e Pensionista	7.106.978,96	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.185.341,60	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.629.394,81	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.629.394,81	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	80.985.675,96	1.468.795,67
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	82.454.471,63	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	178.473.376,66	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	46,20	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	96.375.623,40	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	91.556.842,23	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	15.198.856,16	18.664.806,12	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	14.786.848,92	18.332.972,69	0,00	0,00
Interna	14.786.848,92	18.332.972,69	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P:	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	412.007,24	331.833,43	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	16.650.043,03	25.015.134,38	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.846.979,49	24.207.243,35	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	184.068,92	884.944,93	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.381.005,38	77.053,90	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.451.186,87	-6.350.328,26	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	163.905.600,43	178.473.376,66	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,27%	10,46%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-0,89%	-3,56%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	196.686.720,52	214.168.051,99	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	14.786.848,92	18.332.972,69	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	1.660.675,47	1.584.427,47	0,00	0,00
De Tributos	1.177.837,99	1.118.105,83	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	482.837,48	466.321,64	0,00	0,00
Previdenciárias	482.837,48	466.321,64	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	13.126.173,45	16.748.545,22	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	929.149,00	1.264.806,95	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.236.756,41	3.837.234,46	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	168.532.356,17	168.532.356,17	0,00	0,00
Passivo Atuarial	168.532.356,17	168.532.356,17	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	123.940.433,66	139.102.249,36	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.870,39	350.352,19	0,00	0,00
Investimentos	123.942.235,11	138.751.897,17	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	8.671,84	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	44.591.922,51	29.430.106,81	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2012

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	163.905.600,43	178.473.376,66	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	36.059.232,09	39.264.142,87	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	4.268.000,00	4.268.000,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	4.268.000,00	4.268.000,00
Interna	4.268.000,00	4.268.000,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	4.268.000,00	4.268.000,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	178.473.376,66	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	4.268.000,00	2,39
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	28.555.740,27	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	12.493.136,37	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	4.268.000,00	2,39

FONTE:

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2012

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	83.997.412,20	47,06
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	107.084.026,00	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	101.729.824,70	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-6.350.328,26	-3,56
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	214.168.051,99	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	39.264.142,87	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	4.268.000,00	2,39
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	28.555.740,27	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	12.493.136,37	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	31.223.395,95	14.897.232,83

FONTE:

Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - 2º Bimestre

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	206.362.432,47	206.362.432,47	44.274.709,94	21,45	73.350.087,56	35,54	133.012.344,91
RECEITAS CORRENTES	183.003.532,47	183.003.532,47	38.913.402,72	21,26	67.300.512,04	36,78	115.703.020,43
RECEITA TRIBUTARIA	26.796.581,00	26.796.581,00	8.941.140,16	33,37	11.971.740,49	44,68	14.824.840,51
IMPOSTOS	22.059.081,00	22.059.081,00	8.393.207,47	38,05	10.511.562,36	47,65	11.547.518,64
TAXAS	4.437.500,00	4.437.500,00	545.481,94	12,29	1.455.213,19	32,79	2.982.286,81
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	300.000,00	300.000,00	2.450,75	0,82	4.964,94	1,65	295.035,06
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.749.091,47	6.749.091,47	1.180.054,79	17,48	2.247.329,75	33,30	4.501.761,72
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.249.091,47	4.249.091,47	785.041,10	18,48	1.453.177,05	34,20	2.795.914,42
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	2.500.000,00	2.500.000,00	395.013,69	15,80	794.152,70	31,77	1.705.847,30
RECEITA PATRIMONIAL	18.824.919,00	18.824.919,00	8.301.542,11	44,10	13.350.989,06	70,92	5.473.929,94
RECEITAS IMOBILIARIAS	200.000,00	200.000,00	20.812,66	10,41	37.238,52	18,62	162.761,48
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	18.434.919,00	18.434.919,00	8.278.810,25	44,91	13.311.374,82	72,21	5.123.544,18
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	190.000,00	190.000,00	1.919,20	1,01	2.375,72	1,25	187.624,28
RECEITA DE SERVIÇOS	13.554.921,00	13.554.921,00	2.163.841,35	15,96	4.148.510,66	30,61	9.406.410,34
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	103.474.040,00	103.474.040,00	17.492.178,50	16,90	34.022.747,53	32,88	69.451.292,47
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	102.537.840,00	102.537.840,00	17.373.049,04	16,94	33.899.658,07	33,06	68.638.181,93
Transf. de Instituições Privadas	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00
Transf. de Pessoas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transf. de Conv.	780.200,00	780.200,00	119.129,46	15,27	123.089,46	15,78	657.110,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.603.980,00	13.603.980,00	834.645,81	6,14	1.559.194,55	11,46	12.044.785,45
Multas e Juros de Mora	3.520.030,00	3.520.030,00	447.468,32	12,71	809.342,31	22,99	2.710.687,69
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.575.060,00	1.575.060,00	101.493,42	6,44	198.298,33	12,59	1.376.761,67
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	7.800.790,00	7.800.790,00	236.309,41	3,03	466.234,53	5,98	7.334.555,47
RECEITAS DIVERSAS	708.100,00	708.100,00	49.374,66	6,97	85.319,38	12,05	622.780,62
RECEITAS DE CAPITAL	23.358.900,00	23.358.900,00	5.361.307,22	22,95	6.049.575,52	25,90	17.309.324,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	15.671.350,00	15.671.350,00	4.256.714,46	27,16	4.268.000,00	27,23	11.403.350,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	15.671.350,00	15.671.350,00	4.256.714,46	27,16	4.268.000,00	27,23	11.403.350,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.150.000,00	1.150.000,00	236.628,27	20,58	236.650,00	20,58	913.350,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	236.628,27	236,63	236.650,00	236,65	-136.650,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.050.000,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.050.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	50.000,00	50.000,00	5.526,97	11,05	12.259,40	24,52	37.740,60
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.487.550,00	6.487.550,00	862.437,52	13,29	1.532.666,12	23,62	4.954.883,88
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.267.550,00	5.267.550,00	862.437,52	16,37	1.532.015,08	29,08	3.735.534,92
Transf. de Instituições Privadas	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.070.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	651,04	0,06	1.069.348,96

Continua 1/3

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.551.150,44	8.551.150,44	1.589.127,44	18,58	2.868.594,33	33,55	5.682.556,11
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.506.150,44	8.506.150,44	1.581.627,44	18,59	2.853.594,33	33,55	5.652.556,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.333.495,66	8.333.495,66	1.553.425,59	18,64	2.801.153,55	33,61	5.532.342,11
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.333.495,66	8.333.495,66	1.553.425,59	18,64	2.801.153,55	33,61	5.532.342,11
RECEITA DE SERVIÇOS	122.100,00	122.100,00	18.573,56	15,21	32.410,40	26,54	89.689,60
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	50.554,78	50.554,78	9.628,29	19,05	20.030,38	39,62	30.524,40
Multas e Juros de Mora	50.554,78	50.554,78	9.628,29	19,05	20.030,38	39,62	30.524,40
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	45.000,00	45.000,00	7.500,00	16,67	15.000,00	33,33	30.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	45.000,00	45.000,00	7.500,00	16,67	15.000,00	33,33	30.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	214.913.582,91	214.913.582,91	45.863.837,38	21,34	76.218.681,89	35,46	138.694.901,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	214.913.582,91	214.913.582,91	45.863.837,38	21,34	76.218.681,89	35,46	138.694.901,02
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	214.913.582,91	214.913.582,91	45.863.837,38	21,34	76.218.681,89	35,46	138.694.901,02
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	10.138.331,72	—	—	1.233.984,93	—	—
Superávit Financeiro	—	5.988.331,72	—	—	421.976,11	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	4.150.000,00	—	—	812.008,82	—	—

Continua 2/3

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	206.227.382,91	10.689.331,72	216.916.714,63	37.165.184,38	80.498.832,78	26.185.561,70	45.914.226,75	21,17	171.002.487,88
DESPESAS CORRENTES	147.762.340,00	3.193.673,12	150.956.013,12	23.661.559,03	57.225.254,14	23.000.437,17	41.703.985,51	27,63	109.252.027,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.427.969,00	29.102,54	81.457.071,54	13.031.576,46	26.393.077,13	13.226.238,50	25.148.931,99	30,87	56.308.139,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.250.000,00	500.000,00	2.750.000,00	270.723,07	502.666,83	270.723,07	502.666,83	18,28	2.247.333,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.084.371,00	2.664.570,58	66.748.941,58	10.359.259,50	30.329.510,18	9.503.475,60	16.052.386,69	24,05	50.696.554,89
DESPESAS DE CAPITAL	38.215.901,00	7.495.658,60	45.711.559,60	13.503.625,35	23.273.578,64	3.185.124,53	4.210.241,24	9,21	41.501.318,36
INVESTIMENTOS	32.630.901,00	9.022.658,60	41.653.559,60	13.127.512,18	22.536.184,57	2.810.513,73	3.474.349,54	8,34	38.179.210,06
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.085.000,00	-30.000,00	1.055.000,00	14.831,04	15.517,84	13.328,67	14.015,47	1,33	1.040.984,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.500.000,00	-1.497.000,00	3.003.000,00	361.282,13	721.876,23	361.282,13	721.876,23	24,04	2.281.123,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	19.949.141,91	0,00	19.949.141,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.949.141,91
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	8.686.200,00	5.150,00	8.691.350,00	1.619.205,51	3.235.894,05	1.628.301,21	2.896.375,93	33,32	5.794.974,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.329.200,00	-4.600,00	8.324.600,00	1.588.376,17	3.053.072,96	1.583.625,64	2.820.174,33	33,88	5.504.425,67
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	110.000,00	0,00	110.000,00	9.628,29	20.030,38	9.628,29	20.030,38	18,21	89.969,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	197.000,00	9.750,00	206.750,00	13.701,05	147.790,71	27.547,28	41.171,22	19,91	165.578,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	7.500,00	15.000,00	7.500,00	15.000,00	30,00	35.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	214.913.582,91	10.694.481,72	225.608.064,63	38.784.389,89	83.734.726,83	27.813.862,91	48.810.602,68	21,64	176.797.461,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	214.913.582,91	10.694.481,72	225.608.064,63	38.784.389,89	83.734.726,83	27.813.862,91	48.810.602,68	21,64	176.797.461,95
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	27.408.079,21	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	214.913.582,91	10.694.481,72	225.608.064,63	38.784.389,89	83.734.726,83	27.813.862,91	76.218.681,89	21,64	176.797.461,95

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.230.090,22

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	206.227.382,91	216.916.714,63	37.165.184,38	80.498.832,78	26.185.561,70	45.914.226,75	94,07	21,17	171.002.487,88
Legislativa	2.363.000,00	2.363.000,00	33.955,56	1.743.094,00	289.429,63	566.509,54	1,16	23,97	1.796.490,46
Ação Legislativa	2.363.000,00	2.363.000,00	33.955,56	1.743.094,00	289.429,63	566.509,54	1,16	23,97	1.796.490,46
Essencial à Justiça	1.009.000,00	1.014.000,00	151.118,10	279.112,34	153.835,13	268.035,52	0,55	26,43	745.964,48
Representação Judicial e Extrajudicial	1.009.000,00	1.014.000,00	151.118,10	279.112,34	153.835,13	268.035,52	0,55	26,43	745.964,48
Administração	16.452.850,00	16.177.850,00	2.627.657,24	6.338.767,58	2.335.908,47	4.079.262,62	8,36	25,22	12.098.587,38
Planejamento e Orçamento	2.206.000,00	2.206.000,00	291.403,53	588.335,94	280.576,78	508.137,09	1,04	23,03	1.697.862,91
Administração Geral	10.615.000,00	10.315.000,00	1.694.789,18	4.396.887,84	1.551.470,36	2.695.256,87	5,52	26,13	7.619.743,13
Administração Financeira	2.533.850,00	2.558.850,00	170.386,47	403.046,98	202.291,43	370.420,62	0,76	14,48	2.188.429,38
Tecnologia da Informatização	35.000,00	35.000,00	5.439,00	7.124,00	3.840,00	5.525,00	0,01	15,79	29.475,00
Formação de Recursos Humanos	69.000,00	69.000,00	2.064,00	20.920,36	4.853,68	8.612,86	0,02	12,48	60.387,14
Administração de Receitas	174.000,00	174.000,00	372,00	121.284,00	26.632,00	46.472,00	0,10	26,71	127.528,00
Comunicação Social	620.000,00	620.000,00	264.203,06	602.168,46	182.244,22	360.838,18	0,74	58,20	259.161,82
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	200.000,00	200.000,00	199.000,00	199.000,00	84.000,00	84.000,00	0,17	42,00	116.000,00
Segurança Pública	998.500,00	1.548.827,22	79.378,64	165.565,65	49.132,09	78.167,07	0,16	5,05	1.470.660,15
Policiamento	630.000,00	1.019.460,29	66.327,26	120.024,63	36.145,55	51.865,98	0,11	5,09	967.594,31
Defesa Civil	368.500,00	529.366,93	13.051,38	45.541,02	12.986,54	26.301,09	0,05	4,97	503.065,84
Assistência Social	5.773.500,00	6.024.486,65	2.399.480,67	3.105.067,58	613.051,33	1.056.342,91	2,16	17,53	4.968.143,74
Assistência ao Portador de Deficiência	15.500,00	15.500,00	15.181,56	15.181,56	2.938,36	2.938,36	0,01	18,96	12.561,64
Assistência à Criança e ao Adolescente	3.100.270,00	3.068.270,00	484.513,36	1.129.770,16	510.615,57	915.164,33	1,87	29,83	2.153.105,67
Assistência Comunitária	657.730,00	940.716,65	302.205,70	362.535,81	99.497,40	138.240,22	0,28	14,70	802.476,43
Lazer	2.000.000,00	2.000.000,00	1.597.580,05	1.597.580,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
Previdência Social	12.679.000,00	12.679.000,00	1.632.515,34	3.061.065,17	1.569.150,68	2.889.951,35	5,92	22,79	9.789.048,65
Administração Geral	767.000,00	767.000,00	97.824,30	203.213,96	82.382,67	156.460,92	0,32	20,40	610.539,08
Previdência do Regime Estatutário	11.912.000,00	11.912.000,00	1.534.691,04	2.857.851,21	1.486.768,01	2.733.490,43	5,60	22,95	9.178.509,57
Saúde	34.636.515,00	36.609.515,00	6.613.094,14	14.160.484,36	5.952.725,46	11.571.519,31	23,71	31,61	25.037.995,69
Atenção Básica	22.473.475,00	23.290.475,00	4.144.302,67	9.134.752,34	4.074.426,83	7.495.071,20	15,36	32,18	15.795.403,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.903.040,00	12.933.040,00	2.425.968,52	4.954.401,96	1.848.851,59	4.034.932,85	8,27	31,20	8.898.107,15
Vigilância Sanitária	51.000,00	87.000,00	6.461,01	8.351,99	3.479,39	3.479,39	0,01	4,00	83.520,61

Continua 1/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	206.227.382,91	216.916.714,63	37.165.184,38	80.498.832,78	26.185.561,70	45.914.226,75	94,07	21,17	171.002.487,88
Saúde	34.636.515,00	36.609.515,00	6.613.094,14	14.160.484,36	5.952.725,46	11.571.519,31	23,71	31,61	25.037.995,69
Vigilância Epidemiológica	209.000,00	299.000,00	36.361,94	62.978,07	25.967,65	38.035,87	0,08	12,72	260.964,13
Trabalho	559.800,00	559.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	559.800,00
Empregabilidade	559.800,00	559.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	559.800,00
Educação	40.893.875,00	41.739.530,55	7.078.289,06	14.351.542,97	6.211.757,90	10.560.968,94	21,64	25,30	31.178.561,61
Alimentação e Nutrição	1.810.000,00	1.927.040,27	0,00	590.661,63	146.446,45	146.446,45	0,30	7,60	1.780.593,82
Ensino Fundamental	25.326.500,00	25.612.633,10	5.105.386,69	9.773.895,14	3.993.651,43	6.637.465,82	13,60	25,91	18.975.167,28
Ensino Médio	25.000,00	25.000,00	9.760,48	9.760,48	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Ensino Superior	100.000,00	100.000,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,16	80,00	20.000,00
Educação Infantil	13.632.375,00	14.074.857,18	1.963.141,89	3.897.225,72	2.071.660,02	3.697.056,67	7,57	26,27	10.377.800,51
Cultura	2.289.000,00	2.705.367,07	481.524,63	972.837,06	451.613,24	710.880,20	1,46	26,28	1.994.486,87
Administração Geral	1.418.000,00	1.819.367,07	470.809,06	829.893,53	435.324,04	668.967,04	1,37	36,77	1.150.400,03
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	715.000,00	730.000,00	10.715,57	142.411,53	16.289,20	41.381,16	0,08	5,67	688.618,84
Difusão Cultural	156.000,00	156.000,00	0,00	532,00	0,00	532,00	0,00	0,34	155.468,00
Direitos da Cidadania	50.000,00	50.000,00	1.032,96	1.219,80	1.032,96	1.219,80	0,00	2,44	48.780,20
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	50.000,00	50.000,00	1.032,96	1.219,80	1.032,96	1.219,80	0,00	2,44	48.780,20
Urbanismo	24.373.000,00	26.158.133,56	2.754.147,53	15.837.243,60	2.881.138,61	5.152.359,41	10,56	19,70	21.005.774,15
Infra-Estrutura Urbana	11.946.000,00	12.974.444,16	810.407,22	9.049.867,60	475.376,01	850.047,04	1,74	6,55	12.124.397,12
Serviços Urbanos	12.227.000,00	12.983.689,40	1.943.740,31	6.786.208,64	2.405.762,60	4.301.145,01	8,81	33,13	8.682.544,39
Lazer	200.000,00	200.000,00	0,00	1.167,36	0,00	1.167,36	0,00	0,58	198.832,64
Habitação	3.147.500,00	4.782.673,63	191.868,05	559.675,42	353.545,37	486.221,38	1,00	10,17	4.296.452,25
Administração Geral	707.500,00	853.602,54	152.792,03	356.136,58	205.075,37	317.475,62	0,65	37,19	536.126,92
Habitação Urbana	2.440.000,00	3.929.071,09	39.076,02	203.538,84	148.470,00	168.745,76	0,35	4,29	3.760.325,33
SANEAMENTO	20.237.951,00	25.450.359,09	11.096.504,05	15.497.324,37	3.464.709,66	5.055.785,63	10,36	19,87	20.394.573,46
Administração Geral	2.254.138,00	2.286.138,00	527.573,94	1.054.222,86	358.269,24	626.179,98	1,28	27,39	1.659.958,02
Saneamento Básico Urbano	17.983.813,00	23.164.221,09	10.568.930,11	14.443.101,51	3.106.440,42	4.429.605,65	9,08	19,12	18.734.615,44
Gestão Ambiental	972.000,00	972.000,00	80.140,54	151.843,55	69.178,03	123.296,38	0,25	12,68	848.703,62
Preservação e Conservação Ambiental	972.000,00	972.000,00	80.140,54	151.843,55	69.178,03	123.296,38	0,25	12,68	848.703,62

Continua 2/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	206.227.382,91	216.916.714,63	37.165.184,38	80.498.832,78	26.185.561,70	45.914.226,75	94,07	21,17	171.002.487,88
Agricultura	1.892.750,00	1.677.750,00	210.035,49	443.740,98	212.814,78	342.969,45	0,70	20,44	1.334.780,55
Promoção da Produção Vegetal	90.000,00	90.000,00	600,00	14.896,40	14.296,40	14.296,40	0,03	15,88	75.703,60
Extensão Rural	1.802.750,00	1.587.750,00	209.435,49	428.844,58	198.518,38	328.673,05	0,67	20,70	1.259.076,95
Indústria	2.315.000,00	2.245.000,00	309.721,53	760.644,32	214.363,32	391.968,97	0,80	17,46	1.853.031,03
Promoção Industrial	2.315.000,00	2.245.000,00	309.721,53	760.644,32	214.363,32	391.968,97	0,80	17,46	1.853.031,03
Comércio e Serviços	1.904.000,00	1.185.972,19	44.393,13	117.184,49	42.342,28	74.237,86	0,15	6,26	1.111.734,33
Turismo	1.904.000,00	1.185.972,19	44.393,13	117.184,49	42.342,28	74.237,86	0,15	6,26	1.111.734,33
Comunicações	18.000,00	18.000,00	1.905,00	2.653,00	1.255,00	1.255,00	0,00	6,97	16.745,00
Telecomunicações	18.000,00	18.000,00	1.905,00	2.653,00	1.255,00	1.255,00	0,00	6,97	16.745,00
Desporto e Lazer	4.362.000,00	4.876.307,76	756.390,72	1.153.167,79	512.772,42	809.107,31	1,66	16,59	4.067.200,45
Administração Geral	1.259.500,00	1.259.500,00	262.667,20	492.388,26	197.956,09	328.294,45	0,67	26,07	931.205,55
Desporto de Rendimento	1.484.500,00	1.484.500,00	356.641,79	523.567,80	296.578,57	462.445,10	0,95	31,15	1.022.054,90
Desporto Comunitário	1.618.000,00	2.132.307,76	137.081,73	137.211,73	18.237,76	18.367,76	0,04	0,86	2.113.940,00
Encargos Especiais	9.051.000,00	7.830.000,00	622.032,00	1.796.598,75	805.805,34	1.694.168,10	3,47	21,64	6.135.831,90
Serviço da Dívida Interna	6.750.000,00	5.753.000,00	632.005,20	1.224.543,06	632.005,20	1.224.543,06	2,51	21,29	4.528.456,94
Outras Transferências	950.000,00	850.000,00	-201.600,00	227.413,10	-17.826,66	124.982,45	0,26	14,70	725.017,55
Outros Encargos Especiais	1.351.000,00	1.227.000,00	191.626,80	344.642,59	191.626,80	344.642,59	0,71	28,09	882.357,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
 RESERVA DO RPPS	 19.949.141,91	 19.949.141,91	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 19.949.141,91
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.686.200,00	8.691.350,00	1.619.205,51	3.235.894,05	1.628.301,21	2.896.375,93	5,93	33,32	5.794.974,07
Legislativa	37.000,00	37.000,00	0,00	33.600,00	5.466,15	7.984,07	0,02	21,58	29.015,93
Ação Legislativa	37.000,00	37.000,00	0,00	33.600,00	5.466,15	7.984,07	0,02	21,58	29.015,93
Essencial à Justiça	12.000,00	12.000,00	4.281,82	7.108,28	4.281,82	7.108,28	0,01	59,24	4.891,72
Representação Judicial e Extrajudicial	12.000,00	12.000,00	4.281,82	7.108,28	4.281,82	7.108,28	0,01	59,24	4.891,72
Administração	1.095.000,00	1.095.000,00	188.544,97	380.015,12	190.036,32	359.543,79	0,74	32,84	735.456,21
Planejamento e Orçamento	200.000,00	200.000,00	32.539,88	58.809,85	32.539,88	58.809,85	0,12	29,40	141.190,15
Administração Geral	740.000,00	740.000,00	128.876,26	269.485,13	130.367,61	249.013,80	0,51	33,65	490.986,20

Continua 3/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.686.200,00	8.691.350,00	1.619.205,51	3.235.894,05	1.628.301,21	2.896.375,93	5,93	33,32	5.794.974,07
Administração	1.095.000,00	1.095.000,00	188.544,97	380.015,12	190.036,32	359.543,79	0,74	32,84	735.456,21
Administração Financeira	155.000,00	155.000,00	27.128,83	51.720,14	27.128,83	51.720,14	0,11	33,37	103.279,86
Segurança Pública	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Policiamento	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Assistência Social	327.500,00	327.500,00	59.769,30	120.439,21	60.438,12	109.006,87	0,22	33,28	218.493,13
Assistência à Criança e ao Adolescente	327.500,00	327.500,00	59.769,30	120.439,21	60.438,12	109.006,87	0,22	33,28	218.493,13
Previdência Social	30.000,00	30.000,00	4.067,34	5.943,70	4.067,34	5.943,70	0,01	19,81	24.056,30
Administração Geral	30.000,00	30.000,00	4.067,34	5.943,70	4.067,34	5.943,70	0,01	19,81	24.056,30
Saúde	1.875.000,00	1.875.000,00	415.889,43	812.641,23	407.119,39	604.341,23	1,24	32,23	1.270.658,77
Atenção Básica	1.845.000,00	1.845.000,00	411.241,31	804.077,10	402.765,30	598.077,10	1,23	32,42	1.246.922,90
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	25.000,00	25.000,00	4.576,36	8.457,04	4.282,33	6.157,04	0,01	24,63	18.842,96
Vigilância Sanitária	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Vigilância Epidemiológica	2.000,00	2.000,00	71,76	107,09	71,76	107,09	0,00	5,35	1.892,91
Educação	3.993.000,00	3.999.750,00	692.583,02	1.416.890,99	700.883,96	1.359.281,84	2,78	33,98	2.640.468,16
Ensino Fundamental	2.387.000,00	2.387.250,00	414.848,38	840.479,64	418.186,53	809.537,90	1,66	33,91	1.577.712,10
Educação Infantil	1.606.000,00	1.612.500,00	277.734,64	576.411,35	282.697,43	549.743,94	1,13	34,09	1.062.756,06
Cultura	84.000,00	84.000,00	14.270,89	20.890,65	14.449,01	19.841,17	0,04	23,62	64.158,83
Administração Geral	84.000,00	84.000,00	14.270,89	20.890,65	14.449,01	19.841,17	0,04	23,62	64.158,83
Urbanismo	524.000,00	525.000,00	98.209,10	201.096,43	99.822,84	187.732,95	0,38	35,76	337.267,05
Infra-Estrutura Urbana	10.000,00	11.000,00	5.990,71	9.364,54	5.990,71	9.364,54	0,02	85,13	1.635,46
Serviços Urbanos	514.000,00	514.000,00	92.218,39	191.731,89	93.832,13	178.368,41	0,37	34,70	335.631,59
Habitação	26.500,00	30.900,00	7.483,31	10.090,14	7.470,81	10.077,64	0,02	32,61	20.822,36
Administração Geral	26.500,00	30.900,00	7.483,31	10.090,14	7.470,81	10.077,64	0,02	32,61	20.822,36
SANEAMENTO	436.200,00	427.200,00	96.270,59	156.260,41	96.270,59	156.260,41	0,32	36,58	270.939,59
Administração Geral	135.000,00	135.000,00	30.457,87	48.634,82	30.457,87	48.634,82	0,10	36,03	86.365,18
Saneamento Básico Urbano	301.200,00	292.200,00	65.812,72	107.625,59	65.812,72	107.625,59	0,22	36,83	184.574,41
Gestão Ambiental	15.000,00	15.000,00	5.442,01	9.596,87	5.442,01	9.596,87	0,02	63,98	5.403,13
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	15.000,00	5.442,01	9.596,87	5.442,01	9.596,87	0,02	63,98	5.403,13

Continua 4/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 5/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.686.200,00	8.691.350,00	1.619.205,51	3.235.894,05	1.628.301,21	2.896.375,93	5,93	33,32	5.794.974,07
Agricultura	62.000,00	62.000,00	10.131,13	20.173,20	10.204,78	19.091,21	0,04	30,79	42.908,79
Extensão Rural	62.000,00	62.000,00	10.131,13	20.173,20	10.204,78	19.091,21	0,04	30,79	42.908,79
Indústria	32.000,00	32.000,00	10.623,63	18.720,27	10.623,63	18.720,27	0,04	58,50	13.279,73
Promoção Industrial	32.000,00	32.000,00	10.623,63	18.720,27	10.623,63	18.720,27	0,04	58,50	13.279,73
Comércio e Serviços	8.000,00	8.000,00	1.151,77	3.110,62	1.237,24	2.528,70	0,01	31,61	5.471,30
Turismo	8.000,00	8.000,00	1.151,77	3.110,62	1.237,24	2.528,70	0,01	31,61	5.471,30
Desporto e Lazer	29.000,00	29.000,00	4.014,78	5.757,93	4.014,78	5.757,93	0,01	19,85	23.242,07
Administração Geral	29.000,00	29.000,00	4.014,78	5.757,93	4.014,78	5.757,93	0,01	19,85	23.242,07
Encargos Especiais	100.000,00	100.000,00	6.472,42	13.559,00	6.472,42	13.559,00	0,03	13,56	86.441,00
Serviço da Dívida Interna	100.000,00	100.000,00	6.472,42	13.559,00	6.472,42	13.559,00	0,03	13,56	86.441,00
TOTAL (III) = (I + II)	214.913.582,91	225.608.064,63	38.784.389,89	83.734.726,83	27.813.862,91	48.810.602,68	100,00	21,64	176.797.461,95

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	14.579.054,79	12.996.345,45	14.269.735,11	18.775.470,17	14.319.146,63	16.894.465,13	15.874.026,89	17.118.024,37	14.981.769,12	15.652.622,89	16.981.184,91	24.174.275,44	196.616.120,90	194.574.532,47
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.682.273,27	1.735.469,17	2.099.067,57	1.530.916,51	1.709.150,16	1.592.199,39	1.834.659,32	1.960.989,67	1.548.596,32	1.482.004,01	2.027.749,34	6.913.390,82	26.116.465,55	26.796.581,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.682.273,27	1.735.469,17	2.099.067,57	1.530.916,51	1.709.150,16	1.592.199,39	1.834.659,32	1.960.989,67	1.548.596,32	1.482.004,01	2.027.749,34	6.913.390,82	26.116.465,55	26.796.581,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.682.273,27	1.735.469,17	2.099.067,57	1.530.916,51	1.709.150,16	1.592.199,39	1.834.659,32	1.960.989,67	1.548.596,32	1.482.004,01	2.027.749,34	6.913.390,82	26.116.465,55	26.796.581,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.682.273,27	1.735.469,17	2.099.067,57	1.530.916,51	1.709.150,16	1.592.199,39	1.834.659,32	1.960.989,67	1.548.596,32	1.482.004,01	2.027.749,34	6.913.390,82	26.116.465,55	26.796.581,00
I.P.T.U.	385.705,11	256.797,96	258.941,23	260.021,53	256.068,08	268.275,16	276.626,89	326.076,23	10.384,10	-244,76	574.941,08	5.255.273,06	8.128.865,67	7.959.081,00
I.S.S.	831.086,96	940.806,81	1.081.424,38	760.133,64	979.782,00	830.046,33	832.448,88	960.125,33	1.008.848,77	591.017,86	945.255,51	858.348,72	10.619.326,19	9.950.000,00
I.T.B.I.	102.374,45	163.155,30	150.585,59	126.354,66	91.496,71	118.244,72	114.224,41	112.234,67	227.363,95	113.389,73	113.095,96	164.612,44	1.597.132,59	1.500.000,00
I.R.R.F	97.720,92	99.115,45	340.388,16	104.616,20	100.738,00	80.985,81	302.269,41	266.686,02	29.788,02	111.631,88	99.342,88	341.413,88	1.974.696,63	2.530.000,00
Outras Receitas Tributárias	265.385,83	275.593,65	267.728,21	279.790,48	281.065,37	294.647,37	309.088,73	295.867,42	272.211,48	666.209,30	295.113,91	293.742,72	3.796.444,47	4.857.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	473.090,09	535.810,63	507.921,82	592.697,26	526.035,16	521.526,40	528.639,95	901.173,66	526.251,25	541.023,71	569.170,13	610.884,66	6.834.224,72	6.749.091,47
RECEITA PATRIMONIAL	1.864.546,43	82.169,68	878.227,99	5.770.403,11	1.022.111,79	2.204.542,49	2.505.002,14	731.011,11	2.147.389,49	2.902.057,46	2.575.993,95	5.725.548,16	28.409.003,80	18.774.919,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	965.075,03	939.947,14	973.270,10	1.066.975,50	1.061.443,33	993.351,11	998.984,47	1.022.238,96	1.059.832,39	924.836,92	1.108.313,27	1.055.528,08	12.169.796,30	13.554.921,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.247.596,91	9.133.322,13	9.146.390,27	9.004.916,77	9.183.305,02	9.586.610,02	9.522.524,37	12.004.587,18	9.344.876,04	9.432.975,68	10.266.938,65	9.464.451,29	115.338.494,33	115.105.040,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.992.263,07	1.816.285,52	1.545.070,14	1.593.767,49	1.272.419,12	1.672.433,74	1.766.976,55	2.971.456,84	1.867.625,35	2.259.216,24	1.534.324,89	1.933.752,59	22.225.591,54	22.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	2.843.850,16	2.851.303,15	3.041.044,12	3.018.641,70	3.189.752,48	3.188.942,76	3.323.848,41	3.341.436,98	3.329.743,63	2.903.293,62	3.142.717,46	3.291.269,77	37.465.844,24	36.500.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	570.185,08	559.623,20	539.695,81	551.732,03	548.760,95	490.913,81	338.362,42	236.984,78	315.021,94	446.733,85	569.807,99	589.087,34	5.756.909,20	5.700.000,00
Cota-Parte do ITR.	20.196,05	56,70	197,45	16,32	3.589,54	16.244,65	887,26	423,72	213,37	127,24	81,87	134,78	42.168,95	50.000,00
Transferências da LC 61/1989	48.949,97	55.582,38	54.623,92	54.813,84	50.813,87	71.782,51	67.324,97	76.157,90	26.332,35	55.188,93	49.439,24	52.450,59	663.460,47	710.000,00
Transferências da LC 87/1996	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.570,87	16.502,03	16.502,03	16.481,93	16.481,93	198.534,88	200.000,00
Transferências do FUNDEB	2.220.610,35	2.182.512,04	2.131.704,90	2.170.358,48	2.236.159,56	2.346.262,64	2.334.655,54	2.418.959,16	2.413.024,06	2.245.739,47	2.360.359,00	2.492.037,06	27.552.382,26	28.165.000,00
Outras Transferências Correntes	1.534.971,36	1.651.388,27	1.817.483,06	1.599.016,04	1.865.238,63	1.783.459,04	1.673.898,35	2.942.596,93	1.376.413,31	1.506.174,30	2.593.726,27	1.089.237,23	21.433.602,79	21.780.040,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	346.473,06	569.626,70	664.857,36	809.561,02	817.101,17	1.996.235,72	484.216,64	498.023,79	354.823,63	369.725,11	433.019,57	404.472,43	7.748.136,20	13.593.980,00
DEDUÇÕES (II)	1.408.820,63	1.389.319,09	1.380.115,32	1.481.844,30	1.612.481,46	1.447.123,55	1.457.310,63	1.907.807,26	1.455.975,83	1.517.708,91	1.472.775,14	1.611.462,12	18.142.744,24	17.981.091,47
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	285.542,80	329.434,89	314.730,26	386.691,35	312.348,76	311.795,71	322.247,60	698.964,37	316.618,71	351.517,24	380.206,56	404.834,54	4.414.932,79	4.249.091,47
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	25.944,81	0,00	25.944,81	48.044,74	283.764,40	43.952,93	32.321,73	64.081,86	28.273,74	29.992,36	29.992,36	29.992,36	642.306,10	700.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	1.097.333,02	1.059.884,20	1.039.440,25	1.047.108,21	1.016.368,30	1.091.374,91	1.102.741,30	1.144.761,03	1.111.083,38	1.136.199,31	1.062.576,22	1.176.635,22	13.085.505,35	13.032.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	13.170.234,16	11.607.026,36	12.889.619,79	17.293.625,87	12.706.665,17	15.447.341,58	14.416.716,26	15.210.217,11	13.525.793,29	14.134.913,98	15.508.409,77	22.562.813,32	178.473.376,66	176.593.441,00

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	59.296,65	4.180.736,21	4.176.947,47	-	63.085,39	36.687,60	10.780.629,96	6.663.638,17	6.649.669,66	316.444,93	3.851.202,97
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	59.296,65	3.760.503,52	3.760.503,52	0,00	59.296,65	0,00	9.007.249,40	5.419.926,81	5.418.680,97	214.543,75	3.374.024,68
Encargos Gerais do Município	60,99	80.745,81	80.745,81	0,00	60,99	0,00	324.215,73	217.941,80	217.941,80	96.854,11	9.419,82
Gabinete do Prefeito	0,00	2.012,39	2.012,39	0,00	0,00	0,00	289.006,81	258.436,07	258.436,07	3.570,74	27.000,00
Procuradoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.096,11	13.096,11	13.096,11	0,00	0,00
Secretaria de Administração	0,00	2.240,62	2.240,62	0,00	0,00	0,00	100.265,88	99.158,38	99.158,38	1.107,50	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	21.667,71	21.667,71	0,00	0,00	0,00	38.055,37	35.503,87	35.503,87	1.570,00	981,50
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	0,00	118.268,13	118.268,13	0,00	0,00	0,00	1.182.426,32	267.626,85	267.626,85	6.224,56	908.574,91
Secretaria de Educação	126,20	551.530,29	551.530,29	0,00	126,20	0,00	5.546.151,08	3.647.832,03	3.647.119,53	51.427,11	1.847.604,44
Secretaria de Finanças	0,00	20.831,10	20.831,10	0,00	0,00	0,00	76.650,34	47.971,31	47.971,31	3.679,03	25.000,00
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	0,00	2.940.761,10	2.940.761,10	0,00	0,00	0,00	350.156,43	340.911,15	340.911,15	6.535,20	2.710,08
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	59.109,46	13.897,57	13.897,57	0,00	59.109,46	0,00	872.071,67	289.648,82	289.648,82	38.683,64	543.739,21
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	8.548,80	8.548,80	0,00	0,00	0,00	215.153,66	201.800,42	201.267,08	4.891,86	8.994,72
EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.897,60	35.733,21	40.906,41	40.906,41	0,00	1.724,40
Empresa Municipal de Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.897,60	35.733,21	40.906,41	40.906,41	0,00	1.724,40
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.413,16	180.071,66	180.071,66	1.566,25	15.775,25
Fundação Cultural de São Bento do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.413,16	180.071,66	180.071,66	1.566,25	15.775,25
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	419,89	419,89	0,00	0,00	0,00	752.607,41	592.045,14	580.099,74	0,00	172.507,67
Fundação Municipal de Desportos	0,00	419,89	419,89	0,00	0,00	0,00	752.607,41	592.045,14	580.099,74	0,00	172.507,67
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	256.038,81	252.256,87	0,00	3.781,94	0,00	207.622,56	137.771,67	136.994,40	25.187,50	45.440,66
Fundo Municipal de Saúde	0,00	256.038,81	252.256,87	0,00	3.781,94	0,00	207.622,56	137.771,67	136.994,40	25.187,50	45.440,66
IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO	0,00	8.671,84	8.671,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPRESBS	0,00	8.671,84	8.671,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	155.102,15	155.095,35	0,00	6,80	29.790,00	580.004,22	292.916,48	292.916,48	75.147,43	241.730,31
SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	155.102,15	155.095,35	0,00	6,80	29.790,00	580.004,22	292.916,48	292.916,48	75.147,43	241.730,31
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	149.644,36	149.644,36	-	-	-	419.438,85	419.438,85	419.438,85	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	8.990,85	8.990,85	0,00	0,00	0,00	419.438,85	419.438,85	419.438,85	0,00	0,00
Encargos Gerais do Município	0,00	2.649,17	2.649,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.009,72	4.009,72	4.009,72	0,00	0,00
Procuradoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.021,40	1.021,40	1.021,40	0,00	0,00
Secretaria de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.689,01	41.689,01	41.689,01	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	70,71	70,71	0,00	0,00	0,00	5.672,55	5.672,55	5.672,55	0,00	0,00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	0,00	53,02	53,02	0,00	0,00	0,00	4.119,57	4.119,57	4.119,57	0,00	0,00
Secretaria de Educação	0,00	5.391,42	5.391,42	0,00	0,00	0,00	282.763,79	282.763,79	282.763,79	0,00	0,00
Secretaria de Finanças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.114,63	11.114,63	11.114,63	0,00	0,00
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	0,00	826,53	826,53	0,00	0,00	0,00	34.952,44	34.952,44	34.952,44	0,00	0,00
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.831,96	12.831,96	12.831,96	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.263,78	21.263,78	21.263,78	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	140.653,51	140.653,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	140.653,51	140.653,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	59.296,65	4.330.380,57	4.326.591,83	0,00	63.085,39	36.687,60	11.200.068,81	7.083.077,02	7.069.108,51	316.444,93	3.851.202,97

FONTE:

Município de - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.950.091,47	4.950.091,47	845.025,82	1.571.427,87	4.374.218,34
RECEITAS CORRENTES	4.950.091,47	4.950.091,47	845.025,82	1.571.427,87	4.374.218,34
Receita de Contribuições dos Segurados	4.249.091,47	4.249.091,47	785.041,10	1.453.177,05	1.081.969,69
Pessoal Civil	4.249.091,47	4.249.091,47	785.041,10	1.453.177,05	1.081.969,69
Ativo	4.226.091,47	4.226.091,47	781.196,43	1.446.107,86	1.076.822,41
Inativo	8.500,00	8.500,00	1.754,94	2.967,49	1.512,28
Pensionista	14.500,00	14.500,00	2.089,73	4.101,70	3.635,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	3.185.907,13
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	2.935.907,13
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	701.000,00	701.000,00	59.984,72	118.250,82	106.341,52
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	700.000,00	700.000,00	59.984,72	118.250,82	102.216,70
Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	4.124,82
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.333.495,66	8.333.495,66	1.553.425,59	2.801.153,55	2.294.778,31
RECEITAS CORRENTES	8.333.495,66	8.333.495,66	1.553.425,59	2.801.153,55	2.279.778,31
Receita de Contribuições Patronais	6.346.576,00	6.346.576,00	1.183.048,67	2.189.798,37	1.874.020,60
Pessoal Civil	6.346.576,00	6.346.576,00	1.183.048,67	2.189.798,37	1.874.020,60
Ativo	6.346.576,00	6.346.576,00	1.183.048,67	2.189.798,37	1.874.020,60
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	1.986.919,66	1.986.919,66	370.376,92	611.355,18	376.864,38
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	28.893,33
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	13.283.587,13	13.283.587,13	2.398.451,41	4.372.581,42	6.668.996,65
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	9.900.000,00	9.900.000,00	1.180.777,22	2.136.547,50	2.398.663,98
ADMINISTRAÇÃO	75.000,00	75.000,00	0,00	73,00	241.124,34
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	238.744,34
Despesas de Capital	75.000,00	75.000,00	0,00	73,00	2.380,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.825.000,00	9.825.000,00	1.180.777,22	2.136.474,50	2.157.539,64
Pessoal Civil	8.450.000,00	8.450.000,00	1.038.033,87	1.886.453,91	2.157.539,64
Aposentadorias	4.950.000,00	4.950.000,00	672.580,24	1.252.722,60	1.463.594,65
Pensões	1.300.000,00	1.300.000,00	180.068,39	344.127,70	480.911,26
Outros Benefícios Previdenciários	2.200.000,00	2.200.000,00	185.385,24	289.603,61	213.033,73
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.375.000,00	1.375.000,00	142.743,35	250.020,59	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	90.000,00	90.000,00	199,96	3.303,59	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.285.000,00	1.285.000,00	142.543,39	246.717,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	30.000,00	30.000,00	4.067,34	5.943,70	4.756,19

Continua 2/4

Município de - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
ADMINISTRAÇÃO	30.000,00	30.000,00	4.067,34	5.943,70	4.756,19
Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	4.067,34	5.943,70	4.756,19
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	9.930.000,00	9.930.000,00	1.184.844,56	2.142.491,20	2.403.420,17
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	3.353.587,13	3.353.587,13	1.213.606,85	2.230.090,22	4.265.576,48
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	419.543,34	815.129,45	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	419.543,34	815.129,45	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	419.543,34	815.129,45	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			19.853.587,13		
BENS E DIREITOS DO RPPS	MARÇO	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2012	2011		
Bancos Conta Movimento	207.144,65	350.352,19	122.428,15		
Investimentos	132.758.578,96	138.751.897,17	107.631.661,68		

FONTE:

Continua 3/4

Município de - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 29 Feb 2012 (B)	Em 30 Abr 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	15.198.856,16	14.809.784,93	18.664.806,12
DEDUÇÕES (II)	16.650.043,03	17.480.481,42	25.015.134,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.846.979,49	20.150.399,71	24.207.243,35
Demais Haveres Financeiros	184.068,92	878.351,67	884.944,93
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.381.005,38	3.548.269,96	77.053,90
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.451.186,87	-2.670.696,49	-6.350.328,26
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.451.186,87	-2.670.696,49	-6.350.328,26

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2012 (C - A)
VALOR	-3.679.631,77	-4.899.141,39

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	17.456.203,54

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 29 Feb 2012 (B)	Em 30 Abr 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	168.532.356,17	168.532.356,17	168.532.356,17
Passivo Atuarial	168.532.356,17	168.532.356,17	168.532.356,17
DEDUÇÕES (VIII)	123.940.433,66	129.844.651,21	139.102.249,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.870,39	134.460,14	350.352,19
Investimentos	123.942.235,11	129.710.191,07	138.751.897,17
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	8.671,84	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	44.591.922,51	38.687.704,96	29.430.106,81
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	44.591.922,51	38.687.704,96	29.430.106,81

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	173.075.263,91	32.216.219,91	56.842.731,55	51.267.414,44
Receita Tributária	26.796.581,00	8.941.140,16	11.971.740,49	10.643.923,16
I.P.T.U.	7.959.081,00	5.830.214,14	5.840.353,48	5.366.314,10
I.S.S.	9.950.000,00	1.803.604,23	3.403.470,86	3.066.791,96
I.T.B.I.	1.500.000,00	277.708,40	618.462,08	420.955,00
I.R.R.F.	2.650.000,00	481.680,70	649.275,94	505.331,57
Outras Receitas Tributárias	4.737.500,00	547.932,69	1.460.178,13	1.284.530,53
Receita de Contribuição	15.082.587,13	2.733.480,38	5.048.483,30	3.892.182,64
Receitas Previdenciárias	12.582.587,13	2.338.466,69	4.254.330,60	3.332.854,67
Outras Contribuições	2.500.000,00	395.013,69	794.152,70	559.327,97
Receita Patrimonial Líquida	390.500,00	22.731,86	39.614,24	279.623,02
Receita Patrimonial	18.824.919,00	8.301.542,11	13.350.989,06	3.666.589,27
(-) Aplicações Financeiras	18.434.419,00	8.278.810,25	13.311.374,82	3.386.966,25
Transferências Correntes	103.474.040,00	17.492.178,50	34.022.747,53	31.477.584,76
F.P.M.	17.600.000,00	2.774.462,01	6.075.952,32	5.586.181,84
I.C.M.S.	29.200.000,00	5.147.189,96	10.133.619,92	9.044.451,82
Convênios	780.200,00	119.129,46	123.089,46	11.644,79
Outras Transferências Correntes	55.893.840,00	9.451.397,07	17.690.085,83	16.835.306,31
Demais Receitas Correntes	27.331.555,78	3.026.689,01	5.760.145,99	4.974.100,86
Dívida Ativa	7.800.790,00	236.309,41	466.234,53	394.233,96
Diversas Receitas Correntes	19.530.765,78	2.790.379,60	5.293.911,46	4.579.866,90
RECEITAS DE CAPITAL (II)	23.403.900,00	5.368.807,22	6.064.575,52	627.463,25
Operações de Crédito (III)	15.671.350,00	4.256.714,46	4.268.000,00	141.078,55
Amortização de Empréstimos (IV)	95.000,00	13.026,97	27.259,40	27.049,96
Alienação de Ativos (V)	1.150.000,00	236.628,27	236.650,00	4.583,02
Transferências de Capital	6.487.550,00	862.437,52	1.532.666,12	454.751,72
Convênios	1.070.000,00	0,00	651,04	733,33
Outras Transferências de Capital	5.417.550,00	862.437,52	1.532.015,08	454.018,39
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	6.487.550,00	862.437,52	1.532.666,12	454.751,72
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	179.562.813,91	33.078.657,43	58.375.397,67	51.722.166,16
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	159.597.363,12	24.621.238,38	44.585.361,44	34.760.316,88
Pessoal e Encargos Sociais	89.781.671,54	14.809.864,14	27.969.106,32	20.498.293,71
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.860.000,00	280.351,36	522.697,21	514.063,60
Outras Despesas Correntes	66.955.691,58	9.531.022,88	16.093.557,91	13.747.959,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	156.737.363,12	24.340.887,02	44.062.664,23	34.246.253,28
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	45.761.559,60	3.192.624,53	4.225.241,24	2.895.359,28
Investimentos	41.653.559,60	2.810.513,73	3.474.349,54	1.295.646,86
Inversões Financeiras	1.055.000,00	13.328,67	14.015,47	379.267,35
Concessão de Empréstimos (XII)	80.000,00	13.328,67	14.015,47	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	975.000,00	0,00	0,00	379.267,35
Amortização da Dívida (XIV)	3.053.000,00	368.782,13	736.876,23	1.220.445,07
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	42.628.559,60	2.810.513,73	3.474.349,54	1.674.914,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	300.000,00	-	-	-

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DO RPPS (XVII)	19.949.141,91	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	219.615.064,63	27.151.400,75	47.537.013,77	35.921.167,49
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-40.052.250,72	5.927.256,68	10.838.383,90	15.800.998,67
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.233.984,93	132.600.194,90
Superávit Financeiro	-	-	421.976,11	128.450.194,90
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	812.008,82	4.150.000,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-11.940.269,00

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 17/05/2012

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	30.859.081,00	30.859.081,00	8.678.715,45	11.069.423,27	35,87
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	14.884.081,00	14.884.081,00	6.036.959,06	6.245.905,17	41,96
1.1.1- IPTU	8.059.081,00	8.059.081,00	5.832.049,98	5.842.701,65	72,50
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.000,00	25.000,00	1.351,18	2.054,83	8,22
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.200.000,00	6.200.000,00	131.860,17	263.764,29	4,25
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	700.000,00	700.000,00	73.533,57	139.732,57	19,96
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(100.000,00)	(100.000,00)	(1.835,84)	(2.348,17)	2,35
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.500.000,00	1.500.000,00	277.708,40	618.462,08	41,23
1.2.1- ITBI	1.500.000,00	1.500.000,00	280.293,12	623.967,48	41,60
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(2.584,72)	(5.505,40)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	11.825.000,00	11.825.000,00	1.882.367,29	3.555.780,08	30,07
1.3.1- ISS	10.000.000,00	10.000.000,00	1.805.776,72	3.406.106,82	34,06
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	75.000,00	75.000,00	10.860,87	22.069,78	29,43
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.300.000,00	1.300.000,00	44.818,45	86.695,69	6,67
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	500.000,00	500.000,00	23.083,74	43.543,75	8,71
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(50.000,00)	(50.000,00)	(2.172,49)	(2.635,96)	5,27
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.650.000,00	2.650.000,00	481.680,70	649.275,94	24,50
1.4.1- IRRF	2.650.000,00	2.650.000,00	481.680,70	649.275,94	24,50
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	65.160.000,00	65.160.000,00	11.196.030,38	22.432.530,96	34,43
2.1- Cota-Parte FPM	22.000.000,00	22.000.000,00	3.468.077,48	7.594.919,07	34,52
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.000.000,00	22.000.000,00	3.468.077,48	7.594.919,07	34,52
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	36.500.000,00	36.500.000,00	6.433.987,23	12.667.024,48	34,70
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	200.000,00	200.000,00	32.963,86	65.967,92	32,98
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	710.000,00	710.000,00	101.889,83	183.411,11	25,83
2.5- Cota-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	216,65	557,26	1,11
2.6- Cota-Parte IPVA	5.700.000,00	5.700.000,00	1.158.895,33	1.920.651,12	33,70
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	96.019.081,00	96.019.081,00	19.874.745,83	33.501.954,23	34,89
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.760.000,00	2.760.000,00	438.547,72	997.142,32	36,13
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.700.000,00	2.700.000,00	415.947,35	965.950,64	35,78
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	60.000,00	60.000,00	22.600,37	31.191,68	51,99
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.616.000,00	1.616.000,00	356.966,35	998.672,80	61,80
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.376.000,00	4.376.000,00	795.514,07	1.995.815,12	45,61

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	13.032.000,00	13.032.000,00	2.239.211,44	4.486.494,13	34,43
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.400.000,00	4.400.000,00	693.615,47	1.518.966,75	34,52
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.300.000,00	7.300.000,00	1.286.797,27	2.533.404,56	34,70
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	40.000,00	40.000,00	6.592,76	13.193,56	32,98
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	142.000,00	142.000,00	20.383,73	36.687,99	25,84
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	10.000,00	10.000,00	43,30	111,40	1,11
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.140.000,00	1.140.000,00	231.778,91	384.129,87	33,70
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	28.325.000,00	28.325.000,00	4.874.747,77	9.557.916,91	33,74
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	28.165.000,00	28.165.000,00	4.852.396,06	9.511.159,59	33,77
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	160.000,00	160.000,00	22.351,71	46.757,32	29,22
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	15.133.000,00	15.133.000,00	2.613.184,62	5.024.665,46	33,20
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	21.825.000,00	21.825.000,00	3.459.576,66	6.620.219,26	30,33
13.1- Com Educação Infantil	8.110.000,00	8.110.000,00	1.340.950,25	2.521.167,61	31,09
13.2- Com Ensino Fundamental	13.715.000,00	13.715.000,00	2.118.626,41	4.099.051,65	29,89
14- OUTRAS DESPESAS	6.500.000,00	6.500.000,00	1.197.312,72	2.154.501,83	33,15
14.1- Com Educação Infantil	3.900.000,00	3.900.000,00	663.418,94	1.227.403,30	31,47
14.2- Com Ensino Fundamental	2.600.000,00	2.600.000,00	533.893,78	927.098,53	35,66
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	28.325.000,00	28.325.000,00	4.656.889,38	8.774.721,09	30,98
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					69,26
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 2				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	24.004.770,25	24.004.770,25	4.968.686,46	8.375.488,56	34,89
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.010.000,00	12.010.000,00	2.004.369,19	3.748.570,91	31,21
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.010.000,00	12.010.000,00	2.004.369,19	3.748.570,91	31,21
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	27.634.875,00	27.634.875,00	4.427.743,25	7.602.780,52	27,51
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	16.315.000,00	16.315.000,00	2.652.520,19	5.026.150,18	30,81
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	11.319.875,00	11.319.875,00	1.775.223,06	2.576.630,34	22,76
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	39.644.875,00	39.644.875,00	6.432.112,44	11.351.351,43	28,63
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					5.024.665,46
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					46.757,32
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					16.427,11
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					5.087.849,89
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					6.263.501,54
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					18,7

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.760.000,00	2.760.000,00	273.396,21	281.766,14	10,21
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.231.000,00	1.916.423,37	110.886,63	110.886,63	5,79
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.991.000,00	4.676.423,37	384.282,84	392.652,77	8,40
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	43.635.875,00	44.321.298,37	6.816.395,28	11.744.004,20	26,50
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	915.769,68		16.427,11		

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.151.948,88	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.511.159,59	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	10.351.067,18	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	46.757,32	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.358.798,61	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 17/05/2012

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	0,00	
Previsão Atualizada		—	214.913.582,91	
Receitas Realizadas		45.863.837,38	76.218.681,89	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.233.984,93	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	214.913.582,91	
Créditos Adicionais		—	10.694.481,72	
Dotação Atualizada		—	225.608.064,63	
Despesas Empenhadas		38.784.389,89	83.734.726,83	
Despesas Liquidadas		27.813.862,91	48.810.602,68	
Superavit Orçamentário		—	27.408.079,21	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		38.784.389,89	83.734.726,83	
Despesas Liquidadas		27.813.862,91	48.810.602,68	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			178.473.376,66	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.398.451,41	4.372.581,42	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		1.184.844,56	2.142.491,20	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.213.606,85	2.230.090,22	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		17.456.203,54	-4.899.141,39	-28,07
Resultado Primário		-11.940.269,00	10.838.383,90	-90,77
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.389.677,22	0,00	4.326.591,83	63.085,39
EXECUTIVO	4.389.677,22	0,00	4.326.591,83	63.085,39
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	11.236.756,41	316.444,93	7.069.108,51	3.851.202,97
EXECUTIVO	11.236.756,41	316.444,93	7.069.108,51	3.851.202,97
TOTAL:	15.626.433,63	316.444,93	11.395.700,34	3.914.288,36
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		6.263.501,54	25%	18,70
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.620.219,26	60%	69,26
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		4.268.000,00	11.403.350,00	
Despesa de Capital Líquida		4.225.241,24	41.536.318,36	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	12.228.467,07	16.262.352,65	17.828.093,04	11.841.809,18
Despesas Previdenciárias (V)	6.686.432,06	14.841.395,87	28.594.947,36	39.286.916,10
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	5.542.035,01	1.420.956,78	-10.766.854,32	-27.445.106,92

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	236.650,00	913.350,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	2.591,66

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.945.980,60	15,00	20,73

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1444/2012 e 1445/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1444/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADG9621	54073597D	5045/0	15/02/2012	R\$ 191,53	162 * V
ADG9621	54073598D	5142/0	15/02/2012	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
AHL7144	55442375C	5169/1	04/03/2012	R\$ 957,69	165
LXM4167	54073002D	5010/0	11/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYM9177	54077319D	6920/0	23/02/2012	R\$ 127,69	233
LZK1720	55442948C	5010/0	19/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAD0844	55439939C	6599/2	12/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAD0844	55439941C	5010/0	12/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAD0844	55439942C	5118/0	12/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAI9800	54075903D	6726/1	17/02/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAI9800	55441548C	5169/1	17/02/2012	R\$ 957,69	165
MAI9800	55441549C	6556/1	17/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
MAJ6290	54073152D	6599/2	20/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAJ6290	54073153D	5037/1	20/02/2012	R\$ 574,61	162 * III
MAJ6290	54073154D	5134/1	20/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
MED7602	54073681D	6920/0	29/03/2012	R\$ 127,69	233
MFM6569	55441075C	6645/0	15/01/2012	R\$ 127,69	230 * X
MHC9310	54073660D	6920/0	26/03/2012	R\$ 127,69	233
MJP2050	54073677D	6920/0	27/03/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 28 DE MAIO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1445/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DGV8586	54076820D	5525/0	09/02/2012	R\$ 85,12	181 * XV
IJQ1093	54073593D	5185/1	15/02/2012	R\$ 127,69	167
KLN9455	54073210D	5525/0	03/02/2012	R\$ 85,12	181 * XV
LXG1337	54077252D	7366/2	08/02/2012	R\$ 85,12	252 * VI
LYI6061	54076156D	5460/0	20/02/2012	R\$ 85,12	181 * IX
LZV0611	54072772D	5185/1	15/02/2012	R\$ 127,69	167
MAC9810	54043278D	5541/2	08/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAJ4572	54076155D	5207/0	18/02/2012	R\$ 53,20	169
MCD9768	55439933C	5738/0	25/01/2012	R\$ 191,53	186 * II
MEE0452	54043379D	5541/6	14/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFD9917	54077054D	7366/2	21/02/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MFH5094	54043281D	5541/2	13/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI2563	54076067D	5185/1	13/02/2012	R\$ 127,69	167
MGN9762	54076788D	5878/0	29/11/2011	R\$ 85,12	199
MHM3300	54043538D	5541/2	13/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN8146	54072778D	5185/1	20/02/2012	R\$ 127,69	167
MIO0034	54073080D	7366/2	13/03/2012	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 28 DE MAIO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 684/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 684/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADM3306	8492039062	7455/0	11/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AGP8930	8492038697	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJF0555	8492039431	7455/0	16/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AOE1682	8492035979	7455/0	24/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
APF3318	8492039559	5673/2	17/01/2012	R\$ 85,12	183
CEZ8840	8492039614	7455/0	17/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXY1499	8492036679	7455/0	11/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXZ8218	8492039554	5673/2	14/01/2012	R\$ 85,12	183
LYV4409	8492039066	6050/3	10/01/2012	R\$ 191,53	208
LZI3702	8492038993	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZR9132	8492039520	7455/0	18/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBE1867	8492038483	7455/0	26/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDO7715	8492039096	7455/0	03/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFP7881	8492039207	7463/0	11/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFY6698	8492039485	6050/3	13/01/2012	R\$ 191,53	208
MGD6433	8492039230	7455/0	05/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGJ0013	8492038480	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGV9711	8492038582	7455/0	02/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGV9711	8492038583	7455/0	02/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGX8519	8492038862	5673/2	29/12/2011	R\$ 85,12	183
MHH4907	8492039191	7455/0	06/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHR2399	8492039042	7455/0	11/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIK6451	8492038784	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJA3606	8492035662	7455/0	26/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MZJ0101	8492039585	7455/0	18/01/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 28 DE MAIO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1442/2012 e 1443/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1442/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BSE9880	54075834D	6637/2	08/05/2012	230 * IX
IIO1098	54077659D	6920/0	27/04/2012	233
KLO8375	54077564D	6700/1	08/05/2012	230 * XVI
LWU9257	54075887D	6726/1	26/04/2012	230 * XVIII
LWU9257	54075888D	6637/2	26/04/2012	230 * IX
LWU9257	54075889D	6912/0	26/04/2012	232
LWV1321	54076837D	5169/1	08/05/2012	165
LXJ7272	54077651D	6920/0	26/04/2012	233
LYG7474	54075802D	6726/1	03/05/2012	230 * XVIII
LYG7474	54075803D	6637/2	03/05/2012	230 * IX
LYG7474	54075805D	6556/1	03/05/2012	230 * I
LYG7474	54075806D	6726/1	03/05/2012	230 * XVIII
LYG7474	54075807D	6653/2	03/05/2012	230 * XI
LYG7474	54075832D	6769/2	03/05/2012	230 * XXII
LYQ4560	54072897D	5010/0	01/05/2012	162 * I
LYQ4560	54077559D	5010/0	08/05/2012	162 * I
LYQ4560	54077560D	6700/1	08/05/2012	230 * XVI
LYQ4560	54077561D	6726/1	08/05/2012	230 * XVIII
LZB2899	54077675D	6920/0	07/05/2012	233
LZY9522	54073047D	6548/2	22/04/2012	229
MAG1615	54077678D	6920/0	08/05/2012	233
MAJ8337	54075982D	6599/2	18/04/2012	230 * V
MAJ8337	54075983D	6408/0	18/04/2012	221
MAJ8337	54075984D	6912/0	18/04/2012	232
MAU4800	54073700D	6920/0	09/04/2012	233
MBZ7280	54075049D	6599/2	12/04/2012	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBZ7280	54075050D	6912/0	12/04/2012	232
MCO5589	54075213D	6599/2	10/05/2012	230 * V
MCW4479	54075801D	6700/1	03/05/2012	230 * XVI
MDG1661	54077618D	5010/0	07/05/2012	162 * I
MDG1661	54077619D	5118/0	07/05/2012	164 c/c 162 * I
MDG1661	54077620D	6599/2	07/05/2012	230 * V
MDH1761	54077555D	5045/0	08/05/2012	162 * V
MDH1761	54077556D	5142/0	08/05/2012	164 c/c 162 * V
MED8464	54073048D	6637/2	22/04/2012	230 * IX
MED8464	54073049D	6637/1	22/04/2012	230 * IX
MFB4126	54854531C	6769/3	13/04/2012	230 * XXII
MFB5651	54077626D	6599/2	08/05/2012	230 * V
MFQ3666	54073737D	6912/0	01/04/2012	232
MHB6764	54077661D	6920/0	30/04/2012	233
MHI0250	54077557D	5045/0	08/05/2012	162 * V
MHI0250	54077558D	5142/0	08/05/2012	164 c/c 162 * V
MHI0462	54073039D	6653/2	18/04/2012	230 * XI
MHJ4325	54075993D	6700/1	01/05/2012	230 * XVI
MHV7209	54073050D	6599/2	01/05/2012	230 * V
MIM8943	54077562D	6637/1	08/05/2012	230 * IX
MJX1599	54075580D	5010/0	07/05/2012	162 * I
MKK8899	54075779D	6920/0	18/04/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 28 DE MAIO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1443/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIL5631	55441237C	5525/0	06/05/2012	181 * XV
AJL4507	54077642D	5185/1	08/05/2012	167
AKF7453	54043573D	5541/2	03/04/2012	181 * XVII
ATT3130	54043581D	5819/6	23/04/2012	193
LXI8150	54043702D	5185/1	04/05/2012	167
LXN6395	54043349D	5541/1	02/05/2012	181 * XVII
MAJ8337	54075981D	7048/1	18/04/2012	244 * II
MBU5660	54076832D	5185/1	18/04/2012	167
MBV1814	54075743D	6270/0	21/04/2012	220 * II
MCI7126	54073605D	5525/0	01/04/2012	181 * XV
MCL4766	54043658D	5541/2	20/04/2012	181 * XVII
MCP6626	54043574D	5541/2	03/04/2012	181 * XVII
MDN7604	54075576D	5541/1	05/05/2012	181 * XVII
MDY6623	54075613D	5541/1	05/05/2012	181 * XVII
MEL0833	54075201D	6270/0	04/05/2012	220 * II
MES8844	54075749D	7030/2	01/05/2012	244 * I
MGA9208	54073042D	7366/2	21/04/2012	252 * VI
MGX6917	54072898D	7030/2	01/05/2012	244 * I
MHW9496	54077166D	5924/1	25/04/2012	203 * I
MHW9496	54077167D	5959/3	25/04/2012	203 * IV
MIH2393	54077563D	7048/2	08/05/2012	244 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 28 DE MAIO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

CÂMARA MUNICIPAL**Relatório de Gestão Fiscal**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: SAO BENTO DO SUL/SC - PODER LEGISLATIVO
CNPJ: 83.536.854/0001-14

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2012.

CVA: 2012052813584300101504

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

Nota: Durante o exerc., somente as desp. liquid. são consideradas executadas. No final do exerc., as desp. não liquid. insc. em Restos a Pagar não proces.

são também consideradas execut. Para maior transparência, as desp. execut. estão segregadas em:

a) Desp. liquidadas: aquelas em que houve a entrega do material/serviço - art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Desp. emp. mas não liquid., insc. em Restos a Pagar não proces., consideradas liquid. no exercício - inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Fonte:

Nota:

SAO BENTO DO SUL, 28/05/2012

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Presidente da Câmara

CPF: 29306868987

TEODOMIRO KRZESINSKI

Contador

CRC: SC-023798/0-2

GEANINE CAETANO DE ALMEIDA MARTINS

Controlador Interno

CPF: 04342973995

Editais de Audiência Pública

E D I T A L

A Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul e o Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.689 de 27 de julho de 1993, COMUNICA que o Secretário Municipal de Finanças, Senhor Uwe Stortz, apresentará em AUDIÊNCIA PÚBLICA, Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO (2º Bimestre/2012).

Data: 30 de maio de 2012

Hora: 15:00 hs

Local: Sede do Poder Legislativo Municipal

Câmara Municipal de São Bento do Sul, 28 de maio de 2012.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Presidente da Câmara Municipal

EDUARDO ANTONIO RODRIGUES DE MORAES

Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento

SAMAE**Errata Pr 27/2012**

AVISO DE ERRATA DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº. 27/2012.

ONDE SE LÊ: "ajuste selecionável de 0,5 à 20 vezes
PASSA-SE A LER: "faixa mínima de ajuste selecionável entre 1,0 à 20 vezes"

DESCONSIDERAR ONDE SE LÊ "calibração automática"

ONDE SE LÊ "resolução selecionável de 1/0,1/0,01
PASSA-SE A LER: "resolução mínima de 1"

Permanecem inalteradas as demais citações.

CLAUDETE STAWNY

Pregoeira

II Errata Pr 27/2012

AVISO DE ERRATA DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº. 27/2012.

- Acrescente-se a seguinte informação para o item 01:

- Após características elétricas, adicionar "APTA A RECEBER SINAL 4-20 mA para automação".

- Onde se lê "ENCERRAMENTO E ABERTURA: 30/05/2012 ÀS 09:30 HORAS"

- Passa-se a ler: "ENCERRAMENTO E ABERTURA: 20/06/2012 ÀS 09:30 HORAS"

Permanecem inalteradas as demais citações.

CLAUDETE STAWNY

Pregoeira

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Lei Nº 2.011, de 29 de Maio de 2012.**

LEI Nº 2.011, DE 29 DE MAIO DE 2012.

Atribui denominação ao Centro de Eventos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O centro de eventos, localizado na rua Via Parque, bairro Cruzeiro, nesta cidade, passa a denominar-se de Centro de Eventos São Lourenço do Oeste.

Parágrafo único: A arena de eventos e o teatro ficam assim denominados:

I - Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti; e

II - Teatro Professor Arno Ignácio Etges.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 29 de maio de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.012, de 29 de Maio de 2012.

LEI Nº 2.012, DE 29 DE MAIO DE 2012.

Altera dispositivo da Lei nº 1.559, de 16 de dezembro de 2005, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 1.559, de 16 de dezembro de 2005 passa a vigorar acrescida do parágrafo sétimo:

“Art. 4º

§ 7º Em caso de necessidade de execução da cláusula de reversão pelo Município, garantida por hipoteca em segundo grau, conforme previsão do § 1º, deste artigo, fica garantido ao agente financeiro de crédito o efetivo exercício da garantia real até o limite do débito, mediante execução da hipoteca em primeiro grau, sempre com absoluta e irrestrita preferência em relação ao próprio exercício da cláusula de reversão.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 29 maio de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.013, de 29 de Maio de 2012.

LEI Nº 2.013, DE 29 DE MAIO DE 2012.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a baixa contábil de resultado negativo decorrente de aplicação financeira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as baixa contábil do valor de R\$ 36.431,39 (trinta e seis mil, quatrocentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos), decorrente de resultado negativo apurado entre 26/09/2007 a 26/10/2007, da aplicação financeira realizada pelo Banco do Estado de Santa Catarina - BESC, junto ao Fundo BESC PRÁTICO, cujos recursos foram extraídos à débito da conta corrente nº 13.871-6, mantida pelo Município junto à referida instituição financeira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de maio de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.432, de 28 de Maio de 2012.

DECRETO Nº 4.432, DE 28 DE MAIO DE 2012.

Altera o Decreto nº 4.487, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo que lhe confere o art. 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 82, de 12 de abril de 2007,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º, inciso VI, alínea “b”, do Decreto nº 4.287, de 14 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

VI

b) representante da Associação de Caminhoneiros: Idolino Pozzan;
” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de maio de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.433, de 28 de Maio de 2012.

DECRETO Nº 4.433, DE 28 DE MAIO DE 2012.

Determina Ponto Facultativo no Município no dia 08 de junho de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o feriado municipal de Corpus Christi, no dia 07 de junho de 2012, previsto no artigo 147, inciso II, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, no dia 08 de junho de 2012, sexta-feira.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 horas e o Conselho Tutelar, considerados essenciais para a comunidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de maio de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Anulação de Publicação do Extrato do Contrato Nº 162/2012, de 27/04/2012.

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2012, DE 27/04/2012.

Publicado no DOM/SC - Edição nº 984, pag. 294, datada de 04/05/2012.

Fica anulada a publicação do extrato do contrato supracitado, contendo os dados abaixo, por motivo de equívoco técnico em sua emissão, sendo que o instrumento contratual não foi assinado pelas partes:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 261/2011.

Origem: Pregão Eletrônico nº 57/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Positivo Informática S.A, CNPJ nº 81.243.735/000148.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 261/2011, de 1º/12/2011, por 245 (duzentos e quarenta e cinco) dias, lapso este que se faz necessário para que a Contratada possa cumprir com o objeto contratado.

Data de Assinatura: 27/04/2012.

Vigência: de 27/04/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Daniel Padilha Garrido - pela contratada.

Retificação do Extrato de Publicação do Contrato Nº 148/2012

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 148/2012, de 18 de abril de 2012, publicado no DOM/SC - Edição nº 980, pag. 283, datada de 27/04/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Sr. Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a retificação do Extrato do Contrato, acima descrito, firmado pelo Município de São Lourenço do Oeste/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.873/0001-08 com a empresa Emplerterra Serviços de Terraplanagem Ltda, inscrita no CNPJ nº 09.543.902/0001-49, publicado em 27 de abril de 2012, no Diário Oficial dos Municípios, tendo como alteração os signatários, passando a constar com a seguinte redação:

"Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Fernando Martins Pedro - pela contratada".

Schroeder

PREFEITURA

Portaria Nº. 4.591/2012, de 29 de Maio de 2012.

PORTARIA Nº. 4.591/2012, de 29 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Luzinei Rodrigues, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Termo de Homologação da Chamada Pública Nº 02/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2010-PMS

Processo nº. 103/2010-PMS

O Prefeito Municipal FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o credenciamento da rádio:

- CRP COMUNICAÇÃO LTDA.

Sendo o valor a ser pago de R\$ 22,00 (Vinte e dois reais), por inserção de 30 segundos, para o credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias AM e FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC.

Schroeder, 29 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Concurso Público - Edital de Concurso Nº 05.01/2012

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2012 – ESF/NASF

EDITAL DE CONCURSO Nº 05.01/2012

O Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, Sr. FELIPE VOIGT, por suas atribuições legais, resolve TORNAR PÚBLICO

A divulgação das notas dos candidatos inscritos no CONCURSO PÚBLICO de provas escritas, para os cargos em que for requisito, para preenchimento dos cargos no quadro de servidores ou cargos que venham a existir ou forem criados dentro do prazo de validade deste concurso ou para formação de Cadastro Reserva, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital de Concurso Nº 01.01/2012.

ACS - SCHROEDER I 001 - MICROÁREA 01

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000091	MARIA IRENE B. HENDGES	08/09/1963	52,00	0,00	6,00	58,00	1º
000177	SILVANIA BLASIUS	11/10/1987	48,00	4,00	4,00	56,00	2º
000275	VERA LUCIA VEIGA	21/07/1976	32,00	0,00	2,00	34,00	DESCL.

ACS - SCHROEDER I 001 - MICROÁREA 02

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000125	RONEI WANDERLEY MARASCA	09/09/1991	60,00	6,00	8,00	74,00	1º

ACS - SCHROEDER I 001 - MICROÁREA 05

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000019	PATRICIA MACIEL	30/09/1994	36,00	6,00	8,00	50,00	1º
000274	RITA DALLABONA HORNBERG	11/11/1967				AUS.	DESCL.
000017	LORENI MARTINS DA ROSA	19/03/1980				AUS.	DESCL.

ACS - CENTRO 002 - MICROÁREA 01

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000187	DILVA DALLAGNOL PICCOLI	10/11/1953	68,00	6,00	2,00	76,00	1º

ACS - CENTRO 002 - MICROÁREA 02

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000296	KELLY MARTINS DOS REIS	14/04/1988	44,00	0,00	2,00	46,00	DESCL.

ACS - CENTRO 002 - MICROÁREA 03

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000084	SILVANETE REGINA ZOZ	29/09/1971	76,00	6,00	2,00	84,00	1º

ACS - CENTRO 002 - MICROÁREA 04

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000038	ROSANGELA KOEHLER	17/01/1980	52,00	2,00	4,00	58,00	1º

ACS - CENTRO 002 - MICROÁREA 05

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000190	MARIA CLAUDIA DE LIMA NASCIMENTO	20/03/1985	44,00	4,00	6,00	54,00	1º

ACS - CENTRO 002 - MICROÁREA 09

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000049	DANIELE CAROLINE OBERTHIR	01/11/1991				AUS.	DESCL.

ACS - CENTRO 002 - MICROÁREA 10

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000184	EMILY A. B. POSSAMAI	19/02/1993	60,00	6,00	8,00	74,00	1º
000002	ROSALI INES PRETTI	12/10/1961	60,00	6,00	4,00	70,00	2º
000003	CLAUDIA REGINA QUINTINO LOMBARDI	19/07/1977	60,00	4,00	6,00	70,00	3º
000316	RITA DE CASSIA PRADO MAXIMINO	05/02/1983				AUS.	DESCL.

ACS - ESF III 003 - MICROÁREA 01

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF.
-------	------	-------	----	----------	----	----	----------

000068	ADRIANA IVETE ZUSE	04/08/1981	64,00	8,00	8,00	80,00	1º
000268	DAIANE CRISTINA ZANELLA	28/09/1985	64,00	6,00	8,00	78,00	2º
000013	ELIZENE BORGES DE CAMPOS	26/09/1980	56,00	6,00	6,00	68,00	3º

ACS - ESF III 003 - MICROÁREA 02

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000021	BELONI BORGES DE CAMPOS	24/05/1966	44,00	8,00	0,00	52,00	1º
000312	KADMAN NATASHA DOS SANTOS	22/11/1991				AUS.	DECL.

ACS - ESF III 003 - MICROÁREA 03

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000030	LILIANE ILIDIA DO NASCIMENTO SILVA	19/04/1984	60,00	8,00	8,00	76,00	1º
000087	MARGARETE SILVA DOS SANTOS	15/01/1973	64,00	4,00	6,00	74,00	2º

ACS - ESF III 003 - MICROÁREA 05

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000286	VANESSA CRISTINA STROBELT	08/03/1989	64,00	8,00	10,00	82,00	1º

ACS - ESF III 003 - MICROÁREA 06

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000333	OKSANA MAIARA TOMASCHITZ	01/10/1992	64,00	10,00	8,00	82,00	1º

ACS - ESF III 003 - MICROÁREA 07

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000175	ZILDETE DA SILVA SANTOS	13/07/1976	60,00	4,00	6,00	70,00	1º

ACS - ESF IV 004 - MICROÁREA 01

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000327	LINDAMIR BAGATOLI	02/02/1961	60,00	6,00	6,00	72,00	1º
000326	ARTUR VINICIUS BAGATOLI AMARAL	15/05/1991	48,00	4,00	6,00	58,00	2º

AUX. DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000100	DARLINE ISSBERNER	18/09/1991	60,00	2,00	6,00	68,00	1º
000195	EDINEIA GOMES DE LIMA	26/03/1985	40,00	6,00	8,00	54,00	2º
000127	MARCELA MONTOSKI	31/08/1981	48,00	2,00	2,00	52,00	3º
000009	MARIA JUREMA DO VALE	27/06/1967	40,00	6,00	4,00	50,00	4º
000204	ANGELA F. DA SILVA OLKOSKI	05/07/1975	32,00	2,00	2,00	36,00	DECL.
000196	MATILDE DE CAMPOS	14/09/1979	32,00	2,00	2,00	36,00	DECL.

ENFERMEIRO

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000240	CARINA APARECIDA BYCZKOWSKI	12/10/1984	64,00	4,00	10,00	78,00	1º
000173	SHAYENE BION DA SILVA	28/12/1990	60,00	8,00	10,00	78,00	2º

000262	MARISTELA S. KIST GRINGS MONTEIRO	09/07/1970	60,00	6,00	8,00	74,00	3°
000031	ANA PAULA DA SILVA	08/11/1980	64,00	0,00	8,00	72,00	4°
000273	THYARA GEISA FIDELIS MOREIRA	30/10/1984	60,00	2,00	10,00	72,00	5°
000335	ROSANE LOPES ADRIANO	28/02/1986	64,00	0,00	8,00	72,00	6°
000266	SIMONY RUBIA APOLINARIO PINOTE	01/10/1987	60,00	4,00	8,00	72,00	7°
000134	LAERCIO LUCIANO	30/06/1989	60,00	2,00	10,00	72,00	8°
000024	JANE PEREIRA FERREIRA	05/01/1969	56,00	4,00	10,00	70,00	9°
000152	RAQUEL DE MELO SILVA	10/06/1975	56,00	6,00	8,00	70,00	10°
000162	JEISE CRISTINA CAPELARI	15/03/1982	56,00	4,00	10,00	70,00	11°
000150	LUCIELE PEREIRA DA SILVA	23/05/1986	56,00	6,00	8,00	70,00	12°
000023	FRANCIELE COR-REA	22/04/1987	56,00	4,00	10,00	70,00	13°
000301	SANTA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	03/05/1979	56,00	2,00	8,00	66,00	14°
000229	ELISABETE DO AMARAL MEDEI-ROS	01/08/1967	56,00	2,00	6,00	64,00	15°
000139	MAIRA CRISTIANE ZAPATA DA SILVA	25/10/1974	56,00	0,00	8,00	64,00	16°
000203	ARIANE POERS-CHKE DE ALMEIDA	11/06/1985	56,00	2,00	6,00	64,00	17°
000321	NAIANA CAROLINE LESSA	22/06/1987	52,00	2,00	10,00	64,00	18°
000054	JOANA KLEIN	04/04/1990	52,00	0,00	10,00	62,00	19°
000102	LEONARDO A. RODRIGUES NUNES	16/03/1991	48,00	6,00	8,00	62,00	20°
000103	MELINE FERNANDA HORNBERG	25/02/1983	48,00	4,00	8,00	60,00	21°
000235	LILIAN MICHELE TOMELIM	28/08/1982	48,00	2,00	8,00	58,00	22°
000304	DAIANA PAULA SANGALETTI	21/07/1986	48,00	4,00	6,00	58,00	23°
000104	KATIA DROSCZAK DE LIMA	14/03/1991	48,00	0,00	10,00	58,00	24°
000060	CAMILA EMANOE- LA WARMELING	26/02/1988	40,00	2,00	8,00	50,00	25°
000080	TAYNA OLM	18/08/1989	40,00	2,00	6,00	48,00	DESCL.
000034	ENOIR FELLER BARTZ	29/11/1963				AUS.	DESCL.
000198	CLAUDIA MAR-LOVE LUNARDI ENGEL	13/02/1971				AUS.	DESCL.
000332	MARIANE MARON GMACH LUFIEGO	25/10/1974				AUS.	DESCL.
000225	PRISCILA SERA-PHIM PEDROSO	01/11/1983				AUS.	DESCL.
000260	ALIANA PONCIO DE OLIVEIRA	25/09/1989				AUS.	DESCL.

FARMACÊUTICO

INSC.	NOME DO CANDIDATO	RG	D.NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF.
000144	KENY DA SILVA	42728657	23/04/1986	68,00	6,00	10,00	84,00	1°
000279	THIAGO DE AZEVEDO SUBTIL	2983186	05/04/1978	68,00	6,00	8,00	82,00	2°



000028	THAISE RAMOS	4542779	07/04/1988	60,00	8,00	10,00	78,00	3º
000052	RENATA LINASSI BARTA	4097124111	08/02/1986				AUS.	DESCL.

FISIOTERAPEUTA

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000053	ADRIANE ESTER HUCH	05/08/1989	72,00	4,00	10,00	86,00	1º
000193	ANA CAROLINA PETRY DE MELO	17/11/1980	68,00	2,00	10,00	80,00	2º
000263	FERNANDO PADILHA DOS SANTOS	14/01/1982	64,00	6,00	10,00	80,00	3º
000006	GELI CRISTINA BERTON KOSTROWSKI	10/07/1983	68,00	2,00	10,00	80,00	4º
000157	SIMONE BORGONOVO DOS SANTOS LIMA	01/08/1983	68,00	6,00	6,00	80,00	5º
000010	DANIEL SCHATTSCHNEIDER	15/09/1969	68,00	0,00	10,00	78,00	6º
000067	FRANCIELLE OLIANI	18/12/1984	60,00	8,00	10,00	78,00	7º
000233	NATALIA MENEZES DA COSTA	04/01/1988	64,00	4,00	10,00	78,00	8º
000216	FERNANDA LANGHINOTTI FOLLMANN	03/09/1990	68,00	0,00	10,00	78,00	9º
000248	TULAINÉ ECCEL	04/05/1982	68,00	0,00	8,00	76,00	10º
000272	PRISCILA FLORENCIO MEDEIROS	21/07/1983	60,00	6,00	10,00	76,00	11º
000226	STEFANI LOREDANE BERNARDES	10/02/1986	64,00	2,00	10,00	76,00	12º
000151	CLAIRE MARI TOME	25/04/1989	64,00	2,00	10,00	76,00	13º
000246	ALINE SOUZA	10/09/1978	60,00	6,00	8,00	74,00	14º
000088	RENATA KOERICH VIEIRA	22/10/1983	64,00	2,00	8,00	74,00	15º
000222	FABIANE OECHSLER	03/08/1989	60,00	4,00	10,00	74,00	16º
000012	CAMILA RUDOLF PEREIRA	04/09/1990	60,00	4,00	10,00	74,00	17º
000267	CLAUDIA MARINA RODICZ COLACO	12/10/1987	60,00	2,00	10,00	72,00	18º
000016	MORGANA VOLPI	16/03/1980	56,00	0,00	10,00	66,00	19º
000293	PABLO LOPES ADRIANO BONFANTI	10/05/1986	48,00	8,00	8,00	64,00	20º
000305	SERGIO DE VARGAS PEDROSO	20/07/1983	48,00	4,00	10,00	62,00	21º
000159	ELAINE CRISTINA TASSI	29/04/1987	52,00	2,00	8,00	62,00	22º
000249	ACIELDA NAIZER	08/09/1972	52,00	2,00	6,00	60,00	23º
000323	ARIANA TASCHECK	28/04/1983	48,00	0,00	6,00	54,00	24º
000058	CLAUDIA PASTUCHEN FISCHER	15/09/1969				AUS.	DESCL.
000143	CHRISTIAN SCHRAMM PEREIRA	19/10/1978				AUS.	DESCL.
000005	CHRISTIAN PRUDENCIO DA SILVA	27/09/1979				AUS.	DESCL.

MÉDICO

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000201	HUGO LUIS GOMES CAMPEZATO	30/09/1982	64,00	6,00	10,00	80,00	1º



000289	DUNNIA MONISA BONOMINI BALDISSERA	09/10/1986	64,00	6,00	10,00	80,00	2°
000288	EDUARDO FELIPE MARTINELLI BALDISSERA	23/08/1986	48,00	4,00	10,00	62,00	3°
000073	GUILHERME ANDRE EGER	17/09/1991	36,00	8,00	10,00	54,00	4°
000071	MARCOS HENRIQUE SCHEIBE	04/04/1973	32,00	4,00	10,00	46,00	DESCL.
000029	ELLEN CHRISTINE HOFFMANN RIECK	16/03/1987	32,00	4,00	8,00	44,00	DESCL.
000277	PATRICCIA ANDRESSA BEVILACQUA	04/04/1973				AUS.	DESCL.
000325	TIAGO VALLI ANDERLE	19/01/1976				AUS.	DESCL.
000331	MARCELO CAETANO GARCIA LUFIEGO	30/09/1982				AUS.	DESCL.
000183	FABRICIO PRACA CONSALTER	21/03/1984				AUS.	DESCL.
000310	BRUNA DRIESSEN	16/10/1985				AUS.	DESCL.

NUTRICIONISTA

INSC.	NOME DO CANDIDATO	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000001	ANTONIA A. DELUCA DE OLIVEIRA	23/06/1985	72,00	4,00	10,00	86,00	1°
000108	JULIANA ALMEIDA TAVARES MANICA	07/08/1985	72,00	4,00	10,00	86,00	2°
000117	VANESSA DE AGUIAR	11/11/1989	68,00	6,00	10,00	84,00	3°
000130	JANICE BEATRIZ STURMER VEIT	19/01/1980	68,00	2,00	10,00	80,00	4°
000303	GISELE ZOMER RAMPINELI	23/01/1986	68,00	4,00	8,00	80,00	5°
000255	TATIANE DA ROSA NESI	02/06/1988	68,00	2,00	10,00	80,00	6°
000048	DEBORA JUNCKES	07/07/1989	64,00	6,00	10,00	80,00	7°
000265	JANAINA BITENCOURTE	07/04/1990	64,00	6,00	10,00	80,00	8°
000167	RAFAELA GONZAGA DOS SANTOS	28/07/1983	64,00	0,00	10,00	74,00	9°
000110	JULIANA MARA DANIEL	18/02/1990	60,00	2,00	10,00	72,00	10°
000330	TATIANE WOSNES	13/02/1983	60,00	0,00	10,00	70,00	11°
000306	CAMILA MEDEIROS	20/05/1987	60,00	2,00	6,00	68,00	12°
000237	JANETE AP. RODRIGUES DOS SANTOS	10/11/1968	52,00	4,00	8,00	64,00	13°
000318	SUELEN TALITA RIBEIRO	20/03/1987	56,00	2,00	6,00	64,00	14°
000093	LETICIA SCHNEIDER	30/03/1989	56,00	0,00	8,00	64,00	15°
000027	KEICYANE KATUCIA BUSE FENDRICH	04/04/1990	52,00	2,00	6,00	60,00	16°
000217	MIRLENI KASHIHABARA DA SILVA	16/05/1980	32,00	0,00	6,00	38,00	DESCL.
000111	VANE MARIA DORNELES DUARTE	20/10/1969				AUS.	DESCL.
000137	ALESSANDRA GONDINHO VALENTIM	02/09/1980				AUS.	DESCL.
000155	MANUELLA DE SOUZA MACHADO	22/12/1981				AUS.	DESCL.

000133	ANA PAULA HARMEL	25/07/1990				AUS.	DESCL.
--------	------------------	------------	--	--	--	------	--------

ODONTÓLOGO

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000158	EVALDO CHAVES DE SOUZA	31/01/1983	76,00	6,00	10,00	92,00	1º
000257	MARINA STEINBACH	01/09/1986	76,00	4,00	10,00	90,00	2º
000042	ROBERTA DANUSA DIAS	06/02/1981	72,00	6,00	10,00	88,00	3º
000197	JACKSON BRUNO BUTTELBRUN	18/07/1987	76,00	4,00	8,00	88,00	4º
000261	ATA DABBOUS MOHAMAD	18/02/1988	72,00	4,00	10,00	86,00	5º
000169	BRUNA PFUTZENREUTER ESPINDOLA	27/09/1987	68,00	6,00	10,00	84,00	6º
000109	DANIELLE NAVA	10/03/1989	68,00	4,00	8,00	80,00	7º
000116	CARMEN LUCIA PINTO DE LIMA MELLE	29/09/1968	64,00	4,00	10,00	78,00	8º
000308	FABIO MACHADO	17/06/1971	60,00	8,00	10,00	78,00	9º
000185	CAMILA COSTA NETTO MUNIZ	24/12/1977	64,00	4,00	8,00	76,00	10º
000141	RODRIGO DE LIMA CARDOSO	18/06/1985	64,00	2,00	10,00	76,00	11º
000221	MAIRA CRISTINA TOMCZAK	01/03/1990	60,00	6,00	8,00	74,00	12º
000045	ANA PAULA SCHLICKMANN	02/05/1988	64,00	0,00	8,00	72,00	13º
000247	RAFAEL PIECZYKOLAN CORDEIRO	05/07/1988	60,00	2,00	10,00	72,00	14º
000219	LAERTE ANTONIO COLOMBO	09/06/1952				AUS.	DESCL.
000118	ALEX MARIO GUIMARAES ALMEIDA	05/02/1969				AUS.	DESCL.

PSICÓLOGO

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF
000322	VANESSA GIOVANELLA	17/11/1983	72,00	6,00	8,00	86,00	1º
000200	RICARDO MICHALAK	01/12/1984	72,00	2,00	8,00	82,00	2º
000231	NARJARA DOS SANTOS	19/11/1988	68,00	4,00	10,00	82,00	3º
000294	VIVIANE PEDRI	16/08/1983	68,00	2,00	10,00	80,00	4º
000037	BRUNA CHIODINI	10/08/1987	68,00	2,00	10,00	80,00	5º
000297	CAMILA ZIOLKOWSKI	27/07/1988	68,00	2,00	10,00	80,00	6º
000307	MARCIA KASMIRSKI	04/03/1973	64,00	4,00	10,00	78,00	7º
000089	THAIS MARCELINO DA SILVA	03/08/1989	64,00	4,00	8,00	76,00	8º
000168	RAQUEL FRITZEN	02/01/1990	64,00	4,00	8,00	76,00	9º
000036	FABIO CIPULLO	26/02/1982	60,00	6,00	8,00	74,00	10º
000290	ALESSANDRA THAIS LESSA	14/01/1984	56,00	4,00	10,00	70,00	11º
000281	KELLEM CRISTINA GARCIA	28/05/1976	56,00	6,00	6,00	68,00	12º
000309	GIRLEI CAMPES-TRINI	15/06/1976	60,00	2,00	6,00	68,00	13º
000214	ANDREZA DE LIMA FARIAS	12/01/1989	60,00	6,00	2,00	68,00	14º
000124	LUISA ROYES NOBLE	13/12/1990	56,00	2,00	10,00	68,00	15º

000218	MARCIA ALICE LANGE	27/12/1990	60,00	0,00	6,00	66,00	16°
000040	ANA PAULA RENGEL	09/05/1986	56,00	2,00	6,00	64,00	17°
000170	GLAUCILI BOCKOR ERSCHINGER	02/04/1988	52,00	4,00	8,00	64,00	18°
000292	ADRIANA PATRICIA WELTER DE MARCO	29/09/1979	48,00	0,00	8,00	56,00	19°
000319	MARCELLE BUTTCHEVITZ VOLPI	10/02/1986	48,00	0,00	8,00	56,00	20°
000334	DANIELE TEREZINHA FELDHAUS SEBOLD	13/07/1984	44,00	4,00	6,00	54,00	21°
000114	MARCOS CABRAL NIETSCHE	16/12/1983				AUS.	DESCL.
000314	RENATA MOREIRA FERACIN	28/01/1988				AUS.	DESCL.
000320	RAFAEL ALMEIDA FERREIRA	19/11/1988				AUS.	DESCL.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSC.	NOME	NASC.	CE	CG E LEG	LP	PE	CLASSIF.
000119	GILBERTO DE SOUZA CORREA	10/09/1979	68,00	2,00	10,00	80,00	1°
000083	JANDIRA SCHERER	03/09/1984	68,00	0,00	6,00	74,00	2°
000243	ELENIR BEATRIZ VASEL MOTTA	26/06/1970	60,00	2,00	10,00	72,00	3°
000211	RHUBIA APARECIDA LIVRAMENTO	12/10/1982	60,00	2,00	6,00	68,00	4°
000082	FERNANDO CLAITON SANTANA	06/01/1980	52,00	4,00	10,00	66,00	5°
000224	MARIZE FLOR XAVIER	30/06/1975	56,00	2,00	6,00	64,00	6°
000041	JANETE PEREIRA	26/12/1974	52,00	4,00	6,00	62,00	7°
000284	SALETE PAVARIN KRIESER	19/07/1983	56,00	0,00	6,00	62,00	8°
000132	NEIVA TIZZIANI	22/04/1981	52,00	4,00	2,00	58,00	9°
000208	SANDRA L. R. N. DA VEIGA	19/10/1982	52,00	0,00	6,00	58,00	10°
000011	MONIELLE M. DE CARVALHO BOSING	03/11/1987	48,00	6,00	2,00	56,00	11°
000136	MARLY PEREIRA DA SILVA	21/01/1988	48,00	0,00	8,00	56,00	12°
000057	SHARA BIANCA DE PIN	13/07/1990	44,00	4,00	8,00	56,00	13°
000095	LUCIENE LOPES COELHO	30/03/1968	40,00	2,00	10,00	52,00	14°
000311	ELISANGELA AP. MORENO DA SILVA	12/11/1982	44,00	0,00	8,00	52,00	15°
000251	CAMILA MARIA RODRIGUES DE FRANCA	14/07/1990	44,00	2,00	6,00	52,00	16°
000244	SOLANGE ROHDE	27/07/1978	44,00	0,00	4,00	48,00	DESCL.
000250	ADRIANA SCHUEITZER	24/04/1980	36,00	4,00	8,00	48,00	DESCL.
000291	DELCE SALETE BITTENCOURT MARQUES	04/06/1960	40,00	0,00	6,00	46,00	DESCL.
000107	LOURDES MARGARETE STOMISCKY	08/03/1967	36,00	6,00	4,00	46,00	DESCL.
000234	ANDREA ROGELIN	03/07/1981	28,00	4,00	2,00	34,00	DESCL.
000138	IVETE AUGUSTIN	13/11/1969				AUS.	DESCL.
000329	LUCELIA BAUMGARDT KRUGER	08/03/1984				AUS.	DESCL.

000105	ALEXANDRA DE SOUZA IZABEL	06/09/1987				AUS.	DESCL.
000236	FERNANDA REGINA KRAEMER	02/10/1987				AUS.	DESCL.

Legenda:

- LP – Nota obtida em Língua Portuguesa
 CG – Nota obtida em Conhecimentos Gerais
 CE – Nota obtida em Conhecimentos específicos
 NF – Nota Final

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 1º) Tiver idade mais elevada;
 2º) Obter maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
 3º) Obter maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
 4º) Obter maior nota na prova de Língua Portuguesa.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em 29 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito

KESLEY DE MORAES SILVA

Presidente

Comissão Organizadora de Concurso

Processo Seletivo Nº 001/2012 - Secel/PMS – gabarito de Respostas

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2012 – SECEL/PMS

GABARITO DE RESPOSTAS

Professor A - Educação Infantil – 40h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	D	C	A	B	D	B	E	E	C	E	E	D	E	A	B	B	C	B	E	C	A	E	D	A	C	C	E	C

Professor A - Educação Infantil – 30h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	D	C	A	B	D	B	E	E	C	E	E	D	E	A	B	B	C	B	E	C	A	E	D	A	C	C	E	C

Professor A - Educação Infantil – 20h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	D	C	A	B	D	B	E	E	C	E	E	D	E	A	B	B	C	B	E	C	A	E	D	A	C	C	E	C

- Professor A - Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 40h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	D	C	A	B	D	B	E	E	C	E	E	D	E	A	B	B	C	B	E	C	A	E	D	A	C	C	E	C

Professor A - Educação Especial – Alunos Portadores de Necessidades Especiais - 40h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	D	C	A	B	D	B	E	E	C	E	E	D	E	A	B	B	C	B	E	C	A	E	D	A	C	C	E	C

Professor B – Educação Infantil – 40h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	A	D	B	E	E	C	C	B	D	E	A	B	B	E	A	E	C	A	E	D	A	C	C	E	C

Professor B – Educação Infantil – 30h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	A	D	B	E	E	C	C	B	D	E	A	B	B	E	A	E	C	A	E	D	A	C	C	E	C

Professor B – Educação Infantil – 20h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	A	D	B	E	E	C	C	B	D	E	A	B	B	E	A	E	C	A	E	D	A	C	C	E	C

Professor B – Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 40h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	A	D	B	E	E	C	C	B	D	E	A	B	B	E	A	E	C	A	E	D	A	C	C	E	C

Professor B – Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 20h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	A	D	B	E	E	C	C	B	D	E	A	B	B	E	A	E	C	A	E	D	A	C	C	E	C

Professor B – Educação Especial – Alunos Portadores de Necessidades Especiais - 40h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	A	B	E	D	B	E	E	C	C	A	D	B	A	B	B	E	A	E	C	A	E	D	A	C	C	E	E

Professor B – Alemão – Séries Iniciais 20h/aula

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	E	C	A	B	B	B	E	E	B	E	C	E	E	A	A	B	A	A	D	E	E	C	D	B	B	D	D	E

Professor B – História- Séries Finais 20h/a

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	A	D	B	E	E	C	C	B	D	E	A	B	B	A	A	D	C	C	C	C	B	A	A	C	A

Professor B - Educação Física Ensino Fundamental – 40h/a

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	C	D	C	E	D	D	A	E	E	A	E	B	B	E	A	A	B	C	A	D	A	B	E	C	E	A	C	D	C

Professor B – Educação Física Ensino Fundamental – 20h/a

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	C	D	C	E	D	D	A	E	E	A	E	B	B	E	A	A	B	C	A	D	A	B	E	C	E	A	C	D	C

Professor B – Artes - 40h/a

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	D	D	B	E	E	C	C	B	B	A	A	E	B	A	A	D	E	D	B	D	B	E	E	E	B

Professor B – Artes - 20h/a

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	D	D	B	E	E	C	C	B	B	A	A	E	B	A	A	D	E	D	B	D	B	E	E	E	B

Professor B – Ciências – Séries Finais 20h/aula

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	A	D	B	E	E	C	C	B	D	E	A	B	B	E	A	C	B	E	E	E	B	E	C	A	C

Professor B – Matemática – Séries Finais 20h/aula

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	A	D	B	E	E	B	E	C	B	E	A	B	B	E	A	B	B	A	C	C	D	E	C	C	A

Professor C - Educação Infantil – 40h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	D	D	B	E	E	C	C	B	B	A	A	E	B	A	A	E	C	D	E	D	A	C	C	E	A

Professor C - Educação Infantil – 30h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	D	D	B	E	E	C	C	B	B	A	A	E	B	A	A	E	C	D	E	D	A	C	C	E	A

Professor C - Educação Infantil – 20h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	D	D	B	E	E	C	C	B	B	A	A	E	B	A	A	E	C	D	E	D	A	C	C	E	A

Professor C – Ensino Fundamental – Séries Iniciais 40h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	D	D	B	E	E	C	C	B	B	A	A	E	B	A	A	E	C	D	E	D	A	C	C	E	A

Professor C – Ensino Fundamental – Séries Iniciais 20h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	D	D	B	E	E	C	C	B	B	A	A	E	B	A	A	E	C	D	E	D	A	C	C	E	A

Professor C – Ética e Cidadania – Ensino Fundamental 40h/aula

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	B	D	D	B	E	E	C	C	B	B	A	A	B	B	E	A	E	C	A	C	D	E	E	D	A	D

Professor C – História - Séries Finais 20h/aula

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	C	A	A	D	B	E	E	C	C	B	D	E	A	B	B	A	A	A	C	A	C	E	B	C	D	C	C

Professor C – Educação Física – Ensino Fundamental 40h/aula

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	D	C	A	B	D	B	E	E	C	E	E	D	E	A	B	B	C	B	A	E	B	E	E	C	E	A	D	C

Professor C – Educação Física – Ensino Fundamental 20h/aula

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	D	C	A	B	D	B	E	E	C	E	E	D	E	A	B	B	C	B	A	E	B	E	E	C	E	A	D	C

Professor C – Ciências – Séries Finais 20h/aula

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	B	C	A	D	A	B	E	E	C	C	D	B	E	B	A	B	A	E	C	A	E	E	E	A	E	C	A	D

Professor C – Matemática – Séries Finais 20h/aula

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	C	D	A	B	D	D	B	E	E	B	C	A	B	B	A	E	B	E	A	D	D	E	A	C	D	E	C	B	A

Servente: Geral 40h/s

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
E	A	B	C	D	B	C	E	E	D	E	E	B	A	A	B	C	A	C	C	D	A	C	E	D	D	B	A	D	E

Schroeder, 28 de maio de 2012.

MELANI ZELFELD

Presidente do Processo Seletivo

Timbó

PREFEITURA

Decreto No 2725, de 02 de Maio de 2012

DECRETO No 2725, DE 02 DE MAIO DE 2012

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-239,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Escola Municipal Maurício Germer:		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00465	01 Mesa para Micro de Melanina com Suporte para CPU	R\$ 70,00
04202	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04204	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04211	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04214	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04219	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04220	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04231	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04232	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04236	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04238	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04239	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04241	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04244	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04248	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04252	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04253	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04256	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00

04257	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04260	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04261	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04263	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04268	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04269	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04274	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04275	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04276	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04277	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04281	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04283	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04293	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04295	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04298	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôr-mica com Suporte	R\$ 8,00
04304	01 Armário de Madeira com 02 Portas de Correr	R\$ 60,00
04315	01 CPU Pentium, III Genuineintel Processador 120	R\$ 1.200,00
04316	01 CPU Pentium, III Genuineintel Processador 120	R\$ 1.200,00
04319	01 CPU Pentium, III Genuineintel Processador 120	R\$ 1.200,00
04320	01 CPU Pentium, III Genuineintel Processador 120	R\$ 1.200,00
04321	01 CPU Pentium, III Genuineintel Processador 120	R\$ 1.200,00
04322	01 CPU Pentium, III Genuineintel Processador 120	R\$ 1.200,00
04323	01 CPU Pentium, III Genuineintel Processador 120	R\$ 1.200,00
04324	01 CPU Pentium, III Genuineintel Processador 120	R\$ 1.200,00
04326	01 Monitor de 14" – Marca Visionner	R\$ 150,00
04327	01 Monitor de 14" – Marca Visionner	R\$ 150,00
04332	01 Monitor de 14" – Marca Visionner	R\$ 150,00
04333	01 Monitor de 14" – Marca Visionner	R\$ 150,00
04334	01 Monitor de 14" – Marca Visionner	R\$ 150,00
04353	01 Escrivaninha de madeira com 03 Gavetas com Estrutura	R\$ 30,00
04359	01 Mesa para Micro de Melanina com 03 Gavetas	R\$ 70,00
04375	01 Armário de Madeira com 02 Portas de Correr	R\$ 60,00
04376	01 Armário de Madeira com 02 Portas de Correr	R\$ 60,00
04381	01 Armário de Madeira com 02 Portas de Correr	R\$ 60,00
04382	01 Armário de Madeira com 02 Portas de Correr	R\$ 60,00

04403	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvim Preto	R\$ 10,00
04415	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04418	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04421	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04422	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04426	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04434	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04435	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com estrutura de Ferro	R\$ 0,00
04436	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
04452	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04455	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04483	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04497	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04500	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04508	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
04514	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04535	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04540	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04543	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04551	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04552	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04553	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04566	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04569	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04572	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04575	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04580	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04581	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04585	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04589	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04620	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
04621	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04642	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00

04660	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04686	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04709	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
04752	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04754	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04759	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04762	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04766	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
04773	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 8,00
04819	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 0,00
04820	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 0,00
04861	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 0,00
04865	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 8,00
04867	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 0,00
04869	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 8,00
04877	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 0,00
04896	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 8,00
04898	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 8,00
04907	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04908	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04919	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04923	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04924	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
04927	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
04962	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 0,00
04970	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 8,00
04998	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 8,00
05008	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 8,00
05015	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 8,00
05029	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 0,00
05031	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 8,00
05032	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 8,00
05035	01 Carteira Escolar com Mesa de Fôrmi- ca com Suporte	R\$ 8,00

05037	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05040	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05048	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 0,00
05053	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05060	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05065	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05072	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05084	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05085	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 0,00
05094	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05098	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 0,00
05104	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05105	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05109	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 0,00
05120	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05125	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05129	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05130	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05136	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05137	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05140	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05149	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05150	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05152	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05155	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05156	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05159	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05162	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05176	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05181	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05187	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05191	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05194	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00

05201	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05208	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
05288	01 Arquivo de Aço com 06 Gavetas – Marca Scheffer	R\$ 80,00
05539	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
05545	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
06753	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
06953	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 0,00
07377	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07429	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
07465	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
08282	01 Cadeira Escolar	R\$ 10,00
08283	01 Cadeira Escolar	R\$ 10,00
08313	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 10,00
08316	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 10,00
10633	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
16465	01 Estabilizador de Tensão de 300Va – Real	R\$ 44,00
16465	01 Estabilizador de Tensão de 300Va – Real	R\$ 44,00
16865	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 38,63
16880	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 38,63
16881	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 38,63
16882	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 38,63
16914	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
16924	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
16934	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
16948	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
18575	01 Carteira Escolar	R\$ 146,20
18576	01 Carteira Escolar	R\$ 146,20
18581	01 Cadeira Escolar	R\$ 146,20
18584	01 Carteira Escolar	R\$ 146,20
18587	01 Carteira Escolar	R\$ 146,20
18589	01 Cadeira Escolar	R\$ 146,20
18591	01 Carteira Escolar	R\$ 146,20
18617	01 Carteira Escolar	R\$ 146,20
18725	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
18728	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
18731	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
18736	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
18748	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
18750	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
18752	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
18757	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
18762	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80

18765	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
18767	01 Cadeira Escolar	R\$ 98,80
20082	01 Microcomputador Composto de Processador 1.8GHZ Cel	R\$ 1.470,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2726, de 02 de Maio de 2012

DECRETO Nº 2726, DE 02 DE MAIO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 547.380,96.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 547.380,96 (quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e oitenta reais e noventa e seis centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.02.026.451.0052.1065. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 08.02.026.451.0052.1065. OBRAS MUNICIPAIS
 08.02.026.451.0052.1065. PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR 547.380,96
 TOTAL 547.380,96

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2727, de 02 de Maio de 2012

DECRETO Nº 2727, DE 02 DE MAIO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 20.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a"

e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.02.006.181.0046.2262. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO - FUMTRAN
 24.02.006.181.0046.2262. POLICIA MILITAR
 24.02.006.181.0046.2262. MANUTENÇÃO DO CONV. POLICIA MILITAR
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.35400 SUP. FINANCEIRO - CONVENIO TRANSITO - MILITAR 20.000,00
 TOTAL 20.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2728, de 02 de Maio de 2012

DECRETO Nº 2728, DE 02 DE MAIO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 56.536,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 56.536,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos e trinta e seis reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.01.004.0122.0015.1009. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
 03.01.004.0122.0015.1009. ADMINISTRAÇÃO GERAL
 03.01.004.0122.0015.1009. FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.38900 SUP. FIN. ALIENAÇÃO DE BENS 26.229,00
 0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR 30.307,00
 TOTAL 56.536,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.



Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2729, de 02 de Maio de 2012

DECRETO Nº 2729, DE 02 DE MAIO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 3.464,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2543, de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 3.464,00 (três mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.01.004.0122.0015.1009. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.0122.0015.1009. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.0122.0015.1009. FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.18900 ALIENAÇÃO DE BENS 3.464,00

TOTAL 3.464,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Resolução DEMUTRAN Nº 01 de 28 de Maio de 2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÃO DEMUTRAN Nº 01 DE 28 DE MAIO DE 2012

O Assessor Institucional de Trânsito, no uso das competências estabelecidas pela Lei Complementar nº 196 de 29 de dezembro de 2000 e Lei Complementar nº 391 de 01/12/2010, e CONSIDERANDO que em 2011, fora editada a Lei nº 2.506/2011, a fim de regulamentar o serviço de transporte individual de passageiros por intermédio de TÁXI no Município de Timbó, traçando linhas gerais a serem observadas tanto pelos permissionários, quanto pelo poder público;

CONSIDERANDO que compete ao poder público regulamentar os dispositivos da Lei nº 2.506/2011, ao bem do serviço público, nos termos do que estabelece o art. 84 da referida lei;

CONSIDERANDO que em seu art. 34, fora sugerido ao poder público a adoção de critérios mínimos a serem observados quando da deliberação acerca do remanejamento de pontos no município de Timbó, dentre os quais "o tempo de serviço, como permissionário

no ponto indicado para transferência, a outro ponto"; CONSIDERANDO que há controvérsias em relação a data a ser utilizada para fins de fixação do início da atividade do permissionário para fins de cômputo de tempo de serviço no ponto indicado no momento do remanejamento;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o aludido dispositivo legal, de forma a estabelecer objetivamente os critérios a serem definidos pelo poder público quando da execução eventual de remanejamento de pontos no Município de Timbó.

RESOLVE

Art. 1º - Fica regulamentada através dos termos desta resolução, os critérios mínimos objetivos a serem observados pelo poder público para autorizar o remanejamento de pontos dos permissionários no município de Timbó.

Art. 2º - O remanejamento será concedido por ordem de preferência ao permissionário que alcançar a maior pontuação, resultante da soma dos pontos atribuídos ao permissionário pela observância dos critérios estabelecidos na Lei nº 2.506/2011 e nesta Resolução.

Art. 3º - Entende-se como "tempo de serviço, como permissionário no ponto indicado para transferência, a outro ponto" (inciso II do art.34 da Lei nº 2.506/2011) a data que consta do cadastro municipal como início da atividade de "motorista de táxi".

Parágrafo único. Não vale para fins de remanejamento de permissionário o cadastro municipal como início da atividade de "motorista de carro de passeio", devendo expressamente constar para fins de remanejamento a atividade como sendo "motorista de táxi".

Art. 4º - Para fins de remanejamento dos permissionários serão observados e pontuados os seguintes critérios:

I- Tempo de serviço como permissionário;

II - Pontuação Ativa na CNH;

III- Diploma de formação no curso de taxista;

IV- Ano de fabricação do veículo;

§1º O tempo de serviço do permissionário de que trata o inciso I, devidamente registrado nos moldes do art. 3º desta resolução, será analisado e pontuado em até 50 pontos, nos seguintes termos:

Tempo de Serviço como Permissionário	
Acima de 30 anos	50 pontos
29 anos	49 pontos
28 anos	48 pontos
27 anos	47 pontos
26 anos	46 pontos
25 anos	45 pontos
24 anos	44 pontos
23 anos	43 pontos
22 anos	42 pontos
21 anos	41 pontos
20 anos	40 pontos
19 anos	39 pontos
18 anos	38 pontos
17 anos	37 pontos
16 anos	36 pontos
15 anos	35 pontos
14 anos	34 pontos
13 anos	33 pontos
12 anos	32 pontos
11 anos	31 pontos

10 anos	30 pontos
9 anos	29 pontos
8 anos	28 pontos
7 anos	27 pontos
6 anos	26 pontos
5 anos	25 pontos
4 anos	24 pontos
3 anos	23 pontos
2 anos	22 pontos
1 ano	21 pontos

§2º O critério descrito no inciso II será avaliado através da análise do prontuário do permissionário como condutor junto ao Sistema DETRAN/SC – DETRANNET, pontuando-se conforme a existência ou não de infrações com pontuação ativa em seu prontuário, nos últimos 12 meses a contar da data do requerimento administrativo de remanejamento, conforme tabela a seguir:

Registros na CNH do Permissionário	
Sem Pontuação/infrações ativas	20 pontos
Com pontuação ativa de até 4 pontos – (decorrente da prática de uma infração de natureza leve - 3 pontos ou uma de natureza Média 4 pontos;)	10 pontos
Com pontuação ativa superior a 4 pontos (decorrente de mais de uma infração de natureza leve ou média, ou incidência em infrações de natureza Grave ou Gravíssima)	0 ponto

§3º O critério descrito no inciso III refere-se à necessidade de formação do permissionário/taxista em curso específico em prevenção de acidentes, bom relacionamento no ambiente de trabalho e melhoria na qualidade do atendimento ao público, com carga horária de 10 horas/aula, e será pontuado pelo poder público através da concessão de 20 pontos para o permissionário que comprovar seu atendimento.

§4º O critério estabelecido no inciso IV será mensurado levando-se em consideração o ano de fabricação do veículo, pontuando-se conforme tabela abaixo:

1 a 2 anos	10 pontos
3 a 4 anos	9 pontos
5 a 6 anos	8 pontos
7 a 8 anos	7 pontos

Art. 5º - Fica homologado o ANEXO I que trata da listagem atualizada dos dados dos permissionários do serviço de táxi no Município de Timbó incluindo o início do tempo de serviço de cada um dos permissionários em exercício, para os fins do computo da pontuação de que trata a presente resolução.

Art.6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

FABIANO MARTINS ADRIANO
Assessor Institucional de Trânsito

ANEXO I							
Ponto 01				RUA GENERAL OSÓRIO, Nº10			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
0101	MIGUEL DE NO-VAIS	02/01/1991	9973-2367	ANTIGA RODO-VIARIA	Rua: General Osório	CENTRO	MIT 4284
0102	IVO GROSSKLAGS	11/08/1971	9973-7035	ANTIGA RODO-VIARIA	Rua: General Osório	CENTRO	MIG 6959
0103	ROVENA RITZKE	05/12/1989	9973-7035	ANTIGA RODO-VIARIA	Rua: General Osório	CENTRO	MIV 1234
0104	OSMAR PEIKER	10/08/2004	9934-5000	ANTIGA RODO-VIARIA	Rua: General Osório	CENTRO	MGS 0947
0105	ANGELO OSS EMER	03/09/1987	9973-2908	ANTIGA RODO-VIARIA	Rua: General Osório	CENTRO	MIN 0272
Ponto 02				RUA GERMANO BRANDES SENIOR, Nº 690			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
0201	VANDERLEI CELSO MAYER	14/11/2000	9973-1882	HOSPITAL OASE	Rua: Germano Brandes Senior	CENTRO	MKA 3931
0202	ALBERTO JOSE PETRY	06/07/1999	9981-5815	HOSPITAL OASE	Rua: Germano Brandes Senior	CENTRO	MIU 8144
0203	SERGIO DE AL-TINO	16/08/2002	9164-4224	HOSPITAL OASE	Rua: Germano Brandes Senior	CENTRO	MHA 4683
Ponto 03				RUA MAX LO-EWEN, Nº 84			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
0301	JULIO PEREIRA DA SILVA	27/11/1981	9102-7090	RODOVIÁRIA	Rua: Max Loewen, 84	ARAPONGUINHAS	MIY 0911
0302	CARLOS ALBERTO SILVA	01/10/2004	9980-3725	RODOVIÁRIA	Rua: Max Loewen, 84	ARAPONGUINHAS	MJU 7858
0303	EDER PEIKER	29/10/2008	9189-4006	RODOVIÁRIA	Rua: Max Loewen, 84	ARAPONGUINHAS	MIP 4084
Ponto 04				RUA GERMANO BRANDES SENIOR, Nº 436			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
0401	NELSON BARTH	14/09/2005	9973-7310	CEMUR	Rua: Germano Brandes Senior	CENTRO	MHG 6554
0402	DOUGLAS PEIKER	31/05/2007	9188-6862	CEMUR	Rua: Germano Brandes Senior	CENTRO	MKA 9391
Ponto 05				RUA NEREU RAMOS, PRÓXIMO AO Nº 913 (SDR)			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
0501	FRANCIANE MARIA KURTH	07/02/2006	9902-0015	HOTEL COLONIAL	Rua: Nereu Ramos	QUINTINO	MJY 9978
0502	IVO BRAATZ JUNIOR	25/06/2008	9198-8600	HOTEL COLONIAL	Rua: Nereu Ramos	QUINTINO	MGO 2647
Ponto 06				RUA RUY BARBOSA, Nº			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
0601	FRANCISCO JEFERSON LOPONI	09/10/2002	9955-9686	CARROCERIAS LINSHALM	Rua: Ruy Barbosa	CAPITAIS	MGE 7546
Ponto 07				RUA REINOLD MANSKE, Nº 75			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
0701	ORLANDO MIL-CHERTH	14/03/1986	8891-7373	BAR EM FRENTE AO ANTIGO BONATTI	Rua: Reinold Manske	CAPITAIS	MAC 6835
Ponto 08				RODOVIA RALF KNAESEL, Nº 3000			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa

0801	NATAEL MITTANK	20/03/2012	8807-7878	HOSPITAL DA (UNIMED)	Rodovia Rauf Knaesel, 3000	SÃO ROQUE	MJN 9653
Ponto 09				RUA CUIABÁ(ESQUINA C/ RUA ARISTILIANO RAMOS)			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
			9972-8256				
Ponto 10				RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº (PRÓXIMO A PREFEITURA)			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
1001	CLAUDINEI DE NOVAIS	03/05/2005	8412-5703	PRÓX. PREFEITURA	Rua: Duque de Caxias	CENTRO	MHP 3716
Ponto 11				RUA BLUMENAU, Nº 141			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
1101	SANTO OSS EMER	01/10/1993	9183-9415	PARK HOTEL TIMBÓ	Rua: Blumenau, 141	ESTADOS	MXF 9584
Ponto 12				RUA: BARÃO DO RIO BRANCO ESQ. COM PORTUGAL, Nº			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
1201	SELMA ANDREZA KURTH	23/10/2007	9902-2060	PROX. CATTONI MOTOS	Rua: Barão do Rio Branco	IMIGRANTES	DKZ 4690
Ponto 13				RUA EDMUNDO BELL, Nº			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
1301	JURANDIR HAMMERMEITER	03/04/2000	3382-1827	SALÃO HORDINA	RUA: Edmundo Bell	DONA CLARA	MHB 7187
Ponto 14				RUA AUSTRIA , Nº 1027			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
1401	DITMAR KLITZKE	25/05/1986	3382-0864	BAR E CANCHA KLITZKE	Rua: Austria	NAÇÕES	MEJ 0806
Ponto 15				RUA QUINTINO, Nº 545			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
1501	PAULO CESAR DA SILVA PEREIRA	25/02/2011	9137-9061	PROX. MERCADÃO POPULAR	Rua: Quintino, 454	QUINTINO	DRK 1297
Ponto 16				RUA SAUDADES, Nº 663			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
1601	IRMGARD NERING	21/06/1984	3382-2145	MERCADO VICENTE	Rua: Saudades, 663	VILA GERMER	MJC 0245
Ponto 17				RUA POMERODE, Nº (ESQ. C/ POMERANOS)			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
1701	EDITE SOCOLOSKI ROLIN FEY	18/02/2010	9179-7708	UNIASELVI	SC 477	ARAPONGUINHAS	MII 2042
Ponto 18				RUA Benjamin Constant			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
1801	NILTON AGOSTINI	02/04/2002	8805-2268	INSS	Rua: Benjamin Constant	IMIGRANTES	MIG 0793
1802	ANTONIO MARCOS GONZAGA	01/01/1996	9196-3009	INSS	Rua: Benjamin Constant	IMIGRANTES	MFO 1964
Ponto 19				RODOVIA SC-477, Nº			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa

1901	CARLOS CAMILO BUCK	23/11/2010	9108-6060	BAR VICENTE	RODOVIA SC-477 KM 02	DONA CLARA	MIS 5430
Ponto 20				RUA SETE DE SETEMBRO, PROX. Nº414			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
2001	NALDO ZUMACH	15/05/2002	9605-0809	PARQUE CENTRAL	Rua: Sete de Setembro	CENTRO	MKB 5951
Ponto 21				RUA AMAZONAS, Nº (ESQUINA COM RUA BLUMENAU)			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
2101	HAROLD FEY	18/11/2008	8816-5775	POSTO ALE	Rua: Amazonas	ESTADOS	APR 2207
Ponto 22				RUA			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
2201	VALDIR DE OLIVEIRA	02/01/1993	9137-4668	RUA ARAPONGUINHAS	Rua: Araponguias	ARAPONGUINHAS	MFB 7648
Ponto 23				RUA BAHIA, Nº (ESQUINA C/ MAL. FLORIANO PEIXOTO)			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
2301	IVO BRAATZ	01/08/1995	9163-1688	MERCADO MAR-MOMAI	Rua: Bahia esquina Mal. Floriano Peixoto	PADRE MARTINHO	MHL 0061
Ponto 24				RUA BELEM			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
2401	MARIA APARECIDA D. STEUCK	08/11/2000	9997-2268	MERCADO CAPITALAIS	Rua: Belém	CAPITAIS	MIO 8043
Ponto 25				RUA MAL DEODORO			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
2501	REINALDO STEUCK	01/09/1995	9973-2741	SUPERMERCADO TIMBÓ (ATUAL TOP)	Mal. Deodoro	NAÇÕES	
Ponto 26				RUA DONA CLARA			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
2601	ADIR HAMMER-MEISTER	21/06/2005	3382-1997	RUA EDMUNDO BELL, EM FRENTE SALÃO HORDINA	Dona Clara	CLARA DONNER	MEC 2039
Ponto 27				RUA POMERODE			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
2701	GUNILDA ZUCATELLI PETRY	22/03/2006	9997-8143	RUA POMERODE	Rua: Pomerode	POMERANOS	MHI 5793
Ponto 28				RUA COLOMBIA			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
2801	MÉRCIO FELIX TEIKOVSKI	26/07/2007	8845-5050	SUPERMERCADO SCHÜTZE	Rua: Colombia	CENTRO	MGV 4875
Ponto 29				RUA POMERANOS			
Nº carro	Nome	Início Atividade	Telefone	Local do Ponto	Endereço do Ponto	Bairro	Placa
2901	WILMAR REETZ	05/12/2002	8867-5111	COMERCIAL JTS	Rua: Pomeranos	POMERANOS	MKG 7531

Aviso Pregão Presencial .º 69 2012 Serviços de Impressões de Cópias e Plotagens

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000069/2012

OBJETO: Serviços de impressões de cópias e plotagens de projetos públicos destinados à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio ambiente, onde são elaborados os projetos de viabilidade para as futuras construções, programas, implantações entre outras nas diversas áreas da Administração Pública Municipal. ENTREGA DOS

ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 15h00min do dia 15 de junho de 2012. ABERTURA: dia 15 de junho de 2012 as 15h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

TIMBÓ (SC), 28/05/2012.
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Diretor Administrativo

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 22/2012**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Pregão Presencial n.º 22/2012

ÓRGÃO GESTOR: Secretaria de Saúde e Assistência Social

OBJETO: Aquisição de Medicamentos

EMPRESAS FORNECEDORAS: Ciamed-Distribuidora de Medicamentos; Centermedi; Prati Donaduzzi Ltda; Coml. Cirúrgica Rio Clarens Ltda; Dimaci MG; Altermed; Dimaster; Andrômeda; Cristalía e Sulmedic.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 334.356,85 (trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Saúde

Timbó, 28/05/2012

THOMAZ H.N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Extrato Quarto Termo Aditivo 2011/104

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/104

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Soberana Serviços e Construções Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa para execução da obra de revitalização da Praça Urbano Bertoldi.

PRAZO: Prorrogado por mais 06 (seis) meses.

VALOR: Fica acrescido valor de R\$ 42.655,50 (quarenta e dois reais e seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura 03/04/2012.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Suspensão de Declaração de Inidoneidade - Mdm Comércio de Serviços Ltda

DECISÃO

Requerente: MDM COMÉRCIO DE SERVIÇOS LTDA

Objeto: Edital de Licitação - Pregão Presencial n. 144/2011 - Ata 74/2011

RELATÓRIO:

Trata-se de pedido de reconsideração formulado pela Requerente, contra a decisão que, em razão da rescisão contratual ocorrida, determinou a declaração de inidoneidade, bem como aplicação de penalidade de multa compensatória em desfavor da empresa MDM COMÉRCIO DE SERVIÇOS LTDA.

Ampara seu pleito sob argumento de que o atraso na entrega das máquinas e equipamentos não ocorreu por culpa da Requerente, alegando, ainda, que considerados o total de 15 (quinze) dias de atraso na devolução dos bens de propriedade da Administração Municipal, não acarretariam na inexecução contratual, com aplicação de penalidades.

Informa que em momento algum ocorreu subcontratação, visto que a Requerente estava apenas realizando serviço de orçamento prévio de serviços especializados, não havendo qualquer descumprimento de cláusula contratual, razão pela qual requer a

reconsideração da decisão proferida em 07 de maio de 2012.

Este, na síntese necessária, é o relatório, passo a fundamentar a decisão:

Vistos e examinados os autos, constata-se que a empresa Requerente restou vencedora do Procedimento de Licitação - Pregão Presencial n. 144/2011 nos itens e sub-itens 0003, 00006, 00008, 00010, 00011, 00012, 00015, 00015.00001, 00015.00002, 00015.00003, 00015.00004, 00015.00005, 00015.00006, 00015.00007, 00015.00008, 00015.00009, 00015.00010, 00015.00011, 00015.00012, 00015.00013, 00015.00014 e 00015.00015, vindo a firmar com o Município de Timbó a respectiva Ata de Registro de Preços n. 74/2011.

Vislumbra-se da proposta apresentada que a Requerente comprometeu-se a fornecer a prestar os serviços de acordo com as especificações e condições previstas no Edital de Pregão Presencial n. 0144/2011, bem como a cumprir os cronogramas de entrega predeterminados.

Entretanto, conforme consta dos autos, ocorreram diversos atrasos na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, assim como, problemas com fornecimento de peças e componentes necessários para a frota municipal, motivos estes que ensejaram o inadimplemento injustificado das obrigações editais e contratuais avençadas, com a respectiva rescisão contratual e declaração de inidoneidade e aplicação de penalidade de multa compensatória.

Em vista dos fatos ocorridos, a Requerente interpôs pedido de reconsideração acerca da decisão proferida em 07 de maio de 2012, alegando, em síntese, não ter incorrido em qualquer das irregularidades apontadas, apresentando justificativas aos atrasos ocorridos e imputando a responsabilidade à Administração Pública.

Perante as justificativas apresentadas pela Requerente, necessária se faz uma análise pormenorizada dos fatos efetivamente ocorridos, bem como emissão de parecer de cunho técnico a fim de averiguar e esclarecer a ocorrência de inadimplemento injustificado das obrigações contratuais.

Primando pela aplicação dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, e no intuito de evitar eventual prejuízo à Requerente, até manifestação definitiva do corpo técnico desta municipalidade, imprescindível a suspensão da aplicação das penalidades impostas à empresa MDM COMÉRCIO DE SERVIÇOS LTDA.

DECISÃO:

Diante do exposto, considerando a necessidade de análise técnica acerca das justificativas apresentadas pela empresa MDM COMERCIO DE SERVIÇOS LTDA, determino a SUSPENSÃO das penalidades de declaração de inidoneidade e multa compensatória, anteriormente aplicadas pela Administração Municipal, até decisão final a ser proferida junto ao presente processo administrativo.

Registre-se, Publique-se e Intime-se a empresa requerente acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Timbó, 29 de maio de 2012.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

Editais de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

Nº 756 299/2012
Nº 756 301/2012
Nº 098 1285/2012
Nº 098 1286/2012
Nº 098 1289/2012
Nº 098 1290/2012



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 299/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJP3927	8756018739	5673/2	11/03/2012	R\$ 85,12	183
CHW7943	8756018078	7455/0	03/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
HOW9730	8756018112	7455/0	02/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
IMH3622	8756018420	7455/0	19/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXN9011	8756017955	5673/2	27/01/2012	R\$ 85,12	183
LXO0611	8756018108	7455/0	31/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYS2364	8756017534	5673/2	05/01/2012	R\$ 85,12	183
LZD2257	8756017641	7455/0	09/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZV1475	8756018329	7455/0	11/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBD8144	8756017699	5673/2	14/01/2012	R\$ 85,12	183
MDG4252	8756018149	6050/3	01/02/2012	R\$ 191,53	208
MEJ9207	8756018492	7455/0	17/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEQ1009	8756018270	7455/0	12/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFB9598	8756017459	7463/0	30/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFT1783	8756017503	7455/0	05/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHT9107	8756017516	7455/0	05/01/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 301/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADP1979	8756017783	7455/0	20/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AIZ4866	8756017864	7455/0	17/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
BNW1803	8756017523	5673/2	04/01/2012	R\$ 85,12	183
CAJ8687	8756017559	7463/0	10/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
DFN6976	8756018221	7455/0	08/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
ICD2348	8756018941	7455/0	18/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWY7027	8756017490	7455/0	04/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXB4031	8756017782	7455/0	20/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXC6866	8756018485	7455/0	20/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXS8910	8756018802	7455/0	10/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXT8361	8756017558	7455/0	10/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXY6725	8756017572	5673/2	08/01/2012	R\$ 85,12	183
LYF9121	8756018611	7455/0	23/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYV9742	8756018005	7455/0	24/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZI6523	8756017717	6050/3	13/01/2012	R\$ 191,53	208
LZQ1565	8756018105	5673/2	05/02/2012	R\$ 85,12	183
MAR0204	8756017760	7455/0	15/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBK7274	8756017444	7471/0	27/12/2011	R\$ 574,61	218 * III
MBL6792	8756017632	7455/0	10/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBY0424	8756017730	7455/0	14/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBZ8958	8756017454	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDT1119	8756017464	7455/0	29/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEH1037	8756018480	7455/0	18/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEJ0288	8756017765	7455/0	13/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEQ5095	8756018921	7455/0	12/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFH5798	8756018704	5673/2	05/03/2012	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGD1977	8756018263	7455/0	09/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGY9917	8756018214	7455/0	08/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHJ0278	8756017586	7463/0	07/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIC9194	8756018416	7455/0	17/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJS8061	8756018389	7455/0	16/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKA5909	8756017537	6050/3	07/01/2012	R\$ 191,53	208
MKL0777	8756017634	7455/0	10/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKL7920	8756017545	7455/0	05/01/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1285/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBK5844	55369905D	6920/0	06/02/2012	R\$ 127,69	233
MGE5837	54768690C	6661/0	08/03/2012	R\$ 127,69	230 * XII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE MAIO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1286/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYU1525	55369558D	5185/1	19/01/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1289/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYC8150	54768526C	5274/1	23/02/2012	R\$ 191,53	175
LYC8150	54768527C	5045/0	23/02/2012	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE MAIO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1290/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYC8150	54768528C	5720/0	23/02/2012	R\$ 127,69	186 * I
LYC8150	54768529C	5835/0	23/02/2012	R\$ 127,69	195
MBS7721	54768552C	5541/1	22/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

Nº 756 298/2012

Nº 756 300/2012

Nº 098 1283/2012

Nº 098 1284/2012

Nº 098 1287/2012

Nº 098 1288/2012

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 298/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABT1982	8756019506	7455/0	08/04/2012	218 * I
AHF1788	8756019549	6050/3	16/04/2012	208
AIG1974	8756019569	7455/0	18/04/2012	218 * I
AIG1974	8756019599	7455/0	18/04/2012	218 * I
AIY9729	8756019631	7455/0	19/04/2012	218 * I
CGM5505	8756019589	5673/2	20/04/2012	183
CXX8355	8756019053	5673/2	24/03/2012	183
LXH9832	8756019042	7455/0	24/03/2012	218 * I
LXQ3777	8756019547	7455/0	15/04/2012	218 * I
LYN5873	8756019410	7455/0	04/04/2012	218 * I
LZZ6352	8756019407	7455/0	04/04/2012	218 * I
MAQ8409	8756019594	7455/0	16/04/2012	218 * I
MAZ3480	8756019607	7471/0	17/04/2012	218 * III
MBY0100	8756019603	6050/3	19/04/2012	208
MCB4734	8756019579	5673/2	16/04/2012	183
MDL6147	8756019554	5673/2	18/04/2012	183
MED9912	8756019089	7455/0	19/03/2012	218 * I
MEN2855	8756019113	7455/0	25/03/2012	218 * I
MEX2534	8756019568	6050/3	18/04/2012	208
MFL6852	8756019172	7455/0	26/03/2012	218 * I
MFT9539	8756019219	7455/0	31/03/2012	218 * I
MGA4654	8756019444	5673/2	14/04/2012	183
MGF3230	8756019561	6050/3	16/04/2012	208
MGG5935	8756019110	7455/0	20/03/2012	218 * I
MIE3303	8756019038	7455/0	23/03/2012	218 * I
MIZ3113	8756019617	7455/0	19/04/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 300/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIY6983	8756019177	7455/0	28/03/2012	218 * I
BVR5029	8756019179	5673/2	28/03/2012	183
BZD4083	8756019239	5673/2	01/04/2012	183
CCA6286	8756019341	7455/0	07/04/2012	218 * I
CQI8993	8756019214	7455/0	29/03/2012	218 * I
CZH3785	8756019545	7455/0	14/04/2012	218 * I
DHG7194	8756019275	7455/0	07/04/2012	218 * I
DHT1116	8756019232	7455/0	28/03/2012	218 * I
DIL8886	8756019181	7455/0	29/03/2012	218 * I
DJD8730	8756019291	6050/3	04/04/2012	208
DOG1332	8756019644	5673/2	23/04/2012	183
HLB9470	8756019277	7455/0	07/04/2012	218 * I
HLB9470	8756019280	6050/3	04/04/2012	208
HLB9470	8756019320	7455/0	07/04/2012	218 * I
IMH3622	8756019187	7455/0	31/03/2012	218 * I
KCA1529	8756019155	7455/0	30/03/2012	218 * I
LXN8361	8756019256	5673/2	05/04/2012	183
LXP2864	8756019313	7463/0	05/04/2012	218 * II
LYP1051	8756019228	7455/0	26/03/2012	218 * I
LYV1804	8756019661	7455/0	23/04/2012	218 * I
LZC2261	8756019125	7455/0	30/03/2012	218 * I
LZK3882	8756019719	7463/0	29/04/2012	218 * II
LZN6683	8756019701	7455/0	23/04/2012	218 * I
LZS5003	8756019164	6050/3	28/03/2012	208
LZU0494	8756019388	7455/0	04/04/2012	218 * I
LZU3171	8756019712	7455/0	27/04/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZW6847	8756019222	7455/0	26/03/2012	218 * I
MAD0178	8756019477	5673/2	10/04/2012	183
MAG8357	8756019624	7455/0	22/04/2012	218 * I
MBB5553	8756019271	7455/0	06/04/2012	218 * I
MBD3615	8756019146	7455/0	30/03/2012	218 * I
MBJ8330	8756019226	7455/0	31/03/2012	218 * I
MBS7721	8756019350	7471/0	05/04/2012	218 * III
MBX4580	8756019343	7455/0	02/04/2012	218 * I
MCF9674	8756019198	5673/2	31/03/2012	183
MCL4216	8756019353	7455/0	06/04/2012	218 * I
MCM2878	8756019581	5673/2	18/04/2012	183
MCV2014	8756019333	7455/0	01/04/2012	218 * I
MCY3170	8756019686	5673/2	27/04/2012	183
MDE0346	8756019116	7455/0	30/03/2012	218 * I
MDE3090	8756019344	7455/0	02/04/2012	218 * I
MDF3862	8756019652	5673/2	27/04/2012	183
MEF3438	8756019229	7455/0	26/03/2012	218 * I
MEF3438	8756019349	7455/0	04/04/2012	218 * I
MEF3438	8756019351	7455/0	05/04/2012	218 * I
MEF3438	8756019352	7455/0	06/04/2012	218 * I
MEJ5696	8756019641	7455/0	27/04/2012	218 * I
MEJ9887	8756019591	7455/0	22/04/2012	218 * I
MEP3797	8756019596	7455/0	18/04/2012	218 * I
MFM5820	8756019649	5673/2	25/04/2012	183
MFQ5478	8756019729	7455/0	30/04/2012	218 * I
MGC4525	8756019500	7463/0	14/04/2012	218 * II
MGC4791	8756019339	7455/0	07/04/2012	218 * I
MGL8719	8756019259	7455/0	01/04/2012	218 * I
MGO5283	8756019193	5673/2	27/03/2012	183
MGS0770	8756019666	7455/0	25/04/2012	218 * I
MGY1572	8756019707	7455/0	28/04/2012	218 * I
MHD3499	8756019184	7455/0	30/03/2012	218 * I
MHP0164	8756019604	7455/0	20/04/2012	218 * I
MHS2632	8756019692	7463/0	24/04/2012	218 * II
MHS2632	8756019704	7455/0	24/04/2012	218 * I
MHW9255	8756019687	5673/2	27/04/2012	183
MIA9209	8756019311	7463/0	04/04/2012	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIN2258	8756019242	5673/2	03/04/2012	183
MIU0776	8756019148	7455/0	30/03/2012	218 * I
MIY1051	8756019664	7455/0	24/04/2012	218 * I
MJV2418	8756019653	5673/2	28/04/2012	183
MJZ1941	8756019306	7455/0	01/04/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1283/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BSE4344	55370035D	5169/1	20/04/2012	165
BSE4344	55370036D	6912/0	20/04/2012	232
HVY1031	55370147D	6920/0	26/04/2012	233
MEC9756	55370105D	6920/0	26/03/2012	233
MFJ8687	54768415C	5010/0	04/04/2012	162 * I
MGT9516	55370141D	6920/0	24/04/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE MAIO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1284/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFJ8687	54768416C	5835/0	04/04/2012	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1287/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFV8564	54767075C	6556/1	07/04/2012	230 * I
AHM1867	54766791C	5045/0	10/04/2012	162 * V
AHV6472	54766446C	5010/0	22/04/2012	162 * I
AHV6472	54766447C	6610/2	22/04/2012	230 * VII
ANG7220	54766445C	6599/2	05/04/2012	230 * V
LZU6982	54768421C	6599/2	05/05/2012	230 * V
MCO3231	54766448C	5169/1	22/04/2012	165
MCP2695	55370126D	6920/0	11/04/2012	233
MDV0621	54768540C	6912/0	02/04/2012	232
MER5746	55369884D	6556/1	07/05/2012	230 * I
MET8197	54767146C	6599/2	22/04/2012	230 * V
MET8197	54767147C	5010/0	22/04/2012	162 * I
MGM1670	55370121D	6920/0	11/04/2012	233
MIY4631	54768419C	6599/2	02/05/2012	230 * V
MJS8900	54768428C	6912/0	10/05/2012	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE MAIO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1288/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JPk5259	55642712D	7366/2	27/04/2012	252 * VI
MCX4911	55642644D	7366/2	12/04/2012	252 * VI
MCZ7281	55642642D	7366/2	12/04/2012	252 * VI
MGJ3325	55369763D	5819/1	06/05/2012	193
MIY4631	54768420C	5541/1	02/05/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 29 DE MAIO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

SAMAE**Decisão Carta Convite 00028-2012**

Carta Convite nº. 28/2012

Em 22 de maio do corrente, o Município de Timbó, através do Setor de Licitações publicou a ata de habilitação, as propostas apresentadas pelas empresas licitantes, bem como da interposição de nova proposta pela empresa ECAGEL- Empresa Catarinense de Administração Gerenciamento e Empreendimentos Ltda., pois comprovou através da documentação da habilitação ser microempresa.

Até a presente data não foi protocolada nenhuma manifestação por parte das empresas participantes acerca da publicação da ata. Considerando a Lei Complementar 123/1996 e seus artigos 44 e seguintes, bem como a Lei 8.666/1993, e os princípios que regem os certames licitatórios, principalmente da vantajosidade e do interesse público, a Comissão de Licitação decide acatar a contra proposta apresentada pela empresa ECAGEL e declará-la vencedora do certame com o valor total de R\$ 115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos reais).

Publique-se.

Timbó, 28 de maio de 2012.

BARBARA HOCHHEIM

Presidente da Comissão

BENNO ADAM NETTO

Secretário

UEDEMAR PELLIN

Membro

Tunápolis**PREFEITURA****Lei Nº 01081/2012 de 30 de Maio de 2012.**

LEI Nº 01081/2012 DE 30 DE MAIO DE 2012.

Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para sua adequada aplicação.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

T Í T U L O I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, será feito através das Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esportes, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Art. 3º - Aos que dela necessitam será prestada a assistência social, em caráter supletivo.

Parágrafo único - É vedada a criação de programas de caráter compensatório na ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas do Município, sem prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - Fica criado no Município o Serviço Especial de Prevenção e Atendimento Médico e Psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

Art. 5º - Fica criado pela Municipalidade o serviço de Identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 6º - O Município propiciará a proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

T Í T U L O I I - DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**CAPÍTULO I DAS NORMAS GERAIS**

Art. 7º - A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;

III - Conselho Tutelar;

IV - Fundo da Infância e da Adolescência (FIA)

Parágrafo único - Cada Conselho terá seu Regimento interno que disporá basicamente sobre:

I - natureza e finalidade;

II - composição e organização;

III - competência de seus órgãos;

IV - serviços administrativos e técnicos;

V - sessões do Conselho;

VI - local, data e hora de funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO.**

Art. 8º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão deliberativo, consultivo e controlador das ações em todos os níveis.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 9º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações de atendimento, à captação e à aplicação de recursos;

II - Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizam;

III - formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;

V - Cadastrar e registrar, fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069), as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programa de:

a) orientação e apoio sócio-familiar;

b) apoio sócio-educativo em meio aberto

c) colocação sócio-familiar;

d) abrigo;

e) liberdade assistida;

f) semi-liberdade;

g) internação;

VI - cadastrar e registrar os programas a que se refere o inciso anterior, das entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

VII - regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a escolha e a posse dos membros dos Conselhos Tutelares do Município;

VIII - dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento, e declarar vago o posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei;

IX - deliberar ano a ano, ou em cada exercício, sobre a alocação de recursos que deverá ser feita a partir das prioridades identificadas na realidade e dispor sobre eventuais remanejamentos;
X - estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não-governamentais, envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente;
XI - alterar o seu regimento interno, com a aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros;
XII - elaborar o plano de ação Municipal para a área da infância e Adolescência, tendo por base o diagnóstico da realidade.
XIII - Administrar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou Fundo da Infância e da Adolescência - FIA
XIV - Estabelecer critérios de utilização, através de planos de aplicação de recursos obtidos sob forma de doações subsidiadas e outras receitas, aplicando necessariamente percentual a fim de incentivar o acolhimento, sob forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, em atenção ao preconizado no art. 260 da Lei nº. 8069/90 e do disposto no artigo 227, § 3º, inciso VI, da Constituição Federal;

SEÇÃO III

DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 10 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 10 (dez) membros, sendo:

I - 5(cinco) membros representando o Município, indicados pelos órgãos Governamentais, designados pelo Chefe do Poder Executivo.

II - 5(cinco) membros indicados pelo Fórum das entidades representativas de participação popular, nomeados pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 1º - O mandato dos Conselheiros será de 02(dois) anos, facultada a recondução.

Parágrafo 2º - A substituição poderá ser efetuada a qualquer tempo, com a anuência de 2/3(Dois terços) do Conselho;

Art. 11 - A função do membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Parágrafo único - No prazo de 90(noventa) dias da publicação desta Lei, por convocação do chefe do poder executivo Municipal, os órgãos e organizações a que se refere o artigo 10, se reunirão para elaborar o Regimento interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 12 Estarão impedidos de participar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente os cidadãos que se encontrarem no exercício de cargo eletivo ou candidato ao mesmo, e aqueles que se encontrarem, entre si, nas condições estabelecidas nos art. 330 à 335 do Código Civil em vigor.

Art. 13 - Os membros da diretoria serão eleitos pelo Conselho, dentre seus membros, em reunião plenária, e com quorum mínimo de 2/3(dois terços).

CAPÍTULO II DO FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO

Art. 14 - Fica criado o Fundo Municipal para a infância e adolescência, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é órgão vinculado, priorizando-se os programas de proteção sócio-educativos, para atendimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 260 da Lei Federal nº 8.069/90.

SEÇÃO II DA FORMAÇÃO DO FUNDO

Art. 15 - Os recursos do Fundo serão constituídos de:

I - doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;

II - doação configurada anualmente na Legislação orçamentária municipal de até 0,5%(meio por cento) da receita efetivamente arrecadada;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais;

IV - produto das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de

materiais publicações e eventos realizados;

V - receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;

VI - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais ou não-governamentais, que tenha destinação específica;

Art. 16 - Os saldos financeiros do F.M.I.A. constantes do Balanço Geral anual serão transferidos para o exercício seguinte.

Art. 17 Na administração do Fundo, o Conselho Municipal observará os seguintes procedimentos:

I - abertura de conta em estabelecimento oficial de crédito, que somente poderá ser movimentada mediante a assinatura do Gestor do Fundo;

II - registro e controle escritural das receitas e despesa.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA DO FUNDO.

Art. 18 - Compete ao Fundo Municipal:

I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

II - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo;

III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

VI - publicar, semestralmente, no periódico Municipal de maior circulação, ou na falta deste, em edital afixado no átrio da Prefeitura, todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos, com relação ao F.M.I.A.

CAPÍTULO IV DOS CONSELHOS TUTELARES .

SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA DOS CONSELHOS.

Art. 19 - Ficam criados CONSELHOS TUTELARES, órgãos permanentes e autônomos, a serem instalados cronológica, funcional e geograficamente nos termos de Resoluções a serem expedidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO II DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO.

Art. 20 - Cada Conselho Tutelar será composto de 05(cinco) membros com mandato de 3(três) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Único. A recondução de que trata o caput deste artigo não será automática, devendo seus conselheiros titulares e suplentes, passar por todos os trâmites de que trata o processo eletivo na presente lei.

Art. 21 - Para cada conselheiro titular haverá um suplente.

Art. 22 - Compete aos Conselheiros Tutelares zelar pelo atendimento dos direitos das crianças e adolescentes, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º. A autonomia do Conselho Tutelar é de natureza funcional, ou seja, de matéria técnica de sua competência, cabendo-lhe tomar decisões e aplicar medidas sem qualquer interferência externa.

§ 2º. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser modificadas pelo próprio Conselho ou pela autoridade judiciária, ouvido a quem tiver legítimo interesse.

SEÇÃO III DAS PROIBIÇÕES

Art. 23 - É vedado ao Conselho Tutelar:

I - Cobrar ou receber honorários diretamente ou indiretamente das pessoas, a qualquer título, pelo exercício das funções previstas nesta Lei;

II - Divulgar, por qualquer meio de comunicação, nome de criança ou adolescente a que se atribua ato infracional, bem como qualquer ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial, relativo a tal fato, na forma dos artigos 143 e 247 da Lei Federal nº. 8.069/90;

III - Usar sua função pública para fazer proselitismo

político-partidário;

IV - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo por necessidade do serviço;

V - Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VI - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

VII - Proceder de forma desidiosa;

VIII - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX - Exercer no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - Aplicar medida de proteção sem prévia discussão e decisão do Conselho Tutelar de que faça parte, salvo em situações emergenciais, que serão submetidas em seguida ao colegiado.

Art. 24 - O Conselheiro Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de sua função.

SEÇÃO IV DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS.

Art. 25 - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21(vinte e um) anos;

III - residir no Município;

Art. 26 - Os Conselheiros eleitos pelo voto facultativo dos cidadãos do Município, para um período de 02(dois) anos, em processo de escolha regulamentado pelo Conselho Municipal dos Direitos e coordenado por Comissão especialmente designada pelo mesmo Conselho.

Art. 27 - Os membros do Conselho Tutelar realizarão atividades próprias do Conselho, definidas na legislação vigente, de conformidade com o estabelecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Pela realização das atividades a que se refere o caput deste artigo, cada Conselheiro perceberá, a título de subsídio, o equivalente a 2 (dois) pisos municipais.

§ 2º Os membros do Conselho Tutelar realizarão plantão junto ao Conselho Tutelar em forma de rodízio mensal, fazendo jus a 01 (um) piso, pelo mês de plantão realizado, além do subsídio estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º O ressarcimento de despesas realizadas no desempenho da função de Conselheiro Tutelar, fora da sede do Município, será feito conforme as normas estabelecidas para os servidores do quadro da Administração Municipal.

Art. 28 - O processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares será presidido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado por membro do Ministério Público.

SEÇÃO V DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS.

Art. 29 - O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial em caso de crime comum, até julgamento definitivo.

Art. 30 - Perderá o mandato de Conselheiro aquele que for condenado a no mínimo dois anos de prisão pela prática de crime, cuja sentença transita em julgado, ou ainda, por decisão da metade mais um de seus pares.

Art. 31 - Os membros do Conselho Tutelar não integram o quadro de pessoal da Administração Municipal e não possuem para com o Município qualquer vínculo empregatício.

Art. 32 - Os membros do Conselho Tutelar realizarão atividades próprias do Conselho, definidas na legislação vigente, de conformidade com o estabelecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Pela realização das atividades a que se refere o caput deste artigo, cada Conselheiro perceberá, a título de subsídio, o equivalente a 2,0 (dois) pisos municipais.

§ 2º Os membros do Conselho Tutelar realizarão plantão junto ao Conselho Tutelar em forma de rodízio mensal, fazendo jus a 01 (um) piso, pelo mês de plantão realizado, além do subsídio

estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º O ressarcimento de despesas realizadas no desempenho da função de Conselheiro Tutelar, fora da sede do Município, será feito conforme as normas estabelecidas para os servidores do quadro da Administração Municipal.

Art. 33 - O Conselho Tutelar deverá atender a população no horário normal de expediente da Prefeitura, ou seja, em dois turnos diários.

§ 1º. O turno de trabalho dos Conselheiros Tutelares, respeitada a jornada semanal de 20 horas, será definido em assembléia do próprio Conselho Tutelar.

§ 2º. Em cada turno de trabalho terá no mínimo dois conselheiros

SEÇÃO VI DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS

Art. 34 - Perderá o mandato o conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível pela prática de crime doloso, por infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente ou que transferir residência para fora do Município de Tunápolis.

Art. 35 - O mandato do Conselheiro Tutelar poderá ser cassado em caso de desídia no cumprimento dos deveres de seu cargo ou descumprimento das vedações previstas no artigo 22 desta Lei, o que deverá ser apurado através de inquérito administrativo, instaurado pelo voto da maioria absoluta dos membros do CMDCA, e desde que haja votação favorável a cassação, também por maioria absoluta.

Parágrafo único: Deflagrado o Inquérito Administrativo, será notificado o Conselheiro sob investigação para que exerça, querendo, a faculdade da ampla defesa junto ao CMDCA, no prazo de 10 dias.

Art. 36 - Em qualquer das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, o CMDCA deverá declarar vago o cargo e convocar o respectivo suplente, dando imediata posse ao mesmo.

Art. 37 - Ficam impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único: Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária, ao Representante do Ministério Público, que atuam na justiça da infância e juventude e aos integrantes da Polícia Civil e Militar em exercício na Comarca.

Art. 38 - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrito local.

TÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.

Art. 39 - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com objetivo de instituir e manter os serviços do Fundo Municipal, através das dotações do Departamento de Assistência Social do Município.

Art. 40 - Aos casos omissos na presente Lei aplicar-se-á a Lei 8.069, de 20.06.90.

Art. 41 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Leis Municipais nº 374/1997, 534/2001, 737/2005 e 1023/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, em 30 de maio de 2012.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

Videira

PREFEITURA

Portaria Nº 1027/12

PORTARIA nº 1027/12

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5975/2012, bem como do Parecer Jurídico nº 99/12,

RESOLVE

Declarar estável a servidora IRONILDA STRAPAZZON, Professor MG05, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 1994.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Dispensa de Licitação N. 17/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2012 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2012 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 29/05/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA NAS PORTAS DANIFICADAS E TRAVADAS PELO DESGASTE E CORROSÃO NA RODOVIÁRIA MUNICIPAL, NA RUA BENJAMIM GRAZZIOTIN, CENTRO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. CONTRATADA: ELIANE FENILI LINS EPP.

VALOR: R\$ 4.384,00 (quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Videira - SC, 29 de Maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Leilão Nº 01/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEILÃO nº 01/2012

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Leilão nº 01/2012. 1. OBJETO: LEILÃO PARA A VENDA DE BENS PÚBLICOS INSERVÍVEIS, SUCATA DE FERRO VELHO, ÓLEO QUEIMADO E SUCATA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, DE ACORDO COM AS LEIS Nº 2.721/12, Nº 2.453/10, Nº 2.704/12 E Nº 2.732/12. 2. PRAZO: Os lances serão recebidos a partir das

9:00 do dia 19 de Junho de 2012, no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, em Videira-SC. 3. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações, no horário das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min, e/ou no site do Município www.videira.sc.gov.br. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, fones (49) 566-9012/566-9034.

Videira-SC, 28 de Maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 75/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 75/2012 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DA OFICINA DE DESENHO DE OBSERVAÇÃO QUE SERÁ REALIZADA PELO NÚCLEO DE ARTES VISUAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 13 de Junho de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 28 de Maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo N. 0105/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0105/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLEY DE DEUS DE CAMPOS

CPF: 893.399.089-53

VIGÊNCIA: de 01 de maio de 2012 até 21 de dezembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0258/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0258/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA DE OLIVEIRA

CPF: 060.038.109-98

VIGÊNCIA: de 10 de abril de 2012 até 09 de junho de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0267/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0267/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA SALETE MORIGGI

CPF: 558.287.799-15

VIGÊNCIA: de 14 de março de 2012 até 13 de maio de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0270/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0270/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIAM RIGO DEMORI

CPF: 008.789.459-97

VIGÊNCIA: de 10 de abril de 2012 até 09 de junho de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0271/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0271/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE BISOL
CPF: 055.075.049-54
VIGÊNCIA: de 31 de março de 2012 até 30 de maio de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0320/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0320/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ESTIVER DOMER DA SILVA
CPF: 023.870.749-04
VIGÊNCIA: de 01 de maio de 2012 até 31 de outubro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0414/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0414/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: LUIZ GUSTAVO SCHENATO
CPF: 081.000.739-88
VIGÊNCIA: de 01 de maio de 2012 até 31 de outubro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0439/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0439/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CARLIZA FIABANE
CPF: 005.896.749-43
VIGÊNCIA: de 20 de abril de 2012 até 19 de maio de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0516/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0516/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: MARCOS JOSÉ DOMINGUES DE SOUZA
CPF: 023.008.799-05
VIGÊNCIA: de 31 de março de 2012 até 31 de outubro de 2012

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição ao servidor JACSON DARCI LOCATELLI, em licença para desempenhar mandato de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - SISMUVI" para "atender a unidade de Suporte Básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, que conta com revezamento de quatro plantões e cada um necessita ter um motorista a fim de não prejudicar o atendimento."
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0681/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0681/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: TEREZINHA ROSANI DE SOUZA
CPF: 732.711.609-53
VIGÊNCIA: de 31 de janeiro de 2012 até 31 de outubro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo de Rescisão N. 0060/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0060/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0062/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GIOVANA MOTTA
CPF: 008.937.029-51

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 10 de maio de 2012.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0061/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0061/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0115/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADELAIDE ROSSI ZANON
CPF: 074.024.099-45

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 11 de maio de 2012.

RREO 2 Bim 2012

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	99.651.749,00	99.651.749,00	20.020.324,63	20,09	36.844.954,76	36,97	62.806.794,24
RECEITAS CORRENTES	89.341.749,00	89.341.749,00	19.690.584,59	22,04	35.980.383,18	40,27	53.361.365,82
RECEITA TRIBUTARIA	12.558.000,00	12.558.000,00	2.439.013,55	19,42	3.939.641,75	31,37	8.618.358,25
IMPOSTOS	10.810.000,00	10.810.000,00	1.840.455,11	17,03	3.141.374,74	29,06	7.668.625,26
TAXAS	1.663.000,00	1.663.000,00	582.667,64	35,04	745.750,44	44,84	917.249,56
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	85.000,00	85.000,00	15.890,80	18,70	52.516,57	61,78	32.483,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.588.500,00	3.588.500,00	728.971,73	20,31	1.233.211,19	34,37	2.355.288,81
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.938.500,00	2.938.500,00	544.450,66	18,53	867.799,02	29,53	2.070.700,98
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	650.000,00	650.000,00	184.521,07	28,39	365.412,17	56,22	284.587,83
RECEITA PATRIMONIAL	6.154.820,00	6.154.820,00	4.069.745,95	66,12	6.619.362,96	107,55	-464.542,96
RECEITAS IMOBILIARIAS	87.320,00	87.320,00	13.758,79	15,76	26.601,79	30,46	60.718,21
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	5.992.500,00	5.992.500,00	4.049.122,16	67,57	6.523.553,00	108,86	-531.053,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	60.000,00	60.000,00	5.270,00	8,78	66.127,75	110,21	-6.127,75
Outras Rec. Patrimoniais	15.000,00	15.000,00	1.595,00	10,63	3.080,42	20,54	11.919,58
RECEITA DE SERVIÇOS	1.033.000,00	1.033.000,00	78.669,57	7,62	125.194,86	12,12	907.805,14
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.184.929,00	63.184.929,00	11.842.142,11	18,74	23.175.409,35	36,68	40.009.519,65
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	63.109.929,00	63.109.929,00	11.797.522,76	18,69	23.120.860,40	36,64	39.989.068,60
Transf. de Instituições Privadas	3.000,00	3.000,00	34.641,55	154,72	34.692,35	156,41	-31.692,35
Transf. de Conv.	72.000,00	72.000,00	9.977,80	13,86	19.856,60	27,58	52.143,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.822.500,00	2.822.500,00	532.041,68	18,85	887.563,07	31,45	1.934.936,93
Multas e Juros de Mora	1.180.500,00	1.180.500,00	153.675,90	13,02	289.184,27	24,50	891.315,73
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	742.500,00	742.500,00	222.760,91	30,00	291.007,06	39,19	451.492,94
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	629.800,00	629.800,00	113.412,51	18,01	234.266,29	37,20	395.533,71
RECEITAS DIVERSAS	269.700,00	269.700,00	42.192,36	15,64	73.105,45	27,11	196.594,55
RECEITAS DE CAPITAL	10.310.000,00	10.310.000,00	329.740,04	3,20	864.571,58	8,39	9.445.428,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.500.000,00	9.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	9.500.000,00	9.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	150.000,00	150.000,00	33.643,23	22,43	58.273,35	38,85	91.726,65
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	610.000,00	610.000,00	296.096,81	48,54	806.298,23	132,18	-196.298,23
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	610.000,00	610.000,00	89.800,23	14,72	178.709,44	29,30	431.290,56
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	206.296,58	0,00	627.588,79	0,00	-627.588,79
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.382.290,00	5.382.290,00	1.580.368,32	29,36	2.829.520,90	52,57	2.552.769,10
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.382.290,00	5.382.290,00	1.580.368,32	29,36	2.829.520,90	52,57	2.552.769,10
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	311.290,00	311.290,00	66.267,45	21,29	101.999,79	32,77	209.290,21
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.071.000,00	5.071.000,00	1.514.100,87	29,86	2.727.521,11	53,79	2.343.478,89
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	311.290,00	311.290,00	66.267,45	21,29	101.999,79	32,77	209.290,21

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.382.290,00	5.382.290,00	1.580.368,32	29,36	2.829.520,90	52,57	2.552.769,10
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.071.000,00	5.071.000,00	1.514.100,87	29,86	2.727.521,11	53,79	2.343.478,89
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	105.034.039,00	105.034.039,00	21.600.692,95	20,57	39.674.475,66	37,77	65.359.563,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	105.034.039,00	105.034.039,00	21.600.692,95	20,57	39.674.475,66	37,77	65.359.563,34
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	105.034.039,00	105.034.039,00	21.600.692,95	20,57	39.674.475,66	37,77	65.359.563,34
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	9.377.328,25	—	—	1.032.272,62	—	—
Superávit Financeiro	—	9.377.328,25	—	—	1.032.272,62	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	100.515.039,00	18.434.703,74	118.949.742,74	21.198.000,90	42.187.585,59	14.415.436,10	24.547.326,41	20,64	94.402.416,33
DESPESAS CORRENTES	67.185.239,00	5.235.568,13	72.420.807,13	15.536.738,18	34.524.600,82	13.268.170,47	23.004.377,01	31,76	49.416.430,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.442.720,00	278.819,46	37.721.539,46	6.846.566,27	14.609.895,28	7.247.304,12	12.659.670,41	33,56	25.061.869,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.496.980,00	0,00	1.496.980,00	701.893,07	1.400.555,59	701.893,07	1.400.555,59	93,56	96.424,41
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.245.539,00	4.956.748,67	33.202.287,67	7.988.278,84	18.514.149,95	5.318.973,28	8.944.151,01	26,94	24.258.136,66
DESPESAS DE CAPITAL	25.979.300,00	13.299.135,61	39.278.435,61	5.661.262,72	7.662.984,77	1.147.265,63	1.542.949,40	3,93	37.735.486,21
INVESTIMENTOS	24.179.300,00	13.299.135,61	37.478.435,61	5.459.034,30	7.260.722,54	945.037,21	1.140.687,17	3,04	36.337.748,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	202.228,42	402.262,23	202.228,42	402.262,23	22,35	1.397.737,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.250.500,00	0,00	7.250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.250.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.519.000,00	0,00	4.519.000,00	770.064,25	1.551.374,63	770.064,25	1.551.374,63	34,33	2.967.625,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.519.000,00	0,00	4.519.000,00	770.064,25	1.551.374,63	770.064,25	1.551.374,63	34,33	2.967.625,37
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	105.034.039,00	18.434.703,74	123.468.742,74	21.968.065,15	43.738.960,22	15.185.500,35	26.098.701,04	21,14	97.370.041,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	105.034.039,00	18.434.703,74	123.468.742,74	21.968.065,15	43.738.960,22	15.185.500,35	26.098.701,04	21,14	97.370.041,70
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	13.575.774,62	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	105.034.039,00	18.434.703,74	123.468.742,74	21.968.065,15	43.738.960,22	15.185.500,35	39.674.475,66	21,14	97.370.041,70

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 7.692.630,98

FONTE:

VIDEIRA, 28/05/2012

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	99.651.749,00	99.651.749,00	20.020.324,63	20,09	36.844.954,76	36,97	62.806.794,24
RECEITAS CORRENTES	89.341.749,00	89.341.749,00	19.690.584,59	22,04	35.980.383,18	40,27	53.361.365,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.558.000,00	12.558.000,00	2.439.013,55	19,42	3.939.641,75	31,37	8.618.358,25
IMPOSTOS	10.810.000,00	10.810.000,00	1.840.455,11	17,03	3.141.374,74	29,06	7.668.625,26
TAXAS	1.663.000,00	1.663.000,00	582.667,64	35,04	745.750,44	44,84	917.249,56
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	85.000,00	85.000,00	15.890,80	18,70	52.516,57	61,78	32.483,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.588.500,00	3.588.500,00	728.971,73	20,31	1.233.211,19	34,37	2.355.288,81
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.938.500,00	2.938.500,00	544.450,66	18,53	867.799,02	29,53	2.070.700,98
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Público	650.000,00	650.000,00	184.521,07	28,39	365.412,17	56,22	284.587,83
RECEITA PATRIMONIAL	6.154.820,00	6.154.820,00	4.069.745,95	66,12	6.619.362,96	107,55	-464.542,96
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	87.320,00	87.320,00	13.758,79	15,76	26.601,79	30,46	60.718,21
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.992.500,00	5.992.500,00	4.049.122,16	67,57	6.523.553,00	108,86	-531.053,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	60.000,00	60.000,00	5.270,00	8,78	66.127,75	110,21	-6.127,75
Outras Rec. Patrimoniais	15.000,00	15.000,00	1.595,00	10,63	3.080,42	20,54	11.919,58
RECEITA DE SERVIÇOS	1.033.000,00	1.033.000,00	78.669,57	7,62	125.194,86	12,12	907.805,14
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.184.929,00	63.184.929,00	11.842.142,11	18,74	23.175.409,35	36,68	40.009.519,65
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	63.109.929,00	63.109.929,00	11.797.522,76	18,69	23.120.860,40	36,64	39.989.068,60
Transf. de Instituições Privadas	3.000,00	3.000,00	34.641,55	154,72	34.692,35	156,41	-31.692,35
Transf. de Conv.	72.000,00	72.000,00	9.977,80	13,86	19.856,60	27,58	52.143,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.822.500,00	2.822.500,00	532.041,68	18,85	887.563,07	31,45	1.934.936,93
Multas e Juros de Mora	1.180.500,00	1.180.500,00	153.675,90	13,02	289.184,27	24,50	891.315,73
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	742.500,00	742.500,00	222.760,91	30,00	291.007,06	39,19	451.492,94
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	629.800,00	629.800,00	113.412,51	18,01	234.266,29	37,20	395.533,71
RECEITAS DIVERSAS	269.700,00	269.700,00	42.192,36	15,64	73.105,45	27,11	196.594,55
RECEITAS DE CAPITAL	10.310.000,00	10.310.000,00	329.740,04	3,20	864.571,58	8,39	9.445.428,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.500.000,00	9.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	9.500.000,00	9.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	150.000,00	150.000,00	33.643,23	22,43	58.273,35	38,85	91.726,65
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	610.000,00	610.000,00	296.096,81	48,54	806.298,23	132,18	-196.298,23
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	610.000,00	610.000,00	89.800,23	14,72	178.709,44	29,30	431.290,56
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	206.296,58	0,00	627.588,79	0,00	-627.588,79
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.382.290,00	5.382.290,00	1.580.368,32	29,36	2.829.520,90	52,57	2.552.769,10
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.382.290,00	5.382.290,00	1.580.368,32	29,36	2.829.520,90	52,57	2.552.769,10

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.382.290,00	5.382.290,00	1.580.368,32	29,36	2.829.520,90	52,57	2.552.769,10
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	311.290,00	311.290,00	66.267,45	21,29	101.999,79	32,77	209.290,21
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.071.000,00	5.071.000,00	1.514.100,87	29,86	2.727.521,11	53,79	2.343.478,89
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	311.290,00	311.290,00	66.267,45	21,29	101.999,79	32,77	209.290,21
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.071.000,00	5.071.000,00	1.514.100,87	29,86	2.727.521,11	53,79	2.343.478,89
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	105.034.039,00	105.034.039,00	21.600.692,95	20,57	39.674.475,66	37,77	65.359.563,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	105.034.039,00	105.034.039,00	21.600.692,95	20,57	39.674.475,66	37,77	65.359.563,34
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	105.034.039,00	105.034.039,00	21.600.692,95	20,57	39.674.475,66	37,77	65.359.563,34
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	9.377.328,25	—	—	1.032.272,62	—	—
Superávit Financeiro	—	9.377.328,25	—	—	1.032.272,62	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	100.515.039,00	18.434.703,74	118.949.742,74	21.195.000,90	42.184.585,59	14.415.436,10	24.547.326,41	20,64	94.402.416,33
DESPESAS CORRENTES	67.185.239,00	5.235.568,13	72.420.807,13	15.533.738,18	34.521.600,82	13.268.170,47	23.004.377,01	31,76	49.416.430,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.442.720,00	278.819,46	37.721.539,46	6.846.566,27	14.609.895,28	7.247.304,12	12.659.670,41	33,56	25.061.869,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.496.980,00	0,00	1.496.980,00	701.893,07	1.400.555,59	701.893,07	1.400.555,59	93,56	96.424,41
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.245.539,00	4.956.748,67	33.202.287,67	7.985.278,84	18.511.149,95	5.318.973,28	8.944.151,01	26,94	24.258.136,66
DESPESAS DE CAPITAL	25.979.300,00	13.299.135,61	39.278.435,61	5.661.262,72	7.662.984,77	1.147.265,63	1.542.949,40	3,93	37.735.486,21

Continuação 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	100.515.039,00	18.434.703,74	118.949.742,74	21.195.000,90	42.184.585,59	14.415.436,10	24.547.326,41	20,64	94.402.416,33
INVESTIMENTOS	24.179.300,00	13.299.135,61	37.478.435,61	5.459.034,30	7.260.722,54	945.037,21	1.140.687,17	3,04	36.337.748,44
AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	202.228,42	402.262,23	202.228,42	402.262,23	22,35	1.397.737,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.250.500,00	0,00	7.250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.250.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.519.000,00	0,00	4.519.000,00	770.064,25	1.551.374,63	770.064,25	1.551.374,63	34,33	2.967.625,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.519.000,00	0,00	4.519.000,00	770.064,25	1.551.374,63	770.064,25	1.551.374,63	34,33	2.967.625,37
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	105.034.039,00	18.434.703,74	123.468.742,74	21.965.065,15	43.735.960,22	15.185.500,35	26.098.701,04	21,14	97.370.041,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	105.034.039,00	18.434.703,74	123.468.742,74	21.965.065,15	43.735.960,22	15.185.500,35	26.098.701,04	21,14	97.370.041,70
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	13.575.774,62	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	105.034.039,00	18.434.703,74	123.468.742,74	21.965.065,15	43.735.960,22	15.185.500,35	39.674.475,66	21,14	97.370.041,70

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 7.692.630,98

FONTE:

VIDEIRA, 22/05/2012

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	100.515.039,00	118.949.742,74	21.198.000,90	42.187.585,59	14.415.436,10	24.547.326,41	94,06	20,64	94.402.416,33
Legislativa	1.180.000,00	1.180.000,00	228.924,11	392.994,33	194.667,09	341.040,23	1,31	28,90	838.959,77
Ação Legislativa	1.180.000,00	1.180.000,00	228.924,11	392.994,33	194.667,09	341.040,23	1,31	28,90	838.959,77
Administração	6.750.100,00	7.830.100,00	1.866.030,15	3.814.333,74	1.425.419,19	2.549.991,85	9,77	32,57	5.280.108,15
Planejamento e Orçamento	660.000,00	660.000,00	117.421,13	229.334,24	113.176,13	221.484,69	0,85	33,56	438.515,31
Administração Geral	5.520.100,00	6.600.100,00	1.672.159,33	3.434.133,54	1.232.885,01	2.177.739,12	8,34	33,00	4.422.360,88
Normatização e Fiscalização	570.000,00	570.000,00	76.449,69	150.865,96	79.358,05	150.768,04	0,58	26,45	419.231,96
Segurança Pública	457.000,00	469.000,00	76.071,45	111.410,35	41.790,27	49.149,09	0,19	10,48	419.850,91
Policimento	457.000,00	469.000,00	76.071,45	111.410,35	41.790,27	49.149,09	0,19	10,48	419.850,91
Assistência Social	3.536.938,00	3.867.638,00	637.460,68	1.443.495,13	434.162,21	715.200,04	2,74	18,49	3.152.437,96
Assistência ao Idoso	197.082,00	303.254,25	21.454,63	119.716,43	42.467,89	53.467,89	0,20	17,63	249.786,36
Assistência ao Portador de Deficiência	74.550,00	78.916,84	4.366,84	78.416,84	14.382,84	23.108,84	0,09	29,28	55.808,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.245.237,00	2.409.935,82	460.461,74	906.404,86	314.078,44	535.998,85	2,05	22,24	1.873.936,97
Assistência Comunitária	1.020.069,00	1.075.531,09	151.177,47	338.957,00	63.233,04	102.624,46	0,39	9,54	972.906,63
Previdência Social	4.386.000,00	4.386.000,00	676.128,72	1.399.651,07	681.618,69	1.354.476,98	5,19	30,88	3.031.523,02
Previdência do Regime Estatutário	4.386.000,00	4.386.000,00	676.128,72	1.399.651,07	681.618,69	1.354.476,98	5,19	30,88	3.031.523,02
Saúde	12.748.941,00	17.105.561,46	4.378.336,25	10.474.929,21	2.476.813,21	4.260.155,46	16,32	24,91	12.845.406,00
Atenção Básica	3.668.031,00	6.212.906,41	2.723.912,77	4.358.568,41	698.492,17	1.253.207,54	4,80	20,17	4.959.698,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.402.450,00	10.214.195,05	1.588.397,52	5.875.295,95	1.655.338,68	2.817.562,23	10,80	27,58	7.396.632,82
Vigilância Sanitária	353.460,00	353.460,00	39.080,61	134.043,39	46.387,31	95.131,73	0,36	26,91	258.328,27
Vigilância Epidemiológica	325.000,00	325.000,00	26.945,35	107.021,46	76.595,05	94.253,96	0,36	29,00	230.746,04
Educação	22.307.200,00	24.249.063,11	5.140.039,06	9.812.971,75	3.734.687,50	5.822.138,32	22,31	24,01	18.426.924,79
Administração Geral	1.339.000,00	1.339.000,00	212.840,77	454.832,84	202.735,98	404.850,24	1,55	30,24	934.149,76
Alimentação e Nutrição	361.200,00	573.764,90	301.846,74	315.629,24	25.719,58	25.759,58	0,10	4,49	548.005,32
Ensino Fundamental	8.360.500,00	9.024.090,79	1.992.316,84	3.795.522,36	1.638.635,15	2.273.019,69	8,71	25,19	6.751.071,10
Ensino Médio	81.000,00	81.000,00	25.492,09	26.734,87	220,31	338,95	0,00	0,42	80.661,05
Ensino Superior	690.000,00	690.000,00	358.886,40	688.886,40	49.501,58	49.501,58	0,19	7,17	640.498,42
Educação Infantil	11.475.500,00	12.541.207,42	2.248.656,22	4.531.366,04	1.817.874,90	3.068.668,28	11,76	24,47	9.472.539,14
Cultura	287.000,00	287.000,00	82.844,01	124.596,11	43.870,76	77.270,93	0,30	26,92	209.729,07
Difusão Cultural	287.000,00	287.000,00	82.844,01	124.596,11	43.870,76	77.270,93	0,30	26,92	209.729,07
Urbanismo	24.765.000,00	28.175.318,00	4.228.090,57	7.376.841,56	2.382.067,62	3.744.226,98	14,35	13,29	24.431.091,02
Infra-estrutura Urbana	17.730.100,00	20.332.656,33	1.250.480,03	2.506.722,44	1.221.823,24	2.194.008,36	8,41	10,79	18.138.647,97
Serviços Urbanos	7.034.900,00	7.842.661,67	2.977.610,54	4.870.119,12	1.160.244,38	1.550.218,62	5,94	19,77	6.292.443,05
Habitação	340.000,00	340.000,00	7.261,80	7.261,80	7.261,80	7.261,80	0,03	2,14	332.738,20
Habitação Urbana	340.000,00	340.000,00	7.261,80	7.261,80	7.261,80	7.261,80	0,03	2,14	332.738,20

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	100.515.039,00	118.949.742,74	21.198.000,90	42.187.585,59	14.415.436,10	24.547.326,41	94,06	20,64	94.402.416,33
Saneamento	550.000,00	1.055.300,00	371.681,44	392.082,72	5.160,00	20.401,28	0,08	1,93	1.034.898,72
Saneamento Básico Urbano	550.000,00	1.055.300,00	371.681,44	392.082,72	5.160,00	20.401,28	0,08	1,93	1.034.898,72
Agricultura	5.307.000,00	5.307.000,00	857.429,68	1.341.622,96	553.388,65	932.364,93	3,57	17,57	4.374.635,07
Abastecimento	5.307.000,00	5.307.000,00	857.429,68	1.341.622,96	553.388,65	932.364,93	3,57	17,57	4.374.635,07
Indústria	100.000,00	500.000,00	138.655,90	138.655,90	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Promoção Industrial	100.000,00	500.000,00	138.655,90	138.655,90	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Comércio e Serviços	1.110.000,00	1.370.000,00	206.367,84	708.361,01	321.721,29	602.158,68	2,31	43,95	767.841,32
Turismo	1.110.000,00	1.370.000,00	206.367,84	708.361,01	321.721,29	602.158,68	2,31	43,95	767.841,32
Transportes	910.000,00	6.696.489,62	111.479,63	236.635,85	102.555,38	200.081,38	0,77	2,99	6.496.408,24
Transporte Rodoviário	900.000,00	6.686.489,62	111.479,63	236.635,85	102.555,38	200.081,38	0,77	2,99	6.486.408,24
Outros Encargos Especiais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Desporto e Lazer	1.284.090,00	1.680.502,55	404.471,26	823.994,41	267.400,49	468.802,39	1,80	27,90	1.211.700,16
Desporto Comunitário	1.284.090,00	1.680.502,55	404.471,26	823.994,41	267.400,49	468.802,39	1,80	27,90	1.211.700,16
Encargos Especiais	7.245.270,00	7.200.270,00	1.786.728,35	3.587.747,69	1.742.851,95	3.402.606,07	13,04	47,26	3.797.663,93
Outras Transferências	300.000,00	300.000,00	89.615,95	223.615,95	54.115,95	85.615,95	0,33	28,54	214.384,05
Outros Encargos Especiais	6.945.270,00	6.900.270,00	1.697.112,40	3.364.131,74	1.688.736,00	3.316.990,12	12,71	48,07	3.583.279,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.250.500,00	7.250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.250.500,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.519.000,00	4.519.000,00	770.064,25	1.551.374,63	770.064,25	1.551.374,63	5,94	34,33	2.967.625,37
Legislativa	14.000,00	14.000,00	2.059,54	4.171,61	2.059,54	4.171,61	0,02	29,80	9.828,39
Ação Legislativa	14.000,00	14.000,00	2.059,54	4.171,61	2.059,54	4.171,61	0,02	29,80	9.828,39
Administração	502.000,00	502.000,00	92.073,71	184.802,93	92.073,71	184.802,93	0,71	36,81	317.197,07
Planejamento e Orçamento	55.000,00	55.000,00	9.014,79	19.044,28	9.014,79	19.044,28	0,07	34,63	35.955,72
Administração Geral	387.000,00	387.000,00	74.123,93	147.754,10	74.123,93	147.754,10	0,57	38,18	239.245,90
Normatização e Fiscalização	60.000,00	60.000,00	8.934,99	18.004,55	8.934,99	18.004,55	0,07	30,01	41.995,45
Assistência Social	117.000,00	117.000,00	19.889,78	40.564,13	19.889,78	40.564,13	0,16	34,67	76.435,87
Assistência à Criança e ao Adolescente	117.000,00	117.000,00	19.889,78	40.564,13	19.889,78	40.564,13	0,16	34,67	76.435,87
Saúde	500.000,00	500.000,00	101.905,39	201.822,02	101.905,39	201.822,02	0,77	40,36	298.177,98
Atenção Básica	85.000,00	85.000,00	15.778,62	30.666,85	15.778,62	30.666,85	0,12	36,08	54.333,15
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	385.000,00	385.000,00	79.475,92	157.019,44	79.475,92	157.019,44	0,60	40,78	227.980,56
Vigilância Sanitária	16.000,00	16.000,00	5.244,52	11.344,95	5.244,52	11.344,95	0,04	70,91	4.655,05
Vigilância Epidemiológica	14.000,00	14.000,00	1.406,33	2.790,78	1.406,33	2.790,78	0,01	19,93	11.209,22
Educação	2.543.000,00	2.543.000,00	409.677,71	824.917,24	409.677,71	824.917,24	3,16	32,44	1.718.082,76
Administração Geral	163.000,00	163.000,00	25.416,79	52.590,65	25.416,79	52.590,65	0,20	32,26	110.409,35
Ensino Fundamental	1.052.000,00	1.052.000,00	162.648,86	330.028,94	162.648,86	330.028,94	1,26	31,37	721.971,06

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.519.000,00	4.519.000,00	770.064,25	1.551.374,63	770.064,25	1.551.374,63	5,94	34,33	2.967.625,37
Educação	2.543.000,00	2.543.000,00	409.677,71	824.917,24	409.677,71	824.917,24	3,16	32,44	1.718.082,76
Educação Infantil	1.328.000,00	1.328.000,00	221.612,06	442.297,65	221.612,06	442.297,65	1,69	33,31	885.702,35
Urbanismo	590.000,00	590.000,00	97.567,01	198.819,81	97.567,01	198.819,81	0,76	33,70	391.180,19
Infra-estrutura Urbana	590.000,00	590.000,00	97.567,01	198.819,81	97.567,01	198.819,81	0,76	33,70	391.180,19
Agricultura	140.000,00	140.000,00	30.034,45	62.775,75	30.034,45	62.775,75	0,24	44,84	77.224,25
Abastecimento	140.000,00	140.000,00	30.034,45	62.775,75	30.034,45	62.775,75	0,24	44,84	77.224,25
Comércio e Serviços	25.000,00	25.000,00	4.579,76	9.439,84	4.579,76	9.439,84	0,04	37,76	15.560,16
Turismo	25.000,00	25.000,00	4.579,76	9.439,84	4.579,76	9.439,84	0,04	37,76	15.560,16
Desporto e Lazer	88.000,00	88.000,00	12.276,90	24.061,30	12.276,90	24.061,30	0,09	27,34	63.938,70
Desporto Comunitário	88.000,00	88.000,00	12.276,90	24.061,30	12.276,90	24.061,30	0,09	27,34	63.938,70
TOTAL (III) = (I + II)	105.034.039,00	123.468.742,74	21.968.065,15	43.738.960,22	15.185.500,35	26.098.701,04	100,00	21,14	97.370.041,70

FONTE:

VIDEIRA, 28/05/2012

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO	WILMAR CARELLI
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coord Sistema Controle Interno	Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	100.515.039,00	118.949.742,74	21.195.000,90	42.184.585,59	14.415.436,10	24.547.326,41	94,06	20,64	94.402.416,33
Legislativa	1.180.000,00	1.180.000,00	228.924,11	392.994,33	194.667,09	341.040,23	1,31	28,90	838.959,77
Ação Legislativa	1.180.000,00	1.180.000,00	228.924,11	392.994,33	194.667,09	341.040,23	1,31	28,90	838.959,77
Administração	6.750.100,00	7.830.100,00	1.866.030,15	3.814.333,74	1.425.419,19	2.549.991,85	9,77	32,57	5.280.108,15
Planejamento e Orçamento	660.000,00	660.000,00	117.421,13	229.334,24	113.176,13	221.484,69	0,85	33,56	438.515,31
Administração Geral	5.520.100,00	6.600.100,00	1.672.159,33	3.434.133,54	1.232.885,01	2.177.739,12	8,34	33,00	4.422.360,88
Normatização e Fiscalização	570.000,00	570.000,00	76.449,69	150.865,96	79.358,05	150.768,04	0,58	26,45	419.231,96
Segurança Pública	457.000,00	469.000,00	76.071,45	111.410,35	41.790,27	49.149,09	0,19	10,48	419.850,91
Policimento	457.000,00	469.000,00	76.071,45	111.410,35	41.790,27	49.149,09	0,19	10,48	419.850,91
Assistência Social	3.536.938,00	3.867.638,00	637.460,68	1.443.495,13	434.162,21	715.200,04	2,74	18,49	3.152.437,96
Assistência ao Idoso	197.082,00	303.254,25	21.454,63	119.716,43	42.467,89	53.467,89	0,20	17,63	249.786,36
Assistência ao Portador de Deficiência	74.550,00	78.916,84	4.366,84	78.416,84	14.382,84	23.108,84	0,09	29,28	55.808,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.245.237,00	2.409.935,82	460.461,74	906.404,86	314.078,44	535.998,85	2,05	22,24	1.873.936,97
Assistência Comunitária	1.020.069,00	1.075.531,09	151.177,47	338.957,00	63.233,04	102.624,46	0,39	9,54	972.906,63
Previdência Social	4.386.000,00	4.386.000,00	673.128,72	1.396.651,07	681.618,69	1.354.476,98	5,19	30,88	3.031.523,02
Previdência do Regime Estatutário	4.386.000,00	4.386.000,00	673.128,72	1.396.651,07	681.618,69	1.354.476,98	5,19	30,88	3.031.523,02
Saúde	12.748.941,00	17.105.561,46	4.378.336,25	10.474.929,21	2.476.813,21	4.260.155,46	16,32	24,91	12.845.406,00
Atenção Básica	3.668.031,00	6.212.906,41	2.723.912,77	4.358.568,41	698.492,17	1.253.207,54	4,80	20,17	4.959.698,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.402.450,00	10.214.195,05	1.588.397,52	5.875.295,95	1.655.338,68	2.817.562,23	10,80	27,58	7.396.632,82
Vigilância Sanitária	353.460,00	353.460,00	39.080,61	134.043,39	46.387,31	95.131,73	0,36	26,91	258.328,27
Vigilância Epidemiológica	325.000,00	325.000,00	26.945,35	107.021,46	76.595,05	94.253,96	0,36	29,00	230.746,04
Educação	22.307.200,00	24.249.063,11	5.140.039,06	9.812.971,75	3.734.687,50	5.822.138,32	22,31	24,01	18.426.924,79
Administração Geral	1.339.000,00	1.339.000,00	212.840,77	454.832,84	202.735,98	404.850,24	1,55	30,24	934.149,76
Alimentação e Nutrição	361.200,00	573.764,90	301.846,74	315.629,24	25.719,58	25.759,58	0,10	4,49	548.005,32
Ensino Fundamental	8.360.500,00	9.024.090,79	1.992.316,84	3.795.522,36	1.638.635,15	2.273.019,69	8,71	25,19	6.751.071,10
Ensino Médio	81.000,00	81.000,00	25.492,09	26.734,87	220,31	338,95	0,00	0,42	80.661,05
Ensino Superior	690.000,00	690.000,00	358.886,40	688.886,40	49.501,58	49.501,58	0,19	7,17	640.498,42
Educação Infantil	11.475.500,00	12.541.207,42	2.248.656,22	4.531.366,04	1.817.874,90	3.068.668,28	11,76	24,47	9.472.539,14
Cultura	287.000,00	287.000,00	82.844,01	124.596,11	43.870,76	77.270,93	0,30	26,92	209.729,07
Difusão Cultural	287.000,00	287.000,00	82.844,01	124.596,11	43.870,76	77.270,93	0,30	26,92	209.729,07
Urbanismo	24.765.000,00	28.175.318,00	4.228.090,57	7.376.841,56	2.382.067,62	3.744.226,98	14,35	13,29	24.431.091,02
Infra-estrutura Urbana	17.730.100,00	20.332.656,33	1.250.480,03	2.506.722,44	1.221.823,24	2.194.008,36	8,41	10,79	18.138.647,97
Serviços Urbanos	7.034.900,00	7.842.661,67	2.977.610,54	4.870.119,12	1.160.244,38	1.550.218,62	5,94	19,77	6.292.443,05
Habitação	340.000,00	340.000,00	7.261,80	7.261,80	7.261,80	7.261,80	0,03	2,14	332.738,20
Habitação Urbana	340.000,00	340.000,00	7.261,80	7.261,80	7.261,80	7.261,80	0,03	2,14	332.738,20

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	100.515.039,00	118.949.742,74	21.195.000,90	42.184.585,59	14.415.436,10	24.547.326,41	94,06	20,64	94.402.416,33
Saneamento	550.000,00	1.055.300,00	371.681,44	392.082,72	5.160,00	20.401,28	0,08	1,93	1.034.898,72
Saneamento Básico Urbano	550.000,00	1.055.300,00	371.681,44	392.082,72	5.160,00	20.401,28	0,08	1,93	1.034.898,72
Agricultura	5.307.000,00	5.307.000,00	857.429,68	1.341.622,96	553.388,65	932.364,93	3,57	17,57	4.374.635,07
Abastecimento	5.307.000,00	5.307.000,00	857.429,68	1.341.622,96	553.388,65	932.364,93	3,57	17,57	4.374.635,07
Indústria	100.000,00	500.000,00	138.655,90	138.655,90	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Promoção Industrial	100.000,00	500.000,00	138.655,90	138.655,90	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Comércio e Serviços	1.110.000,00	1.370.000,00	206.367,84	708.361,01	321.721,29	602.158,68	2,31	43,95	767.841,32
Turismo	1.110.000,00	1.370.000,00	206.367,84	708.361,01	321.721,29	602.158,68	2,31	43,95	767.841,32
Transportes	910.000,00	6.696.489,62	111.479,63	236.635,85	102.555,38	200.081,38	0,77	2,99	6.496.408,24
Transporte Rodoviário	900.000,00	6.686.489,62	111.479,63	236.635,85	102.555,38	200.081,38	0,77	2,99	6.486.408,24
Outros Encargos Especiais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Desporto e Lazer	1.284.090,00	1.680.502,55	404.471,26	823.994,41	267.400,49	468.802,39	1,80	27,90	1.211.700,16
Desporto Comunitário	1.284.090,00	1.680.502,55	404.471,26	823.994,41	267.400,49	468.802,39	1,80	27,90	1.211.700,16
Encargos Especiais	7.245.270,00	7.200.270,00	1.786.728,35	3.587.747,69	1.742.851,95	3.402.606,07	13,04	47,26	3.797.663,93
Outras Transferências	300.000,00	300.000,00	89.615,95	223.615,95	54.115,95	85.615,95	0,33	28,54	214.384,05
Outros Encargos Especiais	6.945.270,00	6.900.270,00	1.697.112,40	3.364.131,74	1.688.736,00	3.316.990,12	12,71	48,07	3.583.279,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.250.500,00	7.250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.250.500,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.519.000,00	4.519.000,00	770.064,25	1.551.374,63	770.064,25	1.551.374,63	5,94	34,33	2.967.625,37
Legislativa	14.000,00	14.000,00	2.059,54	4.171,61	2.059,54	4.171,61	0,02	29,80	9.828,39
Ação Legislativa	14.000,00	14.000,00	2.059,54	4.171,61	2.059,54	4.171,61	0,02	29,80	9.828,39
Administração	502.000,00	502.000,00	92.073,71	184.802,93	92.073,71	184.802,93	0,71	36,81	317.197,07
Planejamento e Orçamento	55.000,00	55.000,00	9.014,79	19.044,28	9.014,79	19.044,28	0,07	34,63	35.955,72
Administração Geral	387.000,00	387.000,00	74.123,93	147.754,10	74.123,93	147.754,10	0,57	38,18	239.245,90
Normatização e Fiscalização	60.000,00	60.000,00	8.934,99	18.004,55	8.934,99	18.004,55	0,07	30,01	41.995,45
Assistência Social	117.000,00	117.000,00	19.889,78	40.564,13	19.889,78	40.564,13	0,16	34,67	76.435,87
Assistência à Criança e ao Adolescente	117.000,00	117.000,00	19.889,78	40.564,13	19.889,78	40.564,13	0,16	34,67	76.435,87
Saúde	500.000,00	500.000,00	101.905,39	201.822,02	101.905,39	201.822,02	0,77	40,36	298.177,98
Atenção Básica	85.000,00	85.000,00	15.778,62	30.666,85	15.778,62	30.666,85	0,12	36,08	54.333,15
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	385.000,00	385.000,00	79.475,92	157.019,44	79.475,92	157.019,44	0,60	40,78	227.980,56
Vigilância Sanitária	16.000,00	16.000,00	5.244,52	11.344,95	5.244,52	11.344,95	0,04	70,91	4.655,05
Vigilância Epidemiológica	14.000,00	14.000,00	1.406,33	2.790,78	1.406,33	2.790,78	0,01	19,93	11.209,22
Educação	2.543.000,00	2.543.000,00	409.677,71	824.917,24	409.677,71	824.917,24	3,16	32,44	1.718.082,76
Administração Geral	163.000,00	163.000,00	25.416,79	52.590,65	25.416,79	52.590,65	0,20	32,26	110.409,35
Ensino Fundamental	1.052.000,00	1.052.000,00	162.648,86	330.028,94	162.648,86	330.028,94	1,26	31,37	721.971,06

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.519.000,00	4.519.000,00	770.064,25	1.551.374,63	770.064,25	1.551.374,63	5,94	34,33	2.967.625,37
Educação	2.543.000,00	2.543.000,00	409.677,71	824.917,24	409.677,71	824.917,24	3,16	32,44	1.718.082,76
Educação Infantil	1.328.000,00	1.328.000,00	221.612,06	442.297,65	221.612,06	442.297,65	1,69	33,31	885.702,35
Urbanismo	590.000,00	590.000,00	97.567,01	198.819,81	97.567,01	198.819,81	0,76	33,70	391.180,19
Infra-estrutura Urbana	590.000,00	590.000,00	97.567,01	198.819,81	97.567,01	198.819,81	0,76	33,70	391.180,19
Agricultura	140.000,00	140.000,00	30.034,45	62.775,75	30.034,45	62.775,75	0,24	44,84	77.224,25
Abastecimento	140.000,00	140.000,00	30.034,45	62.775,75	30.034,45	62.775,75	0,24	44,84	77.224,25
Comércio e Serviços	25.000,00	25.000,00	4.579,76	9.439,84	4.579,76	9.439,84	0,04	37,76	15.560,16
Turismo	25.000,00	25.000,00	4.579,76	9.439,84	4.579,76	9.439,84	0,04	37,76	15.560,16
Desporto e Lazer	88.000,00	88.000,00	12.276,90	24.061,30	12.276,90	24.061,30	0,09	27,34	63.938,70
Desporto Comunitário	88.000,00	88.000,00	12.276,90	24.061,30	12.276,90	24.061,30	0,09	27,34	63.938,70
TOTAL (III) = (I + II)	105.034.039,00	123.468.742,74	21.965.065,15	43.735.960,22	15.185.500,35	26.098.701,04	100,00	21,14	97.370.041,70

FONTE:

VIDEIRA, 22/05/2012

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO	WILMAR CARELLI
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coord Sistema Controle Interno	Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	11.789.000,00	11.789.000,00	1.964.095,74	3.387.530,90	28,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.575.000,00	3.575.000,00	218.156,99	325.360,07	9,10
1.1.1- IPTU	2.960.000,00	2.960.000,00	114.412,78	116.332,27	3,93
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	35.000,00	35.000,00	0,00	363,86	1,04
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	340.000,00	340.000,00	61.765,89	126.926,84	37,33
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	240.000,00	240.000,00	42.146,85	82.139,36	34,22
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(168,53)	(402,26)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	297.414,81	527.101,00	47,92
1.2.1- ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	299.818,53	529.504,72	48,14
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(2.403,72)	(2.403,72)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.664.000,00	5.664.000,00	1.171.755,42	2.079.903,33	36,72
1.3.1- ISS	5.300.000,00	5.300.000,00	1.185.533,82	2.076.683,52	39,18
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	120.000,00	120.000,00	3.816,31	6.333,31	5,28
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	124.000,00	124.000,00	9.540,63	18.653,30	15,04
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	6.370,95	11.739,49	9,78
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(33.506,29)	(33.506,29)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.450.000,00	1.450.000,00	276.768,52	455.166,50	31,39
1.4.1- IRRF	1.450.000,00	1.450.000,00	276.768,52	455.166,50	31,39
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	55.365.000,00	55.365.000,00	9.678.712,30	19.411.421,23	35,06
2.1- Cota-Parte FPM	14.050.000,00	14.050.000,00	2.667.751,90	5.842.180,15	41,58
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.050.000,00	14.050.000,00	2.667.751,90	5.842.180,15	41,58
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	35.300.000,00	35.300.000,00	5.991.748,50	11.776.754,48	33,36
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	240.000,00	240.000,00	31.018,30	62.073,78	25,86
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	860.000,00	860.000,00	94.910,40	171.443,37	19,94
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	161,42	393,51	2,62
2.6- Cota-Parte IPVA	4.900.000,00	4.900.000,00	893.121,78	1.558.575,94	31,81
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	67.154.000,00	67.154.000,00	11.642.808,04	22.798.952,13	33,95
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.450.000,00	1.450.000,00	244.864,00	561.803,90	38,75
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.400.000,00	1.400.000,00	223.414,54	518.707,98	37,05
5.2- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	50.000,00	50.000,00	21.449,46	43.095,92	86,19
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	663.700,00	663.700,00	180.938,81	204.671,68	30,84
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.113.700,00	2.113.700,00	425.802,81	766.475,58	36,26

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	11.025.000,00	11.025.000,00	1.935.741,97	3.882.283,29	35,21
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.810.000,00	2.810.000,00	533.550,32	1.168.435,89	41,58
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.060.000,00	7.060.000,00	1.198.349,51	2.355.350,52	33,36
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	-	0,00	6.203,66	12.414,74	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	172.000,00	172.000,00	18.982,06	34.288,65	19,94
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.000,00	3.000,00	32,26	78,66	2,62
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	980.000,00	980.000,00	178.624,16	311.714,83	31,81
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	13.640.000,00	13.640.000,00	2.730.709,27	5.348.913,52	39,21
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	13.500.000,00	13.500.000,00	2.699.453,78	5.291.188,24	39,19
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	140.000,00	140.000,00	31.255,49	57.725,28	41,23
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.475.000,00	2.475.000,00	763.711,81	1.408.904,95	56,93
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.184.000,00	8.735.360,46	2.179.291,50	3.389.732,40	38,80
13.1- Com Educação Infantil	2.873.000,00	2.873.000,00	916.447,90	1.467.128,91	51,07
13.2- Com Ensino Fundamental	5.311.000,00	5.862.360,46	1.262.843,60	1.922.603,49	32,80
14- OUTRAS DESPESAS	5.456.000,00	5.456.000,00	1.033.022,45	1.543.517,49	28,29
14.1- Com Educação Infantil	4.353.000,00	4.353.000,00	851.248,84	1.263.898,72	29,04
14.2- Com Ensino Fundamental	1.103.000,00	1.103.000,00	181.773,61	279.618,77	25,35
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	13.640.000,00	14.191.360,46	3.212.313,95	4.933.249,89	34,76
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					551.360,46
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					551.360,46
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					53,06
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				551.360,46	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 2				551.360,46	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)3	16.788.500,00	16.788.500,00	2.910.702,01	5.699.738,03	33,95
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	11.032.750,00	11.032.750,00	1.863.348,87	3.274.957,70	29,68
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.226.000,00	7.226.000,00	1.767.696,74	2.731.027,63	37,79
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.806.750,00	3.806.750,00	95.652,13	543.930,07	14,29
24- ENSINO FUNDAMENTAL	8.210.000,00	8.761.360,46	1.760.857,65	2.562.563,75	29,25
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.414.000,00	6.965.360,46	1.444.617,21	2.202.222,26	31,62
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.796.000,00	1.796.000,00	316.240,44	360.341,49	20,06
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.242.750,00	19.794.110,46	3.624.206,52	5.837.521,45	29,49
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.408.904,95
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					57.725,28
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					551.360,46
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.017.990,69
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.819.530,76
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					16,75

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.450.000,00	1.450.000,00	20,00	78,52	0,01
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.454.000,00	1.454.000,00	20,00	78,52	0,01
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	20.696.750,00	21.248.110,46	3.624.226,52	5.837.599,97	27,47
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	720.094,70	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.291.188,24	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.501.511,40	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	57.725,28	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.567.496,82	0,00

VIDEIRA, 28/05/2012

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 551.360,46, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	11.789.000,00	11.789.000,00	1.964.095,74	3.387.530,90	28,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.575.000,00	3.575.000,00	218.156,99	325.360,07	9,10
1.1.1- IPTU	2.960.000,00	2.960.000,00	114.412,78	116.332,27	3,93
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	35.000,00	35.000,00	0,00	363,86	1,04
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	340.000,00	340.000,00	61.765,89	126.926,84	37,33
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	240.000,00	240.000,00	42.146,85	82.139,36	34,22
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(168,53)	(402,26)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	297.414,81	527.101,00	47,92
1.2.1- ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	299.818,53	529.504,72	48,14
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(2.403,72)	(2.403,72)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.664.000,00	5.664.000,00	1.171.755,42	2.079.903,33	36,72
1.3.1- ISS	5.300.000,00	5.300.000,00	1.185.533,82	2.076.683,52	39,18
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	120.000,00	120.000,00	3.816,31	6.333,31	5,28
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	124.000,00	124.000,00	9.540,63	18.653,30	15,04
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	6.370,95	11.739,49	9,78
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(33.506,29)	(33.506,29)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.450.000,00	1.450.000,00	276.768,52	455.166,50	31,39
1.4.1- IRRF	1.450.000,00	1.450.000,00	276.768,52	455.166,50	31,39
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	55.365.000,00	55.365.000,00	9.678.712,30	19.411.421,23	35,06
2.1- Cota-Parte FPM	14.050.000,00	14.050.000,00	2.667.751,90	5.842.180,15	41,58
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.050.000,00	14.050.000,00	2.667.751,90	5.842.180,15	41,58
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	35.300.000,00	35.300.000,00	5.991.748,50	11.776.754,48	33,36
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	240.000,00	240.000,00	31.018,30	62.073,78	25,86
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	860.000,00	860.000,00	94.910,40	171.443,37	19,94
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	161,42	393,51	2,62
2.6- Cota-Parte IPVA	4.900.000,00	4.900.000,00	893.121,78	1.558.575,94	31,81
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	67.154.000,00	67.154.000,00	11.642.808,04	22.798.952,13	33,95
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.450.000,00	1.450.000,00	244.864,00	561.803,90	38,75
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.400.000,00	1.400.000,00	223.414,54	518.707,98	37,05
5.2- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	50.000,00	50.000,00	21.449,46	43.095,92	86,19
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	663.700,00	663.700,00	180.938,81	204.671,68	30,84
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.113.700,00	2.113.700,00	425.802,81	766.475,58	36,26

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	11.025.000,00	11.025.000,00	1.935.741,97	3.882.283,29	35,21
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.810.000,00	2.810.000,00	533.550,32	1.168.435,89	41,58
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.060.000,00	7.060.000,00	1.198.349,51	2.355.350,52	33,36
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	-	0,00	6.203,66	12.414,74	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	172.000,00	172.000,00	18.982,06	34.288,65	19,94
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.000,00	3.000,00	32,26	78,66	2,62
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	980.000,00	980.000,00	178.624,16	311.714,83	31,81
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	13.640.000,00	13.640.000,00	2.730.709,27	5.348.913,52	39,21
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	13.500.000,00	13.500.000,00	2.699.453,78	5.291.188,24	39,19
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	140.000,00	140.000,00	31.255,49	57.725,28	41,23
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.475.000,00	2.475.000,00	763.711,81	1.408.904,95	56,93
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.184.000,00	8.735.360,46	2.179.291,50	3.389.732,40	38,80
13.1- Com Educação Infantil	2.873.000,00	2.873.000,00	916.447,90	1.467.128,91	51,07
13.2- Com Ensino Fundamental	5.311.000,00	5.862.360,46	1.262.843,60	1.922.603,49	32,80
14- OUTRAS DESPESAS	5.456.000,00	5.456.000,00	1.033.022,45	1.543.517,49	28,29
14.1- Com Educação Infantil	4.353.000,00	4.353.000,00	851.248,84	1.263.898,72	29,04
14.2- Com Ensino Fundamental	1.103.000,00	1.103.000,00	181.773,61	279.618,77	25,35
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	13.640.000,00	14.191.360,46	3.212.313,95	4.933.249,89	34,76
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					551.360,46
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					551.360,46
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					53,06
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				551.360,46	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 2				551.360,46	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	16.788.500,00	16.788.500,00	2.910.702,01	5.699.738,03	33,95
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.226.000,00	7.226.000,00	1.767.696,74	2.731.027,63	37,79
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.226.000,00	7.226.000,00	1.767.696,74	2.731.027,63	37,79
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.414.000,00	6.965.360,46	1.444.617,21	2.202.222,26	31,62
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.414.000,00	6.965.360,46	1.444.617,21	2.202.222,26	31,62
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	13.640.000,00	14.191.360,46	3.212.313,95	4.933.249,89	34,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.408.904,95
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					57.725,28
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					551.360,46
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.017.990,69
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.915.259,20
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					12,79

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.450.000,00	1.450.000,00	20,00	78,52	0,01
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.606.750,00	5.606.750,00	411.892,57	904.271,56	16,13
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	7.056.750,00	7.056.750,00	411.912,57	904.350,08	12,82
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	20.696.750,00	21.248.110,46	3.624.226,52	5.837.599,97	27,47
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	720.094,70	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.291.188,24	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.501.511,40	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	57.725,28	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.567.496,82	0,00

VIDEIRA, 22/05/2012

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 551.360,46, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

INPREVID**Reo Inprevid 2º Bimestre de 2012****SANTA CATARINA****INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID

Betha Sistemas

Exercício de 2012

2º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 02/2012	Bimestre Mar/Abr/2012	Total até Abr/2012
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.938.500,00	192.382,03	339.787,15	532.169,18
RECEITA PATRIMONIAL	4.621.500,00	2.091.408,25	3.614.710,25	5.706.118,50
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	1.440,00	1.440,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.500,00	891,71	78.967,46	79.859,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRI	5.071.000,00	1.213.420,24	1.514.100,87	2.727.521,11
TOTAL DA RECEITA :	11.636.500,00	3.498.102,23	5.549.005,73	9.047.107,96
DESPESAS				
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA	11.636.500,00	723.522,35	676.128,72	1.399.651,07
Total da Entidade:	11.636.500,00	723.522,35	676.128,72	1.399.651,07
TOTAL DA DESPESA :	11.636.500,00	723.522,35	676.128,72	1.399.651,07

VIDEIRA, 28/05/2012

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
CONTADORA CRC.SC- 024.015/O-6

VILSO VANZ
PRESIDENTE